



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA –
PPGS**

***ESPETACULARIZAÇÃO DA CIDADE E (RE)APROPRIAÇÕES CULTURAIS:
POLÍTICAS URBANAS E AS NOVAS IMAGENS DE CONSUMO DE SALVADOR-
BA***

EWERTHON CLAUBER DE JESUS VIEIRA

São Cristóvão-SE

2016

EWERTHON CLAUBER DE JESUS VIEIRA

***ESPETACULARIZAÇÃO DA CIDADE E (RE)APROPRIAÇÕES CULTURAIS:
POLÍTICAS URBANAS E AS NOVAS IMAGENS DE CONSUMO DE SALVADOR-
BA***

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Rogerio Proença Leite.

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V657e Vieira, Ewerthon Clauber de Jesus
Espetacularização da cidade e (re)apropriações culturais :
políticas urbanas e as novas imagens de consumo de Salvador-BA
/ Ewerthon Clauber de Jesus Vieira ; orientador Rogerio Proença
Leite. – São Cristóvão, 2016.
479 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2016.

1. Sociologia urbana. 3. Política urbana – Salvador (BA). 4.
Renovação urbana. 5. Eventos especiais – Aspectos culturais. 6.
Política cultural – Salvador (BA). I. Leite, Rogerio Proença, orient.
II. Título.

CDU 316.334.56:911.53(813.8)

EWERTHON CLAUBER DE JESUS VIEIRA

***ESPETACULARIZAÇÃO DA CIDADE E (RE)APROPRIAÇÕES CULTURAIS:
POLÍTICAS URBANAS E AS NOVAS IMAGENS DE CONSUMO DE SALVADOR-
BA***

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Rogerio Proença Leite.

Banca Examinadora:

Dr. Rogerio Proença Leite – PPGS/UFS (Presidente e Orientador)
Dra. Lucia Maria Machado Bogus – PUC-SP (Examinadora externa)
Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira – UFC (Examinadora externa)
Dr. Marcelo Allário Ennes – PPGS/UFS (Examinador interno)
Dra. Mariana Selister Gomes – PPGS/UFS (Examinadora interna)

Avaliada em: 11/03/2016

Local de Defesa: *Campus* universitário Prof. José Aloísio de Campos, na Universidade
Federal de Sergipe, em São Cristóvão-SE

... em memória de Maria Júlia de Jesus, minha *voinha*.

... Ao meu filho Felipe Yanco, e seu iluminado sorriso.

AGRADECIMENTOS

Mais do que uma etapa de qualificação acadêmica, esse trabalho simboliza uma significativa parte da trajetória de minha vida. Nessa caminhada de mais de 11 anos, em encontros e desencontros, certamente nunca estive sozinho. Foram e são muitos os corresponsáveis por tudo isso. Por todos eles é que teço mais essas linhas, em agradecimento maior ao universo e todas as bênçãos espirituais que pude receber.

Sou grato ao professor, orientador e amigo Dr. Rogerio Proença Leite, que não só acolheu e fortaleceu meus sonhos profissionais como também carinhosamente recebeu minha família, tornando ainda mais fraterna a experiência da qualificação no exterior. Ao professor e co-orientador do meu estágio doutoral sanduíche, realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra-Portugal, Dr. Claudino Ferreira, professor coordenador Dr. Carlos Fortuna e toda equipe pertencente à Rede Brasil Portugal de Estudos Urbanos. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, bem como os funcionários da secretaria do Programa. De igual modo, registro meu reconhecimento com a prestativa equipe do CES-UC, durante a estadia em Portugal.

Essa oportunidade também foi possível graças à concessão da licença para afastamento de qualificação docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, câmpus Ilhéus, onde saúdo os companheiros docentes, e destacadamente o nosso recente e promissor Núcleo de Pesquisa e Estudos Urbanos da Região Sul-Bahia. Ao financiamento concedido pela CAPES, a nível de bolsa de estudos do curso doutoral no Brasil e do Programa de Doutorado Sanduíche no exterior.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora, professoras Dra. Lucia Maria Machado Bógus, Dra. Irllys Alencar F. Barreira, professor Dr. Marcelo Alario Ennes e professora Dra. Mariana Selister Gomes. Estendo também meu agradecimento àqueles que participaram da Banca de Exame de Qualificação do trabalho, Prof. Dr. Frank Nilton Marcon e Prof. Dr. César Henriques Matos e Silva. A todos os colegas do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da Universidade Federal de Sergipe, no qual destaco os bons debates e interlocuções que pude ter com a companhia de Eder C. M. Souza.

Agradeço a todos que contribuíram diretamente com a pesquisa de campo, funcionários das diversas instituições na cidade de Salvador, de onde pudemos coletar um vasto material documental. Aos entrevistados e interlocutores locais, especialmente aqueles que pude conquistar como amigos nesse percurso. Gil Novais e a querida Thaíse Sá, que no

lar já partilhado, não só me acolheu em uma das estadias da inserção do campo, como viabilizou a obtenção de um importante material de pesquisa. Estendo essa gratidão e dedico esse trabalho a todos os moradores da capital baiana, primordialmente para aqueles que lutam e resistem diante da perversa lógica da espetacularização das cidades.

Nessa trajetória, sou especialmente grato à minha família, minha mãe dona Maria Céres de Jesus Vieira, e seu eterno apoio. Minha companheira e amável Tati, bem como ao nosso filho, Felipe Yanco. Sem a paciência de vocês e esse incondicional amor eu não estaria aqui. A minha *voinha*, dona Maria Júlia de Jesus, que mesmo em outro plano, nos acompanha. Ao meu pai e meus irmãos Evanilson, Evanildo e Júnior. De uma forma ou de outra, sim, vocês agora “*sabem o quanto eu caminhei pra chegar até aqui*”. Aos meus amigos Márcio, “Bolão”, Diego, “Andinho”, meus primos “Bebo” e “Maguinho” e meu amado Tio Sandoval. Ainda tenho guardado o jornal, grifado com a lista de aprovados no exame de vestibular. De lá para cá já se foram mais de 11 anos!

Compartilho a conquista desse trabalho com aqueles que significaram uma das minhas primeiras conquistas nessa longa jornada, Sílvio Mateus e Tatiane Trindade Machado, meus amados irmãos!! Cumplicidade e imenso amor construído nas descobertas de vidas que não recusam sonhar. Agradeço de coração a toda fraternidade, carinho e respeito que se estenderam a muitos outros amigos. Entre os quais, tive o privilégio de poder contar com a fraterna interlocução e significativa contribuição reflexiva de Luige de Oliveira e Leomir Hilário ou simplesmente “Lu” e “Léo”. Tânia, “Lili”, “Alê”, Marina, saudoso “Binho de Alfredo” e “Sidão” representam também outros tantos que vibram junto em prol do nosso bem. A estes que o viver universitário e todos os outros, que os laços das ruas e vizinhanças me deram, minha gratidão!

Aos que *correm juntos*, ou *torcem à distância*, tanto aos que literalmente citei, quanto aos que guardo em memória, dedico essa importante conquista. Fecha-se um ciclo e abrem-se novas caminhadas. Sigamos firmes e em amor!

*“A amizade é meu sonho realizado.
É meu choro válido.
É toda minha vida
e tudo que de melhor deixarei.*

*É o meu amor
e minhas memórias.
É meu riso e estórias.
É um monte de gente estranha como eu.
É todo acaso festivado,
e um extraordinário cotidiano.*

*Madrugadas e dias inteiros,
Sol e um tanto quanto nevoeiro.
A amizade é nossa luz.
É minha eterna lembrança presente.
É agora e sempre.
Tudo que vale
são vocês, meus Amigos.”*

(VIEIRA, E.C.J – *Amizade*)

RESUMO

Este trabalho, resultante da pesquisa doutoral desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, investigou as políticas urbano/culturais e a construção da imagem de consumo da cidade de Salvador-BA durante o período de preparação e realização das Copas da FIFA no Brasil (2009-2014). Da candidatura a sede dos referidos megaeventos até o momento de suas realizações, observou-se como as referências imagéticas da capital baiana foram construídas pela articulação de *empreendedores urbanos* do poder público (em nível municipal, estadual e federal), de determinados setores privados locais, além de organizações paraestatais, como a FIFA. Nesse sentido, a cidade que desde as últimas décadas do século XX possui sua imagem de consumo oficial projetada para o mercado turístico, passou a ter, com o tempo de megaeventos esportivos, a condição histórica de realizar o esgarçamento da lógica de mercantilização urbano/cultural, através de *estratégias* de *city marketing* que articularam um suposto passado de glória com as discutíveis novas técnicas de gestão urbana. Mediante a *configuração* retórica de um contexto excepcional de “oportunidade única” para o desenvolvimento socioeconômico local, forjou-se uma espécie de *cidade de exceção*, sob a qual oficialmente buscou-se legitimar as intervenções projetadas e implementadas. O argumento defendido aqui entende que essas políticas urbano/culturais contribuíram na reinvenção da imagem de consumo de Salvador, através de um processo geral de *espetacularização da cidade*, caracterizado pela *política às avessas*, dissimulada enquanto valorização cultural local, mas efetivamente fundamentada na dinâmica de sua reificação, mediante uma espécie de *beleza do morto*. Para tanto, as *apropriações estratégicas* das práticas culturais locais se articularam com a produção de *espaços de consumo* capazes de enunciar espetacularmente, para o mercado financeiro e consumo turístico, o *pastiche* da ideia de *cidade da diferença*. Não obstante, em face dessas *apropriações*, determinadas *reapropriações culturais* locais também se forjaram enquanto um conjunto diverso de resistências que reclamam, em níveis e características distintas, uma gama de direitos negados pelos *empreendedores urbanos*. Contudo, apesar de, em alguma medida, essas *reapropriações* contestarem o funcionamento gerencial do *espetáculo*, sua forma *antinormativa* não se apresentou capaz de subverter e destituir a lógica produtiva da *espetacularização*.

Palavras-chave: Políticas urbano/culturais; Imagens de consumo; Espetacularização da cidade; Salvador; Megaeventos.

ABSTRACT

This work, resulting from the doctoral research carried out within the Graduate Program of Sociology at the Federal University of Sergipe, investigated the urban and cultural politics and the construction of the consumption image of the city of Salvador, Bahia, during the preparation period and realization of the FIFA World Cup in Brazil (2009-2014). From the application until hosting such mega event and the time of its achievements, it was observed how the imagery references of Salvador were built by the articulation of *urban entrepreneurs* of government (municipal, state and federal level), certain local private sectors, as well as parastatal organizations such as FIFA. In this sense, the city that in the last decades of the twentieth century has its official consumption image designed for the tourist market, now has over time sporting mega events the historical condition to hold the fraying of the urban cultural commodification logic through *city marketing strategies* that articulated a supposed past glory with the controversial new urban management techniques. Through rhetoric *configuration* of an exceptional context of "unique opportunity" for local socio-economic development, was forged a sort of *city of exception*, under which officially sought to legitimize designed and implemented interventions. The argument put forward here understands that these urban-cultural policies contributed to the reinvention of Salvador consumption image by a general process of *city spectacularization*, characterized by *upside down politics*, disguised as local cultural value, but actually based on the dynamics of its reification, through a sort of *beauty of the dead*. Therefore, the *strategic appropriation* of local cultural practices are articulated with the production of *consumption spaces*, able to enunciate out *spectacularly* for the financial market and tourist consumption, the *pastiche* of idea of the *city's difference*. Nevertheless, in the face of *appropriation*, certain local cultural *reappropriations* also forged, while a diverse set of resistances that claim, in different levels and features, a range of rights denied by *urban entrepreneurs*. However, although to some extent, these *reappropriations* challenge the managerial functioning of the *spectacle*, its *antinormative* form did not appear able to subvert and remove the productive logic of the *spectacularization*.

Keywords: Urban Politics and cultural; Consumer images; *Spectacularization* of the city; Salvador; Mega-events.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	12
Lista de Mapas.....	15
Lista de Siglas.....	16
INTRODUÇÃO.....	18
Procedimentos metodológicos.....	28
I. A FORMAÇÃO URBANA E PÚBLICA DA CIDADE: PARA ALÉM DE UMA HISTÓRIA CONSENSUADA.....	33
I.1. Salvador da Bahia: <i>De quase todos os santos</i>	38
I.2. <i>Pureza e Perigo</i> da Modernização Urbana.....	53
I.3. Da <i>Modernidade que não veio à Industrialização que pouco passou</i> : iminências de uma economia política do turismo.....	71
II. DAS POLÍTICAS URBANAS ÀS POLÍTICAS DA CRIATIVIDADE.....	82
II.1- Sobre a <i>trajetória brasileira</i>	107
III. MEGAEVENTO NO BRASIL, COPA DO MUNDO EM SALVADOR.....	124
III.1. Principais Políticas urbano/culturais na cidade de Salvador.....	154
III.2. Agentes e Agências da Copa: O Estado e a Forma Política.....	186
III.3. Estatização Privada e Privatização Pública: “ <i>Política às avessas</i> ”?.....	203
IV. ENTRE ESPAÇOS URBANOS E PÚBLICOS: LUGARES NA COPA?.....	212
IV.1. Copa das Confederações FIFA Brasil 2013: Salvador <i>em tempo de Copa</i> ?.....	226
IV.2. Copa do Mundo FIFA Brasil 2014: Salvador e a formação de <i>espaços de consumo</i>	250
V. IMAGENS DE CONSUMOS E CONSUMO DAS IMAGENS DA CIDADE.....	285
V.1. A (re)invenção da Imagem de Consumo da cidade de Salvador.....	300
V.2. “Empreendedores urbanos” e “moradores”: Imagem e Imagens da Cidade.....	316
VI. CULTURA E ESPETACULARIZAÇÃO URBANA: REIFICAÇÃO CULTURAL E A BELEZA DO MORTO.....	342
VI.1. <i>Espetacularização urbana e reapropriações culturais</i> : destituição do consenso espetacular?.....	364

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	410
REFERÊNCIAS.....	415
SITES CONSULTADOS.....	430
ANEXOS.....	436
Anexo Único: Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	437
Anexo I: Acordo de cidade sede.....	438
Anexo II: Termo de cooperação entre Estado e Município.....	467
Anexo III: Perfil analítico: A. Break.....	475
Anexo IV: Perfil analítico: Eli.....	476
Anexo V: Perfil analítico: Sr. José.....	477
Anexo VI: Perfil analítico: Neto.....	478
Anexo VII: Cordel indignado.....	479

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.....	55
Figura 02.....	59
Figura 03.....	67
Figura 04.....	68
Figura 05.....	68
Figura 06.....	72
Figura 07.....	73
Figura 08.....	73
Figura 09.....	185
Figura 10.....	228
Figura 11.....	228
Figura 12.....	229
Figura 13.....	229
Figura 14.....	232
Figura 15.....	233
Figura 16.....	233
Figura 17.....	234
Figura 18.....	235
Figura 19.....	237
Figura 20.....	241
Figura 21.....	252
Figura 22.....	252
Figura 23.....	253
Figura 24.....	253
Figura 25.....	255
Figura 26.....	256
Figura 27.....	256
Figura 28.....	261
Figura 29.....	262
Figura 30.....	262
Figura 31.....	268

Figura 32.....	269
Figura 33.....	269
Figura 34.....	270
Figura 35.....	270
Figura 36.....	271
Figura 37.....	271
Figura 38.....	272
Figura 39.....	272
Figura 40.....	274
Figura 41.....	275
Figura 42.....	275
Figura 43.....	277
Figura 44.....	278
Figura 45.....	279
Figura 46.....	280
Figura 47.....	281
Figura 48.....	282
Figura 49.....	305
Figura 50.....	312
Figura 51.....	313
Figura 52.....	314
Figura 53.....	315
Figura 54.....	319
Figura 55.....	320
Figura 56.....	320
Figura 57.....	321
Figura 58.....	321
Figura 59.....	322
Figura 60.....	322
Figura 61.....	323
Figura 62.....	323
Figura 63.....	328
Figura 64.....	328

Figura 65.....	329
Figura 66.....	330
Figura 67.....	349
Figura 68.....	350
Figura 69.....	370
Figura 70.....	373
Figura 71.....	373
Figura 72.....	378
Figura 73.....	379
Figura 74.....	379
Figura 75.....	381
Figura 76.....	381
Figura 77.....	382
Figura 78.....	383
Figura 79.....	384
Figura 80.....	391
Figura 81.....	392
Figura 82.....	392
Figura 83.....	393
Figura 84.....	393
Figura 85.....	396
Figura 86.....	398
Figura 87.....	402

LISTA DE MAPAS

Mapa 01.....	42
Mapa 02.....	43
Mapa 03.....	264
Mapa 04.....	396
Mapa 05.....	402

LISTA DE SIGLAS

ABAM – Associação das Baianas de Acarajé e Mingau
ACM – Antônio Carlos Magalhães
ADEMI-BA – Associação das Empresas de Mercado Imobiliário, Seccional Bahia
ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
APUB – Associação dos Professores Universitários da Universidade Federal da Bahia
BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia S/A
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIDs – *Business Improvement Districts*
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
BRT – *Bus Rapid Transit*
CES – Centro de Estudos Sociais
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COI – Comitê Olímpico Internacional
COL – Comitê Organizador Local
CPPI – Centro de Culturas Populares e Identitárias
CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CREA-BA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia
CREMEB – Conselho Regional de Medicina da Bahia
DEM – Partido Democratas
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOPA – Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA 2014
FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIFA – Federação Internacional de Futebol
IAB-BA – Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
LOUOS – Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo
MP-BA – Ministério Público do Estado da Bahia

ONU – Organização das Nações Unidas

OAB-BA – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDC – Plano Diretor da Copa

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PEB – Plano Estratégico de Barcelona

PEMB – Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona

PERI – Plano Especial de Reforma Interna

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

PP – Partido Progressista

PPPs – Parcerias Público Privadas

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PT – Partido dos Trabalhadores

RDC – Regime Diferenciado de Contratação

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SALTUR – Empresa Salvador Turismo

SAREM – Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios

SECOPA – Secretaria Estadual para Assuntos da Copa

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SSA – São Salvador da Baía de Todos os Santos

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

TJ-BA – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

UC – Universidade de Coimbra

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

USP – Universidade de São Paulo

VLT – Veículo Leve Sobre Trilho

ZEIS – Zona de Especial Interesse Social

INTRODUÇÃO

Sob uma observação mais atenta e crítica, os expressivos índices¹ de crescimento das populações que vivem nas cidades² são cada vez mais insuficientes para constataremos a validade dos indicadores da ideia de qualidade de vida. O imaginário que configurou genericamente a compreensão de “cidade” pelas projeções de desenvolvimento econômico, com oportunidades de trabalho, liberdade e justiça social, encontra-se repleto de questionamentos e tensões. A partir da segunda metade do século XX, com o reordenamento produtivo capitalista em direção ao mercado financeiro global, as cidades passaram a ser construídas e geridas como singulares mercadorias³. As práticas e os costumes culturais, idealmente livres, de acordo com o prisma que postulava a *modernidade*⁴ como sinônimo de evolução social, passaram a ser *apropriados* como *simulacro* e *pastiche* (JAMESON, 1997; 2006) de uma suposta valorização das culturas locais. Não obstante, se não mais pelo “desenvolvimento” do capital, mas pelas suas múltiplas reconfigurações, o que observamos, especialmente a partir dos fenômenos ocorridos nos espaços citadinos, é a complexa legitimação de cerceamento do direito ao trabalho, à moradia, ao lazer e à participação política, através de formas dissimuladas e especulativas que conferem domínio a lógica de mercantilização dos espaços e práticas culturais.

Nessa ótica, interessa-nos analisar a lógica de produção das cidades contemporâneas mediante a investigação de alguns processos, nem sempre explícitos, que se encontram na interface das *políticas urbano-culturais* e construção de *imagens de consumo*. Esse

¹ Segundo a ONUBR (2013), o total da população mundial é de aproximadamente 7 bilhões de pessoas. Já em 2010, as estimativas estatísticas do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2010) apontavam que, para os próximos quarenta anos, mais de 70% da população mundial estará vivendo no meio urbano. Em alguns países, as taxas de natalidade estão decrescendo, mas a população mundial segue aumentando. A previsão é que se chegue a 8 bilhões e 900 mil pessoas até 2050. No Brasil, conforme o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), praticamente 85% da população vive nas cidades. Informações disponíveis em:

<http://www.onu.org.br/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>

<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao;>

<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/populacao>

Acessado em 12/11/13.

² O recorrente uso desse termo aqui ocorre em virtude do múltiplo sentido no qual ele é abordado. Assim, tanto diz respeito a um tema, quanto objeto de estudo, além de se caracterizar como categoria analítica forjada mediante a distinção epistemológica entre a sociologia urbana e das cidades (FORTUNA, 2002). Com efeito, tem-se a *cidade* como substantivo indicativo de localização, que é Salvador; a *cidade* como espaço temático de análise social; e a *cidade* como objeto de construção e representação ativa de outros fenômenos ligados às relações sociais tecidas em determinado espaços e tempos.

³ Cf. Harvey (1994; 2005; 2011; 2014), Jameson (1997; 2006), Matarasso (2009), Vainer (2009), Arantes (2009), Maricato (2009), Ferreira (2010) Rolnik (2003; 2009; 2012), entre outros.

⁴ Leia-se aqui como *desenvolvimento do capitalismo industrial* (JAMESON, 1997).

ocultamento sob o qual se inscrevem os efeitos e os processos da lógica de produção *espetacular* (DEBORD, 1997⁵) das cidades se relaciona com as características múltiplas do universo urbano. Do ponto de vista analítico, a rigor, por falta de condições interpretativas, epistêmicas e/ou metodológicas, temos ficado submetidos a uma cegueira⁶, que pela proximidade ou distância (BARREIRA, 2013), impedem-nos de considerarmos a cidade em um panorama mais plural. Isso não quer dizer que precisemos ou mesmo tenhamos condições de apreender todos os fenômenos sociais, mas que é necessário reconhecer sua pluralidade. Assim, a análise dos processos potencializa-se como perspectiva assumidamente parcial e limitada, tal como a tensão identificada entre *cidade real* e *cidade imaginada*. Conforme Barreira (2013), essa é mais uma questão que deve ser considerada a partir do próprio objeto de análise.

A rigor, essas dimensões, *real* e *imaginado*, nunca são inteiramente puras. Se relacionam e em muitos casos se retroalimentam, em que elementos mais pertinentes a uma interferem na outra. Nas políticas urbanas contemporâneas, por exemplo, apesar das narrativas dos gestores se configurarem por um “todo” *imaginado*, visualizam no *real* apenas um fragmento da vida social. Assim, os planejamentos e projetos citadinos realizam-se conforme “ironias objetivas” (ARANTES, 2009), dinâmica na qual as melhores intenções são convertidas no seu avesso, “[...] realizando, não por desvio mas por finalidade interna, o contrário do que prometiam” (ARANTES, 2009, p. 11).

Instigado pelas dinâmicas subjacentes às relações entre os projetos e o decorrer processual, o presente trabalho se estrutura nessa perspectiva de *olhar as cidades*, tomando-as no *plural*⁷ (FORTUNA; LEITE, 2009). Ou seja, propõe-se reconhecer nesse objeto de estudo uma multiplicidade de variáveis suscetíveis à análise, ainda que boa parte delas escape ao

⁵ Uma vez reconhecido que a data de publicação original da obra citada é de 1967, optamos que a partir desse momento seguir a citação, indicando a referência da obra traduzida do autor que foi utilizada nesse trabalho.

⁶ A autora Irllys Barreira, a partir da metáfora tecida na literatura de José Saramago, em *Ensaio Sobre a Cegueira* (2008), convida-nos a pensar a cidade sendo redefinida pela necessidade imediata da expressão de outros sentidos, imprescindíveis à sobrevivência. Para ela (BARREIRA, 2013, p. 16), “a situação extrema induzida pela cegueira produz, no entanto, um universo de significações opostas: a lucidez das percepções, que ultrapassa a experiência quotidiana de outrora. A cegueira física passa então a ser indutora de novas <<visões>> sobre a vida social.”. A proposta é refletir as nossas práticas de pesquisa entre aquilo que observamos e deixamos de observar nas cidades. Sendo assim, a cegueira pode ocorrer tanto pela distância, quanto pela proximidade, no momento em que a multiplicidade do que é visto impede o filtro necessário das impressões do pesquisador. Se está aparentemente posto o desafio de pesquisar uma cidade desconhecida, o contrário ainda é mais negligenciado. Conforme Barreira (2013, p. 17), “a evidência daquilo que se repete pode reduzir a curiosidade, induzindo o não estranhamento da observação: as vendas da visão experimentadas pelo cidadão comum”.

⁷ A ideia de plural de cidade, segundo esses autores, não diz respeito a uma pretensão em estudar tudo que possa existir, nem tão pouco refere-se ao exercício de tecer grandes narrativas sobre os fenômenos citadinos, mas de considerá-los complexos a partir das infinitudes de fatores que a vida urbana pode dar.

nosso alcance. Também por essa razão é válido evidenciarmos que o objetivo geral que norteou o percurso interpretativo dessa tese, construída sobre a cidade de São Salvador, situada no Estado brasileiro da Bahia, visou responder a seguinte questão de pesquisa: *em que medida as políticas urbano-culturais implementadas na cidade de Salvador-BA, durante o contexto de preparação e realização das Copas da FIFA, constroem uma nova imagem de consumo da cidade?* O recorte temporal compreende o período que a capital soteropolitana foi eleita como sede para os jogos (2009) até a realização do evento propriamente dito (2014).

Especificamente, propôs-se identificar os agentes envolvidos nas formulações e implementações dessas referidas intervenções promovidas, analisando as principais *narrativas* (BARREIRA, 2013) e retóricas utilizadas como subsídios para a execução e planejamento dos projetos. Diante da existência da produção de imagens de cidade atrativa para investimentos financeiros e visitação turística, nesse contexto, buscou-se analisar como elas se relacionavam com a ideia do consumo cultural forjado entre a suposta singularidade da capital baiana e sua representatividade nacional. Dessa maneira, objetivou-se apreender como a imagem de Salvador e do Brasil se vincula tanto na esfera singular, quanto plural, resultando por fim no objetivo de verificar como elas foram viabilizadas e sob quais características políticas se estabeleceram.

No âmbito analítico, a tese deriva de uma pesquisa que apresenta basicamente dois matizes temáticos: *Políticas urbanas* (SAVAGE e WARDE, 2002) (notadamente aquelas que se referem à cultura) e *Imagens da cidade* (FORTUNA, 1997; ZUKIN, 2000a; 2000b) (destacadamente aquelas que dizem respeito ao consumo cultural). Por “política urbana” compreende-se qualquer intervenção urbana (de origem pública ou de iniciativa privada) formulada e executada no contexto social concebido como “urbano”. De outro modo dito, os autores Mike Savage e Alan Warde tecem essa definição como aquilo “que é realizado pelos Organismos Públicos locais como aos grupos externos capazes de mobilização social, que procuram influenciar a política” (SAVAGE; WARDE, 2002, p. 151). O sentido de “imagem da cidade” (FORTUNA, 1997; ZUKIN, 2000), por sua vez, é entendido como o conjunto de duas dimensões. Uma objetiva e concreta (formadora do “espaço urbano”) e outra, abstrata e simbólica (construída pela representação de determinado fenômeno, resultando ou não na constituição de “lugares” e “espaços públicos”⁸).

⁸ Por “espaço urbano” entende-se o logradouro geográfico em si. O “lugar” é um espaço configurado pela atribuição de sentido identitário, isto é, seu uso expressa sua condição de existência a partir das manifestações de pertencimento. Já o “espaço público” refere-se, também pelos usos, aos diferentes sentidos de “lugar” possíveis, suscetíveis a demarcação de fronteiras simbólicas, conflitos e negociações. Ainda sobre os fundamentos das distinções conceituais dessas categorias, ver Rogério Proença Leite em *Contra-usos da cidade: Lugares e Espaço*

O que se destaca heurísticamente do trabalho não é essa partida relacional. De fato, as análises que buscam compreender os processos correlativos entre estes dois matizes temáticos já estão concretizadas nos estudos urbanos contemporâneos. Com efeito, as investigações sobre os desdobramentos destas correlações revelam inúmeros casos⁹, guardadas determinadas variações locais, de enobrecimentos urbanos marcados notadamente por intensas segregações sociais em virtude da produção de espaços objetivados para a apropriação turística. Além da construção das *idades em imagens turísticas*, a produção dessas *em imagens políticas*¹⁰ tem sido identificada como variante significativa sobre as *novas formas de gestão urbana*, ou ao menos do discurso que acompanha essa suposta novidade urbanística (ARANTES, 2009; VAINER, 2009). Sob a pauta de modelos de governança assentados no conceito de “sustentabilidade” ambiental, democrática e cidadã, uma série de intervenções urbanas tem promovido importantes alterações no (re)ordenamento do espaço, direito à cidade e consolidação de determinadas marcas positivadas segundo a narrativa oficial dos *construtores* dos espaços urbanos.

Nessa perspectiva, nota-se que os investimentos em políticas urbanas sofreram alterações, sobretudo a partir das décadas de 1990 e 2000. Por essa nova reconfiguração, a atividade cultural passou a ser concebida como parte das intervenções urbanas constituidoras das “idades modelos”¹¹ (SÁNCHEZ, 2001). Conforme sublinha Claudino Ferreira (2010), os investimentos públicos na área cultural¹², com fins de promoção de “regeneração urbana” ou construção de “idades atrativas” das cidades, tornaram-se significativamente relevantes no mundo ocidental, especialmente a partir do processo de desindustrialização¹³. Neste sentido,

Público na Experiência Urbana Contemporânea (2007). Ademais, reservamos o capítulo 4 para discutir especialmente essas categorias que configuram os usos e a formação dos espaços, no contexto histórico que a cidade se inscreve.

⁹ As requalificações urbanas de centros históricos e bairros dotados de valores patrimoniais são os principais exemplos empíricos dessas intervenções que comumente são realizadas pela associação do poder público e de setores da iniciativa privada.

¹⁰ Sobre esse tipo de caracterização da imagem da cidade, defendi a dissertação de mestrado em Sociologia pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, intitulada *Políticas urbanas e imagens da cidade: Da Terra Dura* ao bairro de Santa Maria na cidade de Aracaju-SE (2011).

¹¹ Por “cidade-modelo”, a autora Fernanda Sánchez (2001) entende aquelas cidades que constroem imagens síntese e positivamente concebidas como exemplares, a partir da articulação de governos e atores locais de influência socioeconômica, com agências multilaterais de financiamentos.

¹² Tanto por “área”, quanto por “dimensão” cultural compreendem-se atividades relacionadas a arte, exposições artísticas, patrimonial, expressões e inscrições urbanas dotadas de símbolos e códigos. O modo de ser e fazer concebidos geralmente como particulares a determinadas sociedades e/ou grupos sociais (FERREIRA, 2010).

¹³ O processo que tem sido chamado de desindustrialização é comumente interpretado através de sua outra face realizável no ordenamento das cidades, a partir do crescimento dos investimentos econômicos e políticos nas mais diversas dimensões culturais. Isso quer dizer que estaria sendo revelado um novo campo econômico, a partir do momento em que se reconhece nas ações urbanas a possibilidade de tornar a ideia de cultura, mesmo no

tem sido necessário problematizar qual o peso que tem a atividade cultural para as cidades contemporâneas. Ou seja, até que ponto a dimensão cultural impacta e (re)orienta as políticas urbanas associadas ao turismo, ao consumo e ao planejamento urbano (ordenamento e reordenamento do espaço e da vida socioeconômica)?

Semelhante ao que ocorreu em outros países, no Brasil, essa reorientação foi expressiva, tendo em vista o esgarçamento da lógica de mercantilização urbana que o contexto dos megaeventos esportivos, notadamente as Copas da FIFA e os Jogos Olímpicos, propiciaram. Empiricamente, nossa pesquisa teve como foco os processos que mediarão e condicionaram a construção de imagens de consumo da cidade de Salvador através das políticas urbano-culturais implementadas ou projetadas *na/para* a capital baiana. A opção dela, entre as demais sedes¹⁴ da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, se deu em virtude da histórica formação de sua *imagem de consumo*¹⁵, face às características contemporâneas das políticas urbanas, configuradas centralmente pela atribuição mercadológica concedida à ideia de cultura (HALL, 1997; ARANTES, 2009; VAINER, 2009; FERREIRA, 2010).

Por um lado, o trabalho dialoga com outros estudos urbanos, empreendidos não só individualmente por pesquisadores localizados em diversas regiões do país, mas por grupos e núcleos institucionais de pesquisa¹⁶. Por outro, apresenta como particularidade o fato de não ter, como foco primordial investigativo, os impactos urbanísticos dos megaeventos em si, mas o propósito de compreender a dinâmica relacional entre as intervenções urbanas/culturais na construção de imagens de consumo sobre a cidade, diante do contexto de preparação e realização das referidas Copas.

sentido mais genérico possível, um campo atrativo para investimentos financeiros, com desenvolvimento econômico e social para as cidades. (HALL, 1997; FERREIRA, 2010).

¹⁴ Ao todo, 18 cidades se candidataram para sediar os jogos da Copa do Mundo, a saber: Rio de Janeiro - RJ; São Paulo - SP; Belo Horizonte - MG; Porto Alegre - RS; Brasília - DF; Cuiabá - MT; Curitiba - PR; Fortaleza - CE; Manaus - AM; Natal - RN; Recife - PE; Salvador - BA; *Rio Branco - AC; Belém - PA; Maceió - AL; Goiânia - GO; Florianópolis - SC; Campo Grande - MS*. Dessas, não foram eleitas as seis últimas indicadas em *itálico*.

¹⁵ Por “imagem de consumo da cidade” compreendemos as construções concretas e objetivas, mas também representacionais e imaginadas que se estabelecem sobre a cidade e que aludem à esfera do mercado, sob a qual se pode ofertar tanto um equipamento urbano e paisagístico, quanto um elemento, *a priori*, abstrato, como a “cultura da alegria”. No caso da cidade de Salvador, o consumo, não apenas simbólico, nesses casos, estabelece-se mediante a indução e apropriação de narrativas turísticas e históricas que materializam (de diversas formas) ícones imagéticos, como a ideia de “primeira capital do Brasil”, “afro-baianidade”, e outras heranças culturais tratadas como representativas do país, mas também particularmente próprias do local. Ainda sobre a ideia de cultura de consumo, vale destacar alguns autores chave (FEATHERSTONE, 1995; JAMESON, 1997; BAUMAN, 1998; LEITE, 2008; CEVASCO, 2010; CERTEAU, 2011; EAGLETON, 2011) que tem servido para pensar de maneira complementar entre si, mas também dissidente, a compreensão sobre esse fenômeno.

¹⁶ Nessa perspectiva, o reconhecido instituto de pesquisa “Observatório das Metrópoles” iniciou em janeiro de 2011 um extenso projeto de investigações chamado “Metropolização e Mega-eventos: os impactos da Copa do Mundo/2014 e Jogos Olímpicos/2016”. Informação disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1549&Itemid=162&lang=pt. Acessado em 21/07/2011.

Sendo assim, a partir desse cenário analisado, nossa hipótese de tese é que as intervenções urbano-culturais se caracterizam por um processo de *espetacularização da cidade*, que se deu mediante *apropriações culturais* forjadas pelo ordenamento da *política às avessas*. Essas duas categorias, *espetacularização da cidade*¹⁷ e *política às avessas*¹⁸, serão rediscutidas em maior profundidade mais adiante, de modo a dar melhor sustentação ao argumento da tese.

Sob a retórica da “oportunidade única” e do “desenvolvimento socioeconômico local”, essas *apropriações* contribuíram de forma *estratégica* (CERTEAU, 1998) na reinvenção de imagens e *espaços de consumo*¹⁹ da capital baiana, através de *reificações culturais* dissimuladas pelo que, metaforicamente, Certeau (2011) chamou de *beleza do morto*, ou seja, uma ação de poder funcional e conveniente aos interesses econômicos e políticos de alguns representantes do poder público e da iniciativa privada.

Dessa maneira, as desigualdades sociais, as negações de direito e o *desentendimento* (RANCIÈRE, 1996) foram dissimulados, de modo a naturalizar uma suposta harmonia entre os diferentes atores constituintes da cidade. Para tanto, a retórica da “diferença”, positivada pela “experiência” de viver e visitar a cidade, juntamente à generalizada narrativa de

¹⁷ Essa categoria é definida aqui a partir de uma apropriação da ideia de *espetáculo*, de Guy Debord (1997), e *espetacularização da cultura*, de Leite (2008). Diz respeito, portanto, a um processo normativo de tornar a cidade suscetível a investimentos financeiros e práticas de consumo, notadamente vinculados ao mercado turístico. Através da construção de *espaços de consumo* e reificação cultural das práticas e costumes locais, se empreende uma mediação imagética da cidade forjada pela mercantilização urbano-cultural. A *espetacularização* se caracteriza fundamentalmente por intervenções especulativas e/ou superficiais estabelecidas em detrimento de políticas estruturais relativas ao conjunto de direito à cidade, sobretudo das camadas populares mais empobrecidas. Ainda que se constitua pela égide da valorização da cultura e desenvolvimento socioeconômico local, as *apropriações culturais espetaculares* tendem a simular a própria atividade humana de acordo com o funcionamento normativo da produção capitalista. A depender de cada *situação* verificada, essa regulação e normatização, operacionalizada pela *política às avessas*, tende a ser, em menor ou maior grau, tensionada por *reapropriações culturais*. Contudo, elas não eliminam a lógica produtiva do espetáculo, apesar de incidirem na destituição do consenso que forja o espectro político-gerencial da espetacularização urbana. Esse argumento é ainda mais desenvolvido no Capítulo 6 – **Cultura e Espetacularização urbana: Reificação cultural e a beleza do morto**.

¹⁸ Essa categoria é sugerida como forma explicativa a lógica gerencial que circunscreveu a *espetacularização da cidade* de Salvador no contexto de preparação e realização das Copas da FIFA. Em diálogo com a noção de *política*, desenvolvida por Rancière (1996), argumentamos que o caso analisado revela o avesso da participação e concessão de direitos a determinadas camadas sociais da população da capital baiana, na medida em que a retórica da *oportunidade única* e do *desenvolvimento socioeconômico local* contribuiu para formar, do ponto de vista dos *construtores oficiais da cidade*, uma imagem de consumo atrativa ao mercado turístico e financeiro. Nesse sentido, o avesso da política se materializa na suposta excepcionalidade construída através de um conjunto de mecanismos legislativos, jurídicos e militares, que configuram uma espécie de *cidade de exceção* (VAINER, 2011). Em nome do questionável *legado urbano*, leis podem ser alteradas em virtude da privatização e financeirização urbana, ainda que ocorra em detrimento dos espaços de participação e decisão, bem como dos usos públicos da cidade. Para melhor desenvolvimento desse argumento ver Capítulo 3, tópico III.3 - **Estatização Privada e Privatização Pública: “Política às avessas?”**.

¹⁹ Trata-se da apropriação de localidades realizada tanto mediante intervenções físicas quanto por meio da construção de imaginários que objetivam fomentar o consumo cultural. Essa categoria será especialmente desenvolvida no capítulo 4, chamado “Entre *espaços urbanos e públicos: lugares na Copa?*”.

desenvolvimento socioeconômico e cultural da localidade, foram utilizadas como principal instrumento promotor da legitimidade de suas ações. Ainda que associada à história e aos bens patrimoniais, a cultura local foi publicitada e supostamente valorada por um processo perverso, no qual o reconhecimento e a “revitalização” da “baianidade” se deu através das condicionantes constitutivas à lógica capitalista da espetacularização²⁰.

Embora a *espetacularização da cidade* possa ocorrer fora do contexto de megaeventos, argumentamos que sua ocorrência tende a intensificar o esgarçamento dessa lógica de mercantilização urbano-cultural. Em Salvador, ela contribuiu para a constituição de um espaço propício para a (re) invenção das imagens de consumo locais, erguidas de maneira aparentemente consensual²¹, mas efetivamente configuradas a partir de outro tipo de organização, que se afirma mediante a negação do conflito, inerente a ideia de *política* (RANCIÈRE, 1996) enquanto espaço de disputa.

Todavia, essa configuração se apresentou mais complexa ao longo dos processos observados na pesquisa. Em face das *apropriações culturais, estrategicamente* (CERTEAU, 1998) realizadas pelas ações dos *construtores oficiais da cidade*²² e *empreendedores urbanos* (HARVEY, 2005), observamos *reapropriações culturais*, que, de diferentes formas, expressavam outra qualificação imagética daquela oficialmente empreendida. Propusemos classificá-las em quatro tipos²³, que encontram correspondência em casos empíricos analisados. São eles: 1- *Reapropriação cultural como contra-cena espetacular*; 2- *como empreendimento popular da cultura reificada*; 3- *como tática diferencial de comércio*; 4- *como ludicidade crítica*. Ainda que classificados em tipos diferentes, a rigor, é possível identificar características comuns e assim analisar processos nos quais elas estejam estreitamente relacionáveis.

²⁰ Conforme esse argumento, pode-se entender que mesmo quando alguns atores e costumes locais aparentam ser valorizados pelas políticas de espetacularização urbana, sua inserção ocorre através da destituição de sua dinâmica própria, uma vez que são mediados como mercadorias convenientes aos interesses dos construtores oficiais e empreendedores urbanos. De acordo com esse mecanismo de *ampliação restritiva*, conforme nos ajuda a pensar Debord (1997), a “participação” é condicionada. Nesse sentido, por exemplo, apenas determinadas características são assimiladas de algumas baianas de acarajé, assim como é convenientemente tolerado o trabalho ambulante e estetizado a imagem de negritude festiva e alegre da capital baiana. Sobre isso, ver os Capítulos 4, 5 e 6.

²¹ Sobre isso, vale ressaltar, conforme adverte Cibele S. Rizek e Maria Célia Paoli (2007), que não se trata de desconhecer as práticas de resistência populares a partir de uma determinação institucional, mas de compreender que há, engendrada nas novas lógicas de governança, uma perspectiva de inviabilizar as ações de participação e consequente democratização do país.

²² Referimo-nos aqui aos agentes (políticos profissionais, técnicos, gestores e planejadores urbanos) que representam o poder público municipal, estadual e federal, além dos agentes privados vinculados às políticas urbano/culturais analisadas. Nesse sentido, os *construtores oficiais da cidade* possuem também características relacionais, o que Harvey denomina “empreendedores urbanos”, notadamente no que se refere a investidores financeiros que atuam no campo especulativo.

²³ Para melhor desenvolvimento dessa classificação, ver o tópico VI.1- **Espetacularização urbana e reapropriações culturais**: destituição do consenso espetacular?, no Capítulo 6 desse trabalho.

Apesar dessas *reapropriações culturais* incidirem nos aspectos relativos ao funcionamento da *espetacularização da cidade*, provocando eventualmente a destituição do consenso forjado pela *política às avessas*, elas não se apresentam como experiências combativas à lógica produtiva do *espetáculo*. No limite, suas ocorrências implicam reordenamento gerencial da normatização projetada para a mercantilização urbano cultural. Isso se deu através da *contra-cena espetacular*²⁴, que configurou as críticas contra a suposta proibição de venda dos bolinhos de acarajé e resultou na assimilação das baianas mediante a estetização e seletiva inclusão (por isso também não menos excludente para algumas); pela própria corroboração da espetacularização da cultura a partir do *empreendimento tático* (CERTEAU, 1998) de atores que têm suas próprias práticas reificadas pela narrativa oficial; pela *tolerância estratégica* das práticas legalmente indevidas de vendedores informais, dentro da zona de exclusividade comercial da FIFA; e pelo alcance e eventuais limites das *práticas construtivas-lúdicas* (DEBORD, 1997; TRACHANA, 2014) que publicitavam críticas políticas à forma como a cidade tem sido gerida, a partir do uso de espaços públicos de diferentes características.

Em todos os tipos, verificou-se que o processo de espetacularização da cidade comporta tanto as *apropriações culturais estratégicas* quanto as *reapropriações táticas*. Por essa razão, a destituição do consenso espetacular, eventualmente promovido nos casos verificados, não demonstrou exatamente uma dimensão subversiva da produção da mercantilização urbana, uma vez que se deu circunscrita pela espetacularização e, de certo modo, em sintonia com as necessárias reconfigurações dos modos de agir.

Por fim, a estrutura textual da tese é composta por 6 capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo, intitulado “**A formação urbana e pública da cidade: para além de uma história consensuada**”, o urbano é pensado na dimensão das disputas que dão à cidade uma ideia mais plural, ainda que a relação entre as ações de atores ordinários e os atores de poder institucional sejam desiguais. A história que a constitui dessa maneira se produz entre descontínuos projetos normatizadores e processuais resistências e reapropriações políticas.

O objetivo geral é situar historicamente a cidade de Salvador, com ênfase em alguns elementos pontuais que compõem a sua história de cinco séculos e que, em alguma medida, ajuda a pensar analiticamente os fenômenos observados na contemporaneidade. É o caso da

²⁴ Essa expressão é utilizada a partir da interpretação que fazemos de Guy Debord, quando sugere que a autonomização das imagens e de sua característica aparente, em *A Sociedade do Espetáculo* (1997), comporta uma suposta oposição crítica à espetacularização, denominada pelo autor como aparência e oposição espetacular.

própria ideia explorada na imagem de “primeira capital” do Brasil colônia, retomada no contexto circunscrito à pesquisa, pela marca publicitária de “berço da civilização brasileira”. De igual modo, constata-se como a estrutura urbana desenvolvida herdou a influência do modelo de ocupação português e os efeitos desiguais da constituição colonial, marcada fundamentalmente pelo trabalho escravo e outras significativas desigualdades sociais. Apesar desses violentos processos constitutivos, a cidade, que territorialmente se dividiu entre “cidade alta” e “cidade baixa”, teve sua identificação próspera, quando chegou a ser um dos mais importantes entrepostos comerciais do Brasil colônia. O declínio desse controverso status positivado é retomado por novas formas e em outro contexto de produção urbana, sob o qual se pretende postular retoricamente a importância da cidade, vinculando-a a um abstrato e conveniente passado de glória.

No segundo capítulo, denominado “**Das políticas urbanas às políticas da criatividade**”, pretende-se analisar como se vinculam as características das intervenções urbanas ao contexto de produção e ordenamento capitalista. Nessa perspectiva, são discutidos os elementos constituintes da gestão e produção de cidades, referendadas por questões técnicas e urbanísticas, ainda que permeadas de interesses políticos e expressivas contradições e desigualdades sociais. Tanto em nível global, quanto nacional, observa-se a reconfiguração do *pensar e gerir a cidade* a partir da reestruturação urbana vivenciada nos anos 70, do século XX. Sob esse novo contexto, desenvolvem-se novas necessidades de produção capitalista, para as quais se modificam as características das políticas *na e para* a cidade. As *políticas urbanas* se reconstituem nas discutíveis *políticas da criatividade*, na medida em que se postula a necessidade de produzi-la como objeto de investimentos financeiros e atratividade turística, diante de um mercado de competição interurbana. Nesse contexto é que emergem mais fortemente a funcionalização estratégica de capitulação e realização de megaeventos enquanto mecanismo potencializador de desenvolvimento econômico, ainda que boa parte das experiências analisadas revelem enormes controvérsias.

No terceiro capítulo, intitulado “**Megaevento no Brasil, Copas em Salvador**”, pretende-se analisar como o ideário da produção urbana *criativa e empreendedora* encontra correspondência na realização de megaeventos no Brasil, especialmente no que diz respeito aos Jogos Olímpicos e às Copas da FIFA. A relação entre o Brasil e a cidade de Salvador é investigada mediante o mapeamento dos diferentes atores e agências envolvidos na produção de políticas urbano-culturais. Nesse aspecto, intercalam-se, no bojo comum da espetacularização urbana, as distintas lógicas que circunscrevem a configuração da cidade em

um contexto de megaeventos esportivos. Sob o discutível legado do desenvolvimento socioeconômico local, forjado pela suposta conquista em sediar uma Copa do Mundo, observa-se como a concorrência intercidades assume diferentes formas e perpassa a produção urbana espetacularizada, desde o momento da candidatura até a realização do megaevento em si. Nessa perspectiva, identificam-se especificamente as principais intervenções urbano-culturais da capital baiana, destacando os atores envolvidos, suas relações e características através da análise dos planos e projetos urbanísticos.

No quarto capítulo, denominado “**Entre espaços urbanos e públicos: lugares na Copa?**”, objetiva-se discutir a configuração da cidade a partir da diferenciação entre as categorias “espaço urbano”, “espaço público” e “lugar”, identificando e anunciando quais espaços de Salvador foram tomados como objetos empíricos específicos de observação e análise. O argumento é que a relação entre as políticas urbanas e as imagens da cidade perpassa, em alguma medida, pela forma como as intervenções se *espacializaram* e projetaram usos. Para tanto, três grandes áreas foram escolhidas: 1- Zona litorânea, que vai do “Porto da Barra” até o “Rio Vermelho”; 2- Zona Arena Fonte Nova, que compreenderia o bairro Vasco da Gama, o Dick de Tororó e a área no raio de 2 km que é delimitada durante a Copa FIFA; 3- Zona Centro Histórico, notadamente o Pelourinho. O intuito é, juntamente à análise dos planos e intervenções urbanas, observar como os espaços e usos refletem as estratégias de gestão e produção da cidade espetacularizada, diante do contexto potencializador dos megaeventos.

No quinto capítulo, intitulado “**Imagens de consumos e consumo das imagens da cidade**”, a discussão concentra-se na esfera temática da imagem da cidade e suas características produzidas para o consumo cultural e turístico. A partir da investigação das principais políticas urbano-culturais implementadas e projetadas para a capital baiana, objetiva-se analisar em que medida a imagem de consumo é configurada no contexto de excepcionalidade que circunscreveu as Copas da FIFA no Brasil. Do ponto de vista oficial, a cidade que tem sido historicamente enunciada através de qualificações atrativas para o consumo turístico, tem no contexto analisado sua imagem reinventada pelos empreendedores urbanos, a favor de investimentos financeiros e potencialização do mercado de turismo. Apesar da harmoniosa imagem de consumo produzida, constatam-se avaliações destoantes sobre a produção e gestão da cidade empreendida no contexto dos megaeventos, notadamente a partir de moradores e alguns produtores culturais locais.

Por fim, no sexto capítulo, nomeado “**Cultura e Espetacularização Urbana: reificação cultural e a beleza do morto**”, as políticas urbano-culturais e as imagens de consumo produzidas na cidade de Salvador são analisadas mediante a caracterização do processo de *espetacularização urbana*. No contexto das Copas da FIFA, as intervenções urbanas assumiram prioritariamente caráter cultural e se inseriram no âmbito maior da concorrência por investimentos financeiros, sob a égide consensual de que a formação de “cidades atraentes” é efetivamente um “bom negócio”. Nessa perspectiva, objetiva-se analisar como as *apropriações* e *reapropriações culturais* caracterizam o complexo processo de espetacularização da cidade de Salvador.

Procedimentos Metodológicos

Para a operacionalização da pesquisa que deu sustentação à tese, recorremos ao levantamento do estado da arte sobre as bases temáticas (políticas urbanas, culturais e imagens de consumo da cidade) bem como às intervenções realizadas que aludiram ao cenário que inscreve Salvador como sede dos megaeventos. Aliado à observação direta dos usos dos espaços, mediante as projeções e/ou implementações de políticas urbano-culturais, a pesquisa documental e analítica, tanto dos projetos urbanísticos, quanto dos *planejamentos estratégicos* vinculados ao turismo, além dos rearranjos jurídicos, foram utilizadas como significativas fontes para compreender o processo e as características da (re)construção da imagem de consumo da cidade de Salvador.

No primeiro momento da pesquisa, o estado da arte foi realizado com o intuito de obter uma formação mais aprofundada da bibliografia na qual o tema está circunscrito. No segundo momento, realizou-se tanto um mapeamento das principais intervenções urbanas/culturais implementadas na cidade de Salvador, quanto dos agentes implementadores dessas políticas no contexto de preparação e realização da Copa do Mundo em 2014. Isso compreende o período que vai do momento em que a cidade foi eleita (2009)²⁵ como uma das doze sedes para os jogos até a realização do megaevento em 2014. Mesmo sem pretensões de fazer nenhum tipo de agrupamento homogêneo, pudemos identificar como atores sociais envolvidos com a população local: políticos profissionais, gestores e planejadores (através do poder público na três instâncias de governo: municipal, estadual e federal), além de setores

²⁵ Oficialmente a FIFA anunciou as 12 cidades sedes da Copa de 2014 no dia 31/05/2009.

privados, vinculados ao mercado turístico, organismos e organizações internacionais (como a FIFA e seus patrocinadores oficiais). Diante desse recorte temporal, observamos como o processo de espetacularização da cidade, apesar de relacional aos atores envolvidos, assume lógicas distintas entre eles, que se estendem desde o contexto da candidatura da cidade a sede das Copas, até os desdobramentos das intervenções planejadas e realizadas.

Não obstante, no terceiro momento, com a coleta de dados primários e secundários relacionados ao planejamento e execução das referidas intervenções na cidade de Salvador, foi possível começarmos a delinear as características desse fenômeno, que reconheceríamos mais pertinentemente como espetacularização. O recurso da pesquisa documental utilizado na investigação dos projetos e planos urbanos/culturais, o levantamento de dados iconográficos, materiais e peças publicitárias do poder público e/ou da iniciativa privada se tornaram efetivas fontes nessa fase da pesquisa. Com esses procedimentos buscou-se compreender e analisar sob quais narrativas e retóricas as intervenções urbanas/culturais são implementadas. O objetivo dessa parte da análise era/é identificar as justificativas, os fins apresentados e almejados oficialmente para a cidade.

No quarto momento, a observação direta foi sistematicamente utilizada enquanto recurso de coleta de dados e, em alguma medida, também como um conjunto heterogêneo de instantes de análises. Para tanto, como ressalta Flick (2009), foi preciso definir a seleção de um ambiente onde os processos e os atores interessantes para a pesquisa poderiam ser observados, além de saber o que deveria ser exatamente documentado. Nesse caso, as três áreas da cidade, que diferenciamos em “Zona Litorânea”, “Zona Arena Salvador” e “Zona Centro Histórico”, foram escolhidas como lócus investigativo, em virtude de recepcionarem os principais projetos urbanos (como a requalificação da Orla e a construção da Arena Salvador, bem como a adequação urbanística do seu entorno) e eventos culturais na cidade (como o Carnaval e o São João), no contexto de preparação e realização das Copas da FIFA. Objetivou-se analisar como esses espaços poderiam servir de exposição e (re)produção da imagem de consumo oficial da cidade. Sendo assim, a fim de apreender como a capital baiana era ou não enunciada, observamos especialmente os anúncios e as formas de veiculação das “imagens”. Os usos e as interações entre os usuários interessavam sobretudo na medida em que refletiam as (re)apropriações culturais projetadas sobre a cidade de Salvador.

O intuito foi compreender como esses eventos, tradicionalmente veiculados pela mídia local e global, poderiam expressar percepções imagéticas do lugar, associadas ao referido megaevento. Ainda nessa etapa, catalogamos alguns recortes e manchetes de jornais que

enunciavam a cidade em destaque, seja sob a perspectiva de uma imagem de consumo, ou a partir das tensões ou esvaziamentos de conflitos em torno da questão das intervenções urbano-culturais relativas à realização da Copa.

Portanto, o tipo de observação realizada no quarto momento de nosso percurso metodológico é classificada como *não participante*²⁶ (FLICK, 2009), embora consista na verificação direta do ambiente, no caso dos principais espaços das Zonas delimitadas. De fato, a configuração desses espaços e usos refletiram a publicitação imagética da cidade de Salvador, ainda que por vezes a ausência viesse a se caracterizar como uma estratégia espetacular dos gestores locais. Dessa forma, como assevera Goode e Hatt (1973), a *observação não participante* é geralmente “quase participante”, na medida em que se pode verificar presencialmente o objeto sem ter que mascarar-se. Contudo, conforme ressaltam os autores, isso não invalidou a necessidade de traçarmos planos iniciais de observações.

No quinto momento, junto à observação direta da configuração dos espaços e seus usos, realizou-se entrevistas semiestruturadas e não aleatórias. Assim como a observação, o uso da entrevista enquanto um instrumento de coleta de dados é um dos mais clássicos e mais modernos recursos de pesquisa social. Entretanto, conforme assinalam Good e Hatt (1973), não se pode desconsiderar que a entrevista é, antes de tudo, o estabelecimento de uma interação social. Nesse sentido, sua aplicação deve estar diretamente relacionada a uma maneira hábil de poder, mediante a conversação, apreender do interlocutor (o entrevistado) as questões fundamentais à resposta do problema de pesquisa. Tendo em vista a situação social na qual parte das entrevistas poderia se realizar, optou-se pela forma da entrevista semiestruturada ou não diretiva, compreendendo-a como uma das alternativas para a ausência de controle e padronização das informações coletadas. O uso dessas entrevistas fundamenta-se na perspectiva não de uma amostra estatisticamente significativa, mas a partir da avaliação do grau de saturação das informações coletadas. Nesse sentido, inclusive, é que as entrevistas têm em parte uma estruturação preliminar que busca trazer marcos dialógicos norteadores na coleta das informações. Como assevera Michelat (1987), as entrevistas não diretivas ou semiestruturadas contribuem na reconstituição de modelos culturais de uma sociedade. Para tanto, nenhuma entrevista isolada pode ser considerada. A eficácia dessa técnica de pesquisa consiste em perceber como um testemunho relaciona-se àquilo que é dito pelo todo de maneira geral.

²⁶ Refiro-me, por observação “não participante”, menos ao sentido de empreender esforços para não ser percebido, e mais como condição de não querer se identificar, necessariamente, como membro de algum grupo.

Sob esse prisma e considerando que mediante os dados coletados e analisados através dos projetos e peças publicitárias, tínhamos condições de apreender a relação do poder público, setores privados e organizações internacionais no processo de espetacularização da cidade, concentramos a realização de entrevistas com os moradores locais. Diante do mapeamento dos atores que compunham o que chamamos por “construtores oficiais da cidade”, suas narrativas e lógicas de interesses, o objetivo era então analisar, mediante também o recurso das entrevistas, como outros atores (moradores que atuavam profissionalmente – ou não – como produtores culturais) qualificavam a imagem da cidade diante do referido contexto temporal da pesquisa.

A rigor, a utilização dessas entrevistas na pesquisa de campo não reclama por legitimidade probabilística, mas organizadas e em correspondência com os outros procedimentos metodológicos, possibilitaram reflexões, especialmente acerca da dinâmica não unilinear e controversa que circunscreve os processos de espetacularização da cidade de Salvador. Para Beaud e Weber (2007), o uso das entrevistas, juntamente ao diário de campo, deve ser recorrido de maneira sistematizada e em todo o processo da pesquisa, da coleta, ao tratamento dos dados. Nessa esteira, todo material coletado foi devidamente armazenado mediante uma estrutura de classificação, na qual estipulamos uma ordem de importância nomeada conforme a conveniência do contexto da pesquisa. A organização da análise se deu junto às transcrições. Posteriormente, outras notas (feitas no momento da situação de entrevista) puderam ser relacionadas ao material transcrito. Conforme asseveram Beaud e Weber (2007), os instantes das transcrições também constituem parte do trabalho autoral da pesquisa.

O fluxo da classificação e análise foi contínuo, tanto na organização do material coletado através da retomada do trabalho de transcrição, quanto do diário de campo. Para outros autores (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995), semelhante ao tratamento das entrevistas, destacado por Beaud e Weber, o *diário de campo* acaba se configurando como instrumento e momento privilegiado, uma vez que permite o cruzamento entre as categorias nativas e as analíticas. Nessa perspectiva, reforça-se a ideia de que o planejamento da pesquisa social não comporta simplesmente a coleta dos dados, mas de igual modo o tratamento dos mesmos. Certamente isso complexifica ainda mais o trabalho de objetivação, uma vez que o pesquisador não está necessariamente com o mesmo olhar em todas as análises que empreende sobre o material coletado. Para Becker (2007), está nesse aspecto a importância da reescrita. Segundo o autor, a necessidade de reavaliar continuamente a escrita

permite que o ato de reescrever possa fazer parte da produção da pesquisa como condição fundamental para o crescimento científico.

De fato, as etapas da construção desse trabalho não se excluem, mas em uma dinâmica relacional, elencadas por níveis de prioridades, buscaram delinear melhor o percurso traçado. Na prática, durante cerca de quatro anos de pesquisa, os procedimentos metodológicos serviram-nos menos como uma orientação fixa *de como fazer*, e mais como um norte sugerido de *por onde ir*. Nessa esteira, buscamos nos mantermos firmes, no desafio de não se furtar ao exercício da objetivação científica. Contudo, conforme advertem alguns autores (BEAUD; WEBER, 2007; BECKER, 2007; EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995), mesmo que dotada de uma série de particularidades e normas, a pesquisa social precisa saber dialogar francamente com as dimensões (objetivas e subjetivas) inscritas durante o trabalho investigativo.

I. A FORMAÇÃO URBANA E PÚBLICA DA CIDADE: PARA ALÉM DE UMA HISTÓRIA CONSENSUADA

A ordem deve ficar estabelecida antes de a cidade existir, para impedir assim toda futura desordem [...]. O planejamento foi desde sempre o melhor exemplo de modelo cultural-operativo. Por trás de seu aparente registro neutro do real, encontra-se o marco ideológico que valoriza e organiza essa realidade, autorizando todo tipo de operações intelectuais a partir das suas proporções, próprias de modelo reduzido (RAMA, 2015, p. 26-27).

Hoje o principal problema do urbanismo é resolver o problema da circulação de uma quantidade rapidamente crescente de automóveis. Podemos pensar que o urbanismo vindouro se aplicará a construções, igualmente utilitárias, que concedam a maior consideração às possibilidades psicogeográficas (DEBORD, 2010²⁷).

A normatização da vida social é especialmente identificada nos espaços ordenados que, mesmo dissimulados pela suposição da neutralidade dos planejamentos urbanos, não são capazes de ocultar projetos de poder. No entanto, a insubordinação ao oficial traçado urbanístico não é por isso uma contradição inerente ao papel que cumpre a *ordem*, mencionada como constituinte à formação das cidades, segundo Ángel Rama. Contudo, ela precisa ser considerada como possibilidade que, em face e a partir dos mapas figurados para a cidade planejada, possam expressar outros sentidos e significações, tal como a experiência da *teoria da deriva*²⁸ (DEBORD, 2010) propõe.

Nessa perspectiva, nosso escopo argumentativo aqui toma o fundamento da ordem, como princípio matriz da constituição das cidades, especialmente locadas na realidade brasileira, ao passo que adota observá-las por um prisma alargado. A rigor, historicamente, esse ideário de ordenamento comumente se materializou no trabalho fabril, experimentado no

²⁷ Essa obra foi originalmente publicada em 1955. Uma vez registrado seu contexto original optamos por indicar a partir desse momento a referência com a data da tradução que utilizamos nesse trabalho.

²⁸ A chamada “teoria da deriva” consiste, de fato, muito mais em uma proposta metodológica e técnica de apreensão da cidade, do que em um postulado teórico propriamente dito. Segundo Debord, a deriva funciona como uma espécie de renúncia às normatizações diárias, que permite ao sujeito andar livre na cidade, suscetível e aberto aos encontros imprevistos, acasos e suas potenciais relações sociais. No entanto, conforme adverte Debord, a “deriva” não deve ser confundida com o simples “passeio”. O primeiro consiste no intuito deliberado por desnormalizar as apreensões estabelecidas da cidade, seus caminhos e percursos, abrindo possibilidades de se forjar novos mapas cognitivos, resultando na apreensão psicogeográfica que tem sido historicamente ignorada sobre os espaços. Já o “passeio”, embora seja o caminho do “não trabalho”, portanto, aparentemente “livre”, encontra-se sempre mais suscetível de se transformar em novos ordenamentos estabelecidos. Assim, a deriva funciona também muito mais como um instrumento político de revelação/construção psicogeográfica de outra cidade moderna, do que como simples exercício de suposta liberdade do lazer, mais característico do que ele nomeia como “passeio”. Nessa perspectiva, consideramos que a *teoria da deriva* contribui para pensarmos a cidade para além de sua imagem oficial, notadamente a partir do momento em que observamos os espaços em seus usos, contrários, subversivos, àqueles previamente estabelecidos pelos mapas clássicos das cidades.

surgimento e desenvolvimento da vida citadina. Sendo assim, analisar a formação urbana sob *lentes ampliadas* foi, em alguma medida, um dos propósitos que estiveram centralmente presentes nas características dos situacionistas²⁹, quando propuseram formular mapas psicogeográficos da cidade, não deixando de se considerar o que há formalmente construído sobre os espaços.

Para Ángel Rama, sob um panorama geral, a cidade latino-americana tem sido, ao longo do tempo, um lócus para o empreendimento dos desejos normatizadores e ordenamentos civilizatórios das sociedades centrais. Para tanto, observamos que esse ímpeto civilizador não deixou de se amparar na perspectiva capitalista de expansão e acumulação de riquezas. A rigor, a provocação do literário fundamenta-se na apreensão política dos processos de colonização do chamado Novo Continente. O argumento de Rama é que, ainda que por um tempo limitado, esteve espacialmente no Novo Mundo o sonho de controle e poder do Velho Mundo. “A América foi a primeira realização material desses sonhos e seu lugar, central na edificação da era capitalista” (RAMA, 2015, p. 22).

Não obstante, a conquista desse futuro vislumbrado pelos colonizadores precisou ser amparada em um tempo presente, quando o sonho era plenamente ordenado. De fato, as narrativas das fortuitas descobertas não se acomodam bem quando observa-se que boa parte das terras colonizadas eram brevemente ocupadas a partir de desenhos urbanísticos prévios. Mas como não bastava ordenar o espaço, a transposição de instituições de formação e regulação foram também fundamentais.

Nessa perspectiva, no plano oficial, a forma da cidade ideal correspondia justamente à forma de sua ordem social. Com efeito, o processo de modernização advém ao contexto latino-americano, sob o estandarte iluminista europeu. Modernizar é, *a priori*, sinônimo de melhorar, evoluir. O progresso ancorava-se em parte dos postulados que também o constituía. No entanto, em boa parte das vezes, tratava-se de uma crença proferida pelo poder da palavra. É certo que as palavras quase nunca tinham o mesmo peso, pois quem a possui é fundamental, assim como o é a forma sob a qual ela é utilizada. O poder da palavra escrita está estreitamente vinculado à maneira pela qual o poder colonizador se estabeleceu na América Latina. O ato de exercício de um escrivão assevera que para além de ele “dar fê”, ele cinde

²⁹ De acordo com o que observa Tom McDonough (2010), a construção de uma cartografia não oficial da cidade remetia não somente a Debord, mas a um conjunto de atores e ativistas situacionistas que tinham como horizonte crítico a formulação de uma crítica que se gestava sobre o modo como as cidades capitalistas eram planejadas e experimentadas. Para estes situacionistas, a prática política de transformação da cidade era também materializada a partir da projeção de um mapa cognitivo, que nem descartava absolutamente aquilo que foi planejado absolutamente, nem propunha nova normatização. O propósito era formar uma gama de possibilidades que emergia da e sobre a cidade.

sua separação dos demais indivíduos. Evidencia-se nesse caso a formatação da ordem através da palavra escrita (em detrimento da palavra falada). O poder se instituiu pela dissimulação dos códigos de saber institucionalizados (RAMA, 2015).

Conforme adverte Rama, isso não deve ser compreendido por nós como uma estrutura imutável da ordem, tal qual uma espécie de signo e forma fixa que se autonomizam. De fato, o que está em questão é a farsa pela qual se reveste a unidade. Uma edificação que se estabelece em detrimento da pluralidade, mas que poderia ser apenas uma forma de uso e apropriação que se apresenta como soberana na inteligibilidade concedida à vida social. De acordo com a assertiva do autor (2015, p. 24):

É próprio do poder necessitar de um extraordinário esforço de ideologização para se legitimar. Quando as máscaras religiosas se despedaçam, opulentas ideologias substitutivas são constitutivas. A fonte máxima das ideologias procede do esforço de legitimação do poder.

Por isso, conforme sugere o crítico literário (RAMA, 2015), tão importante quanto perceber o estabelecimento da ordem da cidade, é perceber seu oculto postulado. Algo como um sintoma abstrato e espetacular, sentido subjetivamente de modo fantasmagórico.

Nessa esteira, podemos perceber o consenso como uma construção destrutiva, na medida em que forma e confirma a negação, o direito da fala, contestação, discordância. Destitui potencialmente os atores de sua face *política*, tal qual o significado recuperado por Jacques Rancière (1996). Não obstante, parece-nos oportuno lembrar também aqui, como a crítica situacionista observou no ordenamento urbanista, parte do problema constitutivo à formação geral das cidades. No *hall* das análises da década de 1950, alguns autores (como Guy Debord) encaravam essa problemática com uma radical crítica, seguida de um inovador projeto contra o normativo. Tempos depois (1967), em *A Sociedade do Espetáculo* (1997), Debord viria a escrever como a ordem inscreve-se numa lógica maior, expressa pela soberania do espetáculo enquanto forma-mercadoria.

Mas se é verdade que a história da formação urbana, qual seja, conforma-se por uma síntese, aparentemente harmônica da heterogeneidade simplificada, a redução da diferença socialmente formada ocorre mediante o exercício da standardização. Sendo assim, o êxito no estereótipo é a *estratégia*³⁰ do tempo perdurado, sob o que se constituiu apropriações concretas daquilo que não é possível negar completamente. Não é novo o empenho na

³⁰ Quando destacadas no corpo do texto, tanto a ideia de “estratégia”, quanto a noção de “tática”, baseiam-se fundamentalmente nas proposições de Michel de Certeau (1998), quando analisa as relações de poder que cotidianamente passam os distintos usuários, em diferentes formas.

apropriação de costumes locais, numa retórica pretensamente convincente, atrativa. Assim como também, a rigor, não constitui nenhum absurdo considerar que a cidade de Salvador é caracterizada pelas diversidades e diferenças culturais.

Nessa perspectiva, a formação do urbano é pensada na dimensão das disputas que dão à cidade uma ideia mais plural³¹, ainda que a relação entre as ações de atores ordinários e os atores de poder institucional seja desigual. A história que as forma dessa maneira é constituída entre descontínuos projetos normatizadores e processuais, resistências e reapropriações culturais-políticas.

O objetivo geral desse primeiro capítulo é situar historicamente a capital baiana, destacando alguns elementos normativos de sua constituição que, mesmo originados ao longo de mais de cinco séculos, servem em determinados aspectos para serem repensados analiticamente na contemporaneidade. Como exemplos disso, cita-se a própria ideia de que a cidade foi “a primeira capital” – desdobrada na contemporaneidade sob a marca publicitária de cidade “berço da civilização brasileira”, bem como a estrutura urbana e cultural da cidade a partir da “cidade alta” e da “cidade baixa”, uma espécie de cidade de “dois andares”, que, tendo sido o mais importante entreposto comercial do Brasil colônia, perdendo esse status, continuou tendo sua importância ligada ao elemento abstrato da genuína “alegria”, que sempre a remetia a um passado de glória.

Mas a obstrução, aqui citada no entredito, não sinaliza que a cidade não seja isso. Ela é, no mínimo, mais que seu enunciado. Não se faz seletiva, ainda que dessa feita possamos incorrer no ambivalente exercício da revelação (dos *empreendedores urbanos*³², que devem *revelar* as potencialidades *culturalmente naturais* e *atrativas* do território para o mercado, ou ainda, *revelar* o que se ocultou sobre a seleção dos “dotes urbanos” explorados). As cidades, assim como as sociedades, estão seguramente para além de uma consensuada história, embora os distintos processos entrelacem semelhanças e diferenças.

Assim como ocorrido na formação urbana de outras cidades brasileiras, o ordenamento estabelecido sob Salvador, ao longo dos seus séculos, foi fortemente marcado pelas

³¹ A cidade plural não é necessariamente uma categoria analítica, mas uma postura metodológica, e talvez epistêmica, bastante influenciada tanto pelos escritos autorais, quanto pelas organizações de textos realizadas pelos professores Carlos Fortuna e Rogerio Proença Leite, notadamente na obra intitulada *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos* (2009).

³² Referimos-nos aqui ao conjunto heterogêneo de atores que se relacionam com a cidade, a partir de uma perspectiva baseada na nova produção capitalista do espaço urbano. Sob essa lógica, que será melhor analisada no capítulo 2, entende-se que os construtores oficiais da cidade apropriam-se do espaço como lócus de negócios privilegiado para acumulação e reprodução capitalista contemporânea. Ver David Harvey, em *A produção capitalista do espaço*, texto “Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio” (2005).

características positivadas da modernidade. Mesmo enquanto projeto urbanístico, a cosmovisão associada ao progresso referendou um conjunto de medidas disciplinares que contribuíram para forjar uma sociedade desigual e excludente. Entretanto, sob o consenso do desenvolvimento social, a evolução, no máximo seletiva, foi decisiva para que *táticas* e uma série de práticas contranormativas tensionassem a lógica do moderno.

De fato, parece que ao observarmos a formação da cidade do ponto de vista do enunciado pelo projeto modernizante, há algo de inconcluso³³ para boa parte das camadas sociais que ajudaram a construir esse território. Ou seja, a liberdade, o desenvolvimento científico e o progresso local, o aumento de serviços e direitos urbanos, a melhoria da qualidade de vida, etc., enfim, tudo que se associa nas históricas narrativas sobre o “moderno” não se realizou plenamente para uma significativa parcela de sua população.

Sendo um dos primeiros polos de ocupação colonial, a Bahia se transformou durante a colonização brasileira em um local emblemático. De acordo com a lente colonizadora, ela era percebida em contrastes, representados pelas positivas paisagens naturais e pejorativa imagem dos seus locais. Esse imaginário, retratado sobretudo pelos primeiros viajantes europeus, dizia respeito à falta de infraestrutura mínima das vias públicas, mas também se referia à expressiva população negra que sobrevivia nas cidades. A “África brasileira” foi, não por acaso, local de intenso trabalho escravo e grande fluxo de tráfico escravista. Os contraditórios relatos evidenciados *pelo alto* certamente não poderiam refletir a cidade sentida *pelos de baixo*, que no caso de Salvador caracterizava depoimentos discriminatórios não só aos indígenas, como também aos negros.

Assim, para além de uma história consensuada entre vilões e vítimas, tentamos apreender a formação urbana tanto mediante os mecanismos de intervenções e controles, quanto pelas suas reapropriações culturais. Isso não quer dizer que o panorama (re)conhecido seja mais ou menos completo. Continuamos a tratar os dados conforme uma opção analítica que, com um conjunto de lentes interpretativas, conduzidas por fundamentos metodológicos, tem nos dado a oportunidade de priorizar algo além do consenso do que foi ou deveria ser a cidade. Com efeito, sua imagem não significa nem uma coisa, nem outra, somente. Não estão aqui os elementos dicotômicos da seleção, mas os tênues e delicados processos de coexistência. Assim, observamos que, ao longo de todos os esforços de ordenamento social, foram ordinários os conflitos entre os diferentes usos e usuários. Colonos, senhores de terra e poder, gestores, políticos, ou simplesmente letrados, estiveram assim em relações

³³ Sobre a história de Salvador e a análise das políticas modernizantes, ver Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, em “Os Letrados e a Modernidade que não veio” (1999).

(des)contínuas com escravos, mendigos e ordinários indivíduos, que vivenciam e dão sentido à cidade, com todo o reconhecimento a sua potência plural e a nossa limitada apreensão singular.

I.1. Salvador da Bahia: *De quase todos os santos*

Bahia, o Brasil Nasceu Aqui.
Bahia, Terra da Felicidade.
Bahia, Berço da Civilização Brasileira.
Salvador, Primeira Capital do Brasil.
Salvador, Capital da Alegria.
*Salvador, Você Sente Que é Diferente*³⁴.
(Anônimo).

A rigor, a construção do imaginário do que seria a Bahia, notadamente a cidade de Salvador e o Recôncavo Baiano, precede a exploração espetacularizada pela indústria do turismo. Esse ideal, retratado desde o final da primeira metade do século XX, perpassa diversas referências, que vão das obras literárias de Jorge Amado (1912-2001) às composições de Dorival Caymmi (1914-2008), entre tantas outras possíveis³⁵. Junto à configuração do cenário peculiarmente socioespacial, uma espécie de *jeito de ser do baiano* se propagou entre as primeiras referências de registro comunicacional e artístico, até se estender de modo bastante objetivo, a serviço da apropriação do mercado turístico, especialmente na segunda metade do século XX (PINHO, 1998a; MOURA, 2001; MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2002; RUBIM, 2003).

A apropriação espetacular da cultura, produzida na literatura, poesia e música, e em alguma medida, experimentada reflexivamente pelos atores que a enunciaram e por elas foram enunciados, percorreu desde o retrato geográfico até os supostos traços subjetivos da população baiana. Para tanto, a singularidade reproduzida precisava ser positivada, enquanto condensação conveniente de uma harmônica história, não eventualmente distante das realidades desigualmente vivenciadas. Essa “ideia de Bahia”, conforme sugere Osmundo

³⁴ As frases acima não possuem fonte autoral precisamente identificada. No entanto, as identificações construídas ao longo do tempo, especialmente a partir de meados do século XX, sobre a imagem síntese da Bahia, notadamente protagonizada pela cidade de Salvador tem na sua consolidação popular a significativa participação dos distintos níveis do poder público (estadual e municipal), além da importante participação de setores privados, vinculados especialmente ao mercado turístico. A qualificação de “terra da felicidade”, datada das últimas décadas do século XX, vinculou-se com a marca pretensamente representativa do Brasil, sendo ressignificada até sua mais recente construção promovida no contexto da preparação e realização dos megaeventos esportivos da FIFA. Nela, o apelo aos sentidos se dá a partir da suposta experiência urbana, onde o ato de “conhecer” a cidade remeteria para uma particularidade positiva do que é Salvador.

³⁵ Para uma análise mais completa sobre a formação cultural da Bahia, com referência ao que se costuma denominar de *baianidade*, interpretada por diferentes ênfases, destacamos os trabalhos de Risério (1981), Pinho (1998a); Moura (2001), Miguez de Oliveira (2002) e Rubim (2003).

Pinho (1998a, p. 01), forja-se enquanto um conjunto multitextual de imagens e representações referentes a

uma concepção disseminada por diversos agentes sociais e onipresente nas afirmações do senso comum em Salvador, que se apresenta como uma rede de sentido indefinida e abrangente, capaz de interpretar e constituir de determinada forma a auto-representação dos baianos.

Na prática, tornando-se hegemônica, ela acabou por compor o ideário de *baianidade* que, no decorrer do tempo e por diferentes atores, também serviu como reclamação de uma síntese ajustada não somente da Bahia, como da história do Brasil (MOURA, 2001). Por essa razão, Pinho (1998a) advertiu que a “ideia de Bahia” existe mediante o uso que dela se realiza. Dessa maneira, tanto na representação reivindicada do *ser baiano* quanto na referência geral aludida ao Brasil, cunha-se no imaginário popular um tipo de uso que se estabelece numa estrutura cultural de poder, fundamentalmente persuasiva e dissimuladora, capaz de articular, a um só tempo, a particularidade baiana e sua representatividade nacional.

Nessa ótica, a discutível imagem turística de “primeira capital do Brasil³⁶” pressupõe uma unidade trans-histórica bastante linear e consensual, tendo em vista que, sob outras perspectivas, diversos processos conflituosos ou forçosamente consensuados ocorreram ao longo da extensa história da cidade de Salvador. No entanto, não nos propomos aqui a um exercício primariamente histórico que revele as heterogeneidades das histórias e estórias transmitidas. Mas, dessa maneira previamente considerado, parece-nos válido selecionar um determinado conjunto de acontecimentos suscetíveis à apreensão analítica acerca das *políticas urbanas* e suas relações na reconstrução de uma *imagem de consumo da cidade*³⁷.

Não obstante, a proposta sob a qual se estruturará este trabalho institui-se a partir de uma perspectiva que toma determinados espectros históricos de uma existência cidadina, registrada em mais de cinco séculos, sem, de nenhuma forma, pretender apresentar seus lugares, espaços e atores numa narrativa totalizante. Aliás, *a priori*, aqui compartilha-se da compreensão de que a história contada nunca deixa de ser, ao menos também, escolha

³⁶ Esse dado histórico foi fortemente utilizado pelo poder público municipal (sobretudo na última gestão do prefeito João Henrique Carneiro – PMDB/PP) em corroboração com outros agentes vinculados ao turismo na cidade de Salvador, notadamente a partir da preparação para a realização da Copa das Confederações Brasil 2013 e da Copa do Mundo Brasil 2014.

³⁷ A ideia de “imagem da cidade” (FORTUNA, 1997; ZUKIN, 2000a; 2000b) como categoria analítica é delimitada na esfera do consumo cultural e simbólico, daquilo que é construído, no âmbito abstrato (imaginário) e concreto (intervenções urbanísticas e culturais) na e sobre a cidade. De fato, a classificação de *imagem de consumo* se dá pela qualificação de determinados espaços urbanos que oficialmente são apresentados como potenciais promotores de uma imagem da cidade como um todo, sob a qual presume-se dar à cidade o estatuto de território atraente ao mercado turístico e aos investimentos financeiros.

empírica e espacial. Logo, enquanto um recorte sincrônico, os aspectos a serem discutidos tentam dialogar francamente com as dimensões que circunscrevem as nuances objetivas e subjetivas das narrativas e registros abordados. Assim, por exemplo, tentaremos analisar, como fontes, alguns relatos de viajantes estrangeiros nos três primeiros séculos de formação da cidade, sem, por um lado, deixar de considerar o seu contexto histórico, e por outro, não se eximindo de problematizar as implicações políticas e sociais que permearam determinadas apreensões construídas sobre a capital baiana.

De igual modo, interessa analisar como a capital aos poucos implementou o ideal modernizante da urbanização, mais presente sobretudo nos séculos XIX e XX. Sob a estreita influência do que ocorria em outras cidades brasileiras, argumentamos que a formação de Salvador se deu mediante lógicas exógenas, que se espalhavam no cotidiano local, produzindo (por vezes) particularidades, narradas em sua larga maioria através de atores política e socioeconomicamente privilegiados.

Dessa forma, aqui selecionamos elementos pontuais do processo histórico de sua constituição, que servem como instrumentos potenciais para a apreensão do objeto central desta tese. Isto é, trata-se de compreender como os registros e interpretações históricas ajudam a pensar em que medida as políticas urbano/culturais acionam a reconstrução da imagem de consumo da cidade através da *espetacularização urbana*³⁸, potencializada sobretudo no período de preparação e realização dos megaeventos Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

Conforme já assinalamos em notas anteriores, o uso desse termo aqui reside na interpretação primária que fazemos da obra *A Sociedade do Espetáculo* (1997) de Guy Debord. Apesar de não citar literalmente a ideia de “espetacularização da cidade” ou “espetacularização urbana”, o autor possibilita que pensemos nesse processo mediante uma analogia do urbano como panorama mais geral da sociedade que ele criticamente teorizou nos anos 60, do século XX. Com a proposta de especificar algumas características desse processo nas dinâmicas da cultura nas cidades, a autora Sharon Zukin (1995) também retomou a ideia de espetacularização, notadamente mediante o processo de transformação política das práticas

³⁸ Esta categoria analítica é uma das mais centrais desse trabalho e deverá ser melhor abordada no decorrer do trabalho. O intuito é mesmo reiterar e complementar o significado do conceito ao longo do texto. De toda forma, de modo mais sucinto, pretende-se dizer que o processo sobre o qual as cidades são geridas e intervindas na contemporaneidade expressa fortemente uma mediação imagética que tende a sobrepor, ao menos em um primeiro plano, forjado pelos atores institucionais de poder econômico e político, as infinitas formas da experiência urbana. Nessa lógica, que varia em grau e determinadas características processuais, pode-se dizer que a vida social é condicionada pela geração de mercadorias e consumo, dos espaços e das práticas culturais (DEBORD, 1997).

culturais em mercadorias das cidades. Nessa esteira interpretativa, e permeados de determinadas particularidades aplicativas e fundamentos teóricos, outros diversos cientistas sociais, como Fortuna (1997), Arantes (1997) e Leite (2007; 2008; 2010) abordaram o sentido do termo espetacularização como processo análogo a mercantilização urbano-cultural.

No âmbito da crítica urbanística, a ideia de *espetacularização da cidade* também foi muito bem analisada. Em alguns trabalhos (JACQUES, 2004; JEUDY e JACQUES, 2006; JACQUES, 2006), ela é apresentada como contraponto a desejável produção de *experiências urbanas corporificadas*. Conforme a autora Paola Berenstein Jacques (2004; 2006), a espetacularização pode ser contemporaneamente interpretada pela redução da participação dos atores ordinários na construção de sentidos atribuídos a cidade. Assim, a própria *experiência urbana* é fragilizada em detrimento do empreendimento urbanístico espetacular. Nos termos de Jacques, a crítica se constitui na constatação de que esse processo tende a transformar *espaços públicos* em meros *cenários urbanos*. A contraposição identificada pela autora³⁹ se dá nas *errâncias*⁴⁰, condutas de enfrentamentos políticos que, em alguma medida, podemos correlacionar com a ideia de *contra-usos* sugerido por Leite (2007) no campo da sociologia urbana.

Contudo, para nosso presente trabalho, quando pensamos em *espetacularização da cidade*, nos referimos mais enfaticamente aos processos normativos de mercantilização urbano-cultural que se caracterizam fundamentalmente através do funcionamento gerencial da *política às avessas* e da lógica produtiva de reificação cultural, dissimulada pela égide metafórica da *beleza do morto* (CERTEAU, 2011).

Como é notado analítica e publicitariamente, com ganhos políticos e econômicos, Salvador foi fundada cidade em 1549⁴¹, como a primeira capital do Brasil colônia. A razão da escolha mais comumente registrada remete a uma ação estratégica de Portugal, que visava proteger militarmente sua colônia e facilitar economicamente a extração de sua riqueza. A sua primeira grande imagem construída foi de “cidade fortaleza”, em virtude justamente da

³⁹ Sobre isso é válido também ressaltar a obra *Apologia da Deriva*, organizada pela própria autora, Paola Berenstein Jacques (2003).

⁴⁰ Essas práticas serão mais bem desenvolvidas nas análises contidas no capítulo 6 desse trabalho.

⁴¹ Há entre os debates historiográficos uma intensa polêmica no que diz respeito a data específica dessa fundação, tomando 1549 como ano comum. Entre as quatro datas – 29/03, 01/05, 13/06 e 01/11- ora ou outra reivindicadas e também comemoradas, a que se consolidou, ao menos simbolicamente, foi 29/03/1549, quando apenas no ano de 1923 foi convocado um conselho que estudaria e decidiria a data oficial de sua fundação. Apesar disso, mesmo após vinte anos, este não conseguiu definir esse marco. Somente em 1952, na gestão municipal do prefeito Osvaldo Velloso Gordilho, a data de 29/03/1549 foi oficializada. Ainda hoje esta escolha não é unânime.

função militar de proteção colonial contra os ataques dos corsários (PINHEIRO, 2002; ARAÚJO, 2006; SANTOS, 2008).

Essa data fundacional, selecionada oficialmente apenas no século XX, identifica-se com o desembarque de Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral⁴² do Brasil. Tanto o mapa e o regimento local, quanto o nome da cidade, já vieram prontos de Portugal. Os primeiros relatos de seu território comumente tomavam como perspectiva visual os desembarques dos que chegavam entre a costa da Baía de Todos os Santos e o Oceano Atlântico. Mas a cidade que já nasce grande em importância é, de certa forma, resultado do insucesso obtido com as primeiras tentativas da Coroa Portuguesa em proteger essa área e povoar o imenso território. Em meio ao litoral, como capital administrativa e praça-forte, a “Cidade do Salvador” emerge entre a Baía de Todos os Santos e o Oceano Atlântico (Ver **Mapas 1 e 2**).

Mapa 1 – Ponto via mar de chegada à cidade de Salvador – Perspectiva colonial.



FONTE: Mapa de Arnoldus Montanus [1625-1683]. BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL⁴³.

⁴² Nesse momento se estabelecia um novo sistema de administração política no Brasil colônia, conhecido pela criação do chamado governo-geral. O Governo Geral foi instituído em 1548, pelo rei português, D. João III (1521-1557). A criação desse novo regime colonial não objetivou, necessariamente, extinguir o modelo de capitanias ou donatários em suas propriedades, mas incluídas sob um centro de domínio maior, que seria o governo geral (ARAÚJO, 2006).

⁴³ Disponível em: <<http://www.wdl.org/pt/item/219/#q=MAPA+SALVADOR+CIDADE+BAIXA>>. Acessado em 12/12/2015.

todas as ações a serem desenvolvidas, incluindo um relativo plano urbanístico e um código de costumes e condutas. Segundo Araújo (2006, p. 53),

desde sua fundação, a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos constituiu um posto avançado da colonização portuguesa, um componente nuclear do sistema social da colônia. Seu desenvolvimento teve em vista a formação, na América portuguesa, de uma economia de exportação de produtos tropicais para a metrópole e importação de produtos manufaturados, dentro da qual a cidade funcionava como instrumento de ação político-administrativa, sede do poder civil e religioso, centro comercial e cultural.

Embora articuladas, a função política e militar acabou sendo soberana sob as demais. Além disso, a espacialização, prevista no termo do regimento vindo de Portugal, acabou coincidindo com os interesses da Igreja, em detrimento de outras manifestações religiosas. Isso não quer dizer, contudo, que se afirme aqui que não tenha havido (no decorrer secular de toda a formação da cidade) intenções deliberadas e institucionais de coibir a africanização cultural na referida localidade, mas que inicialmente o intuito era mais objetivo e claro. Até porque, mesmo após o processo de laicização do Estado brasileiro, a perseguição aos costumes e às religiosidades de matriz ainda africana não se encerrou. Com efeito, considera-se que existia uma relação conveniente entre o papel da Igreja e a função administrativa, política e militar da colônia portuguesa. Nessa perspectiva, assinala o autor:

A Igreja, ao assegurar as funções urbanas mais importantes (civil, educativa, e religiosa), lançava-se na missão de restaurar e manter a civilização ibérica na sua integridade, vitimada por transformações profundas e ameaçada de dissolver-se sob as influências poderosas, indígenas e africanas (ARAÚJO, 2006, p. 76).

Apesar das funções iniciais preenchidas, o desenvolvimento populacional no século XVI ainda foi lento. Com um total de aproximadamente 8 mil habitantes, apenas com a chegada do plantio de cana-de-açúcar é que a região passa a crescer economicamente. Entretanto, esse cultivo, que exigia vastas áreas territoriais, configurava-se constantemente em embates com as comunidades indígenas de praticamente todo o Estado da Bahia. No entanto, é essa expansão das atividades agrícolas que vai designando à cidade de Salvador outros atributos para além daqueles elencados anteriormente, na medida em que seu porto torna-se central para a dinâmica de uma extensa região que atinge Minas Gerais, Espírito Santo e Sergipe, por exemplo (SANTOS, 2008). Para Milton Santos (2008), é nesse momento que a cidade começa a apresentar um papel novo, verdadeiramente urbano, e não somente rural.

Até a primeira parte do século XVII, a cidade contava com uma população de 10 mil habitantes, passando para 20 mil no final desse mesmo século e chegando a 40 mil até o meio do século XVIII. Mas é também nesse século que a descoberta de ouro, em Minas Gerais, datada no final do século XVII, altera as razões específicas da importância de centro econômico de Salvador. Depois de Minas Gerais, na região do planalto, conhecida hoje por Chapada Diamantina, o ouro também é descoberto e explorado. Com efeito, conforme Santos (2008, p. 42),

Salvador se beneficiou, então, do tráfego de gado e do ouro; é o início de uma organização do espaço em que Salvador se afirma, de um lado, como praça comercial que abastecia uma vasta região do Estado do Piauí até Minas Gerais; e de outro, como porto de exportação somente para o açúcar e o fumo, como para o ouro.

A urbanização, enquanto um imperativo associado à ideia de modernização, começa a germinar em Salvador a partir da segunda metade do século XVIII. Como a exploração aurífera dentro da Bahia ia se esgotando, o polo de extração passa efetivamente a se concentrar nas terras de Minas Gerais. Motivado também por isso, e objetivando centralizar geograficamente o escoamento da produção de ouro, Portugal transfere a capital para o Rio de Janeiro, em 1763. Com efeito, nesse período, há um declínio na densidade demográfica de Salvador, com boa parte dos mineradores e da população rural se dirigindo para a região mineira, na busca da pedra de alto valor (SANTOS, 2008).

Na região baiana, o povoamento passou a ocorrer mediante a influência da criação de gados, o auge da cana-de-açúcar e a produção do café. De maneira geral, assim como em outras cidades, entre os séculos XIX e meados do século XX, Salvador expressava uma importante ligação entre o rural e o urbano, considerando que a indústria, as atividades do porto, a produção e a comercialização reuniam um todo diverso, heterodoxo, logo, não menos desigual em suas relações (FRAGA FILHO, 1996; ALBUQUERQUE, 1999; RODRIGUES, 2003; SANTOS, 2008).

Em consequência, no século XIX, o crescimento regional acabou fortalecendo ainda mais a importância de Salvador como cidade central para a dinâmica econômica do Estado. Segundo Santos, pode-se dizer que a centralidade da cidade cresce com a aparente descentralização produtiva, uma vez que novas áreas passaram a ser povoadas, tanto pela criação de gados, quanto pelo café e pela cana. No entanto, todas essas áreas exploradas continuavam a ter no porto de Salvador o lugar de escoamento (e na cidade ocorriam as

principais transações financeiras). Em decorrência disso, a cidade voltou a apresentar um significativo crescimento demográfico (PINHEIRO, 2002; SANTOS, 2008).

Para Pinheiro (2002), apesar de reconhecer o impacto da transferência da sede da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, Salvador não perde toda sua importância como polo de atração populacional. Em menos de um século, ela teve um aumento populacional de mais de 300%, conforme o censo eclesiástico, realizado em 1805 e 1900. No primeiro, registrou-se 45.600 habitantes na cidade, enquanto no outro, o número foi para 205.813 habitantes (SILVA, 1985, *apud* PINHEIRO, 2002).

Por volta da segunda metade do século XIX, a Bahia despontava no cenário nacional não só como importante polo comercial, como também enunciava inspirações urbanísticas mais ambiciosas, com a presença de alguns edifícios e um porto de significativo escoamento de mercadorias. O açúcar representava 70% da exportação local, o que denotava grande protagonismo para Salvador. Na ocasião, apenas a cidade do Rio de Janeiro figurava com maior importância entre as cidades do Brasil Império (FRAGA FILHO, 1996).

Entretanto, não diferente de outros lugares, este quadro social e econômico de prosperidade se dava mediante o histórico conflito entre uma pequena população abastada e outra maior parte marcada pela pobreza. O número insuficiente de moradias, juntamente às precárias condições das habitações existentes, produziam um quadro de miséria e insalubridade, que atingia sobretudo as camadas mais pobres da sociedade. Ainda assim, a forma encontrada para lidar com essa situação comumente recaía na culpabilização dos pobres e negros, como se estes fossem exclusivamente responsáveis pela produção de insalubridade observada nas ruas de Salvador (FRAGA FILHO, 1996; ALBUQUERQUE, 1999; RODRIGUES, 2003).

Dessa maneira, sob todas essas contradições sociais, a cidade se propagava para além do seu próprio Estado e comportava outras funções, inicialmente exitosas para a ordem colonial da Coroa Portuguesa. Esse inicial êxito atraiu mais estrangeiros, que passaram a registrar suas experiências, a partir da Baía de Todos os Santos, em relatos caracterizados por perspectivas contrastantes (PINHEIRO, 2002). A primeira, oriunda de um momento prévio, dizia sobre a beleza e o encanto do mar, que permitia navegar sem muitos problemas. A outra, situada em “terras firmes”, e já em um contexto de ocupação e relativo povoamento, destacava os traçados estreitos e tortuosos das ruas e vielas. A sujeira, sobretudo na chamada parte “baixa”, era notavelmente repudiada nesses últimos relatos.

A organização de Salvador em “Cidade Alta” e “Cidade Baixa” segue diretamente a influência do modelo de ocupação português (PINHEIRO, 2002). De sua origem, junto à diferenciação funcional, na qual a primeira ficaria responsável pelo aparato administrativo e burocrático, e a outra pelas atividades portuárias e comerciais, efetivou-se um tipo de diferenciação hierárquica, entre *lugar sujo* e *lugar limpo*, respectivamente. Conforme nota Pinheiro, sobre os relatos dos viajantes, “a cidade alta, onde reside a maioria da população, é mais bonita, mais limpa e mais acolhedora que a baixa⁴⁵” (PINHEIRO, 2002, p. 186).

Os relatos dos viajantes qualificavam de modo bastante contrastante a imagem da cidade idealizada e aquela experimentada efetivamente (ARAÚJO, 2006). De fato, conforme já verificaram outros diversos autores (FRAGA FILHO, 1996; ALBUQUERQUE, 1999; RODRIGUES, 2003), o crescimento urbano de Salvador ocorreu permeado por muitas contradições, vivenciadas a altos custos humanos, sentidos de maneira mais dramática pelos mais pobres.

Para Araújo (2006), nas narrativas registradas pelos viajantes acerca da cidade, existia uma intrínseca relação entre o real e a representação feita sobre este. Desta ambivalência forjou-se a construção de duas grandes imagens sínteses sobre a experiência de ver e sentir Salvador:

assim, impelidos pelo acaso, inquietude, ciência, arte, fé, ambição ou fastio, os viajantes estrangeiros e visitantes vêm a se constituir um grupo marcado pela exterioridade, imerso numa realidade diferente daquela de onde provinha. Seus relatos revelam muito do seu posicionamento frente à realidade, de seu grau de objetividade, da imparcialidade e impessoalidade do seu testemunho, da carga de estranhamento ou de seu estado emocional durante as observações. Por isso, sua objetividade, marcada por uma visão de mundo distinta do grupo no qual se encontra inserido, é operada numa relação de proximidade e distanciamento: o estranhamento. Na busca da compreensão dos impactos deste estranhamento na vida dos habitantes da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, vislumbramos duas imagens forjadas no contexto do século XIX para ela: a de **cidade negra** e a de **cidade suja**. A forma como estas imagens nos chegam hoje nos permite inferir sobre um determinado evento histórico: o processo de urbanização da cidade da Bahia (ARAÚJO, 2006, p. 25, grifos nossos).

Com base nessas duas imagens de “cidade negra” e “cidade suja”, ao longo dos séculos XIX e XX, os projetos de urbanização da capital soteropolitana se desenvolveram sob

⁴⁵ Vale ressaltar, entretanto, que essa segmentação não permaneceu estante ao longo dos séculos. O Pelourinho, por exemplo, já foi o lugar ocupado pela elite local, passando no decorrer do século XX à imagem de espaço “degradado”. Até que as ditas políticas de “revitalização” o transformaram em um espaço gentrificado em prol do mercado turístico.

o prisma do controle sanitário, mas não menos social, e da imposição de condutas e costumes, não menos avessos a tudo que remetesse à influência africana no local. Afirmar ainda Araújo (2006, p. 25):

procurava-se construir um vínculo entre higienização e urbanização, ao qual se agregaria outros sucessivos, contínuos, múltiplos e recíprocos elementos do discurso de modernização. Além da moralização dos costumes, das ações de controle social, da normatização dos espaços, esse discurso modernizador procurou empreender ações voltadas para a desafricanização dos costumes.

Conforme adverte o historiador Walter Fraga Filho (1996), não basta observar a formação desigual da cidade a partir da polarização entre ricos e pobres, pois na sua caracterização mais complexa, as desigualdades sociais profundas dividiam os baianos entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. Nessa época, no século XIX, o povoamento era constituído sobretudo por negros africanos trazidos como escravos, imigrantes portugueses, que vinham para ficar, e migrantes de outras cidades rurais circunvizinhas. A hegemonia da população negra em Salvador diz respeito justamente a todo esse contexto histórico de sua formação e desenvolvimento. Cerca de 30% da população era até 1830 composta por escravos (FRAGA FILHO, 1996). Até 1850, Salvador apresentava-se como um dos mais importantes portos do tráfico negreiro, a partir do qual estipula-se que 300 mil africanos teriam chegado à Bahia só na primeira metade do século XIX (COSTA *apud* PINHEIRO, 2002, p. 189).

Popularmente conhecida pelos relatos dos viajantes como a “África Brasileira”, torna-se inegável a constatação do legado sangrento e opressor da região, a partir do trabalho escravo, durante praticamente os primeiros quatro séculos de seu desenvolvimento. O impacto da escravidão para a formação da Bahia se confunde com o processo de formação do próprio Brasil, considerando, que se deve à primeira o processo de construção perversa de todo o restante do país:

A escravidão marcou, desde a sua introdução com o processo de colonização baseado na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, os destinos da sociedade brasileira e, sobretudo, da sociedade baiana. Seus traços ficaram bem perceptíveis na herança legada pela cultura africana e pelas condições sociais nascidas do regime escravista. Desse modo, a predominância de negros e mestiços no contingente populacional da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos e, principalmente, no desempenho de atividades manuais, tem sua explicação no processo de ocupação da América portuguesa (ARAÚJO, 2006, p. 89).

Sabe-se que, no meio urbano, os escravos eram divididos em três grandes categorias: 1- Escravo exclusivo de seu senhor (identificados como propriedades das famílias mais ricas, eram aqueles que realizavam principalmente atividades domésticas, economicamente não produtivas); 2- Escravo de aluguel (utilizado como propriedade que gerava relativa rentabilização a partir do aluguel, no qual o escravo era emprestado temporariamente por uma troca financeira, sem ter direito a nenhuma parte da renda gerada); 3- Escravo de ganho (identificado por uma falsa autonomia concedida, na medida em que o escravo poderia realizar algum trabalho na rua, desde que repassasse parte significativa do arrecadado para o seu proprietário) (PINHEIRO, 2002).

Nos relatos de viajantes, observados por Pinheiro (2002), evidentemente que a escravidão não era relatada sob o prisma da tortura e da desumanidade, mas pela visibilidade impactante de verem tantos negros no Brasil. Nesse sentido, outras características se associam à constatação de que na Bahia, e especialmente em Salvador, junto à vegetação, relevo e clima, a população negra também constituía parte de um exótico-atraente:

[E quando] se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De fato, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la, sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros. A mim pelo menos pareceu que o inevitável meio de condução da Bahia, as cadeirinhas, eram como cabriolés nos quais os negros faziam às vezes de cavalos (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22).

Outro elemento associado a esses tipos de depoimentos é a suposta “alegria”, enquanto traço inato à população local. Assim, o relato feito por Maximiliano de Habsburgo, em 1860, asseverava que:

É interessante, também, observar o povo negro passar pela rua, com cestas cheias das mais lindas frutas, sempre gritando, possuídos de uma incansável mania própria e cômica de tagarelar e de uma alegria que constata, de maneira estranha, com a idéia de escravidão (HABSBURGO *apud* PINHEIRO, 2002, p. 190).

Essas características culturais, fincadas na cidade há séculos atrás, contribuem para analisarmos em que medida alguns fatos e processos históricos da formação da cidade de

Salvador são capitaneados na contemporaneidade, à luz da construção de uma imagem de consumo da mesma. A ideia de “negritude” e “capital da alegria”, por exemplo, serão discutidas posteriormente, retomando as historicizações dos processos e as possíveis naturalizações publicitárias e políticas concedidas a eles.

Ademais ao cenário da imprescindível e cruel produção escravista, os relatos historiográficos de viajantes expressavam o cenário de pobreza social marcado por grandes massas de desempregados e pedintes. Em Salvador, por exemplo, o mercado informal acabava sendo, por vezes, a única possibilidade de sobrevivência dos mais pobres (FRAGA FILHO, 1996; RODRIGUES, 2003).

De modo geral, para aquela época, poderia até parecer que aquele que não era considerado elite deveria imediatamente ser classificado como pobre. De alguma forma, as próprias características gerais de miserabilidade nos induz a essa conclusão. No entanto, conforme advertem os autores (FRAGA FILHO, 1996; RODRIGUES, 2003), a tipificação social operada durante o século XIX era mais complexa. Nem todos os pobres eram iguais. Os chamados “pobres da paróquia” eram assistidos pelas igrejas matrizes de cada freguesia. Diferenciava-se, assim, “pobres vadios” de “mendigos”. A maioria que não tinha a “sorte” de ser acolhido e escolhido pelas doações paroquianas recebia a classificação discriminatória de “vadio” ou a pecha de “mendigo” (FRAGA FILHO, 1996).

Em contrapartida, os chamados “mendigos da paróquia” simbolizavam a cultura da piedade e solidariedade, marcante na tradição medieval, notadamente da Igreja Católica. Nesse sentido, os mendigos ocupavam uma função cultural que dizia respeito àqueles sob os quais se consagravam os “caridosos”, “agradecidos” e “bondosos” seres sociais. Evidentemente, há uma diferença crucial entre o que podemos defender aqui como “justiça social” e “caridade”. Todavia, essa distinção pouco era posta em discussão na época. A partir de testamentos, os indivíduos abastados e até mesmo pobres, declaravam doações que deveriam ser encaminhadas para os mendigos. Conforme sugere Fraga Filho (1996), pode-se considerar que a prática tradicional extrapola o sentido motivacional de ajudar o próximo, uma vez em que ao doar suas posses (sejam quaisquer), os doadores demarcavam um lugar potencialmente salvacional, sob a ótica religiosa.

Tanto os testamentos, quanto as ofertas avulsas, doadas aos mendigos, costumavam seguir determinadas condutas. As esmolas deveriam ser feitas com a mão direita, pois com a esquerda oferta-se não aos mendigos, mas ao demônio. Não se deveria, segundo essa tradição, pedir troco de uma esmola concedida, pois além de irritar os mendigos, acreditava-se que se

corria riscos de empobrecer com tal ato. Até mesmo a negação de uma esmola pedida deveria ser precisamente conduzida. A expressão “Deus lhe favoreça” representava o devido “não posso”, “não tenho”. Na Bahia, conforme afirma Fraga Filho (1996), o dia de sábado era considerado o principal “dia da esmola”.

Contudo, isso não quer dizer que a mendicância fosse absolutamente uma prática incentivada a todos os indivíduos. Sua legitimidade estava condicionada:

a mendicância era reconhecida como cristamente legítima, desde que o indivíduo não tivesse forças para trabalhar e manter a própria subsistência. O doente ou portador de alguma deficiência física, o velho, a criança órfã e as viúvas eram os pobres reconhecidamente legítimos, e portanto, aptos a sobreviver da caridade. Eram pobres amparados pelos fiéis e de certa maneira protegidos pelas autoridades, que lhes concediam licenças para mendigar em determinados pontos da cidade (FRAGA FILHO, 1996, p. 39).

Essas condicionantes, que cerceavam o direito acerca da mendicância, permite-nos considerar que o dar esmolas era uma prática que servia para além daquele indivíduo socialmente necessitado. A doação era percebida também como uma ação de virtude e autossalvação daqueles que piedosamente doavam.

Nessa perspectiva, era preciso assimilar determinados mendigos que serviriam funcionalmente como reflexo da bondade e salvação divina alheia. Não obstante, nem todos poderiam ser considerados dignos à mendicância. Sobre esta, existia uma espécie de controle social, que asseverava simbolicamente ou não a despeito do que é e pode ser tolerado naquele que mendiga. Consideramos assim que reside aqui um dos elementos históricos contrastantes à imagem harmônica denotada pelo paralelismo social operado na ideia de “terra de todos os Santos”, espacializado pelo relevo, também conhecido por Baía de Todos os Santos. Portanto, nesse caso, a formação da cidade de Salvador não se deu pela simples conjunção lírica das diferenças, contemplada sem desigualdades sociais.

Durante o final do século XVIII e meados do século XIX, o mendigo aceito deveria ser obediente, domesticado e resignado a sua condição socioeconômica. Nessa esteira analítica, afirma Fraga Filho (1996, p. 41):

Podemos dizer que havia níveis de tolerância em relação aos mendigos, que a depender do contexto social podiam alterar-se e mesmo evoluir para a intolerância. A oscilação entre piedade e repulsa, tolerância e intolerância, advinha da própria relação ambígua que a sociedade mantinha com os pobres pedintes. Em período de empobrecimento, a presença de uma multidão de pedintes pelas ruas sempre foi vista como ameaça à ordem social. O século XIX produziu diversos momentos em que os mendigos foram vistos como

verdadeiros vilões. Nesses instantes a piedade cedia lugar à repulsa e à intolerância.

Não se trata aqui de traçar práticas desvinculadas do contexto histórico, mas de percebê-las em sua pluralidade de instantes registrados pela própria história. Com efeito, pode-se compreender para além das especificidades de cada caso, as lógicas que perpassaram os processos de assimilação e exclusão das camadas sociais economicamente menos favorecidas. Sendo assim, de alguma forma, a reflexão sobre o lugar não fixo, ocupado pelos mendigos, e os motivos de piedade e tolerância, repulsa e intolerância, ajudam-nos a problematizar sobre o negro, a *diferença* e *alegria* que compõem a qualificação abstrata da atual imagem de consumo da cidade de Salvador. Qual lugar ocupam essas contemporâneas e reinventadas imagens da cidade, demarcadas tanto nas espacializações, quanto nas corporeidades seletivas impressas na capital baiana?

Essas questões, resultantes das relações que estabelecemos entre os elementos históricos da formação da cidade e suas práticas contemporâneas, permitem-nos perceber como a legitimidade dos “*de baixo*”, operada pelos “*de cima*”, constituiu-se, de algum modo, como efetivo instrumento de gestão social. Nessa lógica, por exemplo, pudemos observar como a informalidade na capital baiana já expressava (ao longo do século XIX) alguns traços do que veio se forjar como efetiva “*sobrevivência marginal*”⁴⁶, característica significativa identificada nas práticas de reapropriações culturais que temos presenciado na contemporaneidade, quando a cidade tem sido constantemente promovida mediante a *espetacularização urbana*. A própria imagem dos negros, que no final do século XX foi altamente estetizada pela indústria do consumo, já teve seu significado bastante diferente. Os então “descamisados” e “maltrapilhos” expressavam uma história de pobreza e miséria, antes de serem apropriados em favor de uma imagem de consumo oficial positivada da cidade. Sob estas lentes oficiais, os corpos negros, descamisados, em várias situações ao redor da cidade, puderam até parecer, na contemporaneidade, apenas uma característica tropical e aquecida da diferença soteropolitana.

⁴⁶ Essa noção analítica, que será melhor analisada nos próximos capítulos, diz respeito à forma como os sujeitos reagem e subvertem determinados ordenamentos socioeconômicos, que têm na esfera política o espaço de disputa de sua legitimação, ainda que tudo isso tenha como implicação prática a exclusão ou inclusão seletiva das camadas sociais mais pobres da cidade.

1.2. Pureza e Perigo da Modernização Urbana

Se no século XIX, mesmo não sendo mais a capital brasileira, observou-se um crescimento populacional e uma persistente importância de Salvador para o Brasil e para Portugal, no século XX isso começa a expressar nova configuração. A população cresceu 66,56%, entre 1890 a 1940. No entanto, especificamente no que se refere às duas últimas décadas, 1920 à 1940, a taxa de crescimento foi de apenas 0,20% por ano, mesmo tendo registrado uma expansão da área urbana.(SIMAS, 1937).

A distribuição populacional e os tipos de usos e usuários formavam um quadro bastante heterogêneo, de tal forma que os sobrados tanto abrigavam uma ou mais famílias, quanto nos bairros residiam escravos libertos, mestres, artesãos e funcionários, burgueses e nobres. No entanto, é possível notar que ao longo do século XIX, a cidade já vai mudando, exibindo novos costumes e padrões de vida (PINHEIRO, 2002; ARAÚJO, 2006; SANTOS, 2008).

Localidades, como a Sé, por exemplo, acabaram perdendo seu caráter residencial com a chegada do comércio varejista, que até então se concentrava mais na Cidade Baixa. Com efeito, no decorrer do século XX, a população mais abastada que saiu da zona da Sé começou a fazer novas casas nos bairros Vitória, Canela, Graça e Barra. Nesse percurso, essas localidades iniciaram um processo de elitização que vai se estendendo por toda parte do litoral sul. A preferência pelo Centro ocorria mais para os “escravos de ganho”, em virtude das oportunidades de trabalhos diários, apesar de se constatar a presença de negros, escravos e libertos, em praticamente toda a área da cidade. Alguns bairros apresentavam ainda características atípicas dessas que apresentamos, como Conceição da Praia e Brotas, nos quais o número de brancos superava o número de negros.

De algum modo, os acontecimentos ocorridos nos dois séculos anteriores, sobretudo com a transferência da capital (1763) e a chegada da Família Real ao Brasil (1808), incidiu sobre Salvador de modo a promover uma série de transformações internas, tanto no que diz respeito à ingerência política e administrativa da colônia, quanto ao modo de vida cultural que emergiu em virtude do surgimento de uma nova elite local. Esse processo se consolidou concomitantemente ao passo que o caráter urbano foi se estabelecendo em detrimento do antigo *modo rural de ser* de Salvador. O projeto intrínseco a tudo isso é o da modernização e civilização de um povo, aos moldes europeus, especialmente o francês, pois se, por um lado, era preciso demonstrar-se junto à coroa portuguesa como maior e mais avançada

representante colonial, por outro, fazia-se necessário se desvencilhar dela como condição a superá-la. Dessa maneira, observa-se que

O modo de vida urbano aspirado pela elite baiana com referência à civilização e modernização apresentaria os seguintes traços: atitudes racionalizadoras, moralizadas e cultas dos indivíduos; adoção de padrões culturais europeus e reformas que permitissem a implantação de uma nova estética e a introdução de modernas tecnologias, tais como a abertura de avenidas e o alargamento de ruas, criação de áreas verdes e de lazer, novas edificações e embelezamento da cidade (NEEDEL, 1993, p. 52).

Em dissonância com essa aspiração dita modernizadora, o que se observava era uma cidade que, ao longo dos séculos XIX e XX, permanecia preponderantemente com a função agroexportadora. Nem o advento da atividade industrial, ainda no final do século XIX, e o auge do cacau, durante o período que se estende até as últimas décadas do século XX, foram suficientes para fomentar a industrialização de Salvador. De fato, a exportação do cacau não gerava riqueza interna acumulada para esse fim. Com efeito, a cidade mantinha-se, até meados do século XX, como a mais rica da região nordeste, mas apresentava-se atrasada, sob o prisma imperativo do desenvolvimento industrial, muito arraigado a certa noção de progresso (PINHEIRO, 2002).

Esses contrastes se expressavam entre uma realidade urbana defasada, precária e um arcabouço cultural assimilado da modernidade europeia por alguns atores sociais locais e se estendeu praticamente por todo período da República Velha no Brasil (ALBUQUERQUE, 1999). Conforme também assevera Albuquerque (1999), a modernização ia para além da implementação de um conjunto de reformas urbanas. A questão perpassava pelo estabelecimento de uma nova cultura local, que deveria ser protagonizada não mais pela “república dos coronéis”, mas dos industriais, concebidos como “homens da modernidade”. Era este, inclusive, o papel dos chamados “letrados” (ALBUQUERQUE, 1999), quando registravam que na cidade de Salvador existia muito mais do que ausência de serviços e estrutura urbana. Tratava-se de avaliá-la como não moderna, isto é, “arcaica”, porque culturalmente decadente e atrasada. Esta cultura não moderna se afirmava, portanto, para boa parte desse conjunto de atores letrados (políticos, empresários, professores, médicos, jornalistas, intelectuais, entre outros) como ausência das condições objetivas e abstratas necessárias ao desenvolvimento “cívico”, evidentemente no que diz respeito aos padrões europeus assimilados nacionalmente no Brasil.

Nesse sentido, a imagem da cidade de Salvador precisava ser reinventada. A modernidade precisaria se fazer de algum modo presente também no imaginário popular e não

apenas nas intervenções de caráter urbanístico. Esse “novo tempo” da Bahia era referendado tanto nas experiências do Rio de Janeiro, quanto de algumas cidades europeias, como Paris. Era o conjunto híbrido dessa mistura que deveria servir de parâmetro para a reinvenção da imagem baiana.

Entretanto, era ainda em virtude do sucesso na agricultura, das migrações dos criadores de gado e outros produtos, além de outras populações do sertão, em fuga das secas, que se dava o crescimento econômico e populacional de Salvador. Esse quadro deu à cidade, por um lado, a possibilidade de desenvolvimento urbano, com a inovação em meios de mobilidades, como o elevador hidráulico⁴⁷, inaugurado em 1873 (SANTOS, 2008), alargamento de avenidas e construções de viadutos (Ver **Figura 1**).

Figura 1 – Elevador da Conceição, atual Elevador Lacerda.



FONTE: FOTO DE GUILHERME GAENSLY, 1885. GUIA GEOGRÁFICO SALVADOR ANTIGA. ADAPTADA⁴⁸.

⁴⁷ Para Araújo (2006), apesar de não conseguir se inscrever no processo de industrialização, a construção (1869) e inauguração (1873) do Elevador Lacerda significou a concretização do primeiro marco de modernização, técnica, na cidade de Salvador. O Elevador também cumpria a importante função de interligar a Cidade Alta a Cidade Baixa.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.salvador-antiga.com/cidade-baixa/elevador-lacerda.htm>. Acessado em 06/02/2014.

Por outro lado, todo esse apogeu econômico revelava-se em descompassos com outras tendências de desenvolvimento, focadas na industrialização, sobretudo a partir da abolição da escravidão, em 1888. De imediato, a produção de cana-de-açúcar passa a enfrentar a emergente grandeza do cultivo do cacau na região sul do Estado. É um período de relativas dificuldades enfrentadas por Salvador:

[...] quando o Brasil se encaminhava para a industrialização, Salvador se ressentia da falta de capitais disponíveis para continuar os tímidos esforços feitos no domínio da indústria têxtil no fim do século anterior. A cidade continuava ao seu antigo papel de porto e cidade comercial (SANTOS, 2008, p. 47).

Sem “braços e pernas” para trabalhar nas trilhas de um Brasil candidato a “industrial”, Salvador declina demograficamente para a quarta cidade brasileira. Com a nova centralidade do sul baiano, em virtude da cacauicultura, a capital baiana passa a se manter pelo crescimento portuário, ainda bastante utilizado como entreposto comercial, e pelas inovações de transporte, trazidas com a chegada do automóvel e do bonde elétrico, nas primeiras décadas do século XX. Todavia, tudo isso era apenas considerado como um conjunto de elementos pontuais e insuficientes para o estatuto tão almejado de capital moderna. O espaço urbano teria que ser reformado.

Ao longo desse processo de desenvolvimento urbano, houve mais de uma etapa. Uns classificam em quatro (PINHEIRO, 2002), outros, em três fases, conforme sugeriu Milton Santos (2008). Em termos gerais, pode-se afirmar que Salvador esteve tão próxima, quanto distante, do restante das demais sedes brasileiras. No aspecto da infraestrutura, semelhante às outras cidades do Brasil, ela começou a modernizar-se ao longo do século XIX, quando se adaptava para mudar a estrutura produtiva escravocrata para a introdução de novas tecnologias do trabalho assalariado:

As condições para intervir no urbano, transformando-o e adaptando-o a uma nova era, surgem quando Salvador se reafirma como uma cidade comercial, com um ponto de fundamental importância dentro da estrutura da Província. Cada vez mais, Salvador integra-se na estrutura capitalista internacional, assegurando um intercâmbio comercial contínuo com mercados mundiais e abrindo a possibilidade de ingresso do capital estrangeiro na cidade (PINHEIRO, 2002, p. 203).

Dessa forma, a primeira grande leva de intervenções urbanísticas, comerciais e industriais ocorre mediante a pressão dos empresários que buscavam dar maior vazão às suas

mercadorias, e com isso, exigiam do poder público investimentos na cidade. Alguns serviços básicos, como iluminação elétrica pública, chegam em meados do século XIX e início do XX. O abastecimento de água, que já ocorria mais ou menos nesse período, começa a ser repassado com significativas estetizações urbanas, como a inserção de chafarizes e lagos artificiais.

Junto ao processo de estruturação urbanística, os projetos de higienização urbana também começavam a se fazer presentes. Em 1831, criava-se o primeiro Código de Posturas. Como de praxe, a justificativa é a necessidade de organização e preservação da saúde pública. Estes tipos de mecanismos eram apenas um dos exemplos que expressavam a materialização dos esforços políticos na busca pelo disciplinamento dos costumes dos mais pobres. A relação imediatamente estabelecida é que as condições de insalubridade deviam-se ao fato de as camadas mais pobres serem civicamente atrasadas. Os pobres e boa parte dos descendentes africanos acabavam sendo criminalizados pela falta de estrutura urbana de uma sociedade que historicamente se constituiu fundamentada na desigualdade e miserabilidade da maior parte de sua população (RODRIGUES, 2003).

Tais esforços não querem dizer que não devemos reconhecer as péssimas condições sanitárias na capital baiana. A precariedade sanitária e urbanística se estendia para boa parte do Estado da Bahia. Cerca de 139 municípios não possuíam esgotos sanitários até a década de 1930. Nesse sentido, conforme sugere Rodrigues (2003), o que é pertinente problematizarmos é como, a partir desse cenário de falta de estrutura, ocorre a criminalização dos pobres e negros. Acrescentaria ainda que a forma sob a qual esse ideal modernizante e suas perversas lógicas eugenistas se espalharam, por vezes, não diz respeito apenas ao imaginário dos políticos e elites locais. Em alguma medida, as camadas menos favorecidas economicamente também pareceram compartilhar do projeto de urbanização e seu suposto progresso.

Assim, ao menos nos primeiros instantes, sob o intuito de instaurar um “novo centro urbano”, representativo do ideal modernizador, uma série de medidas higienistas e discriminatórias foram implementadas na cidade de Salvador. A destruição de habitações e os processos de remoções, além das várias ações de controle e disciplinamento social, acabavam expressando para quem se destinava a cidade em (re)construção. Na prática, as primeiras grandes epidemias surgem justamente décadas depois desse primeiro código, na década de 50 daquele século XIX. De qualquer sorte, a sujeira concreta das ruas acabou sendo utilizada como mecanismo de legitimação da limpeza social ao longo de todo esse período (PINHEIRO, 2002; ARAÚJO, 2006).

Segundo Mary Douglas (1966a), as práticas de higienização estão associadas à noção de “pureza”. Estas práticas, mais do que demarcação de valores de higiene, denotam que a “pureza” pode imprimir à vida social a soberania e força de uma ordem vigente. Ao conceber os estudos das práticas de higiene enquanto instrumentos de compreensão das culturas religiosas, Douglas (1966b) nos ajuda a pensar que a “pureza” não é, necessariamente, a marca do temor e do medo, mas a afirmação da ordem que é posta como barreira a toda noção de sujeira. É a sujeira que é símbolo da desordem social, deste modo, impedi-la não é, aos olhos socializados de quem vê, ação de restrição a liberdade, não é, pois, vista como algo negativo, mas positivo, ao meio social em questão. É contra o “perigo” que luta a “pureza”. Ela é o símbolo da reivindicação cultural e política de uma hierarquia social. A “pureza” necessita impedir o avanço da desordem (da sujeira), assim como o puro luta contra o perigo do impuro.

A alusão que estamos a exercitar aqui compreende, segundo Douglas (1966b), que a dualidade entre “pureza” e “perigo” tem correspondência na “ordem” e “desordem”, respectivamente. A situação em que “ordem” e “desordem” estão em conflito e em condição de existência de uma para a outra tem restringido os desfavorecidos (ou o que Kowarick (2000) denomina por “espoliados urbanos” – indivíduos socializados numa determinada realidade e colocados à margem dela no que diz respeito aos direitos de viver plenamente na ordem vigente) de sair da condição de exploração, ou seja, na ordem estabelecida, os “espoliados” ficam impedidos de alcançar a situação de “não espoliação”:

A ordem implica restrição; de todos os materiais possíveis, uma limitada seleção foi feita e de todas as possíveis relações foi usado um conjunto limitado. Assim, a desordem por implicação é ilimitada, nenhum padrão é realizado nela, mas é indefinido seu potencial para padronização. Daí por que, embora procuremos criar ordem, nós simplesmente não condenamos a desordem, reconhecemos que ela é nociva para os modelos existentes, como também que tem potencialidade. Simboliza tanto perigo quanto poder (DOUGLAS, 1966b, p. 117).

Isso pode ser observado no caso de Salvador, quando, mesmo com uma série de medidas higienistas, dissimuladas como intervenções urbanas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de toda a população, não foram sanados problemas básicos como a falta de abastecimento regular de água (ver **Figura 2**).

Figura 2 – Recorte do Jornal A Tarde – 1916.



FONTE: JORNAL A TARDE, n.º 1059, de 11 de abril de 1916.

Apesar disso, alguns nomes diretamente envolvidos com os projetos urbanos da época, como Theodoro Sampaio e Paes Leme, atribuíam a falta de água e saneamento básico à cultura local dos subalternos, sendo estes também responsáveis pela disseminação das epidemias na cidade. Nesse processo, o papel do IGHBA foi fundamental. Composto pelos selecionados e ilustres letrados da época, a instituição foi um dos principais atores que buscaram construir essa nova imagem da Bahia. A crença na ideia de “progresso” balizava as ações que tinham como objetivo maior imprimir um processo de “modernização” local.

Na prática, isso implicou em uma série de análises que produziam e reproduziam concepções raciais da época, como a tese do branqueamento. Nesse contexto, as chamadas teorias raciológicas foram não somente aceitas como desejadas, na medida em que despertavam a sensação de segurança por parte da elite local. Na Bahia, um dos nomes de maior destaque foi Nina Rodrigues (1862-1906), que afirmava, muito influenciado pelas teses de Cesar Lombroso, a respeito da naturalização do crime, que existia um aspecto natural, isto é, genético, na estrutura dos negros que os caracterizavam inevitavelmente como inferiores às demais populações. Essa interpretação que parece hoje altamente refutável, do ponto de vista do conhecimento científico, e deplorável sob a perspectiva política democrática, foi imposta sob os ares do mais “puro” entendimento ilustrado da época, contribuindo com a

interiorização de modos cognitivos altamente preconceituosos, observados ainda nos dias atuais.

Não obstante, a responsabilização pelos costumes inadequados à dita modernidade era destinada, no limite, à infeliz história escravocrata baiana, que, por ter recebido levas de imigrantes negros africanos estaria então vivenciando tempos difíceis. Para enfrentar, portanto, esse cenário, propunha-se incentivar uma política de imigração, na qual priorizasse os povos europeus brancos, restringindo a entradas de negros. Conforme observa Albuquerque (1999), as esperadas imigrações de povos europeus acabavam sendo objeto de concorrência entre as cidades brasileiras, a cada desembarque de navio. O entendimento era que, com esta imigração, existiria uma miscigenação paulatina, que levaria a população ao desenvolvimento racial, logo, social.

Douglas (1966b) considera que o controle na ordem estruturada, nos pontos mais altos da hierarquia, é realizado de maneira consciente, enquanto as funções de menor grau hierárquico estaria dentro do âmbito das ações inconscientes. Isto quer dizer que as medidas tomadas no alto escalão do Poder Público estão pautadas numa lógica racional, enquanto noutras esferas inferiores da hierarquia do poder de decisão de intervenção na cidade isto não teria uma lógica conscientemente calculada e racional.

Por essa perspectiva funcionalista da autora, entende-se que não só na “ordem” e na “desordem” há partes que realizam determinadas funções, mas entre a dualidade da “ordem” e da “desordem” teríamos as funções sociais dos “poderes” e dos “perigos”. Neste sentido, toda “pureza” ocupa a função que representa a “ordem”, mas que funcionalmente também é sempre ameaçada pela “sujeira”, símbolo da “desordem”. O “perigo” é o elemento que alertaria para a necessidade de manter estabelecida a estrutura funcional, ou seja, a “ordem” possui uma harmonia que não se desarmoniza com o “perigo” da “desordem”, pelo contrário, este “perigo” faz parte do todo funcional.

Contudo, conforme ressalta Douglas (1966b), há “perigos” capazes de extrapolar a lógica funcional:

Mas, existem outros perigos para serem levados em conta, os quais, as pessoas podem provocar consciente ou inconscientemente, que não são parte da psique e não devem ser comprados ou aprendidos por iniciação ou treino. Estes são os poderes da poluição inerentes à própria estrutura das ideias e que punem uma quebra simbólica daquilo que deveria está (*sic*) separado. Resulta daí que a poluição é um tipo de perigo incomum de ocorrer, exceto onde as linhas da estrutura, cósmica ou social, são claramente definidas (DOUGLAS, 1966b, p. 139).

Portanto, para a autora (1966b), os “poderes” e “perigos” humanos são, em linhas gerais, previsíveis ao todo social. Porém, alguns tipos de “perigos”, classificados como “poluição”, são capazes de ameaçar a ordem vigente. Isto no faz pensar em “poluição”, enquanto identificação metafórica, para um perigo que não está restritamente regido pelas funções da ordem social estabelecida. Ou seja, é o único “perigo” que pode efetivamente subverter a ordem e a harmonia do todo social. Ao analisar as intervenções urbanas implementadas ao longo dos séculos XIX e XX, na cidade de Salvador, pode-se afirmar que as camadas populares foram percebidas como “poluição”. De fato, frente às apropriações feitas sobre os atores sociais mais vulneráveis da vida urbana, é válido atentarmos como isso nem sempre se dava de maneira unilateral. Não se trata de uma forma única, sob a qual os mais poderosos imprimem sobre os menos favorecidos determinadas vontades, como se estes nunca fossem capazes de racionalizar e reagir a essa dinâmica. No caso dos mendigos, por exemplo, Walter Fraga Filho (1996) nos ajuda a perceber como a mendicância era repleta por um rico universo composto por causas e trajetórias diferentes, ao longo do século XIX e início do XX. Existiam os “pedintes de porta de igreja”, “pedintes com freguesia certa”, “pedinte de porta em porta” ou “devoto”, “mendigos ex-escravos”, etc. Além desses casos, há relatos que demonstram a ocorrência de escravos que simulavam ser ex-escravos para, a serviço dos seus senhores, recolherem rendimentos, considerando sua limitação física para a produção.

De qualquer sorte, o que argumento aqui é que com toda essa gama variada de trajetórias e tipos de mendicância, acabou-se gerando também um universo com regras e *táticas* próprias de sobrevivência, sob as quais se constituíam os indivíduos nessas condições sociais. Independente da trajetória, razão ou situação que tenha levado o indivíduo à mendicância, era preciso que este construísse de modo eficaz a legitimidade de sua prática. Sendo assim, para o ofício da mendicância era preciso se diferenciar dos escravos, dos vadios, ou de qualquer outra categoria considerada não digna a receber piedade e caridade. Sob essa lógica, os mendigos utilizavam e trocavam entre si uma série de informações que pudessem ajudar no êxito da prática de mendicância. Identificar os benfeitores locais; cativar padres e autoridades religiosas; relacionar-se bem com outros mendigos das áreas; identificar as melhores épocas para as esmolas, dentre outras, constituíam *táticas* (CERTEAU, 1998) utilizadas para a sobrevivência.

Esta lógica de sobrevivência *tática* dos mendigos nos ajuda a pensar como eles estavam a reapropriar-se de uma apropriação que outros atores sociais faziam sobre eles ou a partir deles. Ou seja, se por um lado os mendigos poderiam ser considerados atores que

cumpriam uma função social não declarada, em que ocorria a consagração da suposta bondade e caridade dos “doadores”, contribuindo para a construção da autossalvação daquele que doa, por outro, era a partir dessa objetivação que sobre sua imagem recaía que os mendigos se articulavam para conseguir obter o “êxito” na mendicância. Isto é, ser licenciado pelas autoridades religiosas e públicas para pedir esmolas, se fosse o caso, recebendo assim a legitimidade e doações para seu sustento.

Nesse sentido, as várias práticas que constroem a legitimidade e “prosperidade” da mendicância são também reapropriações culturais operadas nas circunstâncias de vida de uma histórica “sobrevivência marginal”. Nessa perspectiva, o próprio Fraga Filho (1996, p. 48) afirma que “a vida de mendigo implicava criar estratégias que tornassem viável sua sobrevivência em condições muito adversas. Ao apelar para a piedade, os mendigos buscavam garantir a própria sobrevivência cotidiana”. Sendo assim, sugiro aqui não um exercício diacrônico da vida urbana contemporânea com aquela retratada no século XIX da Bahia, mas sim uma analogia a despeito das lógicas operadas pelos atores sociais “de baixo”, que sob a condição de terem quase tudo acima de si, exige que eles possam ser materialmente criativos, sob a pena básica de manter ou não sua vitalidade. Isto quer dizer que, submetidos à condição limite da precária sobrevivência, os indivíduos que são tratados como fazedores e seres estáticos, em virtude de um uso alheio, acabam reapropriando-se da apropriação que os outros fazem de si para obter uma forma de sobreviver. Essa lógica de sobrevivência, marginalizada das condições centrais da produção da vida social da época, podem se dar sob um caráter eminentemente subversivo, com condutas de deliberado enfrentamento, ou ainda por complementariedades que possam lhes favorecer. No conjunto comum da lógica da sobrevivência marginal é que se dão a gama variada de possibilidades históricas, seja aos mendigos de hoje e do século XIX (FRAGA FILHO, 1996), dos ambulantes, dos negros dos blocos afro, das baianas do acarajé, etc.

Não por acaso, é possível entender que foi ao menos pela potencialidade dessa reapropriação cultural e subversão política que sob as camadas menos favorecidas imprimiu-se uma ideia de inimigo a ser combatido. Trata-se do *perigo*, conforme sugere Douglas (1996b), que podemos supor ter sido identificado ou atribuído às condutas dos mais pobres e miseráveis da cidade. Sua cor e costumes justificaram processos de gentrificações e higienização social. Empreenderam o que se pode entender por processo de *desafricanização da cidade* (ALBUQUERQUE, 1999). Essa ideia diz respeito a uma concepção processual acerca da estimada fase de transição da modernização da cidade, durante a República.

Para representar essa nova Bahia e capital soteropolitana, sugeriram algumas possibilidades simbólicas, materializadas entre duas opositivas concepções imagéticas. De um lado, a “preta quituteira” (expressiva das centenas de negras que costumavam vender quitutes nas diversas ruas da cidade), do outro, a imagem de uma guerreira, semelhante a uma “deusa ateniense”. Sob a perspectiva da época, evidentemente que esta última conseguiu maior reconhecimento, pois aproximava-se mais do padrão edificante da cultura europeia. Entretanto, alguns dos membros do próprio IGHBA ressaltaram que seria necessária alguma adaptação, pois não existia nada que conseguisse relembrar traços representativos locais. A sugestão foi produzir uma “Atenas aclimatada”, capaz de enunciar uma imagem de Bahia grande, sob a qual existiria espaço para que os problemas existentes fossem superados na virtude da modernização em vigor.

Segundo observa Albuquerque (1999), a justificativa da imagem dessa Deusa Ateniense como símbolo da Bahia moderna pautava-se justamente no reconhecimento de que a modernização ocorria processualmente, sendo sempre o “porvir” a dimensão concreta do progresso almejado. Os princípios do evolucionismo e darwinismo eram marcantes dentro de uma lógica em que o moderno era percebido como uma fase hierarquicamente superior a outros estágios de organização da vida social. A forma pela qual essa justificação se deu revela uma saída conciliatória e abrangente que os “letrados” da época deram na construção do suposto imperativo da modernização.

Diria ainda que no percurso em busca do ideal civilizatório do progresso e da modernidade seguiram-se dois vetores históricos que se articulavam. Um dizia respeito às disputas internas dentro da colônia, a partir do qual a capital baiana disputava com outras cidades, como Rio de Janeiro, o estatuto de maior representatividade colonial e centralidade econômica e política (essa disputa se prorrogou até o século XX, através da influência da reforma urbana de Pereira de Passos (1902-1906) e o seu caráter eugenista, na destruição dos cortiços e padronização do uso do solo e dos costumes locais). O outro correspondia à necessidade colocada pela nova elite local que buscava ir para além do estatuto de colônia. Tanto em um, quanto no outro vetor referido, outras questões contribuíram para a busca do ideal progressista da cidade. Tanto o IGHBA, quanto as Faculdades de Direito e Medicina e a Escola Politécnica, tiveram papéis fundamentais no que diz respeito à recepção, reprodução e reelaboração desse *modus operandi* do pensamento.

O ambiente e a condição populacional, majoritariamente negra, eram concebidos, portanto, como desfavoráveis para o empreendimento de uma sociedade civilizatória e

moderna. A ideia de progresso estaria ameaçada justamente por aqueles, que sob o suor e sangue, efetivamente promoveram o desenvolvimento do local em questão. Um dos aspectos contraditórios de toda essa problemática é que foi também justamente no século XIX, que as ideias abolicionistas e republicanas ganharam maior força, seja pela pressão externa, como também por alguns restritos grupos internos.

Todavia, até a abolição do tráfico de escravos, em 1850, muitas justificações foram criadas como forma de burlar a proibição do regime escravista, que ocorreria décadas depois, em 1888. O fundamento de poder que perpassava a maioria das defesas feitas em nome da escravidão era que a manutenção da economia brasileira não sobreviveria sem esse sistema.

Sendo assim, ao longo dos séculos XIX e XX, as instituições de ensino, legitimadas como aptas a pensar verdadeiramente a organização da sociedade, puderam forjar uma compreensão ideológica que concebia como indissociável *pobreza, perigo e ameaça*. As classes pobres estariam naturalmente dispostas a contribuir com a desorganização da sociedade, mediante uma aversão ao trabalho. Com efeito, a marginalidade e o crime tenderiam a crescer. Essa ameaça à ideia de ordem, posta por essa elite local, se aplicaria também no risco à saúde, uma vez que a miséria assemelhava-se a sujeira e contaminação. A esse diagnóstico, se não criado, institucionalizado pelo saber ilustrado, desenvolveu-se a crença na técnica, de modo que os referidos problemas só poderiam ser enfrentados com uma gestão urbana que pautasse soberanamente a impessoalidade e a racionalidade, compreendidos enquanto produtos exclusivos da ação científica. Sob essa perspectiva, Araújo (2006, p. 168) assinala que

a partir da confluência dos saberes médico, jurídico e urbanístico foi possível aos grupos da elite baiana construir um discurso ideológico em prol de uma cidade disciplinar, através da implementação do projeto reforma urbana durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. A cidade materializava-se como uma produção simbólica de um processo histórico dinamizado pelo conflito de grupos sociais. Sua organização empreende um esforço no sentido de anular o percurso e o discurso das camadas populares em permanente conflito com a elite, não apenas anulando a existência de determinados agentes (os afro-descendentes) e até mesmo instituições (escravidão), como também, definindo o lugar de cada agente social no espaço da cidade.

Ao contrário de certo imaginário de *cidade*, inscrito no processo entendido por modernização, enquanto espaço livre e aberto às possibilidades, mediante as inovações tecnológicas e a ruptura com antigos costumes, ligados em oposição dicotômica à ideia de

campo (FORTUNA, 2002; WILLIAMS, 2011), o que se observa na urbanização de Salvador é que “regulamentar” tornou-se sinônimo pleno de “controlar”.

O ideal a ser perseguido fundava-se na compreensão de que uma cidade civilizada e moderna tem de ser limpa e higiênica. Sendo assim, nem a saúde pública, nem a organização urbanística eram percebidos como o fim da ação. Muito pelo contrário, adequavam-se de fato como os meandros utilizados para alcançar o estatuto de cidade moderna, e atender especificamente a determinadas camadas sociais, destacadamente os empresários e as elites locais. A preocupação com a estetização acompanhava outros elementos, como a salubridade, setorização e fluidez, no percurso da dita modernização.

O primeiro planejamento urbano atingiu a Cidade Baixa, em meados do século XVIII, através de aterros que objetivavam ganhar mais terras ao mar. Conforme sublinha Pinheiro (2002), a reestruturação estética dessa região era fundamental, uma vez que ela era considerada a principal entrada, via mar, da cidade. É também nesse contexto que a área se consolida como zona comercial de Salvador, sob a firme máxima de que era preciso *mudar para modernizar*.

Todavia, foi com a reforma urbana de José Joaquim Seabra, promovida entre 1912 e 1916, que essa máxima chegou ao seu apogeu. As semelhanças com a “Reforma Passos”, no Rio de Janeiro, ocorrida poucos anos antes (entre 1902 e 1906) era significativa. Com a chegada maciça de capital externo, inclusive internacional, começa-se a empreender um novo conceito de urbano para Salvador. A reforma é focada no Centro, na Cidade Baixa, a partir da intensificação do ganho de terras ao mar, e na Cidade Alta, a partir da abertura de avenidas mais largas (SANTOS, 2008).

Mais uma vez, adverte-se aqui sobre a necessidade de pensarmos como esses processos ocorrem mediante a construção de justificações para as suas realizações. Nesse caso, diante de um inchaço sobre o espaço urbano, habitações são erguidas cada vez mais de maneira precária ao longo do Centro. Somado a isso, com o modelo colonial encontravam-se muitas dificuldades para circulação de pessoas e mercadorias, o que se associava ao aumento da incidência de epidemias causadas pela concentração urbana e sua consequente insalubridade, expressa em ruas estreitas, vielas e becos. Com efeito, a reforma Seabra apresenta-se como única solução e resposta aos problemas elencados. Se esses são reais ou meramente retóricos, é outra questão. O fato é que eles serviram, na história urbana de Salvador, como razões legitimadoras para as intervenções.

Observa-se que a reforma não diz respeito simplesmente à reordenação urbanística, mas pressupõe a necessidade de intervenção inclusive nos hábitos de vida, com o propósito de promover a “civilização” da cidade. Dessa maneira, a imagem precisa ser edificada de modo a expressar as novas tendências europeias, lugar o qual se supõe estar o “berço” da “modernidade” e “civilidade”. Para Pinheiro (2002, p. 223), “a elite crê que romper com o passado colonial, introduzindo novos modelos arquitetônicos, em moda na Europa, é a melhor maneira para se alcançar a modernidade e o progresso”. Para tanto, a estetização, com o embelezamento de praças e ruas públicas, e a limpeza social, com a retirada de mendigos das ruas, são postas como ações imprescindíveis.

Segundo a autora (PINHEIRO, 2002), é possível afirmar que a estética e a técnica se funcionalizam reflexivamente na materialização de um projeto de reforma anunciado como modernizador. Como a mudança já se apresentava como um desejo, e de certa forma, uma necessidade, foi a partir do governo de José Joaquim Seabra que ele acabou por reunir os outros elementos necessários para empreendê-la. Ou seja, junto à vontade política e uma boa rede de relações, ele articulou as condições concretas e econômicas para viabilizar o projeto de intervenção. Antes de ser governador da Bahia, Seabra já fora Ministro da Justiça (1902-1906) e Ministro dos Transportes (1910-1912). Junto a isso tinha-se um momento histórico de recuperação econômica, a partir da produção de cacau. Dessa forma, do ponto de vista econômico, tanto pelo capital nacional e internacional, quanto pelo local, construiu-se as condições para a realização da reforma.

Com a estética e o critério tecnicista do alargamento das ruas e avenidas, a busca pela modernização esboçada nessa reforma Seabra demoliu uma série de edifícios antigos e coloniais. Sob a prerrogativa de que chegara o momento de a cidade alcançar o progresso, todas essas demolições começavam a serem aceitas. As edificações da Rua da Misericórdia, Ladeira da Praça e na antiga Praça do Palácio, além daquelas que ficavam entre a Praça do Conselho e a Praça Castro Alves, foram abaixo. A própria Castro Alves teve suas fachadas reconstruídas no estilo da época.

É a partir de todo esse reordenamento que surge a famosa Avenida Sete de Setembro e se germina, no século XX, um tipo de ocupação urbana mais elitizada na cidade. Essa foi considerada uma das principais intervenções realizadas por essa reforma em Salvador. Ainda que as justificativas enunciadas publicamente se amparassem em narrativas gerais, a despeito do destino modernizante, por isso considerado evolutivo a toda sociedade baiana, na prática, ela atendia a interesses mais privados de uma seleta camada social. A construção foi o

resultado da retificação e do alargamento de várias outras ruas e vielas que se estendiam da Praça Castro Alves até o Farol da Barra (Ver **Figuras 3, 4 e 5**).

Figura 3 – Antiga ladeira de São Bento, durante os primeiros anos da Avenida Sete.



FONTE: G1 BAHIA⁴⁹.

⁴⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/aos-100-anos-avenida-sete-preserva-parte-da-historia-e-cultura-de-salvador.html>>. Acessado em 28/11/2015.

Figura 4 – Avenida Sete de Setembro entre o Porto e o Farol da Barra, cerca de 1920.



FONTE: FOTO R.A. READ BAHIA. GUIA GEOGRÁFICO SALVADOR ANTIGA⁵⁰.

Figura 5 – Avenida Sete de Setembro – Corredor da Vitória, 1920.



FONTE: ACERVO MUSEU TEMPOSTAL. [JORNAL] CORREIO⁵¹.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/barra/avenida-porto.htm>>. Acessado em 07/02/2014.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/index.php?id=440>>. Acessado em 06/01/2016.

Na Cidade Baixa, as intervenções tiveram fundamentalmente o intuito de ganhar mais área de terra firme. Logo o comércio pôde ser fortalecido e essa região entrou definitivamente na caracterização de um lugar comercial. A partir de então, tornou-se conhecida como o “Comércio”. Para toda ação inscrita na reforma de Seabra, o que se observa era a manutenção da tese da salubridade, fluidez e estética. Isso deveria ser posto em prática, “custe o que custar”. Para os removidos e indesejados em determinados espaços urbanos, projetavam-se (mas não necessariamente executavam) casas e conjuntos proletários. De fato, a meta era higienizar e não obrigatoriamente construir um novo depósito para os *espoliados urbanos* (KOWARICK, 2000). De um lado, havia o intuito de preparar algumas já existentes áreas, dando-lhe nova caracterização a partir das gentrificações. Do outro, construir novas possibilidades de exploração capitalista do solo urbano. Nesse período, por exemplo, é que emergem com mais expressividade o projeto da Avenida Oceânica, que liga a Barra ao Rio Vermelho. Essa área visava atender aos investimentos imobiliários especulativos, segundo observa Pinheiro (2002, p. 257),

A elite idealizava uma cidade europeizada e “branca”, mas encontra limites para sua materialização, por ser Salvador uma cidade composta por aproximadamente 75% de negros e mestiços. Como alternativa, a burguesia cria espaços onde possa fabricar essa cidade idealizada, europeizada – Barra e Ondina, além de Vitória e Graça. A classe média assenta-se predominantemente na segunda linha de cumeada, em bairros como Nazaré, Barris, Barbalho, etc. Os mais pobres amontoam-se em áreas centrais não reformadas, ou se deslocam para bairros ao norte do centro, como Liberdade e São Caetano.

Por essa razão, em acordo com a autora, reafirmamos aqui que não se pode dizer que a reforma Seabra foi homogênea, mesmo tendo lançado como fundamento comum a tese que mencionamos anteriormente, sobre a salubridade, fluidez e estética. Conforme observou Eloísa Pinheiro (2002), alguns pontos permaneceram intocáveis na cidade, mantendo-se (inclusive) os mesmos usos.

De fato, como assinalamos, essa experiência ocorrida em Salvador assemelha-se particularmente com a Reforma Passos, mas não somente a ela. Esse processo se inscreve dentro do conjunto de outras cidades brasileiras, como São Paulo, Santos, Porto Alegre e Recife, que, na época, influenciados pelo modelo cultural e ideológico europeu, vislumbravam o estatuto de “modernas”. Ainda assim, algumas peculiaridades ocorreram em cada um dos casos. Em Salvador, por exemplo, observa-se um distanciamento da reforma em relação ao famigerado modelo de Haussmann, uma vez que não havia o intuito de

mercantilizar as imagens patrimoniais da cidade, mas de viabilizá-la urbanisticamente para o ideal de modernidade. Todavia, a arbitrariedade e o autoritarismo sob o qual a reforma de Seabra foi conduzida lembram em muito o modelo francês referido.

Depois dessas primeiras intervenções em Salvador, seu desenvolvimento mantém-se num ritmo muito menor do que as outras cidades brasileiras. Até que, com a contratação de Saturnino de Brito, em 1925, uma nova grande movimentação urbana foi pensada. O propósito técnico agora era realizar um projeto de saneamento para a capital, que fosse parte de um plano diretor maior.

Segundo o plano de Saturnino de Brito, a cidade deveria ser pensada em três fases de desenvolvimento, a saber: 1- Acaso; 2- Propriedade privada, a especulação do solo urbano e o crescimento da insalubridade; 3- Cidade planejada, com programas de saneamento e reparos das desordens anteriores. Conforme esse modelo, chegou então o momento de Salvador vivenciar a fase “3”. Essa perspectiva analisava que a experiência da reforma Seabra se definia por um “urbanismo típico”, focal (PINHEIRO, 2002). A proposta agora seria pensar a cidade de maneira mais global e não apenas setorialmente. Instaura-se então a chamada “Semana de Urbanismo”, como marco temporal nas políticas urbanas da cidade.

O planejamento urbano voltava a ser debatido e, por mais que ainda associado às referências externas, empreendiam ali a necessidade de repensar o conceito sob o qual a cidade vinha se desenvolvendo. De fato, Saturnino de Brito se mostrava como um planejador que tinha uma postura não só técnica, mas também política, diferenciada. Por muitas vezes ele rejeitou contratos de trabalho por discordar do conceito de cidade implícito em determinadas intervenções. A defesa pelo espaço público e o cumprimento do papel do Estado no provimento de direitos fazia parte da sua perspectiva de trabalho.

Se antes, na era Seabra, as intervenções viam no modelo francês o grande parâmetro de referência positiva, a partir da década de 30 do século XX isso será encontrado nos modelos que vêm dos Estados Unidos. Apesar da nova configuração que se forjou em meados do século XX, o crescimento urbano soteropolitano continuou ainda bastante arraigado ao acaso (fase 1), à propriedade privada e ao uso especulativo do solo urbano (fase 2).

Mesmo com o debate e a relativa implementação de um novo conceito de planejamento urbano, germinado sobretudo com a Semana de Urbanismo (1935), menos de duas décadas depois, a cidade passava novamente a sofrer com a ocupação precária e o uso irregular do solo. A ideia de empreender uma cidade, tomando-a de maneira total, acabou tendo um recorte temporal de execução bastante restrito.

I.3. Da *Modernidade que não veio à Industrialização que pouco passou*: iminências de uma economia política do turismo.

Em linhas gerais, até o final dos anos 40, do século XX, a economia baiana estava caracterizada por alguns projetos que não se estabeleceram conforme os anseios de seus idealizadores. Por um lado, isso dizia respeito a já discutida modernização inspirada pelos ideais europeus, fortemente marcada por uma série de intervenções urbanísticas que apesar de todo esforço na garantia de um controle social, pouco trouxe à tona a modernidade tal qual desejaram os letrados (ALBUQUERQUE, 1999). Mas por outro, essa incompletude ou particularidade da formação urbana e econômica da Bahia também devia referência a sua inserção na produção industrial (RUBIM, 2003; ALMEIDA, 2008; SANTOS, 2008).

Segundo observa Almeida (2008), apenas na segunda metade do século XX é que a atividade industrial, notadamente impulsionada pela produção petrolífera, vai expressar um excedente de capital passível a fomentar uma rede produtiva mais interligada à estrutura econômica de outras cidades brasileiras. Todavia, sem desconsiderar o impacto disso na economia local, Almeida sublinha como o patamar de polo industrial obtido pela Bahia não conseguiu representar de fato um processo de industrialização capaz de absorver o grande excedente de mão de obra que a capital soteropolitana, por exemplo, pouco urbanizada, assimilava a partir dos fluxos migratórios advindos do interior do Estado.

Não obstante, mesmo com o pico de crescimento demográfico observado a partir dos anos 50, na cidade de Salvador, a urbanização em curso foi caracterizada pela falta de planejamento. À revelia das demandas sociais, a cidade seguiu sua dinâmica própria, atendendo a interesses bem específicos do poder público e empresariado local (SANTOS, 2008).

Como efeito perverso ao alto número de ocupações e empregos precarizados, habitação irregular e os baixos índices de escolaridade, ocorreu um inchamento no funcionalismo público, regido ainda sob a lógica da simples nomeação, sem concursos objetivos e muito menos explicitamente meritocráticos. Assim, “a multidão de rurais que invadiu a cidade não encontrava emprego porque o setor secundário é reduzido e o terciário quase inelástico” (SANTOS, 2008, p. 53). Para Santos (2008, p. 56), “isso, porém, não se deve ao dinamismo próprio da cidade, mas à ausência de dinamismo e de ação sobre a sua zona de influência”. Ou seja, de acordo com a perspectiva do autor, o tipo de ocupação urbana não decorria de características intrínsecas à localidade, mas da falta de interferência ordenada

e planejada para a sua gestão. Sobre isto pode-se ainda inferir como a irregularidade habitacional e ausência de planejamento urbano foi ao longo de muitos momentos da história urbana brasileira, uma forma dissimulada de planejar dos detentores de poder econômico e político (MARICATO, 2008).

De fato, o que é inquestionável é que as formas desiguais de usos do solo expressavam, além da diversidade urbana, negações do *direito à cidade*. Nessa perspectiva, bairros como Graça e Barra configuravam-se como “concentrações de territórios abastados” que contrastavam com as “concentrações de territórios populares” (EPINHEIRA; SOARES, 2006). Não obstante, o quadro dessas desigualdades contribuíram para forjar imagens opositivas entre espaços de “arquitetura de poder”, em meio ao “vernáculo” (ZUKIN, 2000a; 2000b) notado em outras partes da cidade (Ver **Figuras 6, 7 e 8**).

Figura 6 – Paisagens de Poder – Rua Nova da Barra.



FONTE: PINHEIRO, 2002, p. 258 (ADAPTADO).

Figura 7 – Paisagens de Poder – Barra e Avenida Oceânica, início do século XX.



FONTE: GUIA GEOGRÁFICO SALVADOR ANTIGA⁵².

Figura 8 – Paisagens Vernáculas – Plano Inclinado do Gonçalves.



FONTE: AUTORIA NÃO IDENTIFICADA⁵³.

⁵² Disponível em: <http://www.salvador-antiga.com/barra/antigas-oceanica.htm>. Acessado em 10/02/2014.

⁵³ Obtido em “Mais de Salvador”. Disponível em: <http://maisdesalvador.blogspot.com.br/2011/09/plano-inclinado-goncalves.html>. Acessado em 15/02/2014.

A cidade é, sob essa ótica, não o produto geral e consequente de uma industrialização e urbanização, que, pela lógica do capital, acaba mediante a expropriação de uns, garantindo o lucro de outros, mas o fato puro de uma *economia especulativa* (SANTOS, 2008).

Com esse histórico de formação, mesmo considerando que há registros sobre ações do Estado voltadas ao turismo, desde a década de 30, uma grande gama de autores⁵⁴ (MENDES, 2001; ALMEIDA, 2008; CASTRO, 2011 CARVALHO, 2013) com pesquisas mais recentes e clássicas atestam que foi a partir da década de 60 que se começou a registrar algumas primeiras tentativas de conferir ao turismo um papel mais central dentro do setor terciário.

Em nível de governo estadual, esse processo inicia-se com metas de interiorização e algumas tentativas de ordenar a atividade turística em todo o Estado. Daí por diante, alguns projetos foram sendo lançados, alguns com maior nível de execução e outros apenas alardeados por relativa publicidade.

De fato, ao longo da segunda metade do século XX, a atividade foi também utilizada como expressão de poder político, seja no período da ditadura civil-militar ou nos governos de Antônio Carlos Magalhães⁵⁵. Conforme sublinha Carvalho (2013), a construção da identidade turística oscilou nesses anos sob distintos significados impressos à ideia de “baianidade”. Se em um primeiro momento, a baianidade parecia remeter ao passado, expressando uma cultura e costumes elitistas dos então *letrados*, no segundo momento ela apropriou-se mais fundamentalmente do caráter “popular” da cultura local, expressando heranças afrobaianas. Assim, a baianidade se tornou plástica o suficiente para conter as identificações que pudessem refletir os interesses daqueles que dirigiam a política turística da imagem da Bahia e da cidade de Salvador. De qualquer sorte, em ambos os casos, o passado era inicialmente rememorado a partir de intervenções que objetivavam preservar determinado patrimônio histórico material. Pouco se fazia a respeito dos elementos culturais e daquilo que veio a ser reconhecido posteriormente como patrimônio imaterial. Essa oscilação também diz respeito à forma como a atividade turística transitou de uma prática política para um produto econômico propriamente dito.

⁵⁴ Os trabalhos citados aqui têm, em sua base, formações distintas que vão desde a história, sociologia, passando pelo planejamento urbano e administração. Apesar de discordarmos de alguns dos marcos teóricos analíticos utilizados por alguns desses autores, apropriamo-nos da análise de seu material, concebendo-o em sua maior parte como fonte informativa.

⁵⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre a sua ascendência e permanência na política baiana, ver a tese de doutorado do professor Paulo Fábio Dantas Neto, “Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia”, editada pela UFMG e o IUPERJ, 2006.

Nessa perspectiva, a partir da década de 90 (especificamente em 1991 por parte do governo estadual e 1995 pela prefeitura municipal), com o forte domínio político e administrativo do grupo ligado a ACM, passou-se a tomar a transformação da capital baiana mediante as estratégias do *City Marketing* (PINHO, 1998a; MENDES, 2001; ALMEIDA, 2008; CASTRO, 2011 CARVALHO, 2013). Nesse período, por exemplo, ocorreram algumas importantes intervenções, como a primeira grande revitalização do Pelourinho, o projeto de iluminação pública da Barra, a reforma do Dique de Tororó, duplicação do Aeroporto Internacional, etc.

Aos poucos, o turismo passava a ser encarado não apenas como uma força secundária ou correlata ao processo de industrialização vivenciado na segunda metade do século XX (ALMEIDA, 2008). O “produto Bahia” (CARVALHO, 2013) objetivava materializar a multitextual *ideia de Bahia* (PINHO, 1998a). Sendo apresentado pelos *construtores oficiais* sob o imperativo da renovação, ele passava a assumir um espaço protagonista dentro da economia baiana. Agora, a questão deveria ser lançar mão das *estratégias* adequadas ao negócio da cultura.

Todavia, conforme adverte Mendes (2001, p. 38), de alguma forma, a economia política dessa atividade foi tratada ainda precocemente, com o *grupo carlista*⁵⁶ no poder, quando se notava,

já no final da década de 60, esforços do governo, em direção ao desenvolvimento do turismo no estado, inclusive com metas de interiorização da atividade. Assim, o estado, numa postura empreendedora, construiu e administrou hotéis no interior, como em Lençóis e Itaparica. Como o grupo carlista esteve à frente do governo estadual na maior parte do tempo entre 1968 e 2001, percebemos uma clara intenção, quase que continuada, de desenvolvimento do turismo.

Em Salvador, é possível identificar a transformação da cultura em um negócio de turismo e entretenimento a partir de quatro etapas, segundo sugere Mendes (2001): 1- Corresponde a um conjunto variado de artistas que proclamam, por sua vez, toda a característica peculiar de cada traço cultural que compõe a cidade. Para o autor, aqui estariam os “desconhecidos” que particularizam a diversidade, tornando-a cada vez mais pública; 2- Corresponde ao papel dos blocos de carnaval. Trata-se de grupos empresariais que coordenam

⁵⁶ De acordo com Mendes (2001, p. 38): “Waldir Pires (PMDB) assume o governo em 1987, deixando-o em 1989, para se candidatar a vice-presidente na chapa de Ulisses Guimarães, assumindo, então, o vice_ Nilo Coelho. Em 1991, assume, pela terceira vez o governo do Estado, Antônio Carlos Magalhães (PFL). Posteriormente, Paulo Souto (1995) e César Borges (1999), ambos ligados a ACM, assumem a gestão estadual”.

e produzem bandas e artistas de menor escalão publicitário através da imagem soberana de nomes mais consagrados, como Banda Eva, Cheiro de Amor, Harmonia do Samba, que são respectivamente de propriedade dos grupos Eva e Cheiro de Amor. Eles seriam responsáveis pela apropriação e padronização da cultura da cidade em um produto específico para o consumo; 3- Corresponde à indústria fonográfica, à mídia, aos poderes públicos, sobretudo o estadual, e algumas outras empresas, que publicitam suas marcas utilizando-se de ícones culturais da cidade; 4- Corresponde já ao consumo dos produtos turísticos fomentados a partir das três etapas anteriores.

Nessa esteira, o sentido econômico concedido à cultura há muito já teria se tornado explícito e deliberado, na ótica do poder público baiano. Em 1996, dentro da estrutura política carlista, foi criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura - FAZCULTURA, instituído pela Lei 7.015, de dezembro de 1996. Esse programa previa abatimento de até 5% do ICMS a recolher sobre o limite de 80% do projeto a ser patrocinado. Entre o destaque sobre o propósito do programa verifica-se claramente a concepção econômica na área cultural. “Buscando oferecer aos produtores culturais oportunidades de produção e de mercado, por entender que a cultura, além das suas especificidades intrínsecas, é também um fato econômico”. (FAZCULTURA *apud* MENDES, 2001, p. 75).

Sob essa lógica do *empreendedorismo urbano* (HARVEY, 2005), a revitalização do Pelourinho⁵⁷ chegou a ser avaliada como exitosa por Mendes (2001). Para ele, essa intervenção deve ser compreendida dentro do âmbito conjuntural da política pública de Estado que visava transformar a cidade em um produto turístico. Nesse sentido, a referida revitalização foi concebida como um sucesso, na medida em que gerou resultados no fomento da imagem turística da cidade. Evidentemente que, para esse autor⁵⁸, não está em jogo qualquer outro aspecto social, como os impactos na remoção de moradores, na truculência policial sob os usos indesejáveis daquele espaço. Ou seja, o espaço foi gentrificado e, como

⁵⁷ Essa área é reconhecida pela arquitetura barroca colonial, que remonta entre os séculos XVI e XIX.

⁵⁸ O próprio autor (MENDES, 2001) reconhece, em vários momentos, que o seu trabalho não aprofunda de maneira satisfatória os impactos sociais da política de turismo, mesmo quando ela se apresenta como exitosa. Nesse sentido, todavia, ele lança questões para que sejam analisadas por outras pesquisas como: “Até que ponto, de fato, a indústria cultural desempenha funções educacionais? Ou, até que ponto deturpa o gosto popular? Essas são questões que devem estar presentes, sem dúvida, numa análise aprofundada da indústria cultural” (MENDES, 2001, p. 73). Esse questionamento foi feito depois de ele afirmar que a indústria cultural tem pontos positivos e pontos negativos, sem efetivamente apresentá-los. Sobre o projeto de “revitalização” do Pelourinho, ele expõe ao final o seguinte conjunto de questões: a) *qual é o impacto econômico efetivo destes investimentos?* b) *qual é o retorno social- caso venha a existir- destes investimentos?* c) *a iniciativa privada deve participar destes investimentos?* (MENDES, 2001, p. 80). Nenhuma dessas é desenvolvida ou analisada, mas o que pode ser capturado como tese central do seu trabalho é que, apesar de o Estado ter tido um importante papel no fomento da cultura e na profissionalização do turismo, hoje ele tem servido como um obstáculo à livre competição, o que inevitavelmente é um problema para o funcionamento do mercado.

tal, só interessa manter usuários que possam consumir de alguma forma a história, tradição e arquitetura da localidade. Todo o mais é *contra-uso* (LEITE, 2007) e fortemente retaliado pelas instituições de segurança pública estatais e municipais.

Contudo, a meu ver, é preciso entender que a iminência da economia turística na cidade de Salvador não foi uma exclusiva particularidade baiana, liderada pelo carlismo, uma vez que consideramos que a profissionalização dessa atividade se deu no final do século XX, contexto sob o qual se estabeleciam correlações claras com o contexto global, a partir do crescimento de atividades produtivas vinculadas ao setor de serviços. Caracterizadas pelas mercantilizações de determinados espaços urbanos, essa lógica de *empreender a cidade* (HARVEY, 2005) tende a gerar rendimentos altamente especulativos, mediante a atração de capitais estrangeiros e fluxos turísticos.

Dessa maneira, a realização do carnaval (e sua consequente profissionalização e verticalização durante os últimos anos da década de 90) acabou sendo uma das respostas que os agentes locais⁵⁹ deram para uma espécie de pauta global que via na autopromoção imagética das cidades, o grande caminho da sua suposta sustentabilidade econômica (HARVEY, 1994; 2005; JAMESON, 2006; VAINER, 2009; BESSA; ÁLVARES, 2014).

Todavia, no âmbito dessas dinâmicas que não são exclusivamente locais, nem inalteradamente globais, interessa-nos analisar os processos que se intercalam entre aquilo que é geral e particular. Nesse sentido, para além de avaliar o projeto e seu resultado como lógica direta de causa e efeito, propomos como espectro analítico apreender as características que circunscrevem os fenômenos das políticas urbano-culturais e a construção das imagens de consumo das cidades. Sendo assim, é curioso observar como, na iminência da consolidação da atividade turística na cidade de Salvador, a apropriação espetacular promovida sobre o carnaval derivou numa excepcionalidade talvez inesperada. Conforme registra entusiasmadamente⁶⁰ Mendes (2001), não é necessariamente a capital que tem a festa carnavalesca, mas o carnaval é quem comporta a cultura da cidade. Ou seja, é na realização carnavalesca que as expressões culturais e artísticas surgidas nos diferentes espaços da cidade podem ou não ganhar legitimidade. Segundo Mendes (2001), esse é um dos apogeus da

⁵⁹ Para essa consideração mais geral, o importante é perceber que, ainda que variem os personagens envolvidos propriamente nos fenômenos analisados, suas localizações sociocupacionais são mais ou menos as mesmas. Ou seja, trata-se da forte presença do Estado (nos diferentes níveis, municipal, estadual e federal) que, em parceria com setores privados, assumem essa nova forma de gestão urbana.

⁶⁰ Qualificamos dessa forma a informação registrada no trabalho do autor, por entender que ele se atentou muito mais a uma qualificação positiva da proporção da festividade carnavalesca na cidade, do que a uma problematização crítica de como isso poderia se configurar como uma particularidade do processo de espetacularização urbana que Salvador passou ao longo da mudança do século.

efervescência cultural de Salvador, tendo na expressão da diversidade sua maior marca. Sobre isso, ele diferencia a *cultura da lógica* da *cultura*, como forma de expressar que uma coisa são as manifestações infindáveis de criatividade que são, via de regra, democráticas, espacial e socialmente falando, e aquelas que são capitaneadas pelo negócio, seguindo, por sua vez, a imposição do mercado, onde o fundamental é gerar lucro, custe o que custar. Assim, o carnaval tanto seria uma festa de negócios como um ambiente livre para as diversas expressões culturais.

Apesar de reconhecer que de alguma forma a festa do carnaval em Salvador tem apresentado uma dinâmica própria de autonomização, sob a qual arrisca-se afirmar que o carnaval comporta a cidade e não o contrário, essa diferenciação do autor parece-nos muito carente de crítica e conteúdo. Pois, uma vez apropriada pela lógica do capital, a cultura tende a servir a este processo de acumulação que, no limite, também pode gerar determinadas *reapropriações de sobrevivência marginal*⁶¹ pelos atores outrora subalternizados. Isso quer dizer que, tendo em vista o processo de disputa gerencial das cidades por mais recursos e investimentos financeiros, com base na cultura, praticamente não há mais quadros estanques e tão diferenciados assim. Tomadas como coisas e tornadas produtos, a cultura, do ponto de vista da apropriação oficial, apenas dissimula sua vivacidade pela perversa estética da chamada “beleza do morto” (CERTEAU, 2011).

Para servir convenientemente a esse tipo de apropriação capitalista, as práticas culturais passam por um forte crivo seletivo, que expressa também faces de exclusão, numa dinâmica nem sempre notável entre aquilo que é lembrado para a promoção turística da cidade e aquilo que é esquecido ou negligenciado. Nesse aspecto, no final da década de 90, em virtude da superlotação⁶² nos percursos Barra – Ondina (circuito “Dodô”) e Centro (circuito “Osmar”), os investimentos financeiros para a festa também começaram a servir para os chamados “carnavais de bairro”. De imediato, isso logo foi apropriado pelos organizadores e promotores do evento como uma medida democrática de apoio às classes mais populares. Todavia, isso também pode ser também interpretado como uma exclusão *estratégica*, uma intervenção deliberada, embora parcialmente dissimulada, de higienização social da festa em defesa das camadas mais abastadas e dos turistas. Nesse aspecto, as mudanças que a festa ganhava (no final da década dos anos 90) poderiam acarretar em descaracterizações nocivas

⁶¹ Esse é um dos argumentos pilares da tese que defendemos aqui a despeito da espetacularização da cidade e das reapropriações culturais. Por isso, o mesmo será ainda melhor desenvolvido ao longo dos próximos capítulos deste trabalho.

⁶² A superlotação é uma caracterização oficial que advém do Estado, a partir dos órgãos de segurança pública.

para a imagem-produto de Salvador, por exemplo, a massificação de camarotes, sob os quais a máxima “carnaval para ser sentido” passava a ser substituída por “carnaval para ser visto”.

Porém, após mais de uma década, é possível notarmos que esse processo, previsto no final da década de 90, não se realizou. Isso não quer dizer que a verticalização do carnaval não tenha impactado em mudanças para a festa e a cidade, mas que estas não foram necessariamente nocivas à lógica da mercantilização cultural. Pelo contrário, observa-se como hoje há competições entre os segmentos empresariais de maior poderio econômico e político a partir dos camarotes construídos. Os usos das ruas continuam vivos, embora ainda ensejem polêmicas quanto a maior ou menor segurança, haja vista o espaço perder vias de fuga em virtude da instalação dos camarotes em praticamente todo o trajeto dos percursos (MOURA, 2001)

Durante a pesquisa de campo deste trabalho, alguns depoimentos iniciais, obtidos sem o deliberado anúncio de estarmos em uma situação de entrevista de pesquisa, já expressavam uma relação tensa entre os sentidos dos usos atribuídos aos dois principais percursos Barra-Ondina e Avenida Sete-Corredor da Vitória. Conforme relato de nossa interlocutora⁶³, pode-se interpretar que, ao primeiro percurso, historicamente marcado pelos desfiles dos chamados blocos alternativos, em contraponto aos “oficiais”, costumou-se identificar um tipo de uso mais elitista, no qual, através da massificação de estruturas de camarotes, estaria sendo descaracterizada a tradição do carnaval “de rua”. Ao segundo, atribui-se o sentido supostamente mais “autêntico” do carnaval da cidade. A ideia é que ali foi “onde tudo começou”. Apesar dessa distinção, na maioria dos depoimentos coletados reconhece-se que hoje a dinâmica é muito semelhante entre os dois percursos. Alguns blocos que inicialmente não desfilavam no circuito Barra-Ondina hoje já fazem isso. Outros permanecem se apresentando apenas no percurso da Avenida Sete⁶⁴.

A ideia de descaracterização do carnaval, a partir do suposto uso exagerado de camarotes, encontra correspondência no contexto histórico (meados dos anos 90) de expansão mercadológica da festa, a partir de patrocinadores oficiais e injeção de capital estrangeiro. Em

⁶³ O caráter desse depoimento foi inicialmente obtido em uma conversa, no mês de fevereiro de 2014, com uma soteropolitana (assim como ela se autoidentificava), que a menos de um ano deixou a cidade de Salvador para morar na região sul do Estado, em virtude de aprovação em concurso público. No decorrer da pesquisa, especialmente na observação direta realizada na cidade de Salvador, durante o carnaval de 2014, a lógica exposta se repetiu a partir do olhar dos moradores.

⁶⁴ Até 2013, além dos percursos da Barra-Ondina e do Campo Grande-Praça Castro Alves, já existia o Carnaval no Pelourinho – Circuito Batatinha. A partir de 2014, foi acrescido o espaço oficial do Afródromo, anunciado oficialmente como um local dedicado especialmente às apresentações de blocos e grupos musicais relacionados com a cultura afro. Este fato será melhor analisado nos próximos capítulos deste trabalho.

certa medida, a verticalização no uso do solo urbano, seja ela temporária ou não, em condições que atendam à lógica econômica dos interesses imediatos, remete o pensar da cidade a partir de um planejamento e ordenação legal. Mais ainda, as mudanças ocorridas com o carnaval em Salvador que expressam, para a ótica empreendedora oficial, uma expansão e para alguns mais críticos da cidade, uma descaracterização do caráter popular, também reflete (a meu ver) a imersão da capital baiana em um processo intenso de *espetacularização urbana*.

Dá por diante, o passado sempre anunciado como *estratégia* política e econômica inovadora perpassou a lógica sobre a qual a cidade foi gerida, até, enfim, encontrar nos megaeventos esportivos da FIFA, nos anos de 2013 e 2014, mais uma oportunidade de intensificar um vasto conjunto de medidas espetaculares. Reunidas na univocidade da imagem oficial de consumo reconstruída, o planejamento da cidade de Salvador tem estado cada vez mais longe das demandas urbanas que boa parte de sua população anseia.

Segundo o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, Nivaldo Andrade (2013)⁶⁵, a falta de planejamento urbano em Salvador é ainda um dos principais problemas da cidade. Enquanto região metropolitana, essa problemática é mais agravada. Só para citarmos alguns exemplos das contradições resultantes dessa maneira *estratégica de gerir a cidade*, conforme nota o representante do IAB-BA, os indivíduos demoram, em média, duas horas para se locomover de casa para o trabalho e vice-versa. A ausência de alternativas de transportes coletivos, em uma cidade com quase 3 milhões de habitantes, resulta no efeito cascata para todos os outros segmentos citadinos.

Com a nova e polêmica⁶⁶ LOUOS (Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo), viabilizaram-se a construção de grandes hotéis na região da orla, mesmo que em detrimento das normas técnicas que vigoravam, enquanto centenas de remoções eram implementadas sem as plenas garantias constitucionais do direito habitacional, entre outros. Esse quadro, que tentou ser sustentado oficialmente com a retórica dissimulada da “oportunidade única”, tem evidenciado que as ações que pautam a espetacularização urbana da cidade, sobretudo no contexto dos megaeventos esportivos, constituem um *jogo de poder* (GUSMÃO, 2014), sob o qual se vincula diretamente um conjunto de interesses privados em estreita relação com o poder público.

⁶⁵ Entrevista realizada para a revista Bahia Delivery, 40ª edição, 2013.

⁶⁶ Os meandros dessas medidas serão melhor analisados nesse trabalho no tópico que trata especificamente das políticas urbano-culturais no contexto dos megaeventos. Ver Capítulo 3- **Megaevento no Brasil, Copas em Salvador**.

Nesse sentido, para Andrade (2013), a Copa do Mundo em Salvador já era uma oportunidade perdida. Em sua entrevista, ele se referia às obras do metrô⁶⁷ que estavam paradas em 2013, e as promessas não realizadas do VLT, BRT, bem como da construção das ciclovias. O argumento crítico é que até então, a Copa tinha possibilitado muito mais destruição do que construção, haja vista a demolição do estádio, da pista de atletismo, do local de treinamento de judô, da piscina olímpica, do ginásio Balbininho e praticamente todo o conjunto de equipamentos que constituíam o Complexo Olímpico que ficava na área do antigo estádio Fonte Nova.

De fato, não são poucos os elementos importantes para serem discutidos entre aquilo que foi projetado e o que plenamente se alcançou em resultados. Mas para além dessas importantes análises dos impactos urbanísticos de uma cidade espetacularizada e intensificada pelo contexto de megaeventos esportivos como os das Copas da FIFA, propomos, fundamentalmente, problematizar como a lógica da cidade oficial oculta outras realidades da vida urbana.

Dessa maneira, conforme advertem criticamente os autores Inaiá Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira (2008), apesar dessa dinâmica empreendedora objetivar imprimir uma imagem una e harmoniosa da cidade, é pela multiplicidade desigual que ela efetivamente se dinamiza. Nessa perspectiva, há, para além da natureza exuberante, da arquitetura colonial e dos costumes consumíveis, dimensões da capital baiana que refletem outras cidades contidas e imbricadas na imagem oficial de consumo que a economia política e turística tem engendrado ao longo das últimas décadas. Não por acaso, essa tem sido uma pluralidade não estandarizada na marca da “diversidade cultural” que enunciam os construtores oficiais das imagens de consumo da cidade.

⁶⁷ Em 2014, durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, foi inaugurado mediante uma narrativa um tanto desproporcional ao feito, o funcionamento do metrô em Salvador, numa linha de apenas 4 Km. Na ocasião políticos locais receberam inclusive a presença da presidenta Dilma Rousseff (PT), que inclusive afirmou que a obra, demandada e projetada desde os anos 90, constituía-se como um dos “legados” da Copa.

II. DAS POLÍTICAS URBANAS ÀS POLÍTICAS DA *CRIATIVIDADE*

O surgimento das cidades, na história das sociedades, está estreitamente relacionado aos processos de urbanização. Em cada cultura localizada temporalmente, tal relação teve como correspondência um conjunto de atores diferenciados sobre a formação da cidade. Dessa forma, tanto as intervenções urbanas, quanto os atores e as características de suas ações, variaram historicamente.

Neste capítulo, nos esforçamos não em tecer uma extensa historiografia das políticas urbanas, mas em perceber as características processuais que fizeram com que a percepção sobre a cidade tenha se modificado ao longo do século XX. Essa transição corresponde nominalmente a aspectos significativos que tensionaram alterações no modo como a cidade é construída e intervinda, passando da clássica *política urbana* para a *política da criatividade*.

Apesar de o papel do Estado ser central nesse fenômeno desenhado para nossa análise, não relacionamos exclusivamente a ideia de política urbana ao complexo campo das políticas públicas. Interessa, pois, compreender as políticas urbanas como intervenções de origem pública e privada. É justamente essa histórica relação entre estes dois tipos de poderes que constitui uma das principais características das políticas urbanas contemporâneas. Com efeito, por *política urbana* entende-se, *a priori*, toda e qualquer intervenção urbana (de origem pública e ou por setores da iniciativa privada) que são formuladas e executadas no contexto social concebido como “urbano”, relacionado “Àquilo que é realizado pelos Organismos Públicos locais como aos grupos externos, capazes de mobilização social, que procuram influenciar a política” (SAVAGE; WARDE, 2002, p. 151).

Nos países capitalistas mais desenvolvidos, as políticas urbanas eram intervenções caracterizadas fundamentalmente por um projeto de urbanização adequado ao processo de industrialização. Em geral, esses fenômenos decorreram de modos intercalados, ainda que (em diversas sociedades) o projeto de urbanização, tal qual a *narrativa modernizante* (ALBUQUERQUE, 1999) postulava, nunca tenha se realizado plenamente. Para o Estado e os empresários industriais, a cidade era então concebida a partir de uma positividade fundada em vários pilares, sempre qualificados pelo progresso advindo da modernidade capitalista.

Sob essa caracterização, essas mesmas forças de poder econômico e político da época deveriam construir as condições necessárias para a reprodução do sistema capitalista. Conforme asseverava Lefebvre (2008b), o espaço urbano deveria ser capaz de *reproduzir as*

relações de produção, ou seja, para uma concepção econômica e política capitalista, a cidade deveria estar apta a multiplicar a venda da força de trabalho inscritas nas relações de trabalho industrial. Isso quer dizer que, em menor ou maior grau, sendo concreta ou apenas falaciosa, na pauta das políticas urbanas deveriam estar questões de fato vinculadas ao planejamento urbano. Habitações, escolas, hospitais, saneamento básico e toda a infraestrutura urbanística necessária para que as populações trabalhadoras pudessem fazer com que a economia industrial funcionasse.

A identificação do modelo de Estado representativo, para essa configuração concedida as políticas urbanas clássicas, dependerá da particularidade de cada sociedade. Mas o que nos parece válido argumentar é como essa espécie de força interventora percorreu variadas localidades até meados da segunda metade do século XX. Seja pela força representativa do modelo de bem-estar social, desenvolvido por John Maynard Keynes (1883-1946), nos Estados Unidos, ou pelo Estado da União Soviética (para citar dois extremos representativos de modelos do século XX), as políticas urbanas se vinculavam à forma como a cidade deveria ser organizada, tendo em vista sua configuração privilegiada para a produção industrial.

No âmbito mais central dos países capitalistas, por volta dos anos de 1970, essa forma de acumulação mergulhou em uma profunda crise. Como resposta, surgiu a chamada doutrina neoliberal. De maneira correspondente, não por acaso, ocorreu, nessa época, o declínio do modelo de Estado Keynesiano. Conforme argumentam alguns autores (HARVEY, 2005; MATARASSO, 2009; BESSA; ÁLVARES, 2014), em certa medida, a fragilização do referencial político pautado no *bem-estar social* correspondeu ao declínio de um modelo de gestão urbana fundamentado na administração e minimização *estratégica* dos desconfortos das classes trabalhadoras. As políticas urbanas, caracterizadas pela efetiva preocupação urbanística de viabilizar a vida na cidade, começavam a ser fundamentalmente abandonadas nesse contexto. A ordem era reduzir radicalmente os gastos com políticas sociais.

Em contrapartida, a ascensão do chamado “novo empreendedorismo urbano” encontrou relações convenientemente sutis com parte do bojo doutrinário da política neoliberal. Nesse período, inicia-se uma nova fase de acumulação de riqueza capitalista, ancorada na flexibilidade da produção e no aumento da produtividade, altamente sustentada no conjunto de ideias neoliberais que reforçam a saída individual como o grande caminho para a prosperidade (HARVEY, 1994; 2005; JAMESON, 2006).

No bojo do ideário neoliberal, em diversos lugares, reuniões locais e internacionais, empresários, acadêmicos e gestores de políticas públicas fomentavam a necessidade de estimular o surgimento de governos com outra postura política. Apesar dos dissensos sobre esses grupos e sua linearidade compreensiva, parece inquestionável reconhecer que pairava, já nessas décadas da segunda metade do século XX, uma interpretação de que os governos precisariam produzir cidades mais atraentes a investimentos financeiros, ou seja, os governos deveriam ser mais *criativos*. Conforme sublinha Harvey (2005, p. 165), “[...] a abordagem ‘administrativa’, tão característica na década de 1960, deu lugar a formas de ação, iniciadoras e ‘empreendedoras’ nas décadas de 1970 e 1980”.

De modo *sui generis*, os governos deveriam mudar para modificar um cenário social notadamente marcado pela crise capitalista. Já a mudança local precisava apresentar-se como autônoma e inovadora, ao mesmo tempo em que deveria seguir copiosamente uma agenda de exigências, lógicas econômicas e políticas maiores, que extrapolavam seu espaço administrativo, ainda que, na efervescência por modificações e inovações, nem todos os projetos de rearticulações locais conseguissem atingir o esperado. De toda forma, essa possibilidade lança para o futuro desejado (por esses novos governos) a necessidade simultânea de vencer adversários que, inscritos na mesma lógica, passam a disputar pela construção das condições mais adequadas ao desenvolvimento econômico de sua cidade.

De fato, em face da *competição interurbana* (HARVEY, 1994) por investimentos financeiros, subjaz o entendimento de que a gestão urbana realizada somente pelo modo clássico do aparato público do Estado não era mais suficiente. Dessa maneira, começou a se apresentar como condição inexorável da mudança, a construção de coligações públicas e privadas em nome do suposto desenvolvimento e superação, conforme assevera Harvey (2005, p. 169),

[...] o poder real de reorganização da vida urbana muitas vezes está em outra parte, ou, pelo menos, numa coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador. O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais.

Evidentemente que essa generalização deve ser cautelosamente verificada historicamente. O fundamento das políticas urbanas caracterizadas pela lógica do *empreendedorismo urbano* dependerá dos diferentes agentes envolvidos em cada processo observado. Sendo assim, as articulações e os arranjos de poder podem variar, conforme a participação dos diversos atores sociais envolvidos. Conflitos, acordos e negociações mediam

constantemente, mas não de uma única forma, as relações entre prefeituras municipais, governos estaduais, federais e suas diversas secretarias específicas, empresários, e populações locais. Justamente também por isso, ou seja, por toda a heterogeneidade, disputas e consensos rearranjados, é que o empreendimento da cidade precisa ser analisado, não conforme o governo em si, mas pelo conjunto de forças que se articulam no que chamamos de *governança*.

Conforme sugere Harvey, três principais aspectos compõem a dinâmica dessa governança do empreendedorismo urbano. O primeiro diz respeito ao que mencionamos anteriormente, que é a adoção da ideia de parceria público-privada, sob a qual cabe ao poder local construir mecanismos atrativos para que essa parceria se estabeleça. Isso quer dizer que enquanto a dimensão privada a que se associa é considerada, *a priori*, exitosa, a esfera pública precisa demonstrar ser capaz de atrair investimentos e investidores, notadamente externos, ao local.

O segundo aspecto complementa que a atividade público-privada é empreendedora devido exatamente ao seu caráter especulativo. Como tal, a gerência dos riscos e das possibilidades de êxito se dividem entre a esfera pública e privada. No entanto, normalmente, ao poder público cabe o risco e eventualmente os custos da parceria e ao setor privado, a garantia dos ganhos. Nos Estados Unidos, por exemplo, conforme observa Harvey (2005), sobretudo a partir dos anos 1980, mais do que isenções fiscais, os governos passaram efetivamente a financiar investimentos privados. Isso implica dizer também que, “como, atualmente, o capital tende a ter mais mobilidade, resulta que, provavelmente, crescerão os subsídios locais ao capital, enquanto diminuirá a provisão local para os desprivilegiados, criando maior polarização na distribuição social da renda real” (HARVEY, 2005, p. 180).

O terceiro aspecto, por fim, assevera que sendo o empreendedorismo urbano uma política especulativa, as intervenções projetadas e implementadas atingem espaços específicos da cidade e não os “territórios” urbanos como um todo. A política estabelecida é, portanto, focalista, e espetaculariza determinados locais em detrimento do esquecimento de outros. Para Harvey, diferentemente do “lugar” (concebido aqui como parte), a noção de “território” diz respeito ao tecido urbano em sua complexidade maior:

Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo) (HARVEY, 2005, p. 172).

Nessa perspectiva, sugere-se entender que a governança urbana não diz respeito a um conjunto aleatório de forças e ações históricas, mas a um empreendimento racional que tenta responder inicialmente ao contexto de estagnação financeira das cidades. Para alguns autores (ARANTES, 2009; VAINER, 2009; BESSA; ÁLVARES, 2014), foi justamente nesse contexto de crises financeiras que emergiu, especialmente nos Estados Unidos, um “modo estratégico de planejar”. Em sua origem, ele remetia a mecanismos estratégicos e militares, sendo inclusive incorporado pelas forças militares do Plano Marshall. Nesse sentido, noções como “competição”, “ameaças” e “adversários”, compunham o conjunto valorativo e conceitual da ideia de “estratégia”. A apropriação mais precisa ocorreu a partir do momento em que tudo isso foi incorporado e difundido por estudiosos de Harvard. A legitimação acadêmica, juntamente com as premissas possivelmente correspondentes aos interesses empresariais, contribuiu para que o “planejamento estratégico” emergisse como o mais preciso, inovador e eficaz modelo de planejamento e intervenção urbana.

Aos poucos, o que se estabelecia como “nova questão urbana” era uma esfera abstrata de competição entre cidades, a partir da construção de *imagens de consumo*⁶⁸ atrativas para a aquisição de investimentos financeiros e práticas turísticas (VAINER, 2009). Sob essa lógica, o “planejamento urbano” não deveria relacionar-se a temas como “crescimento desordenado”, “reprodução da força de trabalho”, “equipamentos de consumo coletivo”, “mobilidades”, etc., mas efetivamente vincular-se-ia à estruturação e assimilação de uma agenda e agentes especializados no mundo dos negócios. Para tanto, multiplicam-se consultorias importadas de experiências que (narrativamente) se consolidaram como “exitosas”, sendo apresentadas pelos administradores locais com significativa ambivalência, pois ora são funcionalizadas como inovação do lugar, ora como seguimento eficaz de um modelo louvável.

Na prática, a cidade planejada estrategicamente pouco tinha relação com as demandas concretas vivenciadas pelos cidadãos. A “ironia objetiva” (ARANTES, 2009) do processo é justamente cumprir o avesso do que se anunciava no momento da sua exibição publicitária. Assim, “os municípios, com suas estruturas e finanças ainda débeis e já submetidas à corrida por investimentos, passam a adotar as políticas repressivas e ‘marketeiras’, ‘saneando’ as

⁶⁸ Considerada aqui como categoria analítica, essa expressão é definida como o resultado, não acabado em si, das intervenções urbano-culturais, que tanto no plano objetivo da visualidade e espacialidade produzida, quanto no nível abstrato das representações projetadas de determinados lugares e espaços, como dos modos de vida e da história local, se apresenta à lógica do mercado e da competição interurbana contemporânea. Isso será ainda melhor analisado nos capítulos seguinte desse trabalho, especificamente no Capítulo V: **Imagens de Consumo e Consumo das Imagens das Cidades**.

idades de suas mazelas sociais e escondendo o que os investidores não querem ver” (BESSA; ÁLVARES, 2014, p. 16).

Trata-se mesmo de uma opção política que lança sobre as técnicas de intervenções e planejamentos urbanos a lógica que atende a determinados interesses econômicos. Isso quer dizer que em detrimento de políticas sociais mais estruturais, os Estados escolhem atender a lógica de mercado e competição neoliberal, logo,

A implantação do modelo estratégico inclui o foco nas vantagens comparativas de cada localidade, portanto, na máxima capacidade produtiva e comercial privada, para a qual o Estado deve envidar todos os esforços; deve atender a objetivos gerais de mercado e adotar quaisquer meios, desde que eficientes e eficazes, independentemente de questões valorativas e/ou normativas; é mais que natural, então, que o modelo busque priorizar o capital privado em detrimento das políticas sociais. O Estado passa a adotar políticas repressivas e as cidades passam a ser geridas como empresas (ÁLVARES; BESSA, 2014, p. 16-17).

Nessa perspectiva, a venda da cidade acaba configurando-se como uma premissa da gestão pública, exigindo uma adequada estratégia de governança, que viabilize o fim mercantil a que as cidades agora são submetidas. Segundo Carlos Vainer (2009), podemos entender essa “fórmula exitosa” a partir de três categorias (“*Cidade-mercadoria*”; “*Cidade-empresa*” e “*Cidade-pátria*”) que se relacionam e, de maneira flexível, se sustentam em prol da validação para aceitação e aplicação dos “planejamentos estratégicos”. A *cidade-mercadoria* vende, segundo o discurso do marketing urbano, determinados aspectos de si, identificados por serem dotados de alguma vocação apta a ser negociável. Pode ser, portanto, algum espaço físico, material e/ou uma dimensão mais simbólica. Todavia, o que é comum dessa forma de pensar e empreender a cidade é que para ela o objetivo é potencializar (leia-se, também, inventar) características que tornam o lugar uma mercadoria. Não há assim qualquer questionamento levantado sobre a necessidade e a quem interessa pensar a cidade como coisa vendável. Nessa perspectiva, conforme assevera Otilia Arantes (2009, p. 80), “o mercado externo, e muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria”.

Para tanto, faz-se necessário consolidar o pressuposto de que o único caminho viável da administração urbana é tornar as cidades competitivas. Nesse aspecto, os “planejamentos estratégicos” voltam a entrar em cena como principal instrumento utilizado para esse fim. Assim, como nota Vainer (2009), o que se observa é sempre o mesmo diagnóstico e as mesmas ações: “[...] todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades” (VAINER, 2009, p. 80). Conforme

observa o autor, percebe-se também que o que se vende não é necessariamente o que a cidade é, mas aquilo que é possível fazer crer sobre ela.

Algumas imagens relacionadas à ideia de “cidade segura”, “justa” e “democrática”, não raramente são acionadas para compor o grande crédito necessário para a captação de financiamentos internacionais. Com efeito, expressa-se perversamente que a cidade segura é aquela onde a pobreza não se constitui como problema, na medida em que ela não é vista, embora permaneça existente, pois, se a cidade é tornada mercadoria, não serão certamente os pobres seus principais agentes de consumo. Assim, a *estratégia* não apenas torna a cidade uma mercadoria, “mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis*.” (ARANTES, 2009, p. 83).

A *cidade-mercadoria* coexiste também com outras expressões funcionais de cidades, como a *cidade-empresa*. Nessa outra versão, ela deixa de ser concebida apenas como “objeto” para também se tornar “sujeito”. Trata-se da outra face do caráter *delivery* atribuído à cidade pelos “planejamentos estratégicos”. A ação concedida ao então sujeito é de gerenciamento. O que importa é gerir e viabilizar a mercantilização sob a qual a cidade se constitui.

Para essa demanda, os planos urbanísticos existentes não serviriam, daí a razão de esse “planejamento” ser anunciado enquanto novo modelo urbanista:

No modelo urbanista, o que seduziu e inspirou os urbanistas na empresa foi a unidade de produção: são os princípios de organização da produção que são transpostos para o plano urbano. Agora, os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada (VAINER, 2009, p. 86).

Sob essa meta, o Estado precisa necessariamente estar a serviço dos interesses privados. Não de todos, evidentemente, mas daqueles que venham a se constituir efetivamente como investidores da cidade. De fato, essa vinculação já está, em certos contextos de *cidade-mercadoria* e *cidade-empresa*, tão “avançada”, que há quem discursar sobre o fim de sua ligação mais rígida. Não porque um não sirva mais para o outro, mas porque o aparato político público não deve constituir-se como obstáculos para o império do mercado, “Assim, o fim da separação rígida quer dizer, em bom catalão, participação direta, sem mediações, dos

capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas” (VAINER, 2009, p. 88). Esta observação discutida pelo autor parte de sua análise dos discursos e relatórios técnicos dos famosos consultores do planejamento estratégico. Dessa forma, ele reafirma (VAINER, 2009, p. 89):

O que nos parece central extrair dessas leituras é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com eles os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados.

Sendo coisificada como mercadoria e subjetivada como empresa, à *cidade* restava conseguir controlar que nenhuma interferência política (avessa ao seu projeto ideológico) se apresentasse como obstáculo aos fins do mercado livre: “Os controles políticos são estranhos a um espaço social onde o que conta é a produtividade e a competitividade, e onde o que vale são os resultados” (VAINER, 2009, p. 90). Dessa forma, retirando os indesejáveis, consumidores fracos ou não consumidores, e o Estado, em sua forma fiscalizadora, burocrática e mediatizadora, sobraria enfim apenas uma espécie de “democracia direta burguesa”, ou seja, “eles” para “eles” mesmos.

A cidade-empresa nega, portanto, a cidade como espaço político, no sentido histórico da *pólis*. Considerando que o consenso é o meio viabilizador para torná-la apta a angariar capital estrangeiro, surgia a necessidade de apenas garantir que esse cenário perdurasse o tempo conveniente aos fins dos investimentos. Para tal finalidade, é que surge a outra expressão funcional da cidade, analisada como *cidade-pátria*.

Como em um “passe de mágica”, ela passa a exhibir-se em uma unidade coesa e homogênea, na qual o compartilhamento técnico e o sentimento social reúnem um tipo de patriotismo específico, chamado “patriotismo de cidade”. Por um lado, ele é universal, mas, por outro, deve aludir àquilo que faz do local em questão o orgulho da população. A invenção dessa identificação se constitui a partir de uma construção velada, composta de uma “consciência de crise” e do “patriotismo da cidade”, ou seja, dá-se pelo reconhecimento de um cenário “ruim”, “miserável” e “temerário” e sua outra face, que é o suposto alívio e orgulho compartilhado de ter conseguido encontrar a saída e a superação coletiva, de modo tal

que possa parecer ser em razão da particularidade do local que a cidade e sua população enfim puderam retomar o caminho do “crescimento” diante do quadro geral de competitividade urbana.

Nessa perspectiva, esse processo associa-se a uma variação do que chamei por “*underclass às avessas*”⁶⁹ (VIEIRA, 2011). Logo, compreende-se quando a construção ideológica, discursiva e institucional promove um tipo de política que busca demonstrar que a cidade, ou determinados aspectos dela, está em uma situação grave, seja pela “degradação” física, cultural, ou ainda pela miséria, violência, etc., suficientemente absorvida e generalizada a ponto de criar uma estigmatização que valide ações imediatas e prioritárias. Estas, por sua vez, deverão ser construídas de modo “estratégico”, sob o qual se anunciem o processo inverso, mas também funcional, de sua (des)estigmatização. Assim sendo, a imagem que foi, se não inventada, intensificada e/ou legitimada de “coisa ruim”, passa a ser reinventada de modo que se valorize no quesito “técnico”, “econômico” e/ou “político” aqueles atores que empreenderam as respectivas ações.

Do reconhecimento da “crise” passa-se ao compartilhamento solidário de solução estratégica, que pela valorização da autoestima e da crença de melhorias criam a outra certeza de que “juntos, a cidade pode ser realmente de todos”. Como um ato mágico, mais uma vez, muda-se do “mal” para o “bem”: “Vê-se que, curiosa e paradoxalmente, o patriotismo de cidade, ao contrário do sentimento de crise, não é condição, mas resultado do sucesso do próprio projeto – na verdade, é simultaneamente resultado e condição” (VAINER, 2009, p. 94). O *patriotismo cívico* funciona assim como uma invenção velada que objetiva perpetuar ou estender a duração do período sob o qual os “planejamentos estratégicos” se validam. Complementa o autor:

⁶⁹ Trata-se de uma sugestão interpretativa que construímos a partir da análise relacional entre a requalificação do bairro Santa Maria e a imagem positivada de Aracaju-SE como “capital da qualidade de vida”, durante a primeira década dos anos 2000. Do ponto de vista mais geral, propomos que a *underclass às avessas* diz respeito a um processo que eventualmente ocorre em requalificações urbanas, sob o qual se dissimula a negação de um conjunto de direitos à cidade, como por exemplo, habitação, serviços urbanísticos, transporte, acesso à saúde, educação e trabalho. No entanto, diferentemente do que caracterizou as políticas urbanas oriundas dos clássicos fenômenos de periferização urbana, marcados pela retração estatal, e justificados pela retórica da tolerância as particularidades socioculturais de algumas localidades, notadamente identificadas como *guetos* (WACQUANT, 2004; 2005; 2008), o que media simbolicamente a produção da imagem de uso político da cidade, através da *underclass às avessas*, é a narrativa edificante a despeito da participação do Estado e de alguns outros empreendedores urbanos ao longo de um determinado período. Assim, a perversa (des)estigmatização que constitui a lógica operante da cidade promovida enquanto um suposto corpo coeso e atraente aos moradores e investimentos financeiros externos, tende a obnubilar as efetivas características de mascaramentos que permeiam as políticas urbanas implementadas. As ações previstas pela suposta capacidade de requalificação do espaço intervindo enunciam uma desestigmatização amparada inevitavelmente em retóricas que potencializam um quadro prévio de precariedade socioambiental, especialmente marcado por pobreza e discutíveis noções de insegurança e violência. Portanto, de modo semelhante a esse processo, observamos o uso da *sensação de crise*, comumente fomentada na legitimação no *empreendimento criativo e espetacular da cidade*.

a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui vetor estratégico da reprodução das condições da paz social no contexto da cidade-empresa e, agora também, da cidade-pátria (VAINER, 2009, p. 95).

Para tanto, a “política”, nesse contexto, deve propor a superação das diferenças, dos conflitos ideológicos e partidários, a fim de apresentar garantias para os investidores privados da cidade. O foco é coibir, de qualquer forma, os conflitos. A retomada de *lideranças carismáticas* constitui-se, nesse intuito maior, uma *estratégia* também utilizada, uma vez que ela se legitimaria mediante a excepcionalidade demonstrada em lidar com as diferenças, sem, contudo, torná-las objeto de discordâncias mais severas. De fato, trata-se de um empreendimento conjuntural, sob o qual decorre uma governança marcada por arranjos e negociações de poder entre os diversos atores que influenciam no ordenamento da cidade.

Em linhas gerais, segundo Harvey (2005), a governança urbana caracteriza-se por quatro tipos de estratégias intercaladas. A primeira estratégia situa o entendimento de que a gestão empreendedora inscreve-se sobre a cidade numa condição de competição interurbana ou concorrência intercidades, conforme nomeia Fortuna (1997). A segunda afirma que para poder competir, a cidade precisa potencializar sua construção espacial voltada para o consumo. Nesse aspecto, emerge claramente a importância, já notada pelo autor, a respeito do que denominaremos, neste trabalho, *espaços de consumo*⁷⁰. A *imagem de consumo* da cidade para além de constituir um imaginário abstrato, espacializa-se (FORTUNA, 2013) em determinadas localidades da cidade, sendo, não obstante, apropriadas pela narrativa oficial como representativas de todo o território urbano, ainda que diga respeito a apenas um fragmento da cidade. O que importa para a boa governança urbana é que, “acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” (HARVEY, 2005, p. 174).

A terceira estratégia indica o privilégio no controle e produção de informações, seja no que diz respeito ao mercado ou na divulgação das supostas potencialidades de crescimento econômico, advindos com as ditas ações empreendedoras. Por fim, a quarta estratégia para a governança urbana empreendedora diz respeito à capacidade de atrair maiores fundos de repasse dos governos centrais. Essas quatro estratégias não esgotam certamente os mecanismos contemporâneos da governança urbana, mas, relacionadas, permitem-nos um bom quadro da dinâmica desse processo. A competição, que se constitui como fator intrínseco

⁷⁰ Essa discussão está apropriadamente inserida em tópico do Capítulo IV, intitulado **Copa do Mundo FIFA Brasil 2014**: Salvador e a formação de *espaços de consumo*.

a essa lógica, exige que as cidades se apresentem constantemente sob a face da singularidade atrativa, de tal modo que, sem muitos exageros, podemos até identificar uma espécie de “padrão da diferenciação”, sob o qual todos precisam se apresentar espetacularmente como diferentes.

Ao serem transformadas em mercadorias, as paisagens urbanas precisam ser constantemente intervindas, como condição imprescindível para sustentarem a sua configuração espetacular (DEBORD, 1997). Nessa perspectiva, conforme reafirma a tese do empreendedorismo urbano de Harvey (2005), Bessa e Álvares (2014) assinalam a existência de um conjunto de estratégias acionadas para o empresariamento das cidades. Essas ações giram em torno de medidas técnicas, de caráter urbanístico, mas também de ordenamentos legislativos de *exceção* (VAINER, 2011) e práticas consultivas/indutoras de mercado.

O uso dos ícones arquitetônicos, por exemplo, configura-se como um desses instrumentos urbanos que visam enunciar as cidades, estética e simbolicamente. Os ícones são elementos comuns nas paisagens turísticas. De grandes edificações a serviço de escritórios empresariais ou turísticos, até as chamadas Arenas de futebol, construídas a partir dos clássicos estádios já existentes, objetiva-se em comum expressar essa figuração extraordinária no ambiente visual da cidade:

O ícone arquitetônico tornou-se a marca mais visível da competição que se estabeleceu entre as localidades. Para demonstrar poder e domínio tecnológico, as cidades competem por quem constrói o edifício mais alto do mundo, ou o mais caro, ou o que emprega mais tecnologia (BESSA; ÁLVARES, 2014, p. 52).

Os ícones caracterizam um *modus operandi* específico de uma prática urbanística cada vez mais espetacular (DEBORD, 1997). De fato, ele é uma das ações que compõe o repertório das estratégias voltadas para o empresariamento das cidades. Na maioria das vezes, todo o repertório está intimamente relacionado entre si. Nessa lógica, até mesmo as intervenções patrimoniais são concebidas muito além do propósito de preservação histórica e artística de uma localidade. Elas acabam sendo configuradas como instrumentos políticos de construção de atratividades turísticas. Junto a tais instrumentos, as técnicas e a incorporação do marketing urbano é outra estratégia para empresariar a cidade.

Nessa esteira, os chamados marcos legais regulatórios⁷¹ aparecem como uma das principais medidas balizadoras da *cidade figurada* (BOYER, 1994), isto é, aquela escolhida

⁷¹ Trata-se dos instrumentos operacionalizados a níveis institucionais, notadamente de ordem administrativa ou jurídica. Eles compõem um vasto repertório através do qual as cidades são configuradas em virtude de interesses

para ser evidenciada em detrimento de sua face *desfigurada*. Sob esta ótica, essas medidas regulatórias acabam funcionando como efetivos mecanismos de ordenamento dos usos e dos usuários mediante a legislação excepcional dos espaços das cidades. Medidas como o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), instituído pela Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, o Ato Olímpico (Lei Federal 12035/2009 e a Lei Geral da Copa são alguns exemplos desse mecanismo no Brasil. Além de se caracterizarem como primordiais para os processos de mercantilização urbana, elas expressam intrínsecos aspectos da relação entre governos locais e agentes privados.

Sob o pressuposto de dividir e encontrar parceiros para a viabilização dos projetos empreendedores, justificados como “oportunidades únicas” de superação da crise ou de consolidação de uma fase crescente, os governos locais articulam parcerias com empresas públicas e privadas. As alianças entre estes atores variam, mas não deixam de serem significativas no processo de produção contemporânea do espaço urbano.

No caso empírico das transformações ocorridas na Vila Olímpia, cidade de São Paulo, por exemplo, Mariana Fix (2007) investigou como a transformação da área envolveu uma série de estratégias entre empreendedores urbanos e poder público local, no bojo de um espaço voltado para o mercado e negócios imobiliários. Na transformação da Vila Olímpia em Operação Urbana Faria Lima, a articulação entre setores privados vinculados ao mercado imobiliário e o poder público municipal foi bastante emblemática.

Inicialmente, tudo parecia se referir a mais um conjunto de intervenção urbana, onde a especulação imobiliária alteraria o espaço, modificando seus usos e expulsando seus antigos usuários. Mas, diante dos altos investimentos imobiliários em uma área proporcionalmente pequena para o grau das apostas imobiliárias e os negócios que circunscreviam a localidade, passou-se a cogitar claramente os riscos dos empreendimentos serem desvalorizados ou não serem suficientes na geração do valor do capital esperado. A localidade precisava então de uma série de modificações urbanísticas para que o projeto capitalista dos empreendedores desse certo. Dessa maneira, alguns dos grandes empresários (que tinham investido na localidade) montaram uma associação e passaram a fazer pressão direta ao poder público para que realizasse e arcasse com os custos das adaptações urbanísticas na área. Afinal, alguém deveria pagar a conta, e tal como ocorre com as PPPs na lógica do capitalismo urbano, os riscos não poderiam ser postos nas contas de empreendedores privados.

políticos e econômicos dos *empreendedores urbanos* em detrimento das demandas de outros atores ordinários. No contexto de preparação e realização dos megaeventos no Brasil, o uso deles foi fundamental para a caracterização excepcional de espaços de consumo figurados nas cidades espetacularizadas.

Ao final, como recurso último, a associação empresarial propôs, em mesa de negociação com a Prefeitura Municipal, contribuir financeiramente com as obras, tendo em vista o risco iminente de terem seu investimento desvalorizado. Tal qual os chamados *Business Improvement Districts* norte-americano, o espaço transformado nessa região acabou sendo modelado e regulado sob alianças privadas e com setores públicos da cidade.

Os “BIDs” dizem respeito a uma espécie de aliança entre empresários, sob a intermediação do poder público, na arrecadação de fundos para serem destinados a determinados espaços de interesse dos atores privados (“doadores” ou “investidores”):

um modelo de associação surgido nos Estados Unidos – que permitem que os empresários e os proprietários de imóveis em distritos comerciais se organizem para cobrar de si mesmos, voluntariamente, taxas para a manutenção e a melhoria de áreas públicas e, desse modo, assumir o controle sobre elas. O conceito, que surgiu nos 1970, ganhou o nome atual apenas na década seguinte. Quando um BID se constitui, a contribuição passa a ser obrigatória, recolhida pelo poder público como qualquer outro imposto. Ao contrário de outras taxas, contudo, o governo devolve os recursos para serem geridos pelo BID e utilizados no próprio distrito (FIX, 2007, p. 114).

Não por acaso, essa forma de aliança também emergiu sob o contexto preliminar de uma crise econômica, na qual os atores precisavam ser “criativos”. A insuficiência de recursos públicos e a ineficiência dos governos na gestão da crise acabaram se configurando como o pressuposto legitimador para essa aliança. Conforme observa Fix (2007), nos Estados Unidos, isso criou uma dependência muito grande dos governos para com essas associações privadas. Em alguma medida, temos aqui uma face muito específica das parcerias público-privadas, mas que no limite exercem sobre as localidades e os espaços públicos um resultado de alta privatização, desigualdade e exclusão social.

A princípio, os BIDs se diferenciariam das famigeradas PPPs por terem efetivamente recursos privados sendo implementados em espaços públicos. No entanto, ao terem o direito de regular e administrar o espaço concedido, os BIDs acabam por influenciar na administração de toda a cidade, conforme seus interesses privados⁷². O teor público dos espaços é minimizado. Em contrapartida, eles oferecem localidades privadas privilegiadas, com tudo aquilo que, por vezes, as demais áreas da cidade não possuem, como segurança, lazer e qualidade de vida.

⁷² No caso relatado sobre as Operações Urbanas Farias Lima, depois de muita pressão, o poder público realizou as obras demandadas pelos empresários, em um processo que significou um exemplo claro do poder dos agentes privados na configuração da cidade e dos governos locais, bem como dos limites do capital especulativo e imobiliário.

A cidade é “posta à venda” na medida em que determinadas intervenções urbanas (notadamente classificadas por múltiplos prefixos “re”, como *requalificação*, *recuperação*, *regeneração*, *reinvenção*, etc.) são utilizadas como mecanismos de desenvolvimento econômico local. Nessa perspectiva, a realização e captação de megaeventos funcionam como uma das estratégias dedicadas ao empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005; BESSA; ÁLVARES, 2014). O pressuposto apresentado como inquestionável é que, a partir da realização de grandes eventos, as cidades potencializam seu crescimento econômico local, através sobretudo da reconfiguração de sua imagem de consumo. Nessa esteira, enquanto algumas interpretações evidenciam as contradições da lógica de mercantilização urbana, outras relacionam-se às análises que objetivam identificar erros nos projetos urbanos, de modo a permitir melhor aproveitamento das “vocações” locais.

Para Beatriz García (2004), por exemplo, o propósito é refletir como as artes podem ser melhores aproveitadas no contexto de grandes eventos, considerando, *a priori*, que a realização e viabilização desse cenário é útil ao desenvolvimento econômico local. Dessa forma, a autora compara as experiências emblemáticas de três cidades, Glasgow (no projeto Capital Europeia da Cultura em 1990), Sydney (nos Jogos Olímpicos e Festivais Olímpico de Artes de 2000) e Barcelona (no Fórum Universal das Culturas, 2004). O argumento central defendido é que as artes e o conjunto cultural da localidade devem ser efetivamente trabalhados como prioridades na construção de uma imagem atrativa da cidade. Segundo García (2004), mesmo nos casos em que isso é acionado nos projetos de regeneração urbana, o que ocorre é apenas um uso superficial, logo secundário, da programação de artes e das características culturais locais.

A nosso ver, sob esse patamar interpretativo, reside o “entendimento” de que há formas técnicas de equacionar os privilégios e infortúnios de projetos de regeneração urbana em grandes eventos, a partir do momento em que se conceda a devida atenção ao setor negligenciado das artes:

A committed dedication towards arts programming in major events can assist in keeping the balance and provide a complementary dimension to the economic discourse that is sustainable in the long term. This should imply an understanding that arts activity can succeed within events without needing to become a purely economic factor, but rather a facilitator for local participation and ownership that is, at the same time, attractive for visitors and media. To achieve this, arts programming should be seen as a factor within a broader cultural agenda and fully integrated within it rather than just treated as an attractive but dispensable component (GARCÍA, 2004, p. 116).

Para além de corroborarmos ou não com a perspectiva sugerida pela autora, de fato é preciso reconhecer que por um lado, ao examinar experiências distintas, García pondera sobre semelhanças e diferenças e sobretudo busca contribuir numa forma mais adequada de realizar com “êxito” a potência da cultura e das artes na instrumentalização do desenvolvimento social e econômico, através dos processos de regeneração urbana. Por outro, ao não perceber que há uma lógica econômica que se sobrepõe às “boas intenções” e dinâmicas culturais locais, a autora acaba por ofertar-nos uma ilustração significativa de como são comumente tratados esses projetos, por consultores urbanos.

A análise do modo de produção capitalista no qual se inscreve essa forma de pensar a vida urbana é preterida por supostas possibilidades “sustentáveis” do gerir urbano. Nessa esteira, sugerem-se, no máximo, *adequações* e *reparos* que privilegiem mais as artes e a cultura, ainda que seu reconhecimento seja mediado pelo teor daquilo que poderão financeiramente valer no *hall* dos negócios urbanos.

Não obstante, o potencial “empreendedor e criativo” passa a ser a grande oferta política e técnica dos gestores e especialistas para as intervenções de transformação urbana e crescimento econômico das cidades. Por isso, os planejamentos estratégicos têm sido massivamente adotados pelos governos locais. Com a ideia de “cidade e classe criativa”, desenvolvidas respectivamente a partir das obras de Charles Landry, *The Creative City: A toolkit for urban innovators* (2000) e Richard Florida, *The Rise of the Creative Class* (2002), a *criatividade* e a *estratégia* passam a se constituir como uma espécie de *referencial* (MULLER, 1995) das políticas urbanas.

Nessa ótica, o empreendimento da capitulação e realização de megaeventos se configura como um dos principais catalisadores das *políticas da criatividade*. Sob eles, a noção de oportunidade única é constantemente acionada, pois embora a retórica de validação da realização de grandes eventos se ampare na obtenção de legados estruturais para a cidade que realiza, o tempo é sempre circunscrito ao momento da realização. Assim, para críticos ou entusiastas, enquanto excepcionalidade construída, uma série de medidas e ações podem ser implementadas, seja pela legitimação socioeconômica trazida inicialmente junto ao processo da realização dos megaeventos, ou ainda pelos investimentos financeiros angariados junto ao seu processo (GARCÍA, 2004; MATARASSO, 2009; CASELLAS *et al.*, 2010; LA BARRE, 2013; BESSA; ÁLVARES, 2014).

O que questionamos aqui não é o mérito dessa forma de pensar a vida urbana, mas a lógica sob a qual ela se constitui, dissimulando autenticidades locais e potencializando uma

maneira de intervenção urbana notadamente vinculada a um tipo de crescimento econômico capitalista, comumente restrito a camadas sociais com potencial de consumo, em detrimento do não acesso das populações mais pobres a diversos direitos à cidade, como moradia, educação, transporte, etc.

Sendo assim, não se desconsidera que é próprio da vida social ser historicamente marcada pelas inovações, seja nos aspectos culturais e tecnológicos ou nos diversos outros âmbitos possíveis, mas opta-se em tentar demonstrar como, nesse bojo, a cidade acabou figurando como espaço territorialmente privilegiado para aquilo que se apresentará como novo, ainda que isso seja muito mais representacional, do que efetivo, em diversas sociedades. Conforme lembra Matarasso (2009), embora a *criatividade* não seja uma invenção estranha à humanidade, sob os contornos ideológicos que têm sido implementadas nos planejamentos estratégicos das cidades, ela passa a ser pontualmente uma questão de ordem histórica e eminentemente política:

The rise of the Creative City parallels the rise of the neoliberal globalisation that became the dominant economic model during the 1980s under the banner of the so-called ‘Washington Consensus’. Among other things, this ideology required governments to remove restrictions on corporations’ ability to move goods and capital across national frontiers at will. One of its many consequences was a pressure on cities to retain or attract invest in a global marketplace where free movement was in practice limited to the skilled or wealthy. The phrase ‘city competitiveness’ appeared, subsequently becoming firmly established in urban policy. International bodies such as the OECD promoted it while even the smallest cities began to compare themselves, not always on very clear reasoning, to supposed competitors abroad (MATARASSO, 2009, p. 3-4).

Diante disso, boa parte das vezes, as soluções para os problemas urbanísticos são apresentadas no campo das *ações criativas*, vinculadas notadamente à lógica de produção e consumo de determinados espaços e práticas culturais. Tudo se passa, predominantemente, pela centralização da cultura que, empreendida corretamente, resultaria em crescimento econômico para a localidade. O uso dado à dinâmica das práticas culturais (de toda vida urbana) é percebido como um mero exercício de revelação criativa, desde que aplicado sob a medida certa. As políticas urbanas tornam-se políticas de apropriação cultural, destinadas à mercantilização e autopromoção espetacular da cidade.

Para Lopes (2009), a intencionalidade associada às ações dos gestores urbanos não é suficiente para a constituição efetiva de uma política sobre a cidade. Nesse sentido, não se define como política cultural ações em que o interesse cultural se materializa em projetos desarticulados de iniciativas historicizadas em um tempo e espaço específico. O protagonismo

dos produtores culturais é secundarizado em nome de objetivações *estratégicas* que tomam a cultura de modo bastante efêmero. Por sua vez, ícones e estetizações faraônicas enunciam supostas culturas oficiais das localidades, demagogicamente veiculadas por apelos patrióticos (VAINER, 2009).

O caso espanhol é um dos mais significativos nessa conjuntura, pois é geralmente percebido como pioneiro, quando, com as Olimpíadas de 1992, Barcelona teria se lançado internacionalmente como cidade mundial. Via de regra, os megaeventos são percebidos como instrumentos políticos estratégicos, viabilizadores da imagem positiva de uma localidade e potencialmente capazes de permitir uma guinada econômica local em face de crises financeiras existentes. Além disso, as realizações de grandes eventos representam também a legitimidade da cidade e do país-sede frente a um cenário internacional. Uma espécie de reconhecimento se estabelece sobre quem realiza, como demonstração de capacidade e aptidão excepcional para esse “grande feito”.

Entre as décadas de 1990 e 2000, o uso de mecanismos estratégicos de planejamento, articulado às parcerias público-privadas, possibilitaram a Barcelona um crescimento considerável, fundamentado especialmente no avanço do setor de serviços, notadamente o turismo. De acordo com alguns dados⁷³ referentes ao trabalho e à produção de riqueza interna bruta, não há como negarmos o impacto do setor de serviços, especialmente do turismo, no crescimento da economia local de Barcelona. Esse desenvolvimento dá-se igualmente no decréscimo da participação industrial na localidade:

La terciarización de la economía de Barcelona se hace evidente al observar la creciente importancia del sector servicios dentro de la economía local. En el año 2008, el sector servicios, que incluye el turismo, pasó a englobar el 79,2% de los ocupados en Barcelona. Al mismo tiempo la industria ha reducido su aportación al empleo, al ocupar el 13,8% de los asalariados (CESB, 2009). La aportación del turismo al PIB municipal fue en el año 2008 aproximadamente del 10% del total. Se considera que el turismo generó 65.000 puestos de trabajo directos en Barcelona. Los turistas representaron el 65% de las visitas a los principales museos de la ciudad, exposiciones temporales y permanentes (Turisme de Barcelona, 2010) (CASELLAS *et al.*, 2010, p. 154-155).

⁷³ Casellas, Jutgla e Pallares-Barbera (2010) advertem quanto à deficiência na catalogação de dados sobre o impacto do turismo na participação do PIB local, questionando os procedimentos metodológicos que existem disponíveis. Todavia, considerando a partir do que existe em termos de pesquisa quantitativa sobre a atividade turística, percebe-se que, no total, essa esfera econômica tem crescido significativamente na cidade. Para eles, isso ocorre em virtude da variação dos fins turísticos, que estrategicamente foi fomentado para a cidade. Para além do turismo da “cultura e do ócio” passou-se a apostar, entre meados da década de 90 e anos 2000, na imagem da cidade como vocacionada para múltiplos tipos de turismo, fortalecendo os fins de visita, inclusive a partir de congressos, cruzeiros e outros.

Não por acaso, no âmbito do contexto europeu e latino-americano, a cidade de Barcelona figura como um dos casos mais reconhecidos. A sua transformação urbanística e imagética tem despertado interesse de vários atores sociais, sejam gestores públicos, consultores, empreendedores urbanos e até mesmo pesquisadores acadêmicos. A visibilidade alcançada, sobretudo após os Jogos Olímpicos de 1992, inscreveu a experiência catalã numa espécie de *paradigma megaeventista* (LA BARRRE, 2013).

No entanto, conforme assinalam García e Degen (2008), esse padrão de intervenção urbana não surgiu fortuitamente em Barcelona. Para as autoras, não se trata em si de nenhum mérito heurístico da cidade, pois sua concepção correspondia a um contexto maior do pensar urbano, reconfigurado a partir de um entendimento político e econômico sobre a produção e crescimento capitalista. Conforme analisamos anteriormente, a inovação barcelonesa relaciona-se ao contexto econômico e político da década de 70 do século XX, quando emergia nas localidades centrais um processo de desindustrialização.

Dessa forma, às cidades caberiam três grandes papéis: 1- Comportar uma integração de interesses locais (público e privado); 2- Empreender uma gestão empresarial (apta a ser mais competitiva e atrativa a investimentos financeiros externos); 3- Recriar identidades locais compatíveis com sua autopromoção imagética para os novos fluxos globais, capazes de angariar maiores investimentos financeiros. Tudo isso deveria ser interligado de modo que se pudesse enunciar uma cidade com potencialidades locais suscetíveis de se propagarem externamente. A produção local dizia respeito a uma expectativa externa para investimentos. Por isso, tornava-se fundamental articular diferentes interesses, potencialmente capazes de angariar reconhecimento político e “seguridade” econômica (GARCÍA; DEGEN, 2008).

Nesse contexto, do ponto de vista econômico, a cidade de Barcelona modifica-se, partindo de um importante porto comercial, passando por uma forte indústria têxtil até chegar no maior exemplo de cidade-sede de megaeventos. Vale lembrar ainda que nesse aspecto de realização de grandes eventos, desde o século XIX, a cidade já poderia ser um destaque. Todavia, a variação econômica tem relação direta com o contexto histórico dos fenômenos. Isso quer dizer que tanto a concepção sobre a gestão urbana não era a mesma em 1888 (na Exposição Universal⁷⁴), quanto o sentido de megaeventos atual difere significativamente de outrora. A inserção das cidades na era da economia de serviços induz a um tipo de administração empresarial norteadada pela contínua competição interurbana, não raramente dependente da ocorrência de megaeventos, enquanto recortes temporais capazes de instaurar

⁷⁴ Realizada em Barcelona, em 1888, essa Exposição Universal foi considerada a primeira grande feira mundial da Espanha, contando com a participação de 27 países, incluindo China, Japão e Estados Unidos.

cíclicos momentos de excepcionalidades. Assim, se os Jogos de 1992 foram fundamentais para empreender uma série de requalificações urbanas em Barcelona, 2004 (no Fórum das Culturas) foi concebido como o momento de complementação necessária para os projetos de intervenções urbanas locais (GARCÍA; DEGEN, 2008).

Os vários fatores que comumente demonstram problemas na realização de megaeventos, como gastos públicos, sublocação dos equipamentos construídos para o tempo específico do evento, especulação imobiliária e falta de participação popular, não foram simplesmente eliminados, mas demonstraram relativa exceção na experiência de Barcelona, em 1992 (CASELLAS *et al.*, 2010). O famigerado “Modelo Barcelona” surge, pois, dessa percepção relativamente exitosa, que consolidou a parceria público-privada na localidade e projetos que se estendiam antes e para além dos Jogos. A cidade pensada em nível de região metropolitana alcançou o maior estatuto de exemplo positivo na capitulação e realização de megaeventos (GARCÍA; DEGEN, 2008; QUEIRÓS, 2010). Segundo nota Queirós (2010), o processo (que elevou a capital da Catalunha ao posto citado) diz respeito a mudanças fomentadas ainda no século XX, embora a maior visibilidade e sua consolidação tenha sido percebida já na transição para o século XXI.

Por volta ainda da década de 70 do século XX, já existia certa preferência por “projetos” coparticipados e não por “planos” fechados⁷⁵. Alguns eram elaborados com foco específico na cidade, mas outros postulavam planejamentos para toda a área metropolitana. O protagonismo da Câmara Municipal não se destituía frente à articulação com outros atores da iniciativa privada e instituições forjadas enquanto juntas sem fins lucrativos (*Ajuntament* – surgida ainda nos anos 80) (QUEIRÓS, 2010).

Mas conforme assinala Zaida Muxi (2010), até o final dos anos de 1970, a capital catalã era extremamente distinta da imagem hoje mundialmente difundida:

[*Barcelona*] tinha muitas deficiências, principalmente nos bairros: zonas de urbanização precária, com moradias construídas pelos próprios moradores e carentes de serviços; zonas residenciais especulativas quase sem urbanização; falta de equipamentos para o dia a dia, de espaços públicos e de transporte coletivo (MUXI, 2010, p. 113).

⁷⁵ Os chamados Planos Especiais de Reforma Interna (PERI) eram ordenamentos que permitiam interferências diretas de outros atores, para além dos planejadores oficiais do Estado. Nesse sentido, associações de moradores ou movimentos sociais poderiam pleitear que medidas fossem acrescentadas ou suprimidas, conforme a adequação as suas demandas (QUEIRÓS, 2010). Segundo observam García e Degen (2008), os PERIS eram verdadeiros instrumentos legais produzidos por conselhos e grupos populares para agregar ou substituir os planos urbanos da cidade. Todavia, é válido ressaltar que esse mecanismo foi extinto justamente na iminência de realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

A gestão dos planos e projetos ocorria mediante o alcance do consenso entre os diferentes representantes em debate e trabalho, que deveriam compartilhar a liderança, atuando em cooperação. Queirós (2010) destaca que, ao menos no início, os projetos empreendidos assumiam temporalidades que extrapolavam o período de uma gestão política, favorecendo, assim, que efetivamente sua realização fosse para e da cidade. Os projetos e planos estratégicos se encadeavam⁷⁶, sendo sucessivos e gerando um acúmulo de realizações consideráveis. Com todo esse acúmulo e protagonismo, a cidade de Barcelona passou a ser reconhecida pela “cultura de projeto”, condição fundamental para que não só sua imagem, mas seus escritórios de planejamento fossem importados para outras cidades, como legítimas autoridades técnicas especializadas.

Mas o êxito desse tipo de gestão deve-se também ao importante papel político das diversas associações de moradores, que não só pautaram as necessidades de melhorias das áreas residenciais, como efetivamente foram responsáveis pela construção de parques urbanos em locais abandonados pela indústria (MUXI, 2010).

Nesse contexto é que a cidade foi eleita em 1987 para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, alterando significativamente a escala das transformações urbanas pela qual a cidade vinha sendo submetida, em especial no início dos anos oitenta. Nesse caso de Barcelona, a narrativa (muito mais tornada retórica nos anos seguintes em várias cidades europeias e latino-americanas) a respeito de “uma oportunidade única” foi de fato efetuada em favor da sua melhoria infraestrutural:

Os investimentos para os Jogos Olímpicos, com a implicação de diferentes níveis de governo, foram uma oportunidade para grandes projetos de infraestrutura, tais como a estação de tratamento de água, novos sistemas de esgoto, nova infraestrutura de eletricidade e cabo de fibra óptica. São projetos menos visíveis e menos espetaculares, porém imprescindíveis, e difíceis de executar com os orçamentos correntes, pois exigem grandes investimentos. Assim, foi possível realizar estas melhorias invisíveis, e ao mesmo tempo, investir naquilo que sim, se vê, como as instalações desportivas, a recuperação e criação de praias e passeios marítimos, as avenidas perimetrais, etc. Sem esta oportunidade, essas melhorias demorariam muitos anos para serem realizadas (MUXI, 2010, p. 116).

⁷⁶ Entre os principais projetos, Queirós (2010) cita o Plano Estratégico de Barcelona de 1990 (PEB), precedido de uma associação constituída exclusivamente para este fim em 1988; seguidos do II e III PEB, respectivamente de 1994 e 1999. Em 2003 amplia-se para Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (PEMB), revisto em 2007. Conforme a autora (QUEIRÓS, 2010), até o ano de 2010, o PEMB integrava mais de 36 municípios e 300 instituições públicas e privadas, atuando em cerca de 80 projetos estratégicos metropolitanos, subdivididos em blocos e compreendidos nos seguintes eixos de ação: “conhecimento”, “mobilidade e acessibilidade”, “promoção de sectores estratégicos”, “infra-estrutura e equipamentos de impacto urbano”, “sustentabilidade e ambiente” e “urbanismo e coesão social”.

De igual modo, a ideia de “estratégia” se efetuou nessa prática concreta, em que, a partir de áreas previamente selecionadas para se tornarem centrais, buscou-se interligar a cidade, preparando-a para recepcionar o megaevento, tendo como referência maior o intuito de equilibrar todas as suas áreas. Dessa maneira, objetivou-se fortalecer e equipar bairros que se encontravam em situações mais precárias ou aquém de outras partes da cidade.

Esse conjunto de medidas organizacionais, que foram operacionalizadas durante a preparação e realização dos Jogos Olímpicos de 1992, acabou sendo associado também a determinadas características culturais próprias da cidade, como uma evidenciação de suposta vocação local para as tendências econômicas e produtivas do novo século. Para alguns autores (BUSQUET *apud* QUEIRÓS, 2010, p. 09), Barcelona seria o “protótipo de uma cidade europeia mediterrânea, em termos de densidade, compacidade e crescimento, características formais e processos de transformação histórica”. O pressuposto é que se revelava um imaginário de mediterraneidade a partir do estilo de vida da cidade.

Mas o decorrer dos fatos não foi simplesmente linear. Conforme afirmam García e Degen (2008), a sucessão histórica da cidade perpassou crescimentos contraditórios, desde o último período da ditadura franquista (1960 a 1978), passando pela transição democrática (1979-1994), até o atual quadro observado. No segundo período, a chamada transição democrática comportou, por um lado, o retrocesso na participação popular dos planos urbanísticos e, por outro, o avanço da concepção da gestão urbana pautada pela soberania dos atores privados na relação com os governos locais. Já no contexto contemporâneo (após 1995), Barcelona passou a ser reconhecida como uma cidade altamente conectada ao restante do mundo, mas sua forma urbana era marcada pelo peso do “mercado” acima de qualquer plano urbano. Sua imagem tornou-se um símbolo, uma referência da nova fonte mercantil do capital, sob a qual diversas outras cidades têm se fundamentado e lançado estratégias, no entanto, para García e Degen (2008, p. 20), “el nuevo maquillaje de Barcelona simbolizaba su transición a uma modernidade democrática”.

Em pouco tempo, o papel da cultura transformou-se em componente protagonista da cidade. A produção espetacular da imagem passou a reinventar também um conjunto de elementos e significados abstratos, supostamente referenciais das práticas e costumes locais. No caso da cidade de Barcelona, coube a síntese da “mediterraneidad” a função de aglutinar a projeção espetacular do que é todo o conjunto heterogêneo do *modo de ser* das populações urbanas da região do mediterrâneo:

Ese imaginario urbano de <<mediterraneidad>> se constituye y se reinventa constantemente a través justamente de una fusión de mitos en la que el entorno edificado y las prácticas cotidianas impregnan los espacios físicos tanto como la atmósfera social de la ciudad (GARCÍA; DEGEN, 2008, p. 21).

A estratégia lançada sobre a cidade foi de concebê-la, ao mesmo tempo, como histórica e moderna. A construção de uma identificação coletiva, privatizada sob as estratégias do *city marketing* para uma determinada cidade, também pode ser verificada em outros exemplos empíricos, como no caso da cidade de Salvador-BA. Se em Barcelona a narrativa oficial dos empreendedores urbanos utiliza o termo “mediterraneidad”, em Salvador⁷⁷ a noção de “baianidade” parece ter tido uma espacialização privilegiada, se não exclusiva, de todas as múltiplas realidades das cidades baianas.

Entretanto, em Barcelona, aquilo que parecia agradar inicialmente tanto os moradores, quanto os turistas, acabou na prática fomentando muitos conflitos. Junto as diversas transformações urbanas, o aumento dos preços e especulação foi pouco a pouco constituindo-se como força gentrificadora em algumas áreas da cidade (GARCÍA, 2008). Uma das principais críticas gira em torno dos usos do espaço público:

El escenario de crecimiento de la industria turística, con repercusiones económicas positivas para la ciudad, ha tenido sin embargo implicaciones cuestionables a nivel de uso del espacio público. Los conflictos empezaron a manifestarse de forma acuciante a finales de la década de 2000. Respondiendo a las críticas de ciertos sectores sociales, especialmente la prensa y representantes de colectivos residentes en el centro urbano, en el año 2008 y bajo el liderazgo del Ayuntamiento, el CTB inicia un nuevo proceso de reflexión para la elaboración de un nuevo plan estratégico de turismo. De forma significativa, bajo el nombre “Plan Estratégico de Turismo 2015 de la ciudad de Barcelona” el nuevo plan introduce el componente ciudad, y por extensión, ciudadanía en su ámbito de análisis (CASELLAS; JUTGLA; PALLARES-BARBERA, 2010, p. 163).

As resistências efetuadas por moradores locais, bem como a pauta das reivindicações políticas exercidas sobre eles, demonstram para nós como há uma relação direta entre o desenvolvimento turístico da cidade e seus impactos nos usos dos espaços públicos. O fim de um parece imbricado ao fim aparente do outro. No caso da atividade turística, é evidente que é preciso gerar atratividade como forma de investimento econômico. Não por acaso, a realização do megaevento Fórum Universal da Cultura, em 2004, foi percebido como uma espécie de política da criatividade complementar ao que até havia sido feito:

⁷⁷ A discussão sobre as características das políticas urbano/culturais na cidade de Salvador será melhor desenvolvida no Capítulo 3: “**Megaeventos no Brasil, Copas em Salvador**”.

com este projecto pretendia-se encerrar algo iniciado com as olimpíadas, dando-lhe uma vocação cultural e integrando ao mesmo tempo equipamentos ambientais situados no limite da cidade. Esta intervenção não sutura partes fragmentadas da cidade, pois altera profundamente a paisagem e os usos (QUEIRÓS, 2010, p. 20).

Com intervenções focadas em uma extensa área conquistada por um grupo de investidores norte-americanos, a experiência de 2004 pôs efetivamente em debate a razoabilidade de observar a realização de megaeventos como meio para a melhoria urbana de uma cidade, conciliando de modo adequado os interesses da população local (incluindo aquelas mais carentes) e a possibilidade de crescimento econômico, conforme avalia Muxi (2010, p. 123):

Se desde o princípio os Jogos Olímpicos despertaram a ilusão da grande maioria da população, este evento foi muito questionado e pouco acolhido. As pessoas não se sentiram representadas, o tempo entre um evento e outro era muito curto, e a cidade necessitava melhorias em escala de bairro; precisava de mais proximidade e tranquilidade, e menos espetáculo. A paisagem humana estava mudando rapidamente. Barcelona tornou-se uma cidade com novos habitantes, que somavam novos requerimentos àqueles da população já estabelecida. Portanto, o Fórum Universal das Culturas não foi compreendido pelo público, foi visto como um espetáculo de consumo, que gerou uma grande despesa da qual em 2010 ainda restavam dívidas. O projeto de 2004 não teve uma estratégia de cidade, teve apenas uma estratégia de alcance pontual, e não conseguiu, ainda em 2010, situar no cotidiano dos cidadãos este espaço. A prova disso é que a cada primavera começam as propagandas para a população fazer uso do lugar, com investimentos públicos anuais para esta finalidade.

Conforme foi assinalado pela crítica urbanística, a forma sob a qual se realizaram as intervenções urbanas, para o Fórum, expressaram muito menos um modo específico do urbanismo de Barcelona e de sua suposta simbolização mediterrânea, e mais os modelos norte-americanos de intervenções.

Os projetos que incidiram sobre o bairro Poblenou foram significativos para esta reflexão. Projetado para se transformar em um polo da “nova indústria do conhecimento, tecnologia e informação”, a extensa área acabou na prática tendo boa parte do seu patrimônio histórico industrial destruído, em virtude dessas inovações identitárias, classificadas pelos consultores como melhores tendências do mercado e consolidadoras do protagonismo da cidade de Barcelona na realização de megaeventos. O registro urbanístico do bairro passou de “22-a” para o estratégico “22@”, em uma clara referência à função que deveria tomar aquela região. Não obstante, como isso foi predominantemente realizado “pelo alto”, sem as devidas

consultas da comunidade local, as resistências e os enfrentamentos não foram poucos, pois para que o “inovador” projeto pudesse ser realizado, seriam necessários novos tipos de usuários, em uma localidade pejorativamente percebida como periférica (GARCÍA; DEGEN, 2008).

Esses conflitos territoriais, protagonizados na primeira década do século XXI, no bairro Poblenou, não se restringiram apenas a essa área da cidade. A ação organizada de moradores põe em questão várias outras partes de Barcelona, a cidade sob um estatuto que contraditoriamente outrora contribuiu para sua famosa imagem internacional, isto é, justamente a capacidade de se transformar atendendo às distintas demandas dos seus cidadãos e dos visitantes.

Em determinado momento a cidade passou a usufruir de sua própria sombra, como uma espécie de “metacidade transposta”, onde tanto o imaginário de como intervir, quanto as experiências de usos e visitação contribuíram em frentes diferentes para que (em menor ou maior grau) Barcelona se mantivesse como cidade mundial, exemplo de inovação, criação e atratividade, mas como isso ocorre na vivência prática, parece ser sempre um “detalhe”. Contudo, conforme advertem os autores, não há como dissociar a possibilidade contínua de êxito dessa imagem dos reais problemas que a cidade tem enfrentado, seja na relação entre turistas e moradores, nos usos destinados aos espaços, ou nos efeitos da segurança aos seus visitantes, causados, em parte, pela saturação da política turística forjada para a cidade. Eis, pois, a ácida crítica de Manuel Delgado (2007), quando intitula Barcelona como *La ciudad mentirosa*, na medida em que objetiva enunciar positivamente a imagem da cidade, ocultando inevitavelmente todas as outras experiências não atraentes aos interesses do mercado turístico.

Na realidade, mesmo na experiência concebida mundialmente como exemplar, o que passou a estar fundamentalmente em questão foi a necessidade contínua de mercantilizar lugares e espaços, bem como suas histórias, costumes e cultura. A problemática inerente a essa questão é que nem sempre os resultados obtidos são acessíveis e aprazíveis, pois nem todos que usam e, sobretudo, vivem na cidade, podem e/ou querem custear esse modo de vida altamente mercadológico.

A concentração dos investimentos com fins turísticos no centro urbano de Barcelona, por exemplo, tem gerado um desgaste na população mais antiga dessa área. Assim como ocorreu em outras cidades, observam-se por parte desses atores residentes, críticas que apontam o investimento em requalificações voltadas para o consumo (focando a imagem e espaços espetacularizados) em detrimento do atendimento de dificuldades estruturais para o

direito à cidade. Tudo isso somado ao crescimento da população imigrante, também concentrada nessa zona (especialmente pela oferta de trabalho com mão de obra não qualificada), fez da área central da cidade um caldeirão, sob o qual se observam significativas tensões entre moradores, turistas e empreendedores urbanos (CASELLAS *et al.*, 2010).

Entre o final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, alguns meios de comunicação chegaram a noticiar parcialmente essa problemática em torno do adjetivo “turismofobia”, como forma de evidenciar conflitos gerados pela significativa alteração do estilo de vida nos centros urbanos. A gentrificação nessa área também é um problema, embora isso pareça ocorrer de maneira mais gradativa que em outras cidades submetidas ao mesmo conceito de intervenção urbana.

Há bairros em que mais da metade dos moradores são imigrantes. Com igual força, observa-se que o aumento vertiginoso de visitantes, turistas, tem posto em pauta a sustentabilidade da cidade, opondo drasticamente que seus direitos e deveres pertencem a uns e não a outros (GARCÍA, 2008). Em meio a diversas reclamações de moradores, que afirmam estarem sendo preteridos em detrimento dos turistas, a cidade de Barcelona passa a protagonizar, talvez, limites dessa perspectiva do pensar urbano. A potência insustentável é que, por um lado, o fortalecimento do pertencimento local continua a ser uma estratégia retórica da imagem positiva da cidade, propagada pelo *city marketing*, mas, por outro, a prioridade pelos interesses do mercado é indubitável.

Afinal, quem tem *direito ou mais direito* sobre a cidade? Para García (2008), o importante é analisarmos lado a lado os impactos dos fluxos de visitantes na vida urbana. Segundo ela, para além da dicotomia cidade dos cidadãos e cidade dos visitantes, o que se observa é o curso avassalador de uma nova morfologia social, marcada por limites e possibilidades, a lógica das políticas da criatividade. Outros autores (CASELLAS *et al.*, 2010) ponderam que, apesar dos tensionamentos, a capital catalã continua a se constituir como lugar de visitação obrigatória.

Dessa maneira, as apreciações parecem sempre percorrer uma análise que (de modo bastante tênue) situa-se entre a valorização do “modelo Barcelona” como inovação e caso singular e como exemplo e tipo geral da nova gestão urbana. Para uns, é a metodologia que pode ser copiada. Para outros, mesmo que tente se reproduzir os caminhos da capital da Catalunha, apenas lá se tinha a conjugação de atores e economias criativas suficientes para o referido êxito.

De qualquer sorte, entendo ser válido nos apropriarmos do contexto e da forma como se catapultaram as experiências urbanas de Barcelona. Nesse sentido, conferimos atenção aos mecanismos de participação popular, e especialmente, a meu ver, como a atuação de atores aparentemente postos em posição de interesses distintos ou conflituosos⁷⁸ (como patrões, empregados, empresários e moradores locais) puderam contribuir com o famigerado “espírito” colaborativo do “modelo Barcelona”. Nessa perspectiva, vale lembrar, como bem sugeriu Queirós (2010), no título do seu artigo, que estamos a falar de “Barcelona e Barcelonas”. Esse caráter plural da cidade permite entendermos historicamente suas modificações, disputas e contradições, problematizando o caráter estático que o paradigma (ou “modelo”) possa expressar.

II.1- Sobre a *trajetória brasileira*

No Brasil, considerando a industrialização tardia, as políticas urbanas se intensificaram no Pós II Guerra Mundial, quando ainda se falava em políticas de interiorização e não necessariamente urbana (MOYSÉS; BERNADES; AGUIAR, 2009). No período do Governo Vargas (1930 a 1945), o fomento a interiorização, conhecido como “Marcha para o Oeste”, acabou simultaneamente contribuindo tanto para o povoamento das regiões rurais, quanto para o crescimento das cidades, a partir dos contingentes migratórios da população advinda do interior. Não fortuitamente, objetivava-se sobretudo fortalecer o parque industrial, haja vista a implementação do Plano de Metas, desenvolvido no governo do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, na década de 50.

Ainda que esse processo seja permeado por conflitos, no Brasil, a especificidade encontrada foi justamente a passagem passiva do modelo agrário para o industrial (MARICATO, 2008). Segundo assinala Maricato (2008), é preciso observar elementos anteriores à urbanização que influenciaram também nesta transformação processual do país, como o trabalho escravo, o desprezo concedido à reprodução da força de trabalho – mesmo com a emergência do trabalhador livre – e o poder político imbricado em relações personalistas. Apesar disso, entre 1930 e o fim da II Guerra Mundial, a urbanização e industrialização brasileira ocorreram de maneira a priorizar a população interna, com o fortalecimento da produção e do consumo (MARICATO, 2008).

⁷⁸ Sobre os conflitos territoriais em Barcelona, ver Helena Cruz Gallach (2008).

Já com o Plano de Metas, desenvolvido pelo governo de Kubitschek, os rumos do país passaram a ser delegados de maneira mais subordinada aos interesses do capital internacional. A massificação do consumo e o fomento a bens, como eletrodomésticos e automóveis, acabaram não sendo apenas os elementos que sofreram direta influência dos interesses políticos e econômicos dos investidores externos. A própria política habitacional passou a ser altamente direcionada segundo as condições convenientes para o desenvolvimento do sistema capitalista em um país periférico, como o Brasil. Assim sendo, a narrativa de progresso, implícita no projeto de modernização capitalista, encontra ressonância na realidade brasileira:

Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passaram a integrar um cenário onde a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou padrão de urbanização dos bairros da periferia (MARICATO, 2008, p. 19).

Esse período desenvolvimentista, que se estendeu dos anos 30 até a década de 70, não foi linear, apesar de ter como pano de fundo comum o desenvolvimento de uma sociedade industrial, por isso também urbana, inserida na lógica da produção e do consumo capitalista. Após a fase de fomento ao crescimento populacional das cidades, com a forte presença do aparato estatal, durante o contexto da ditadura militar, acabou-se construindo uma série de órgãos⁷⁹ voltados especialmente para o trabalho, com a então chamada *questão urbana*.

Nesse contexto, o entendimento de repensar as políticas urbanas como instrumento institucional, potencialmente portador de elementos combativos ao caos urbano, foi significativamente presente. De fato, desde as primeiras conquistas, materialmente obtidas na Constituição de 1988 (com a inclusão do Capítulo de Política Urbana e o sentido expresso da função social da propriedade) e no Estatuto da Cidade, em 2001, como resultado do esforço coletivo e comum acerca do direito à cidade, delegava-se a chamada *Reforma Urbana*, a capacidade combativa de uma agenda comum que pautasse a democratização da cidade e dos seus rumos.

A Reforma começou a ganhar materialidade prática e discursiva, no acúmulo das concepções teóricas, metodológicas e políticas, nos anos 90, após a ditadura militar e o

⁷⁹ Entre eles, destacam-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), responsáveis, juntamente com os recursos do FGTS, pelo fomento ao financiamento habitacional. Para as ações de intervenções urbanas em geral, foi criada a SAREM (Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios), órgão responsável pelo controle do Fundo de Participação dos Municípios (MOYSÉS; BERNARDES; AGUIAR, 2009).

período de redemocratização do país. Essa década foi bastante emblemática para o país, pois por um lado representou os avanços institucionais no campo jurídico (com a incorporação à Constituição de 1988, do capítulo de política urbana, centralmente pautado na noção de função social da cidade e da propriedade), e por outro, foi quando se deu a implementação de um arcabouço político fundamentado na doutrina neoliberal de Estado, e suas consequentes privatizações de serviços públicos.

Não por acaso, conforme advertem Rolnik *et al.* (2012), esse processo acabou sendo permeado por uma vasta história de disputas e contradições. Isso quer dizer que, por exemplo, tanto no que diz respeito à formulação e aprovação, quanto à aplicação e interpretação do Estatuto da Cidade, no país, o que se tem observado é um decorrer histórico que conjuga e tenciona distintos projetos políticos de reforma urbana.

As concepções de luta e reivindicação política acerca das problemáticas vivenciadas nas cidades brasileiras encontrou inicialmente a ambiguidade das décadas de 80 e 90 do século XX, na medida em que, por um lado, germinavam mais concretamente as ações de vários e distintos movimentos sociais que buscavam regulamentar demandas sobre o planejamento urbano e diversos direitos, como o da moradia, por outro, adentrava-se cada vez mais numa concepção de Estado regida pela política neoliberal, na qual a política urbana se integrava ao país mediante a integração nos circuitos global do capital (MARICATO, 2011; ROLNIK *et al.*, 2012).

Segundo os últimos (ROLNIK *et al.*, 2012), em parte isso se deve à crise do modelo de urbanização e suposto crescimento presenciado durante o regime militar, conhecido pela “lógica da desordem” (KOWARICK, 1980). Nessa lógica, seja pela acumulação de capital imobiliário, ou pelo sobretrabalho resultante das políticas habitacionais que atribuíam ao trabalho do próprio sem-teto a tarefa da construção civil, o que se observou foi um crescimento urbano desordenado, mas não necessariamente irracional, frente à necessidade de acumulação de riqueza para determinados setores da sociedade. Portanto, tinha ele uma lógica, mesmo que implicasse uma espécie de desordem da cidade (pensada de maneira conjuntural).

Nesse período, conforme analisamos anteriormente, o cenário mundial já ensejava a transição das políticas urbanas para as políticas focadas na ideia de criatividade. Como resposta da crise, muitos países e cidades reconfiguravam a lógica dos planejamentos e intervenções urbanas. Guardadas as particularidades de cada localidade, entre as décadas de 1990 e 2000, a ideia de mudança mais identificada referia-se ao conjunto de lógicas que

concebiam a cidade como espaço privilegiado para a operacionalização da reestruturação produtiva. O empenho dos governos locais, nessa época, via de regra, vinculava-se à adoção e execução de medidas *criativas*, voltadas para a mercantilização da cultura e promoção imagética da cidade.

Enquanto isso, no Brasil, o início da década de 2000 foi marcado pela conquista jurídica da criação do Estatuto da Cidade (2001), aprovado em âmbito federal. Cerca de dois anos depois, iniciava-se o primeiro governo de Lula (PT). Historicamente articulado aos movimentos sociais e às frentes sindicais, o então presidente assumia oficialmente para si a excepcionalidade de empreender um novo projeto político ao Brasil, sob a forte tendência narrativa de atender às camadas mais pobres, desassistidas ao longo da tradição política brasileira.

No que diz respeito ao desenvolvimento urbano, foi criado o Ministério das Cidades, com a responsabilidade expressa de atender as problemáticas ligadas às cidades, até então bastante concedidas a partir de outras demandas vinculadas à educação, saúde, etc. Com o intuito de promover mais democratização para a gestão urbana, criaram o Conselho Nacional das Cidades, juntamente à normatização federal dos planos diretores e dos orçamentos participativos. (ROLNIK, 2009). Para Rolnik (2009), tais ações se incorporavam a um modelo político partidário que chegava ao poder presidencial da república de modo inédito, operando uma efetiva ruptura com as formas até então vigentes. Estariam nessas primeiras ações já um esboço de um projeto maior de democratização ao direito à cidade.

Apesar de essas medidas serem consideradas inovadoras, diante do pensamento institucionalizado sobre o planejamento urbano nacional, elas não foram suficientes para falar numa ruptura do *modus operandi* da política profissional brasileira. Entre outros aspectos, ao pensarmos como se deram as coligações do Partido dos Trabalhadores na campanha presidencial de 2002, poder-se-ia entender de maneira expressiva como houve, aí sim, um corte significativo no projeto histórico germinado dentro de suas bases internas. Em nome de algo considerado maior ou da simples necessidade eleitoral, optou-se por tecer alianças que, não acidentalmente, causaram ao PT um engessamento de qualquer “boa vontade” política na sua efetiva governabilidade.

Não por acaso, após mais de uma década desse momento, é possível notarmos como tanto o modelo geral da administração, quanto as experiências mais particulares, a exemplo dos Conselhos da Cidade, Orçamentos Participativos e os Planos Diretores Municipais,

acabaram encontrando enormes entraves internos. Para Raquel Rolnik⁸⁰ (2009), pesquisadora expressiva nos estudos sobre planejamento urbano e direito à cidade, a própria experiência de atuação no Ministério das Cidades, durante o primeiro Governo Lula, possibilitou elucidar limites tanto do projeto petista, quanto da lógica capitalista que circunscreve o país.

Segundo a autora, o modelo da “lógica da desordem”, já presente em décadas anteriores, continuou a pautar a execução das políticas urbanas no Brasil. Por um lado, isso foi atribuído a uma espécie de dinâmica interna da política profissional brasileira, por outro, ao lastro cultural mais amplo que comporta toda a sociedade brasileira. Sobre a dimensão da primeira, afirma a autora (ROLNIK, 2009, p. 46):

Uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões aos espaços locais intermedeia a transferência de recursos para os municípios, tanto através de emendas como dos convênios e acesso ao crédito.

Na outra esfera, em que se relaciona explicitamente a crítica aos limites de ação do Ministério das Cidades ao seio mais amplo da cultura brasileira, ela assevera que

Longe de marcarem práticas que se dão apenas no interior do aparato estatal, em suas relações com a sociedade, estas gramáticas penetram e estruturam relações de poder também no interior da sociedade civil. Ao examinarmos as relações políticas que se deram no interior da construção e implementação do Conselho Nacional das Cidades, assim como em sua relação com o ministério e o governo como um todo, é possível identificar que, além da inovação político-cultural, também ali estiveram presentes e vigorosos o clientelismo, o corporativismo, a tecnocracia elitista e a ambiguidade (ROLNIK, 2009, p. 47).

A autora avalia que, entre outras formas, o uso intencionalmente estratégico do arcabouço técnico e linguístico, a fragmentação do aparato estatal em setores especializados e a multiplicação de atores intermediadores, fizeram com que a proposta de democratização fosse, em certa medida, corrompida por antigas práticas culturais da pessoalidade e dos interesses privados.

Assim, ao longo da história das políticas urbanas no Brasil, seja a partir de elementos mais próprios ao século XXI, ou de heranças e dinâmicas germinadas na segunda metade do

⁸⁰ A autora participou profissionalmente no âmbito da representação burocrática do Governo, na implementação dessas medidas, durante o período de 2003 a 2007. Mesmo na ocasião em que esteve trabalhando na Secretaria Nacional de Programas Urbanos, no Ministério das Cidades, Rolnik sempre demonstrou coerência às pautas de “reforma urbana” defendidas pelos movimentos sociais. A própria proposta colocada por ela para a ideia de “política urbana” mais democrática (ROLNIK, 2003), fundada nos elementos de “estratégia da distribuição dos investimentos”, “regulação fundiária” e “gestão urbana”, estiveram de algum modo presentes durante sua passagem pelo Governo.

século XX, tivemos um processo social complexo de ser sustentado na chave interpretativa da urbanização e no consequente desenvolvimento. Ainda que nessas diferentes fases tenhamos tido todo o empenho público e a criação de um nicho engajado de mercado profissional privado voltado para os elementos estruturais da cidade, como habitação e planejamento urbano, não se obteve com isso um crescimento menos desigual (MARICATO, 2008).

Do ponto de vista do urbanismo, a modernidade (que no Brasil passa a ser reconhecida nos meados do século XX) significou um importante marco histórico, na medida em que, sobre as primeiras postulações objetivadas para as cidades, estava inerente a questão do acesso universal a bens e serviços públicos, como moradia, saneamento básico, trabalho, educação, saúde, etc. Todavia, na vivência contemporânea do século XXI, esta fase tem se transformado numa renegada lembrança utópica.

A descrença (ou falta de esperança na construção de cidades efetivamente democráticas) teve na consolidação do capitalismo do pós-guerra suas raízes mais significativas. O avanço do capital e a emergência da revolução tecnológica abriu, em escala global, um contexto social jamais percebido na história humana. A ideia de modernização progressista, tomada a partir da segunda metade do século XX, passa a se realizar apenas como uma espécie autônoma de *modernidade seletiva*, sob a qual se estabelecem dinâmicas voltadas para a construção de modelos citadinos, mercadologicamente exemplares ao olhar do capital, mas extremamente estranhos e opressores a vida das demais populações pobres que vivem nas cidades (ROLNIK, 2003).

Por um lado, entre as décadas de 40 e 80 do século XX, chegou-se a registrar índices do Produto Interno Bruto superiores a 7% ao ano, ao mesmo tempo em que crescia a camada da população que não tinha onde morar (MARICATO, 2008). Por outro, na década de 2000, registrou-se que a teia envolvendo poder público e outros intermediadores (agentes privados e até mesmo funcionários vinculados ao aparato estatal) concorriam, mediante a gramática técnica específica às relações políticas dos financiamentos públicos de campanha, na determinação das execuções das políticas urbanas, forjadas, em tese, em espaços democráticos, promovidos por instrumentos como Conselhos das Cidades e Orçamento Participativo (RONILK, 2009). Como exemplo, no controle do uso e ocupação do solo na cidade, há muita dificuldade em garantir a regularização fundiária, justamente porque com isso se beneficiaria o mercado imobiliário e as práticas especulativas. Sobre isso, Rolnik assinala (2009, p. 39) que “estes mercados, nutridos pela escassez de urbanidade na maior

parte da cidade, incorporam todas as mais valias geradas pelos investimentos públicos, mantendo assim altos seus preços e exclusivos seus produtos”.

Em parte, é possível considerar como razão dessa desigualdade, a lógica da implantação das políticas e planejamentos urbanos importados de países como os Estados Unidos e a França, e não adaptados à realidade brasileira (MOYSÉS; BERNARDES; AGUIAR, 2009). Por outro lado, não se pode desconsiderar o próprio caráter da acumulação de riqueza, inerente ao sistema capitalista, angariado no país sob a face dissimulada da modernização e do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, argumento que não se trata apenas de um simples equívoco técnico dos planos urbanos não adequados ao Brasil, mas da própria característica do fomento à propriedade privada e ao consumo, do qual se esperava geração de lucros. Segundo essa concepção, é válido considerarmos, como assevera Menegat (2008), que a urbanização é de alguma forma o auge do capitalismo já tardio. De acordo com o autor, no ápice do sistema do capital, a natureza não só é apropriada, como absolutamente mercantilizada. Assim como ela, a cultura e todo o produto de acumulação potencialmente realizado no contexto da urbanização e industrialização também se torna, na contemporaneidade, objeto mercadológico, na medida em que se justifica seu vigor (e o seu fim) de maneiras dissimuladas, como se toda crítica possível às práticas culturais não mais existisse ou se tornasse dócil o suficiente para o consumo. Isso quer dizer que, para além dos desvios e supostos enganos, as intervenções urbanísticas não só não foram ações indiferentes ao crescimento capitalista, como são efetivamente resultados do processo da evolução do capital na soberania de todas as esferas sociais.

De toda forma, é pertinente observar, conforme afirmou Maricato (2009), que a implementação de políticas fundadas na prática das “ideias fora do lugar” e “lugar fora das ideias”, dava à nossa realidade periférica, inscrita na ordem mundial capitalista, uma especificidade ainda maior, marcada eminentemente pelo simulacro. Para a autora (MARICATO, 2009), a tônica do urbanismo brasileiro tem sido a seguridade da ordem burguesa, que, de maneira contraditória, sugere *ideias fora do lugar* – tendo em vista os próprios princípios burgueses de modernismo e racionalização –, mas ao mesmo tempo encontra o *lugar fora das ideias* do Brasil – marcado pelas práticas personalistas, reprodutoras de privilégios e desigualdades sociais. Sendo assim, articulado à dinâmica interna política e social de nosso país, surgiu a viabilidade da importação de modelos urbanísticos padronizados por países centrais.

Com efeito, atendia-se com extrema eficiência a lógica contínua da desigualdade social e negação ampla de direitos, especialmente o de moradia. Ou seja, os planos urbanos pareciam inadequados, mas atendiam às exigências das camadas abastadas e, sob a política da indiferença, excluía e fingia não ver o crescimento de uma “cidade ilegal”, ao lado da promissora, restrita, “cidade legal”:

A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica (MARICATO, 2009, p. 147-148).

Não foi a falta, mas as características do presente projeto político social que legislou e executou a dinâmica das intervenções urbanas nos mais diversos lugares do Brasil. Diante disso, Maricato (2009, p. 147) assevera que

Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei.

Mas isso tudo também pôde ser interpretado como uma equivocada conduta. De um jeito ou de outro, pela arbitrariedade da legislação construída e/ou executada, a responsabilidade (e, nesse caso, exatamente a culpa) foi atribuída ao poder público. Assim, perversamente, os questionamentos referentes ao modo de gestão passaram a ameaçar a forte presença do aparato estatal nas políticas urbanas, fortalecendo os ideais mais neoliberais que viam no fomento da iniciativa privada o apogeu da especulação e do mercado imobiliário.

Quando o Estado, enfim, foi concebido sob a necessidade empírica e doutrinária de ser minimizado e quando a urbanização parecia não mais ser sustentada unicamente pelo poder público, criou-se o cenário ideal para sugerir uma nova concepção urbanista para o Brasil. De acordo com esse novo prisma, as cidades precisariam se lançar como sujeitos ativos na captação de recursos financeiros, abrindo os precedentes necessários para o estabelecimento da parceria público-privada. Na prática, como antecipamos anteriormente, isso culminou na transformação da cidade em *cidade-mercadoria* (VAINER, 2009), o que acabou fortalecendo ainda mais os movimentos por reforma urbana. Enquanto o problema habitacional se

alargava, tanto em falta de moradia, quanto na irregularidade fundiária, a financeirização da cidade ocorria a passos largos, favorecendo cada vez mais empreendimentos privados e intensificando a já complexa teia política brasileira diante dos estreitos laços entre os poderes privado e público.

Nesse contexto, as bandeiras de participação popular e renovação das práticas e instrumentos do planejamento urbano apareciam ainda mais como expressões da reforma urbana. O Estatuto da Cidade, acompanhado da Medida Provisória promulgada posteriormente à aprovação do Estatuto, foram, nessa perspectiva, um grande avanço para a regularização fundiária de áreas convenientemente tratadas como ilegais. De alguma forma, a *lógica da desordem* (KOWARICK, 1980) utilizava do reconhecimento dissimulado da *cidade ilegal* (MARICATO, 2009) para continuar fazendo a cidade crescer à sua maneira. Entretanto, mesmo com o avanço jurídico obtido com o Estatuto da Cidade, o acesso ao crédito e financiamento da propriedade continuavam restritos aos termos escriturados em cartório. Somente assim conseguiam obter a garantia plena de segurança de posse. Com efeito, as problemáticas em torno do *direito à cidade* passavam, no máximo, a serem consideradas como “questão social” (IVO, 2000) e não necessariamente “direito”. Essa diferenciação operada no âmbito jurídico reconhece a legitimidade da causa, mas não lhe atribui legalidade (ROLNIK *et al.*, 2012).

Nessas condições, os “Orçamentos Participativos” e os “Conselhos da Cidade”, aplicados com relativo sucesso em alguns casos, não foram suficientes para acumular uma experiência significativa a fazer frente e sobrepôr a ordem tradicional de organização e dinâmica da política brasileira. Diante da obrigatoriedade, observou-se um expressivo aumento dos Planos Diretores nas cidades que se inseriam no corte estimado pelo Estatuto da Cidade. Em 2005, 87% do total das cidades dentro da obrigatoriedade legal já apresentavam Planos Diretores (SANTOS JUNIOR; MONTANDON *apud* ROLNIK *et al.*, 2012). No entanto, os problemas se davam na deficiência da formulação e aplicação desses planos.

Sem cumprir e utilizar corretamente os instrumentos participativos sugeridos pelo Estatuto da Cidade para a construção do Plano Diretor, verificou-se que na maioria deles encontrava-se uma completa inadequação de um modelo geral sugerido para as diferentes realidades dos diversos municípios brasileiros. Todavia, face às dificuldades de estabelecimento pleno dos planos diretores, surgiam os chamados “planos estratégicos” como soluções excepcionais e ágeis para a mercantilização completa das cidades (ARANTES, 2009; VAINER, 2009). Para Rolnik *et al.* (2012, p. 97),

A presença simultânea e contraditória dos dois ideários no interior do mesmo plano é ilustrada no Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, que incorporou instrumentos do Estatuto para regularização fundiária, reconhecimento da posse, ampliação do acesso a terra urbanizada, mas demarcou uma parte significativa do território municipal como área sujeita a “Operações Urbanas Consorciadas”, aonde parcerias público privadas podem promover um projeto não sujeito às regras gerais de regulação da cidade, desenhado para poder atrair capitais e investimentos privados.

Sendo assim, é possível considerar que ante o pretendido nas pautas da reforma urbana, o que efetivamente se produziu no Brasil foram efeitos perversos daquilo que inicialmente poder-se-ia esperar do Estatuto da Cidade, como o avanço material da luta por democratização urbana. Esse quadro encontra raízes explicativas tanto na insuficiência do cumprimento legal do Estatuto, a partir de algumas poucas experiências exitosas, quanto na própria lógica interna do funcionamento do Estado, inserido na perspectiva que observa a cidade como empresa.

Com os programas federais PAC e Minha Casa Minha Vida, por exemplo, o que tem sido notável é como eles acabaram não resultando no estímulo da política fundiária, muito menos na regularização dos assentamentos informais, mesmo sendo uma política habitacional incorporada ao desenvolvimento e planejamento urbano do país. No final das contas, diante do contemporâneo contexto político e econômico no qual se inscreve o país, conforme afirmam Rolnik *et al.*, (2012, p. 100),

[...] a política habitacional atual é concebida e praticada como elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, colocando-se de forma desarticulada com uma política de ordenamento territorial e fundiária destinada a disponibilizar terra para a moradia popular. O resultado é um extraordinário aumento no preço de terras e imóveis. O Programa Minha Casa Minha Vida, formulado como política industrial – e com grande apelo eleitoral – tem ignorado as conquistas no campo do direito à cidade, do direito à moradia e no campo da cidadania. O financiamento diretamente para as construtoras, como estímulo à produção habitacional de mercado, se transformou em um enorme mecanismo de transferência de subsídios públicos, do orçamento estatal, para o preço da terra e dos imóveis em uma conjuntura sem controle algum sobre o processo de especulação imobiliária.

Se for fato que nesse processo se conquistou a obrigatoriedade de planejar as cidades, ao menos aquelas de 20.000 habitantes e/ou integrantes de regiões metropolitanas, também o é que, sem a efetiva alteração na dinâmica interna da política profissional do Estado brasileiro, e sob a inscrição absoluta do país na lógica da servidão financeira global, os

resultados alcançados têm sido o avesso do desejável pelo projeto original da reforma urbana. Isso quer dizer que, diante de uma política urbana e habitacional desarticulada desse propósito, a especulação imobiliária tem se desenvolvido ainda mais ancorada no amparo institucional do Estado. Para Maricato (2011), em avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida, nesse suposto mais democrático contexto, o impacto negativo para a vida nas cidades (para boa parte da população mais pobre) com o *modus operandi* dessa política, tem sido imenso. Afirmar a autora (MARICATO, 2011, p. 68):

[...] foi possível prever o que a experiência mais recente já mostra: o impacto negativo sobre as cidades devido à localização inadequada de grandes conjuntos habitacionais e ao aumento do preço da terra e dos imóveis. A maior parte da localização das novas moradias – grandes conjuntos, sendo alguns verdadeiras cidades, será definida nos municípios e metrópoles, por agentes do mercado mobiliário, sem obedecer a uma orientação pública, mas à lógica do mercado.

Diante disso, Rolnik *et al.* (2012) argumentam que só é possível avaliar o histórico da gestão das cidades brasileiras, suas disputas, execuções e supostos avanços democráticos, se considerarmos que, na contemporaneidade, a negação dos direitos não se deu apenas pelas perspectivas anteriores, na cunhada expressão da *lógica da desordem* (KOWARICK, 1980) ou do *sobretabalho*. Trata-se, pois, da própria *modernidade seletiva*, ressignificada perversamente na fase da descrença e, quase completamente resignada frente ao caos que assola a vida urbana em geral.

No Brasil, não somente nas metrópoles (ROLNIK, 2003) a lógica da modernização prometida encontrou uma apropriação não menos seletiva na contemporaneidade estratégica de capitulação e realização de megaeventos. A seletividade imposta ao ordenamento e modo de gestão urbana propõe, inserida na escala global da mercantilização absoluta, a produção de cidades atraentes à entrada de investimentos financeiros. Dessa forma, sob um emaranhado processo de recursos, ações públicas e privadas, dá-se ao Estado o papel central de empresa, soberanamente produtora das *cidades mercadorias* (VAINER, 2009).

Entretanto, conforme registra Rolnik (2003), de maneira aparentemente contraditória, a primeira presença do Estado nessa nova ordem capitalista está justamente na sua ausência como instituição reguladora e distribuidora de oportunidades e renda. Junto a isso se soma o pequeno investimento público destinado à reparação e estruturação de cidades mais democráticas, em detrimento do significativo empenho nos financiamentos de empreendimentos privados pautados sob a lógica da seletividade dos lugares e dos atores sociais contemplados.

Com efeito, obtém-se cidades cada vez mais populosas, e uma vida urbana marcada pelo desemprego, trabalho altamente precarizado, falta de moradias e segurança pública, entre outras problemáticas afins. Embora esses riscos afetem a cidade como um todo, eles também são, de certa maneira, distribuídos sob uma espécie de geografia ainda mais punitiva (para a população mais carente). Há uma desigualdade na incidência dos riscos, comum à vida na cidade, que impacta, ainda mais, a vida das comunidades mais carentes de direitos (ROLNIK, 2003).

Todavia, na iminência dos riscos, o fomento e a venda da garantia de segurança pública, por exemplo, é apresentada como possibilidade de vida privada diferenciada do reconhecido e famigerado caos que vive a cidade em seu contexto mais popular. Ainda que se mercantilize um espaço público sitiado, em plena defesa de si mesmo, tem se tornado insustentável continuar a conduzir as políticas urbanas a partir das características seletiva e mercadológica (ROLNIK, 2003). Para nós, o que se evidencia aí é a forma sob a qual as *políticas da criatividade* foram assimiladas no Brasil.

É nesse contexto que Ivo (2000) afirma que os novos reajustes das políticas de gestão urbana passam a ser percebidos no país como elementos constituintes à prática, apresentada como inevitável, da “governança”. Isto é, fundamentada na noção conceituada pelo Banco Mundial, a “governança” é compreendida como a dimensão prescritiva e normativa da eficácia política. Trata-se da promoção de uma ideia de “democracia” e “justiça social” como sustentação racional do resgate da legitimidade política. Com efeito, a incorporação de agentes privados, a intermediar a gestão pública das cidades, apresenta-se como a condição da “ação pública possível” (IVO, 2000).

Semelhante ao contexto internacional de transição das políticas urbanísticas para o que chamamos de *políticas da criatividade*, no Brasil, esses ideais começaram então a ser reunidos juntos ao escopo do “social” como *referencial* (MULLER, 1995) das gestões urbanas. A suposta ineficácia estatal dá lugar à dissimulada retração do Estado, ao passo que crescem os mecanismos de financiamento público para empreendimentos privados anunciados com o objetivo de realização do bem comum. Para alguns (IVO, 1997), isso permitiu o desenvolvimento e a multiplicação de ONGs como marca fragilizada da legitimidade estatal frente ao avanço do poder privado sobre a gestão urbana, para outros (BÓGUS; VÉRAS, 2000), culminou no aprofundamento da negação do *direito à cidade*⁸¹.

⁸¹ É possível tomarmos a política habitacional tecida no Programa Federal “Minha Casa Minha Vida” como um exemplar efeito contemporâneo desse avanço privado sob os financiamentos públicos. Além das problemáticas de localização, onde a maioria dos residenciais desse Programa se instalam para atender às camadas dos sem-teto

A partir dos anos 1990, acompanhando o contexto global (no Brasil), as cidades passaram, enfim, a ser concebidas como “mercadorias”. Por sua vez, os administradores públicos vão se transformando em “gerentes de cidades”. Os “Planos Diretores” regulamentados em 1988 passaram a ser substituídos pelos “Planos Estratégicos” e seus mitos (ARANTES, 2009; VAINER 2009; BESSA; ÁLVARES, 2014). O *city marketing* tornou-se condição inquestionável para a suposta boa gestão e, aos poucos, a vida urbana é lançada no campo do *mercado nacional das cidades de consumo* (MOYSÉS; BERNARDES; 2009).

Esse mercado ganhou conotações ainda mais expressivas quando, a partir dos anos 2000, as políticas urbano/culturais passaram a se ordenar por marcos regulatórios legais de exceção. Na busca por capitulação e realização de megaeventos, ainda na primeira década do século XXI, boa parte das cidades brasileiras passaram a ser geridas por administradores públicos e empresários urbanos. O *estado de exceção* (AGAMBEN, 2004; VAINER, 2011) que se forjava funcionava do modo mais conveniente para que se alcançasse o êxito na captação de investimentos financeiros.

Para Rolnik *et al.* (2012, p. 98-99), o que estava em curso nesse contexto era um novo paradigma empírico para a compreensão das cidades brasileiras:

O novo ciclo de crescimento econômico por que passa o país, embora carregue a inércia do velho modelo de desenvolvimento urbano patrimonialista e excludente, e, aparentemente, reproduza políticas e fenômenos do chamado período do milagre brasileiro, na verdade se dá sob a égide de uma nova política econômica, sustentada por uma nova coalizão política.

Isso podia ser observado tanto na dinâmica interna da política federal, engendrada pela gestão petista há mais de uma década e os arranjos que objetivaram minimizar os conflitos e alcançar a soberania da maioria democrática, quanto pela lógica de integração social, mediante a inserção na sociedade do consumo. Esses são os dois elementos principais constitutivos do novo ciclo sob o qual as cidades se inscreviam. Completam os autores (ROLNIK *et al.*, 2012, p. 99):

O modelo de “integração pelo consumo”, o crescimento com geração de empregos e melhoria das condições salariais – tipicamente identificada com as reivindicações sindicais – definiu a priorização do uso dos recursos públicos para o promover desenvolvimento urbano via promoção de grandes

e sem-terra, a apropriação dos subsídios públicos pelas construtoras e imobiliárias fizeram os preços dos imóveis dispararem, de tal modo que, sob o desmedido crescimento da especulação imobiliária, fica praticamente impossível para as camadas mais pobres perceberem os benefícios da política habitacional proposta por alguns Programas (ROLNIK, 2009).

projetos de infraestrutura que redesenham a rede urbana do país, sem fortalecer espaços de planejamento e ordenamento territorial e nem construir um sistema de gestão do território federativo, levando em consideração as fragilidades e potências dos processos locais.

De qualquer sorte, até os primeiros anos da década de 2010, a situação do Brasil continuava bastante emblemática. Por um lado, o uso dos fundos de pensão e a intensificação da estreita relação do Estado com o capital sustentava a realização de medidas como os programas do PAC e da PMCMV⁸². Por outro, a excepcionalidade do contexto de relativo crescimento econômico e estabilidade financeira, mesmo que em bases práticas altamente desiguais, conduziu o Brasil para se tornar sede de investimentos e megaeventos, como a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Nessa esteira interpretativa, assinalam os autores (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR *apud* ROLNIK *et al.*, 2012, p. 100):

As nossas cidades estão sendo incluídas nos circuitos mundiais que buscam novas fronteiras de expansão da acumulação, diante da permanente crise do capitalismo financeirizado. E o Brasil aparece com atrativas fronteiras urbanas exatamente em razão do ciclo de prosperidade e estabilidade que atravessamos, combinadas com a existência de ativos urbanos passíveis de serem espoliados e integrados aos circuitos de valorização financeira internacionais.

Para tornar as cidades ainda mais atrativas a esse capital, tudo podia ser removido ou inventado. Até mesmo as ações já existentes passaram a ser rearticuladas em prol da realização dos megaeventos, como é o caso, por exemplo, da política de qualificação do programa PRONATEC⁸³ (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Com cursos profissionalizantes de duração de três meses, o Programa foi articulado como uma das ações exigidas pela FIFA no âmbito da “Qualificação Profissional”. Tudo para e pela Copa, pouco importando o caráter efetivo de empregabilidade e mobilidade social resultante de cursos dessa natureza.

Conforme veremos mais adiante, a característica da capacidade excepcional demonstrada e legitimada esteve bastante vinculada na lógica da candidatura brasileira na realização de uma série de megaeventos nos últimos dez anos, notadamente destacado pelas Copas da FIFA e os Jogos Olímpicos de 2016.

⁸² A abreviação se refere à Política Federal Minha Casa Minha Vida.

⁸³ O PRONATEC surgiu em 2011 como o objetivo oficial geral de “ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica”. Entre outros programas e iniciativas agregados, o PRONATEC conta com a ação dos Institutos Federais e seu projeto nacional de expansão para ser implementado. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>>. Acessado em 21/03/2014.

O pressuposto legitimador era o mesmo já acionado em outras cidades internacionais. Em outras palavras, a suposta verdade inexorável é que com a realização de megaeventos, as cidades poderiam recriar suas imagens positivas, inserindo-se mais fortemente nas disputas e competição interurbanas globais. A leitura geral postulava que inscritas na economia globalizada, a realização de megaeventos era uma oportunidade única para a recuperação (da crise) e o crescimento local (tecnológico, tendo como efeito certo impacto no desenvolvimento econômico).

De fato, com a queda do modelo taylorista-fordista, a expansão das multinacionais para países periféricos gerava um fluxo de capitais e *acumulação flexível* (HARVEY, 1994) mais distributivo. No entanto, para Ferreira (2007), esse novo modo de acumulação gerava uma descentralização ilusória de riqueza. Conforme nota o autor (FERREIRA, 2007), a fragmentação da produção coexiste com as hierarquias. Sendo assim, teríamos muito mais uma expansão dos grandes centros econômicos, a partir do capital advindo de empresas multinacionais e instalados parcialmente em sociedades “emergentes”, do que a quebra ou multiplicidades de centros de influência e controle. Há, portanto, uma série de reajustes na divisão internacional do trabalho.

Países como o Brasil tornam-se alvos disputados porque além de oferecerem condições institucionais, como facilidades legislativas e isenções tributárias, constituem um amplo e potencial mercado consumidor. O foco mundial parece ser muito menos o que se “produz”, e muito mais o que se “vende”. Não fortuitamente, a sociedade que reestrutura a produção é também conhecida como *sociedade do consumo*.

No âmbito interno, além do Estado, as elites econômicas foram fundamentais no exercício viabilizador para a entrada desse capital estrangeiro flutuante (FERREIRA, 2007). O país passou a apostar e lucrar com a financeirização de uma economia especulativa, sobretudo durante a primeira década do século XXI. Com efeito, só para dar um exemplo, hoje praticamente não há cidade que se furte da influência da especulação imobiliária causada pelo extremo poder que esse setor ganhou no trajeto da “retomada” do “crescimento”. Talvez mais do que nunca, as decisões de Governo estão estreitamente vinculadas às decisões das grandes construtoras, entre outros segmentos do setor privado.

Sob essa perspectiva, o fomento ao consumo, o crescimento econômico pautado na especulação imobiliária e no alargamento do crédito altamente subsidiado pelo Estado, o Brasil acabou apresentando um *boom* na sua economia. O PIB durante os anos 2000 chegou a apresentar crescimento de mais de 5% ao ano. Essa situação acabou contribuindo também

para o êxito no processo competitivo pela capitulação dos megaeventos realizados entre a década de 2000 e os primeiros anos da década de 2010.

Justamente no primeiro momento da lógica da candidatura dos Jogos Pan-Americanos (2007) e da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, o argumento de sediar grandes eventos como condição potencial da superação da crise se articulou com a possibilidade de alcançar prestígio e legitimidade internacional, dada a situação de prosperidade econômica vivenciada no país. Sendo assim, conforme afirmamos na abertura deste capítulo, além da retórica da guinada econômica local em face de crises financeiras existentes, a outra característica atribuída à realização dos megaeventos é que eles representam também a legitimidade da cidade e/ou país-sede, frente ao cenário econômico e político internacional. Uma espécie de reconhecimento se estabelece sobre quem realiza, como capaz ou suficientemente apto para esse “grande feito”.

Em contrapartida, uma vez obtendo êxito dentro da lógica da candidatura, os locais escolhidos como sedes dos megaeventos precisam então operacionalizar todo o conjunto de exigências estabelecidos pelos órgãos patrocinadores ou organizadores/detentores dos grandes eventos. No caso das Copas de Futebol é a FIFA a entidade responsável e no caso dos Jogos Olímpicos é o COI. Afirmam Bessa e Álvares (2014, p. 55):

Ao assumirem compromissos com esses eventos, as localidades contam com o apoio logístico e financeiro dos governos centrais. Vencida a candidatura, as localidades passam a dedicar quase todos os seus esforços à remodelação e construção das infraestruturas para os eventos transformando os territórios escolhidos para a valorização e suas vias de acesso em canteiros de obras. Neste fazer, criam lugares nas cidades com alta qualidade paisagística – importante externalidade positiva –, que depois serão apropriados pelas grandes empreiteiras da construção civil e pelo mercado imobiliário especulativo, para, num segundo passo, serem finalmente apropriados pelas populações de alta renda, em detrimento de outros lugares que somam externalidades negativas e continuarão abandonados e sem receber a devida atenção dos governos locais.

Assim, apesar do caráter especulativo, para a realização dos megaeventos, ao menos em tese, algumas intervenções de caráter infraestrutural são imprescindíveis para as cidades-sedes. Resta-nos saber como ocorreu esse processo no Brasil e especificamente na cidade de Salvador. De qualquer forma, a princípio, o que podemos considerar é que a *criatividade racional* produzida pela nova forma de gestão urbana, anuncia, no máximo, uma contrapartida perversa. O que se tem observado em outras experiências é que o “legado” estrutural de grandes eventos como as Copas da FIFA, por exemplo, é restrito, em boa parte das vezes, aos

locais e rotas turísticas da cidade, onde de fato se *espacializa* (FORTUNA, 2013) a mercantilização urbana.

III- MEGAEVENTO NO BRASIL, COPA DO MUNDO EM SALVADOR

*A motivação do Brasil para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas [...] foi identificar neles **uma chance única, uma janela singular e histórica de oportunidades, para fortalecer e acelerar seu desenvolvimento***⁸⁴ (grifo nosso).

A análise proposta neste capítulo objetiva pensar as intervenções nas cidades, sob o amplo espectro das questões urbanas e culturais, inscritas no contexto dos megaeventos, destacadamente a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Entende-se que as condições sócio-históricas de preparação e realização dessas referidas organizações privadas engendram nas cidades um momento significativamente particular, não raramente caracterizado pela regra da exceção concedida. Isso quer dizer que, *em tempo de megaeventos*, possibilita-se alterar legislação federal, estadual e municipal, estabelecem-se acordos jurídicos que legalizam temporariamente ilegalidades, priorizam-se recursos públicos para o ordenamento e realização de bens patrimoniais privados, intensifica-se a mercantilização da cultura e até mesmo restringe-se a suposta liberdade de consumo diante das zonas exclusivas de comercialização concedida para os patrocinadores privados dos megaeventos.

Conforme essa caracterização, asseverou Rolnik (2012, p. 07):

Um megaevento é uma situação paralisante do ponto de vista político, especialmente a Copa do Mundo, porque, em se tratando de futebol, mobiliza-se um elemento cultural fortíssimo na cultura brasileira. Nós amamos o futebol: sofremos, sentimos, faz parte da alma brasileira. Em seu nome, vale tudo. Constitui-se um verdadeiro Estado de Exceção, um Estado de Emergência, onde direitos acabam não acontecendo⁸⁵ (grifos nossos).

⁸⁴ Para o autor, também funcionário do Governo Federal, onde ocupa o cargo de Secretário Executivo do Ministério do Esporte e Coordenador dos Grupos Executivos do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, o fundamental é compreender que esses “jogos”, que chamamos de megaeventos, são planejados, na ótica do poder público federal, como instrumentos fomentadores de um projeto de desenvolvimento nacional. Sobre isso ver “Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional” (FERNANDES, 2014, p. 57).

⁸⁵ Depoimento de Raquel Rolnik em entrevista a Revista Adusp (2012). Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/imprensa/revista/1430-revista-n-52-abril-de-2012>. Acessado em 20/03/2014.

A rigor, ainda que possam residir, na prática do futebol, elementos específicos para potencializar as *estratégias* dos empreendedores urbanos no Brasil, no contexto contemporâneo da realidade brasileira, os chamados megaeventos geralmente dizem respeito às organizações de jogos esportivos que, via de regra, envolvem atletas de diferentes origens nacionais. Jogos Pan-Americanos, Jogos Olímpicos, Copa do Mundo de Futebol e Copa das Confederações são algumas das organizações as quais comumente nos referimos quando falamos em megaeventos. Para nós, eles são aqui os principais elementos intensificadores de uma lógica de intervenção urbana que vai para além de cada evento em si⁸⁶. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa não busca analisá-los enquanto objeto de estudo propriamente dito, mas objetiva perceber sua relação e influência na formatação das cidades contemporâneas, sobretudo a partir das Copas da FIFA realizadas em 2013 e 2014.

Uma primeira consideração é que nem sempre essas competições internacionais apresentaram as características que possuem atualmente. Como bem afirmou Rolnik (2012), os megaeventos não são imunes à história. Logo, sua realização e dinâmica de organização modificaram-se ao longo do tempo e espaço. Os Jogos Olímpicos têm sua origem⁸⁷ na Grécia Antiga, em 776 a.C., quando ocorreu a organização e competição entre vários atletas das diversas cidades-estados gregas. Em 1896, os Jogos foram retomados com a iniciativa do francês Pierre de Fredy, conhecido com o barão de Coubertin, e passaram a ocorrer⁸⁸ a cada quatro anos.

O projeto para a criação dos Jogos Pan-Americanos começou a ser, em alguma medida, gestado ainda nos anos de 1930, mas devido ao desenrolar da II Guerra Mundial, a primeira edição ocorreu somente em 1951, na cidade de Buenos Aires (Argentina). Com a participação de atletas de 21 países e até 18 modalidades esportivas disputadas, esse evento representava não mais do que um esforço entre as federações de países do continente

⁸⁶ Referimo-nos aqui ao processo de espetacularização urbana, que, ao nosso ver, não está restritamente contido nos megaeventos, mas utiliza-os como instrumentos estratégicos catalisadores.

⁸⁷ No entanto, registra-se que por volta de 2500 a.C., os gregos já realizavam competições, como forma de homenagear seus Deuses, especialmente Zeus. Além do caráter religioso, a competição tinha o objetivo de promover e cultivar valores considerados cívicos, como a harmonia e paz social entre as diversas cidades-estado que constituíam a civilização grega. O valor atribuído ao corpo e à aptidão física, como sinônimo de guerreiros ativos, também representavam positivamente a razão das disputas atléticas (SUAPESQUISA.COM, s.d.). Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/olimpiadas>>. Acessado em 27/03/2014.

⁸⁸ Esse retorno aos Jogos Olímpicos, já na chamada Era Moderna, foi significativo porque reiniciou os sentidos antigos da competição, mas sem isolá-lo das transformações sob as quais passaram as relações entre as diversas nações no âmbito mundial. Destaque-se que tanto em 1916, quanto em 1940 e 1944, os Jogos foram cancelados em virtude das duas grandes Guerras Mundiais (*id.*, *ibid.*). Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/olimpiadas>>. Acessado em 27/03/2014.

americano em construir uma competição internacional unificada⁸⁹ (ROLNIK, 2014). Não existia nesse contexto ainda, por assim dizer, uma concepção *empreendedora* (HARVEY, 2005) lançada para esse megaevento esportivo. Ao menos até os anos de 1960, eles não podiam ser caracterizados como grandes empreendimentos urbanos, alocados como parte da financeirização capitalista, de base particularmente neoliberal, engendrada pelas chamadas *políticas da criatividade*.

Sob essa lógica, as realizações de jogos, como os Pan-Americanos, por exemplo, deixavam à cidade, no máximo estruturas significativamente reaproveitadas pelas demandas urbanísticas dos próprios espaços urbanos sedes. Foi o que ocorreu com os Pan-Americanos de 1963, em São Paulo, onde as vilas de atletas construídas tornaram-se posteriormente as moradias estudantis subsidiadas, a exemplo do conjunto residencial da USP (o famigerado Crusp) (ROLNIK, 2014).

A Copa do Mundo de Futebol, criada em 1928, pelo francês Jules Rimet, após ter assumido o comando da instituição do futebol mundial, a FIFA⁹⁰ (Federation International Football Association), seguia nessa época características semelhantes. A primeira edição da organização ocorreu em 1930, no Uruguai, com a participação de 13 seleções nacionais. Entre o período de 1942 a 1946, o evento não aconteceu em virtude da II Guerra Mundial. Em 1950, retomou-se a realização, tendo como sede o Brasil.

A Copa das Confederações, evento-produto também da FIFA, originou-se na Arábia Saudita em 1992, ainda com o nome de Copa Rei Fahd. Nas edições dos anos de 1995 e 1997, a Arábia continuou sendo a sede única da competição, até que em 1999 a Copa foi disputada em outro país, no México. Nas edições seguintes, a competição passou a ser disputada sempre um ano antes da Copa do Mundo, e no mesmo país que receberia o Mundial.

Até o contexto da Guerra Fria, essas organizações eram simbólicas para a demonstração de forças entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, comandado pela União Soviética. A organização e realização era majoritariamente tratada no

⁸⁹ SUA PESQUISA.COM. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/panamericanos/historia_dos_jogos.htm. Acessado em 27/03/2014.

⁹⁰ A FIFA, considerada a mais importante e poderosa instituição esportiva do mundo, foi criada em 1904, com a participação de dirigentes de 7 países, entre eles Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Suécia e Suíça. A ideia, originada pelo advogado Robert Guérin, o banqueiro holandês C. A. W. Hirschman, o industrial gráfico francês Henry Delaunay e o editor francês Jules Rimet, era criar uma competição de futebol que envolvesse vários países (SUA PESQUISA.COM, s.d.). Disponível em: <http://www.travinha.com.br/eventos-desportivos/149-copa-do-mundo-de-futebol/180-fifa-a-historia>. Acessado em 27/03/2014. A informação também pode ser obtida no site da FIFA. Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/ifab/history.html>. Acessado em 27/03/2014.

âmbito público-estatal. (ROLNIK, 2012; RUBIO, 2012). O evento era uma espécie, portanto, de demarcação simbólica da geopolítica mundial.

A partir das Olimpíadas de Los Angeles (1984), ocorreu a primeira participação significativa de capital privado. Aos poucos, a estruturação dos megaeventos passou a se inverter e ter na ordem privada o grande gestor, com a significativa participação dos recursos públicos em sua realização. Mas conforme adverte Gusmão (2014), essa transformação não teve imediata aceitação, pois pairavam muitas dúvidas sobre a real rentabilidade do negócio. Além do próprio processo histórico de reconhecimento, a autora lembra que o contexto de virada da década de 70 para os anos de 1980 foi ainda mais delicado, em virtude do trágico acontecimento do assassinato de onze atletas israelenses em Munique, por radicais palestinos durante os Jogos de 1972, em Berlim. A saída encontrada acabou sendo uma aposta em um dos vetores mais lucrativos da contemporaneidade, que foi a massificação da entrada da TV na cobertura dos Jogos.

Esse significado mais contemporâneo dos megaeventos passa a ser catalisado e fundamentalmente racionalizado com a massificação dos instrumentos políticos dos chamados planejamentos estratégicos, aprofundados nos anos de 1990, sobretudo com a experiência dos Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona (ROLNIK, 2012; 2014).

Desse contexto em diante, o chamado “legado urbano” dos megaeventos se materializava na prática em novas frentes de expansão e especulação imobiliária. A diminuição do Estado aqui atende à característica geralmente pouco discutida da doutrina neoliberal, sob a qual o mínimo da força pública quer dizer de fato a necessária intervenção política para que o mercado possa funcionar de maneira soberana (FOUCAULT, 2008). Diferentemente⁹¹ do modelo liberal, o Estado não deve se abster em virtude do mercado, enquanto espaço social promissor e autorregulado, mas, em face do desafio cada vez mais global da economia mundial, precisa atuar, objetivando e viabilizando o crescimento do mercado. Sobre isso, asseverou Foucault (2008, p. 181):

O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata, portanto, de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado.

⁹¹ Essas características da diferenciação entre Estado Liberal e Estado Neoliberal não estão exclusivamente circunscritas à argumentação de Michel Foucault. Entre outros autores possíveis a serem referenciados, gostaria de mencionar especialmente que essa contribuição se deu também a partir das interlocuções exercidas no âmbito do grupo de estudos autônomo *O Crítica*.

Nessa perspectiva, a retórica apresentada era estender para mais áreas da cidade os supostos benefícios dos jogos mundiais. Mas como tudo já se tratava de fato de um negócio e uma excelente vitrine para o mercado de investimentos internacional, poder-se-ia também inserir a cidade nesse mesmo prisma. Conforme afirma Rolnik (2014, p. 66),

mediadas pelos organismos paraestatais de promoção dos Jogos – como Fifa e COI – e por meio de ativismo dos próprios governos, Copa do Mundo e Olimpíadas passaram então, crescentemente, a constituir uma espécie de *branding*, uma grande marca, capaz de conferir a legitimidade de sua aura feita de paixões nacionalistas e performáticas a todos os produtos associados ao evento.

Trata-se de uma era em que demandas urbanas como a moradia são financeirizadas dentro do escopo de cidades fabricadas para serem vendidas pelos processos de mercantilização urbana, ainda mais potencializados com a realização de megaeventos. A nosso ver, isso quer dizer que, evidentemente, nem a globalização, nem a financeirização e a política neoliberal surgem com os megaeventos, mas que com eles são ainda mais intensificados.

Essa conjuntura histórica mais ampla nos permite entender por qual razão os chamados países emergentes acabam sendo priorizados para sediar megaeventos. Não por acaso, é nesse momento que eles começam a se inserir como sedes, tendo em vista a possibilidade de reposicionar suas cidades no circuito do mercado global de investimentos financeiros. A China e as Olimpíadas de Beijing (2008), África do Sul e a Copa do Mundo (2010), Deli, Índia e os Commonwealth Games⁹² (2010), o Brasil com os Jogos Pan-Americanos (2007), a Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), os Jogos Olímpicos (2016), e a Rússia nos Jogos Olímpicos de Inverno (2014), não constituem uma sequência histórica aleatória. Trata-se do entendimento comum que atribui aos megaeventos a excepcional oportunidade de pôr os países e suas cidades como jogadores mundiais da nova lógica financeira do capital.

A particularidade na recepção desses megaeventos esportivos precisa ser compreendida também a partir da lógica de disputa desenhada ainda nas candidaturas. Conforme sinalizam Damo e Oliven (2013), os esforços empenhados durante esses processos ajudam a entender a concepção que se forja sobre o suposto “mérito” que detêm os anfitriões escolhidos para sedes.

⁹² Os Jogos da Commonwealth são considerados um dos três maiores eventos multiesportivos do mundo, depois dos Jogos Olímpicos e Jogos Asiáticos. Trata-se do antigo Jogos do Império Britânico (1930-1950). O evento foi realizado pela primeira vez em 1930 e tem uma regularidade de ocorrência a cada quatro anos. .

No Brasil, a Copa do Mundo da FIFA se deu mediante um processo de disputa significativamente mais atenuante que as Olimpíadas (DAMO; OLIVEN, 2013). Na primeira, ainda que o anúncio oficial do país-sede, dado em 2007, tenha sido feito sob a “forma suspense”, o resultado era praticamente esperado. Sem grandes concorrências e em acordo com a própria estratégia política da FIFA, seria difícil que o Brasil não conseguisse sediar o evento. Todavia, junto a esse direito, desde aquele momento, os representantes da entidade federal de futebol tentavam deixar claro que se tratava mais do que um “direito”, era de fato uma “responsabilidade”: *“O Comitê Executivo da FIFA decidiu dar a responsabilidade, não só o direito, mas a responsabilidade de organizar a Copa Mundial da FIFA de Futebol 2014 ao país: Brasil”*⁹³.

É válido observarmos que se trata de uma decisão daquele que tem o poder de decidir. Blatter foi explícito ao dizer que “a FIFA decidiu”. A Copa de fato é um evento de propriedade privada, concedida mediante um conjunto de negociações que se travam sobretudo nos bastidores, mas que se expressam numa trama política que faz crer que a seleção tem critérios que dizem respeito à capacidade de organização de cada país candidato a sede. Além disso, essa forma enunciada pelo então presidente Joseph Blatter sinalizava, do ponto de vista geral, a responsabilização que deve assumir todo e qualquer país anfitrião. Mas do ponto de vista específico, caracterizava-se aí as primeiras impressões que se forjavam sobre o Brasil, no que diz respeito aos seus problemas estruturais.

No caso dos Jogos Olímpicos, de fato, a disputa entre o Brasil, representado pela cidade do Rio de Janeiro, e as outras candidatas classificadas (Chicago, Tóquio e Madri) foi muito mais acirrada. A articulação entre os atores que tinham interesse direto na capitulação desse evento, nesse caso, precisou ser intensa e estendida a vários âmbitos das representações de poder, o que gerou uma comitiva bastante diversificada, que contava com personagens que iam desde Pelé, Lula até o escritor Paulo Coelho (DAMO; OLIVEN, 2013). O empenho dos agentes locais na preparação da candidatura do Rio de Janeiro, que já havia tentado⁹⁴ outras duas vezes sediar o evento, contou com a contratação profissional de Scott Givens, ex-vice-presidente de entretenimento da Disney, e responsável pela organização das festas de aberturas nos Jogos Olímpicos de 2000 e Jogos Pan-Americanos de 2007. A credibilidade

⁹³ Cf. vídeo disponível no YouTube (<http://www.youtube.com/watch?v=IFxgh1vOv4E>).

⁹⁴ A cidade tentou sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012, mas não obteve êxito. Além do Rio de Janeiro, a cidade de Brasília esboçou uma candidatura para os Jogos de 2000, mas renunciou da disputa durante o processo. De qualquer forma, esta seria a quarta vez que o país representava uma candidatura para sediar os Jogos Olímpicos.

mundialmente reconhecida desses atores era utilizada como meio de potencializar a candidatura do Rio de Janeiro:

A preparação da candidatura demandou trabalho árduo, em várias frentes, e os gastos foram igualmente vultosos – pouco mais de US\$ 64 milhões, um valor 36% acima do previsto originalmente, sendo que aproximadamente 63% vieram dos cofres públicos, a maior parte do governo federal (Rangel, 2009). [...]. No plano político a mobilização envolveu até os embaixadores brasileiros. Enquanto o dossiê era entregue ao COI, em fevereiro de 2009, um documento com o nome e a foto dos 115 membros do respectivo comitê foi distribuído às embaixadas, com a recomendação expressa de que tais autoridades fossem incluídas nas recepções. Embora o COI proíba o lobby ostensivo, o documento sugeria que os embaixadores lembrassem sempre que possível que o Rio de Janeiro era candidato (DAMO; OLIVEN, 2013, p. 28).

Os elementos culturais objetivados em favor da imagem positiva do país reforçavam parte do imaginário espetacular que historicamente se constitui sobre o Brasil. A narrativa sobre a diversidade cultural e miscigenação se articulava com a retórica de que se tratava de uma representação não apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas de todo o país. No limite, esse reconhecimento do país a partir de uma cidade acabou sendo também estendido até a dimensão continental do Brasil, o que fez com ele fosse percebido como legítimo representante latino-americano. Essa “honra” foi estrategicamente acionada para atrair os votos necessários no processo de escolha da sede dos megaeventos esportivos, notadamente nos Jogos Olímpicos.

Mas, se por um lado a celebração do suposto “êxito” em recepcionar os eventos se sustentou nas narrativas⁹⁵ de volumosos rendimentos, por outro, continuava a pairar sobre o país uma imagem de desconfiança, acerca das reais condições de viabilizar eventos dessa natureza. Essa noção, muitas vezes canalizada pelo poder público, em favor da construção de uma espécie de sentimento coletivo (a “honra” de que “nós podemos”) se referia sobretudo às deficiências estruturais de transporte público e segurança no Brasil.

De fato, ao menos para o cenário internacional, um dos principais pontos nodais, enfrentados pelo Brasil, era demonstrar que conseguiria organizar e garantir a segurança para

⁹⁵ Conforme assinalou o Secretário Executivo do Ministério do Esporte e Coordenador dos Grupos Executivos do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (FERNANDES, 2014), em virtude da realização dos megaeventos esportivos, estima-se, com base em **estudos realizados por consultorias privadas** que cerca de R\$ 183 bilhões seriam agregados ao PIB brasileiro até 2019. Como parte constituinte desse montante estipulado, vários outros índices figuravam como *instrumentos positivadores na apreciação da realização dos megaeventos*, como a expectativa de criação de cerca de 700 mil postos de trabalhos (entre cargos permanentes e temporários) e um contingente de mais de 600 mil turistas estrangeiros só na Copa. Nessa perspectiva, é válido ressaltar que essas estimativas funcionam muito mais no campo de disputas discursivas do que na esfera concreta do que é verificável.

a realização dos megaeventos, tendo em vista a noção acerca da especificidade da violência urbana que assola suas cidades, notadamente a partir da dinâmica experimentada nas favelas (CÂMARA, 2012). Todavia, apesar dessa desconfiança que pairava sobre a imagem do país, a sua condição de país emergente, nos variados níveis (econômico, político e social), concedia a seu favor uma contrapartida importante.

Para Gabriel Câmara (2012), o aumento das embaixadas brasileiras nos países africanos (entre 2003 e 2006, o país abriu 17 novas embaixadas); as participações em missões de paz em outros países; participações internacionais do Estado Brasileiro em Conselhos e Organizações Internacionais, como a ONU, ocupando por algumas vezes a vaga rotativa dos membros não permanentes no Conselho de Segurança; as descobertas econômicas em parceria com o Canadá no ramo do Petróleo, entre outras atuações, contribuíram para que os megaeventos esportivos fossem recebidos como premiações do reconhecimento da comunidade internacional. De fato, parece que com essa guinada internacional e o relativo aumento da produção de riqueza interna bruta, o Brasil conseguiu se colocar como uma espécie de “elo” entre os “grandes” e “pequenos” países. Tratava-se de um porta-voz adequado ao momento.

Em face disso, as entidades detentoras (FIFA e COI) dos principais eventos esportivos expressavam que o que passava a estar em voga era o esforço político do país anfitrião. A partir desse patamar alcançado na representatividade diplomática internacional, o empenho das gestões locais precisaria “apenas” garantir o devido controle dos fortes problemas estruturais vinculados à insegurança urbana.

Esse aspecto da segurança/insegurança tornou-se, em nível internacional, um dos principais focos do debate. Tratado como específico ao Brasil, a violência ou insegurança urbana, notadamente evidenciada pela dinâmica do crime organizado nas favelas, aparece, mesmo nos textos mais críticos, como o grande problema a ser resolvido para a realização dos megaeventos. Essa repercussão internacional ressoa em um corpo discursivo adequado dentro dos construtores oficiais dos megaeventos aqui no país, que têm tratado boa parte das críticas a essa gigante empreitada como uma ofensa a uma suposta ideia de “nacionalidade”, permeada de orgulho identitário e crença na “natureza pacífica” do “ser brasileiro”.

Não obstante, foi possível observar como as respostas dadas pelas autoridades públicas do Estado tinham em menor ou maior grau os ares de que “apesar do pessimismo, o Brasil ia mostrar para o mundo que é capaz”. O grande entrave é ao mesmo tempo o grande desafio. Trata-se, assim, não de evidenciarmos os impactos sociais da realização dos megaeventos, mas de sabermos se o Brasil seria mesmo capaz de organizá-los, garantindo segurança para os

milhares de visitantes. Esse olhar parece bastante comum para quem “de fora” ver o país. Ainda que em reconhecida consistência teórica crítica, essa perspectiva vê no risco dos visitantes o maior desafio da realização dos megaeventos esportivos.

Na cidade-sede, Salvador, por exemplo, observamos em pesquisa de campo que a forma como os turistas, especialmente os estrangeiros, eram abordados pelas forças policiais expressava significativa diferença ao que ordinariamente poderia ser verificado durante a vida na cidade. No Pelourinho, é comum sermos orientados a não circular com celular ou câmeras fotográficas ou de filmagem, tendo em vista o risco de sermos assaltados, a depender do horário e do lugar específico. Mas, durante a realização da Copa, foi praxe presenciar turistas de nacionalidades distintas usufruindo dessas tecnologias, sempre rodeados de muitos policiais, que não intervinham nos seus usos. Segundo depoimento de moradores antigos do “Pelô” e do Santo Antônio, ambos localizados no centro histórico da cidade, “o pessoal sabe com quem e onde pode aprontar”⁹⁶. Eles se referiam aos furtos e roubos comuns nas áreas, como se essas ocorrências com turistas estrangeiros tivessem impactos repressivos diferencialmente maiores.

Sendo assim, ao tratarmos como grande obstáculo e desafio, o controle da insegurança, o que pode estar em questão é operar incisivamente na eliminação da sensação de insegurança, como parte da dita política de segurança pública. No entanto, o paradoxo dessa compreensão é que aquilo que pode revelar-se uma intervenção pública do Estado na melhoria da política de segurança, diz respeito exatamente a uma política de insegurança, quando esta é tomada a um só tempo como causa e efeito. Nessa esteira, de fato, é possível interpretarmos que uma das principais preocupações dos organizadores e construtores oficiais desses megaeventos é garantir a viabilidade, leia-se tranquilidade, de sua realização. No que diz respeito especificamente a Salvador, essa garantia oscila entre uma apropriação da negritude baiana, estandarizada pela alegria e cultura eminentemente festiva, e os riscos que esta mesma população pode causar aos seus visitantes.

Conforme asseverou Body-Gendrot (2007, p. 55), a *insegurança* é uma questão ambivalente:

[...] ceux qui en sont victimes, ceux qui la produisent et ce qui est considéré comme insécurisant varient selon les contextes. Le management de l'insécurité est un enjeu politique fort et les institutions sont sommées d'être « efficaces ». Si la privatisation de lieux clos n'emporte pas l'adhésion, des

⁹⁶ Depoimento coletado durante pesquisa de campo realizada na cidade de Salvador, no meses de junho e julho de 2014.

dispositifs architecturaux innovants offrent une perspective plus démocratique⁹⁷.

Nessa perspectiva, as instituições (e todo o planejamento exposto como pertinente para a viabilização dos megaeventos) se relacionam diretamente com o aparato de repressão adequado para combater a plástica noção de insegurança. Os investimentos dessa ordem não foram poucos. Cada policial teve que fazer cerca de 10 cursos diferentes de especialização, entre estes destaca-se o de “Uso diferenciado da força”, “Política turística”, “Manter a ordem nas massas” e “Evolução das massas”. A qualificação do corpo humano foi acompanhada da renovação de equipamentos e armas. Com efeito, objetivou-se formar um corpo técnico classificado em “experts”, “formadores” e “operadores” que estariam se relacionando nas atividades de qualificação e execução prática nas atividades de segurança pública para os megaeventos. Nesse âmbito, o estado da Bahia foi um dos primeiros quatro Estados a receber formação diferenciada dos policiais.

Para Paulo Arantes (2014⁹⁸), para além da possibilidade dos seletivos grandes negócios financeiros, o grande *legado* da Copa seria o melhoramento do aparato de repressão do Estado. Segundo o autor, isso não se daria em virtude apenas da imagem de insegurança do país no cenário internacional, mas também em decorrência das manifestações vivenciadas em várias cidades brasileiras durante o ano de 2013, notadamente nas chamadas jornadas de junho. Dessa maneira, Paulo Arantes (s.d.⁹⁹) asseverou que:

[...] meganegócios à parte, o real legado da Copa será um *upgrading* dos aparelhos coercitivos. Ou inovação de gestão, como preferem dizer as autoridades encarregadas de todo esse festival de violações, gabando-se, por exemplo, de que com os Centros de Integração de Comando e Controle, Secretaria Extraordinária de Segurança Pública para Grandes Eventos, e congêneres, o “legado de gestão pública já é realidade na segurança”, jargão para integração das variadas forças de segurança e destas com as Forças Armadas, para não mencionar o aparato tecnológico antidistúrbios contratado sem limites orçamentários junto aos fornecedores de sempre, Israel, Alemanha, etc.

⁹⁷ “[...] Aqueles que são vítimas delas, aqueles que as produzem e aqueles que são considerados como inseguros, variam de acordo com o contexto. O gerenciamento da insegurança é um elemento forte no jogo político, e as instituições são intimadas a serem ‘eficazes’ no controle dessa problemática. Se a privatização de espaços fechados não constitui associação/adesão, os dispositivos arquitetônicos inovadores oferecem uma perspectiva mais democrática” (*tradução livre*).

⁹⁸ Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/30/paulo-arantes-o-legado-da-copa-e-os-mecanismos-de-repressao/>>. Acessado em 20/08/2014. Esse trecho faz parte de uma entrevista concedida pelo autor e foi originalmente publicada no Blog do Instituto Moreira Salles, em 20/08/2014.

⁹⁹ Depoimento dado a uma entrevista a respeito do suposto legado da Copa da FIFA no Brasil. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/30/paulo-arantes-o-legado-da-copa-e-os-mecanismos-de-repressao/>>. Acessado em 20/08/2014.

A política de segurança pública exercitada no Brasil no contexto de megaeventos reflete a própria crescente que esse tema tem tido em vários outros países ao redor do mundo, sobretudo após o episódio de “11 de setembro”, nos Estados Unidos. Sob o arcabouço “técnico” do PESCM14 (Plano Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014), os altos custos empenhados a essa “problemática” acabava por ser atenuado em face das narrativas que versavam sobre “modernização” e “inovação tecnológica”. Conforme assinala Cardoso (2013), a ideia de “integração institucional” se expressa nessa esteira como o grande objetivo perseguido por essas gestões.

Todavia, ao que parece, essa noção de ordenamento operacionalizado em rede não se restringe apenas ao estatuto da “segurança pública”, mas espraia-se numa teia gerencial maior. Nesse sentido, em virtude das demandas da economia capitalista atual, e do seu proeminente setor de indústrias bélicas, as próprias agendas políticas locais passam a atuar em nome de uma genérica pauta de *desenvolvimento nacional* (ARANTES, s.d.).

Segundo o Secretário Executivo do Ministério do Esporte e Coordenador dos Grupos Executivos do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, tal como ocorreu em Londres, durante os Jogos Olímpicos de 2012, onde o sistema de transporte público pôde ser efetivamente renovado após sua sólida construção, ainda datada do século XIX, no Brasil, a atual base econômica consolidada poderia ser transposta a patamar mais elevado com os eventos de 2014 e 2016. Nessa perspectiva, fica evidente, conforme assevera Luis Fernandes, que os megaeventos são percebidos pelo poder público federal como uma oportunidade de “acelerar a montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país” (FERNANDES, 2014, p. 58).

A perspectiva oficialmente lançada pelo Governo Federal não nega que de fato os megaeventos são megaempreendimentos capazes de mobilizar recursos e fomentar uma dinâmica muito própria da economia local, atingida pelos fluxos financeiros movimentados em virtude de suas realizações. No entanto, conforme o autor (FERNANDES, 2014), o aumento no fluxo de investimentos é uma oportunidade para tentar superar “heranças das políticas neoliberais” de tempos passados, numa referência às gestões anteriores ao Partido dos Trabalhadores. O chamado “novo ciclo de crescimento brasileiro” precisaria então apoiar-se nessa excepcional oportunidade histórica para intensificar os investimentos infraestruturais no país. Para tanto, a coalizão de forças com os setores privados (característica fundamental da doutrina neoliberal) é posta como indispensável.

Essa matriz interpretativa lançada em nível de Governo Federal é significativa, porque, além de tudo, ela remete diretamente à necessidade de envolvimento e corroboração das outras instâncias de poder, em nível estadual e municipal. Dito de outra forma, o que é posto é que para esses outros atores também seria imprescindível a constituição de um arranjo de força política local, capaz de mobilizar e viabilizar a estrutura necessária para que os eventos (negócios) ocorram.

Todo esse postulado defendido por Luis Fernandes encontra-se mais precisamente documentado no “Plano Estratégico de Investimentos do Estado” e na “Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo” e no “Plano de Aceleração de Investimentos em Políticas Públicas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos”. Sob esse empreendimento conjunto, esperam-se impactos nos mais diversos âmbitos, desde o esporte propriamente dito, até a chamada “*dimensão urbana*”, “*dimensão econômica*”, “*dimensão social*”, “*dimensão sociocultural*” e “*dimensão política*”. Para a primeira ficaria toda a estrutura logística construída no país. No aspecto urbano, os projetos de mobilidade urbana (transporte público), saneamento e habitação. Para a economia, estipula-se que com os negócios viabilizados nesse contexto os problemas de desigualdade seriam reduzidos. Como parte disso, a área social seria contemplada com o suposto alargamento de direitos e cidadania, ofertando mais e melhor saúde pública, educação, acessibilidade e segurança. No âmbito sociocultural, o objetivo oficialmente enunciado é valorizar a identidade e a autoestima nacional. E por fim, na esfera política, consolidariam o dito “novo modelo de gestão integrada entre os três níveis de governo do Estado brasileiro” (FERNANDES, 2014, p. 59).

Dessa maneira, na leitura feita pelo poder público federal, os gastos são efetivamente investimentos¹⁰⁰ que não só não impactam nos recursos destinados a outros fins, como educação e saúde, como poderão, ao final, traduzir-se em mais investimentos para essas áreas. Conforme anuncia Fernandes (2014), os R\$ 8 bilhões¹⁰¹ de orçamento estimado com a construção das Arenas não chegaria perto do total de R\$ 825 bilhões destinados às áreas de educação e saúde, durante o período de 2010 a 2014. Afirmo ainda, amparado em um estudo realizado pela Fipe, que só a Copa das Confederações 2013 teria rendido um valor superior ao investido nos estádios. O valor estimado e adicionado ao PIB, no setor de turismo, foi de R\$ 9,7 bilhões.

¹⁰⁰ A maior parte dos recursos públicos destinados às intervenções vinculadas aos megaeventos têm origem numa linha especial de financiamento do BNDES. Em razão disso, o argumento do Governo Federal é que esses recursos não interferem diretamente nos orçamentos destinados a outras esferas, como educação e saúde.

¹⁰¹ Segundo Luis Fernandes, desse valor, a metade foi de recursos públicos, oriundos de financiamentos do BNDES.

Tais contas e estimativas são repletas de controvérsias, sobretudo quando a credibilidade de suas fontes é questionada. Além de que, analisadas de modo comparativo com os gastos que outros países-sedes tiveram, o caso brasileiro torna-se mais vulnerável às críticas. Em 2002, o custo da Copa do Japão e da Coréia foi de US\$ 4,6 bilhões; a Copa da Alemanha, em 2006, € 3,7 bilhões; e a Copa da África do Sul, em 2010, saiu por US\$ 3,5 bilhões. No Brasil, já em 2007, a estimativa apontava para um orçamento de US\$ 6 bilhões, na época, o equivalente a R\$ 10,6 bilhões. Em janeiro de 2010, ele subiu para o total de R\$ 20,1 bilhões destinados à Copa do Mundo e acabou sendo encerrado, de acordo com a última versão da matriz de responsabilidades da Copa, de setembro de 2013, na previsão de um investimento total de mais de R\$ 25 bilhões (ANCOP, 2014).

Conforme sublinham Damo e Oliven (2013), ainda que seja compreensível toda a polêmica referente ao “correto” uso do dinheiro público, é preciso reconhecer que não parece estar necessariamente no âmbito econômico a esfera da disputa sobre a realização dos megaeventos. Os autores assinalam que a discussão que envolve as cifras utilizadas (sejam considerados “custos” ou “investimentos”) tem lugar no campo da moral, pois em si, a contabilidade produzida oficialmente parece não ser efetivamente contraditória, embora seja fundamentalmente questionável os fins que revelam o alto grau de comprometimento do Estado (nos mais diferentes níveis) com agentes privados:

As cifras vultosas viraram manchetes, muito embora nem sempre fosse dado aos números o tratamento devido. Dos 25,6 bilhões de reais previstos pelo relatório do Gecopa em novembro de 2012, 33,5% concentravam-se na rubrica de “mobilidade urbana”, 27,7% nas “arenas/estádios”, 26% em “aeroportos”, 9,6% em “turismo e outros” e 2,6% em “portos”. Tem razão o governo federal quando afirma que os gastos com a Copa de 2014 não se circunscrevem às arenas, pois 2/3 dos recursos são destinados a outras rubricas. Todavia, uma parte expressiva do que está previsto na rubrica “mobilidade” (41,6%) será bancada pelos governos estaduais e municipais e mais da metade da rubrica “aeroportos” (53%) virão da iniciativa privada, mediante a concessão da gestão dos aeroportos por parte do governo. Intencionalmente ou não, a colocação desses recursos na contabilidade da copa dilui, parcialmente, os gastos com as arenas, em relação aos quais se concentram as críticas principais (DAMO; OLIVEN, 2013, p. 51-52).

De qualquer sorte, para nossa análise, o que está em questão é como o Governo Federal tenta empreender a partir dos megaeventos uma imagem positiva acerca de sua própria gestão. Nas palavras de um dos seus representantes (FERNANDES, 2014, p. 64), “Sob os olhares do mundo inteiro, o Brasil procurará consolidar a imagem de país moderno e

democrático, com diversidade cultural e capacidade de organização, pleno de atrações turísticas espalhadas por um território continental”.

Mesmo simpático ao propósito oficial enunciado pelo Governo Federal, para Antonio Lassance (2014), o país acabou abandonando o projeto de desenvolvimento nacional em nome da *disputa moral*, caracterizada pela “honra” em sediar de modo eficaz as Copas. Essa interpretação, tecida pelo autor, é centralmente importante aqui porque ela simboliza um conjunto de análises que se centra na perspectiva da avaliação de erros e acertos na gestão dos eventos. Por essa via, a crítica ocorre mediante o receituário de *estratégias* que apontam por um ou outro qualquer caminho. Sinaliza-se, assim, através de medidas que foram supostamente ausentes, a responsabilidade pela promoção da imagem deficitária do país sede.

A nosso ver, esse argumento coaduna-se com o estabelecido pelo secretário Luis Fernandes, na medida em que retira da cena da análise a própria lógica dos megaeventos enquanto recurso político que atende a determinado ordenamento especulativo da economia financeira internacional. Muito pelo contrário, estabelece-se um suposto êxito de gestão federal, atribuído à capitulação em realizar os Jogos Pan-Americanos, as Copas da FIFA, e os Jogos Olímpicos, que perde sua potência em virtude de políticas oposicionistas ao “desenvolvimento nacional”, os “pessimistas”.

A esfera política se autonomiza nas retóricas das disputas de poder entre agrupamentos partidários e ideológicos, como se a política simplesmente subsumisse a esfera econômica sob a qual o país se inscreve no cenário internacional mais alargado. Por isso, tanto nessa ótica de fala oficial (representada pelo secretário executivo do Ministério dos Esportes, Luis Fernandes), quanto na análise da mera gestão (estabelecida por Antonio Lassance), são as políticas implementadas durante os megaeventos que podem ser, no máximo, criticadas, como se a realização delas, por si só, não engendrassem uma lógica pautada na promoção espetacular do desenvolvimento local, forjando um tipo de governança próprio a essa forma política.

No entanto, conforme temos demonstrado até aqui, não há propriamente uma forma política autônoma ao contexto histórico e econômico. Nessa perspectiva, é válido reafirmarmos que as características dos megaeventos contemporâneos se relacionam fundamentalmente com as modificações estruturais que o capitalismo tem sofrido desde meados da segunda metade do século XX. Trata-se da crise do modelo econômico e estatal baseado na doutrina keynesiana e a consequente reestruturação produtiva. A nova forma de Estado e os processos de intervenções urbanas vinculados aos megaeventos são expressões

correspondentes à lógica de produção financeira capitalista (HARVEY, 2005; FERREIRA, 2014; MARICATO, 2014).

Nas cidades, de modo geral, o declínio dos parques industriais contribui para que se reinvente o espaço urbano em favor do consumo. A deterioração física de boa parte dos espaços públicos é lida dessa forma como expressão da própria crise financeira. Sob esse pressuposto, a palavra de ordem no pensamento urbanista passa a ser “renovação”, logo, é sob essa égide que boa parte das narrativas urbanísticas voltadas para o consumo e o espetáculo é ancorada (FERREIRA, 2014; MARICATO, 2014). Conforme Ferreira (2014, p. 8), “a ideia difundida era a de que gastos concentrados – muito menores do que políticas sociais em grande escala – gerariam uma ‘imagem positiva’ da cidade, capaz de atrair os fluxos do capital financeiro”.

Ainda que a linguagem apresente variações, como “revitalização”, “reabilitação”, “revalorização”, “requalificação”, “reforma”, o que se objetiva é exercer como guia a mesma prática do pensar a cidade. Não obstante, os efeitos gerais são predominantemente os mesmos, endividamento, especulação imobiliária, gentrificação, etc. O *urbanismo do espetáculo* passa a ser utilizado como uma receita geral do “planejamento” das cidades, formatando *cidades do pensamento único* (ARANTES, 2009; VAINER, 2009; MARICATO, 2009). Todavia, é válido ressaltar que, apesar de relacionais, a dinâmica da cidade, a ordem econômica e política mundial se vinculam hierarquicamente, ou seja, se a crise funciona como um precedente para a transformação urbanística é porque antes disso precisou-se reinventar a forma de acumulação do capital.

A dinâmica dos negócios acaba sendo particular a cada processo verificado, pois envolve vários atores locais e externos ao lugar sede. No entanto, é comum que todos compartilhem do discurso do “legado”. Ele pode ser qualificado mais precisamente do ponto de vista da economia de geração de empregos, ou de investimentos, ou da modernização dos equipamentos urbanos, transportes e mobilidade, mas de uma forma ou de outra, tudo se ancora na ideia de “*référentiel*” (MULLER, 1995) da *oportunidade única* em obter para o local algum “legado”. Na perspectiva construída pelos organizadores e investidores do megaevento, os benefícios de sediar uma Copa do Mundo tornam-se um genérico e plástico axioma.

A categoria de “*référentiel*” de Pierre Muller nos parece pertinente aqui, pois, ao tomar a ação pública, notadamente a política pública, o autor considera que toda intervenção é também um processo social de construção de determinada visão de mundo. Amparado em um

conjunto de ideias e valores, a noção de *referencial* pode constituir-se como uma chave analítica ao entendimento dos processos de legitimação das políticas urbanas¹⁰².

O objetivo desse marco referencial para as intervenções relaciona-se com o modo como as imagens da cidade são promovidas, seja no âmbito da atratividade para o consumo turístico ou como expressão positivada da governança local. Trata-se, portanto, de uma espécie de legitimação das ações dos construtores oficiais da cidade (poder público e determinados setores privados) que têm na formulação de um parâmetro abstrato a suposta metabase para seus planejamentos e intervenções.

Segundo Muller (1995), o “*référentiel*” enquanto estrutura de sentido, possui quatro componentes distintos, mas articulados: “*Valeurs*” (Valores); “*Normes*” (Normas); “*Algorithmes*” (Algoritmos) e “*Images*” (Imagens). Os “valores” são as representações sociais, aquilo que é definido como “bom” ou “ruim”, “certo” ou “errado”, o que “deveria ser”, o desejável ou não. As “normas” dizem respeito ao conjunto de ações que estabelecem as metas, sendo que, a partir do momento que elas definem como as coisas devem ser, definem também, de igual modo, como elas são. Os “algoritmos” significam as relações causais. São as condições que definem as ações e apontam suas causas e efeitos. E, por fim, as “imagens”, que correspondem ao elemento central do “referencial”. Trata-se de vinculações imediatas, em que, implicitamente, os “valores”, “normas” ou “algoritmos” são acionados. É essa composição que argumentamos aqui ser possível para estabelecer analogias, quando investigamos que aos megaeventos subjaz a premissa balizadora da “oportunidade única”, para o país e especificamente para as cidades-sedes.

Nesse contexto, os megaeventos parecem agradar tanto aos investidores quanto aos países-sedes. No primeiro caso, espera-se a garantia de facilidades nos investimentos (com flexibilidade legislativa e previsões otimistas no mercado financeiro global). Já aos países-sedes, a estimativa é obter a possibilidade de se promover mundialmente, potencializando a sua imagem local em virtude de mais investimentos financeiros (ROLNIK, 2014; FERREIRA, 2014; MARICATO, 2014). Os megaeventos são, nessa lógica, a legitimação necessária para a instauração plena de um modelo de sociedade gestada no primor do novo capitalismo:

A ideia era associar esses eventos às obras de requalificação urbana desejadas. Assim, ao redor de um grande estádio, de um pavilhão de

¹⁰² É válido advertir que essa nossa apropriação objetiva da categoria de Muller (1995) pensa a dimensão da ação do poder público dentro da realização de políticas urbanas, e não somente toma como política pública as intervenções urbanas analisadas.

exposições, começaram a ser erguidos centros de negócios, bairros de alto padrão etc., operações casadas em que governantes e investidores saíam ganhando, com a vantagem do apoio popular. A Copa do Mundo da Fifa e os Jogos Olímpicos do COI, os megaeventos mais importantes nesse cardápio, passaram a ser disputados ferozmente pelas cidades do mundo (FERREIRA, 2014, p. 9).

Não obstante, os idealizadores dessas megaoperações, como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, entenderam que isso poderia se constituir em um potencial instrumento de angariar vantagens e passaram a jogar (negociar condições e acordos políticos), com a prerrogativa de que tinha sob seu controle a legitimação social infalível para qualquer governo ser positivamente edificado. Mas como nessa complexa teia de interesses e pretextos, nada é tão concreto assim, e logo tanto a FIFA quanto o COI passaram a fazer uma reorientação na política da escolha dos países-sedes. Com a Copa de 2002, sediada pelo Japão e pela Coreia do Sul, começava a transição, que foi se consolidando no decorrer das duas primeiras décadas dos anos 2000, com a África do Sul (2010), Brasil (2014), Rússia (2018) e Catar (2022). Para Ferreira (2014, p. 11), além dos investidores e organizadores conseguirem deslocar-se do centro das manifestações, ocorridas nos países do Hemisfério Norte,

as estruturas governamentais dos novos anfitriões, geralmente contaminadas por uma corrupção estrutural, são especialmente vulneráveis às pressões exercidas pelos grandes *players* dos megaeventos, sendo mais fácil dobrar os políticos locais para aprovar leis de exceção, mesmo que representem retrocessos gritantes em suas conquistas sociais.

Para os países (no caso, os governantes e determinados setores privados) considerados “emergentes”, como o Brasil, sediar eventos desse porte significa, além das promessas de negócios, um reconhecimento e consolidação da imagem local, elevada a um estatuto da realização de transição que os inscreve, mas, conforme adverte criticamente Rolnik (2014, p.68), a legitimidade atribuída a essas localidades têm outra base explicativa:

Em países emergentes como o Brasil, a Índia e a África do Sul, onde existem muitos assentamentos informais de baixa renda, como favelas, loteamentos irregulares e ocupações, a realização desse tipo de operações se dá sobre um tecido urbano marcado pela precariedade de seu território e pela ambiguidade da condição de inserção de seus cidadãos. Nesses países está presente aquilo que chamo de dualidade da condição urbana: uma parte da cidade é plenamente construída no interior da regulação urbanística e jurídica, enquanto a outra – não raro muito maior do que a primeira e majoritariamente habitada por populações de baixa renda – é autoproduzida pelos próprios moradores, estabelecendo relações negociadas, no dia a dia, com esse mesmo marco jurídico e regulatório. Nesses locais, a cidadania e

os direitos humanos vivem sob a égide da ambiguidade: de um lado, são esses assentamentos que garantem que uma mão de obra abundante se encontre disponível para operar a máquina cidade, em situações de baixíssima remuneração. De outro, sua permanência, bem como a possibilidade da consolidação definitiva dos assentamentos na cidade jamais estão plenamente garantidas.

Sob a prerrogativa do *legado* socioeconômico, orçamentos são aprovados pelo Estado em um período extremamente curto. Legislações são modificadas e um Estado de *exceção permanente* (VAINER, 2011; ROLNIK, 2012) se concretiza como forma positiva de ação política social do próprio Estado, traduzida numa espécie de resposta adequada à narrativa do medo e às exigências modernas da segurança pública.

Com efeito, a FIFA e os investidores ganham, na conquista de um espaço mais aberto, com fronteiras legislativas e governamentais altamente flexíveis. Em contrapartida, os governos locais forjam uma imagem de “lugar bom para investir e crescer”, fortalecendo uma ideia de “máquina do crescimento”. A retórica que contribui na legitimação desse processo é justamente a extensão da rede beneficiada com intervenções exigidas para os megaeventos. Um conjunto diverso de atores que atuam nessa grande empreitada fortalecem, de um lado, a base de poder econômico e político de pequena parcela social, enquanto à grande massa resulta a necessidade contínua de viver sob as adversidades, numa espécie, no máximo, de *sobrevivência marginal*.

No caso brasileiro, ao menos em um primeiro momento, a realização das Copas da FIFA foi também uma aposta política, sobretudo se considerarmos que a Copa do Mundo ocorreu em ano eleitoral, justamente para o maior cargo público do país (o presidencial). Dessa maneira, juntou-se à demanda externa capitalista a inserção e consolidação da política local, amparada na narrativa da *agenda de desenvolvimento nacional* (FERNANDES, 2014).

Essa contextualização local é importante, pois, conforme observa Maricato (2014), embora a realização de megaeventos esteja vinculada às práticas estratégicas do ordenamento da globalização neoliberal, a lógica da mercantilização urbana e promoção imagética das cidades não se circunscrevem a esses megaempreendimentos. Para a autora (MARICATO, 2014, p. 18), “o processo de assalto às economias nacionais, com propostas de renovação urbanística, não acontece exclusivamente em função dos grandes eventos: pode-se dizer que é uma das estratégias regulares da globalização neoliberal”. Essa tese de Maricato nos parece sustentável, na medida em que nos permite observar os megaeventos como fenômeno multicausal, oriundo da história que o inscreve, mas também situado nas especificidades da realidade local que o recebe.

Nesse sentido, a Copa do Mundo é também analisada como acontecimento potencializador de determinadas concepções de Estado e modelo econômico cultural vislumbrado por alguns setores da sociedade. Para nós, trata-se de um catalisador da *espetacularização urbana*, que expressa sintomaticamente a tendência geral da formação de *espaços de consumo* ordenados pela mediação imagética da cultura local, supostamente (re)valorizada¹⁰³.

Nessa esteira, a máxima de “mais mercado, menos Estado”, erguida sobretudo com o Consenso de Washington, torna-se, se não falaciosa, insuficiente para entender as cidades contemporâneas. Inseridas no campo profissional da política, sobre elas recai o imperativo de ser cada vez mais atrativas e competitivas para angariar investimentos financeiros externos. E justamente aqui reside o Estado, como um dos principais atores na materialização dessa concepção. Os investimentos estatais são predominantemente deslocados, do campo para as cidades, que, por sua vez, caracterizam-se como espaços privilegiados para o desenvolvimento da lógica capitalista, através da cultura urbana do consumo e da indústria turística. Com efeito, aprofundam-se históricos problemas da vida nas cidades, como moradia, emprego e serviços básicos de educação e saúde. Em contrapartida, a especulação imobiliária e as periferizações são intensificadas, forjando a concreta negação da cidade para milhares de cidadãos, os quais, sem infraestrutura, são direta ou indiretamente obrigados a viver em lugares distantes de trabalho, escola, hospital, etc. Nessa lógica, alguns espaços importam, enquanto outros, juntos com seus sujeitos, são absolutamente descartados:

A fim de adaptar as cidades ao urbanismo do espetáculo, operações urbanas definem os espaços que merecem tratamento diferenciado – o entorno dos estádios, por exemplo –, e parcerias público-privadas garantem para o setor privado a segurança dos investimentos (incluindo empréstimos dos fundos públicos) e a exceção das leis, admitindo direito de operações que antes eram prerrogativas exclusivas do Estado (MARICATO, 2014, p. 22).

A excepcionalidade construída nos territórios urbanos ocorrem mediante a instauração dos chamados *marcos legais regulatórios*. No âmbito dos megaeventos, eles são utilizados para pautar e viabilizar toda a movimentação burocrática e política do Estado em favor da celeridade dos processos. Para Bessa e Álvares (2014), trata-se de uma das estratégias de empresariamento das cidades a serem espetacularizadas, ou seja, instrumentos de

¹⁰³ Tanto o processo de espetacularização urbana, quanto a formação de espaços de consumo serão melhores desenvolvidos nos próximos capítulos deste trabalho. Ver especialmente o Cap. VI: “**Cultura e Espetacularização Urbana**: Reificação Cultural e a *beleza do morto*” e Cap. IV: “**Entre Espaços Urbanos e Públicos**: Lugares na Copa?”.

ordenamento dos usos e dos usuários que se realizam através da legislação excepcional dos espaços das cidades. Nessa perspectiva, a regulação e o ordenamento são condições primordiais não somente do gerenciamento, mas da produção do espaço urbano espetacular. Durante os megaeventos no Brasil, uma das medidas mais sintomáticas foi a adoção do RDC (Regime Diferenciado de Contratações), operado excepcionalmente para este período de preparação e realização dos megaempreendimentos. Sobre isso, afirma o secretário do Ministério dos Esportes (FERNANDES, 2014, p. 59): “O objetivo é destravar investimentos públicos necessários para o desenvolvimento nacional e viabilizar seu impacto estruturante, subtraindo esses recursos dos circuitos de acumulação rentista associados ao mecanismo do superávit primário das contas públicas”. O *tratamento diferenciado* enunciado aqui sempre remete para um objetivo que extrapola os jogos e coaduna-se com um projeto de “desenvolvimento nacional”, por sua vez constantemente contraposto a uma era neoliberal passada, quando os “investimentos públicos” eram mínimos.

De fato, há muito tempo, os jogos (Olímpicos, Pan-Americanos ou as Copas de Futebol) não são apenas jogos, mas deliberados negócios em agendas políticas. Conforme afirma Gusmão (2014), é preciso diferenciarmos os megaeventos esportivos entre sua organização profissional e aquele imaginário idealizado do esporte como prática gloriosa, vinculada ao amor, coragem e esforço. Segundo a autora, a diferenciação consiste não em descartar uma coisa da outra, mas, pelo contrário, perceber como, na organização profissional dos megaeventos, todo esse conjunto de valores foi funcionalizado em nome de uma produção *espetacular* (DEBORD, 1997).

No entanto, essa dificuldade do exercício da diferenciação crítica, sobretudo no âmbito do senso comum, não é fortuita, pois o uso de ideias universais e pautas morais dão à espetacularização do “movimento olímpico”, por exemplo, características legítimas para toda a estrutura montada na garantia dos megaeventos. Na origem, o esporte tinha, apesar de um caráter elitista, fundado numa diferenciação hierárquica, uma organização ainda não mercadológica. Com a ideia de “esporte moderno”, amparado numa noção de modernidade marcada pela novidade seletiva, emerge uma apropriação dessas realizações como grandes espaços para os negócios (GUSMÃO, 2014). A autora retoma a análise da Carta Olímpica de 1924, para demonstrar como o próprio COI (naquela ocasião) proibiu o uso publicitário da competição, reforçando o sentido de desinteresse econômico com o evento. Já nas edições seguintes, como em 1936 (na cidade de

Berlim) e com a primeira vez do uso da TV, em 1960, em Roma, começavam a se destacar medidas e regras que objetivavam proteger a marca dos Jogos.

A tendência vai se tornando uma crescente e encontra correspondência com o próprio contexto histórico da forma de produção capitalista, conforme já discutimos anteriormente. A profissionalização é sinônima da caracterização mercadológica que vai circunscrevendo essas competições. Nessa perspectiva, Gusmão (2014) também destaca que, em 1978, o termo “amador” é suprimido do texto da Carta Olímpica, em paralelo à consolidação de medidas que visam salvaguardar a marca e os direitos autorais do evento. Abre-se, com efeito, espaço para o marketing e todo o conjunto de estratégias que passaram a efetivamente observar o esporte como plataforma potencial para os negócios. Nessa esteira, os valores universais e de cunho moral, como a “honra” passam a ser funcionalizados em prol de uma lógica do mercado, tornando-se uma espécie de produto dos próprios jogos.

Em 2010, na Copa do Mundo da FIFA na África do Sul, a imagem moralmente política (de consolidação do reconhecimento internacional sobre o fim do *apartheid*) se articulava ao significativo faturamento oficial (cerca de R\$ 4,2 bilhões, referente ao período de 2007-2010) que a FIFA obteve. Do ponto de vista empreendedor, tratava-se de mais uma demonstração de que os *jogos* passam a serem percebidos definitivamente como mercadorias e estratégias de poder dos governos locais e seus agentes privados, além de serem interessantes para investidores internacionais.

Dessa maneira, a nosso ver, não restam dúvidas de que o contexto de megaeventos emerge como excepcionalidade sustentável para todas as alterações e medidas, ainda que ilegais, nas cidades. Seja no âmbito especificamente urbanista ou na própria relação com as atividades culturais, as quais denominamos analiticamente como elementos das *políticas urbano/culturais*, o que se percebe é a construção social de um *estado de emergência permanente*¹⁰⁴ (AGAMBEN, 2004), onde tudo parece estar autorizado. Também inspirado em Agamben, Vainer (2011) asseverou que a cidade do Rio de Janeiro tem representado um típico caso, sob o qual os planejamentos urbanos são traduzidos em um ordenamento voltado excepcionalmente para a mercantilização da cidade, semelhante ao processo que analisamos enquanto espetacularização urbana. Trata-se de fato da construção de uma imagem de cidade, atrativa para o consumo, mercado turístico e sobretudo para os investimentos financeiros. Isso ocorre, na maioria das vezes, mediante um conjunto de seletivas intervenções que atingem, no

¹⁰⁴ Essa forma estatal será precisamente analisada mais adiante neste presente capítulo, no tópico III.2 “Agentes e Agências da Copa: Estado e Forma Política”.

máximo, determinadas áreas da cidade, mas que são estendidas na retórica edificante a todo o território da cidade oficialmente apresentada.

Nesse contexto, historicizado pela catalisação de diversos megaeventos, instaura-se a chamada “cidade de exceção¹⁰⁵” (VAINER, 2011). O caso da capital carioca¹⁰⁶ nos parece significativo, pois, muito antes de o país vislumbrar sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, o Rio de Janeiro despontava como uma cidade que se reconstruía sob os patamares da *competição interurbana* (HARVEY, 1994). Sendo assim, desde a criação do primeiro planejamento estratégico na cidade, entre os anos de 1993 e 1994, e as consequentes duas campanhas construídas para a candidatura de sede dos Jogos Olímpicos (2000 e 2004), observava-se um crescente estabelecimento de arranjos de poder, entre o setor público (nos três níveis – municipal, estadual e federal) com setores privados (associações de empresários e organizações não governamentais) (VAINER, 2011; LA BARRE, 2013; GUSMÃO, 2014).

Aos poucos, os arranjos tornaram-se hegemônicos na cidade, ainda que as campanhas para sediar os Jogos Olímpicos não tenham gerado o êxito imediatamente pretendido. Não obstante, o recurso ao planejamento estratégico acabou de fato se constituindo em uma grande estratégia de poder local, sob a qual a cidade passa a ser inscrita na esfera global da *nova produção capitalista do espaço urbano* (HARVEY, 2005). Sob essa lógica, conforme já discutimos, as discussões sobre o urbano (na dimensão da infraestrutura de saneamento básico, regulamentação de ocupação e uso do solo, habitação, etc.) são preteridas em nome das melhores técnicas de marketing, consideradas mais capazes de promover a cidade ao estatuto *atraente e criativo* para o mercado financeiro e os interesses privados (seja dos representantes do poder governamental ou das associações de empresas estabelecidas).

Para tanto, a mudança no ordenamento legal instituído para a cidade é indispensável. Nesse caso, conforme sublinha o autor (VAINER, 2011, p. 7), “a lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra”. Ao sugerir pensar a cidade, como analogia do estabelecimento de um Estado, Vainer nos possibilita, juntamente ao contributo de Agamben (2004), entender como se constituem os mecanismos para a realização excepcional de determinada governança

¹⁰⁵ Em última instância, a cidade de exceção não é (em si) o estabelecimento da ausência ou falta de regulação, mas a plena afirmação do ordenamento capitalista. Nessa perspectiva, é “a afirmação, sem mediações, da democracia direta do capital” (VAINER, 2011, p. 01).

¹⁰⁶ Em praticamente uma década (2007 a 2016), a cidade do Rio de Janeiro terá sediado quase um megaevento (esportivo ou não) por ano. Conforme sublinha La Barre (2013), não por acaso esta é uma das cidades mais ilustrativas para compreendermos como se dá a gestão urbana em um contexto fortemente marcado pela realização contínua de eventos espetacularizados.

(entendida aqui pela estreita articulação de poder entre os setores públicos e privados). Nessa ótica, tal qual postulam os consultores¹⁰⁷ do empreendedorismo urbano, a precedência de uma *sensação de crise urbana* é fundamental para que a *estratégia* apresentada seja legitimamente uma solução para a cidade. Em virtude da “saída” e “superação”, a estratégia impressa sobre a cidade passa a ter, em qualquer excepcionalidade exercida, o direito geral da ação. Eis a regra da exceção concedida. Nessa perspectiva,

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político” (VAINER, 2011, p. 10).

Trata-se, de fato, de um modo de administração que exige um conjunto de forças afins para que tudo ocorra efetivamente dentro do planejado. Essa administração pode ser entendida como uma *governança do espetáculo*, que é constituinte aos megaeventos e perpassa justamente pela construção da legitimidade desse processo, simultaneamente à viabilização concreta de suas realizações. Nesse contexto, o presente é sempre fragilizado por um conjunto de extraordinárias intervenções. Tudo se possibilita ou deve ser possibilitado em virtude do melhor desejável no porvir.

A temporalidade dos megaeventos potencializa o tempo-espetáculo, que, ao mediar visceralmente as intervenções extraordinárias, dissimula outras experiências, dificuldades, negações e violências de direitos que ocorrem nas cidades-sedes. Por isso, La Barre acertadamente afirma que o “tempo social desaparece, deixando espaço integral para a hipertemporalidade” (2013, p. 49).

O processo, normalmente exibido para o exterior, expande-se de modo a inscrever o ideário da experiência urbana numa composição espetacular do real:

Estamos fora do presente, ou melhor dito: estamos num presente cheio de futuro. Temos um efeito de virtualização da experiência direta em relação a uma (pre)visão estática, e uma aposta para um futuro necessariamente melhor da qual a especulação imobiliária é a manifestação mais visível (e rentável). O progresso hoje tem um nome: megaeventos. E o progresso continua sendo a forma única de causalidade histórica, que justifica tudo.

¹⁰⁷ Entre os mais diversos escritórios e nomes de consultores “especializados” em tecer “planos estratégicos” para o desenvolvimento da *imagem modelo* (SÁNCHEZ, 2001) da cidade, referimo-nos aqui especialmente a Charles Landry (2000) e Richard Florida (2002), além de Borja e Castells, muito bem discutidos por Vainer (2009; 2011).

Assim, o choque de progresso justifica o choque de ordem (LA BARRE, 2013, p. 49).

Em detrimento do tempo social, a era atual impõe-se por uma espécie de futuro extraordinariamente presente, onde o empenho de planejar e organizar se converte soberanamente na institucionalização da extraordinariedade. Para La Barre (2013), contrariamente ao que anunciam, os referidos “megaeventos” são justamente opostos à ideia de “evento”, enquanto acontecimento lançado ao acaso com determinada imprevisibilidade. Nos megaeventos dos negócios urbanos, tudo é absolutamente planejado e controlado, para que nada ocorra. Nesse sentido, na ótica sugerida por La Barre, a realização do megaevento é também a plenitude daquilo que se evita ocorrer.

O Rio de Janeiro, na *era (mega)eventista* (LA BARRE, 2013), deve ser então uma nova cidade, constituída por um “novo carioca”, capaz de perceber a integração e o progresso urbano. Nessa perspectiva, não deve caber mais falarmos em cidade partida, pobreza e miséria. O espaço é fundamentalmente concedido para o desenvolvimento tecnológico, a cultura de redes sociais, a emergência da *criatividade* e do otimismo, em que o amanhã é sempre melhor, fazendo do presente um contínuo escapismo.

Para tanto, intervenções inéditas precisam ser aplicadas, a fim de obter resultados extraordinários. Os planejamentos de venda das cidades devem sobretudo limpá-las de tudo que lhes é inconveniente, ainda que custe o direito de milhares de pessoas que também vivenciam e experimentam a cidade do futuro, isto é, a cidade duramente sentida nas negações históricas de um presente não tão efêmero quanto a retórica futurista sugere imaginar.

As remoções, criminalização dos movimentos sociais e o crescimento da militarização configuram-se nessa lógica como medidas estratégicas para o planejamento necessário e eficaz da cidade reinventada para e pelos megaeventos. A política de pacificação das favelas, ainda que expressem contradições e significativos problemas, em seu largo campo de heterogeneidade, observado nas distintas realidades das favelas cariocas, são exportadas e apresentadas mundo afora como modelo exemplar de “civilização”, sob o qual direitos são regulamentados e suprimidos.

Para La Barre, há nesse processo uma disputa entre uma lógica empresarial que objetiva negar o “social”, controlando-o de modo a torná-lo dócil, e outra, que se volta contra esse ordenamento, contribuindo para que as contradições não sejam inteiramente ocultadas no projeto de reforma da Cidade Maravilhosa. A experiência que tem sido imposta ao Rio de Janeiro anuncia-se por uma espécie de pioneirismo brasileiro, rumo ao futuro desejável, no

qual a capital carioca tenta se apresentar como a principal protagonista, em virtude do seu tempo contínuo de realização de megaeventos.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO-92), as campanhas empreendidas para os Jogos Olímpicos de 2000 e 2004, a realização dos Jogos Pan-Americanos 2007, as Copas da FIFA (2013 e 2014), além dos Jogos Olímpicos de 2016, ao todo, demonstram um projeto de cidade que tem se articulado hegemonicamente em torno dessa perspectiva estratégica e empreendedora. O que não quer dizer que possa historicamente se sustentar em face do pressuposto de que o “destino” projetado é uma saída da crise financeira ou do declínio industrial. Para Marcos Barreira (2013, p. 137),

os novos empreendimentos no Rio são mais uma tentativa de resgate de uma “vocação” perdida do que um sucedâneo de instalações industriais corroídas pelas mudanças econômicas e tecnológicas dos anos 1970. Além disso, o amplo setor de serviços estabelecidos há décadas na cidade conta apenas com um pequeno segmento “avançado”, enquanto todo o resto pertence a uma enraizada cultura de sobrevivência na informalidade e na precarização das relações. Por isso mesmo, as intervenções urbanas levadas a cabo a partir da nova conjuntura global foram conjugadas ao tema da “ordem urbana”, que deve ser resgatada como primeiro passo para a modernização da cidade.

A retórica de busca dessa “ordem urbana” encontrou especialmente na polissêmica noção de “violência” um dos maiores aspectos a serem capitalizados em virtude da “nova cidade” a ser empreendida. Esse delicado processo de combate, que acompanha o Rio de Janeiro desde os anos 70 e 80, gerou por um lado a possibilidade de transformar a ideia de segurança numa grande mercadoria política, e por outro, engendrou sob a cidade uma complexa teia de poderes que fizeram, ainda que contra o esperado pelos administradores urbanos, que se construísse internacionalmente uma imagem altamente negativa sobre a cidade. Todavia, vale ressaltar, conforme afirma Barreira (2013), que antes mesmo de o poder público declarar guerra contra a violência urbana e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, a violência já fazia parte do cotidiano de boa parte da população que vivia sob o regime repressor das facções criminosas, dos milicianos e dos conflitos travados entre eles pelo controle de determinados territórios. É na década de 80 que a atuação das quadrilhas e a formação das facções criminosas se consolida nas favelas cariocas. Essa situação se complexifica nos anos seguintes, seja pela corrupção promovida com setores vinculados ao poder público, seja pela formação e atuação de milícias junto ao fortalecimento de práticas clientelistas entre políticos profissionais e comunidades intermediadas pela organização de traficantes e milicianos. Com a Polícia Militar desacreditada, frente aos inúmeros casos de

corrupção e cooptação promovidos pelas Facções, a alternativa forjada para a garantia da “segurança pública” passa a ser, inicialmente, as intervenções das Forças Armadas do Exército. Todavia, conforme já observado (BARREIRA; BOTELHO, 2013) estas também se corrompem e dão testemunho do imenso conjunto de irregularidades e arbitrariedades cometidas em nome de uma ordem fragilmente mantida e severamente perseguida contra os mais pobres, negros e favelados.

Assim, considerando o combate contra a ideia de desordem e insegurança causadas pelo crescimento da violência, midiaticizadas há praticamente quatro décadas, e a construção do primeiro Plano Estratégico¹⁰⁸ da cidade, ainda nos anos 90, o contexto dos megaeventos acaba efetivamente servindo para a conjugação entre o projeto de reinvenção da imagem positivada de “cidade maravilhosa” e “cidade ordenada”. Nesse atual contexto, as novas condições para toda e qualquer ação excepcional são facilmente *autovalidadas*:

A estratégia de utilização dos grandes eventos esportivos para a ‘reversão da crise’ possui uma lógica bem peculiar. Se, por um lado, ela aposta nos eventos para aumentar a visibilidade da cidade no exterior e mudar a representação negativa dominante, por outro, como observa Harvey, faz com a ‘venda da cidade’ dependa de uma ‘imagem urbana atraente’. A nova imagem é tanto uma condição quanto o resultado a ser alcançado (BARREIRA, 2013, p. 141).

Sendo assim, *em tempo de megaeventos*, temos, a um só momento, a abertura de uma espécie de vitrine mundial e a obrigação político-estética na formação da cidade atraente. Mas a estetização urbana é comumente estabelecida a um alto preço social, pago evidentemente pelas camadas mais pobres da cidade:

[...] já não cabe ao Estado estabelecer prioridades e marcos legais, apenas disponibilizar recursos para a criação dos contextos de ‘conveniência comercial’; de fato, as cidades que pretendem se tornar sede desse tipo de evento precisam se submeter não só à dinâmica anônima da concorrência, que segue como a *ultima ratio* das políticas urbanas, mas também às condições impostas pelas entidades responsáveis (BARREIRA, 2013, p. 141-142).

Em última instância, a secundarização do poder de decisão do Estado¹⁰⁹ tende a convergir com a efetiva opção que os governos locais têm nas relações estabelecidas com as

¹⁰⁸ Em 1993, a prefeitura do Rio organizou um seminário chamado de “Rio-Barcelona: estratégias urbanas”, tendo sido o debate iniciado nessa época utilizado para o projeto olímpico Rio-2004 (BARREIRA, 2013).

¹⁰⁹ A forma e dinâmica de ação do aparato estatal serão mais bem analisados nos tópicos III.2 “Agentes e Agências da Copa: O Estado e a Forma Política” e III.3 “Estatização Privada e Privatização Pública: “Política às avessas?”, deste presente trabalho.

organizações privadas, que, ao menos em tese, anunciam a significativa inserção da cidade no fluxo internacional da financeirização e do consumo global. A autoridade assumida pelo aparato estatal, por exemplo, na regulamentação da Lei Geral da Copa, parece ser tanto resultado de uma pressão externa da própria FIFA, quanto de uma estratégia interna do Estado de promover precedentes excepcionais para outras ações públicas.

Sendo assim, pode-se considerar, com base no caso do Rio de Janeiro, mas também a partir de outras realidades (possíveis nas demais 11 cidades sedes da Copa), que, com os megaeventos no Brasil, o problema da segurança pôde ser singularmente relacionado à necessidade de preparação para os megaeventos, mesmo que o problema da ordem e da violência remontem suas origens, muitas vezes, a mais de três décadas atrás.

De qualquer sorte, como acertadamente analisa Rolnik (2012), o maior problema é que todo esse novo ordenamento urbano continua a manter e intensificar a negação de direitos à cidade. As remoções e as exceções concedidas aos organizadores, por exemplo, ferem amplamente a legislação internacional e brasileira. Via de regra, as remoções acompanhadas de projetos de gentrificação, ou simples alargamento e criação de novas vias públicas de passagem, não estão sendo compensadas com novas moradias adequadas à preservação dos direitos humanos. Indenizações muito precárias, de cerca de R\$ 5 mil para pessoas que ocupavam áreas centrais das grandes cidades, ou ainda reassentamentos em conjuntos habitacionais que ficam a mais de 50 km de distância da antiga moradia, onde não há nenhuma estrutura urbana construída, tudo isso tem feito dos megaeventos um processo permeado de *práticas desumanas e incivilizatórias*:

Coisas nada civilizadas ocorrem quando um país se prepara para esse tipo de evento, no campo dos direitos humanos. O processo civilizatório significaria, entre outras coisas, o fortalecimento da proteção dos direitos humanos, e não uma desmontagem (ROLNIK, 2012, p. 08).

O Ministério das Cidades, nessa ótica, não tem sequer força para intervir nos rumos desse processo, uma vez que a maioria dos trâmites não passa pela sua alçada. Conforme atentou Vainer (2011), no limite, o que se efetiva é uma marginalização do ordinário aparato público estatal, tal qual postulam os consultores dessa forma de empreendedorismo urbano: “As formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder **a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático**” (CASTELLS; BORJA *apud* VAINER, 2011, p. 4, grifo dos autores).

Além da Lei Geral da Copa, boa parte das outras operações é feita mediante protocolos (ilegais) entre a FIFA e os prefeitos e governadores das cidades-sedes (ROLNIK,

2012). No *modelo de Barcelona*, não menos isento de críticas e problemáticas, conforme analisado por alguns autores (VAINER, 2009; ARANTES, 2009), o megaevento serviu como força financeira para a realização de um planejamento do transporte público feito para a cidade. No Brasil, conforme asseveram também outras pesquisadoras (MARICATO, 2011; ROLNIK, 2012; RUBIO, 2012), o processo tem sido o contrário. As vias públicas, o chamado Veículo Leve sobre Trilho (VLT) e todas as outras ofertas relacionadas à mobilidade urbana (considerando inclusive que muitas não serão mais realizadas), têm sido criadas para atender os interesses de usos do/no megaevento e não necessariamente para contemplar as demandas dos usuários que vivem nas cidades.

Com a aprovação da Lei Geral da Copa, nº 12.663, de 5 de Junho de 2012, o país consolidou, no estatuto maior de sua legislação, a excepcionalidade concedida ao contexto dos megaeventos esportivos. A Lei regulamenta especificamente a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, além da Jornada Mundial da Juventude 2013. Apesar de ter provocado algumas polêmicas e ter sofrido seis vetos até a sanção presidencial, desde que o Projeto de Lei nº 2.330 foi encaminhado à Câmara dos Deputados Federais, em outubro de 2011, sua aprovação foi explicitamente anunciada como um marco ético do Governo Federal e historicamente inédito na própria Câmara.

A razão primeira do anúncio positivado é que, ainda em 2007, no segundo mandato do governo Lula, foi entregue à FIFA uma carta assinada pelo então presidente Lula e por ministros de Estado, garantindo à entidade organizadora uma série de ações propostas para a realização dos referidos megaeventos. O segundo ponto de destaque é que em pouco mais de seis meses a Câmara conseguiu apreciar, votar e aprovar uma Lei que além de alterar outras legislações, interferia em aspectos culturais bastante assimilados pela população brasileira, como, por exemplo, o uso de bebidas alcoólicas dentro dos estádios de futebol e a proibição das práticas comerciais no entorno dos estádios.

Tanto do ponto de vista do cumprimento do compromisso declarado, quanto da celeridade não comum promovida pela Câmara dos Deputados, a Lei Geral da Copa apenas reforça o caráter excepcional que se instaura progressivamente no país desde quando este foi anunciado oficialmente como sede das Copas privadas da FIFA. A relação dessa entidade privada com o poder público é claramente explicitada no próprio texto de apresentação da Câmara Federal (BRASIL, 2012, p. 07):

Apesar de ser um campeonato criado e organizado por uma instituição privada, a Federação Internacional de Futebol (FIFA), os esforços para

organizá-lo demandam iniciativas governamentais capazes de garantir, além de serviços de infraestrutura urbana, medidas administrativas, legais e financeiras que o tornem viável¹¹⁰.

*Em tempo de Copa*¹¹¹, não apenas as remoções e a mercantilização geral de diversos espaços públicos nas cidades são validados, como também são relativamente legalizados, enquanto condição própria do suposto contexto promissor pelo qual estamos passando. Assim, a preparação e realização dos megaeventos no Brasil carregam consigo a característica indelével da retórica contida na ideia de “oportunidade única”, mesmo que sua efetivação ocorra em detrimento do direito à cidade.

Essa situação geral suscetibiliza a inserção das cidades-sedes dos megaeventos a um processo ambíguo de cooperação e rivalidade. Por um lado precisam ser capazes de anunciar positivamente o país, e, nas mesmas circunstâncias de obrigatoriedades impostas a ele, necessitam apresentar um nível geral de padrão de serviços e infraestrutura, suficiente para a qualificação exigida pela FIFA. Por outro, cada cidade-sede enfrenta deliberadamente uma corrida com as demais, permeada por muitas disputas, com o objetivo de apresentar-se mais atraente, receptiva e original do que as outras.

Nessa lógica de *competição interurbana* (HARVEY, 1994) e *concorrência intercidades* (FORTUNA, 1997), o consentimento ideológico da narrativa do desenvolvimento socioeconômico local converge com os supostos pacotes de planejamentos estratégicos que propõem anunciar diferentemente cada cidade. Com efeito, emergem outros dois gerais desdobramentos. No primeiro, do ponto de vista da entidade detentora dos direitos da Copa (a FIFA), para além das estratégias não declaradas de adentrar “mercados emergentes”, a qualificação positiva sobre as candidatas a sede se realiza mediante os recursos mobilizados pelos governos locais. Trata-se aqui da viabilização estrutural e do cumprimento das exigências excepcionais estabelecidas.

No segundo, que diz respeito aos territórios urbanos, sobretudo em nível nacional, a escolha das sedes representativas para o país dependerá dos arranjos políticos estabelecidos entre os distintos agentes e poderes envolvidos. No âmbito do poder público, Município, Estado e Governo Federal estão constantemente imbricados com associações empresariais e

¹¹⁰ Trecho retirado do texto de apresentação da Lei Geral da Copa, nº 12.663, de Junho de 2012, assinado pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT).

¹¹¹ Ainda que possamos argumentar sobre as especificidades das Copas da FIFA, aqui me refiro fundamentalmente à lógica geral que perpassa os processos de preparação e realização dos megaeventos (que nesse caso analisado toma a Lei Geral produzida para a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA Brasil 2014). No corpo maior do trabalho, interessa analisar como eles são apropriados particularmente em favor da espetacularização urbana.

organizações paraestatais. Em ambos os casos, o que subjaz à corrida por megaeventos é a retórica do sucesso econômico.

Segundo Maior (2014), tal retórica serve como uma espécie de antídoto contra a explícita revelação do caráter inconstitucional de boa parte das intervenções urbanas que se estabelecem nesses contextos. Não obstante, o ocultamento e mascaramento das contradições sociais passam a constituir a própria dinâmica de sua realização. Nessa perspectiva, a Lei Geral da Copa é um dos mais significativos exemplos. Ela foi anunciada discursivamente como “felicidade do povo”, através do esforço e consequente mérito do Governo em conseguir trazer para o país uma excepcional oportunidade de desenvolvimento. No entanto, a lei não passa de um fruto do acordo entre a FIFA e o governo brasileiro. A farsa legitimada pela retórica falaciosa do “legado” vai no sentido contrário à Constituição do Brasil. No artigo 11 da Lei, a criação da “rua exclusiva” privatiza, em certa medida, o espaço público que se define no perímetro de dois quilômetros ao redor dos estádios e do local oficial da competição. A aplicação extrapola os estádios e se estende até os territórios da Fan Fest (festa oficial da FIFA, financiada pelas cidades-sedes e empresas patrocinadoras). Nessa esteira, conforme o autor (MAIOR, 2014, p. 34), existe

na formação do estado de exceção, previsto na própria ordem vigente, uma lógica de continuísmo, que faz da exceção um apêndice da própria regra, a fim de não permitir a revelação das contradições do sistema. Como a situação de desajuste se apresenta em risco cada vez mais crescente, o estado de exceção se edifica como estado permanente, fazendo-o de modo que não se apresente explicitamente.

Através dessa Lei, a FIFA impõe seu ordenamento com garantias significativas em custos financeiros (no que diz respeito a multas por não cumprimentos, por exemplo) para o Estado brasileiro. Em contrapartida, uma série de direitos é negada à população (moradia, transporte, trabalho, etc.). O lançamento das seleções para trabalho voluntário durante a Copa é uma dessas ofensivas que acabam por atingir históricos direitos. Juntos, Governo (18 mil vagas) e FIFA (15 mil vagas), contabilizaram 33 mil empregos dispensados. Outros pontos, vinculados à exploração do trabalho infantil, com a Recomendação 3/2013 do CNJ, e ao direito do consumidor e redução das meias entradas, garantidas no ECA, também constituíram o cardápio de negações estabelecidas com a Copa do Mundo, também amparadas pela Lei Geral da Copa.

Se, com tudo isso, poderemos afirmar que “os *megaeventos* são uma coisa paralisante do ponto de vista político” (ROLNIK, 2012, p. 06), dependerá decisivamente do sentido que

estamos a dar para a *política*. Porque parece não ser tão relativo compreendermos que há uma ordem lógica de poder que perpassa toda a construção excepcional instalada no atual contexto, que, como bem afirmam alguns autores, diz respeito explicitamente à formação de *um verdadeiro Estado de Exceção, um Estado de Emergência*, ainda que o consenso *socialmente forjado* possa nos remeter a uma apreciação mais amistosa do significado desses eventos no país.

III.1. Principais Políticas urbano/culturais na cidade de Salvador

*A capital baiana, pelos cenários e cultura, possui uma vocação natural para o entretenimento, que é potencializada pela crescente estrutura de serviços. Além de sinônimo de qualidade de vida, o lazer na cidade é um grande negócio, tanto para os que buscam a diversão como para os que a promovem. São muitas as opções na cidade, que vão desde os parques e reservas ecológicas ao carnaval, passando por espaços culturais. Todos estes, incrementados com a simpatia e hospitalidade da população local que contagia, alegra e promove o bem-estar de turistas e visitantes.*¹¹²

Nesse tópico, a análise toma como foco empírico a investigação documental sobre a inserção da cidade de Salvador no contexto das Copas da FIFA. Para tanto, recorre-se especialmente a alguns planejamentos matrizes, no âmbito dos governos estadual e municipal, além de peças publicitárias e matérias jornalísticas. A relação do poder público local com o Governo Federal e os agentes privados volta a ser discutida, mas o propósito é menos personalizar a identificação dos atores envolvidos e mais evidenciar a lógica de suas articulações e práticas de ação. Sendo assim, assumimos como argumento central que as políticas urbano/culturais estão estreitamente vinculadas a interesses que extrapolam o âmbito urbanístico das demandas públicas, uma vez que são funcionalizadas para a inserção da cidade no *hall* do mercado de serviços, notadamente a indústria turística. Sob essa ótica, as dimensões cultural e histórica acabam se constituindo como molas propulsoras para a mercantilização urbana, (re)inventada sob o pretexto da excepcionalidade do tempo das Copas.

¹¹² Trecho extraído do documento publicitário “Guia do Espectador”, produzido especialmente para o contexto dos megaeventos. Além da difusão operada por setores privados, notadamente ligados ao turismo, a veiculação desse material ocorre tanto pelo poder público municipal, através da ECOPA (Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA 2014) e SALTUR (Empresa Salvador Turismo), quanto do poder estadual, mediante as ações da SECOPA (Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014).

Até meados do século XX, do ponto de vista mais geral, Salvador seguia as características de outras cidades no Brasil. Sem a inserção concreta na industrialização, ela configurava-se como importante centro de ligação entre o rural e o urbano. Por outro lado, a partir dos anos 50, ficou mais evidente como a indústria, as atividades do porto, a produção e a comercialização, reuniam um todo diverso, heterodoxo, e não menos desigual em suas relações. Com efeito, aquelas cidades que iniciaram sua industrialização precocemente, concentraram maior riqueza e centralidade de investimentos econômicos e atenção política na conjuntura mais ampla do país (SANTOS, 2008).

Não obstante, outros setores, como o de serviços, especialmente as atividades turísticas, acabaram ganhando maior destaque na capital soteropolitana. A partir dos anos 50, com a política nacional pautada por um novo modo de industrialização, ocorreu um significativo primeiro aumento. Com o desenvolvimento da infraestrutura urbana, associado ao crescimento do transporte aeroviário no país, a capital baiana passou a se inserir, no final da década de 60 e início dos anos 70, no mapa do turismo nacional.

Nesse contexto, as intervenções na cidade começavam a se caracterizar pelo teor urbanístico vinculado ao fomento turístico. Além da seletividade das políticas, que atingia apenas alguns espaços, os imaginários narrados sobre o amplo e diverso território se vinculavam a um conjunto de significados culturais apropriados como instrumentos de atratividade urbana. Por essa razão, a própria definição adotada de política urbana perde aqui poder explicativo mais específico. Assim, por um lado, pode-se entender que é uma opção investigativa se referir ao fenômeno como “políticas urbano/culturais”, mas também, por outro, diz respeito a uma demanda que temos observado no caráter contemporâneo das intervenções urbanas. Portanto, por “políticas urbano/culturais” concebemos aquelas intervenções de origem heterogênea, (mas nem sempre neutralizada no que diz respeito à influência do poder que ora o âmbito privado, ora o público exerce um sobre o outro), que se planeja e/ou realiza nas cidades tomando, predominantemente, como referencial maior, determinada ideia de cultura. Dessa forma, as intervenções estariam constantemente sendo relacionadas a um conjunto de significados importantes para o viver na cidade e para as projeções concretas e abstratas que resultem sobre sua imagem.

No Estado da Bahia, os primeiros grandes investimentos no setor seguem essa perspectiva de objetivação cultural, vinculada a uma noção de propriedade territorial. (ANDRADE, 2000; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008). Sobre isso, afirmaram (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, p. 27):

Assim, em meados dos anos 70, estavam dadas as condições para o primeiro grande boom do turismo soteropolitano (1974-1979), que resultaria em novos investimentos, com destaque para a construção do Centro de Convenções da Bahia, em 1979, e na consolidação do marketing turístico local, assentado no mix praia / música / carnaval.

A política turística citada traria, na ótica dos planejadores urbanos oficiais, alguns importantes resultados. Segundo declarou a FIFA (2011), o fomento à estrutura turística e alguns dos fatores históricos da cidade, popularmente reconhecida como o “começo do Brasil”, foram acionados como pontos positivos a sua candidatura à sede dos jogos. Mas para além da história, o fundamental foi visualizar *potência criativa*, com base nos aspectos relacionados às potencialidades turísticas. Nessa perspectiva, a capital baiana consagrou sua eleição enquanto uma das dozes cidades sedes para a Copa do Mundo 2014. Ambas as dimensões, histórica e turística, estreitamente relacionadas e funcionalizadas, são reafirmadas no texto oficial de apresentação da cidade no *site* da Federação Internacional de Futebol (FIFA):

[...] Salvador grew under deep influence of Portuguese, Afro-descendents and indigenous alike: a situation that contributed to the cultural richness that typifies the city today. [...] Salvador's privileged topography is one of its most appealing attributes, with a clear division between the *Cidade Baixa* and *Cidade Alta* (Low City and High City), both of which are connected to each other by one of the city's most important sights, the *Elevador Lacerda*. But the ultimate icon of the city is the *Pelourinho*, which is its historical centre: its churches and colourful colonial buildings have been a World Heritage Site by UNESCO in 1985 (FIFA, s.d.)¹¹³.

Nesse âmbito, a cidade¹¹⁴ e sua reconhecida potencialidade turística¹¹⁵, formada por variadas vertentes, desde o consumo patrimonial, artístico, religioso, socioafetivo, até o

¹¹³ Trecho disponível em: <<http://www.fifa.com/worldcup/destination/cities/city=1169/index.html>>. Acessado em 08/09/2011.

¹¹⁴ Segundo o último Censo (IBGE, 2010), a cidade de Salvador apresenta uma população de 2.675.656 habitantes, com estimativas, para 2013, de 2.883.682 habitantes. Com uma área de unidade territorial (km²): 693,276 Km² e densidade demográfica de 3.859,44 hab/km², a dimensão continental da capital reúne, só por isso, possibilidades significativas de diferenças e desigualdades. Conforme advertia Santos (2008), já em meados do século XX, era possível observar uma cidade dividida em dois andares (*cidade alta e cidade baixa*) e em crescente complexidade e diversidade socioeconômica e cultural. Nessa perspectiva, entretanto, vale ressaltar que grandeza não só não é sinônimo de igualdade, como também diversidade não diz respeito a maiores garantias de direitos. Sendo assim, mesmo com um PIB de R\$ 36,7 bilhões (IBGE, 2010), a cidade apresenta uma parcela significativa da população vivendo em habitações irregulares ou ainda em situação de rua. Não por acaso, observa-se, de acordo com o mesmo CENSO (IBGE, 2010), uma quantidade de mais de 100 mil domicílios não ocupados.

¹¹⁵ Em pesquisa (PINHEIRO; GUIMARÃES; COSTA, 2011) realizada sobre o fluxo turístico dos principais destinos da Bahia, no período de 1998 a 2008, constata-se que o aumento do valor adicionado do setor de serviços (no período de 1999 a 2006) em Salvador, foi acompanhado do crescimento do total de desembarques

chamado ramo do “turismo de negócios”, passou a ser anunciada, pelo poder público e por determinados setores da iniciativa privada, diante de uma situação considerada inédita, que dizia respeito à preparação e realização para os megaeventos. Em nome desse contexto, realçado como peculiar e excepcional, inúmeras intervenções foram implementadas e/ou projetadas para o estado, notadamente para a sede, Salvador.

A peculiaridade do contexto não é mera retórica. Ao menos nos últimos cinco anos, a capital baiana, assim como as outras sedes brasileiras, tem sido gerida a partir da estreita relação estabelecida com a FIFA, organizadora dos megaeventos Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014. De certa forma, a inquestionável adesão das cidades às exigências estabelecidas pela entidade pressupõe a compreensão socialmente construída de que os benefícios socioeconômicos resultantes do fato de sediar um acontecimento como as Copas são significativamente recompensadores.

Para tanto, a cidade precisa não só cumprir as obrigações estabelecidas, como também deverá apresentar-se nas condições atraentes e necessárias, ao ponto de conseguir captar o maior número de recursos e investimentos financeiros. Apesar de o megaevento apresentar uma estrutura padrão em todas as cidades-sedes, os recursos econômicos possivelmente angariados por cada sede não estão previamente definidos. Sendo assim, fecha-se o ciclo retoricamente lógico dos megaeventos: A excepcionalidade de toda política urbano/cultural implementada ou planejada para as cidades é sustentada na indispensável necessidade de elas representarem o caráter geral e padronizado do evento, ao mesmo tempo em que deverá expressar suas positivadas particularidades.

Em Salvador, uma das primeiras ações que diz respeito ao planejamento do Estado e da cidade para sediar os megaeventos (Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014) foi a elaboração e publicação do chamado Plano Diretor da Copa (PDC). Na ocasião, o Estado da Bahia, administrado pelo Governo de Jaques Wagner, gestão petista conquistada depois de décadas da famigerada “política carlista”, criava oficialmente também a SECOPA (Secretaria Estadual para Assuntos da Copa). Sob o slogan “Bahia, Terra de Todos Nós”, o Governo tentava conciliar a distinção entre sua forma política

de pessoas no município. Em milhões (R\$), o valor adicionado passou de 8.926 no ano de 1999 para 16.676 no ano de 2006. Quanto ao total de desembarques, além de terem sido sempre superiores aos embarques, o crescimento foi praticamente constante. Em 2000, houve cerca de 1.250.000 desembarques e em 2008 o total chegou a quase 2.500.000. Segundo dados da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR, 2011), no âmbito da região do Nordeste, a Bahia lidera o fluxo doméstico e internacional de turismo. Nacionalmente, em fluxo de turismo internacional, ocupa a 5ª posição, tendo em primeiro lugar São Paulo, seguido de RJ, SC e PR. No fluxo de turismo doméstico no Brasil, a Bahia fica em 4º lugar, atrás de SP, MG e RJ. Nessas condições, o Estado apresentou um fluxo global de 11.015.000 turistas.

(enunciada por alguns como de “esquerda”) e o “carlismo”¹¹⁶ (caracterizada pelo patrimonialismo e mandonismo, entre outras faces arbitrárias daquilo que pode se imaginar ser o oposto de uma política democrática), ao cumprimento das exigências da FIFA e dos patrocinadores oficiais.

O PDC (SECOPA, 2011), traz consigo uma significativa concepção sobre a cidade que se propõe construir especialmente para a realização das Copas. O subtítulo “*quando a estratégia entra em campo, a Bahia só tem a ganhar*”, contribui para demonstrar que a ideia de “planejamento” pautado para Salvador reflete um escopo de urbanismo forjado na formação de um *pensamento único* (ARANTES, 2009; VAINER, 2009).

No âmbito da linguagem, já seria suficiente questionar como a palavra “estratégia” e suas variações etimológicas aparecem 28 vezes em um documento que tem apenas 37 páginas, sendo algumas delas compostas exclusivamente por imagens. É possível pensar também que pelo exagero o termo se caracteriza muito mais como uma narrativa constituinte ao mito da oportunidade única do que como ação concreta e diferenciada, como se faz crer.

Segundo Otília Arantes (2009), ao consenso construído nessas aparentes novas formas de gestão urbana atribui-se o nome de “planejamento estratégico”. Conforme observa a autora, esse termo é anunciado como sinônimo de meritocracia e técnica indispensáveis para as novas demandas urbanas. Uma espécie de verdade absoluta ou

uma espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada (ARANTES, 2009, p. 13).

De fato, o que está implícito nessa conceituação é a inserção das cidades, ou necessidade desta, na corrida por mais investimentos financeiros estrangeiros e locais. No entanto, mesmo nessa perspectiva, não há nisso nenhuma grande novidade de contexto. A “engrenagem” é no máximo mais aceita e toma cada vez mais, de maneira deliberativa, a dimensão cultural como grande mote para o suposto desenvolvimento urbano e econômico:

¹¹⁶ A *política carlista* baiana diz respeito ao contexto histórico (décadas de 1990 e 2000) sob o qual Antônio Carlos Magalhães (PFL-DEM) teve pleno poder político em praticamente todo o Estado da Bahia. Com uma trajetória profissional política estreitamente ligada ao período militar, “ACM”, como era conhecido, forjou durante décadas um forte poder personalista e carismático em praticamente todo o estado, de tal forma que pela legitimação dicotômica, costumava-se dizer que, sobre ele, havia “amor” ou “ódio”. Depois de se tornar Ministro das Comunicações no Governo de José Sarney (1985-1990), ACM teria significativo peso em três eleições para governador da Bahia, ocasião em que os candidatos que ele apoiou venceram, Paulo Souto (1994 e 2002) e César Borges (1998), ambos do PFL, atual DEM.

Por que o novo planejamento urbano, dito estratégico (mesmo quando fica o dito pelo não dito), que se pretende novo ao menos em relação às intervenções pontuais do período anterior, e contrastante, por desenterrar e pelo menos reabilitar (noutra chave é claro) uma expressão derivada da falida “ideologia do plano”, não só relançou como manteve o foco na alegada dimensão cultural do impulso dito (também) historicista do paradigma prevalecente durante a fase de reação ao naufrágio histórico do Movimento Moderno? (ARANTES, 2009, p. 13).

O cerne da questão levantada pela autora é o descompasso entre a visão sistêmico-funcional e a fragmentação, que tem na dimensão cultural o elemento particularizador das cidades. É como se estivesse em cena, de uma vez só, o imponderável e a possibilidade de sua mensuração. Por um lado, tem-se tudo aquilo que pode ser caracterizado como cultura, em dinâmica e vida própria, potencialmente atraente para determinado consumo. Por outro, e de maneira indissociável, propõe-se planejar e gerenciar a dinâmica cultural de modo a ser capturado, reproduzido e preparado para o mercado. Não obstante, de acordo com a metáfora crítica proposta por Certeau (2011), de fato, a *cultura-ação* só poderia ser medida e definida mediante a ótica da *beleza do morto*, uma vez que, em si, ela não é autoral ou de propriedade específica. É desmedida no fluxo de sua própria construção. Sendo assim, segundo o autor, a cultura não deve ser concebida como mero produto, e embora não seja um fazer estático, sua ação é continuamente (re)definida nas atividades de apropriação e desapropriação mediada no fluxo dos grupos sociais inscritos por tensões e usos.

Na vida prática, a cultura é condicionada, e a condição se constitui por uma proliferação de ressignificações, razão pela qual a cultura é proposta no plural, na ótica *certeuniana*. No entanto, essa cultura tende a ser presa e transfigurada em um conjunto estático, suscetível a funcionar conforme a conveniência dos atores que a nomeiam, e por isso, deliberam sua *morte* (CERTEAU, 2011). Isso também pode ser observado nos chamados *Governos de Cultura* (HALL, 1997).

Segundo Hall (1997), desde a segunda metade do século XX, gradativamente a cultura foi se tornando central nas diversas dinâmicas sociais. Seja no âmbito empírico (*sentido substantivo*) ou conceitual e teórico (*sentido epistemológico*), ela vem sendo retomada significativamente como chave explicativa e concreta das sociedades contemporâneas. Com o declínio da produção industrial clássica e a emergência do mercado de serviços vinculados às atividades culturais, diversas instituições, inclusive o Estado, tem apostado na constituição e regulação de tudo aquilo que pode ser caracterizado como cultura, como meio de desenvolvimento econômico (HALL, 1997; FERREIRA, 2010).

Para Claudino Ferreira (2010), as cidades modernas sempre foram espaços privilegiados para a promoção de práticas culturais e artísticas. No entanto, ele (FERREIRA, 2010, p. 32) reconhece que o que há de novo é “a descoberta do papel instrumental que, no contexto de forte competitividade interurbana, a cultura pode desempenhar no âmbito de políticas de revitalização socioeconômica das cidades e de estratégias de marketing urbano”.

Todavia, inscrita de maneira central no fluxo de produção e consumo, a cultura mesmo que submetida a uma ordem global inicialmente homogeneizadora, é vinculada, não raramente, a determinadas diferenças locais:

a cultura global necessita da ‘diferença’ para prosperar – mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial [...] é portanto, mais provável que produza simultaneamente novas identificações globais e novas identificações locais do que uma cultura global uniforme e homogênea (HALL, 1997, p. 04).

Sendo assim, ainda que os megaeventos esportivos sigam uma lógica global do mercado, a forma como isso é assimilado localmente dependerá de uma série de fatores, tendo em vista a “geometria do poder” (MASSEY, 2000) dos espaços e dos atores em questão.

O *planejamento* pensado e anunciado sobre a cidade de Salvador, mediante o PDC (SECOPA, 2011), busca racionalizar a melhor forma de “fazer cidade” para o mercado. Sobre a expressão, Otilia Arantes (2009, p. 15) escreveu:

quando, nos dias de hoje, se fala de cidade (pensando estar ‘fazendo cidade’...), fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em requalificação, mas em termos tais que a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano – como queriam os modernos – para cair no vasto domínio *partout* do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados.

Para alguns autores (ARANTES, 2009; VAINER, 2009) não há de fato um novo urbanismo, mas a radicalização de um modelo anterior, inaugurado na década de 1960, especialmente nos Estados Unidos, onde e quando se concebia que “tudo é cultura”. Esse primeiro movimento foi intensificado de tal modo a presenciarmos a partir das últimas décadas do século XX, primeiramente nos países europeus, mas estendendo-se para a América Latina e outros continentes, uma espécie de “culturalismo de mercado”:

[...] a cultura – que nos primórdios da Era Industrial se cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado – ao tornar-se imagem, quer dizer, representação de sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente

de marketing numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos (ARANTES, 2009, p. 16).

Do ponto de vista institucional, o PDC tanto anuncia medidas oficiais, quanto chega a citar a necessidade de ele próprio se institucionalizar. Dessa forma, ele contém a primeira ação oficial da SECOPA, a partir do seu secretário Ney Campello, como também reúne informações básicas sobre o “Programa Copa 2014 na Bahia”, que, de fato, é o plano de ação do próprio PDC (Plano Diretor da Copa 2014 na Bahia).

No tópico “Conteúdo”, uma espécie de sumário, observam-se os seguintes itens, na respectiva ordem: - “APRESENTAÇÃO”; “GANHAR COM A COPA”; “INTRODUÇÃO”, com os subtópicos “O Programa Copa 2014 na Bahia”, “O Plano Diretor da Copa 2014 na Bahia (PDC)” e “Legados – uma oportunidade única para a Bahia”; “ESTRATÉGIA”, com o subtópico “Direcionadores estratégicos”; “MODELO DE GESTÃO”, com o subtópico “A governança”; “PORTFÓLIO DE PROJETOS”; “PLANO DE AÇÃO”; e por fim, “CONCLUSÃO”.

Nota-se como o item “Ganhar com a Copa” antecede a própria “Introdução”. A estruturação dele assemelha-se a uma espécie de prefácio que parece celebrar a realização da Copa no Estado. Demarca-se já nesse momento uma ação “estratégica” (assim descrita no próprio documento) do Estado, sob a qual se supõe um primeiro objetivo, “ganhar a Copa”. Todavia, lê-se simultaneamente que, com a Copa, espera-se dizer também que mais do que vencer o torneio mundial de futebol, vislumbra-se, oficialmente a partir desse “planejamento”, ganhar outros “benefícios” com o evento. Para tanto, subjaz a necessidade de “planejar” e “agir” “corretamente”, em parcerias, mas com cada parte efetuando o seu “papel”. Declara-se que

O outro legado de indiscutível repercussão se refere à compreensão do evento como fruto do diálogo entre os entes federativos, União, Estados e Municípios, posto que a Copa é, essencialmente, um acontecimento em regime de colaboração federativa. É o chamado Legado Institucional. A Bahia, por exemplo, contratou e elaborou o seu Plano Diretor da Copa através da Secretaria de Planejamento, em parceria com a Secretaria da Copa (SECOPA), demonstrando que o evento precisa estar integrado ao planejamento estratégico do Estado e arregimentar todos os órgãos sistêmicos de governo que possuam interface com a preparação e realização das competições. Dois são os grandes objetivos que almejamos alcançar com o Mundial de 2014. Ganhar com a Copa, objetivo que expressa a legítima paixão dos brasileiros pelo futebol, e ganhar COM A COPA, motivação

maior, em busca de oportunidades e benefícios que sejam internalizados à sociedade brasileira e baiana (SECOPA, 2011, p. 07-08).

Ainda no item “Ganhar com a Copa”, observa-se como a justificativa e contextualização dos ganhos de realizar o torneio mundial ocorre a partir de uma naturalização de um traço cultural que é a prática do futebol pelos brasileiros. Assim, a “euforia” popular crescente pela expectativa da realização do evento é abordada como “natural para um povo amante do futebol e cuja identidade quase se confunde com a prática desta modalidade esportiva, historicamente celebrada como um símbolo do orgulho nacional” (SECOPA, 2011, p. 07).

No entanto, na mesma declaração do Secretário Estadual para Assuntos da Copa, há o reconhecimento de que a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 é um evento privado que pertence à entidade internacional do futebol, a FIFA. Não há, nesse aspecto, nenhum constrangimento que se relacione ao fato de o poder público se empenhar, financeiramente inclusive, em viabilizar um acontecimento de propriedade privada. Pelo contrário, há uma reverência à entidade pela sua capacidade de gerenciamento e profissionalização, além de uma alusão direta à necessidade de se preparar, em vários aspectos, para poder atender às exigências requeridas por ela. Afirma-se assim que a FIFA

vem gerenciando o torneio mundial com crescente e invejável profissionalização, marcada pelo emprego de alta tecnologia aplicada a grandes espetáculos, serviços sofisticados de transmissão e exibição dos jogos, mobilização de grandes corporações patrocinadoras. Arenas esportivas com alto padrão de qualidade, conforto e segurança, obras de mobilidade urbana e acessibilidade, portos e aeroportos modernos e sustentáveis, rede hoteleira compatível são algumas das principais condicionantes requeridas pela entidade internacional do futebol (SECOPA, 2011, p. 07).

Nesse contexto, as cidades passam a ser anunciadas como os espaços mais adequados a recepcionar e prover todas as condições necessárias para a realização dos megaeventos. Não obstante, reside aí também parte da justificativa acionada para validar os recursos públicos despendidos na preparação e realização das Copas, conforme assevera Ferreira (2010, p. 41):

[...] o investimento público em projectos culturais emblemáticos, como grandes eventos e festivais ou equipamentos-âncora, é perspectivado como estratégia para o robustecimento dos tecidos culturais locais e, portanto, como elemento catalisador de iniciativas no âmbito das indústrias criativas.

Sendo assim, como uma espécie de troca justa, as cidades-sedes receberiam, segundo o depoimento contido no PDC, requalificações e revitalizações dos centros históricos, sustentabilidade ambiental, mobilidades urbanas, infraestrutura turística, etc. Não fica explícito, no entanto, como ao mesmo tempo em que elas precisam atender às exigências de infraestrutura adequada, elas “ganharão” o que oferecem. Afinal, quem financia e qual o papel que cabe às cidades nesse processo?

Para Vainer (2009), considerando que o cerne da questão é a construção do pensamento único que se apresenta como imperativo na forma de “fazer cidade”, o que se observa é um fluxo contínuo de inversão entre causas e efeitos. Nessa perspectiva, a cidade é “mercadoria”, mas também “empresa”, devendo, portanto, ser apropriada e rentabilizada por agentes internos e externos.

A nosso ver, em conformidade com a tese de Vainer (2009), o que faz esse processo ainda mais emblemático é analisar como este “projeto de fazer cidade” implica diretamente a reconfiguração prática do gerir as cidades em nome do imperativo capitalista regido pelo mercado, e sob o qual a *política*¹¹⁷ (RANCIÈRE, 1996), enquanto espaço de debate e (re)construção, tende a ser destituída.

À primeira vista, pode até parecer que, assim como certo ideário sobre a globalização, os megaeventos tende a se autonomizar nas cidades inscritas sob a lógica da servidão financeira (CEVASCO, 2010). Em oposição a essa aparência construída, João Whitaker Ferreira (2007) assevera que a globalização, sob esse aspecto da abertura dos mercados, mediante a flexibilidade das fronteiras transnacionais e do declínio do Estado-nação, é antes de tudo uma construção ideológica, que se valida como verdade natural do desenvolvimento das sociedades. Isso não significa que o autor não reconheça que exista uma reorientação concreta na ideia de Estado-nação, mas que, por assim dizer, o *descentramento do sujeito*, conforme identificou Hall (2006), não produz necessariamente a destituição completa da importância do Estado na lógica de produção capitalista.

Nessa perspectiva, proposta por Ferreira (2007), Arantes (2009) e Vainer (2009), na própria “Apresentação” é possível notarmos que o Plano Diretor da Copa 2014 na Bahia é de fato parte do *planejamento estratégico* do Estado. A ideia, apresentada como grande diferencial a ser alcançado, e forma de expressão da nova racionalidade aplicada ao gerenciamento das cidades, pauta-se numa transformação supostamente positiva entre a

¹¹⁷ A lógica das políticas implementadas nesse contexto, será mais bem analisada no tópico III.3.2 “Estatização Privada e Privatização Pública: “*Política às avessas*”?”, do presente trabalho.

primeira Copa realizada no Brasil, há mais de 50 anos, para “hoje”, quando, conforme o depoimento¹¹⁸ contido no PDC (SECOPA, 2011, p. 06):

o evento tomou proporções gigantescas, se profissionalizou e ganhou indiscutível sofisticação, demandando o rigoroso cumprimento de inúmeras exigências técnicas, estruturais, tecnológicas e de prazos determinados para a obtenção do sucesso em sua organização.

Isso aparece em seguida como justificativa para a implementação de um modelo de gestão e de Estado aptos a dar conta do evento. Tal feito deveria conciliar o uso da “estratégia” e de uma “visão de longo prazo focada nos benefícios esperados com a realização do evento”. Por fim, a conjugação de todos esses condicionantes geraria um impacto desejável não só para as cidades-sedes, mas sobretudo para o país. Afirma o Governador da Bahia no PDC (SECOPA, 2011, p. 06):

A Copa 2014 deve representar para o país investimentos previstos da ordem de R\$ 100 bilhões, em infraestrutura; participação média de 1% no crescimento do PIB no ano da Copa; recepção de aproximadamente seiscentos mil visitantes; criação de centenas de milhares de empregos; impacto no consumo e na ativação de vários setores da economia (infraestrutura, construção civil, entretenimento, hotelaria, mídia, logística, comércio e serviços em geral); além de projetar internacionalmente o país e os Estados-sede e elevar a autoestima do povo brasileiro.

A declaração sobre os impactos pode ser interpretada como um compromisso assumido e externalizado com as agências multilaterais, que, em tese, proveriam os financiamentos para as cidades-sedes. Nessa lógica, as cidades precisam se habilitar e se tornar competitivas. Ao vislumbrarem alcançar o status de *cidade modelo* (SÁNCHEZ, 2001), devem acionar todos os recursos necessários e possíveis. A própria referência à autoestima citada já no final do trecho destacado, insere-se no modo funcional à ordem da gestão urbana, que, mediante a construção da *cidade-pátria*¹¹⁹ (VAINER, 2009), busca, através de um trabalho de fomento ao pertencimento e vinculação ao lugar, criar uma identificação dos moradores com suas cidades. Conforme Vainer (2009), isso é mais uma das condicionantes para o “sucesso” da operação que atrairia investimentos internacionais para as cidades competitivas.

¹¹⁸ O trecho citado está assinado no próprio documento como uma declaração do Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner.

¹¹⁹ A noção de “cidade-pátria” compõe a tríade (cidade-mercadoria; cidade-empresa; cidade-pátria) das categorias analíticas formuladas por Carlos Vainer (2009), que em estreita relação entre si, expressariam a dinâmica sob a qual as cidades, inscritas na “onda” dos supostos “novos” projetos urbanos são apresentadas e disponibilizadas pelos governos locais aos credores externos.

O papel cabível ao Estado, portanto, seria justamente esse que o poder público da Bahia estaria já a fazer, no qual o

[...] modelo de governança, construído a partir da diretriz que classifica a Copa do Mundo como prioridade da ação governamental, tem como fim precípua assegurar o pleno êxito na realização dos eventos esportivos, por meio da coordenação e articulação das ações e projetos entre os setores público e privado (SECOPA, 2011, p. 06)¹²⁰.

Todavia, para o Estado, o cumprimento da função de agente viabilizador do evento, não descarta o processo de *concorrência intercity e competição interurbana* (HARVEY, 1994; FORTUNA, 1997). Pelo contrário, torna-se ele, simultaneamente, negócio e negociador. Trata-se de uma espécie de *Estado delivery*, conforme aludiu Leda Paulani (2008)¹²¹, ao analisar que a partir de um projeto nacional inconcluso, o país passou a ser rapidamente colocado à venda, mediante uma anunciada excepcionalidade, na ocasião contextualizada pela chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. Sendo assim, entre o quadro geral apresentado e legitimado, impõe-se também, para o Estado, a necessidade de anunciar aquilo que particularmente poderia caracterizar o seu lugar, de modo a elevar sua potencialidade “atrativa”. Nessa perspectiva, a ideia lançada para o Estado da Bahia, e por extensão à cidade de Salvador, é que ela é o símbolo único do “berço da civilização brasileira”:

Ganhar a copa e ganhar com a Copa são os desafios postos para o país do futebol. E fazer da Bahia uma sede exemplar, aproveitando a nossa natural vocação hospitaleira, é o lugar que nos reserva a condição de berço da civilização brasileira (SECOPA, 2011, p. 06).

No contexto dos megaeventos, a naturalização de elementos, no máximo, culturais, tem sido uma das principais características das políticas urbano/culturais na cidade de Salvador. No entanto, conforme discutimos, a escolha da “cultura” como aspecto central de exploração nessas novas formas de gestão urbana não é necessariamente algo novo (HALL, 1997; FERREIRA, 2010), mas um dos principais aspectos capitalizados para os investimentos

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Na obra *Brasil Delivery* (2008), Paulani reuniu alguns textos autorais para explicar como a partir da chegada do PT à Presidência da República (2002), passamos a construir um quadro, mediante a excepcionalidade política desse partido no poder federal, que culminou na intensificação e consolidação das políticas neoliberais no Brasil. Ao tratar a macroeconomia por um viés ortodoxo, entre o “certo” e o “errado”, validaram as medidas de reajuste fiscal, juros alto e contenção de investimentos em nome de um “próximo passo”, nunca dado conforme o prometido. Ao contrário, operou-se durante as duas gestões do Governo Lula o estabelecimento da ordem do mercado financeiro, sob o qual o país tornou-se rapidamente moeda de troca para os credores internacionais. Daí a ideia de pensar o Estado enquanto *delivery*, um grande negócio que gerencia negócios, e não mais um Estado comprometido com as necessidades das classes menos abastadas.

turísticos. Para Gagliardi (2009), o turismo historicamente se constituiu como atividade pedagógica vinculada à “alta cultura” e sofreu significativas reapropriações a partir da ingerência do lazer, como modelagem de seu planejamento. Segundo a autora, ainda que se considere que é necessário analisar a ideia de turismo sem condenações fatalistas, observa-se claramente que durante o século XX, o turismo tornou-se estreitamente vinculado a empreendimentos (planos e intervenções urbano/culturais) regidos pela ótica do mercado. Sendo assim, tornou-se um grande negócio, alvo de capitalizações desenvolvidas em relações estreitas entre o poder público e privado.

Nesse sentido, é possível analisarmos que o Programa Copa 2014 na Bahia foi, além de parte do conjunto de ações¹²² previstas para o PDC (SECOPA, 2011), uma espécie de resposta às exigências internacionais, especificamente aos credores e agências multinacionais de financiamento. Ao todo, 35 objetivos foram especificados pelo Programa Copa 2014 na Bahia. São eles: *1.1.1. Garantir alinhamento entre o planejado e o realizado na condução do Programa Copa 2014 na Bahia; 1.2.1. Possibilitar a condução do Programa Copa 2014 na Bahia; 2.1.1. Garantir a alocação de recursos financeiros nos projetos prioritários, alinhados aos critérios de condução do Programa Copa 2014 na Bahia para todos os investimentos públicos; 3.1.1. Publicizar os resultados do Programa Copa 2014 na Bahia aos principais envolvidos; 3.2.1. Avaliar os ganhos e benefícios alcançados com o Programa Copa 2014 na Bahia; 3.3.1. Publicizar os resultados à sociedade civil; 4.1.1. Assegurar a comunicação e o alinhamento das diretrizes entre as instâncias federal, estadual, municipal e FIFA/COL*; Até esse item, os propósitos elencados dizem respeito basicamente à necessidade de “integração” entre as instituições do poder público nos mais diversos âmbitos (municipal, estadual e federal). O papel executor se alinha ao fiscalizador e desemboca na necessidade declarada de publicitar as ações produzidas, talvez como forma de cumprir o ofício da transparência pública das ações do Estado, mas também como mecanismo de legitimação social, a despeito das intervenções que o Programa postula para o Estado da Bahia.

Nos objetivos seguintes, com a credibilidade mínima supostamente conquistada, as atribuições passam a discorrer sobre a necessidade de realizar parcerias de cooperação técnica (notadamente com instituições privadas). A criação de um ambiente de identificação local é parte da mobilização da população local, que praticamente todos os planos estratégicos postulam ser importante criar. Afinal, a expectativa estimada é que a realização das Copas deve impactar extraordinariamente (para o bem ou para o mal) na vida urbana local, nos mais

¹²² O referido Programa é de fato o primeiro documento oficial produzido pela SECOPA, que se relaciona estreitamente ao previsto no PDC.

diversos segmentos, do trabalho (ou promessa de emprego) até a própria autoestima (o que também se costumou chamar de “capital humano potencializado”). No mais, a rigor, objetiva-se seguir praticamente as exigências formais que as organizações internacionais (como a FIFA) fazem, além do provimento, ao menos narrativo, das condições básicas para atratividade de investidores estrangeiros.

Dessa maneira, no PDC (SECOPA, 2011), assevera-se: **4.2.1. Criar parcerias por meio de cooperação técnica;** **4.3.1. Mobilizar a população local para o megaevento;** **5.1.1. Implantar os projetos / programas no prazo esperado;** **5.2.1. Implantar os projetos / programas no custo programado;** **5.3.1. Garantir a qualidade esperada pela FIFA/COL;** **6.1.1. Maximizar o número de profissionais capacitados;** **6.2.1. Maximizar a geração de trabalho, emprego e renda antes, durante, e após o evento;** **6.3.1. Elencar os projetos/programas prioritários para a infraestrutura básica necessária;** **6.3.2. Investir na rede hospitalar no âmbito de impacto do megaevento;** **6.3.3. Melhorar os índices de desempenho de segurança pública;** **6.4.1. Elencar os projetos/programas prioritários para o desenvolvimento turístico;** **6.4.2. Impactar o setor turístico;** **6.5.1. Elencar os projetos/programas prioritários para o transporte urbano;** **6.6.1. Elencar os projetos/programas prioritários para a regeneração urbana;** **7.1.1. Proporcionar aos municípios que compõem o Plano de Interiorização parte dos benefícios previstos com a Copa;** **7.2.1. Proporcionar aos municípios que compõem o Plano de Interiorização uma alavancagem do setor turístico por meio da Copa;** **8.1.1. Maximizar a implantação do Plano Nacional de Banda Larga no Estado da Bahia;** **9.1.1. Definir quais as áreas serão protegidas;** **9.2.1. Identificar quais programas aplicam o princípio dos Rs (Redução, Reuso e Reciclagem);** **9.3.1. Fomentar a obtenção de declarações de sustentabilidade dos empreendimentos em cada obra de grande porte;** **9.4.1. Definir os projetos/os programas que irão compensar gases de efeito estufa;** **9.4.2. Avaliar a compensação dos gases de efeito estufa;** **9.5.1. Definir as áreas a serem recuperadas;** **10.1.1. Manter-se em conformidade com a política de marketing estipulada pela FIFA/COL;** **11.1.1. Promover a inclusão social de crianças e jovens por meio da prática e do envolvimento com o futebol;** **11.2.1. Apoiar a modernização da infraestrutura esportiva existente no Estado da Bahia;** **11.3.1. Apoiar os clubes de futebol do Estado da Bahia no aumento da receita proveniente do futebol profissional;** **11.4.1. Aumentar a eficiência e a redução de custos na manutenção dos equipamentos esportivos de gestão pública (grifos nossos).**

Não obstante, os objetivos listados refletem compromissos formais estabelecidos, mas também podem se constituir como promessas falaciosas. A esse respeito, é curioso observar como ao final dos itens listados, há uma imagem repleta de fitas do Senhor do Bomfim, tradicionalmente comercializada como símbolo de fé e esperança. A princípio, poder-se-ia considerar que a inserção de pautas vinculadas a infraestrutura básica e melhoria na segurança pública contemplam anseios locais, embora sejam também alguns dos aspectos que demonstram os requisitos internacionalmente exigidos. Não por acaso, o compromisso é constantemente reiterado com declarações que referendam as entidades paraestatais: “O governo da Bahia não tem medido esforços para garantir um planejamento adequado das ações necessárias para a realização do megaevento Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil” (SECOPA, 2011, p. 11). O intuito declarado é, na mesma lógica, uma espécie de “ironia objetiva” (ARANTES, 2009), que, apesar de realizar aparentemente aquilo que diz fazer, o faz objetivando outros fins.

Apesar de o PDC ser anunciado como grande produto meritocrático da administração pública, concretamente o que tem sido possível observar é que ele se forjou como demarcação publicitária que objetiva cumprir o papel do poder público frente à entidade organizadora, a FIFA. Mediante efeitos apresentados como causas, e vice-versa, pleiteiam-se validações e legitimações políticas e econômicas para a realização dos negócios. Nessa perspectiva, assevera-se que “a Copa articula e integra diferentes organismos, públicos e privados, fomentando o diálogo interinstitucional, resultando em maior eficiência, melhor alocação de recursos e consequentemente melhores serviços prestados à população” (SECOPA, 2011, p. 37).

A consequência passa a ser apresentada, por fim, como autoevidente, na mesma lógica que a relação entre poder público e privado é anunciada com a parcimônia celebrativa de um positivo “diálogo interinstitucional”. Um evento de propriedade privada, no qual ao Estado cabe o papel de mediador, colocando-se como competente na justa medida de negócio que gerencia negócios (PAULANI, 2008), ou, no máximo da sinceridade, trata-se, enfim, de “um evento com caráter de Estado, proporcionando o mais amplo regime de colaboração entre governos e sociedade” (SECOPA, 2011, p. 37). Conforme bem asseverou o pesquisador Carlos Vainer (2008), a “cidade mercadoria”, “cidade empresa” e “cidade pátria” se articulam e se complementam dentro dos discursos ideológicos dos planejamentos estratégicos. Para tamanho feito, é imprescindível tratar a cidade e os cidadãos como objeto, sujeito e subjetividade coletiva suficiente. Logo, não raramente vem à tona as narrativas de integração

de tudo e todos, como se as hierarquias, diferenças e desigualdades simplesmente desaparecessem, como em um passe de mágica.

Ao longo de todo o PDC, a ideia de “estratégia” foi acionada de modo múltiplo, mas sempre com conotação positiva. “Estratégia” para gerar legados; “Estratégia” para gerar mercados e “Estratégia” para gerar novos papéis ao Estado. Apesar de o “legado” ser retomado como dimensão central, na qual todas as outras devem chegar, é o discurso da “estratégia” que permitiria isso. Somente por apresentar racionalmente um Estado diferenciado para um contexto peculiar, de “oportunidade única”, é que a Bahia e Salvador teriam a “Ganhar com a Copa”.

Portanto, diante de todos os aspectos que foram descritos e observados aqui, em relação ao Plano Diretor da Copa 2014 na Bahia, analisamos que se trata de uma grande matriz gerencial para os megaeventos, caracterizada, no entanto, muito mais enquanto um produto de cumprimento do exigido pela “corrida por investimentos”, do que a um laudo técnico urbanista. Mais próximo, então, de um documento de marketing ou produto publicitário, foi explicitado o papel do Estado no gerenciamento público local (no âmbito do Governo Estadual) das demandas privadas da FIFA. O que, em certa medida, pode ser visto como uma inversão entre público e privado, uma vez que ao primeiro coube o papel de empresa competente e ao outro, os investimentos e legado socioeconômico.

As relações entre os poderes público e privado, *em tempo de Copa*, tem se tornado ainda mais problemática na cidade de Salvador. A polêmica dessa vez tem como protagonistas instituições públicas que são observadas criticamente como representantes de interesses privados. A situação diz respeito ao mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei (Adin) de Ordenamento do Uso e Ordenamento do Solo (LOUOS) e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), para a Copa de 2014, e a “solução jurídica” encontrada na Modulação de Efeitos.

Para entendermos melhor a questão, é necessário retomar o processo em sua origem. No cumprimento federal, previsto no Estatuto da Cidade (2001), em 2008 foi aprovado o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano), sob a Lei nº 7.400/2008 do município de Salvador, atendendo¹²³, em tese, a algumas regulamentações tanto do Estatuto da Cidade,

¹²³ A falta de mecanismos viabilizadores de maior democratização no âmbito das decisões legislativas sobre a cidade, como os conselhos municipais da cidade e a consequente ausência de participação popular, já vinha sendo, desde 2008, ponto alvo de muitas críticas. Entidades que compõem o chamado “Fórum A Cidade Também É Nossa”, criado em 2007 e constituído atualmente por 40 organizações que vão desde o CREA-BA, a Apub (Associação dos Professores Universitários da UFBA), até a Creneb (Conselho Regional de Medicina da Bahia), alegam que até hoje não houve participação popular nas decisões sobre as políticas urbanas na cidade de Salvador. Todavia, consideram ainda mais grave as leis que pretendem revisar o Plano Diretor aprovado em

quanto da Constituição de 1988, a partir da indicação fundamental da “função social da cidade”, inserida no capítulo de Política Urbana.

No entanto, com a emergência dos megaeventos, em 2011, no segundo mandato do prefeito João Henrique (PMDB), foram aprovadas, em sessão adiada de junho para 11 de dezembro, uma nova LOUOS e a lei que revisava o PDDU 2008. Na brevidade do recesso natalino e praticamente nos últimos 15 dias de vigência da gestão de João Henrique, ficaram alteradas duas legislações que regulamentam diretamente as intervenções urbanas na cidade de Salvador.

Uma série de críticas e denúncias se sucederam a esse fato, tendo como ponto comum a excepcionalidade e arbitrariedade que se apresentava na gestão municipal, *em tempo de Copa*. Com efeito, o Ministério Público da Bahia, através do procurador-geral Wellington Lima e Silva e do promotor Paulo Modesto, entrou com uma ação judicial que pleiteava a inconstitucionalidade das leis referidas.

Em 2013, primeiro ano da gestão municipal de Antônio Carlos Magalhães Neto¹²⁴ (DEM), especificamente no dia 02 de janeiro, em face da polêmica situação, o então prefeito decretou a revisão imediata do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano e da Lei de Ordenamento e Uso do Solo Urbano. Na redação expressa diretamente da chefia do gabinete do Prefeito, observam-se as seguintes justificativas e encaminhamento:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista que as controvérsias suscitadas em torno do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano - PDDU e da Lei de Ordenamento e Uso do Solo Urbano - LOUOS **têm acarretado insegurança jurídica** para os investidores e para a gestão da Cidade; considerando que a definição desses instrumentos é essencial ao ordenamento do pleno desenvolvimento das funções da cidade e da propriedade urbana, consoante as diretrizes do Estatuto da Cidade, estabelecido pela Lei Federal nº 10.257/2001, DECRETA:

Art. 1º Fica determinado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Transportes promover estudos, por intermédio da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município - SUCOM, **no prazo de 120 (cento e vinte) dias, visando a revisão do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano e da Lei de Ordenamento e Uso do Solo Urbano, propondo as adequações que se fizerem necessárias.**

Art. 2º Para cumprimento do disposto neste ato, fica o Secretário Municipal de Urbanismo e Transporte autorizado a constituir comissões temáticas,

2008 e a LOUOS, como medidas inconstitucionais, privilegiando específicos setores privados da construção civil e do mercado de turismo, estreitamente relacionados com o contexto dos megaeventos (A CIDADE TAMBÉM É NOSSA, s.d.). Disponível em: <<http://acidadetambemenossa.wordpress.com/>>. Acessado em 05/04/2014.

¹²⁴ Como o próprio nome faz alusão, Antônio Carlos Magalhães Neto, ou simplesmente ACM Neto, como é popularmente conhecido, é herdeiro de uma das principais famílias e histórias políticas da Bahia.

inclusive com a participação de representantes de associações profissionais e da sociedade civil, e audiências públicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação¹²⁵ (LEIS MUNICIPAIS, grifos nossos).

Vale destacar como a principal alegação do prefeito, ordenando a ação excepcional do Secretário Municipal de Urbanismo e Transporte, José Carlos Aleluia Costa, baseava-se na vulnerabilidade das leis aprovadas em 2012, no que textualmente se refere como “insegurança jurídica”. Em nenhum momento se observa menção às críticas e aos impactos sociais que as regulamentações nos termos em que foram aprovadas causariam para a cidade.

Em maio de 2013, antes mesmo do prazo de 120 dias estipulados pela prefeitura para a revisão dos pontos de inconstitucionalidade das referidas leis, o então prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto formalizou um acordo com o procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva, quanto à polêmica ação de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público Estadual. Basicamente, o teor do acordo foi extrair os aspectos mais atingidos pela Adin¹²⁶, como, por exemplo, a criação das ZEIS (Zonas de Especial Interesse Social). Segundo as declarações do prefeito, essa medida protegeria determinadas localidades da ação de especulação imobiliária. Além disso, afirmou ACM Neto:

Teremos também um rigoroso critério de análise, avaliando o sombreamento, os impactos ambiental, social, econômico. Esse é um compromisso que eu sempre assumi com a cidade. Queremos preservar a riqueza natural. Tenho, particularmente, uma preocupação muito grande com a orla. Não vamos autorizar nenhum empreendimento que possa descumprir essas regras¹²⁷.

Do ponto de vista jurídico, o acordo diz respeito a uma ação de Modulação de Efeitos¹²⁸, quando as partes envolvidas assumem o compromisso de reparar parcialmente, em

¹²⁵ Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2376/23761/decreto-n-23761-2013-determina-a-revisao-do-plano-diretor-do-desenvolvimento-urbano-e-a-lei-de-ordenamento-e-uso-do-solo-urbano-2013-01-02.html>>. Acessado 28/11/2013.

¹²⁶ Refere-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade.

¹²⁷ Entrevista publicada no endereço eletrônico do Jornal Tribunal da Bahia. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/05/02/prefeitura-de-salvador-o-ministerio-publico-assinam-acordo-sobre-pddu>>. Acessado em 28/11/2013.

¹²⁸ A modulação é um instrumento jurídico que tem como objetivo flexibilizar e garantir a efetividade provisória de determinados pontos da lei, mesmo esta tendo sido considerada inconstitucional.

um determinado tempo, aspectos aferidos como inconstitucionais. Desse modo, tanto o PDDU, quando a LOUOS de 2012, poderiam continuar a ter validade, sendo apenas suspensos temporariamente específicos pontos.

A audiência que julgaria a situação ocorreria em julho de 2013, mas foi adiada, culminando na possibilidade de inserção do pedido de Modulação de Efeitos ao processo¹²⁹. Alguns meses depois, na manhã do dia 14 de outubro de 2013, ocorreu o julgamento da Adin, seguido da apreciação do pedido de Modulação de Efeitos. Por 30 votos a 2, a corte decidiu pela inconstitucionalidade das leis do PDDU de 2012 e da LOUOS, mas aderiu parcialmente¹³⁰ ao pedido de Modulação de Efeitos. No entanto, logo depois, o desembargador Clésio Rosa pediu vistas do pedido de modulação da LOUOS e do PDDU, adiando o julgamento.

Por fim, em 12 de fevereiro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia apreciou e acolheu o referido pedido de modulação de efeitos¹³¹. Com isso, ficaram temporariamente suspensos alguns pontos do plano diretor, ao passo que se legalizou o restante das regulamentações que diziam respeito ao ordenamento da cidade.

¹²⁹ Em nota pública, o **Ministério Público do Estado da Bahia** tentou esclarecer que o Tribunal de Justiça adiou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sem maiores prejuízos ao caso. O que estava em questão era a tentativa de afirmar que não houve nenhum favorecimento ilícito do adiamento, frente ao pedido de Modulação de Efeitos formulado pelos próprios autores da ação (Prefeitura Municipal de Salvador e o procurador-geral Wellington Lima e Silva e o promotor Paulo Modesto, do MP-BA). Disponível em: <<http://www.mpba.mp.br/visualizar.asp?cont=4707>>. Acessado em 28/11/2013.

¹³⁰ Segundo as informações veiculadas em jornais locais do estado da Bahia, “De acordo com o TJ-BA, o relator do processo deferiu parte da modulação para permitir, por exemplo, a construção do Centro Administrativo Municipal e da Linha Viva, além da exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança para novas edificações pelo prazo de 12 meses ou até que seja editada nova lei”. Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/bahia/noticia/2013/10/lei-do-pddu-e-lous-e-votada-como-inconstitucional-por-30-votos-contra-2.html>>. Acessado em 28/11/2013.

¹³¹ “A modulação permitirá que alguns dispositivos das leis, que foram declaradas inconstitucionais em outubro do ano passado, vigorem temporariamente, até edição de uma nova lei, que deve ser elaborada respeitando o devido processo legislativo especial, a participação popular e a realização de estudos técnicos necessários. Vinte e sete desembargadores acompanharam o entendimento do relator do processo, desembargador José Edivaldo Rotondano, que votou no sentido de deferir parte da modulação requerida, permitindo apenas a vigência dos itens relacionados à exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança para novas edificações e a construção do Centro Administrativo Municipal e da ‘Linha Viva’, e mais dois desembargadores votaram por uma modulação ainda mais ampla, assegurando o quorum necessário de 2/3 para aprovação da proposta de modulação, conforme informação do assessor especial da Procuradoria-Geral de Justiça, promotor de Justiça Paulo Modesto” (SINDUSCON, s.d.). Disponível em: <http://www.sinduscon-ba.com.br/noticias/prg_not_exi.cfm/1CFD0BCB/tj-acolhe-pedido-do-mp-e-modula-efeitos-da-louos-e-pddu>. Acessado em 05/03/2014.

Para além do debate jurídico, argumentamos aqui que, embora essa medida jurídica preceda o contexto dos megaeventos, foi *em tempo de Copa* que ela pôde ser agilmente acionada de modo a garantir todo o caráter maior que inscreve a cidade de Salvador na preparação e realização da Copa do Mundo 2014 da FIFA. Apesar de a maioria das entidades que compõe os Amigos da Corte (*amicus curiae*¹³²) declararem posicionamento contrário à Modulação de Efeitos, o resultado efetivamente atendeu aos interesses mais imediatos da cidade para a Copa, sempre anunciada na suposta égide do maior desenvolvimento socioeconômico local.

De maneira geral, a dimensão econômica tem sido um dos principais aspectos acionados na construção das narrativas sobre o legado esperado para as cidades-sedes dos megaeventos. Até antes da inauguração da Arena Fonte Nova, a SECOPA apresentava oficialmente, para a construção da obra, uma estimativa de investimentos na ordem de R\$ 591 milhões, sendo aproximadamente 68% ofertado pelo Estado junto ao BNDES, e o restante de capital privado. Segundo a mesma Secretaria de Assuntos Especiais da Copa na Bahia, para o âmbito da mobilidade urbana, ter-se-ia “liberado R\$ 567,7 milhões do Governo Federal para a implantação de corredores de transporte metropolitano de alta capacidade com veículos sobre pneus, na RMS, entre Lauro de Freitas e Salvador que serão contratados pelo Governo do Estado da Bahia.”¹³³.

Todavia, cerca de sete meses depois, já se tornava manchete jornalística um imenso corte no orçamento previsto às obras de mobilidade urbana em Salvador. A redução foi de 96% de janeiro de 2010 até 2013¹³⁴. O suposto grande legado para a mobilidade urbana da cidade foi transferido para a finalização das obras do metrô, iniciadas em 1997 e até então não finalizadas. No entanto, o projeto previsto para esse fim tornou-se praticamente indiferente à Copa, na medida em que foi apresentado um prazo de conclusão para 2017. A previsão de início era para outubro de 2013, mas até os primeiros meses de 2014, não tinha sido iniciada a

¹³² “Os Amigos da Corte são formados por sete entidades, onde cinco são contra a modulação, na forma como ela foi apresentada. São elas a Federação das Associações e Bairros de Salvador, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-BA), o Sindicato dos Arquitetos da Bahia, Sociedade Brasileira de Urbanismo e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Também participam do julgamento na condição de amigos da corte a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Bahia (OAB-BA), e a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi). Ambas são favoráveis à modulação. Para a Ademi-BA a lei é constitucional” (UOL PORTAL A TARDE ECONOMIA, s.d.). Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/materias/1540877-justica-declara-inconstitucionais-louos-e-pddu-de-salvador>>. Acessado em 28/11/2013.

¹³³ SECOPA. Disponível em: <<http://www.secopa.ba.gov.br/pt-br/projetos-prioritarios/mobilidade-urbana>>. Acessado em 13/01/2013.

¹³⁴ UOL ESPORTES. Disponível em: <<http://viniciussegalla.blogosfera.uol.com.br/2013/08/09/obras-do-legado-da-copa-na-ba-tem-corte-de-96-e-ficam-restritas-a-entorno-da-fonte-nova/>>. Acessado em 12/08/2013.

obra. Com o atraso e a redução no orçamento previsto, o desfecho acabou sendo a inauguração de apenas um trecho de 4 km de transporte metroviário. De qualquer forma, como nessas situações o que menos é levado em conta é a relação entre projeto e resultado, a ação acabou sendo retoricamente incorporada nas narrativas sobre *legado*, no âmbito específico de “mobilidade urbana”. O então metrô, com percurso extensivo de 4 km, acabou sendo inaugurado durante o mês da Copa de 2014, contando com a presença de várias autoridades públicas, inclusive a Presidente da República.

Enquanto alguns orçamentos foram contingenciados e reduzidos, outros foram significativamente alargados. Depois da reforma do estádio da Fonte Nova, um dos principais complexos poliesportivos da Bahia, foi enfim transformado na Arena Fonte Nova. O gasto calculado ultrapassa significativamente a ordem de valores prevista inicialmente pela SECOPA. De R\$ 591 milhões para R\$ 1,5 bilhão para o Estado da Bahia ao longo de 15 anos, apenas para a construção da Arena Fonte Nova. Em uma das manchetes jornalísticas publicadas sobre essa questão, no ano de 2013, afirma-se: “Fonte Nova deixa Salvador órfã de ginásio e piscina”¹³⁵. A faraônica obra do novo estádio, denominada imponentemente de Arena, ocorreu em detrimento da destruição do ginásio poliesportivo, da pista de atletismo e da piscina olímpica. Como a previsão de construção dessas três praças esportivas, orçada em R\$ 12 milhões, estão atrasadas em mais de 3 anos, espera-se uma maior saída de atletas do Estado para outras regiões do país, em virtude, inclusive, da necessidade de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016. Segundo o depoimento do presidente da Federação Baiana de Atletismo, Robson Meneses, o horizonte de trabalho estipula a conclusão dessa infraestrutura mínima para 2020¹³⁶. Ainda assim, na emergência da inauguração da Arena, feita em 07/04/2013, algumas notícias oficiais foram divulgadas, tentando expressar o ganho socioeconômico da obra para médios e pequenos comerciantes¹³⁷, em contraponto às críticas feitas à atenção, no mínimo secundária, despendida para a infraestrutura de outros esportes. Contudo, assim como todas as outras implicações da reforma, inclusive o imenso gasto público com a obra, a ação foi enormemente justificada em nome do suposto consenso técnico

¹³⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/12/1389251-fonte-nova-deixa-salvador-orfa-de-ginasios-e-piscina.shtml>>. Acessado em 20/02/2014.

¹³⁶ Depoimento disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/12/1389251-fonte-nova-deixa-salvador-orfa-de-ginasios-e-piscina.shtml>>. Acessado em 20/02/2014.

¹³⁷ PORTAL DA COPA. “Construção da Arena Fonte Nova gerou negócios para pequenos empresários baianos”. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/construcao-da-arena-fonte-nova-gerou-negocios-para-empresarios-baianos>>. Acessado em 05/05/2013.

e pretensiosamente popular. A Arena seria mais uma parte do *legado* deixado pelos megaeventos nas cidades.

Também em 2013, no dia 7 de outubro, foi anunciado o projeto de requalificação da orla de Salvador. A intervenção total, que está dividida em nove trechos (São Thomé de Paripe, Tubarão, Ribeira, Barra, Jardim de Alah/Armação, Rio Vermelho, Boca do Rio, Piatã e Itapuã), prevê¹³⁸ um investimento aproximado de R\$ 111 milhões. Os recursos teriam fontes compartilhadas entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal, através do Ministério do Turismo. De fato, a intervenção foi apresentada como uma política de turismo que visava preparar ainda mais a cidade para o contexto dos megaeventos. Mesmo com a declaração do prefeito em destacar que o projeto prevê obras para toda a cidade, incluindo os subúrbios, como São Thomé de Paripe e Tubarão, é notório observar que mais de 50%¹³⁹ dos investimentos previstos para os nove trechos inscritos na revitalização anunciada foram destinados para a Barra, local escolhido para as obras começarem. A execução também foi feita pela Construtora Odebrecht, responsável pela construção da Arena Fonte Nova. Entre os pontos destacados, estavam as construções de novas calçadas, iluminação, e piso compartilhado, com alguns trechos destinados exclusivamente para pedestres e ciclistas, sendo proibida a passagem de veículos motorizados.

A prioridade atribuída à região da Barra pode ser interpretada como uma escolha *estratégica* de tornar a cidade de Salvador ainda mais atrativa, *em tempo de copa*, e na emergência da realização do Carnaval de 2014, festa tradicional e há mais de três décadas bastante relevante para a economia turística da capital baiana. A estetização e os investimentos promovidos, mesmo com origem na intervenção urbanística, pretendem, especialmente, lançar Salvador no estatuto de *cidade modelo* (SÁNCHEZ, 2001) para o lazer e o turismo cultural. Nesse sentido, inserem-se as ações promovidas no Pelourinho, ainda em 2010, que teve as fachadas das casas e dos casarios abandonados e/ou fechados, pintados na brevidade da realização do carnaval daquele ano. 56 residências (citadas como “casarões”)

¹³⁸ SEFAZ. Disponível em: <<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias-home/193-noticias/823-prefeitura-assina-ordem-para-requalificacao-da-barra>>. Acessado em 20/10/2013.

¹³⁹ Segundo matéria oficial, a revitalização na Barra conta com um investimento total de R\$57.705.106,00 (SEFAZ, s.d.). Disponível em: <<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias-home/193-noticias/823-prefeitura-assina-ordem-para-requalificacao-da-barra>>. Acessado em 20/10/2013.

foram “revitalizadas”, em uma parceria do Governo do Estado com a empresa Coral Tintas¹⁴⁰. No entanto, efetivamente, o que se observou foi apenas a pintura das fachadas. Em 2009, outras 60 casas foram pintadas, com diversas cores fortes, quando se previa chegar a mais de 80 residências pintadas em 2010. Tais ações, junto à ideia de uma nova iluminação pública para a localidade, eram aspectos anunciados como medidas fortalecedoras para a imagem de cidade alegre e multicultural.

Cerca de três anos depois, no contexto mais iminente dos megaeventos, a revitalização da Barra foi a política urbano/cultural da vez. Segundo uma das primeiras declarações do prefeito ACM Neto, quando informou oficialmente que os festejos do final do ano de 2013 não seriam mais no Farol da Barra, não nos causou mais dúvidas de qual seria a prioridade no uso desses espaços:

Nós não podemos realizar nenhuma festa lá na Barra por conta das obras de requalificação da região. Nossa prioridade é o carnaval de Salvador em 2014. A decisão de não fazer a festa no local foi tomada há 60 dias, desde que iniciamos o projeto de requalificação na Barra. A festa está prevista para acontecer ou no Jardim de Alah ou na Praça Cairu, no Comércio da capital¹⁴¹.

A revitalização da orla foi dividida em dois pontos. O primeiro deveria ficar pronto até fevereiro, para a realização do Carnaval de 2014. O outro, para junho, antes da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Ambos não foram plenamente finalizados nas datas previstas. Até mesmo durante os dias da Copa, o uso dos espaços precisou ser conciliado com os trechos das obras ainda inacabadas até junho de 2014. Mas o atraso nas intervenções urbanas nem sempre significam somente algum problema no planejamento e execução das obras. Em alguns casos, partes das intervenções são efetivamente realizadas na iminência dos acontecimentos, pois caracterizam-se pelo imediatismo e superficialidade, conforme a política da *maquiagem urbana*¹⁴² que subscrevem.

Na requalificação da orla na cidade de Salvador, apesar dos dois grandes eventos (Carnaval e Copa do Mundo da FIFA 2014) estarem estreitamente ligados, curiosamente,

¹⁴⁰ “FACHADAS DE MAIS DE 50 CASARÕES SÃO REVITALIZADAS NO PELOURINHO” (SECOM, s.d.). Disponível em: <<http://www2.secom.ba.gov.br/noticias/2010/01/28/fachadas-de-mais-de-50-casaro-es-sao-revitalizadas-no-pelourinho>>. Acessado em 10/06/2012.

¹⁴¹ G1 BAHIA. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/09/salvador-nao-fara-festa-de-fim-de-ano-no-farol-da-barra-diz-secretario.html>>. Acessado em 20/10/2013.

¹⁴² A noção de “maquiagem urbana” será melhor analisada no próximo capítulo, notadamente no tópico: “Copa do Mundo FIFA Brasil 2014: Salvador e a formação de *espaços de consumo*”.

entre si, aparentemente pouco se inter-relacionavam. É válido notarmos, contudo, que ao longo do segundo semestre de 2013, as críticas e as manifestações de rua tornaram-se mais intensas (sobretudo depois das jornadas de junho de 2013) em várias cidades brasileiras, especialmente nas sedes da Copa. Em Salvador, isso não foi diferente, de tal modo que mesmo considerando a centralidade e o impacto internacional da festa carnavalesca para a promoção turística da cidade, vinculá-la naquele momento às obras dos megaeventos poderia ser razão de maiores contestações políticas.

Evidentemente que o carnaval é um acontecimento de origem anterior aos megaeventos na cidade. Mas desde os anos 1990, essa festa tem se tornado central na promoção da imagem de consumo da cidade, em face de sua profissionalização (o que é possível também de ser percebido como processo de mercantilização e privatização de uma festividade pública). Logo, poder-se-ia esperar que, diante da emergência de realização da Copa do Mundo, ela serviria de vitrine e consolidação de uma ideia positiva de cidade, a partir sobretudo da noção de “alegria”, presentificada em boa parte do material publicitário que vincula Salvador como singular sede da Copa.

A apropriação da cultura, ou propriamente da arte enquanto objetos configuradores de uma identificação coletiva, não é uma prática necessariamente inédita. Sendo assim, conforme demonstra Waterman (1998), no estudo de um importante Festival de Artes, é importante atentar para o processo contrário ao da suposta elitização de práticas populares. Na análise, ele observa como uma cultura tradicionalmente relativa a classes mais abastadas pôde ser racionalmente utilizada como novo nicho de mercado, a partir de inferências de determinadas empresas. O diferencial nesse caso é que em vez de restringir o Festival, levou-se a um público mais amplo toda uma caracterização das artes concebidas como alta cultura. Talvez, perceber tanto o Festival, quanto o Carnaval, em um “*space-time matrix*” (WATERMAN, 1998) contribua no entendimento de como, sob caracterizações espaço-temporais extraordinárias ao cotidiano, é possível ter nos usos da cidade uma dinâmica diferenciada. No caso de Salvador, nos parece, entretanto, que ainda que a privatização dos espaços públicos não tenha impedido absolutamente os usos públicos de toda a festa, a configuração adotada (para a identificação coletiva de lugar de harmonia e alegria) expressa-se discursivamente de maneira dissimulada.

Entretanto, a incursão da pesquisa de campo e o uso da observação direta na cidade nos remeteram a uma possibilidade até então heurística. Por um lado, pode-se considerar que o carnaval, em seu período de realização, autonomiza-se da cidade a partir do espaço temporal

de exceção que ele estabelece, desde a mudança do trânsito, fechamento do comércio, uso e restrição dos espaços públicos, até a alteração e flexibilização das relações de trabalho¹⁴³. Por outro, excepcionalmente no ano de 2014, *em tempo de copa*, o silêncio e a ausência de qualquer apelo imagético e visual que relacionasse a cidade com os megaeventos constituiu-se como uma ação *estratégica* dos construtores oficiais da cidade (poder público e setores privados vinculados à promoção da imagem positiva de Salvador para as Copas). O caráter *estratégico*, que lançamos como hipótese explicativa aqui, diz respeito à tentativa de evitar tensionamentos entre a forma como a cidade tem sido gerida excepcionalmente voltada para a preparação e realização dos megaeventos. Remoções habitacionais, alterações legislativas, reificação cultural e privatização dos espaços públicos, têm sido alguns dos pontos fortemente criticados por outros atores que vivem a cidade. Logo, utilizando a ideia de “momento de alegria”, tentou-se fazer do Carnaval de Salvador, em 2014, um palco mais harmônico e menos conflituoso, inclusive como uma maneira de não ter a imagem oficial de consumo da cidade manchada por condutas reivindicatórias.

Contudo, essa pretensa harmoniosidade e autonomização absoluta do Carnaval para com a cidade e as problemáticas vivenciadas, no contexto das Copas, foram descortinadas por diversas práticas que, ao se inserirem nas festividades carnavalescas, optaram por dar visibilidade às suas denúncias e insatisfações. É o que ocorreu, por exemplo, no desfile do *Pipoca Indignada*, no primeiro dia oficial de carnaval do circuito Barra-Ondina; do *bloco Rodante*, em plena sexta-feira de carnaval no Centro Histórico, a poucos metros dos palcos estetizados do Pelourinho; e na já tradicional *Mudança do Garcia*, ocorrida na segunda-feira, no bairro Garcia, em direção ao circuito Campo Grande¹⁴⁴.

Portanto, nesse sentido, interpretamos que a realização do carnaval, especialmente o de 2014, foi uma das principais políticas urbano/culturais da cidade, *em tempo de*

¹⁴³ Constatamos que diversos vendedores ambulantes possuem, nos outros períodos dos anos, outros empregos, tendo inclusive vínculos formais de trabalho, mas que diante da excepcionalidade do carnaval passam a operar em trabalhos temporários como ambulantes, catadores de latinha e material reciclável e até mototáxi. Algumas famílias inteiras chegam a sair de suas residências, alugando os imóveis temporariamente para o período do carnaval. Elas passam a trabalhar e dormir dentro dos próprios circuitos oficiais do carnaval. Um dos principais destinos é a própria areia da praia da Barra. Apesar de registrarmos algum esforço no combate ao trabalho infantil, foi comum notar crianças catando latinhas durante as noites do carnaval. Alguns outros elementos sobre a dinâmica de funcionamento do carnaval e a forma como construtores, moradores e turistas usam e percebem a cidade no carnaval *em tempo de copa* será melhor avaliado no capítulo seguinte, “**Imagens de consumos e consumo das imagens da cidade**”.

¹⁴⁴ Os relatos das observações diretas, registradas na pesquisa de campo realizada no período do carnaval de 2014, serão explorados nos capítulos seguintes, “**Entre espaços urbano e público: lugares na Copa?**” e “**Imagens de consumos e consumo das imagens da cidade**”, notadamente nos seus respectivos tópicos: “Copa do Mundo FIFA Brasil 2014: Salvador e a formação de *espaços de consumo*” e “‘Construtores’, ‘moradores’ e ‘turistas’: Imagem e Imagens da Cidade”, deste presente trabalho.

megaeventos. Não foi registrado, ao percorrermos os seus principais trajetos, apelo imagético, seja visual ou oralizado nas narrativas, que efetuassem a relação do lugar e da cidade com a Copa FIFA Brasil 2014, embora, de um lado, essa espécie de indiferença *estratégica* tenha sido possivelmente operacionalizada pelos construtores oficiais da cidade, por outro, ela foi intensamente desmascarada pelas ações de denúncias de vários outros atores que disputam e reivindicam direitos sobre a “cidade da alegria”, através de fantasias, faixas, cartazes e toda uma performance crítica que tentou simbolizar, também ao longo do carnaval, os problemas de um lugar excepcionalmente sitiado para os megaeventos. Por outro lado, a própria programação e estruturação do Carnaval, mesmo que não tenha sido oficialmente vinculada à Copa, optou por uma exploração dos aspectos supostamente genuínos da cultura soteropolitana. Com efeito, a partir do tema central, “*É Diferente, é Carnaval de Salvador!*”, tentou-se construir uma singularidade positiva que se relacionava diretamente com a ideia de alegria, não fortuitamente funcionalizada na imagem da cidade da Copa, através da marca “*capital da alegria, seja você também mais um craque*”.

No intuito de reunir a ideia da diversidade e da demarcação positivada da diferença, tanto no carnaval, quanto em outros momentos, buscava-se construir uma narrativa que destacasse, a um só instante, a diversidade cultural como marca atraente e singular da cidade. No âmbito do governo municipal, essa apropriação da cultura também tem sido um dos principais elementos explorados pela gestão pública. Conforme podemos observar no *Planejamento Estratégico Salvador: Construindo um Novo Futuro 2013-2016* (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2013¹⁴⁵), a referência feita à história e cultura local é objetivada como política que deve ser empreendida pelo poder público. Segundo o prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (PMS, 2013, p. 03),

É nosso dever resgatar a pujança socioeconômica da capital que é o berço do país e orgulho nacional pelo seu legado e suas tradições históricas e político-culturais. A elevação da cidade a um novo patamar de metrópole cosmopolita, capaz de atrair novos negócios e investimentos sustentáveis, requer a adoção de medidas bem traçadas. [...].

O Plano é um instrumento dinâmico, voltado às aspirações de uma cidade que há muito tempo espera a retomada do seu ritmo de crescimento e esteve praticamente estagnada nessa última década. Foi construído a partir de referenciais da realidade local, aspectos que influenciarão sua evolução diante das contingências que se apresentem ao longo dos próximos quatro anos. Portanto, ele não se esgota em si, mas deflagra um processo contínuo

¹⁴⁵ No referido documento, a autoria é dedicada a todas as secretarias que fazem parte da administração da Prefeitura Municipal de Salvador. Por essa razão, identificamos pela sigla PMS (que será utilizada nas próximas citações) o autor principal do planejamento analisado.

de ajustes, em diálogo constante com a realidade, sem perder o foco em metas desafiadoras.

De modo análogo à lógica dos planejamentos estratégicos, já discutidos ao longo deste trabalho, em face de uma *sensação de crise* (ARANTES, 2009; MARICATO, 2009; VAINER, 2009), o dispositivo do plano é apresentado como o adequado instrumento para o desenvolvimento local. A ideia de “berço da civilização brasileira” é abordada de modo semelhante à ação do Governo Estadual. Em contrapartida, como forma de enaltecer a gestão da prefeitura municipal, evidencia-se ser este o primeiro planejamento estratégico construído no âmbito do poder público municipal. De fato, podemos perceber que, diferentemente dos outros documentos analisados até então, este plano estratégico parece ter optado por não fazer referências diretas aos megaeventos, ainda que parte de suas ações tenham se estendido à evidência da imagem da cidade (na autoria do governo municipal) durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

De acordo com o “diagnóstico” apresentado na esfera do “turismo e cultura” (PMS, 2013), apesar de a cidade ter grande tradição cultural e histórica, a forma como sua imagem era veiculada no mercado nacional e internacional já estava desgastada. Nessa perspectiva, propõe-se empreender novas estratégias de marketing que possibilitem uma nova imagem da cidade, ou ao menos, uma reinventada marca local. Assim, o planejamento (PMS, 2013, p. 65) vislumbra como resultado

Reinventar e fortalecer a imagem da capital baiana como cidade plural a partir da ampliação da visibilidade do destino Salvador, estreitamento da relação com consumidores e aumento do índice de retorno e permanência dos viajantes.

Com efeito, a partir desse plano, um conjunto de materiais publicitários passou a ser difundido desde meados de 2013. Destaca-se como a *estratégia* (CERTEAU, 1998) lançada passou a explorar a noção da experiência sensitiva. Dessa maneira, o convite da visita em conhecer a cidade de Salvador ancora-se numa imbricada relação material com seus serviços turísticos e culturais, mas que se traduz na sutil marca do sentir. O *slogan* “Salvador, você sente que é diferente”, altamente explorado desde o Carnaval de 2014, é talvez a matriz para uma série de outros produtos de marketing derivados:

A boca arde. A pele salga. O olhar eterniza. O peito batuca. E a alma sente.
Salvador é uma festa para os sentidos. Venha ouvir os sons, provar os

sabores e sentir os cheiros dessa cidade surpreendentemente diferente. Salvador, você sente que é diferente¹⁴⁶ (grifo nosso).

A reificação da diferença se materializa na concretude prometida pela visitação à cidade. Assim, a política turística construída pela PMS promove o espaço da capital baiana na medida em que projeta genericamente os prazeres de seus usos. Dissimulada pelos diversos sentidos humanos, a construção do cenário espetacular forja-se nas apuradas técnicas de marketing urbano. Em outro material audiovisual produzido pela PMS, observa-se uma extensão ainda maior dessa maneira de enunciar o território da cidade. Sob os supostos fortes traços culturais, considerados extraordinariamente próprios ao “soteropolitano”, afirma-se:

*Lugares são como pessoas. Têm aqueles que apenas passam por nossas vidas e aqueles que deixam a sua marca. Têm aqueles sem graça e aqueles instigantes. É ... lugares são como pessoas. **Têm lugares que tem o incrível poder de dar um “click” na nossa alma e quando a gente vê já entrou no nosso coração e ele está ali, instalado. Salvador é assim. Uma festa para os sentidos. O gosto do dendê fica na boca quase que como uma tatuagem no paladar. O cheiro do mar não se contenta em ser sentido. O sal gruda no corpo e quer se misturar com nosso suor. As imagens são tão carregadas de sentidos que parecem sempre ter algo novo para te mostrar, mesmo que você já tenha visto dezenas de vezes. E as batidas? Será que é por acaso que tem o mesmo nome daquilo que lá no peito faz a gente se sentir vivo? É... uma cidade que é dividida em duas partes e ligada por um elevador não nasceu mesmo pra ser convencional. Aqui o palco anda e o mais impressionante, o povo sai andando atrás. Aqui o banho pode ser de mar, mas se preferir pode ser de pipoca também. É o coração da África, o berço do Brasil e tem o sorriso que é do tamanho do mundo. Só quem nasceu de uma mistura pode juntar tão bem coisas tão diferentes. Salvador tem um santo do Candomblé para cada dia da semana. E uma igreja para cada dia do ano. Salvador é superlativa, generosa, bem-humorada e de bem com a vida. Não ... não dá para ser o mesmo depois de conhecê-la. Não dá pra ser igual depois de sentir suas sensações. Não dá pra ser igual depois de perceber suas singularidades. Não dá pra ser igual depois de sentir seus cheiros, ouvir seus sons e provar seus sabores. Não dá pra ser igual depois de ouvir suas histórias. Não dá pra ser igual depois de conhecer um lugar tão surpreendentemente diferente. Salvador, você sente que é diferente¹⁴⁷** (grifos nossos).*

Conforme podemos observar, a noção de “diferença” compõe centralmente toda narrativa atrativa sobre a cidade. Nessa lógica, os “lugares” são como “pessoas”, mas o significado eminentemente positivado dessa percepção se dá sobretudo em Salvador. O corpo que experimenta aqui é mediado e conduzido ao repertório espetacular do cenário urbano

¹⁴⁶ Cf. material audiovisual veiculado pela Prefeitura Municipal de Salvador. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1uHqkddf6EY>>. Acessado em 10/03/2014.

¹⁴⁷ Texto extraído do material audiovisual produzido e veiculado pela Prefeitura Municipal de Salvador. Cf. o arquivo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AR17jmVugJs>>. Acessado em 10/03/2014.

previamente edificado, ainda que os entreditos da narração suscite o não dado. Uma espécie de vazio que potencializa o despertar do conhecer, atraindo pois mais turistas e investimentos capazes de revelar as potências *naturalmente culturais* da cidade.

Para Jeudy e Jacques (2006), enquanto expressões conceituais, as ideias de “corpo” e “cenário urbano” podem ser de fato capazes de dizer algo a mais sobre aquilo que escapa aos projetos e ordenamentos urbanos. A noção de “cenário” é normalmente caracterizada pelo teor do que se projeta oficialmente. Já na categoria de “corpo” abre-se a possibilidade das rupturas das promessas formalmente forjadas para a cidade. Nessa perspectiva, o *corpo* não dirigido, tocado pela orientação vazia ou mesmo de preenchimento fixo e pré-determinado pelo *cenário*, é também a divergência daquilo que se espera na produção espetacular da sociedade urbana.

Sob essa produção espetacular se edificam imagens da cidade, forjadas no imperativo do novo, de um passado arraigado em uma autenticidade fetichizada, pois, mediada por representações estanques, o “novo apresentado” é de fato o avesso da mudança. Nada deve sair do controle daquilo que se projeta para a cidade espetáculo, mesmo quando os discursos falam do subjetivo campo das experiências e dos sentidos humanos. O uso da cultura é assim altamente conveniente às objetivações operadas pelas peças publicitárias relatadas. A abstração é mercantilizada em um fixo produto (a “diferença”) e dinamizada pelas técnicas do marketing. Conforme assinalam os autores (JEUDY; JACQUES, 2006, p. 09), via de regra, “as cidades, no contexto de um mercado globalizado, assim transformadas sobretudo devido ao turismo, tornaram-se imagens espetaculares, outdoors, imagens sem corpos, espaços desencarnados, simples cenários”.

Todavia, como na vida prática as vivências dão sentido aos múltiplos processos, em meio a essa produção espetacular do *image-making* arquitetado, é possível ir para além dos projetos técnicos empreendedores de cidade. Por meio dos *usos* nas complexas teias das relações sociais da vida urbana, a “experiência corporal” tende a fraturar a projeção estática da cidade:

A experiência corporal da cidade é o exato oposto da imagem urbana fixada por um logotipo publicitário. Pois uma experiência corporal singular não se deixaria reduzir a uma simples imagem de marca. Essa experiência da cidade feita pelo cidadão lhe dá um corpo, às vezes imaginário, um outro corpo “urbano” que se move de maneira enigmática conforme a superabundância dos cenários (JEUDY; JACQUES, 2006, p. 09).

Para Ana Fernandes (2006), a experiência corporal funcionaria como uma espécie de “promessa” própria das complexas teias da vida urbana, em face da cultura objetivamente mercantilizada, local onde emergem múltiplas outras formas de perceber e resistir à cidade fabricada para ser vendida. A “promessa” é o potencial confronto exercido no cenário de “rompimento”, compreendido como o momento em que as expressões culturais são apropriadas para o fim mercantil, logo, à cultura denotam-se outras características que rompem com seus atributos mais ordinários.

O rompimento e a promessa dialogam a partir das especificidades de cada cidade em questão. A mesma ideia de “passado” que pode ser eventualmente descartado, ignorado, pode de igual modo ser apropriada em virtude da espetacularização. Sob a égide da “colonização do tempo”, destitui-se a vida urbana de sua dinâmica, e os instantes passado, presente e futuro acabam sendo tratados como meros elementos retóricos, adequados a instrumentalização mais conveniente à imagem atrativa da cidade.

Essa objetivação mercantil do tempo e da cultura ocorre também graças ao reducionismo que a lógica do mercado imprime sobre as dinâmicas da vida social. A abstração é objetivada mediante um esvaziamento, que volta a ser reocupado de outras maneiras. O rompimento não é, portanto, a produção de vazios, mas de reinvenções caracterizadas pela transformação local, reutilizada sobre si mesmo a serviços alheios (FERNANDES, 2006).

Segundo Ana Fernandes (2006), essas são justamente as duas características que melhor reúnem a transformação própria ao processo de *rompimento*. A primeira diz respeito aos novos usos que tendem a pressionar e substituir ou minimizar a incidência das antigas práticas. A segunda refere-se à soberania alcançada pelos agentes privados nas parcerias estabelecidas entre poderes públicos e privados (PPP). A cidade como objeto cultural é assim configurada pela *celebração do privado*, *patrimonialização* e *cenarização*.

No primeiro atributo, compreende-se que a celebração do privado se dá justamente na consolidação da perspectiva que se coloca como alternativa à presença do Estado. Nesse aspecto, a meu ver, trata-se menos de uma substituição do Estado pela iniciativa privada e mais de uma nova configuração. Afinal, a cidade promovida pelo *image-making estratégico* exhibe, tanto para a imagem dos poderes públicos, quanto do poder privado, a noção de uma eficiência necessária e desejável. Trata-se, pois, do que tenho denominado como “governança do espetáculo”, em que os arranjos de poder são articulados em prol da viabilidade e

legitimidade dos processos excepcionais instaurados sobre a cidade. Para tanto, evidentemente, é preciso que se imprima um forte controle dos usos e dos cenários públicos.

No processo de patrimonialização¹⁴⁸, o que se observa é um exacerbado esforço em transformar ofícios, modos de fazer, obras e monumentos em chancelas patrimoniais, aptas a serem concebidas como produtos de consumo e atratividade das cidades. A cenarização segue sendo concebida em sentido semelhante, funcionando como uma espécie de lócus da patrimonialização ou de uma realidade exterior, onde os espaços e as culturas são apresentados como exóticos. Aqui, a experiência urbana parece descolar-se e se autonomizar das próprias experiências corpóreas da cidade.

No caso da cidade de Salvador, a nosso ver, toda ênfase denotada na “cultura”, pelo Governo Municipal, em certa medida, também coaduna-se com a potencialização do chamado “capital humano” (SETUR; BAHIA TURSA, 2012), abordado mais explicitamente no âmbito do Governo Estadual. Ao insistir na suposta valorização da cultura, os construtores oficiais elegem o processo de valorização do próprio “povo baiano” como um dos maiores *legados* das Copas na cidade. O depoimento¹⁴⁹ da coordenadora dos assuntos da Copa, da Secretaria de Turismo da Bahia, ainda no ano de 2012, é bastante sintomático, quando declarou, em significativo baixo tom, que “como as obras de infraestrutura urbana não sairiam, a aposta seria o investimento no povo baiano”, como uma espécie de marca de dupla via. Ou seja, tanto poderia ser compreendido como o “legado” da cultura baiana para os turistas (o “mundo”), quanto diz respeito ao “legado” da Copa para a localidade, na medida em que teria fomentado as políticas de qualificação profissional, no âmbito dos serviços turísticos.

O depoimento obtido materializou-se também no próprio documento do *Programa Bahia Turismo Copa* (SETUR; BAHIA TURSA, 2012), quando apresenta o seu objetivo geral e mais ainda quando expõe um específico tópico para tratar da política de qualificação profissional:

O objetivo geral do programa é maximizar o legado turístico dos megaeventos esportivos, potencializando a imagem do destino Bahia, através da grande exposição que o País terá, e apresentando a grande diversidade de atrativos turísticos, naturais e culturais, a hospitalidade do povo baiano e a

¹⁴⁸ Esse processo será mais bem analisado, à luz da produção do consumo contemporâneo, no Cap. V “**Imagens de consumo e consumo das imagens da cidade**”, onde inclusive se discute sobre a apropriação do ofício das baianas de acarajé.

¹⁴⁹ O depoimento foi obtido nas primeiras incursões da pesquisa de campo na cidade de Salvador. Na ocasião não foi utilizada uma entrevista, propriamente dita, mas sim estabelecido um primeiro contato, no objetivo maior de coletar material documental sobre as políticas urbanas projetadas ou em execução na cidade.

estrutura de serviços receptivos disponibilizada para os visitantes (SETUR; BAHIATURSA, 2012, p. 04).

O maior legado da Copa é o capital humano. Qualificar o setor turístico, oferecer bons produtos e serviços, receber bem o turista. São fundamentos que a Bahia precisa estar bem afiada pra fazer uma Copa inesquecível (SETUR; BAHIATURSA, 2012, p. 08, grifo nosso).

Evidentemente, não está na pauta da análise tecida aqui qualquer avaliação sobre o mérito e a importância na qualificação profissional de um serviço prestado, mas precisamos entender como essa ação se relaciona à lógica da promoção imagética da cidade, especialmente no contexto intensificador dos megaeventos. Dessa maneira, no âmbito das próprias narrativas oficiais, se as Copas acabam servindo como mecanismos capazes de potencializar a cultura e hospitalidade local, elas são também o pressuposto não declarado de uma deficiência nos serviços que sustentam suas intervenções. Ademais, a *estratégia* não deixa de ser uma renovação de antigos atributos, como “felicidade”, “alegria” e “festa”, tanto por parte dos agentes públicos, quanto dos setores privados.

Nessa perspectiva, entre outras dezenas de apropriações de autoria eminentemente privada, destacamos o uso da ideia de “felicidade” na produção de um material turístico. Trata-se de uma espécie de mapa, onde se apresentam pontos turísticos da cidade de Salvador. O título é: “Roteiro da Felicidade” (Ver **Figura 09**). As semelhanças com a lógica objetivada pelos documentos do poder público se estendem do conteúdo, explicitamente textualizado, até as próprias artes animadas, numa referência que concilia *marcas* culturais locais com o contexto excepcionalmente externo das Copas de Futebol.

Figura 09 – Design de Programas / Política urbano/cultural em megaeventos



FONTE: SETUR; BAHIATURSA (2012) e KIBON (s.d.).

Nesse sentido, a capoeira, representada tanto pelo instrumento do berimbau quanto do capoeirista que em postura prática, “joga capoeira”, no mesmo instante em que chuta a bola de futebol, consolidam ainda mais a imbricada relação entre os agentes públicos e privados na construção das políticas urbano/culturais nas cidades contemporâneas. No primeiro caso, o *Roteiro da Felicidade Salvador* (KIBON, s.d.), no outro, o Programa Bahia Turismo Copa. De algum modo, a relação sugerida demonstra como a apropriação tecida sobre a cultura, na promoção mercantilizada da cidade, espraia-se para além do exclusivo poder público. Trata-se de diferentes agentes, mas que expressam duas faces representativas sob uma mesma lógica de produção capitalista do espaço urbano. Intercaladas e em distintos graus hierárquicos de poder, elas funcionam na configuração da imagem oficial da cidade.

III.2. Agentes e Agências da Copa: O Estado e a Forma Política

A SECOPA foi criada com as funções de coordenação, acompanhamento e fiscalização das ações e projetos do Governo do Estado nas áreas de mobilidade urbana, infraestrutura, turismo e hotelaria, segurança, construção da nova arena (Arena Fonte Nova) e outras correlatas, com vistas a preparar a cidade de Salvador, a região metropolitana e municípios do entorno, para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Somando-se a estas funções, a SECOPA também articulará e compatibilizará as ações no âmbito estadual com as responsabilidades dos outros entes federados (Prefeitura e União). De igual modo exercerá ainda papel articulador junto às entidades esportivas, especialmente a FIFA, junto à iniciativa privada e demais órgãos estatais, para-estatais e da sociedade civil organizada¹⁵⁰ (grifos nossos).

Vinculado à Prefeitura de Salvador, o ECOPA reúne ideias e projetos ligados ao Mundial provenientes de todas as secretarias municipais e atua como um agente articulador entre o poder público, iniciativa privada, sociedade civil organizada, terceiro setor e sociedade em geral, configurando-se como o principal representante das ações municipais com foco na Copa do Mundo da FIFA¹⁵¹ (grifos nossos).

Não é possível compreendermos o processo de espetacularização urbana que ocorre, sobretudo com o uso dos megaeventos, enquanto mecanismos intensificadores, sem considerar as relações e os atributos concedidos aos diversos atores e instituições envolvidos. Nessa perspectiva, para além da importância dos estudos de recepção, no qual a população local, ou melhor, o conjunto de consumidores estimados em “público”, são investigados, aqui

¹⁵⁰ SECOPA. Disponível em: <<http://www.secopa.ba.gov.br/institucional/sobre-secopa>>. Acessado em 13/01/2013.

¹⁵¹ ECOPA. Disponível em: <http://www.copa.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&catid=2&Itemid=101>. Acessado em dezembro de 2013.

nos interessa especialmente analisar os agentes e agências vinculados ao planejamento e realização dos megaeventos esportivos, notadamente a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. O trabalho considera esses dois eventos, tomando como referência empírica específica a cidade de Salvador. No entanto, o objetivo não é se debruçar detalhadamente pelas trajetórias pessoais dos indivíduos que representam as agências envolvidas, mas observar as lógicas que perpassam e condicionam estas, fundamentalmente no que tange à relação entre esfera pública e privada.

No âmbito municipal, destacamos a criação da ECOPA (Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA 2014), que juntamente a SALTUR (Empresa Turismo Salvador) se responsabilizou pelas ações públicas do Governo Municipal, a serviço da realização das Copas. Na instância do Governo Estadual, isso coube a SECOPA (Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014). No campo das intervenções voltadas ao turismo, estiveram frequentemente vinculadas SECOPA e outras agências estaduais, que são a SETUR (Secretaria do Turismo da Bahia) e a BAHIAATURSA (Empresa de Turismo da Bahia S.A.). De fato, em todas as cidades-sedes, essas agências públicas foram excepcionalmente construídas, entre 2009 e 2010, no intuito de facilitar procedimentos administrativos e legais.

Não por acaso, os princípios que constituem esses órgãos executivos são basicamente os mesmos, em todas as cidades-sedes. Por parte do poder público, a “missão” enfatiza a característica central em gerir e viabilizar os megaeventos. O papel não é outro, se não o da garantia excepcional. Assim, para a SECOPA-BA, o propósito oficialmente divulgado foi: “Assegurar, em nome do Governo do Estado, a realização com pleno êxito, da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo da FIFA 2014 na Bahia, por meio da coordenação das ações entre os entes federativos e a sociedade civil¹⁵²”. Em cada Estado-sede, as Secopa funcionavam com relativa centralidade, no que diz respeito às atividades que tinham vinculação direta com o Governo Federal. Mas, em nível municipal, era comum que outras agências fossem criadas, como o Ecopa, em Salvador.

Essas construções atendiam explicitamente às exigências da FIFA, entidade detentora dos direitos da organização do referido megaevento. Em tese, essa agência privada não tem fins lucrativos, mas conforme já assinalamos, sob o pressuposto da atratividade de investidores financeiros, ela acaba tendo um significativo poder de influência no ordenamento legal e administrativo do poder público. Não obstante, o *referencial* (MULLER, 1995) de “política integradora” foi uma das expressões mais utilizadas pelo Estado, seja em nível de

¹⁵² SECOPA. Disponível em: <<http://www.secopa.ba.gov.br/institucional/sobre-secopa>>. Acessado em 13/01/2013.

governo municipal, estadual ou federal. Essa foi uma das formas empreendidas e suscitadas pela FIFA para que todos os diferentes agentes e agências públicas estivessem alinhados às normativas exigidas.

No entanto, a centralidade da FIFA não elimina a necessária participação de outros agentes, como é o caso dos patrocinadores e apoiadores oficiais. Muito pelo contrário, eles são acionados como elementos de barganha dentro das relações de negócios. Parte da propriedade da FIFA se dá pela exclusividade de direitos comerciais, concedidos pela exceção, que os países anfitriões oferecem. Esse direito, que praticamente não é questionado na esfera estatal, converte-se em mais poder para a entidade internacional de futebol quando ela o traduz em volumosos contratos com agentes privados¹⁵³. Sendo assim, uma espécie de mercado financeiro se estabelece na materialização de um território urbano de exceção. Nele, ao menos em tese, as liberdades de comercialização, produção e consumo são altamente condicionadas e adequadas aos interesses dos agentes privados oficialmente vinculados à FIFA. No entanto, diferente do que eventualmente se possa afirmar, as articulações entre a esfera privada empresarial com as organizações paraestatais não ocorrem mediante a diminuição do Estado, nem tampouco se constrói em virtude da soberania nacional. A relação é um pouco mais complexa e diz respeito à formação de um tipo específico de forma estatal e política.

Para este trabalho, a ideia de “forma” não significa o enquadramento fixo de um fenômeno, sob o qual varia somente o seu teor interno, mas diz respeito a uma tendência observável na relação que se tece entre a esfera econômica e política no seio das relações capitalistas. Por isso, identificamos agências e agentes construtores dos planos e ordenamentos de uma cidade produzida a fim da espetacularização. Não se trata, todavia, de personalizar a análise, mas de observar sobretudo a lógica que engendram essas relações, notadamente entre os agentes públicos (governos e suas teias de secretarias excepcionalmente construídas), associações privadas empresariais e agências multilaterais e paraestatais, como a FIFA e o COI.

¹⁵³ Conforme o **Anexo I**, a FIFA classifica esses agentes em três tipos, “Parceiro da FIFA”, “Patrocinador da Copa do Mundo da FIFA” e “Apoiador nacional”. O primeiro é definido como “qualquer entidade a que a FIFA conceda o pacote mais abrangente de direitos de patrocínio global e o nível mais alto de associação comercial com à [sic] FIFA e à [sic] Competição”. O segundo refere-se a “qualquer entidade à qual a FIFA concede o segundo pacote mais abrangente de direitos de patrocínio global à Competição”. Por fim, o terceiro quer dizer “qualquer entidade cujo local principal de atuação comercial e operações esteja situado *no Brasil* à [sic] qual foi concedido um pacote ‘de terceiro nível’ de direitos de patrocínio em relação à Competição, sendo tais direitos exercitáveis apenas no Brasil” (ACORDO DE CIDADE-SEDE, s.d.).

De acordo com Gusmão (2014), no limite, a atuação dos diversos agentes e agências se dá pela mediação que supõe tratar todas as ações como negócios. Sendo assim, mesmo com pautas relativamente distintas, a FIFA e o COI usam o marketing como grande dispositivo dessa espetacularização promovida sobre o esporte e sua cultura. Enquanto a primeira explora a venda massiva da publicidade, colocando-se diretamente como uma das maiores vitrines do mundo, na realização do seu esporte, sob esse jugo, mais popular, o outro aposta na reificação da suposta “honra” e “integridade”, próprios do produto maior, o “olimpismo”.

Nessa perspectiva, conforme nota Gusmão (2014), a relação dessa dinâmica empresarial com as cidades é que estas podem assumir uma série de encargos estruturais necessários à materialização territorial dos eventos, ou seja, “a estratégia adotada é a transferência de responsabilidade financeira para cidades e países-sede, através de rigoroso controle político e jurídico sobre esses territórios. É exatamente nesse ponto que a produção do espetáculo esportivo e a da cidade neoliberal convergem” (GUSMÃO, 2014, p. 30). Sob esse plano de análise, o mercado do espetáculo pode então ser compreendido a partir da constituição de três principais atores: *difusores* (proprietários de exclusividade de transmissão em cada território); *patrocinadores* (donos exclusivos de cada produto, discriminado especificamente em determinadas categorias); e as *cidades* (lugares-sedes do espetáculo).

Evidentemente que a construção do ordenamento e dos sentidos imagéticos sobre uma cidade não se esgotam na perspectiva ensejada pelos agentes de poder *estratégico* (CERTEAU, 1998). Somam-se e/ou confrontam-se a estes, os diversos setores e atores da população local, entre outros, como os turistas, que por razões de capacidade apreensiva e tempo de pesquisa, não constituem nosso foco de análise. De qualquer modo, nosso argumento assevera que ainda que sejam diversos os atores sociais envolvidos na construção contemporânea das políticas urbano/culturais (marcadas especialmente pelo contexto de megaeventos), as lógicas resultantes de suas relações nos permite, em comum, compreender as apropriações e reapropriações que ocorrem no que denominamos por *espetacularização urbana*.

Apesar da apropriação espetacular possuir uma configuração mais afinada entre os agentes de poder institucional, político e econômico, por vezes, os interesses em jogo suscitam vários conflitos. Nessa perspectiva, a própria ideia de linearidade das ações entre os construtores das políticas urbano/culturais e os órgãos públicos é questionável. Se é verdade que existem parcerias e conjunção de forças políticas, também não deixa de ser que as disputas por legitimidade e investimentos perpassam boa parte das relações entre os agentes e

agências envolvidos. Às vezes isso ocorre entre cidades, mas também pode ser entre o Estado e o Município-sede, sobretudo quando a composição partidária da gestão é diferente. Todavia, como corolário, nada pode ser capaz de pôr em risco as regras do jogo, isto é, a realização do evento conforme as exigências da entidade privada maior.

No caso da cidade de Salvador, um acordo entre o Estado e o Município velavam o propósito soberano. Conforme a celebração do Termo de Cooperação, ficou sinalizada “a necessidade de conjugação de esforços por parte de todas as instâncias governamentais, setor privado e sociedade civil organizada para assegurar o sucesso e a realização das Competições¹⁵⁴”. A cooperação instituía a criação de novas agências, balizadas no princípio da integração, como o Comitê Organizador Unificado da Copa 2014 e o Fórum Permanente da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. À época, em 2011, o documento foi assinado pelo então Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner (PT) e o Prefeito Municipal de Salvador, João Henrique de Barradas Carneiro (PP).

A separação das demandas entre os dois níveis governamentais se estabeleceu em conformidade com a existência de outros acordos, como o da FIFA com o Governo Municipal. Os chamados “Acordo de Cidade-Sede” são protocolos estabelecidos com todas as sedes das competições. De maneira geral, nesses contratos são regulamentados um conjunto de características, marcadas predominantemente pelos deveres dos outros e direitos da FIFA. A soberania da entidade não é uma simples narrativa de contestação. Seja pelas garantias da “Zona de exclusão¹⁵⁵”, “Cooperação¹⁵⁶” ou qualquer outra atribuição estipulada para a cidade-sede, o que se observa são plenos direitos concedidos à entidade internacional. Por mais estranho que possa parecer, os deveres atribuídos a esta diz respeito sobretudo à concessão de sua logomarca oficial a ser veiculada pela cidade-sede. Ainda assim, tudo é praticamente feito com a prerrogativa de que deverá ser previamente autorizado pela FIFA. À limitação de suas responsabilidades soma-se a garantia, inclusive, de ser indenizada pela cidade-sede, caso esta

¹⁵⁴ Conforme disponível no **Anexo II**, esse trecho foi extraído do documento Termo de Cooperação entre o Estado da Bahia e o Município de Salvador, visando à execução das ações governamentais para realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

¹⁵⁵ Conforme o Acordo Cidade-Sede, “significa qualquer área definida pela FIFA nos arredores ou adjacências do Perímetro Externo do Estádio, em que são proibidas, em dias de partidas, certas atividades comerciais (que não as conduzidas pelos Afiliados Comerciais, Transmissoras, Licenciados e outras entidades aprovadas pela FIFA)”.

¹⁵⁶ Conforme o Acordo Cidade-Sede, trata-se de mais uma legitimação excepcional dos governos locais para com a FIFA, onde “a Cidade-Sede reconhece que as obrigações aqui previstas estão em concordância com as exigências da FIFA impostas ao Comitê. A Cidade-Sede compromete-se a cumprir todas as obrigações e/ou cooperar e coordenar as suas atividades com todas as outras partes (incluindo o Comitê, entre outras), que deverão assistir à Cidade-Sede no cumprimento de suas obrigações. Quando houver necessidade, a Cidade-Sede deverá celebrar outros acordos, para garantir o êxito do sedimento da Competição junto a terceiros, conforme mencionado anteriormente”.

deixe de cumprir algumas de suas exigências. Assim, estabelece-se no Acordo a seguinte cláusula:

A Cidade-Sede renuncia a todos e quaisquer direitos de ação de responsabilidade civil contra o Comitê, a FIFA e outros representantes, diretores, membros, agentes ou empregados ou resultante de negligência por parte deles, caso tal perda ou dano esteja dentro da classificação dos riscos cobertos pelo tipo de seguro que toda Cidade-Sede é obrigada a manter, segundo este Acordo. **A Cidade-Sede eximirá de culpa e indenizará a FIFA, o Comitê e os Afiliados Comerciais, as Transmissoras, a Transmissora Anfitriã e seus respectivos representantes, diretores, membros, agentes ou empregados, consultores externos e agentes, com relação a toda e qualquer obrigação ou responsabilidade, incluindo, entre outras, todas e quaisquer reclamações, perdas, danos, lesões, responsabilidades, objeções, demandas, reparações, deficiências, custas e despesas em que venha a incorrer, originadas deste Acordo ou a ele relacionadas ou de quaisquer atos ou omissões da Cidade-Sede nele estipulados. As obrigações da Cidade-Sede estipuladas nessa cláusula perdurarão após a extinção deste Acordo** (grifo nosso).

A unilateralidade expressa no rigor do Direito “acordado” é compensada, ao menos em pressuposto, pelos *legados* que a realização de um megaevento promoveria no local. Essa é a razão que parece justificar toda *exceção* (VAINER, 2011) empreendida na cidade. O protocolo da FIFA com os governos municipais supõe ainda outros marcos legais regulatórios (BESSA; ÁLVARES, 2014) que amparam ou complementam as excepcionalidades instauradas. Sendo assim, em consonância com a Lei Geral da Copa nº 12.663/2012, publicaram a Lei Municipal da Copa, nº 8.414/2013. Nela, a chamada “zona de exclusão” e a restrição de qualquer outro evento público na cidade, durante o período das Copas, é acompanhada pelo *perfil servidor* (PAULANI, 2008) do poder público aos atos exigidos pela FIFA:

Art. 5º O poder público irá cooperar no âmbito de sua competência, com o combate a qualquer ilícito civil, penal ou administrativo, ou tentativa de violação do disposto no art. 4º, bem como dos direitos da propriedade intelectual, tais como marcas, símbolos, expressões e mascotes que se relacionem ou caracterizem a FIFA e/ou os Eventos.

Art. 6º As autoridades competentes do Município ficam autorizadas, no exercício do poder de polícia, a tomar medidas para garantir a proteção dos direitos mencionados no artigo anterior, e também para inibir as condutas previstas nos arts. 30 a 36 da Lei Federal nº 12.663/2012, podendo, inclusive, confiscar materiais relacionados às condutas ilícitas e aplicar multas administrativas, sem prejuízo de outras já previstas¹⁵⁷.

¹⁵⁷ Lei Ordinária Nº 8.414/2013, também conhecida como Lei Municipal da Copa.

Contudo, essa subserviência não foi capaz nem de impedir as práticas contranormativas, nem de eliminar as controvérsias institucionais, por vezes resultantes do grau de excepcionalidade concedido ao organismo paraestatal. Tanto no episódio da suposta proibição da venda dos acarajés, por baianas, quanto na realização de festejos municipais, como o São João, existiram relativas polêmicas. A razão está justamente nos marcos regulatórios de exceção, sob o qual as cidades-sedes autorizam direito de produção e comercialização exclusivo para a FIFA e seus agentes patrocinadores. Nesse contexto, a concessão se inverte e passa a estar na FIFA, o poder de autorizar ou não os governos municipais ou qualquer outro agente a realizar evento, circular e/ou produzir qualquer mercadoria durante o período das Copas.

A resposta das agências públicas a esses episódios é normalmente pautada por uma lógica do “vale a pena”, na qual se faz crer que é devido aos megaeventos que o quantitativo de investimentos (não raramente apenas previstos e estimados) para as cidades-sedes aumentou. Conforme veiculado na imprensa¹⁵⁸, a resposta da ECOPA foi:

*Salvador, bem como todas as cidades-sede, tem recebido investimentos em diversas áreas (infraestrutura, requalificação de espaços urbanos, mobilidade, segurança, capacitação de mão de obra, saúde, equipamentos públicos, cultura, turismo), o que tem dinamizado a sua economia, através da geração de emprego e renda para os mais variados setores, trazendo benefícios para toda a população. **Tudo isso vem gerando oportunidades que impulsionam o desenvolvimento da cidade e elas estão acontecendo justamente por conta da realização dos jogos. Uma vez bem sucedidos, Salvador poderá se posicionar cada vez mais como uma cidade apta a receber novos eventos em inúmeras áreas**”, sinaliza e acrescenta: “Salvador está cumprindo rigorosamente o que determina a Lei Geral da Copa (Lei Federal nº. 12.663/12), no sentido de garantir a realização de todas as atividades previstas com pleno êxito. Assim, estamos trabalhando intensamente para que a capital baiana se torne uma cidade cada vez melhor e seja ainda mais desfrutada por todos os soteropolitanos” (grifos nossos).*

Segundo Paulani (2008), tal processo de servidão financeira, observado mais intensamente nas cidades-sedes dos megaeventos, remonta a precedentes anteriores, quando a narrativa sobre determinada visão macroeconômica se constituiu e foi difundida como única alternativa “correta” de planejar economicamente o país. Desse modo, no começo dos anos

¹⁵⁸ TRIBUNA DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/04/25/fifa-proibe-sao-joao-em-salvador>>. Acessado em 30/04/2013.

2000 se forjou um entendimento consensual, no qual só existiria política econômica “certa” ou “errada”. Nessa perspectiva, para a esfera política, se supunha que nada mais era possível ser feito. Essa foi a conjuntura que circunscreveu a gestão petista, no Governo Federal brasileiro, desde os primeiros anos do mandato de Lula. Embora este tenha ganhado a adesão de várias camadas da população, durante anos de posicionamento crítico contra o plano econômico desenvolvido no governo de FHC, em sua gestão, Lula apenas conseguiu efetuar modestas alterações, mantendo e intensificando boa parte do modelo macroeconômico anterior. Em nome da credibilidade e do controle da inflação, julgou ser válido sacrificar investimentos radicalmente sociais, antes elencados como prioridades.

Assim, o governo asseverou sua política econômica através da validação amparada em falsas, ou questionáveis premissas, como a ideia de que o país estava à “beira do precipício”. As razões de ser dessas ideias exploradas de forma deturpadas estavam no risco da inadimplência externa e no descontrole inflacionário. O que, com efeito, somente colocava em *jogo* a credibilidade do país frente às agências multilaterais de financiamento internacional. (PAULANI, 2008).

Diante desse cenário, o novo papel do Estado deveria ser o de mediador e facilitador dos negócios geridos pelos credores. Nesse sentido, vale destacar que o Estado, ao contrário do que pode aparentar, não deixa de ser importante no “mundo dos negócios”, mas assume nova caracterização, que acaba por contribuir na transformação de uma sociedade da produção para a do consumo, na medida em que tudo pode e deve ser ofertado:

[...] brandindo os princípios neoliberais da eficiência, da rigidez de gastos e da austeridade, administra-se hoje o Estado “como se fosse um negócio”. E é de fato disso que se trata, pois contrariamente ao que ocorria na fase anterior, a atuação do Estado se dá agora visando preservar não os interesses da sociedade como um todo (emprego, renda, proteção social etc.), mas os interesses de uma parcela específica de agentes cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação (PAULANI, 2008, p. 120).

O “bom” Estado é aquele que demonstra ser atrativo para os investimentos financeiros, como uma espécie de espaço de negócios que gerencia negócios. Enquanto sujeito e objeto (ou enquanto “empresa” e “mercadoria”, parafraseando a análise que Carlos Vainer (2009) faz especificamente sobre a cidade), seu propósito crucial deve corresponder à acumulação de capitais. No caso brasileiro, além das privatizações subsidiadas (como foi com a Etropaulo/Enron), e reformas da previdência (que tanto no âmbito dos trabalhadores do setor privado, quanto dos funcionários públicos, teve como fim abrir o mercado de rentabilização para os credores.), a inscrição das cidades nos processos de mercantilização

urbana são significativos exemplos. Conforme temos analisado, especialmente em virtude do contexto de megaeventos, todas essas “oportunidades” são ainda mais potencializadas mediante a central tutela do Estado.

Nessa conjuntura, forma-se uma verdadeira “corrida por financiamentos”, que de fato acaba sendo uma corrida dos países periféricos para tentar apresentar que eles detêm de maneira suficiente e adequada, aspectos atraentes para os credores de diversas ordens. Tais foram as regras que mediarão inicialmente a lógica da candidatura brasileira às Copas da FIFA e dos Jogos Olímpicos do COI. Uma vez escolhido como país sede, o *jogo dos negócios* (GUSMÃO, 2014) passa a se estender aos outros níveis de disputa. Dessa maneira, não é fortuito observar, como até mesmo em nível municipal, a agência ECOPA de Salvador destacou que as medidas excepcionais tomadas poderiam “elevar” a cidade para uma “melhor posição”. Trata-se também de uma *competição interurbana* (HARVEY, 1994; 2005) que se inscreve majoritariamente na ótica da *servidão financeira* (PAULANI, 2008).

O argumento crítico descrito até aqui pressupõe que há um conjunto de ações políticas conveniente com a estrutura econômica em questão. Em alguns casos, a opção política pode ser justificada e velada pelas retóricas técnicas do campo macroeconômico (PAULANI, 2008). Em outras situações, ela pode ser evidenciada como uma parte de uma *agenda de desenvolvimento nacional* (FERNANDES, 2014), na qual a cidade pode alcançar melhor posição (ECOPA-Salvador¹⁵⁹). Em ambos os casos, sobressai a imbricada relação entre economia e política.

Para entender essa relação, as categorias de “modo de regulação” e “regime de acumulação” podem ser úteis, desde que façamos algumas devidas ressalvas. Em linhas gerais, conforme a perspectiva da chamada Escola da Regulação¹⁶⁰, a regulação é o conjunto de ações que se debruça sobre as características instáveis do capitalismo. Nessa perspectiva, o conflito e a dominação advindas da exploração e reprodução do próprio sistema constituem sua condição inerentemente caótica (BRENNER; GLICK, s/d; BRAGA, 2003; ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011; MASCARO, 2013).

¹⁵⁹ TRIBUNA DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/04/25/fifa-proibe-sao-joao-em-salvador>>. Acessado em 30/04/2013.

¹⁶⁰ Como se entende que a síntese “Escola” geralmente não contempla a heterogeneidade de perspectivas teóricas e conceituais, reconhecemos aqui a extensa classificação de Jessop (1990), que identifica sete escolas e tipifica em quatro perspectivas distintas. As escolas são as três francesas (Groupe de Recherche sur la Régulation d’Economies Capitalistes – GRREC, os Regulacionistas Parisienses; e os Regulacionistas do PCF); a Escola Norte-Americana; a Escola Alemã-Occidental; a Escola de Amsterdã e a Escola Nórdica. As perspectivas resultam das apreensões focadas em quatro dimensões: Nacional, Internacional, foco econômico e foco na socialização. Apesar dessa extensão, referimo-nos especialmente à Escola Parisiense, notadamente aos postulados iniciais Michel Aglietta e Robert Boyer. Ao longo do texto, poderemos sintetizar essa referência pelos termos “regulacionistas”, “teóricos da regulação” ou “Escola da Regulação”.

Em face dessa primária instabilidade, comum às características do capital, observa-se historicamente a produção de determinados períodos de estabilidade, fomentados sobretudo a partir de regulações específicas tomadas pelo Estado e outras diversas instituições da sociedade civil. O que subjaz ao entendimento dessa Escola é investigar os momentos sob os quais se conseguiu produzir estabilidade, ou seja, quando se concebe que a regulação foi eficaz. A ideia de regulação consiste em uma espécie de mecanismo político que pretenda suspender os longos períodos de crise capitalista. Dessa maneira, o que a Escola da Regulação propõe é que o “modo de regulação” deve corresponder adequadamente ao “regime de acumulação” de cada sociedade. Grosso modo, no primeiro podemos entender a dimensão política, enquanto no outro se realiza a dimensão econômica. Trata-se de um esforço em reler¹⁶¹, com base tanto nos postulados gramscianos, quanto althusserianos, as articulações marxianas clássicas entre *infraestrutura* e *superestrutura* (BRENNER; GLICK s.d.; BRAGA, 2003; ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011; MASCARO, 2013).

O pressuposto metodológico dos regulacionistas é que nas grandes teorias de história econômica pouco se atentava para as relações intermediárias existentes em cada processo histórico específico. Nesse sentido, a Escola de Regulação propõe uma espécie de teoria intermediária, capaz de contemplar empiricamente elementos particulares do funcionamento capitalista e de sua realização empírica, outrora negligenciados.

Assim, ao menos *a priori*, para os regulacionistas, o capitalismo não é invariável, pois não possui o funcionamento imune à história. Nessa perspectiva, a sucessão das etapas históricas do Capital precisa ser entendida em face do conjunto de ações reguladoras que se adequam aos mais diversos *regimes de acumulação* desenvolvidos em cada processo social. A particularidade encontrada na maioria dos postulados dos regulacionistas é a forma como as dimensões econômicas, identificadas nas fases capitalistas (ou seja, o regime de acumulação) são mediadas e apropriadas pelas estruturas institucionais, sejam elas governamentais ou entre atores privados e coletivamente organizados:

¹⁶¹ Essa releitura é bem explicitada por Alysson Mascaro, quando define ambas as categorias. Para o autor (2013, p. 113), “[...] o regime de acumulação se apresenta como uma estruturação de relações sociais capitalistas complexas que conseguem alcançar algum grau de articulação e manutenção, perfazendo uma **fase sistemática no seio das instabilidades e crises do capitalismo**. No entanto, **tal regime de acumulação não se constitui, apenas, numa dinâmica do nível econômico, embora este lhe seja seu primeiro motor**. Para que haja a possibilidade de apropriação do resultado do trabalho de terceiros, recrutados mediante contrato, **há formas sociais e uma série de mecanismos políticos e jurídicos que consolidam um núcleo institucional suficiente e próprio à acumulação**. [...]. Não só o que é explicitamente público entra nessa conta institucional, mas também uma rede vasta e estrutural que perpassa entidades, sindicatos, igrejas, escolas, família, cultura e meios de comunicação de massa. **A esse complexo institucional, cuja manutenção em determinadas fases consolida-se com alguma estabilidade, centrado no Estado, mas maior que os seus contornos autodeclarados, pode-se denominá-lo modo de regulação**” (grifos nossos).

Lo que distingue el punto de vista regulacionista es que el contenido de las regularidades que definen el modelo de crecimiento económico que constituye un régimen de acumulación se considera en gran medida expresión de estructuras institucionales que gobiernan las relaciones intraempresariales e interempresariales, las relaciones entre capitales y entre éstos y la fuerza de trabajo, en concreto lo que ellos llaman modo de regulación (BRENNER; GLICK, s.d., p. 7).

Assim como nota Mascaro (2013), Brenner e Glick destacam que o funcionamento do chamado *modo de regulação* ocorre não pela ação exclusiva do Estado, mas por um complexo institucional integrado que regula o regime de acumulação, na medida em que reproduz as características fundamentais do capitalismo. A estabilidade ou o equilíbrio encontrado ocorre temporariamente como mecanismo de expansão, que, em si, carrega consigo os próprios elementos constituintes aos seus conflitos e contradições. A regulação, logo, não é necessariamente a produção de uma sociedade harmônica, mas de um estabelecimento funcional ao sistema, vitalizado ordinariamente pelo Estado de crises que o constitui:

Cada modo de regulación está constituido por una red historicamente desarrollada y relativamente integrada de instituciones que reproduce las relaciones de propiedad capitalistas fundamentales, orienta el régimen prevaleciente de acumulación y ayuda a compatibilizar la miríada de decisiones descentralizadas, potencialmente contradictorias y conflictivas, adoptadas por las unidades económicas individuales (BRENNER; GLICK, s.d., p. 8).

Nesse sentido, de acordo com os regulacionistas, a crise é a retomada do estágio sob o qual a regulação não foi mais suficientemente adequada ao *regime de acumulação*. Nesses casos, emergem crises estruturais que deverão ser posteriormente estabilizadas por novas fases de *regulação*. Sob essa perspectiva, as crises, mesmo as estruturais, são analisadas na chave cíclica, como constituinte ao funcionamento normal do capitalismo.

Aqui reside uma das críticas possíveis à Escola da Regulação. Segundo observam alguns autores (BRENNER; GLICK, s.d.; BRAGA, 2003), ao conceberem a crise numa historicidade cíclica, os regulacionistas acabam por suscitar justamente parte daquilo que criticam, quando contestam a falta de historicidade dos modelos neoclássicos de histórica econômica. Além disso, fixados em observar a dinâmica do capitalismo mediante seu desenvolvimento institucional, eles pouco atentam para as relações particulares que ocorrem em cada fase analisada. Apesar do reconhecido complexo institucional, definido na categoria *modo de regulação*, o modo de desenvolvimento do “regime de acumulação” é negligenciado em virtude da dinâmica sucessiva entre “instabilidade/estabilidade”.

Nesse aspecto, a interferência do poder de agentes privados no ordenamento do Estado, sob a lógica econômica que os inscreve, tende a ser fragilmente analisada. Conforme observamos na leitura regulacionista de Mascaro (2013), mesmo no contexto de crises capitalistas, existe determinada regulação estatal, materializada sobretudo pela sua forma jurídica. O que subjaz a essa perspectiva, mais uma vez, é o entendimento de que o “político” é uma espécie de esfera capaz de estabelecer regularidade ao modo econômico existente. Sendo assim, em face da produção jurídica de uma legislação ordinária, ele pode inclusive produzir uma legislação extraordinária, adequada aos contextos de crises. A excepcionalidade aqui é contraditoriamente a própria regra do jogo capitalista.

A problematização crítica que compartilho sobre essa leitura é que o foco acaba pairando sobre a gestão institucional, que no limite torna-se estatal. Assim, “a crise do capital é interpretada como uma crise da regulação salarial localizada, fundamentalmente, no âmbito das contradições produzidas pela organização do processo de trabalho” (BRAGA, 2003, p. 37). A regulação é percebida como um instrumento político que imbricado a lógica dos variados regimes de acumulação capitalistas, pode ser capaz de produzir estabilidade, diante das instabilidades próprias ao sistema.

Portanto, contraditoriamente à radical perspectiva utópica de rompimento do Capital, há uma harmonização fundamental, identificada nos mecanismos de regulação, que alargam direitos, ao passo que viabilizam a reprodução de sua negação. A crise intrínseca ao capitalismo pode ser temporariamente regulada. Esse é o cerne da questão. Segundo Braga (2003), a crença no processo evolutivo de civilização se dá justamente no progresso das instituições regulatórias, sendo imprescindível o protagonismo estatal. A crise, que é econômica, torna-se, no limite, uma crise política, tendo em vista a centralidade concedida ao “modo de regulação” no ordenamento da lógica capitalista.

Contudo, não é possível identificar nessa perspectiva uma concepção meramente unilinear da evolução estatal. Muito pelo contrário, sua caracterização é ambivalente. Para o próprio Aglietta (*apud* BRAGA, 2003, p. 67), “a ambivalência da regulação encontra-se globalizada no Estado. Ele é o totalizador das tensões sociais que atravessam as formas estruturais. A criação de novas instituições por intermédio da expressão política dos conflitos passa pelo Estado”.

O cerne do argumento crítico é que os regulacionistas acabam apostando demasiado no Estado e no complexo institucional que se entrelaça ao seu redor (como forma de obter maior bem-estar social). Dessa maneira, negligenciam na prática aquilo que sinalizavam como

inovação teórico-metodológica, que são as mediações entre as diversas instituições e agentes sociais. Nessa perspectiva, como também notaram outros autores (BRENNER; GLICK, s.d.; BRAGA, 2003), ao centralizar o papel do Estado na regulação da dinâmica econômica capitalista, os autores regulacionistas acabaram por atribuir à esfera política um *sobrepoder* imposto à subsumida esfera econômica. Mais que isso, no escopo do complexo institucional, eles centralizam na relação salarial a determinação da estabilidade ou instabilidade da lógica capitalista. Ao fazerem isso, os regulacionistas acabam por perder de vista justamente as relações intermediárias que condicionavam o fomento/regulação do capitalismo.

Assim, a meu ver, o Estado não é subsumido nos fenômenos que observamos, mas eles também não se constituem simplesmente como condensadores regulares dos conflitos. Sob a ótica oficial mediada pelo Estado, o que há é uma crise que se apresenta pela retórica da *oportunidade única* do desenvolvimento local. O conflito é mais do que condensado, ele é, ao menos em narrativa, pretensamente eliminado em prol do funcionamento privado que se dissimula como esfera pública para o bem comum.

Por isso, ao dialogarmos com esses postulados aqui, interessa-nos fundamentalmente observar sincronicamente o processo sob o qual a atuação do Estado, mediado fortemente pelas parcerias privadas, engendram um tipo de intervenção urbana específica. Com efeito, a forma Estado é uma síntese que deve supor a forma capitalista da qual decorrem em geral os processos particulares de espetacularização das cidades. É nessa chave analítica que os megaeventos funcionam como mecanismo político (regulatório) para a espetacularização.

Mesmo sem utilizar explicitamente as categorias de “modo de regulação” e “regime de acumulação”, o teórico David Harvey é compreendido como um dos autores próximos a essa Escola (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011). De fato, a meu ver, nas análises tecidas por Harvey (1994; 2004; 2005; 2011; 2014) é possível identificarmos uma imbricada relação entre a esfera econômica do Capital e seus processos políticos. Na ótica do autor, por exemplo, as crises são parte da lógica de desenvolvimento capitalista, na medida em que instauram suscetíveis ciclos de racionalização (ao menos temporária) diante da irracionalidade própria ao sistema. Para ele (HARVEY, 2011, p. 18), “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe” (HARVEY, 2011, p. 18). Essa tese do autor, ainda que ele não externalize isso, tem relação direta com parte do bojo analítico das teorias da regulação, na qual se concebe ser o *modo de regulação* (esfera política) o complexo institucional capaz de criar ciclos de

estabilidade em face da irracionalidade ordinária dos *regimes de acumulação* capitalistas (esfera econômica).

No entanto, o autor completa sua tese afirmando que isso é percebido como uma tendência e não como uma lei histórica. Dessa maneira, tomando como referência empírica a crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos, ele adverte que: “Tudo isso pode dar errado, politicamente. Mas a classe política dos EUA até agora cedeu ao pragmatismo financeiro e não tocou as raízes do problema” (HARVEY, 2011, p. 18). Sob essa advertência, o autor qualifica e complexifica sua tese, mas ainda parece situar-se numa concepção que desloca, para o âmbito da gestão e das disputas de projetos políticos, a historicidade do capitalismo, como se sua dimensão econômica fosse subsumida a escolhas de poder, dando-lhe, pois, um caráter ambivalente. De um lado está o ordenamento social, que é acima de tudo histórico, logo, passível de mudança. Do outro, sob apreensão das sucessivas crises, ele toma a irracionalidade como uma espécie de natureza imutável do capitalismo, ainda que reparável.

Não obstante, diferente dos *teóricos iniciais da regulação*, conforme assinalam em pertinente crítica alguns autores (BRAGA, 2003; BRENNER; GLICK, s.d.; ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011), Harvey aqui não abandona a perspectiva da luta de classes como dimensão capaz de alterar a lógica dicotômica entre “instabilidade-estabilidade”. Nas palavras do autor (HARVEY, 2011, p. 18), “a possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau com que a massa da população se levanta e diz: ‘Já basta, vamos mudar o sistema’”.

Na esteira interpretativa de Harvey, Almeida Filho e Paulani (2011) observam que as contradições entre as *lógicas territorial* (compreendida como o arcabouço político) e *capital* (que diz respeito ao espectro econômico) (HARVEY, 2004) são respondidas pelo autor como um processo que de fato não tem nenhuma relação direta, mas que acabam (indiretamente) impactando uma na outra. No caso de espaços produzidos pela *lógica territorial*, como estradas e sistemas de comunicação (construídos por necessidades administrativas, controle e defesa militar), por exemplo, Harvey (2004) observa como há uma repercussão em favor de determinadas demandas da lógica do Capital, na medida em que provocam maior fluidez ao fluxo de bens, de trabalho e dinheiro.

O impacto entre essas lógicas torna-se deliberadamente direto quando o território está sob pleno domínio da *lógica do capital*. Nesses casos, o tipo de acumulação que se exerce se caracteriza pela chamada *acumulação por espoliação*, na qual o Estado não é descartado e passa a figurar centralmente no papel de viabilizador do desenvolvimento capitalista.

Conforme notam Almeida Filho e Paulani (2011), isso ocorre tanto em virtude da produção de capital fictício, construção e imposição de leis, quanto pelo monopólio do uso da violência. Assim, de acordo com assinalação dos autores (2011, p. 257), na ótica de Harvey, o Estado ocupa um papel ativo¹⁶², mesmo no pós 1970,

seja por meio da abertura de novos territórios de acumulação (como nos processos de privatização), seja através da criação exacerbada de capital fictício (principalmente dívida pública), seja finalmente, como facilitador dos processos de financeirização da riqueza (por conta de deter o monopólio da violência e a prerrogativa de formular leis).

Sob essa chave analítica, observa-se que ao longo do desenvolvimento capitalista, a busca por um novo receituário de estabilização exigiu, todavia, novas reorientações ao regime de acumulação, mais flexível e espoliativo desde os anos de 1970 (HARVEY, 1994; 2004; 2005; 2011). Com a ruptura do padrão outro-dólar promovido pelos Estados Unidos, das orientações políticas de expansão de mercados internacionais (notáveis especialmente a partir do Consenso de Washington), e a fragilização das fronteiras nacionais, o papel do Estado acabou também sendo modificado. A condição de Estado-nação foi predominantemente preterida em virtude de um fluxo global de mercadorias e sujeitos aptos às novas *estratégias* de produção e circulação. Com efeito, uma das principais características dessa nova ordem financeira foi o crescimento exponencial da especulação capitalista. A emergência dos regimes institucionais de parcerias público-privadas se dá justamente nesse contexto.

De acordo com o que analisamos anteriormente, no âmbito das cidades, essas medidas foram também significativas. Sob a lógica da economia financeirizada, a produção dos espaços urbanos passou a ter como grande meta a promoção de imagens especulares, supostamente atrativas para os investidores financeiros. Na prática, os gestores e planejadores urbanos se esforçavam pra enunciar arquétipos especulativos em virtude de investimentos também não menos especulativos. Nessa arena, boa parte dos governos locais de países emergentes, periféricos ou simplesmente não centrais, como o Brasil, acreditava ou discursava ser possível desenvolver seus territórios locais em virtude da espetacularização

¹⁶² É válido ressaltar aqui que, para Almeida Filho e Paulani (2011), um dos principais pontos positivos da interpretação de Harvey encontra-se justamente em reconhecer o papel do Estado, sem que isso lhe infira uma redução, sob a qual toda regulação parece se identificar absolutamente na esfera estatal. Dessa maneira, em acordo com os autores (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011), reitero que a soberania do Estado diante da esfera econômica capitalista parece plausível apenas se considerarmos as narrativas que buscam demonstrar consensualmente a importância dos gastos públicos e de toda exceção concedida no processo de espetacularização urbana. Ela se constitui, portanto, muito mais como uma retórica de autovalidação do papel do Estado, no qual forja-se articuladamente o discurso da sensação generalizada de crise e sua eficaz solução na atuação providencial do Estado.

urbana, marcada notadamente por características que pudessem ser percebidas como atrativas para a captação de investidores financeiros. Estabelece-se assim uma tendência do empreendedorismo urbano através das *políticas da criatividade*, na qual a cultura local era acionada através de mecanismos estratégicos de suposta revalorização, com dimensão atrativa ao capital financeiro.

Não por acaso, em acordo com as características dos negócios financeiros, conforme destaca Gusmão (2014), parte significativa da produção do espaço urbano se caracteriza pela lógica especulativa, na qual a *maquiagem espetacular* torna-se central para as intervenções materializáveis. Entretanto, conforme nota Harvey (2011), baseado nessas características, os investimentos em produção efetiva são cada vez menores, em detrimento da aposta crescente nos ativos financeiros e no jogo especulativo que os circunscrevem. Sob a égide da mercantilização financeira, tudo poderia se tornar rentável, desde que especulado e circulado por capital fictício. É sintomático observarmos como as finanças superam a produção em nível global¹⁶³, pois, de fato, não se trata de um fenômeno exclusivamente urbano. Diz respeito à lógica que circula nas relações de acumulação do capitalismo contemporâneo como um todo (HARVEY, 2011).

Nessa chave explicativa, é possível entender o crescimento do poder de agências multilaterais de financiamento e organizações paraestatais como a FIFA e o COI. Em face da sensação de crise generalizada (ARANTES, 2009; MARICATO, 2009; VAINER, 2009; BESSA; ÁLVARES, 2014), o conjunto de ações necessárias para sua superação se expande para além do Estado, ou seja, ocorre não apenas no âmbito da forma jurídica do Estado, mas deve predominantemente ocorrer por meio dos arranjos tecidos entre os diversos setores (público e privado) fundamentais para esse fim. Nesse aspecto estamos de acordo com Mascaro (2013, p. 124), quando assevera que,

de algum modo, o modelo pós-fordista pode ser compreendido como um alheamento do Estado diante da economia, representado um triunfo mortal desta sobre aquele. O neoliberalismo não é uma política dos capitais contra os Estados, é uma política dos capitais passando pelos Estados. Os graus de liberalização são empreendidos por meio de políticas econômicas estatais.

Dessa maneira, o postulado analítico considera centralmente o Estado, com o propósito de entender suas correlações estendidas para além de sua forma interna. Esse processo nos parece bastante condizente ao contexto da espetacularização urbana,

¹⁶³ Segundo informa Harvey (2011), em 2005, enquanto o capital produtivo acumulava um montante de 45 trilhões de dólares, o capital financeiro chegava à faixa de 250 trilhões de dólares. A mesma lógica foi também acionada pelo Brasil, quando anunciaram os supostos rendimentos com a exploração do Pré-Sal.

intensificada excepcionalmente pelos megaeventos esportivos no Brasil. Todas as medidas, que vão desde as alterações legislativas, criação de agências executivas específicas, isenções tributárias, etc., sinalizam não para um desaparecimento do Estado em meio à ordem neoliberal ou neodesenvolvimentista, mas para sua mediação público-privada.

Nesse sentido, as crises não são a excepcionalidade da questão, mas constituem a condição ordinária do processo que desembocou, de maneira geral, na mercantilização das cidades. Sob essas características, os megaeventos funcionam como mecanismos de esgarçamentos da lógica das espetacularizações urbanas. Eles ocorrem como um modo de regulação que tenta enfrentar a crise do regime de acumulação capitalista. Para tanto, o papel do Estado não é descartável, tampouco se constitui com mero meio ou fim do processo. Seu funcionamento se caracteriza efetivamente como uma espécie de correia da dinâmica capitalista.

Portanto, contrariamente ao assinalado pela crença regulacionista mais clássica, a atuação do Estado sob esse processo não garante a geração de regularidades econômicas, ainda que ambivalentes, mas potencializa cronicamente o estágio de fragilização social mediante a espetacularização da vida social. A privatização de direitos e o encurtamento da participação social crítica são dissimuladas pela regulação invertida, sob a qual busca-se edificar a formação do pensamento único em detrimento do utópico estágio de “mais cidadania”. Esse é, pois, o espetáculo produzido na articulação heterogênea e dinamicamente hierárquica que se estabelece entre agentes privados (empresariais locais), organizações multinacionais e paraestatais e os diversos segmentos do Estado (nos diversos níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal).

Para essa forma estatal cria-se uma específica *forma política*, pautada não mais na produção de direitos fundamentais. O Estado, aqui, não pode ser pensado dentro da clássica formulação regulacionista de mediador de direitos e deveres, constituintes a determinada ideia de cidadania. Ele precisa ser entendido por um modo de regulação público-privado, por vezes ainda mais subserviente à ótica maior do mercado.

III.3. Estatização Privada e Privatização Pública: “Política às avessas”?

*IV- mobilizar a sociedade e o mercado, coordenando os esforços para a realização de seminários, workshops, bolsas e rodadas de negócios, preparação do voluntariado que apoiará o evento, promoção e marketing do município como destino turístico e de negócios, dentre outras ações*¹⁶⁴.

*[...] não podemos perder a oportunidade de obter benefícios integrados a todas as ações que estão sendo vislumbradas até 2014 e anos seguintes, que vão desde atividades simples até obras de infraestrutura de alta complexidade que realmente impactem a vida do povo baiano e que perdurem em um horizonte de longo prazo*¹⁶⁵.

*O governo do Estado da Bahia estabeleceu o legado como a principal base do planejamento do Programa Copa 2014 na Bahia, ou seja, tudo aquilo que será adquirido, alcançado e deixado para a população baiana com a realização da Copa do Mundo da FIFA depois de 2014*¹⁶⁶.

Jérôme Valcke elogiou o bom andamento das obras na Arena Fonte Nova. O secretário destacou o ritmo acelerado com que os trabalhadores tocavam os trabalhos, enquanto a visita acontecia.

*- Desde que chegamos aqui, já pude observar que duas membranas da cobertura foram puxadas. Me disseram que a cobertura ficará pronta em dez dias, acho que nesse ritmo, em cinco já estará completa. Tenho plena confiança que não haverá atrasos na entrega da Arena. Nesta manhã também tivemos boas explicações sobre o estádio e também sobre as frotas de transporte. Sabemos das dificuldades de ter um estádio dentro da cidade, mas temos trabalhado junto*¹⁶⁷.

No contexto da espetacularização urbana, intensificada pelo tempo de megaeventos, a relação entre atores públicos e privados se complexifica e vai muito além do estabelecimento de uma parceria. O que temos observado, tanto no âmbito federal, quanto a partir das declarações e ações das agências do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador, é um delicado processo, sob o qual ocorre uma espécie de inversão de papéis, justificado excepcionalmente junto ao contexto maior dos megaeventos, no qual se inscreve a cidade de Salvador. Por um lado tem-se o Estado como aparente gerenciador de uma oportunidade de negócios privados. Por outro, tem-se no próprio aparato estatal, o ator central, na medida em que se apresenta como financiador soberano da infraestrutura de um

¹⁶⁴ Objetivo oficial da ECOPA, órgão municipal da prefeitura de Salvador, criado excepcionalmente em virtude dos megaeventos. Disponível em: <http://www.copa.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&catid=2&Itemid=101>. Acessado em 10/12/2013.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Depoimento contido no PDC (SECOPA, 2011, p. 13).

¹⁶⁷ Depoimento do Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke ao SEMPRE BAHIA, em visita a cidade de Salvador no começo do ano de 2013. Disponível em: <<http://www.semprebahia.com/fifa-elogia-salvador-e-fonte-nova-mas-pede-prioridade-na-comunicacao/>>. Acessado em 06/05/2013.

evento privado, que apesar de sua característica restritiva, no que diz respeito às possibilidades efetivas de participação, infere-se de maneira prioritária na ordem dos orçamentos e espaços públicos.

O que subjaz a essa inversão de papéis é um conjunto de justificação, operacionalizado por uma lógica política que tende destituir, da *política*, as possibilidades reivindicatórias de reparação de danos. Dessa forma, em nome de um suposto grande *legado*, advindo da ideia de “grande e única oportunidade”, estabeleceram um modo específico de gerir o Estado e uma maneira singular de ação de poder institucional, que envolve os poderes públicos e privados intrinsecamente ligados à preparação e realização dos megaeventos.

Diferente do que algumas compreensões possam considerar, a *política*, enquanto dinâmica que envolve relações de poder ou possibilidades de exercer influência, não é pautada pelos consensos. Segundo Rancière (1996), a *política* é justamente o processo de reivindicação de parte por aqueles sem parte, ou seja, é o conjunto social ou individual que requer o direito que lhe foi destituído. Nessa perspectiva, a *política* é inevitavelmente uma dinâmica permeada por conflitos, como condição, inclusive, de sua própria existência. O consenso não pressupõe democracia, mas o apagamento da política, da visibilidade da ordem desigual e do seu consequente conflito. O “povo” é forçosamente tornado igual. Equaciona-se a desigualdade das partes porque sua soma foi feita sem considerar seu erro constituinte e instaurador. Para Rancière (1996, p. 107-108),

Esse povo presente sob forma de sua redução estatística é um povo transformado em objeto de conhecimento e de previsão que afasta a aparência e suas polêmicas. A partir daí, podem instaurar-se procedimentos de contagem exaustiva. O povo é idêntico à soma de suas partes. A soma de suas opiniões é igual à soma das partes que o constituem, a contagem é sempre par e sem resto. E esse povo absolutamente igual a si também sempre é passível de ser decomposto em seu real: suas categorias sócio-profissionais e suas classes etárias.

Portanto, assim opera o consenso enquanto práticas de poder esvaziadas de conflito, uma vez em que a ação propriamente política foi destituída em nome de uma unidade inquestionável. Dessa forma é que argumentamos sobre as políticas urbano/culturais dos megaeventos da FIFA. A supressão da aparência do povo, a qual se refere Rancière, é também a supressão do conflito imanente à parte dos *sem parcela* e sobretudo diz respeito à impossibilidade de tornar visível a divisão desigual que se estabelece dentro das narrativas retóricas do legado das Copas. Quando o povo é tornado unidade, suprime-se as diferenças

e/ou desigualdades de suas partes, ignorando intencionalmente a possibilidade do litígio proveniente dessa condição desigual:

A essa supressão da aparência do povo e de sua diferença a si devem, então, corresponder processos de supressão do litígio pela problematização de todo objeto de litígio que poderia reanimar o nome do povo e as aparências de sua divisão (RANCIÈRE, 1996, p. 109).

Isso permite pensarmos, por exemplo, que quando se constrói a unidade do “baiano”, “baianidade” e da própria “Bahia”, edifica-se também narrativas imagéticas da era “pós-democrática”, nos termos de Rancière, na medida em que sua construção oculta e impede que a multiplicidade, desigual e distinta, evidencie suas formas de mundo, operadas sobretudo por diferentes lógicas. Essas ações, por mais que sejam de poder e correspondam ao interesse de certos atores sociais, podem ser, sob esses termos, ações *policiais*¹⁶⁸ que resultam na destituição de ações *políticas*.

Para Oliveira (2010), a destituição do espaço de debate mediante a estratégia de expressar a aparência de uma nova era, na qual os sem vozes agora poderiam falar, é apenas uma nova forma de dominar. Quanto mais se fala em política, mais se extingue sua existência. Dessa maneira, é uma espécie de “hegemonia às avessas” que marcaria o *legado* da Copa para a cidade de Salvador, na qual é justamente o “povo”, que são todos e, assim o sendo, não é ninguém exatamente, que estaria sendo beneficiado com as políticas urbanas implementadas na cidade, *em tempo de Copa*.

Segundo a análise de Coutinho (2010), é possível interpretar que a “hegemonia às avessas” é de fato a “hegemonia da pequena política”. Para o autor (COUTINHO, 2010, p. 32), “existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente”. A meu ver, é justamente a partir desta forma ativa de dominação que se reveste o discurso oficial dos construtores da cidade de Salvador, enquanto sede dos megaeventos esportivos, quando buscam justificar as intervenções urbano/culturais à imagem da cidade singular e beneficiada pelo desenvolvimento socioeconômico local.

¹⁶⁸ Segundo Rancière (1996), as ações policiais correspondem à lógica que distribui e controla as partes, sem necessariamente reparar os processos de desigualdades na distribuição ou ausência de direitos. Sendo assim, sob a lógica da *política*, a democracia não ignora o jogo vigente do poder, mas através dele existe, com o intuito de modificá-lo. Sob a lógica *policia*, ao contrário, a democracia inexistente, na medida em que não permite o litígio, pelo simples fato de não reconhecer como diferentes e existentes as partes envolvidas.

Entretanto, é imprescindível ressaltar que a cidade não é apenas resultado daquilo que se projeta para ela. Apesar da interferência direta nos (re)ordenamentos dos espaços e no *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2008a), promovidos pelas políticas urbanas e culturais, a formação de *lugares* e sobretudo dos *espaços públicos* sempre tendem a abrir novas possibilidades, marcadas por distintas *táticas* e *estratégias* (CERTEAU, 1998) nos usos e *contra-usos* (LEITE, 2007) dos espaços. Nessa perspectiva, a eliminação do conflito não seria o resultado exclusivo e efetivamente observado nas políticas dos *usos*¹⁶⁹ da cidade. Pois se é verdade que certos nichos urbanos podem se formar pelas “possibilidades de entendimento”¹⁷⁰ (LEITE, 2007), também o é que a marca do *espaço público* das cidades contemporâneas é o “desentendimento” (RANCIÈRE, 1996).

Todavia, diante do que temos observado, especificamente na cidade de Salvador, consideramos como hipótese explicativa que a lógica que tem pautado boa parte das políticas urbano/culturais na capital baiana, *em tempo de Copa*, apresenta como tônica maior a preocupação, quase imperativa, de aproveitamento da “oportunidade”, sempre seguido da ponderação de que todos os esforços despendidos gerarão importantes “legados” para toda a sociedade.

Conforme o Plano Diretor da Copa (SECOPA, 2011), por exemplo, o *referencial* (MULLER, 1995) do *legado* seria materializado em sete outras dimensões, a saber: “Qualificação e Capacitação Profissional”; “Responsabilidade Socioambiental”; “Fortalecimento do Futebol”; “Valorização da Cultura Local”; “Infraestrutura Física, Mobilidade Urbana e Acessibilidade”; “Inclusão Social” e “Participação Cidadã”.

De acordo com o que assinalamos anteriormente, tanto essas dimensões do *legado* da Copa, quanto à retórica da *oportunidade única*, encontram amparo narrativo nas representações acerca dos novos “fazer” e “saberes” políticos constituintes aos modelos de governança, implementados no Brasil a partir das últimas décadas do século XX. Entretanto,

¹⁶⁹ Para Leite, são os usos que atribuem sentidos e caracterizam os espaços das cidades, transformando-os de “espaços urbanos” para “lugares” e/ou “espaços públicos”. Por “espaço urbano” entende-se o logradouro físico, uma delimitação geográfica, mas que não é dotada de sentidos de pertença ou de conflitos simbólicos. Quando esse simples logradouro físico recebe representações simbólicas e significados de pertencimentos, o autor denomina como “lugar”. O “lugar” inscreve-se no “espaço público”, o qual demarca não apenas convergência de sentidos, mas diferenças, expondo-se assim a fronteiras e conflitos simbólicos. Essa premissa é, por assim dizer, a tese central do autor no que diz respeito à construção socioespacial das cidades contemporâneas. O autor está interessado em compreender as cidades para além das delimitações físicas e oficiais. Segundo ele, são as práticas, conflituosas ou não, que geram os significados e contrassignificados das cidades.

¹⁷⁰ Leite (2007) diferencia “consenso” de “entendimento”. O primeiro diz respeito a um processo político de reajustamento das diferenças em uma concepção final comum. Já o “entendimento” refere-se à convergência de sentidos obtida sem julgamento político inferido.

como bem sublinhou Anete Ivo (2000), apesar de essas formas de agir e pensar serem enunciadas diante do comprometimento com os princípios de democracia, liberdade e igualdade social, o desafio de estabelecer plenamente estes ideais continua a ser enfrentado diante da continuidade, nem sempre apenas residual, de valores culturais autoritários e elitistas desenvolvidos ao longo da história brasileira.

Não obstante, tem praticamente se tornado imperativo aos projetos de intervenções, especialmente aqueles de caráter internacional, como no caso do megaevento da Copa do Mundo da FIFA, considerar a importância da participação social e o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico local. Evidente que essa premissa – *politicamente correta*, mas também sociologicamente populista – de que todos devem ganhar com as referidas intervenções serve, por vezes, antes de mais nada, como condição para que os atores institucionais construtores e organizadores do megaevento adquiram recursos financeiros de ordem pública e/ou privada.

Diante dessa perspectiva, a tese sobre o “desentendimento” de Rancière (1996) contribui no debate crítico sobre a forma como os projetos e ações construídos na cidade de Salvador, *em tempo de Copa*, tem se desenvolvido. Ao argumentar que a existência do *desentendimento* é uma das condições fundamentais para a existência da *política*, Rancière chama atenção para uma característica crucial e historicamente ignorada da democracia, que é o dissenso. Para o autor, em contraponto à perspectiva aristotélica¹⁷¹, existe *política* quando há conflito na medida em que a parte dos sem-parcela reivindica frente às outras partes seus direitos, ou seja, há *política* “se a comunidade da capacidade argumentativa e da capacidade metafórica é, a qualquer hora e pela ação de qualquer um, passível de ocorrer” (RANCIÈRE, 1996, p. 70).

Para entender a razão do *desentendimento*, é preciso compreender sob quais condições a palavra é dada aos sujeitos. Essa questão parece ser central para Rancière (1996), já que ele entende o conflito como dimensão visível e inevitável da própria constituição da política. Dessa forma, a palavra não pode ser vista apenas a partir do que ela literalmente diz. Essa perspectiva pautada pelo autor se opõe à lógica habermasiana, que visualiza justamente na racionalidade comunicativa a chave para a segurança ética da democracia e da justiça modernas.

¹⁷¹ Segundo Rancière (1996), Aristóteles observa a organização da cidade, e possivelmente a estruturação da política a partir não do dano que precede os direitos do indivíduo, mas por uma espécie de interdependência harmônica entre os títulos da comunidade. Assim, a riqueza dos poucos (os *oligoi*), a virtude ou a excelência (*areté*) que geraria os melhores (os *aristoi*) e a liberdade (a *eleutéria*) que faz parte da constituição do povo (*demos*), estabeleceriam entre si uma vinculação coesa e pacífica.

O que reside a essa perspectiva analítica de Rancière é o fundamento de que o conflito está na *palavra*, mesmo quando ela aparenta expressar entendimento, pois, de fato, reafirma o desentendimento. Assevera o autor: “Toda situação de interlocução e de argumentação está de saída fragmentada pela questão litigiosa – não resolvida e conflituosa – de saber o que se deduz do entendimento de uma linguagem” (RANCIÈRE, 1996, p. 60). Com efeito, observa o autor que a noção de entendimento carrega consigo um paradoxo, a saber: “Os que pensam que existe entendimento no entendimento precisamente só podem fazer valer essa dedução a não ser sob a forma de conflito, do desentendimento, já que devem fazer ver uma consequência que nada deixa ver” (RANCIÈRE, 1996, p. 61).

Esse *paradoxo do entendimento*, de outra forma dito, parece-nos destacar que o entendimento só pode ser validado enquanto tal na medida em que se reconhece a existência do seu contrário opositor, o próprio desentendimento. Sendo assim, o autor propõe um deslocamento analítico, observando que o que importa é a condição de “parte” da “parte” que fala e ouve. Especificamente, afirma Rancière (1996, p. 61),

o problema está em saber se os sujeitos que se fazem contar na interlocução ‘são’ ou ‘não são’, se falam ou produzem ruído. Está em saber se cabe ver o objeto que eles designam como o objeto visível do conflito. Está em saber se a linguagem comum na qual expõem o dano é, realmente, uma linguagem comum.

Por sua vez, o *desentendimento* se faz pelo reparo ao “não reconhecimento” e sobretudo à ausência de parte concedida. É por não aceitar a *parte* dos *sem partes* que, entre os que reivindicam e aqueles que são alvos da reivindicação, há o *desentendimento*. Na estrutura do desentendimento identificada numa interlocução, nota-se que se reproduz a negação da *comunidade*; da propriedade do indivíduo; da *parte* e da condição de exercê-la. Sendo assim, conclui-se que a palavra diz mais do que aparenta dizer:

Em toda discussão social em que há efetivamente algo a discutir é essa a estrutura que está implícita, essa estrutura na qual o lugar, o objeto e os sujeitos da discussão estão, eles próprios, em litígio e têm primeiro de ser testados. Antes de qualquer confronto de interesses e de valores, antes de qualquer submissão de afirmações a pedidos de validade entre parceiros constituídos, há o litígio em torno da existência do litígio e das partes que nele se enfrentam. Pois a ideia de que os seres falantes são iguais por sua capacidade comum de falar é uma ideia razoável/desarrazoada, desarrazoada em relação à maneira como se estruturam as sociedades, desde as antigas realidades sagradas até as modernas sociedades de peritos. A afirmação de um mundo comum efetua-se assim numa encenação paradoxal que coloca juntas a comunidade e a não-comunidade. E uma tal conjunção remete sempre ao

paradoxo e ao escândalo que perturba as situações legítimas de comunicação, as divisões legítimas dos mundos e das linguagens, e redistribui a maneira como os corpos falantes estão distribuídos numa articulação entre a ordem do dizer, a ordem do fazer e a ordem do ser (RANCIÈRE, 1996, p. 65-66).

Nessa perspectiva, aquilo que comumente entende-se por “consenso”, como produto benéfico da “democracia”, é (nos termos rancierianos) o processo de destituição da política. O autor argumenta que a “democracia” deve ser entendida como uma maneira de ser do político, mas, considerando o processo avesso que temos vivenciado, Rancière propõe o termo “pós-democracia” como forma explicativa que expressa a negação e o impedimento da existência da política:

A pós-democracia é a prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia de *depois* do *demos*, de uma democracia que liquidou a aparência, o erro na conta e o litígio do povo, redutível portanto ao jogo único dos dispositivos de Estado e das composições de energias e de interesses sociais (RANCIÈRE, 1996, p. 106).

Segundo essa linha conceitual e analítica, Rancière diferencia fundamentalmente o agente democrático do agente pós-democrático:

O interlocutor democrático era uma pessoa inédita, constituído para fazer ver o litígio e constituir suas partes. O parceiro da pós-democracia é, por sua vez, identificado à parte existente da sociedade que a problematização envolve como solução. Daí decorre supostamente a composição das opiniões no sentido da solução que se impõe por si só como a mais racional, isto é, em definitivo como a única objetivamente possível (RANCIÈRE, 1996, p. 109).

Pode-se observar como isso se aplica ao discurso da viabilidade pautada pelas novas formas de gestão urbana, que estreitam relações entre os poderes público e privado. “Assim se reafirma o ideal de uma adequação entre Estado gestor e Estado de direito pelo ‘ausentamento’ do *demos* e das formas do litígio ligados a seu nome e a suas diversas figuras.” (RANCIÈRE, 1996, p. 109).

Essa noção de *política*, ressignificada pela perspectiva rancieriana, a partir do diálogo crítico com sua gênese, pautada pela observação das cidades-estado gregas, apesar de lançadas teoricamente no contexto da modernidade, esboça sobre os pilares constituintes a uma intensa crítica. Na medida em que os ideais do projeto moderno observam, através da centralidade do Estado-nação, o progresso e a racionalização como forma ideal do avanço

democrático (HABERMAS, 1984; HARVEY, 1994; KUMAR, 2006), tem-se uma distinção entre a *política*, defendida na tese de Rancière (1996), e o princípio *policial* da modernidade.

Nesse sentido, talvez o que a crítica rancieriana potencialize é menos a caracterização de uma nova sociedade e mais o lançamento de uma nova compreensão de sujeito, pautada pelo ato político e possuído pelo direito à diferença. A esse respeito, na análise sobre os desdobramentos teóricos¹⁷² da teoria da sociedade pós-industrial, Kumar (2006) nos ajuda a entender que, apesar dessas ideias de pós-industrial, pós-fordismo e pós-modernismo se constituírem como “conceitos de contrastes”, a principal distinção entre modernidade e pós-modernidade é a mudança epistêmica. Dessa forma, a crítica de Rancière sobre o esvaziamento da *política*, explorada fundamentalmente não apenas como oposição binária dos processos sociais de construção dos consensos, ajuda-nos a entender que talvez haja na *política* algo ainda mais contingencial, potencialmente subversivo ao controle *policial*. Afirma o autor (RANCIÈRE, 1996, p. 30):

o fundamento da política, se não é natureza, não é tampouco convenção: é ausência de fundamento, é a pura contingência de toda ordem social. Há política simplesmente porque nenhuma ordem social está fundada na natureza, porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas.

Portanto, por tudo isso, consideramos que, por um lado, essa noção do imponderável, pretensamente contida pela ordem, pode servir para pensarmos as práticas sociais nos espaços urbanos e públicos diante das intervenções de regulação dos usos e sentidos, implementadas pelos atores construtores dos megaeventos. Por outro, argumentamos, como uma das hipóteses centrais deste trabalho, que a lógica sob a qual essas ações se estabelecem referem-se a uma espécie de “*política às avessas*”, na medida em que os esforços institucionais de poder (por parte dos poderes públicos estadual e municipal e de determinados atores privados) vislumbram engendrar a constituição de um consenso pautado no suposto legado socioeconômico local, advindo do exercício adequado à “grande oportunidade” proposta, *em tempo de Copa*. Dito de outra maneira, a dinâmica que pauta as políticas urbano/culturais no contexto dos megaeventos, na cidade de Salvador-BA, ocorre por uma política que tem seu êxito na destruição dos conflitos, ou quaisquer questionamentos críticos sobre a forma gerencial imposta à cidade. De igual modo, a ação de destituição é também a consolidação do

¹⁷² Segundo Kumar (2006), a teoria da “sociedade de informação”, o “pós-fordismo” e o “pós-modernismo” se constituem como desdobramentos analíticos da tese da sociedade pós-industrial, surgida inicialmente entre as décadas de 1960 e 1970.

modo de perceber os acontecimentos, internalizados através de uma naturalização das benesses promovidas à valorização da suposta *cultura genuína* do povo baiano.

IV. ENTRE ESPAÇOS URBANOS E PÚBLICOS: LUGARES NA COPA?

Os aspectos que fizeram de Salvador uma das sedes foram a qualidade do projeto do novo estádio da Fonte Nova, que cumpriu todas as exigências da FIFA, além do fato de Salvador ser o primeiro destino turístico do Norte e Nordeste e terceiro no país, possuindo uma localização privilegiada no território brasileiro, facilmente acessível por via aérea e terrestre, tem um povo extremamente hospitaleiro e apaixonado por futebol¹⁷³.

Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço [...] aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los ou transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (CERTEAU, 1998, p. 200).

A divulgação da escolha da cidade de Salvador como sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e do seu “evento teste”, a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, entrelaça-se a uma linguagem que, para além dos significados linguísticos em si, arremetem o leitor a uma leve sensação de potencial usuário, no caso especialmente destacado pela Empresa Turismo Salvador, uma espécie de futuro turista. Entre outras possibilidades, como resultado desse esforço de junção entre um fato concreto e abstrato, a representação que se deriva da informação posta acima nos permite inferir sobre a noção de espaço na qual essa cidade relatada se inscreve.

Neste capítulo, adentraremos na discussão de algumas leituras teóricas que podem ser mobilizadas para entender os processos de construção e caracterização dos espaços da cidade, agregando um conjunto diferenciando de determinadas categorias analíticas, a partir das observações registradas na pesquisa de campo da capital baiana. Mediante os usos projetados e experimentados *na* e *para* a cidade de Salvador-BA, objetiva-se aqui refletir como os espaços em construção funcionam como forma eficaz para que a relação entre as políticas urbano/culturais e as imagens de consumo da cidade sejam elucidadas e problematizadas. Ao recorrermos aos meandros dessa produção do espaço, assumimos como pressuposto significativo o fato de que a imagem analisada é construção imaginária e concreta. Logo, ainda que ela seja oficialmente projetada para refletir a marca positivada e espetacular do

¹⁷³ Texto oficial produzido pela SALTUR (Empresa Salvador Turismo), um dos órgãos da Prefeitura Municipal de Salvador. Disponível em: <<http://www.saltur.salvador.ba.gov.br/home.php>>. Acessado em 19/02/2014.

consumo, sua realização dá-se sob os diversos usos atribuídos, especulados, negados e indiferenciados.

Junto ao *relato* (CERTEAU, 1998) trazido na página oficial da Empresa Turismo Salvador, que justifica, informa e comercializa a imagem da cidade como sede dos megaeventos esportivos das Copas da FIFA, encontramos também sua exploração a partir de sete espaços notáveis. De fato, eles são animados virtualmente como os “*Sete Pontos Mágicos*” da cidade de Salvador. Eles são citados, cada um, por uma letra inicial que compõe a palavra “mágicos”, na seguinte ordem: “M” – *Baía de Todos os Santos*; “Á” – *Barra*; “G” – *Centro Histórico*; “I” – *Itapuã/Abaeté*; “C” – *Dique do Tororó*; “O” – *Contorno/Comércio*; “S” – *Península de Itapajipe*.

A partir dessa seletividade espacial, produzida oficialmente, escolhemos traçar a investigação por meio de três “Zonas” específicas, que correspondem a áreas privilegiadas nos planos de intervenções do poder público local. Sendo assim, entende-se que a *Zona Litorânea* (identificada especialmente pelo trecho territorial que vai do Porto da Barra até o Rio Vermelho, atingindo pontualmente Itapuã), a *Zona do Centro Histórico* (que comporta notadamente o Pelourinho) e a *Zona da Arena Fonte Nova* (que inclui o Dique do Tororó e o entorno do bairro Vasco da Gama) nos oferecem uma representatividade significativa para analisarmos os sentidos e usos dos espaços projetados, tendo em vista a correspondência reflexiva que eles podem trazer para a imagem de consumo oficial da cidade.

Ainda na página oficial da Empresa Turismo Salvador, com a possibilidade de navegar em cada um dos “sete pontos mágicos”, a partir da seleção de uma das letras iniciais da terminologia “MÁGICOS”, o internauta é convidado para uma galeria de fotos e vídeos. Ao acessá-los, depara-se com narrativas específicas¹⁷⁴ e diferenciadas para cada um desses nichos

¹⁷⁴ “**M**” – *Baía de Todos os Santos*: “Conjunto de Ilhas com águas mornas ideais para o turismo náutico e o banho de mar. Entre as mais famosas estão as Ilhas de Maré, dos Frades e de Bom Jesus. **Cada uma tem o seu encanto**: Igrejas, praias desertas, cachoeiras e habitantes vivendo da pesca e do artesanato, preservando a natureza e as tradições.”; “**Á**”- *Barra*: “**De um lado, o Porto da Barra, marco zero de Salvador** banhado pelas águas tranquilas da Baía de Todos os Santos. **Do outro, o Farol da Barra de frente para o Atlântico**. O bairro apresenta um museu hidrográfico, igrejas e fortes seculares, o centro de cultura e artesanato do Instituto Mauá e diversos bares e restaurantes. **É um dos principais pontos turísticos** de Salvador”; “**G**”- *Centro Histórico*: “Patrimônio da Humanidade tombado pela UNESCO, **o Centro Histórico de Salvador reúne o maior acervo barroco existente, fora da Europa**, com quase 800 imóveis dos séculos XVII a XIX restaurados. Aqui, a história, a diversidade cultural e a mistura de raças e religiões estão nas praças, na Fundação Jorge Amado, nos museus, nas igrejas, nos terreiros, na música, nas manifestações, nos bares e nos restaurantes.”; “**I**”- *Itapuã/Abaeté*: “**A lagoa de águas escuras cercada de areia branca e o Farol que inspiraram artistas como Vinícius de Moraes e Dorival Caymmi** são as principais atrações do Abaeté e Itapuã. O lugar também abriga esculturas, praças, bares, restaurantes, barracas de praia e o famoso acarajé da Bahia”; “**C**”- *Dique do Tororó*: “**Uma lagoa de 110 mil metros quadrados decorada com esculturas de orixás e com 16 terreiros de Candomblé em sua volta**. O Dique do Tororó oferece área para caminhadas, equipamentos para ginásticas, remo e pesca e vários restaurantes”; “**O**”- *Contorno/Comércio*: “**É onde o antigo e o novo se misturam**. Um lugar que reúne o Solar do Unhão e o museu de Arte Moderna. O Elevador Lacerda e charmosas marinas. Um

turísticos. Trata-se, pois de *relatos* (CERTEAU, 1998) que criam imagens e demarcam uma noção familiar do espaço que, identificado por aquilo que possui de específico, faz-se por uma exploração da diferença que segue a mesma lógica do induto ao consumo.

De acordo com a perspectiva de Certeau (1998), os relatos incidem na construção de um espaço, seja pela língua mediada ou pelo uso objetivo dado à imaginação postulada. Tais usos levam à formação de práticas espacializantes, através das narrativas vivenciadas e/ou experimentadas. Isso quer dizer que, para o autor (CERTEAU, 1998, p. 202),

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”.

Dessa forma, pode-se propor pensar a cidade como a conjunção de elementos estáticos e dinâmicos. Sob os relatos da vida cotidiana, expressos pelos diferentes atores sociais, eles nos dão, a uma só vez, um sentido de tempo, como também de circunstância espacial. Assim, quando cada coisa se configura lado a lado, numa relação estável, temos um *lugar*. Uma espécie de apropriação única por cada sujeito que anda e relata algo da cidade. De outra forma, quando essa experiência remete-nos às inter-relações de contatos e multiplicidades de sentidos atribuídos ao que se experiencia, temos um *espaço*.

Segundo Certeau (1998), portanto, o *espaço é um lugar praticado*, no qual pode haver relações conflituosas ou apaziguadas. Enquanto o primeiro encontra a analogia de um *percurso*, o outro diz respeito à condição de um *mapa*. Em um, os *usos* atribuem fluxo e possibilidades por vezes imponderáveis. Noutro, a característica estanque do estabelecimento subjetivamente relatado demarca algo que é, não se deixando envolver além do seu próprio estado de coisas. Mas como as definições propostas implicam necessariamente a observação da ação dos sujeitos sociais, para Certeau, todo relato acabaria sendo inevitavelmente o

parque das esculturas e o Mercado Modelo. Aqui também estão a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia e o Forte de São Marcelo envolvido pela cor e pelo brilho das águas da Baía de Todos os Santos”; “S”-*Península de Itapajipe*: “**Praias de águas mornas e tranquilas, areia fina e um fantástico visual** do centro da cidade de Salvador. **É na Península de Itapajipe que se encontram as Igrejas do Bonfim, da Penha e da Boa Viagem, o memorial Irmã Dulce, o Forte de Mont Serrat, e a ponta de Humaitá**, além de solares e casarões seculares” (EMPRESA SALVADOR TURISMO, s.d., grifos nossos). Disponível em: <<http://www.saltur.salvador.ba.gov.br/home.php>>. Acessado em 21/02/2014.

resultado tênue entre a *fronteira* e a *ponte*, logo, sugere-se que na construção de um “lugar” se demarcaria a viabilidade de uma passagem. Por isso, ainda que ele não tenha a característica própria do “espaço”, no que diz respeito a mobilidade, não se tornaria exatamente o resultado do uso isolado de um indivíduo:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto, que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 1998, p. 201).

Assim, enquanto a *ponte* significaria a passagem, a *fronteira* carregaria, ao mesmo tempo, a designação da diferenciação e do contato. Todavia, no âmbito da soberania dos usos como medidas para o reconhecimento de onde se fala, vê e age, existem ações que podem subverter a representação dada a um determinado espaço.

Para Marc Augé (2010), há inclusive locais como salões VIP, aeroportos, hotéis de luxo, que devido à mundialização dos vazios resultantes de construções padronizadas e avessas às realidades locais, constituíram-se como um “não lugar”. Trata-se de “espaços onde não se pode vislumbrar nenhuma relação social, onde nenhum passado partilhado se inscreve, mas, ao contrário dos não lugares da sobremodernidade triunfante, não são mais espaços de comunicação, de circulação ou de consumo” (AUGÉ, 2010, p.37). Segundo o autor, seriam espaços que, pelo contexto maior que os inscreve, esvaziam-se na construção de significados de compartilhamentos ou de constatação de um *próprio, distinto e estável*, conforme sugeriu Michel De Certeau (1998).

Segundo assevera Antônio Arantes (1997), é preciso lembrar que nem os usos, nem as arquiteturas dos territórios são configurações fixas infalíveis. A própria noção de fronteira é abordada pelo autor como elemento simbólico e hibridizado pelas relações culturais. Para o autor (ARANTES, 1997, p. 260), “[...] os lugares assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros como se formassem um grande mosaico. A meu ver, sobrepõem-se e, entrecruzando-se de um modo complexo, formam zonas simbólicas de transição”. Essa maneira de pensar o cenário urbano implica numa compreensão que desmascara a ideia de homogeneidade nos usos e usuários. Conforme Arantes, mesmo quando um território se configura como *lugar*, não há necessariamente uma estabilidade absoluta nas relações dos atores sociais que usam aquele espaço, nem entre eles e outros possíveis usuários. Para ele, os

lugares e não lugares são construídos em uma teia social mais efêmera, sob a qual surgem fronteiras. Sendo assim, se por um lado a incidência do uso pode ser temporária, por outro, também o é a aparência de esvaziamento. Afinal, conforme sua própria máxima interpretativa, na observação das cidades contemporâneas, *paisagens vazias podem ser enganadoras*.

Para Akhil Gupta e James Ferguson (2000), é com base nessa perspectiva que se encontra um dos principais fundamentos da concepção não essencialista das categorias de cultura, espaço e identidade. Muito identificada no arcabouço epistêmico da pós-modernidade, o cerne da discussão é não tomar a vida social a partir de uma substancialização. Tudo é construído e refeito, sem necessariamente se ancorar numa prévia determinação teleológica ou a-histórica. Posto dessa maneira, o propósito investigativo deve não se restringir à constatação da unidade essencializada dos conceitos, mas sobretudo seguir nos esforços analíticos de interpretar os efeitos da construção de lugares e culturas, diante de uma lógica econômica e capitalista global, tendo em vista, contudo, a *geometria do poder*¹⁷⁵ (MASSEY, 2000) de sua incidência. Assim, para Gupta e Ferguson (2000, p. 37),

O desafio é usar o enfoque sobre o modo como o espaço é imaginado (mas não imaginário!), como forma de explorar os processos pelos quais tais processos conceituais de construção do lugar encontram-se com as condições políticas e econômicas globais em mutação dos espaços vividos – a relação, poderíamos dizer, entre lugar e espaço. [...] podem surgir tensões importantes quando os lugares que foram imaginados à distância precisam tornar-se espaços vividos, pois os lugares são sempre imaginados no contexto de determinações políticas e econômicas que têm uma lógica própria.

Por sua vez, isso implica considerar que tanto a imaginação dos lugares, quanto a construção espacial do território, propriamente dita, são realizados socialmente e não simplesmente resultados naturais de momentos prévios. Nesse sentido, junto ao esforço investigativo, cabe-nos problematizar quais são os atores que exercem e realizam essas práticas. Como desenvolvem e implementam as políticas constituidoras dessa espacialização?

¹⁷⁵ Para Doreen Massey (2000), a globalização é tanto uma problemática conceitual quanto prática. Do ponto de vista dessa última, o fenômeno apresenta incidência distinta em diferentes regiões e nos diversos estratos sociais. Sendo assim, embora a lógica que perpassa o projeto de mundialização das marcas, dos gostos, costumes e condutas seja mais ou menos a mesma, a repercussão e os efeitos práticos que isso encontra nas múltiplas realidades sociais são diferentes. A *geometria do poder*, portanto, diz respeito à consideração de que “[...] diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões. Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; algumas dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras; algumas são efetivamente aprisionadas por ela” (MASSEY, 2000, p. 179).

Quais os objetivos e interesses? E ainda, sob quais determinações conjunturais (socioeconômicas), em cada uma das realizações, estabelecem de fato relação?

A estas problematizações, que buscaremos responder ao longo do trabalho, subjaz o processo de *espetacularização urbana* empreendido, corroborado e/ou contestado pela dinâmica de usos de três grandes conjuntos de atores sociais. Embora, reconheçamos que existem diferenciações entre os mesmos, tomados metodologicamente pela identificação de tipos ideais, conforme sugere a apreensão weberiana, esses conjuntos são classificados em *população local* (moradores da cidade), *poder público* (políticos profissionais, gestores e planejadores nas instâncias de governo municipal e estadual) e *organizações internacionais* (FIFA e seus patrocinadores oficiais). Sendo assim, apesar da espetacularização ser relacional a esses diversos atores, a dinâmica de seus usos e apropriações geram lógicas distintas entre eles, na cidade de Salvador. Por isso, na Zona Litorânea, enquanto o Farol da Barra continua sendo um tradicional cartão postal turístico, a pequena praia do Porto da Barra congrega maiores usos híbridos entre atores locais e turistas. Assim como é o caso da *Zona do Centro Histórico*, que tem no Pelourinho a sua maior centralização atrativa do consumo histórico cultural da capital baiana, mas que pelos usos e sociabilidades da comunidade do Santo Antônio, pode nos remeter a percepções imagéticas totalmente distintas da cidade. Não se trata, contudo, de apenas recusar uma estanque classificação oficial da cidade e dos espaços em detrimento de outra, supostamente mais legítima, mas de problematizar a forma fixa e naturalizada sob a qual tendemos a observar a cidade e sua vasta gama de atores e localidades.

Nesse sentido, Gupta e Ferguson (2000) evidenciam a incapacidade explicativa dos modelos analíticos centrados em algum tipo de essencialização conceitual, mas também acabam, com isso, recaindo por vezes em uma substancialização oposta àquela que se colocam a criticar. Dito de outra forma, é preciso reconhecer que nem os indivíduos são unicamente seres passivos, nem são equiparáveis, sob as formas e posses de poder, as organizações e fluxos dominantes em escalas globais. Nesse aspecto, os próprios autores (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 46) reconhecem que

a desterritorialização desestabilizou a fixidez do “nós”, e do “outro”. Mas não criou sujeitos que sejam mônadas livremente flutuantes, apesar do que é, às vezes, pressuposto por aqueles que se mostram ávidos em celebrar a liberdade e o espaço lúdico da condição pós-moderna.

Debruçado nesse complexo exercício autorreflexivo, Hommi Bhabha (2000) nos ofereceu uma importante contribuição. Para Bhabha, a apreensão da realidade, a partir de uma

perspectiva conceitual mais fluida, permite ao pesquisador identificar que tanto quanto as categorias analíticas, as relações sociais são constantemente *negociadas*¹⁷⁶. Segundo ele, a eficácia da linguagem crítica se constitui em poder ir para além dos recursos binários e antagônicos. Bhabha propõe analisar a ação política de maneira mais múltipla, sem com isso negar o poder politizador que teve o uso racional do materialismo histórico (e por vezes teleológico). O importante é não tomá-las como realidades dadas, isto é, naturais. Se por um lado o autor advoga pela ampliação do sentido de política, colocando em pauta a força da teoria, por outro afirma que sob a leitura interpretativa da “negociação” e da análise da chamada “política da interpelação” se obtém maior eficácia na ação política:

Quando me refiro a *negociação* em lugar de *negação*, quero transmitir uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios: uma dialética sem a emergência de uma História teleológica ou transcendente, situada além do “cientificismo” de uma leitura sintomática, em que os tiques nervosos à superfície da ideologia revelam a “contradição materialista real” que a história encarna. Em tal temporalidade discursiva, o ato da teoria é o processo de articulação, e o evento da teoria torna-se a *negociação* de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos, e entre a teoria e a razão prático-política (BHABHA, 2000, p. 17).

Assim sendo, é válido canalizar esses fundamentos conceituais de modo a fornecer uma análise na qual os usos sociais dos espaços são percebidos no crivo crítico da teoria, na revelação de suas possíveis contradições, sem com isso anunciar, sob o patamar imperial da ciência, um fim inevitável. Todavia, não podemos nos furtar de reconhecer que o relativismo conceitual e a abertura epistêmica trazida por essas reflexões são potencialmente também apropriadas como retóricas da manutenção da ordem, que discursivamente se impõem de modo a desqualificar qualquer crítica estrutural.

No intuito de especificar as dinâmicas desenvolvidas pelas relações sociais no âmbito das cidades, Leite (2007) retoma a qualificação dos usos como dimensão caracterizadora dos espaços citadinos, sejam eles transformados em *espaços urbanos*, *lugares* e/ou *espaços públicos*. Essa premissa é, por assim dizer a tese central do autor no que diz respeito à construção socioespacial das cidades contemporâneas. Ele está interessado em compreendê-las para além das delimitações físicas e oficiais. Segundo Leite, são as práticas, conflituosas ou não, que geram os significados e contra significados urbanos.

¹⁷⁶ Por *negociação*, o autor entende “[...] a estrutura de iteração que embasa os movimentos políticos que tentam articular elementos antagônicos e oposicionais, sem a racionalidade redentora da superação da dialética ou da transcendência” (BHABHA, 2000, p. 18).

Por “espaço urbano” entende-se o logradouro físico, uma delimitação geográfica, mas que não é dotada de sentidos de pertença ou de conflitos simbólicos. Quando esse simples logradouro físico recebe representações simbólicas e significados de pertencimentos, o autor denomina como *lugar*. Apesar de o *lugar* pressupor certa convergência de sentidos e práticas e usos semelhantes, Leite (2007) adverte que o *lugar* não necessariamente diz respeito exclusivamente a um espaço de consensos, uma vez que na experiência das cidades contemporâneas (especificamente a partir das intervenções de enobrecimento urbano) a expressão das diferenças são cada vez mais recorrentes. Portanto, quando o *lugar* inscreve-se no “espaço público”, ele demarca não apenas convergência de sentidos, mas diferenças, expondo-se assim a fronteiras e conflitos simbólicos. Diferente do *espaço urbano*, o *espaço público* estrutura-se pela relação simbiótica entre ação e espaço na formação da sociabilidade pública compartilhada, com ou sem conflitos, mas sempre demarcada pelas diferenças.

Em diálogo com Guatarri (1985), Harvey (1994) e Massey (2000), Leite observa como as ideias de “territorialidade subjetivada”, “compressão tempo-espaço” e “geometria do poder” permitem que observemos a construção dos lugares entre a convergência de sentidos que são tensionadas pela reestruturação produtiva da própria vida social, mas que também encontram repercussões em níveis diferentes nos distintos lugares.

Segundo Leite (2007), os *lugares* contemporâneos possuem fronteiras, mesmo que mais fluidas do que outras. Dentro de cada nicho demarcado por essas fronteiras se faz necessária certa convergência de atribuição de sentidos e significados, ou seja, para o autor, os *lugares* são formados pelas “possibilidades de entendimentos”. Ele diferencia “consenso” de “entendimento”. O primeiro diz respeito a um processo político de reajustamento das diferenças em uma concepção final comum. Já o “entendimento” refere-se a convergência de sentidos obtida sem julgamento político inferido. Dessa forma, afirma o autor (LEITE, 2007, p. 286):

O que chamo aqui de *possibilidade de entendimento*, ao contrário, é antes o próprio processo constitutivo de convergência de sentidos. Para que haja sentidos compartilhados, é necessário que ocorra um *entendimento* mínimo sobre o que representa um lugar e sobre os códigos culturais que o qualificam. (Grifos do autor)

Apesar de não considerar a impossibilidade de que a construção dos *lugares* ocorra mediante um processo político, Leite argumenta que a formação típica dos *lugares* ocorre pelo

entendimento e não pelo *consenso*. O primeiro diz sobre a compreensão de si e do outro na geração de uma sociabilidade comum. O segundo pressupõe um acordo político:

Os *lugares*, por representarem formas processuais de identidade, são resultantes de entendimentos comuns, compartilhados pela convergência de sentidos atribuídos a espaços e práticas sociais, mais do que produtos de acordos sobre algo.

Todavia, segundo o autor, quando o *lugar* faz-se visível no “espaço público” ele expressa consensos, enquanto reorganização prática e política diante das disputas por legitimação de si, ou seja, por reconhecimento:

Com essa distinção entre consenso e entendimento, estou apenas tentando deslocar, para o âmbito externo da formação dos *lugares*, o momento mais preeminente no qual potencializam sua forma política: quando precisam operar com negociações que assegurem suas diferenças em relação a outros lugares, quando precisam legitimar-se publicamente e quando necessitam tornar visíveis suas singularidades. Em outras palavras, quando os *lugares* contribuem para a construção prática do espaço público, tornando-o inteligível (LEITE, 2007, p. 288-289).

Apesar das singularidades expressas pela construção dos lugares no espaço público, sobre as quais Leite concorda com Harvey (1994), que, na produção de uma paisagem de consumo a partir das políticas de *gentrification*, há uma tendência à homogeneização, gostaria de argumentar criticamente, em complemento, que a ação comum de homogeneizar a paisagem diz respeito ao objetivo final da produção para o consumo, pois é necessário reconsiderar que a forma como essa orientação tendenciosa para o ato de consumir ocorre, já que se dá justamente pela exploração das diferenças.

Nessa perspectiva, no *relato* (CERTEAU, 1998) da Empresa Turismo Salvador, a imagem da cidade como sede dos megaeventos emerge mediante a exploração de sete territorializações notáveis. Positivadas, para o poder público local, elas funcionam com o propósito de criar imaginários, vislumbrando relativa noção de *lugar* (LEITE, 2007) numa imbricada lógica de familiarização e diferenciação pautada pela *concorrência intercidades* (FORTUNA, 1997). Sob determinado movimento *estratégico*, a capital baiana é apresentada como semelhante às outras cidades-sedes das Copas FIFA no Brasil. Mas também, ao lado do esforço em construir a legitimidade geral que fizesse dela um espaço comum e representativo do país, observa-se que, em disputa com as outras sedes, Salvador é oficialmente anunciada como detentora de um conjunto de singulares aspectos atrativos para investimentos financeiros e consumo turístico.

A relação que se estabelece entre o “turismo” e os “territórios” das cidades contemporâneas, inscritas no processo de *competição interurbana*, é intensa e complexa. Não obstante, em virtude da ligação direta, às vezes chegamos a substancializar termos que deveriam apenas expressar sínteses conceituais de uma imbricada teia que envolve diversos atores sociais, sejam eles agentes privados e empresariais, governos locais e suas secretarias específicas, órgãos internacionais de financiamento, etc. Conforme assinalam Bessa e Álvares (2014), a construção do turismo, por mais especulativa e retórica que seja, passa pela intervenção territorial, que apesar de expressar a participação de diversos atores, tem no seu projeto o intuito de atingir determinados usos, dificultando ou impedindo outros. Trata-se de uma característica trivial a uma sociedade capitalista, em que a relação entre o espaço e o turismo são regidas centralmente pelas atividades de mercado. Nesse sentido, para intervir no *território*, preparando-o para o *turismo*, sob o interesse do Capital, governos locais precisam lançar-se na corrida por atrativos investimentos financeiros.

Para tanto, a noção de “cultura” é atualmente um dos principais elementos constituintes dos atrativos que a cidade tenta oferecer. Ainda que a discussão sobre a definição conceitual desse termo não seja nada consensual, ela já foi normatizada por algumas instituições importantes, referenciais para a edificação da imagem atraente da cidade, como a UNESCO. Segundo observam Bessa e Álvares (2014), em um primeiro momento, no final do século XX, eram os conceitos de *desenvolvimento* e *progresso* que compunham principalmente a noção de “cultura” para a UNESCO. Posteriormente, em 2001, a ideia de “diversidade cultural” passou a ser também incorporada.

Se em um dado período, o objetivo *estratégico* era apresentar a cidade como “desenvolvida”, demarcando um estágio de progresso racional, noutro o importante era expressar sua variedade de significados, sentidos e gostos. Trata-se de uma espécie de “tecnização da cultura” (BESSA; ÁLVARES, 2014), processo no qual a cultura, enquanto obra humana, relação e domínio com a natureza, passa também a ser apropriada como elemento atrativo da cidade. A “cidade” e sua “cultura” são então transformadas em “paisagens turísticas”. Evidentemente, nem toda a cidade, nem toda sua cultura está para isso, mas aquela que é seletivamente enunciada deve, sob a ótica da imagem oficial, expor essa característica, aparentando ser o símbolo geral de uma diversidade controlada.

Dessa forma posta, seja pela estetização do novo ou realocação da tradição, transformada em mercadoria cultural, a cultura passa a ser territorializada e tratada como “reliquia” (GIDDENS, 1997) ou como coisa qualquer atrativa e suscetível ao consumo. A

retomada de ícones explorados no passado pelo turismo, como “*Salvador, cidade da alegria*”, é reconfigurada e trazida sob a égide de um novo contexto, marcado pelos megaeventos esportivos das Copas internacionais da FIFA. Nesse sentido, encontramos reinventada a ideia de *lugar de alegria* quando anuncia-se o convite publicitário: “*Seja você também, um craque da alegria!*” “*Salvador e Copa das Confederações. Seja bem-vindo a capital da alegria!*”.

A caracterização da “cultura como relíquia” pode ainda ser aplicada em outros ícones turísticos da cidade de Salvador, como ideia de “baianidade”, a qual, também retomada no atual contexto dos megaeventos, é explorada não só como a outra grande singularidade positiva, mas como o grande legado das Copas para a cidade de Salvador. Isso diz respeito mais especificamente ao fato de que, diante da improbabilidade de se efetivarem os projetos de mobilidade urbana, deslocou-se para a cultura do “povo baiano” o legado deixado pelos megaeventos, uma vez que sua autoestima estaria de volta em cena e lapidada para a recepção turística. Segundo a coordenadora dos assuntos da Copa, da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, a (re)qualificação dos trabalhadores habilitaria que o verdadeiro *legado* de Salvador viesse à tona novamente, ou seja “a cultura do povo”. A coordenadora se referia à requalificação profissional a partir de um pressuposto não expresso de que a população que trabalha com serviços turísticos (taxistas, funcionários de hotéis e dos ramos de serviços como um todo) não estaria apta a recepcionar os megaeventos. Seja por descrença ou desesperança, ou ainda por simples falta de preparo, um das possibilidades interpretativas é que a “revitalização” da “cultura do povo baiano” serviria de uma vez só como produto de consumo turístico para os “de fora” e como legado para os “de dentro”.

Portanto, embora o fim comum da produção da paisagem e dos sentidos das cidades contemporâneas pretenda induzir ao consumo, a exploração pautada é a da diferença sob a qual, distintamente de outras cidades-sedes dos megaeventos, a “alegria” genuinamente faz parte da cidade de Salvador. Na apresentação feita pelo Escritório Municipal da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (ECOPA), mais um órgão criado excepcionalmente para esse megaevento, observa-se a reprodução da seguinte narrativa retirada do material “Guia do Espectador” (produzido pela Prefeitura e Governo do Estado):

Seja bem vindo a Salvador, primeira capital do Brasil. Salvador possui 5,1km de um belíssimo litoral com belas praias, uma mais linda que a outra, e, para combinar, muito sol, garantindo um banho de mar na temperatura ideal. Mas também tem um patrimônio histórico riquíssimo, uma cultura herdada dos índios, africanos e europeus. Ilhas e matas preservadas, espaços para eventos e competições esportivas, um calendário anual de festas e manifestações religiosas e o maior carnaval de rua do mundo. Além do

carnaval, a cidade oferece um calendário repleto de eventos, shows e festas populares, de janeiro a dezembro. Quando acaba uma festa, começa outra. Tem alegria e hospitalidade o ano inteiro. Salvador é ideal para quem viaja para conhecer história, admirar a natureza, divertir-se, fazer negócios, experimentar novos sabores ou simplesmente curtir uma praia. É a única cidade no mundo onde as religiões se misturam. Do catolicismo ao candomblé. Experimente. Só quem experimenta Salvador sabe o gosto que essa terra tem e entende porque a capital baiana é um dos principais destinos turísticos do mundo. Saboreie todos os cantos e temperos dessa feliz cidade.
Bem-vindos à Capital da Alegria! Bem-vindos a Salvador da Bahia!¹⁷⁷

É evidente que cabe problematizarmos até que ponto e para quem se direciona o convite a esta festividade emotiva. Quem consome a cidade anunciada sob essas características? Porque, desde que as pessoas não atrapalhem as paisagens idealizadas, os espaços e lugares estão sendo projetados enquanto oferta de consumo relatados harmonicamente.

Todos os aspectos que compõem de fato a natureza do território acabam sendo apropriados de modo que, uma vez regulados, funcionam retoricamente como “identificação cultural” da localidade. Com efeito, a cultura também acaba sendo naturalizada como algo inerente aos espaços dissimuladamente generalizados da cidade.

A questão é que, conforme observa Bessa e Álvares (2014), com a globalização e flexibilização das fronteiras, sobretudo no âmbito das comunicações, as estratégias de empresariamento das cidades acabam por percorrer diversas localidades do mundo inteiro sob um arcabouço de modelos exitosos. A transformação *estratégica* das cidades em paisagens turísticas configura-se assim como ação comum dos governos locais e de determinados agentes privados. Não obstante, nas disputas por investimentos e legitimações referenciais, como títulos de patrimonialização ou eleições que atribuem características excepcionais (Capital da Cultura, Capital da Sustentabilidade, Capital da Qualidade de Vida, sedes de megaeventos, etc), torna-se cada vez mais tênue o real exercício da diferenciação entre os territórios.

O ambivalente dessa dinâmica é justamente que ainda que os ditos “modelos exitosos” sejam importados e executados em diferentes cidades, os espaços e usos que a constituem são em alguma medida inevitavelmente distintos:

¹⁷⁷ ECOPA. Texto disponível em: <http://www.copa.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=557&catid=2&Itemid=101>. Acessado em 21/02/2014.

[...] é isto o que faz a indústria turística posta a serviço do empresariamento de cidades: toma o mundo como possibilidade, escolhe e rejeita territórios pelas suas qualidades locais e transforma-os quando necessário segundo a lógica dos projetos, a razão global. Transforma paisagens em espetáculos (BESSA; ÁLVARES, 2014, p. 26).

Conforme observam acertadamente os autores (BESSA; ÁLVARES, 2014), os territórios são comumente submetidos a intervenções que seguem as regras de projetos turísticos, boa parte das vezes exógenos às demandas locais, mas julgados através da identificação de suas potencialidades rentáveis. Nessa lógica, pode existir um projeto direcionado especificamente para um território, assim como para vários. A Copa do Mundo de Futebol de 2014, no Brasil, por exemplo, teve como base 12 projetos distintos entre si, das cidades-sedes, mas que atendiam às normativas estabelecidas para um projeto base maior, que era o da Copa 2014 no Brasil. Essa condição matriz causou impactos não só nas 12 sedes, como também nas localidades vizinhas e adjacentes a estas.

Nesse sentido, observa-se que os limites e as fronteiras territoriais estabelecidas por um projeto turístico não são fixas, ainda que apresentem determinados focos especializados de ações. Contudo, mesmo com limites territoriais relativamente fluidos, nas cidades intervindas é possível notarmos centralidades, pois a cidade promovida pelo e para o espetáculo é apenas supostamente plural, uma vez em que sua espetacularização é seletivamente *espacializada* (FORTUNA, 2013) em determinados locais, onde alguns aspectos culturais são evidenciados em detrimento de outros.

Na análise implementada por Leite (2007), no bairro do Recife Antigo, o autor aplica as categorias conceituais de *lugar* e *espaço público*, observando que entre a Favela do Rato e a Rua do Bom Jesus, há *lugares* distintos, mas que conformam o mesmo *espaço público*. Nesse âmbito percebem-se as fronteiras como necessidades políticas de diferenciação, proteção e contraponto. O que o autor busca destacar é como, na formação desses lugares e em suas disputas por reconhecimento, mediadas pelas demarcações de fronteiras (simbólicas e por vezes também físicas), nota-se o Estado atuando na priorização de alguns lugares, em detrimento de outros.

Os que são priorizados servem de alguma maneira aos interesses de um retrato oficial da cidade que se tenta impor. Com efeito, as outras apreciações que se fazem dela apresentam-se apenas como “resíduos visuais” (LEITE, 2007). No caso estudado pelo autor, entre a Rua Bom Jesus e o Pólo da Moeda, havia claramente essa diferenciação. É de acordo com tal concepção que investimos esforços para identificar quais os espaços que são priorizados para a construção de uma imagem oficial da cidade de Salvador e que são

promovidos especialmente pelo poder público (municipal e estadual) e por determinados setores da iniciativa privada. Praticamente todas essas áreas já eram retratadas em cartões postais (e no contexto dos megaeventos foram ainda mais alçadas como potencialidades turísticas, que em suas diferenças representariam plenamente a imagem da cidade que se busca construir).

Do ponto de vista do teor intencionado nos projetos oficiais, trata-se em sua maioria de paisagens turísticas que constituem normalmente *espaços* e não *lugares*. Elas são produzidas soberanamente para usos turísticos, pois nesses territórios provavelmente pouco se observam exclusivamente práticas que configuram significados de pertença, relações afetivas e interações mais duradouras, assim como,

No turismo, as relações são provisórias, efêmeras, fugazes, e têm a regê-las um interesse comercial. Por mais que exista encantamento, identificação, o turista não cria relações afetivas permanentes e gratuitas; se isto vier a ocorrer, ele deixa a condição de turista. O turista não participa continuamente do cotidiano do lugar (o lugar pede continuidade) e suas relações são sempre provisórias e de fora, como espectador. Assim, não se pode empregar a expressão “lugar turístico”, tão comum na literatura, pois o turismo não cria lugares. Ou ele se apropria deles ou constrói novos territórios. Ao se apropriar dos lugares, o turismo não impede a vida cotidiana, embora possa modifica-la, e neles continuam a acontecer a vida local e a atividade turística. Dessa maneira, lugares nunca serão, exclusivamente, lugares turísticos (BESSA; ÁLVARES, 2014, p. 29).

O uso turístico apresenta-se em descompasso com a definição conceitual de *lugar* que damos. Isso não quer dizer, contudo, que os *lugares* não sejam alvos das intervenções turísticas, mas ao serem, transformam-se em territórios turísticos que podem, a depender dos usos locais e das restrições, disciplinamento e controle externo, comportar ou não práticas próprias aos *lugares*. De fato, é ao interesse geral dos turistas que se produzem paisagens atrativas marcadas pela seletividade, disciplinamento e controle. A diferença anuncia-se para ser vista pelos de fora e é normalmente aquela que pode se adequar aos limites do consumo e da experiência turística.

Com efeito, nessa perspectiva, a meu ver, nos territórios turísticos acaba sendo praticamente constituinte à construção da imagem de consumo, a simulação atrativa de um espaço comum, mas próprio, novo, ao mesmo tempo em que é familiarmente reconhecido. Ou seja, uma espécie de “lugar” é apropriado como atratividade turística, ainda que suas características sejam, no máximo, o simulacro de uma suposta autenticidade do cotidiano local. Por sua vez, conforme ressaltam Bessa e Álvares (2014), os indivíduos que configuram ou configuravam o lugar antes da espetacularização turística podem resistir a essas

imposições, ou diriam ainda, podem *reapropriar-se* desses projetos, completando-os ou traduzindo-os de modo a favorecer-se com seus fins rentáveis previstos.

IV.1. Copa das Confederações FIFA Brasil 2013: Salvador *em tempo de Copa*?

Tendo em vista que Salvador foi eleita em março de 2009 como uma das cidades-sedes para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, em tese, poder-se-ia vislumbrar que ela começaria a sofrer as primeiras grandes estruturações urbanas em um prazo razoável de dois anos. Mas para além dos acordos e subserviência às regras exigidas pela FIFA, isso inclusive não só em nível estadual, mas nacional, até o começo do ano de 2013 (no qual ocorreu a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e que teve a capital baiana também como sede) seria possível visitar a cidade sem se deparar com a simples informação de que ela era sede dos megaeventos.

A Copa das Confederações é um evento criado na década de 1990, mas somente a partir de 2005 passou a ser realizada no país anfitrião da Copa do Mundo. Um dos objetivos da Federação Internacional de Futebol tem sido utilizar o evento como uma espécie de preparativo para a Copa do Mundo. Por essa razão, ele passou a ocorrer sempre um ano antes desta Copa. No Brasil, ela foi realizada entre 15 a 30 de junho de 2013, tendo, além de Salvador, mais cinco cidades-sedes (Recife, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro).

Desde essa nova organização dos anos 2000, feita pela FIFA, que a importância da Copa das Confederações ficou estreitamente vinculada à Copa do Mundo. Por um lado, parece uma forma de estender temporalmente as oportunidades dos negócios potencializados pelo megaevento esportivo, por outro, sinaliza uma possibilidade de testar a infraestrutura necessária para a realização da Copa do Mundo. Não por acaso, é possível identificarmos em algumas das narrativas oficiais a potencialização publicitária da Copa das Confederações, face àquilo que ela traz ou antecipa da Copa do Mundo. No texto de apresentação oficial do Guia de Ingressos Nacional, registra-se o evento da seguinte maneira: “Nunca antes uma Copa das Confederações da FIFA apresentou tamanhas atrações. Ela conta com quatro vencedores da Copa do Mundo da FIFA: a atual campeã Espanha, a Itália, o Uruguai e o anfitrião Brasil”¹⁷⁸.

Para tentar entender como esses eventos de fato incidiram e contribuíram na produção espacial e espetacular da cidade é que as primeiras observações da pesquisa, na ocasião ainda

¹⁷⁸ Trecho extraído do texto de apresentação contido no Guia de Ingressos Nacional da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013.

exploratórias, ocorreram no ano de 2012. De fato, nosso primeiro *relato* sistematizado de observação direta na capital, data de meados do mês de janeiro de 2013. Com o verão e a proximidade do Carnaval, era um dos períodos excepcionais da alta estação turística.

No primeiro momento, o percurso por boa parte da cidade se deu no sentido norte-sul, seguindo até o bairro Canela¹⁷⁹, para em seguida poder caminhar por toda a extensão da Barra. Era visível que, nessa época, as praias apresentavam mais usuários. Entretanto, a estrutura continuava a mesma de um ano atrás, nas primeiras idas a campo. Nem o período de férias, muito menos o contexto dos megaeventos, pareciam fomentar investimentos mais significativos nessa área da cidade. Os serviços ofertados na praia eram cadeiras de sol, bebidas e alguns petiscos (ver **Figura 10**).

É válido ressaltarmos desde já que, embora esse cenário aparente um relativo questionamento da tese aqui defendida sobre a espetacularização urbana, observaremos que se trata muito mais da *revelação* de outras características desse processo, expressas especialmente no contexto dos megaeventos. Por essa razão, parece-nos oportuno acompanhar a produção do *espaço* da cidade a partir de sua relação com o tempo. Isso quer dizer que emergem significativas diferenças entre os *usos*, sua regulamentação e contranormatividades, diante dos distintos períodos que circunscreveram a capital baiana nessa espetacularização potencializada pelas Copas da FIFA.

Em 2013, na extensão litorânea, não havia nenhuma grande estrutura para a oferta dos serviços e produtos disponibilizados. Quase todos os produtos eram armazenados em caixas térmicas de isopor, assim como as comidas, que eram levadas prontas para a venda (ou preparadas sem contar com um espaço de cozinha específico). A distribuição dos comerciantes ao longo da areia da praia ocorria pela organização deles próprios. Outros, despossuídos de um ponto fixo para a venda, percorriam todo o trecho da areia, oferecendo seus produtos.

Nesse sentido, aquilo que poderia ser apenas uma (des)organizada divisão do espaço se constituía, mediante os usos públicos, em um *lugar* ou numa esfera pública das diferenças simbolicamente demarcadas pelos usos e usuários (CERTEAU, 1998; LEITE, 2002; 2007).

No trecho percorrido, assim como em boa parte de outros espaços urbanos da cidade, era possível andar pela cidade e sair dela sem saber que a Copa do Mundo e a Copa das Confederações ocorreriam ali (ver **Figuras 10, 11 e 12**).

¹⁷⁹ É um bairro de classe média, próximo a outras regiões mais elitizadas, como Campo Grande, Graça, Vitória e Garcia. Além de alguns serviços institucionais da Universidade Federal de Sergipe e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, a localidade conta com uma mistura arquitetônica fundada em casarões mais antigos e prédios mais modernos.

Figura 10 – Praia da Barra, Salvador-BA (2013).



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

Figura 11 – Venda de acarajé na praia da Barra, Salvador-BA (2013).



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

Figura 12 – Comerciantes na praia da Barra, Salvador-BA (2013).



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

Especialmente no tecido urbano da Barra, o contraste com a imagem veiculada nos projetos pró-megaeventos era significativo. De grande, apenas a quantidade de construções em infraestrutura para os camarotes do Carnaval (ver **Figura 13**).

Figura 13 – Estrutura de camarote na areia do Porto da Barra, Salvador-BA



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

No trecho que vai até o Farol da Barra, no Porto da Barra, o uso da praia apresentava-se muito mais intenso. Praticamente não existia mais cadeira vaga. Contudo, as carências estruturais eram praticamente as mesmas observadas nas localidades anteriores.

De fato, os produtos e os serviços ofertados eram ligeiramente mais baratos. Havia também turistas, mas não em maioria. Com um pouco mais de atenção, notamos que o tratamento e os preços variavam quando ofertados para turistas e para usuários nativos. O aluguel cobrado pelas cadeiras de sol, por exemplo, podia variar de R\$ 3,00 a R\$10,00 cada, apesar de elas serem ofertadas associadas a outros produtos, como bebidas e petiscos. Entre os usuários nativos, era comum observarmos que esse consumo era realizado de maneira particular. Assim, com caixas térmicas próprias, estes usuários negociavam apenas as cadeiras que, não raramente, acabavam sendo acordadas por valores mais baixos em relação àqueles firmados com os usuários turistas. Talvez não se trate efetivamente de um uso tão intensamente hierarquizante quanto o verificado na clássica tipificação que opõe os “estabelecidos” aos “outsiders” (ELIAS; SCOTSON, 2000), mas, certamente o esquema de classificação permitido por essas categorias contribui no entendimento dos usos espaciais dos diferentes grupos sociais que ali demarcam e publicitam sua diferença.

Nesse sentido, quando os “nativos” conseguem pleitear preços mais baixos nos alugueis das cadeiras de sol e até mesmo adquirem, conjuntamente aos comerciantes, locais específicos para instalarem sua própria churrasqueira, delimitam sobre o uso da praia uma condição de *mais direito* em relação aos “turistas”. Com efeito, entre os “de dentro” e os “de fora” expressam-se relativas distinções, pautadas por negociáveis privilégios. Entretanto, ante a ausência de uma infraestrutura específica para o turista, os comerciantes espalhados pela areia da praia demonstravam um variado repertório de ações *táticas* (CERTEAU, 1998) como forma de potencializar seus lucros.

As cadeiras e mesas espalhadas na areia da praia dividiam espaço com as estruturas dos camarotes para o Carnaval. Não há imagens turísticas exploradas nesse circuito, exceto pelo *outdoor* exposto bem em frente ao Porto da Barra, que diz sobre a patrimonialização do acarajé. Entretanto, em todos os projetos e *folders* publicitários produzidos para a promoção da cidade de Salvador como sede dos megaeventos esportivos, o litoral da Barra aparece sempre em estetizadas imagens.

A diferença *lefebvrea* operada, conceitualmente entre a “representação do espaço” e o “espaço como representação” parece oportuna nesse caso. Enquanto um diz respeito à política projetada para o que deve ser a localidade, o outro expressa os distintos sentidos

atribuídos pela experiência urbana em si. Conforme assinalou Henri Lefebvre (2008b), ainda na década de 1970, os espaços não são cenários vazios ou neutros. Eles refletem uma dimensão política e ideológica relacional aos seus disputados usos. Segundo assinala o autor, normalmente apropriado pelas técnicas urbanísticas, o espaço intervindo é construído como face reflexiva daquilo que se projeta para a cidade como um todo. Dessa maneira, ele nem é neutro, pois não se constitui como forma *a priori*, nem somente existe sob o pressuposto condicionante da empiria, pois não é subsumido a uma folha em branco, resultante exclusiva das atividades humanas. É a partir da hipótese da mediação entre a “partida” e a “chegada”, o “modo” e o “instrumento”, que Lefebvre sinaliza para um elo mais interessante da noção de espaço.

Contudo, aqui ainda o entendimento se localiza dentro de um contexto bastante instrumental, no qual, ao ser funcional e instrumental, o espaço parece vincular-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo. A objeção dessa interpretação fundamenta-se no fato de que as sociedades contemporâneas são mais marcadas por outras formas de produção, que se reproduzem a partir da reprodução de suas relações de produção e não necessariamente de sua força de trabalho, logo,

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008b, p. 47-48).

A meu ver, um dos pontos significativos a extrairmos dessa reflexão lefebvrea é que ela nos põe a pensar não na destituição da importância do consumo nas sociedades capitalistas, mas como ele se articula a um modo geral sobre o qual a sociedade se reproduz. Sendo assim, é possível observar como, desde os espaços selecionados para o consumo, a partir das localidades de lazer propriamente ditas, até as outras formas de gestão do social, da pobreza e exclusão, acabam contribuindo para a reprodução de relações sociais de produção capitalista.

A possibilidade de estar em um lugar “seguro”, “limpo” e “atrativo” é uma condição de uso vendida em estreita relação com seu avesso, não desejável, mas fomentado em alguma medida pelos instrumentos de controle do Estado e dos agentes privados com interesse afim ao aspecto específico em questão. Isso quer dizer que a venda de uma “área segura” para

morar é construída pelo Estado e pelos agentes privados do mercado imobiliário, que se edificam na medida em que pressupõe que há existência majoritária de espaços “não seguros”.

Dessa maneira, por exemplo, pode-se compreender que o espaço toma um estatuto maior para a compreensão das cidades e das sociedades capitalistas, na medida em que ele media relações, configurando usos e projetando usuários. Também por isso, ele reflete, seja por aquilo que evidencia ou pelo que oculta, um contexto heterogêneo e contraditório da vida urbana (ver **Figuras 14 e 15**).

Figura 14 – Praia do Porto da Barra, Salvador-BA



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

Figura 15 – Ambulante no Porto da Barra, Salvador-BA



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

Apesar de o Porto da Barra ser também explorado turisticamente, segundo os comerciantes locais, ao menos até 2013, o “Porto ainda é lugar de baiano”¹⁸⁰ (ver **Figura 16**).

Figura 16 – Forte de Santa Maria, em usos. Porto da Barra, Salvador-BA



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

¹⁸⁰ Depoimento obtido em pesquisa de campo, em 14/01/2013.

A um só panorama registramos diversos usos ao largo da praia Porto da Barra, onde se encontra o Forte de Santa Maria, construído no início do século XVII. Pescadores desembarcavam os produtos vindos de alto mar, alguns turistas registravam em fotografias o Forte e vendedores ambulantes demonstravam suas mercadorias, utilizando como estante parte de uma canoa, atracada na ladeira do embarque para o mar. Todo esse vivo cenário de sentidos e significados conferia a essa localidade o caráter de um *espaço público* (LEITE, 2007), no qual o *lugar* e o *entre-lugar*¹⁸¹ (BHABHA, 2000) são constantemente negociados por demarcações, pertencimentos e até aparente indiferença (ver **Figuras 17 e 18**).

Figura 17 – Comerciantes jogando cartas no Largo da Praia do Porto da Barra, Salvador-BA.



FONTE: FOTOS DO AUTOR, 2013.

¹⁸¹ Para Bhabha (2000), o “entre-lugar” não é simplesmente um ponto fixo no espaço, mas uma espécie de percurso intersticial daquele ator que não está nem fora nem dentro de uma determinada territorialização ou ação política predeterminada. Trata-se também de uma apropriação espacial marcada pela relação tênue entre a expressão da diferença individual e a identificação coletiva.

Figura 18 – Moradores em situação de rua, no Largo da Praia do Porto, Salvador-BA.



FONTE: FOTOS DO AUTOR, 2013.

Num primeiro olhar, parecia que, tanto quanto o indivíduo que deitava no chão sujo ao lado do cachorro, os consumidores daquele espaço estavam em certa medida ignorados pelos comerciantes. Mas o mesmo grupo de vendedores ambulantes, que se situavam no Largo da Praia do Porto da Barra, e passavam horas jogando cartas e dominó, identificavam rapidamente a chegada de outros usuários na praia. Eles comentavam muito rapidamente qual o perfil, se turista ou não, chegando até a avisar aos vendedores a presença de mais um potencial consumidor.

Além dos comerciantes situados na areia, os próprios nativos poderiam ser analisados, a depender do contexto, como atores táticos diante da particularização adquirida frente ao direito de uso da praia, em oposição ao estabelecimento estratégico do uso supostamente atrativo, comum e livre anunciado pela narrativa turística. Para Certeau (1998, p.p 100-101), *tática é*

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática

não tem por lugar senão o do outro. [...] Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. [...] A tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.

A partir do desdobramento conferido à oposição entre “táticas” e “estratégias” (CERTEAU, 1998), Leite (2007) observa como os *espaços públicos*, longe de esvaziados, podem de fato constituir-se pelos usos e *contra-usos*, em esferas significativas para o entendimento das cidades contemporâneas.

Noutro ponto da região litorânea, no Largo do Rio Vermelho, lugar anunciado como propício para o uso noturno, a escuridão expressava o esvaziamento dos usos coerentes com o estado dos estabelecimentos comerciais. Na observação, feita em janeiro de 2013, constatou-se que a maioria deles encontravam-se fechados, em pleno final de semana. Praticamente aberto era o tradicional “acarajé da Dinha”¹⁸². Localizada na praça do Largo de Santana, no bairro Rio Vermelho, a barraca apresenta apenas o patrocínio da “Nacional Gás”. Nada mais. Não existia nenhuma alusão à patrimonialização do acarajé, nem qualquer conotação turística, a não ser pelos trajes que as vendedoras utilizavam. O Poder Público ali não é mencionado e ali parece não se fazer presente. Nada aludia à Copa ou ao contexto dos megaeventos. A “Casa da Dinha”, que serve de visitação turística e fica em frente à referida praça, também encontrava-se fechada.

Na praça onde se vende acarajé, beiju de tapioca e cervejas, tanto a partir de uma vendedora ambulante, através do uso de caixas térmicas, quanto mediante alguns bares, os usos do espaço caracterizam-se sob circunstâncias pouco duradouras. Nativos e turistas encontram-se para alguns instantes de conversas e socialização simultaneamente ao consumo dos acarajés e de algumas bebidas.

Em Itapuã, os usos turísticos eram praticamente pelo dia. Praia e alguns bares. A memória de Vinícius de Moraes como artista que teria consagrado o lugar é acionada basicamente só nos pacotes turísticos. Na observação do espaço, nada mais relaciona a localidade com o artista ou com os megaeventos. Os ícones da imagem são utilizados também como representação que, por vezes, não se materializa na estetização urbana do local. Ademais, verifica-se um calçadão com alguns estabelecimentos comerciais e alguns pontos de venda de acarajé.

¹⁸² Segundo informação contida no endereço do Portal de Turismo do Governo da Bahia (BAHIA, s.d.), esse acarajé conta com a experiência e tradição de uma baiana com mais de 40 anos de profissão. Disponível em: <http://bahia.com.br/onde_comer/acaraje-da-dinha/>. Acessado em 22/04/2013.

Na *Zona do Centro Histórico*, especialmente no Pelourinho, os projetos culturais continuavam a garantir a efervescência festiva do local. Desde as requalificações promovidas entre as décadas de 1990 e 2000, o “Pelô”, como é popularmente conhecido, passou a ser sitiado por ostensivo policiamento. Projetado para ser um dos palcos centrais do consumo turístico da cidade, observa-se no local uma confluência de usos que se delineiam por muitos conflitos entre os moradores, comerciantes e turistas. De igual modo, trata-se mesmo de realidades distintas dentro do mesmo espaço. Um “Pelô” que se protege e violenta outro “Pelô”. O morador da Favela da Rocinha vê na polícia a defesa do turista e o seu ataque (ARAÚJO, 2013). O “turista” busca nos negros a estetização empacotada da negritude baiana. Os comerciantes se acomodam e tentam sobreviver no centro da alegria e das desigualdades. A disputa por financiamentos e patrocínios culturais também fazem parte do direito de uso dessa região. Ainda que tenha apresentado uma dinâmica diferenciada das outras áreas, a intensidade dos usos no Pelourinho na observação feita em janeiro de 2013, também não refletia necessariamente o nível da relação da cidade com sua imagem de consumo, espetacularizada narrativamente no contexto dos megaeventos esportivos.

Um dos raros fatores que observamos com maior correspondência entre o ano de 2013 (quando ocorreu a Copa das Confederações) e 2014 (ano no qual se realizou a Copa do Mundo) foi a presença de policiamento ostensivo. Com policiamento nas ruas, bares e festas privadas, nas noites, tornava-se muito difícil a exploração dos espaços do Pelô, sem ser em algum instante interpelado ao direito e condição material concreta de estar presente como consumidor (ver **Figura 19**).

Figura 19 – Pelourinho, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

Ainda no ano de 2013, dias antes de iniciar a Copa das Confederações, voltamos a registrar sistematicamente outra observação direta na cidade. O contexto agora era de fato o dos megaeventos. Mais uma vez, o tempo e a proximidade imediata do evento incidia sobre algumas significativas mudanças na forma como os espaços da cidade se configuravam. Em junho de 2013, enfim, Salvador estrearia a Arena Fonte Nova em um jogo da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013. O primeiro jogo¹⁸³ ocorreu entre as seleções do Uruguai e da Nigéria, mas o Brasil também iria jogar nessa Arena. Dessa vez, já se observava que a cidade apresentava, em várias avenidas, placas com a logomarca da Copa.

O primeiro jogo da abertura do evento em Salvador, que pude assistir, estava marcado para as 19 h do dia 20 de junho de 2013. A ordem era chegar com no mínimo duas horas de antecedência. Após um imenso engarrafamento, eis que se chegou a um ponto onde só poderiam continuar a seguir pedestres e ônibus coletivos. O que poderia aparentar direito público e prioritário concedido para a maior parte da população que, predominantemente por necessidade, utiliza desses meios como única forma de transporte, foi em seguida revelado às suas avessas. No cumprimento de mais uma medida exigida pela FIFA, houve um isolamento de tráfego no raio de 2 km da Arena Fonte Nova.

A sensação despertada era que de fato estávamos em um acontecimento diferenciado, um evento extraordinário. A cidade, acostumada a grandes manifestações culturais, como o Carnaval, expressava-se ainda assim em algo peculiar. O isolamento e a segurança pareciam preparar o indivíduo para o encontro com toda a monumentalidade arquitetônica da Arena Fonte Nova. Na exuberância de sua “paisagem de poder” (ZUKIN, 2000a; 2000b), a reinventada imagem de “capital da alegria” exibiu-se soberana de modo a ignorar as imagens vernáculas de seu entorno, nos morros do Vasco da Gama. Abaixo de um dos viadutos que levava os transeuntes para as portarias da Arena, crianças despercebidas pelos holofotes do megaevento aproveitavam as ruas interditadas para descerem de suas casas, localizadas nas encostas dos morros que cercam a Fonte Nova, e jogarem futebol. As traves eram marcadas por pedaços de madeira velha e pedras quaisquer achadas no meio da rua.

A cidade da Arena Fonte Nova não vê nada, além de si mesma, em sua grandeza, com dezenas de *stands* montados, muitas luzes, produtos em anúncios e promotores dos patrocinadores oficiais. Múltiplos jogos interativos eram disponibilizados, todos levavam a

¹⁸³ Os preços dos ingressos foram elencados a partir de quatro tabelas: 1- Público Geral Internacional; 2- Público Geral Doméstico; 3- Público Geral Internacional em Estádios Específicos; 4- Público Geral Doméstico em Estádios Específicos. Na Arena Fonte Nova Salvador, o ingresso mais barato para “público internacional” custou 180 dólares e o mais caro 360 dólares. Para o “público doméstico” o mais barato estava por 171 reais e o mais caro por R\$ 684. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/confederationcup/organisation/ticketing/prices-matches/>>. Acessado em 22/02/2014.

marca de um determinado patrocinador. Os indivíduos, torcedores, curiosos e especialmente os consumidores eram apelativamente convidados a conhecer os espaços e participar das atividades lúdicas.

Do outro lado, estava a cidade da comunidade Vasco da Gama, que olhava com sentidos calados a monumentalidade que se construiu a sua frente. A relação entre essas cidades dentro da mesma cidade de Salvador não é complementar, nem meramente funcional, mas demarca a desigualdade que constitui a capital baiana e seu grande megaevento, a Copa das Confederações.

Entre os diversos *stands* de vendas, montados na frente das portarias de entrada da Arena, um deles era o das baianas do acarajé. Trabalhavam cerca de 5 mulheres, todas elas vestidas tradicionalmente como “baianas”, mesmo aquela que estava apenas no caixa. Questionada a respeito da polêmica notícia de proibição da venda dentro do espaço do megaevento, a baiana que se apresentava pelo nome de “Moscoso”, informou que apenas 6 baianas puderam ser registradas para vender “dentro” do espaço cercado para a Arena. Isso quer dizer que, de fato, estavam elas autorizadas a vender na porta do estádio. Outras 10 baianas puderam montar pontos de venda em uma distância de 200 metros. Segundo essa informação, contabilizavam-se 16 pontos de venda autorizados¹⁸⁴. Nem todas são consideradas baianas do acarajé. Moscoso, por exemplo, dizia que das 5 que trabalhavam com ela, apenas uma era a baiana, indicando-a com a mão, ela nos mostrava. A baiana ficava mais afastada do contato com o público. Sentada, ela parecia gerenciar o funcionamento e a divisão das tarefas no seu *stand*.

A estratégia de venda seguia os famigerados “combos”, ou simplesmente a “venda casada”. Um acarajé e uma Coca-cola custavam exatos R\$ 14. Esse era o anúncio contido na barraca de venda de acarajé. O curioso é que as baianas não estavam autorizadas a vender Coca-cola que era vendida por outro funcionário, localizado em frente ao ponto do acarajé, junto a um carrinho refrigerado. Eles, o carrinho e o funcionário, eram devidamente identificados, da forma mais ampla possível, pelos símbolos publicitários da marca Coca-cola. O consumidor que comprasse o “combo” devia pagar ao funcionário pelo refrigerante e não à baiana do acarajé, ainda que ela tenha servido de propaganda e indução para a decisão de compra.

Em um só momento havia o “patrimônio”, a “tradição” e a “diferença” mercantilizadas por uma espécie de consumo rápido e contextual da Copa. A lógica dos *fast foods* invadem e

¹⁸⁴ Todas baianas que conseguiram um ponto de venda eram associadas a ABAM, segundo relatou Moscoso.

solapam a imagem do ofício das baianas do acarajé, enquanto patrimônio imaterial registrado, ao mesmo tempo em que remetem, à oportunidade da Copa na cidade de Salvador, a junção entre o consumo estético e visual das baianas e seus adereços, sua “alegria” em um “modo de ser”, da comida típica do lugar, e da marca globalizada do refrigerante.

Tudo isso era ofertado no rigoroso sistema de regulação e controle, que vai da produção, passando pela comercialização e em certa medida chegando até o consumo. A delimitação da zona exclusiva de comercialização, no raio de 2 km, o cadastro limitado dentro dessa área, de baianas de acarajé, estruturadas em *stands* com outras auxiliares que podiam garantir a rapidez exigida do produto, além da indução do consumo no agregado acarajé mais refrigerante Coca-cola, permite pensar na lógica da *McDonização*, sugerida por Ritzer (2004). Conforme a perspectiva lançada por esse autor, o sistema desenvolvido pela empresa MacDonald's, fundado no rígido sistema de racionalização que opera através dos princípios da eficiência, calculabilidade e controle, teria se disseminado para outras esferas sociais. Com efeito, estaríamos inscritos em um contexto no qual a globalização não apenas exerce forte poder de homogeneização nas diversas relações sociais de consumo, como também provoca, culturalmente, uma suposta sensação de familiaridade e conforto, tendo em vista o efetivo poder que se pode ter com a escolha do consumo daquilo que você já conhece e que se apresenta como infalível à contemplação do que é calculadamente esperado.

De volta ao Porto da Barra e à extensão litorânea do seu bairro, durante os dias de jogos da Copa, percebeu-se que as ruas pareciam mais limpas do que registramos nos dias que antecediam o carnaval, em janeiro do mesmo ano de 2013. No entanto, a movimentação, às vésperas do jogo do Brasil contra a Itália na Copa das Confederações, era significativamente menor do que a observada em janeiro. Isso pode ser explicado pelo distinto impacto entre, de um lado, a época do verão e do Carnaval na capital baiana, e do outro, a realização da Copa das Confederações, pois, apesar do efeito potencializador do megaevento esportivo ser considerado e elucidado nos projetos publicitários dos construtores oficiais da cidade, a espetacularização urbana não é em si um processo novo para Salvador. Sendo assim, não é necessariamente tão estranho que, em determinados espaços, sejam mais intensivos os usos turísticos na época da alta estação do verão e do Carnaval, do que no mês de junho.

Contudo, tendo em vista a iminência da primeira apresentação da seleção brasileira na então Arena Fonte Nova e o próprio contexto das festas juninas, poder-se-ia esperar mais movimentação e usos dos espaços turísticos e lúdicos, como as praias. Nesse sentido, é possível sugerir que nos usos da vida ordinária, em Salvador, tem-se revelado que a Copa não

comporta tanto da cidade como alguns dos seus construtores oficiais fazem crer (ver **Figura 20**).

Figura 20- Praia do Porto da Barra - Dia da estreia da Seleção Brasileira na Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2013.

O cenário, configurado por poucos turistas e praticamente nenhum pedinte, mendigo e ou morador de rua, indicam algumas interpretações interessantes, já que expressam descompassos entre as projeções dos espaços de consumo com a forma sobre a qual os usuários (turistas e moradores) se apropriam das paisagens turísticas. Nos meses mais distantes da realização da Copa, a cidade se encontrava visivelmente com mais pedintes e ambulantes, e as ruas mais sujas. Apesar disso, os usos dos espaços não eram menores, seja de caráter turístico ou de consumo realizado pelos moradores locais. Já durante os dias da Copa, com a maior regulação e por vezes proibição do trabalho informal e as intervenções imediatas de limpeza de ruas, os usos em algumas áreas acabavam não tendo a mesma incidência.

Nesse período de 2013, os raros vendedores ambulantes encontrados concentravam-se na área próxima ao Farol da Barra. Apesar de não estar intensamente coberta por usos de consumo e/ou turísticos, a cidade estava “preparada” para certos fins do megaevento. Nesse contexto, a *higienização cultural* e *étnica* parece ser um dado encontrado nos aparentes vazios dos espaços públicos. Isso quer dizer que, diante da realização da Copa das Confederações, usuários que não se constituem como *cidadãos consumidores* da cidade não só não são bem vindos, como parece desejável sua ausência. Algumas dessas características foram altamente

diferenciadas em 2014, durante a Copa do Mundo, mas manteve-se a lógica da *maquiagem urbana*, enquanto configuração própria do processo de espetacularização da cidade.

No decorrer do percurso pela Zona litorânea, registrada a partir do Porto da Barra até Itapuã, observamos muitas placas nos postes, localizados ao longo das avenidas que margeavam o mar, em direção à praia de Itapuã, tendo como ponto de origem o Porto da Barra. As placas e os papéis estandardizados sinalizavam sempre algo a respeito da Copa das Confederações. A maioria se restringia a publicitar a marca de um dos patrocinadores em associação ao *slogan* imagético da Copa. Alguns *outdoors* divulgavam a ideia da “alegria” no contexto do megaevento, também sempre com relação a um aspecto cultural próprio de Salvador e da Bahia. Essa relação da cidade, naturalmente dotada de uma “cultura da alegria”, passa a ser ainda mais explorada e articulada com o momento mais amplo da realização da Copa das Confederações. Frases como “*Torcer com alegria*”; “*A alegria da Copa se vê aqui*” passam a ser não raramente utilizadas.

Na *Zona Centro Histórico*, especialmente no Pelourinho, a estrutura montada e os usos dos espaços denotavam maior vinculação com o então período do megaevento. Com a aposta na festividade junina, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal investiram na realização do São João nos largos do “Pelô”. Mesmo que possamos conceber que não tenha sido registrado, sob a perspectiva dos investimentos públicos e privados, nenhuma vinculação tão intensa e significativa do Pelourinho com essa festa, o fato é que desde a década de 1990 (RODRIGUES, 1995; PINHO, 1998b; ARAÚJO, 2013) essa área da cidade tem sofrido diversos investimentos que pretendem configurá-la como espaço de consumo turístico.

No ano de 2013, com a realização da Copa das Confederações, além da promoção¹⁸⁵ e apoio dessa festividade em outras cidades do Estado, em Salvador tentou-se construir a ideia de que o “São João para toda a Família é no Pelourinho”¹⁸⁶. Inscrita no contexto do megaevento, a temática da festividade foi o futebol brasileiro. Apresentava-se como inovação, a criação de um espaço voltado especialmente para as crianças, na Praça das Artes. Assim como as crianças tiveram um concurso de quadrilhas mirins, foi organizada uma competição específica para os adultos de quadrilhas tradicionais, na Praça Municipal. Palcos foram construídos em diversos pontos do Centro Histórico. No Terreiro de Jesus se concentraram as

¹⁸⁵ O Governo do Estado foi o principal agente dessa promoção, a partir da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, por meio da Bahiatursa, Secretaria da Cultura do Estado e do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CPPI).

¹⁸⁶ Texto disponível no “Guia São João na Bahia” (2013), produzido pelo Governo do Estado da Bahia, com a Bahiatursa. Este produto faz parte do Projeto Especial de Marketing Junho 2013, Salvador-Bahia.

atrações mais famosas, como Gilberto Gil, Alceu Valença, Genivaldo Lacerda e Trio Nordestino (GUIA SÃO JOÃO NA BAHIA, 2013).

Com efeito, os selecionados espaços do Pelourinho mantiveram-se em um intenso fluxo de consumo e visibilidade positiva da imagem oficial da cidade de Salvador. Se apenas apoiado na primeira percepção de um turista ou de algum usuário nativo desavisado, poder-se-ia concluir que praticamente todo o Centro Histórico esteve em festividade pública, inclusive com a gratuidade das atrações musicais garantida pelo patrocínio do poder público. No entanto, após praticamente duas décadas do primeiro projeto de requalificação urbana do Pelourinho, realizado em 1992, observa-se atualmente, a partir de um olhar mais atento e crítico, que essa área constitui-se como um espaço altamente complexo, marcado por ações de higienização e segregação social, além de resistência e subversões ao modelo de uso e práticas pré-programadas ocorrem.

O caráter eminentemente mercadológico dos primeiros projetos de requalificação culminou na expulsão massiva dos antigos moradores do Pelourinho, mas, ao mesmo tempo, produziu a resistência e subversão de alguns desses atores, que fizeram da política de *gentrification* executada naquele local, a um só tempo, produzir *dois Pelôs*:

Um de cores vivas e fachadas límpidas que ambientam os passeios turísticos. Outro, dos casarões degradados da rua 28 de setembro. Um das festas embaladas pelo axé-music coordenado pelo programa “Pelourinho dia e noite”, atraindo vários turistas para algum dos largos do Centro Histórico. Outro, das festas regueiras e da balbúrdia na Favela da Rocinha. Um é o *Pelô* da BAHIA-TURSA, da CONDER, do IPAC. Outro é o *Pelô* da baixaria, da prostituição, das drogas e “marginais” (ARAÚJO, 2013, p. 307-308).

Esses diferentes *Pelôs* são construídos pelos usos ordenados e subversivos, resultantes das políticas de *gentrification*. De forma geral, todas as intervenções urbanas configuram sentidos e determinados significados aos espaços da cidade, mesmo que, por vezes, precisem contar memórias contemplativas e festivas sobre aquilo que foi trágico e desumano. O atual Terreiro de Jesus, por exemplo, palco contemporâneo de festas religiosas e profanas, utilizado nos roteiros turísticos, já foi em outros contextos o lugar das catequeses jesuíticas e praça pública que exibia, com características sádicas, exemplos a não serem seguidos, isto é, os massacres dos negros, quando ali funcionava o Pelourinho da cidade.

Segundo Araújo (2013), se na maior parte do tempo o lugar é massivamente apropriado como ponto turístico, no qual uma série de vendedores ambulantes, boa parte ex-moradores do Centro, voltam para tentar ganhar um “troco” dos turistas, na chamada “terça de

bênçãos”, ele se transforma em um lugar próprio para outros usos. Os comerciantes locais fecham as portas e o uso turístico é significativamente menor. Quem vai para as ruas são os antigos moradores e agregados. É então chegada a hora da “negrada”, como se referiram os informantes de Araújo (2013), ou eis o momento de fazer “a nossa festa”, como se pronunciavam meus atuais interlocutores, que usam e se apropriam dos espaços no Centro Histórico, lugares como o *Bar do Reggae*, *Abdilla Bar*, *Bar Galicia*, e a chamada *Favela da Rocinha*, acabam sendo apropriados pelos atores que ainda resistem, residindo no Centro Histórico, ou por aqueles que foram expulsos de lá a partir do projeto de requalificação. Com estes, a maioria dos comerciantes instalados no Pelourinho revitalizado não gosta de comercializar, pois não teriam efetivamente o potencial de consumo desejado.

Por sua vez, Araújo (2013) notou que os indivíduos que não mais residem no Centro Histórico ainda expressam significativo sentimento de pertença àquele local. Por isso voltam e acabam subvertendo os usos esperados pelo projeto de requalificação. A variação dos usos se relaciona intimamente com o horário. De dia, geralmente há usos turísticos e vendas massivas de colares, brincos, relógios, para os turistas. À noite, em alguns lugares isso cessa, dando espaço para outros tipos de apropriação e consumos simbólicos. Entre os espaços de subversão aos usos e significados esperados pela política de *gentrification*, a Favela da Rocinha é, segundo Araújo (2013), a expressão mais viva dos dois Pelôs. O nome, atribuído pelos próprios moradores, faz alusão direta à Favela da Rocinha do Rio de Janeiro, mas, como nota o autor, as proporções são muito diferentes. Enquanto a Rocinha do Pelô tinha cerca de dez a vinte barracos, a outra constitui uma população de quase meio milhão de pessoas. Contudo, a significação simbólica que tem esse nome é pertinente. Os moradores dali assumem deliberadamente uma posição crítica à forma como as requalificações no Pelourinho têm sido feitas. Sentem-se efetivamente excluídos e fazem desse uso, dentro do próprio Pelô, sua forma de moradia e sobrevivência, ao mesmo tempo que sua ação crítica de resistência e subversão. Aqui, a baianidade empacotada para o mundo, como produto genuinamente cultural do lugar, não encontra correspondência prática. A “Ideia de Bahia” (PINHO, 1998a), aqui, é contraposta e combatida, revelando que tanto a suposta alegria, quanto as características afrodescendentes dos moradores, especialmente no que diz respeito à cor negra, só fazem sentido quando pensadas pela noção de “evento-território”, sugerida por Pinho (1998b), ou seja, para o autor, a cor e o poder de consumo demarcam sobre os espaços do Pelourinho os usos e sentidos dos lugares. Dessa forma, portanto, pode-se entender que a negritude plástica da baianidade encontra correspondência apenas em determinado espaço e

tempo de uso daquele lugar. Sob outras situações, a cor da pele materializa, juntamente ao potencial de consumo, formas bastante distintas de lidar com a cor, sendo a população (que carrega essa condição) aceita ou confrontada. É o caso do Bar do Reggae e da Favela da Rocinha, por exemplo. Sobre isso afirma Araújo (2013, p. 313-314):

Quando é para apresentar o Pelourinho ao mundo, os órgãos do governo o apresentam como o *locus* da verdadeira cultura negra. Mas, quando se efetiva um programa de revitalização neste “espaço negro”, não se pensa na necessidade de recuperar estes espaços para o uso da população negra que sempre viveu ali. Ao contrário, busca-se ejetá-la para outra área no intuito de “higienizar” o revitalizado Pelourinho, para que se torne atrativo para a classe média consumidora.

Por tudo isso, Araújo argumenta a existência de *dois Pelôs*, um sitiado pelos agentes de segurança pública, produzido para o consumo cultural e simbólico ao ar livre, privatizado e expropriado daqueles que, de uma maneira ou de outra, sustentaram e deram significados para aquele local. O outro, ocultado e constantemente submetido a medidas que visam pressionar pela sua inexistência. A vigilância da Polícia Militar, por exemplo, está posta dentro do Pelourinho, ante a possibilidade de uso da Favela da Rocinha. As “batidas policiais” são frequentes em localidades como essas. Elas não estão nos *folders* turísticos, nem previstas nos percursos programados das milhares de visitas ocorridas no Pelourinho, mas, de alguma forma, mesmo que entrelaçados em diferenças e desigualdades, os atores sociais se relacionam.

Apesar de toda essa relação antagonica, para Araújo (2013), os *dois Pelôs* expressam, através dos usos, formas de permeabilidade socioespacial. O *Pelô revitalizado* entra no *Pelô da Rocinha*, tanto pelo aparato repressor do Estado, quanto pelos usos de turistas que adentram a favela em busca de drogas ilícitas ou de simplesmente poder exibir seu “status de transição” (RODRIGUES *apud* ARAÚJO, 2013, p. 323). Isso quer dizer que a permeabilidade ocorre, seja pela constante ação policial que deliberadamente tenta intimidar e reduzir o uso e tráfego na Rocinha, além de pressionar pela saída dos moradores de lá, ou ainda pelos turistas e curiosos, que buscam conhecer o local para consumir o que ele oferece, ou até mesmo sentir-se edificado em poder adentrar e conhecer o gueto, mantendo-se intacto, como uma conquista simbólica de quem “sobreviveu ao inferno”.

Nessa perspectiva, face às permeabilidades existentes, apesar das regulações de usos e determinados usuários, não há em si somente dois Pelôs, conforme sugeriu Araújo (2013). De fato, pontualmente é possível compreender que o autor tenta de fato apenas enfatizar a

oposição entre aquilo que é propagandeado pelos órgãos públicos e os setores privados do turismo e aquilo observado no cotidiano de outra camada da população, espoliados urbanos e expropriados dos seus direitos de morar e viver no lugar onde cresceram.

A rigor, entretanto, a partir de nossa observação, notamos que teríamos muito mais do que dois Pelourinhos. Para além da expressão “mais viva”, representada na existência da Favela da Rocinha, há ainda outros espaços e usos que se inscrevem no Pelô do embelezamento *estratégico*, capitalizando intencionalmente sua condição de negro, de origem pobre e de residência periférica, como forma atraente para empreender negócios rentáveis. A posição simbólica e o nicho de mercado ocupado por alguns blocos afro (como é o caso do mundializado Grupo Olodum) complexificam a apreensão tendenciosamente passiva que temos a construir sobre aqueles sujeitos que são outrora apropriados pelo mercado. Em algumas situações, a exemplo também do Grupo Cultural de Intercâmbio Tambores do Mundo, temos elementos que denotam uma capacidade de reapropriação bastante significativa da pecha de mercadoria cultural estigmatizada ou demarcada. Aqui, os coordenadores, negros de origem Curuzu, bairro da Liberdade, atuam como empreendedores da própria cultura negra. Segundo esses protagonistas, os “gringos” que vêm ao Brasil aprender a tocar percussão e desfilar com o bloco no período do Carnaval ficam normalmente hospedados no Curuzu. Os usos do e no Pelô se dão nos ensaios e nas apresentações. Além dessas reapropriações feitas a partir da consagração turística do Centro Histórico, outros atores atuam mediante deliberadas críticas à espetacularização urbana promovida a partir da relação de negação/afirmação de alguns lugares em detrimento de outros. Sobre isso, revela-se como bom exemplo o Carnaval no Santo Antônio e o desfile do bloco Rodante, conforme destacaremos adiante.

De outra forma dita, Araújo (2013) buscou sublinhar que o *Pelô não Revitalizado* entra no Pelourinho revitalizado pela presença da Rocinha, mediante a população que foi despejada em decorrência da revitalização, mas continua voltando para esse local, reafirmando explicitamente qual o seu *lugar*. Dessa forma, para o autor (ARAÚJO, 2013, p. 323), “o Pelourinho é um exemplo de bem patrimonial, cujo valor econômico está sobrepondo o valor cultural e, com isto, está contribuindo para reforçar a forma de exclusão cultural e socioespacial”, ainda que encontre formas de resistências e subversões.

De fato, quase dez anos depois das primeiras requalificações dessa localidade, ainda é possível identificar de maneira evidente o caráter eminentemente mercadológico que pauta a organização e intervenção oficial no Pelourinho, mas essa soberania do viés economicista não

se estabelece simplesmente pela sobreposição ao valor cultural, pois sob este engendra uma funcionalização *estratégica*, de tal forma que as dimensões culturais são alocadas e expostas ao consumo mediante o processo de coisificação e empacotamento atrativo da cultura, semelhante à *beleza do morto*¹⁸⁷, sugerida metaforicamente por Certeau (2011).

Segundo Leite (2010), é preciso investigar os processos de cada projeto de requalificação urbana, e não apenas os seus efeitos em si. Apesar disso, o autor argumenta que nos espaços onde se verificam fortes políticas de enobrecimento urbano, caracterizados pela associação entre a espetacularização da cultura (tornando-a mercadoria) e a formação de socioespacialidades e construção de um espaço público fragmentado, marcadamente multipolarizado pelos *contra-usos* (LEITE, 2007), tem-se geralmente resultados avessos ao que se esperava do ponto de vista do fomento à construção de lugares de consumo. A hipótese do autor é que (LEITE, 2010, p. 74)

a confluência desses dois fatores, quando reincidentes, pode contribuir para fazer desses espaços, lugares de disputas práticas e simbólicas que resultam numa espécie de contra-revanche da cidade, que esvazia as práticas interativas e desertifica os espaços antes enobrecidos.

Para Leite, pode-se verificar duas grandes perspectivas que tentam definir enobrecimento urbano. De um lado, um viés mais estruturalista, sob o qual se entende enobrecimento como expressão do neoliberalismo urbano e do entrelaçamento dos processos de globalização; do outro, uma compreensão mais ancorada nos postulados pós-modernos, na qual o conceito é caracterizado a partir do forte apelo estético e funcional, observado nos processos de intervenção. Além disso, a exploração visual e as “reinterpretações justapostas de estilos arquitetônicos com ênfase na monumentalidade e na perspectiva mercadológica no trato do patrimônio histórico” (LEITE, 2010, p. 74) reúnem outros atributos acionados na definição do fenômeno como enobrecimento urbano.

Apesar dessas variações apreciativas e definidoras do conceito, Leite (2010, p. 75) considera-o como

um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbana por meio da acentuação ou da transformação arquitetônica com forte apelo

¹⁸⁷ O conceito será retomado e desenvolvido no Capítulo VI deste trabalho. No entanto, *a priori*, pode-se compreender que, para Certeau (2011), haveria no processo de valorização da cultura um crivo mercadológico que ameaçaria a dinâmica própria à vida dos elementos culturais, inerentemente constituídos pelas diversas práticas sociais. A *beleza do morto*, pois, seria a estética mercadológica da cultura, que embora possa se apresentar de maneira atraente, o faz a partir da destituição dos elementos vivos e dinâmicos próprios a qualquer manifestação cultural.

visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e limpeza urbana voltada ao uso ou à apropriação por parte das classes médias e altas, que resulta em espaços com forte inflexão segregacionista mediante demarcações socioespaciais que fomentam a fragmentação do espaço em diferentes lugares.

Segundo ele, os processos de enobrecimento ainda estão, de maneira geral, muito ancorados na lógica de higienização social que marcou a reforma haussmanniana. A diferença é que ela serve agora, mais apropriadamente, à cultura de consumo das sociedades contemporâneas.

O autor nota que enquanto Recife e Salvador passaram por uma espécie de “enobrecimento de visitação” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), as cidades de Porto e   vora caracterizam-se mais próximas de um “enobrecimento residencial”. De todo modo, Leite adverte que esses tipos não são excludentes. Logo, de alguma maneira as quatro cidades mantinham características residenciais, embora em níveis distintos. Todavia, conforme analisa o autor, a permanência ou não dos moradores antigos    um dos aspectos que difere as cidades brasileiras das portuguesas. No Brasil, observou-se mais significativamente a altera  o dos usuários e antigos moradores, comparado a Portugal, onde houve até campanha para atrair a popula  o mais jovem para residir em   vora, diante da alta taxa de residentes idosos.

O processo dessa interven  o, a *gentrification*, pode ser pensado, grosso modo, a partir de uma primeira etapa na qual os centros históricos eram vistos como lugares privilegiados, dotados de alto prestígio social e fervorosa funcionalidade prática. Até que passa por uma segunda fase, definida na condi  o de “abandono”, conforme o conjunto de fatores distintos, mas relacionados ao crescimento da urbaniza  o. Assim sendo, suscitam, num terceiro momento, a aten  o para interven  es requalificadoras. Dessa forma, eles passam da apoteose até chegarem    condi  o potencial e apta para receberem investimentos supostamente “revitalizadores”.    justamente aí que se produzem as políticas de enobrecimento urbano, t  mb  m nomeadas analiticamente de *gentrification*.

Nessa perspectiva, se considerarmos que determinadas áreas da cidade de Salvador tem sofrido interven  es urbanas muito próximas às características das políticas de *gentrification* (no Pelourinho isso já    um fato reconhecido e analisado, como vimos anteriormente), poder-se-ia compreender melhor o potencial explicativo lançado com a ideia de *exaustão das cidades* (LEITE, 2010). Como vimos, a *Zona litorânea*, que comporta a extensão que vai desde o Porto da Barra até Itapuã, até as vésperas do primeiro jogo da Copa das Confedera  es FIFA Brasil 2013 estava significativamente esvaziada dos esperados fluxos e usos turísticos, embora, possamos ponderar que nessa vasta extensão, ao qual

chamamos nesse trabalho de *Zona Litorânea*, encontremos diferentes intervenções, não há como não reconhecer que pontos como o Farol da Barra e o Porto da Barra, por exemplo, são regularmente acionados nas retóricas e práticas políticas que anunciam uma imagem oficial positivada da cidade de Salvador.

Contudo, nem isso, nem as diversas medidas de higienização e estetização dos espaços públicos parecem, em certos momentos, serem mais suficientes na garantia da obtenção dos usos esperados. Em diálogo com a interpretação hipotética de Leite (2010), podemos argumentar que tanto o intenso fluxo de consumo nesses espaços, quanto a possibilidade de esvaziamento, acabam sendo efeitos nefastos das políticas de enobrecimento urbano. As lógicas que perpassam essas intervenções têm chegado a um limite prático, expressando uma espécie de “exaustão das cidades” (LEITE, 2010), como se até o simulacro, que caracteriza boa parte daquilo que é reificado para o consumo nesses locais, pudesse ter sobre sua realização a necessidade da apropriação contínua dos usuários. Por um lado, isso implica dizer, entre outras coisas, que talvez nas sociedades contemporâneas, marcadas pela efemeridade do consumo, não se possa mais esperar vida longa para as desterritorializações inerentes às políticas urbano/culturais implementadas frente ao contexto competitivo e concorrencial sob os quais as cidades têm se inscrito. Mas por outro, também nos indicam outras características, vinculadas ao imediatismo temporal e superficialismo territorial, sob os quais os processos de espetacularização urbana forjam espaços de consumo. No âmbito dessa última possibilidade interpretativa, será pertinente notar as diferenças registradas nas Zonas da cidade de Salvador, entre os anos de 2013 e 2014.

IV.2. Copa do Mundo FIFA Brasil 2014: Salvador e a formação de *espaços de consumo*

Por *espaços de consumo* entendemos aqui a apropriação de localidades, que podem ser, a princípio, *espaços públicos* ou *lugares* (LEITE, 2007), a partir da incidência tanto de intervenções de caráter urbanístico, quanto de representações imagéticas criadas com o intuito de produzir consumo, sobretudo sob a forma de lazer. Trata-se de uma *espacialização* (FORTUNA, 2013), sob a qual as particularidades dos usos, fundamentalmente marcados pela atividade turística e de entretenimento local, é estrategicamente mapeada para a promoção da cidade a ser espetacularmente vendida¹⁸⁸.

Nessa perspectiva, a formação dos *espaços de consumo* na capital baiana é um processo anterior a sua inscrição como sede dos megaeventos da FIFA. Ainda que seja inegável que sob esse contexto da Copa do Mundo, a espetacularização da cidade foi intensificada, condicioná-la pelo *tempo de Copa* nos parece um equívoco histórico.

Entretanto, as excepcionalidades que circunscreveram a preparação e realização deste evento contribuíram para que algumas características significativas a respeito do modo como a cidade é produzida na contemporaneidade fossem melhor reveladas. Nesse sentido, considerando que os espaços de consumo são apropriações territoriais objetivadas em correspondência com a imagem da cidade oficialmente publicitada, a análise de sua formação, isto é, a projeção de seus usos, é fundamental para entendermos o fenômeno da espetacularização, em face da relação entre políticas urbanas e imagens da cidade.

Nessa perspectiva, no ano de 2014 voltamos a registrar observações diretas e sistematizadas na cidade de Salvador. Diferentemente de 2013, ano de realização da Copa das Confederações, os espaços, em geral, apresentavam maior incidência de intervenções. Todavia, nem sempre elas estavam enunciadas em vinculação direta com o *tempo de Copa*. Além do fato de ser a espetacularização um processo maior e precedente aos megaeventos da FIFA, a ausência de sua promoção justamente no Carnaval não deixou de ser uma ação *estratégica* (CERTEAU, 1998) dos construtores oficiais das políticas urbano/culturais da cidade, na configuração de uma renúncia sobre os megaeventos com o propósito de evitar maiores tensionamentos políticos.

Entre os anos de 2013 e 2014, conforme analisaremos nos próximos capítulos, não somente Salvador, mas boa parte das cidades brasileiras passaram por um contexto de manifestações de rua paradigmáticos para a história do país. Entre o heterogêneo leque de

¹⁸⁸ Esse processo será ainda mais desenvolvido nos dois últimos capítulos desta tese, onde se analisará mais especificamente as políticas urbano/culturais e as imagens de consumo da cidade na contemporaneidade.

reivindicações, os gastos e a forma pela qual as Copas estavam sendo conduzidas apareceram de maneira bastante enfática nas “vozes da rua¹⁸⁹”. Nesse contexto, o uso do Carnaval como evidente vitrine da cidade enquanto sede da Copa do Mundo em 2014 poderia ser menos favorável para os *empreendedores da cidade* (HARVEY, 2005).

Em contrapartida, observamos, do ponto de vista dos organizadores, ações que planejavam ainda maior vazão para a realização do Carnaval, como momento particular da cidade, excepcionalmente caracterizada pela festa e alegria, como suas expressões genuínas. Sob essa ótica oficial, a cidade do entretenimento também era configurada na conciliação com as oportunidades concedidas aos seus locais. Assim, as narrativas sobre um modo peculiar da vida baiana ancoravam-se por vezes no crescimento do emprego¹⁹⁰ (mesmo que informal, temporário e por vezes bastante precarizado no que tange a segurança e saúde) durante a realização de festividades como o carnaval. Com efeito, tudo isso sugere pensarmos que a cultura em Salvador é canalizada não apenas como produto a ser completamente mercantilizado, mas também serviria como anestésico¹⁹¹ dos descontentamentos sociais em uma sociedade capitalista periférica (ver **Figuras 21 e 22**).

¹⁸⁹ Aqui fazemos referência direta ao conteúdo que será melhor analisado nos tópicos finais deste trabalho, que tratará fundamentalmente das *antinormatividades* existentes em Salvador e que reflete, de maneira mais geral, as resistências e enfrentamentos realizados nas cidades contemporâneas marcadas pela espetacularização urbana.

¹⁹⁰ Não é raro ter crianças, adolescentes e idosos trabalhando madrugadas e dias inteiros catando latinhas. Outras famílias inteiras fecham suas casas e vão acampar dentro do circuito do carnaval, trabalhando com venda de bebidas, aperitivos e adereços referentes à festa.

¹⁹¹ Essa possibilidade interpretativa do Carnaval como fenômeno anestésico político-social tem ressonância na forma *estratégica* como os *empreendedores* da cidade, especialmente aqueles envolvidos ou interessados na preparação e realização dos megaeventos, apropriaram-se dessa festividade. Pois, para além desses mecanismos utilizados na configuração política dos espaços de consumo, durante os dias de Carnaval, mesmo sem identificarmos vinculações imagéticas diretas entre a festividade e o megaevento, por parte dos organizadores, alguns movimentos sociais acabaram vitalmente dando mais representação crítica ao contexto das Copas, no carnaval. Com blocos e atividades lúdicas que simbolizavam criticamente interpretações opostas à ideia de cidade democrática, festiva e feliz, esses atores tentaram demonstrar que, na vida real, o contexto da Copa tem inscrito boa parte da população em um cruel e intenso processo de negações de direitos. A falta de moradia, educação, saúde, trabalho e sobretudo dignidade à população mais carente e negra da cidade foram dessa forma altamente denunciadas. No tópico “Espetacularização urbana e reapropriações culturais: destituição do consenso espetacular?”, do último capítulo, essas ações críticas de resistência, enfrentamento e reapropriações culturais serão mais adequadamente analisadas.

Figura 21 – Marca oficial do Carnaval de Salvador, 2014



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR,. Disponível em:
<<https://PREFEITURA+MUNICIPAL+DE+SALVADOR&imgc=d9H-RscQauMIZM%3A>>. Acessado em
28/03/2014.

Figura 22 – Crianças catando latinhas/Carnaval de Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Na *Zona Litorânea*, durante o carnaval, a requalificação da orla da Barra (política urbana viabilizada pela contexto de preparação e realização dos megaeventos) ainda não tinha sido finalizada, mas uma parte da Alameda, localizada na Avenida Oceânica, entre o trecho do Cristo e do Farol da Barra, já estava sendo utilizada. Com uma espécie de calçadão, o local, bastante iluminado, foi preparado para sediar o Circuito “Barra-Ondina”, ou simplesmente circuito “Dodô”, um dos principais percursos do Carnaval. A centralidade

turística desse trecho pode ser demonstrada quando observamos que é justamente nele que são instalados os maiores camarotes e os principais estúdios das emissoras de TV, que realizam transmissões da festa ao vivo (ver **Figuras 23 e 24**).

Figura 23 – Alameda da Avenida Oceânica, Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 24- Estúdio TV Nacional / Barra, Carnaval de Salvador-BA



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A centralidade turística desse trecho pode ser demonstrada quando observamos que é justamente nele que são instalados os maiores camarotes e os principais estúdios das emissoras de TV, que realizam transmissões ao vivo. Ao percorrer todo este circuito notamos que, do ponto de vista do apelo imagético, seja visual ou verbalizado nas narrativas, praticamente não existia nenhum apelo ou relação do espaço e da cidade com a Copa FIFA Brasil 2014. As imagens identificadas relacionavam-se apenas ao próprio Carnaval, como se este se autonomizasse da cidade. Assim, em certa medida, nesse período é o carnaval que acaba comportando a cidade, que sob essa temporalidade explora sua espetacularização.

Com o intuito de reunir a ideia da diversidade e da demarcação positivada da diferença, o tema oficial trazia o seguinte *slogan*: “*É Diferente, é Carnaval de Salvador!*”. A marca oficial, que refletia a identificação publicitária da cidade pela Prefeitura Municipal¹⁹², deveria servir de estrutura central para todos os circuitos oficiais da cidade, ainda que cada circuito pudesse elencar também o enredo temático específico¹⁹³. Com quatro circuitos oficiais (Circuito Dodô – Barra/Ondina; Circuito Osmar – Campo Grande; Circuito Pelourinho/Batatinha; Circuito Afródromo), a festa tentava manter a expansão, mas sob uma forte descentralização dos usos dos espaços. Ao menos essa era a justificativa oficial dada pelos organizadores, especialmente no que se refere à criação do Circuito Afródromo, onde deveriam se concentrar as apresentações mais vinculadas aos cortejos dos blocos afro. Esse entendimento gerou algumas desconfianças entre os atores participantes dos blocos afros menos midiaticizados, notadamente no que se refere à possibilidade de estar ocorrendo uma segregação dissimulada, quando tentavam não desconcentrar, mas conter, em lugares específicos, determinadas diferenças e camadas sociais menos favorecidas economicamente. Apesar de não termos elementos concretos para confirmar esse possível intuito *estratégico*, ele nos suscita relativa plausibilidade, se considerarmos que a ideia de “diferença” valorizada para o consumo é altamente seletiva, logo também acaba gerando uma face excludente.

Nessa perspectiva, a cidade era enunciada por uma diversidade semelhante a um grande salão departamentalizado, onde cada sala interna tinha um produto cultural específico para ser vendido. Para consumir uma festividade mais vinculada à estética historicizada do afoxé, por exemplo, a Zona Histórica, notadamente o Pelourinho, configurava-se como o espaço mais adequado. Por ele ou pelo específico circuito Afródromo o que notamos é a promoção positivada da cidade.

¹⁹² A Prefeitura Municipal de Salvador, na gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM) articulou como recurso publicitário os lemas: “Salvador, primeira capital do Brasil” e “Salvador, você sente que é diferente”.

¹⁹³ No Pelourinho, o enredo específico era “Bahia Negra: Caymmi e Ilê”.

Na exploração comercial desse espaço de consumo, aciona-se uma série de elementos que remetem à cultura de matriz africana, na estética dos penteados e das roupas. Os adereços destinados às fantasias e batas dos blocos afro também são comumente ofertados em praticamente todas as ruas do Pelô. Os turbantes e colares utilizados pelo bloco dos Filhos de Gandhi, tererês, tranças e *dreads* são algumas das decorações espetaculares que objetivam retratar a imagem estética e cultural negra da cidade.

Essas práticas, constituidoras do espaço de consumo na Zona Histórica, notadamente no Pelourinho, não são nem exclusivas ao contexto das Copas, nem do Carnaval, embora, em alguma medida, a localidade, já mundialmente conhecida pelo turismo, acabe sendo por essas circunstâncias ainda mais comercializada. Não são poucos os estrangeiros que empreendem negócios na área, seja no âmbito das lojas de roupas, lembranças e artesanatos, ou de serviços de hospedagens, sobretudo albergues e pousadas.

Não por acaso, a área é altamente regulada pela presença de câmeras de vídeo e ostensivo policiamento. O conjunto histórico-cultural que é vendido nacional e internacionalmente, *a céu aberto*, acaba expressando uma das características dos espaços de consumo contemporâneos, que sob a forma espetacular, controla e filtra os usos, ainda que parte da estética comercializada se ampare justamente na forma aparente da população negra nativa (ver **Figuras 25, 26 e 27**).

Figura 25 – Zona Histórica/Carnaval em Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A vibrant street scene in Salvador, Bahia, Brazil. The image shows a row of colorful buildings, primarily in shades of blue and pink. The ground floor of the blue building on the left is filled with shops and stalls displaying various goods, including clothing, hats, and handicrafts. A large orange umbrella shades a seating area on the right, where several people are sitting and standing. The street is paved with cobblestones, and there are signs for 'COOPERADORA DE RESTAURANTES E BARRAS DO COMÉRCIO' and 'TEMPOSTAL' visible on the right. The overall atmosphere is lively and colorful.

Figura 27 – Zona Histórica/Pelourinho no Carnaval



256

A princípio, tratando-se de festividades ocorridas em vias públicas, o lazer e consumo aparentava ser um direito de todos. Mas, enquanto produto, boa parte dos espaços públicos acabavam sendo privatizados, numa oferta que hibridizava convenientemente a característica popular da festa de rua com determinados privilégios adquiridos conforme a capacidade financeira que cada indivíduo acionasse para o momento. Os blocos e as cordas, que separam foliões pagantes dos demais (chamados de “pipoca”) expressam, por exemplo, uma das dimensões históricas da segregação e privatização dessa festa na cidade de Salvador.

Além dos blocos, os camarotes também constituíam um uso particular da festa, expondo entre a apropriação da tradição e o conforto da condição financeira, a possibilidade de contemplação ou de indiferença. Alguns deles, com significativa grandiosidade e monumentalidade estética ofereciam cervejas de marcas diferenciadas da dos patrocinadores, além de outras bebidas e comidas. Entre outros, camarotes¹⁹⁴, como Cerveja & Cia, Do Nana, Do Reino, Harém, Salvador, disputavam clientes com base tanto nos serviços de aperitivos e tipos de bebidas disponibilizados, quanto na programação de shows dentro dos próprios camarotes. Uma espécie de festa dentro da festa ou até deliberada distinção entre o popular e o elitizado. Dessa forma, as narrativas de vendas observadas nos endereços eletrônicos que veiculam essas marcas de camarotes se estendem além dos produtos ofertados. Apresentam qualificações subjetivas e delineiam uma cultura atrativa para um tipo de consumo diferenciado da cidade de Salvador.

¹⁹⁴ Os anúncios publicitários desses camarotes tinham um significativo espaço para anunciar os serviços ofertados da seguinte forma (mantivemos as descrições *ipsis litteris*): **“Cerveja & Cia”** - Oferece: Serviço All Inclusive, Boate, lounge, posto médico exemplificam a estrutura preparada pelo Camarote Cerveja & Cia, pensando sempre no melhor. O serviço conta com bebida inclusa, água, cerveja, refrigerante, rosas e whisky; **“Do Nana”** - Oferece: Mesa de frutas, Mesa de frios, Espetinhos, Pizzas, Acarajés e abarás, Sushis e sashimis, Pratos quentes, Massas, Sanduíches, Caldo Quente, Whisky, Roska, Cerveja, Ice, refrigerante e água. E mais: Palco para shows de bandas todos os dias, Acesso à praia, Transmissão ao vivo do carnaval, Boate climatizada, Decoração e ambientação exclusivas, Receptivo, Equipe de segurança, Lounges, Cyber Café, Sala de Imprensa, Serviço Médico, Salão de Beleza, Loja de souvenirs; **“Do Reino”** - Oferece: Open Bar (água, cerveja, refrigerante, 'rosas', vodka e whisky), Praça de alimentação, Boate, Lounge, Posto Médico, Sanitários, Segurança, Salão de Beleza, Ambiente Climatizado e Customização de Figurinos.; **“Harém”** - Oferece: Sistema All Inclusive - Bebidas: (Scotch Whisky, Vodka, energético, rosas, tequila, Cerveja Skol, vinhos e espumantes, Refrigerantes e água mineral), Diversificado menu sob a supervisão do chef Bartô do Restaurante Soho, assinado por diversas grifes gastronômicas. 2.800 metros quadrados de conforto e glamour, com: 105 metros de mirante “super-view” de onde todos os foliões do camarote podem assistir ao desfile dos artistas de forma privilegiada e com todo o conforto a apenas 04 metros dos trios elétricos. Lounge da Revista VIP frequentado por celebridades Shows ao vivo nos intervalos entre a passagem dos trios elétricos. Boate climatizada, animada por bandas e DJ's Amplos toilettes fixos e climatizados. Posto médico. Relax zone com: vista mar, customização de abadás, massoterapia, perfumaria, salão de beleza e cinema.; **“Salvador”** - Sistema All Inclusive - Buffet SOHO, Bebidas: (Whisky 12 anos, Vodka Absolut, energético Red Bull, rosas, tequila, Cerveja, Refrigerantes e água mineral) (FOLIA BAHIA, s.d.). Disponível em <<https://www.foliabahia.com.br/Camarotes-carnaval-salvador-2014.aspx>>. Acessado em: 12/03/2014.

*O Camarote Cerveja & Cia é **um dos mais tradicionais do Carnaval de Salvador**, e em 2014 irá contar novamente com uma super estrutura, boates climatizadas, serviço All Inclusive com os melhores restaurantes de Salvador e uma **visão privilegiada** do circuito Barra/Ondina, ficando na Prefeitura da Aeronáutica. Todos os anos o Camarote Cerveja & Cia guarda surpresas para seus foliões, além da presença de grandes artistas na sua programação, o camarote tem como marca registrada o fato de ser o Camarote de Ivete Sangalo. Compre agora seu abadá do Camarote Cerveja & Cia para 2014 e viva a paixão de estar no camarote mais desejado do Carnaval de Salvador. Não perca tempo!*¹⁹⁵

*O Camarote do Nana é feito para os foliões que amam o Carnaval de Salvador. Em 2014 o Camarote vai contar com uma super estrutura em um lugar privilegiado do Circuito Barra/Ondina. Tudo isso para mexer com o coração dos chicleteiros. Com sua nova marca para o Carnaval de Salvador 2014, o Camarote do Nana vem demonstrar todo o seu glamour, oferecendo um serviço all inclusive de altíssima qualidade e uma programação que conta com diversidade de bandas e DJs **em ambiente finamente decorado e climatizado**. O Camarote do Nana foi vencedor por dois anos consecutivos do Troféu Dodô & Osmar em (2008 e 2009) como camarote mais bonito e a 14ª e 16ª edição do Top Of Mind (2008). Compre já seu abadá e venha viver a paixão de estar no Camarote do Nana durante o Carnaval de Salvador 2014. Aproveite os melhores preços e formas de pagamento. Garanta já seu lugar no navio das emoções do Nana e deixe seu carnaval ficar perfeito.*¹⁹⁶

*O Camarote Harém é a melhor opção para os festeiros durante o Carnaval de Salvador 2014. O camarote fica localizado no melhor ponto do Circuito Barra/Ondina, além de contar com um perfeito serviço ALL INCLUSIVE, uma super estrutura e muita gente bonita. Um dos grandes destaques do Camarote Harém é a acessibilidade em sua estrutura, um ótimo serviço all inclusive com as melhores marcas de bebidas e os melhores chefes de cozinha, grandes atrações, como DJs, bandas, entre outros, e **um ambiente totalmente climatizado, higiênico e sustentável**. Aproveite para comprar seu abadá do Camarote Harém para 2014 com ótimo preço e com as melhores formas de pagamento e seja uma princesa ou sultão do Camarote mais animado e bonito do Carnaval de Salvador.*¹⁹⁷

*O Camarote Salvador será em 2014 **um dos lugares mais glamourosos do Carnaval Baiano, um espaço onde todos os sonhos se tornam realidade, até mesmo os mais loucos**. O Camarote Salvador será produzido com uma mega infra-estrutura no Carnaval de Salvador 2014, incluindo serviço de qualidade All Inclusive mas conhecido no Camarote como No Limits, **onde o folião desfruta da melhor bebida e da melhor comida, boate climatizada, espaço de beleza, design arrojado e muito mais**.*

¹⁹⁵ FOLIA BAHIA. Disponível em <<http://www.foliabahia.com.br/camarotes/camarote-cerveja-e-cia-2014.aspx>>. Acessado em 12/03/2014. Grifos nossos.

¹⁹⁶ FOLIA BAHIA. Disponível em <<http://www.foliabahia.com.br/camarotes/Camarote-do-Nana-2014.aspx>>. Acessado em 12/03/2014. Grifos nossos.

¹⁹⁷ FOLIA BAHIA. Disponível em <<http://www.foliabahia.com.br/camarotes/camarote-harem-2014.aspx>>. Acessado em 12/03/2014. Grifos nossos.

*No Camarote Salvador 2014, o associado também pode contar com um exclusivo esquema de segurança, uma enfermaria totalmente equipada com aparelhos modernos e UTI móvel. Tudo isso para deixar os foliões dos quatro cantos do mundo conferir de perto e se divertir no Carnaval. Venha fazer parte do Camarote Salvador e curta as melhores atrações do Carnaval de Salvador 2014. Compre agora seu abadá com as melhores condições de pagamento! Vai de Carnavio? Entregamos seu Camarote Salvador no Porto de Salvador, sem precisar deslocamento.*¹⁹⁸

As narrativas dos anúncios, fundamentalmente comerciais, ajudam a compreender como os *espaços de consumo* são formados na e para a cidade. Assim, elas não apenas refletem uma comunicação publicitária, pois, nos seus *relatos* (CERTEAU, 1998), as abstrações sensitivas da alegria, diversão e demais desejos, *espacializam* (FORTUNA, 2013) também, concretamente, privilegiados direitos mediados pela relação de compra e venda.

As noções de um ambiente repleto de excepcionalidades se estendem desde a localização e visualização oportunizada pelo camarote até os tipos e marcas de bebidas. A ideia de estar seguro e protegido pressupõe o entendimento de que há perigo inerente às festas de público massificado. Por tudo isso, nos espaços de consumo, as possibilidades de direito correspondem à capacidade privativa e financeira de cada indivíduo.

A particular estruturação que oferecem os camarotes expressa também uma relativa e ambivalente autonomização dele para com o Carnaval e até a cidade. Por um lado, ela detém todos os recursos próprios ao entretenimento, aparentando, em alguns instantes, desterritorializar-se. Por outro, é na mediação de sua autopromoção com a cidade que a privatização excepcional de um dos principais espaços de consumo da capital baiana se realiza.

A lógica desses usos observados na infraestrutura temporária desses tipos de camarotes se espriam também de outras formas. Ao lado das avenidas por onde desfilam os blocos e trios elétricos, os prédios e residências com sacadas e janelas tornam-se também um tipo de camarote para o Carnaval, embora com poder visual e simbólico reconhecidamente menor que os citados anteriormente. Os preços dos ingressos nos camarotes chegam a custar cerca de R\$ 5.000 por 5 dias.

Meses depois da realização do Carnaval na cidade, boa parte desses mesmos espaços voltavam a ser destinados para uma nova temporalidade excepcional. Durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, em Salvador, alguns aspectos da festa carnavalesca acabaram sendo apropriados e objetivados enquanto cultura singular da localidade. Além dos trios

¹⁹⁸ FOLIA BAHIA. Disponível em <<http://www.foliabahia.com.br/camarotes/Camarote-Salvador-2014.aspx>>. Acessado em 12/03/2014. Grifos nossos.

elétricos e apresentações de blocos afro, baianas do acarajé e grupos de capoeira compunham um conjunto enunciado como específico da cidade-sede.

Na *Zona Litorânea*, a Barra, especialmente na Alameda da Avenida Oceânica e no Farol da Barra, continuava a se caracterizar como o local mais enunciativo da imagem oficial da cidade. Entretanto, no Rio Vermelho, notadamente na região do Largo de Santana, foi possível registrar usos significativos que refletiam o contexto vivenciado pela capital baiana naquele período.

Centralizado através do tradicional tabuleiro de *Acarajé da Dinha*, no Rio Vermelho, a constituição do espaço de consumo ocorria comumente nos períodos noturnos. A região, já anteriormente caracterizada pela vida boêmia, sempre teve, a partir do Largo de Santana, usos mais híbridos, entre turistas e moradores da cidade. No entanto, durante a realização da Copa, as mesas eram majoritariamente ocupadas por estrangeiros.

Além dos bares do Largo, algumas barracas de artesanato e de comidas típicas do nordeste ofertavam os ingredientes para a festa noturna nessa localidade da cidade. Apesar da variedade nos produtos para consumo, era no Acarajé¹⁹⁹ da Dinha que se centralizava a consumação. As pessoas aguardavam em pé, focadas tanto nas duradouras filas do tabuleiro da baiana, quanto na oportunidade de alguma mesa vagar em algum dos bares.

Nesses espaços, vendedores ambulantes também circulavam tranquilamente, ofertando uma série de produtos, que iam desde doces, amendoim até lembranças artesanais. Boa parte desses ambulantes eram crianças²⁰⁰, advindas de diversas regiões periféricas da cidade, como o Subúrbio Ferroviário²⁰¹ (ver **Figura 28**).

¹⁹⁹ O preço do acarajé, com camarão era R\$ 7,00. Em virtude da quantidade de pessoas e do intenso fluxo turístico, mesmo nas mesas particulares dos bares, a consumação só era realizada mediante o pagamento adiantado dos produtos solicitados.

²⁰⁰ Questionada, uma delas, de 12 anos, alegou que vem geralmente com a mãe, mas dividem os espaços de trabalho. Enquanto a mãe vai para o mercado de peixe próximo do Largo, ela costuma circular na centralidade do Acarajé da Dinha. Segundo seu depoimento, ela e sua família costumam voltar para casa apenas de madrugada, por volta das 2 horas. A presença de famílias inteiras trabalhando no entorno do Largo era significativa e visivelmente mais intensa que em outros contextos. Assim como ocorre, durante os festejos do carnaval, as famílias operavam segundo uma divisão *tática* (CERTEAU, 1998), de modo a angariar maiores lucros. Sendo assim, enquanto o pai vendia bebidas em um ponto fixo, a partir de caixas térmicas de isopor. Mãe e filho circulavam vendendo doces, cigarros e amendoim. A atuação de crianças em trabalhos como esses é constantemente notória, o que de alguma forma reflete o nível da informalidade enquanto atividade laboral central da cidade de Salvador. Segundo relato de uma das turistas que frequentava o Largo, em uma das noites que ela pode ir até o Rio Vermelho, um “gringo” pegou bruscamente o cesto de amendoim da criança e saiu por conta própria vendendo o produto por todas as mesas. A atitude, estranhada por quase todos os presentes, acabou surtindo efeito. Sensibilizados com a conduta relativamente solidária do estrangeiro, o produto acabou sendo praticamente todo vendido em um curto intervalo de tempo.

²⁰¹ O Subúrbio Ferroviário é considerado uma das periferias mais estigmatizadas da cidade, pelos altos índices de violência e pela miséria marcante na falta de habitações regulares, baixo nível de escolaridade e falta de emprego dos seus moradores.

Figura 28 – Rio Vermelho durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Nos horários mais avançados da noite, o espaço de consumo já se forjava em todo o entorno central do Largo de Santana. Na rua João Gomes, bares e casas de shows ofereciam festividades e consumo mais privado, cobrando ingressos para o acesso aos estabelecimentos. O leque de ofertas musicais variava desde *techno*, pagode, até forró. A quantidade de turistas estrangeiros era tão significativa que em determinados momentos não era raro observar interações exclusivas entre grupos de pessoas de nacionalidades diferentes. Brincadeiras, debates e provocações que ensejavam uma comunicação improvisada, amistosa e permeada de entretenimento, introduziam também relações afetuosas e insinuações mais eróticas. Essas relações (tecidas e oportunizadas mais intensamente pela circunstância do megaevento internacional na cidade) forjavam imaginários e usos curiosos entre culturas diferentes. O *estranho* e o *familiar* passavam a assumir condições mais fluidas entre brasileiros e os mais diversos estrangeiros. Eventualmente, a atração pela *diferença* dava-se em ambos os sentidos²⁰² (ver **Figura 29**).

²⁰² Em uma das raras mesas onde estavam apenas brasileiros, jovens conversavam sobre os espaços onde seria mais fácil se relacionar com estrangeiros. Tanto para os rapazes como para as garotas, o objetivo exposto era poder “ficar” com os “de fora”. Nessa perspectiva, eles relatavam que as *melhores localidades*, ou seja, aquelas em que predominariam estrangeiros, eram a Barra e o Rio Vermelho.

Figura 29 – Interações transnacionais/Rio Vermelho durante a Copa do Mundo 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A presença ostensiva da Polícia Militar era mais intensa do que em outros contextos. Apesar disso, o uso de drogas ilícitas era visível. Mas ninguém era visto sendo revistado ou abordado, ao menos nas áreas onde os usuários eram fundamentalmente turistas estrangeiros. Trata-se de um “deslize” ou permissividade observada apenas onde se registra um tipo de público adequadamente diferenciado (ver **Figura 30**).

Figura 30 – Espaços de consumo/regulação e permissividade



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

As regulações observadas na cidade apresentavam uma heterogeneidade, tanto no que se refere aos usuários, quanto aos próprios espaços de consumo em questão. A situação dos ambulantes nos permite refletir melhor sobre isso, especialmente quando lembramos da característica central dessa ocupação laboral na cidade de Salvador, em contrapartida a toda exclusividade comercial concedida para a FIFA.

Na Barra, no decorrer de toda alameda da avenida Oceânica, era comum registrar muitos produtos sendo vendidos por ambulantes, como chapéus, óculos, bebidas e adereços que remetiam à Copa. O controle nessa área ocorria fundamentalmente no trecho da alameda que foi fechado para a realização da festa oficial da FIFA, a chamada Fan Fest.

Já na parte da areia da praia, oposto ao que registramos até o ano de 2013, as tradicionais barracas e os ambulantes que ficavam em pontos fixos ou circulando pela praia foram todos retirados. Em vez da organização popular, o espaço ordenava-se mais rigorosamente de acordo com a fiscalização da Prefeitura Municipal da cidade. Segundo *relato* dos próprios vendedores da área, apenas alguns “ambulantes mais tradicionais” puderam ser cadastrados pela Prefeitura para trabalhar no local. Algumas barracas e guarda-sol padronizados com o emblema da Prefeitura Municipal de Salvador estampavam o *slogan* da atual gestão e enunciavam uma nova temporalidade, notadamente qualificada pela frase “*Barra, agora bonita de se ver*”.

A polêmica relação entre o poder público municipal e os vendedores ambulantes precede a realização dos megaeventos, mas desde 2013, contexto da realização da Copa das Confederações, essa situação foi ainda mais acirrada. Com a publicação da Lei nº 8414/2013 (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, s.d.), a Prefeitura Municipal de Salvador reafirmou a excepcional exclusividade da FIFA sobre a comercialização de produtos, como bebidas e artigos referentes à Copa, durante o período de realização dos eventos, em 2013 e 2014. Esta lei, produzida em corroboração com a Lei Geral da Copa nº 12.663, de 5 de junho de 2012, pretendia regulamentar (na capital baiana) como poderia ser fiscalizado o trabalho informal nos espaços de consumo de interesse da FIFA.

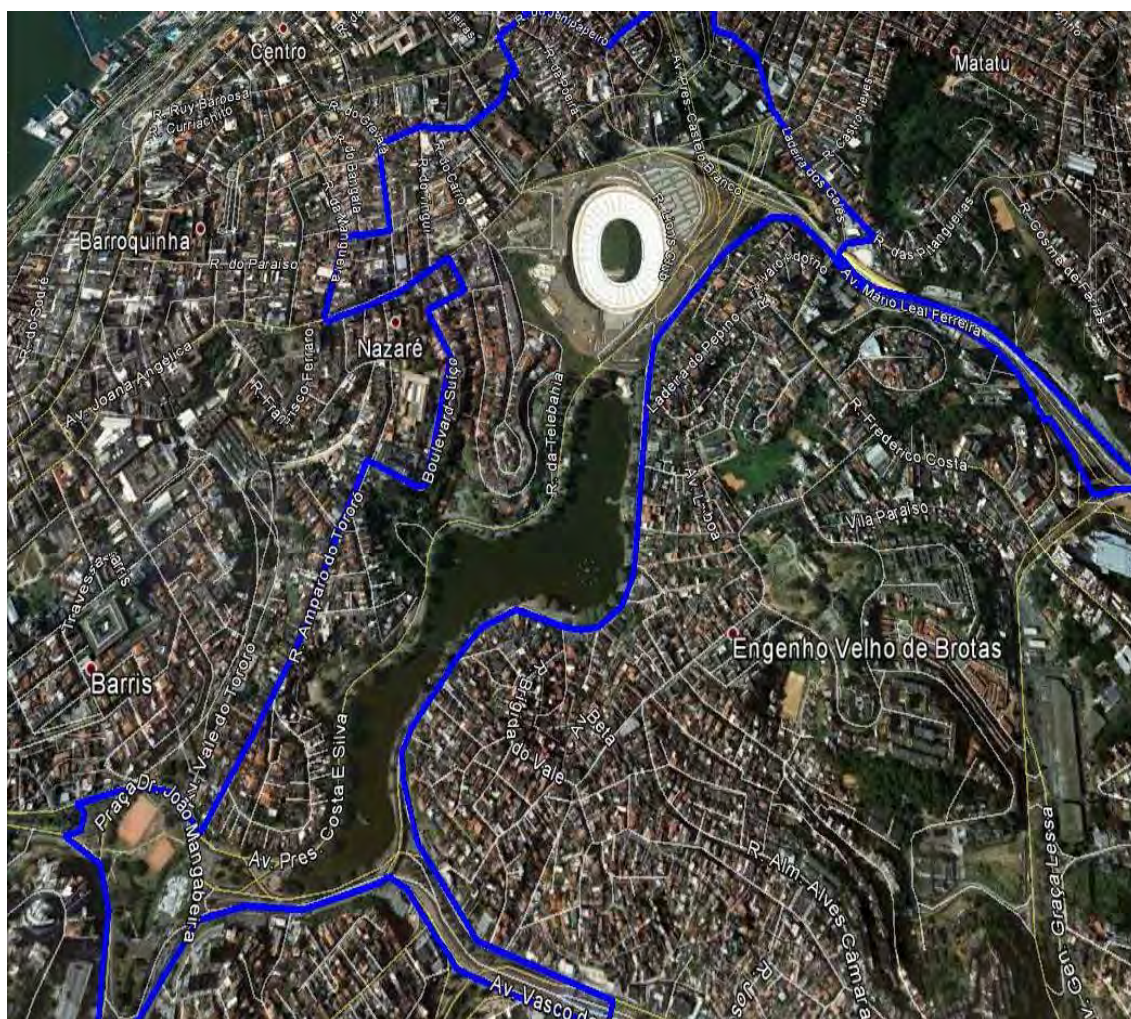
Face aos conflitos e às resistências²⁰³ ficou autorizado que os ambulantes cadastrados poderiam atuar nas zonas de exclusividade concedidas pela administração da FIFA, desde que respeitassem as condicionantes estipuladas, ou seja, só poderiam vender os produtos credenciados pela própria entidade internacional de futebol e ao preço antecipadamente

²⁰³ Os usos *antinormativos* dos ambulantes diante das normatizações da FIFA e do poder público federal e municipal serão melhor analisados nos próximos dois capítulos deste trabalho, notadamente na discussão sobre “imagem e imagens da cidade” e os “moradores” como atores sociais construtores de outras percepções imagéticas da cidade.

padronizado. Os valores eram significativamente maiores do que aqueles comumente encontrados em outros vendedores que se posicionavam fora dessas normatizações. Enquanto a lata da cerveja nacional autorizada pela FIFA custava R\$ 5,00 dentro dessas zonas de exclusividade, fora desses espaços ou subvertendo essas diretrizes legislativas, outros ambulantes vendiam por R\$ 2,50. Além disso, para os comerciantes poderem atuar em acordo com o normatizado, era preciso se cadastrar e pagar uma taxa de licenciamento para a Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 60,00.

Para a *Zona Arena Fonte Nova*, a Zona de Proteção Comercial, delimitada pela Lei nº 8414/2013, obedecia o seguinte mapeamento (ver **Mapa 3**):

Mapa 3 – Zonas de Proteção Comercial da FIFA, Salvador-BA.



FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SALVADOR-BA, 2013.

A autorização condicionada implicava também um conjunto punitivo, previsto em multas financeiras. A regulação dos usos possibilitava a caracterização privativa das vias públicas, ora configurando triviais *espaços urbanos* (LEITE, 2007), ora reordenando *espaços públicos e lugares* (LEITE, 2007) em adequados espaços de consumo dos megaeventos. Os valores das penalidades financeiras poderiam chegar até R\$ 3 milhões, conforme sua classificação e intensidade (ver **Quadro 1**).

Quadro 1 – Tabela de Multas sancionadas contra os usos inadequados durante os megaeventos em Salvador-BA

Atividades em desacordo com o disposto no presente decreto.	DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) A R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).
Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer símbolos oficiais de titularidade da FIFA.	DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) A R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).
Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação direta ou indireta com os eventos ou símbolos oficiais, sem autorização, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela FIFA.	DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) A R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).
Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional, não autorizados, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais da ocorrência dos eventos, com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária.	DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) A R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).
Exibir peça publicitária em desacordo com o disposto no presente decreto.	DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) A R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).
Não observância das disposições sonoras.	DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) A R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).

FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SALVADOR-BA, 2013.

Em 2014, ocorreram algumas alterações na regulação dos trabalhadores informais. Ao divulgar cerca de 500 vagas para cadastro dos ambulantes, a PMS informou também os ajustes nos preços das licenças a serem concedidas. A taxa para venda de bebidas industrializadas (como cerveja, água, refrigerantes, etc.) foi de R\$ 120,61. Para baianas de acarajé, o valor da taxa era de R\$ 66,73.

Outras medidas publicadas sob a autoria da Secretaria Municipal de Ordem Pública, através da Portaria nº 60/2014²⁰⁴, de 6 de maio de 2014, intervinham em aspectos que

²⁰⁴ DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Disponível em: <<http://www.dom.salvador.ba.gov.br/diario-atual.php>>. Acessado em 03/06/2014.

extrapolavam os tipos de produtos e a forma de armazenamento padrão exigidos. Segundo a prerrogativa da vigilância sanitária, elas versavam sobre a aparência dos vendedores, conforme se observa nos Artigos 12 e 13 da referida Portaria:

Art. 12 - Os comerciantes deverão manter-se devidamente trajados com kit padrão do evento e sapatos fechados, **observando o asseio e higiene corporal, incluindo unhas e barbas aparadas, cabelos presos e protegidos por gorro, touca, rede ou boné.**

Art. 13 - É proibido o contato direto das mãos com os produtos, sendo obrigatório o uso de material específico, como luvas, guardanapo de papel, etc. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNÍCIPIO DE SALVADOR-BA, 2014, p. 10, grifos nossos).

Conforme veremos mais adiante neste trabalho, todas essas normatizações dos usos e usuários nos espaços de consumo (da cidade de Salvador) não foram em si plenamente acatadas e realizadas. Assim como as resistências e reapropriações *táticas* (CERTEAU, 1998) ocorreram de modo heterogêneo entre tempos e espaços distintos, o rigor da fiscalização também foi diferenciado ao longo do processo de espetacularização urbana observado.

Nessa perspectiva, por exemplo, a atuação dos vendedores ambulantes não cadastrados conforme a padronização legislada foi muito mais intensa na *Zona Arena Fonte Nova* do que na *Zona Litorânea*, notadamente na área da alameda da avenida Oceânica, na Barra. Talvez, em alguma medida, essa menor permissividade tenha relação com o fato de ter sido nessa região que foi estruturada a Fan Fest.

A Fan Fest carrega junto consigo a identificação “*trade mark*”, pois se trata justamente da criação e divulgação de uma marca oficial. Com a FIFA, essa marca surgiu na Copa do Mundo realizada na Alemanha, em 2010. Face ao registrado na Copa da Coreia do Sul, em 2006, quando espontaneamente milhões de pessoas foram a espaços públicos acompanhar os jogos, a entidade internacional de futebol decidiu produzir esses espaços juntamente a sua enunciação oficial.

Dessa maneira, iniciou-se a política das Fan Fests. No primeiro ano de sua realização, na Alemanha, “cerca de 18 milhões de pessoas frequentaram as FIFA Fan Fests™, seis vezes o número do público nos 12 estádios da competição” (FIFA *apud* BORGES, 2013, p. 202). Em virtude do êxito obtido, ainda na Copa de 2010, na África do Sul, a FIFA chegou a

estender o projeto, organizando os espetaculares telões gigantes para mais cidades²⁰⁵ ao redor do mundo, além daquelas que sediavam os jogos no país anfitrião.

Com a produção das Fan Fests, observa-se uma apropriação contemporânea do caráter lúdico dos espaços públicos, enunciada sobre a forma espetacular, a dissimular seu caráter privativo e plenamente comercial. De acordo com a assinalação de Borges (2013, p. 203), as Fan Fests

trazem uma nova forma de assistir e viver o jogo, longe dos estádios, algo impensável a uma prática esportiva, mas que se explica com o apoio das novas tecnologias e as novas formas discursivas dos megaeventos. Outro fator relevante é que o financiamento e patrocínio que permite a popularização de tais eventos é feito por grandes companhias transnacionais.

Na cidade de Salvador, em 2014, pudemos observar como se configurava essa organização do espaço produzido em via pública, que se hibridizava entre um ordenamento dissimuladamente privado, mas que se apresentava também aparentemente aberto aos diversos usuários. Localizado ao longo de um trecho da alameda, a Fan Fest tinha uma delimitação territorial, que se configurava por apenas uma entrada e uma saída. Não havia ingressos pagos. Bastava apresentar um documento de identificação e passar pela revista policial para adentrar o espaço. Todavia, nessa área, à diferença da *Zona Arena Fonte Nova*, os ambulantes não cadastrados estavam terminantemente proibidos de entrar.

Segundo relato de uma das vendedoras²⁰⁶, para poder trabalhar dentro da Fan Fest não foi exigida licença municipal. O alvará da PMS deveria ser obtido para o entorno das áreas de exclusividade comercial da FIFA, conforme vimos anteriormente nos Diários Oficiais do Município. No caso da venda na Fan Fest, a mercadoria deveria ser adquirida dentro do próprio espaço, garantindo que toda a relação comercial fosse exclusiva para aquele lugar. De fato, o que ocorreu foi que abriram inscrições para que esses ambulantes se cadastrassem, mas não se sabe ao certo quais os critérios utilizados para essa seleção.

²⁰⁵ Conforme observou Borges (2013), em 2010, Berlim, Roma, Paris, Londres, Rio de Janeiro, Cidade do México e Sydney foram também contempladas com uma Fan Fest. Segundo afirma o autor, o objetivo declarado pela FIFA foi cobrir os três principais fusos horários do globo, dando à Copa do Mundo uma sensação de um evento que acontece 24h por dia. O critério que a entidade internacional de futebol usou foi declarado nos seguintes termos: popularidade do futebol no país; a popularidade das cidades em receber turistas; a experiência das cidades em receber grandes eventos esportivos internacionais; a quantidade de pessoas na cidade que fossem de mercados futebolísticos fortes, como, por exemplo, Itália, Inglaterra e Brasil; a população da cidade, para saber se resultaria num grande número de espectadores frequentando a Fan FestTM.

²⁰⁶ Depoimento obtido em 17/06/2014. A vendedora, residente do bairro Cabula VI foi uma das vendedoras que não conseguiram ter acesso ao espaço interno. A princípio isso parecia ter sido um prejuízo, mas face à rentabilidade obtida pelos vendedores internos, em comparação com os preços mais baixos das bebidas ofertadas fora da Fan Fest, ela confessou que estar dentro, mas tendo que dividir a renda, não valia a pena.

O resultado observado foi que alguns foram cadastrados e tiveram o direito de trabalhar dentro do espaço da festa, outros não. Todavia, não podemos considerá-los nessa situação como ambulantes. Ao serem cadastrados, eles perderam a autonomia e se inscreveram como trabalhadores terceirizados de empresas patrocinadoras, como Coca-Cola e Brahma. Era cedido um kit dessas marcas, que incluía carrinho e caixas térmicas de isopor, além dos próprios produtos. Os ambulantes, agora funcionários de contratos temporários, recebiam porcentagem sobre o que vendiam. Segundo os próprios vendedores, eles também estavam ganhando auxílio transporte e alimentação (ver **Figura 31**).

Figura 31 – Ambulantes adquirindo mercadorias para venda – dentro da Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Entre os ambulantes que atuavam fora da Fan Fest, era comum, assim como observado nos períodos carnavalescos, registrar que boa parte deles não retornava para suas residências. Eles construíam acampamentos improvisados na areia da praia, e logo cedo já se encontravam a postos, fazendo as primeiras tentativas de vendas com os transeuntes. “É preciso guardar o ponto”, eles relatavam. O alvo preferido eram aqueles que eles julgavam esteticamente como estrangeiros, os “gringos”.

Na parte externa da Fan Fest, embora fosse exigido o alvará da PMS, não havia tabela de preços padronizados para a venda dos produtos. Sendo assim, identificava-se valores mais populares nas bebidas ofertadas, o que reforça um pouco a impressão de uma das vendedoras sobre a real “vantagem” em ter se cadastrado para ter acesso a parte interna da festa. Outras

dezenas de produtos e adereços que se vinculavam a Copa também eram vendidos, mesmo sem serem oficiais. (Ver Figuras 32 e 33).

Figura 32 – Ambulantes vendendo bebidas fora da Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 33 – Ambulantes vendendo adereços não oficiais fora da Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Em toda a extensão do circuito da Fan Fest, uma série de *stands* dos patrocinadores e apoiadores oficiais da FIFA apresentavam seus produtos e publicitavam suas marcas, fazendo do evento uma grande vitrine comercial, *estrategicamente* (CERTEAU, 1998) organizada para o entretenimento. Nos *stands*, as empresas ofereciam jogos e brincadeiras que pudessem gerar brindes (ver **Figuras 34, 35 e 36**).

Figura 34 – Stand de patrocinador oficial da FIFA, dentro Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 35 – Stand II de patrocinador oficial da FIFA, dentro Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 36 – Interações e jogos promovidos dentro da Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Percorrendo todo o circuito por via aérea, uma tirolesa contribuía para caracterizar que se tratava de um espaço temático, onde o *espetáculo* do lazer promovia e ajudava a consolidar a marca dos organizadores. Dois grandes telões alternavam-se na exibição de shows, que também ocorriam em um imenso palco montado dentro da própria Fan Fest (ver **Figuras 37 e 38**).

Figura 37 – Telão da Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 38 – Palco da FIFA Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

As apresentações culturais acabavam sendo apropriadas como parte do espetáculo urbano, sendo enunciadas como expressões positivas da organização promovida pela FIFA, mas também pelo poder público local, que autopromovia a imagem da cidade (ver **Figura 39**).

Figura 39 – Trio elétrico e a cidade promovida na Fan Fest. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A frase exposta constitui o trecho final da narrativa, de propriedade da Prefeitura Municipal de Salvador, que articulava sua marca oficial, “*Salvador, você sente que é diferente*”, com os elementos culturais apropriados para a *espetacularização*:

*Pratique cultura,
Pratique história,
Pratique fé,
Pratique sabores,
Pratique tradição.
Salvador, você sente que é diferente*²⁰⁷.

Além de serem expostas nos trios elétricos, as narrativas relacionadas à FIFA e à cidade sede eram enunciadas constantemente pela locução oficial do evento, sendo também estampadas em *banners* e placas publicitárias, ao longo de todo esse espaço de consumo. Como uma espécie de grande parque temático a céu aberto, a articulação entre as características físicas, culturais e simbólicas da cidade materializavam as ações desse processo de mercantilização e promoção imagética da cidade.

De fato, conforme notou Borges (2015), a partir das Fan Fests da Copa do Mundo da África do Sul, em 2010, as *estratégias* são negociadas entre os gestores das cidades-sedes e a FIFA. O importante é que o produto resultante seja a configuração de um espaço de consumo capaz de refletir a marca da FIFA, sua monumentalidade espetacularizada e a atratividade da cidade-sede. Dessa maneira, promovem não só a entidade internacional de futebol e seus apoiadores privados, mas lançam a cidade-sede a um estatuto privilegiado, tendo em vista a inscrição dela no processo de *competição interurbana* (HARVEY, 1994) com as outras cidades-sedes. Segundo nota Borges, (2013, p. 209-210),

A responsabilidade de gerir uma Fan Fest™ é dividida entre a FIFA e o comitê organizador de cada cidade-sede. Elas se basearam no mesmo modelo usado na Alemanha em 2006, no qual a FIFA fica responsável por fornecer a tela gigante, o palco, o sistema de som e luzes, a mão de obra técnica, a gerência do projeto, o marketing e promoção do evento. As cidades-sedes ficavam responsáveis pelo programa de entretenimento, as comidas e bebidas disponíveis, o conteúdo a ser divulgado nas telas durante os espaços sem jogos, o merchandising disponível, o planejamento de segurança e transporte, o tamanho e localização do espaço e as horas de abertura e encerramento. Os comitês locais tinham essa liberdade desde que sempre obedecendo ao guia de encargos que a FIFA estabelece. Dessa maneira, os espaços têm certos quesitos a serem respeitados, mas ao mesmo tempo cada cidade tem

²⁰⁷ Texto constantemente oralizado pela locução oficial da Fan Fest.

liberdade para outras questões, como, por exemplo, a sua localização, a campanha de marketing em torno da Fan Fest™ e as atrações culturais.

As particularidades locais veiculadas mediante a constituição do espaço de consumo da Fan Fest se articula com as padronizações estabelecidas pela marca oficial da entidade internacional de futebol. O uso da tela de 50 m² e o sistema de som e luz são alguns dos elementos estruturais padronizados e presentes, independente da cidade-sede. Para a FIFA, esses elementos são fundamentais para uma boa experiência do espectador e ideais para assistir aos jogos de futebol. Nos intervalos das partidas e nos momentos anteriores, os telões sempre veiculam a marca da entidade e dos seus patrocinadores oficiais.

Na cidade de Salvador, a mobilização de intensos fluxos de pessoas, horas antes do início dos jogos, formava filas para adentrar no espaço da Fan Fest, que cresciam exponencialmente com a proximidade do horário das partidas de futebol (ver **Figura 40**).

Figura 40 – Filas e a configuração da Fan Fest no espaço de consumo de Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014

Componentes de blocos afro e técnicos de som iniciavam os testes no trio elétrico e demais equipamentos. Aos poucos, a Barra era reinventada como território excepcional *em tempo de Copa* (ver Figuras 41 e 42).

Figura 41 – Bastidores e a formação da Fan Fest em Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 42 – Largo do Farol da Barra, na Fan Fest em Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A Fan Fest poderia ser em qualquer local, mas a sua caracterização é unificada em torno da caracterização de um espaço do espetáculo. O exagero e a marca de uma grande realização podiam ser percebidos na dimensão do palco e nos enormes *outdoors* que propagavam a imagem dos patrocinadores oficiais.

Apesar de os vários elementos culturais locais serem constantemente acionados na configuração do espaço, a princípio, a percepção que tínhamos é que ao estar na Fan Fest de Salvador, você não estava necessariamente em Salvador. A desterritorialização não era apenas uma experiência particular ou relativamente subjetiva, mas constituía um padrão almejado pela FIFA. Com salas específicas, os principais apoiadores da entidade maior de organização do megaevento eram alocados em *estratégicos* ambientes, por onde era praticamente obrigado a passar todo o público da Fan Fest, mediante o planejamento de um caminhar previamente projetado.

No entanto, ao mesmo tempo em que se observava uma franca padronização do espaço, deslocando a Fan Fest do local de sua realização em virtude da projeção global da FIFA, era possível também notar que alguns elementos locais (regionais) acabavam sendo seletivamente apropriados como forma de potencializar a excepcionalidade do espaço. Dessa maneira, de uma vez só havia a Baía de Todos os Santos, o Farol da Barra, as musicalidades da negritude próprias ao Pelourinho, com seus blocos afro e o Trio Elétrico do circuito carnavalesco Barra-Ondina. Quanto aos usuários, eles eram majoritariamente brancos, estrangeiros e parte de toda a megaestrutura da FIFA.

Dessa forma, forjava-se uma espécie de “*up space*”, onde toda a ornamentação e estrutura do lugar despertaria nos usuários do local a sensação de estarem em um momento excepcionalmente histórico. O tempo e o espaço são reatados na inscrição de uma cronologia física particular. Um tempo diferente e projetado para ser único que encontra correspondência em um *espaço a mais*, acima do ordinário, que ao cotidiano só é remetido como forma estética de consumo efêmero e superficial.

Na *Zona do Centro Histórico*, a centralidade da formação do espaço de consumo continuava a ser projetada para o Pelourinho. Com bares lotados e muito policiamento durante praticamente todos os dias da Copa, a região acabou confirmando os grandes fluxos de pessoas, estimados também para esse contexto. Nos jogos do Brasil, o Pelô ficava ainda mais colorido pelo verde e amarelo, que se agregava aos demais adereços e produtos turísticos, comumente já vendidos na área. Praticamente todo o material carregava consigo essa relação

entre a cidade e a Copa. De um simples chaveiro, aos penteados e cortes de cabelo, também produzidos localmente.

Alguns Largos do Pelourinho foram fechados pela Polícia Militar do Estado, a fim de exercer maior controle no acesso. Mas não eram feitas revistas, ao menos nos momentos de maiores fluxos. Apenas solicitava-se algum documento de identificação. Muitas denúncias de assaltos e furtos eram feitas, mas a fila para adentrar o Largo parecia não se encerrar. Apesar disso, a presença da polícia era enfaticamente anunciada pelo seu próprio impacto de presença. Além da cobertura nas ruas, helicópteros da PM sobrevoavam o centro histórico. Dentro dessa área, dois telões (um no Terreiro de Jesus e outro no Largo do Pelourinho) foram disponibilizados para a multidão assistir à estreia da Seleção Brasileira na Copa (ver **Figura 43**).

Figura 43 – Regulação no acesso/Pelourinho no Jogo da Copa 2014, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A decoração do espaço, diferentemente do observado na Zona Litorânea enfatizava a relação dos festejos juninos com a Copa. As tradicionais bandeirolas e os minibalões vinculavam a festa tipicamente vivenciada em boa parte das cidades nordestinas com o

momento excepcional vivenciado na sede Salvador. Nesse sentido, uma série de elementos culturais eram hibridizados em favor da enunciação positiva da cidade (ver **Figura 44**).

Figura 44 – Decoração do Pelourinho na Copa, Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Mesmo tendo como tema maior o festejo de São João, alguns blocos afro também estavam presentes. Alguns negros com penteados afro, contratados pelo Governo Estadual especialmente para figurar a publicidade local, circulavam entre os espaços do “Pelô”, entregando panfletos e folders da programação festiva. Por outro lado, sem o empreendimento direto do poder público, era possível observar pequenas barracas nas calçadas que vendiam os serviços de tranças e tererês, além de produtos turísticos. A presença dessa estética adequa-se, em alguma medida, aos cartões postais da cidade, no reforço de uma ideia de *baianidade* constituída pela suposta “diferença cultural” inerente à particularidade baiana.

Nos dias de jogos do Brasil, o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho ficavam completamente lotados. Nessas ocasiões, muitas pessoas acabavam vendo o jogo nos outros

diversos espaços do Pelô. Praticamente todos os bares tinham televisões ligadas. Estrangeiros e brasileiros se dividiam nas áreas que sobravam para poder ver o jogo e festejar. Entre a paixão pelo esporte e a cultura do futebol na Copa do Mundo, o Pelourinho foi planejado para poder receber e entreter o público. Mediado historicamente pelos usos voltados às musicalidades e atratividades históricas, culturais e patrimoniais, durante o período da Copa, esse espaço de consumo acabou tendo na tela da TV o seu maior agregador. Evidentemente que, antes e depois dos jogos, a programação cultural, com atrações musicais acabavam garantindo e justificando o interesse do público em escolher essa localidade para poder acompanhar os jogos. Lucro, festividades e oportunidades ilícitas teciam-se na configuração do mesmo espaço de consumo da cidade (ver **Figura 45**).

Figura 45 – Usos no Pelô/Jogo do Brasil na Copa, Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A inserção da cidade (como um todo) nesse contexto da Copa do Mundo de 2014 foi um processo um tanto quanto gradativo. Apesar das intervenções urbanísticas e de toda a caracterização estética realizada pelo poder público e por alguns agentes privados vinculados

sobretudo à atividade turística, a princípio, o que observávamos era um fluxo maior de turistas.

Todavia, nas vésperas da abertura oficial do evento, registramos uma cidade altamente agitada, para além de sua regularidade cotidiana. Mais do que *outdoors*, placas e vitrines de lojas comerciais, a Copa chegava à tona a partir dos sucessivos comentários e brincadeiras entre os transeuntes, pedestres e motoristas. As pessoas de alguma forma transformaram o “assunto Copa” na pauta ordinária da cidade.

Na *Zona Arena Fonte Nova*, no Dique do Tororó, os usos dos espaços de certa forma mantinham-se. Na semana em que se iniciariam os jogos na Arena, as caminhadas, corridas e atividades físicas comumente registradas ao redor do lago, constituíam um cenário conjunto com as intervenções urbanas de limpeza e embelezamento.

Essas ações ajudaram a formar uma imagem própria para os dias em que a Arena foi efetivamente utilizada. A visualização do Dique de Tororó, repleta de milhares de torcedores, conciliava-se com a monumentalidade do estádio, expressando uma espécie de “paisagem de poder” (ZUKIN, 2000a; 2000b) (ver **Figuras 46 e 47**).

Figura 46 – Arena Fonte Nova em dia de jogo da Copa, Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 47 – Arena Fonte Nova a partir do Dique do Tororó. Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

No entanto, essa paisagem refletia apenas um foco específico da área. No entorno do próprio Dique, a estrutura habitacional contrastava, em formas vernáculas (ZUKIN, 2000a; 2000b), com a imagem de consumo do espetáculo. De fato, mesmo situada próxima da Arena Fonte Nova e em praticamente todo o entorno do Dique do Tororó, as comunidades mais pobres dessa área não parecem incluídas. Em todo o imenso largo do Dique existem apenas duas faixas de pedestres. Há trechos entre os pontos de ônibus e o seu calçadão onde não há nenhuma forma de passagem, a não ser no enfrentamento deliberado do trânsito promovido pelos veículos. O acesso a esse espaço de consumo é, para além da extraordinariedade do *tempo de Copa*, um privilégio concedido sobretudo para quem acessa o lago e a Arena de carro, onde existem estacionamentos interligados.

Ainda assim, face ao quadro geral de remoções, amplamente denunciado por movimentos sociais, em praticamente todas as cidades-sedes, foi emblemático observarmos o entorno do Dique, onde localizam-se as comunidades Vasco da Gama e Engenho Velho de Brotas. Não obtivemos informação de remoções nessas áreas, mesmo sendo elas repletas de ocupações habitacionais irregulares, instaladas nas encostas dos morros. A maioria das moradias e famílias foram mantidas. Entretanto, pudemos observar funcionários da Prefeitura colocando grama nas encostas, nos próprios dias de jogos (ver **Figura 48**).

Figura 48 – Intervenções urbanas e embelezamento estratégico. Zona Arena Fonte Nova, Salvador-BA, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Algumas fachadas de concreto, que dividiam as calçadas do início dos morros, também foram ligeiramente pintadas, mas nenhuma alteração foi feita nas estruturas das casas. Algumas, inclusive, constituíam-se como verdadeiros barracos. A limpeza mais notória nas ruas da *Zona Arena Fonte Nova* sinalizava a possibilidade de certa visão atenuante, apesar de contraditória, entre o Dique do Tororó, a monumentalidade da Arena Fonte Nova e parte do seu entorno habitacional, onde a grama recentemente implantada parecia amenizar o violento olhar das moradias mais precárias. Trata-se, de fato, de um *embelezamento estratégico*, ação prática de uma guerra persuasiva e conveniente para o consumo²⁰⁸

²⁰⁸ A discussão mais apropriada sobre o consumo da cidade a partir das políticas urbano/culturais implementadas será melhor analisada nos próximos capítulos. Aqui o objetivo foi identificar e caracterizar a formação de suas *espacializações*. Nesse sentido, ao longo deste capítulo, quando nos referimos ao consumo, tratamo-lo sobretudo como consumo visual e simbólico, ainda que ele também tenha se materializado nas relações concretas de compra e venda. Mas do ponto de vista dos espaços urbanos e públicos, nesse contexto, ao nosso ver, eles já tinham sido vendidos e leiloados diante dos investimentos financeiros internacionais, das dezenas de patrocinadores oficiais, apoiadores, empreiteiras e demais consórcios privados, que sobre a cidade conseguiram privilégios em detrimento do negado deixado para a maior parte da população pobre. Dessa maneira, ao falarmos nesse caso de uma produção espacial vinculada ao consumo, referimo-nos mais apropriadamente ao mecanismo de construção do não constrangimento. Uma tentativa de atenuar as contradições inerentes a uma cidade gerida sob o tempo e a lógica das Copas.

contemporâneo das cidades sitiadas e vendidas ainda mais excepcionalmente no contexto dos megaeventos esportivos.

Os últimos ajustes para os jogos de fato ocorreram no contexto imediato da Copa. Em outras áreas da cidade, esses reparos superficiais sequer aconteceram. Durante os jogos, por exemplo, alguns locais sofreram com o abastecimento de água encanada devido a algumas obras que se encontravam ainda em curso. No caso de uma parte da comunidade do Garcia, região situada na mediação entre o Dique do Tororó e o Porto da Barra, houve suspensão de água por exatamente um mês. O Fornecimento era liberado na parte da noite, e antes das oito da manhã já era suspenso. Apesar de não ter sido oficialmente justificado o problema, segundo os moradores da região, isso ocorreu em virtude de obras que ainda estavam sendo realizadas na Barra e outras localidades mais próximas.

Nessa perspectiva, do ponto de vista da formação e caracterização dos espaços da cidade em torno da política de sua autopromoção imagética, observamos alguns significativos descompassos entre as narrativas publicitadas e as intervenções concretas do espaço urbano. Ainda assim, diante do contexto dos megaeventos esportivos, a enunciação dos espaços de consumo locais acabou sendo gradativamente intensificada.

Apesar de o apelo visual ter sido significativamente diferente entre os anos de 2013 e 2014, quando ocorreram a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, notamos ainda que muitos reparos e intervenções urbanísticas permaneceram inacabados ou em curso no período posterior aos jogos. Algumas, inclusive, nunca chegaram a se iniciar.

No entanto, essas situações constatadas não fragilizam a tese da *espetacularização urbana*, promovida ainda mais intensamente em contexto de megaeventos, mas pelo contrário, indicam características específicas do processo espetacular. O caráter da *maquiagem urbana* circunscreve boa parte das intervenções espetaculares. Não somente no caso da cidade de Salvador a *maquiagem urbana* ocorre no bojo de um conjunto de medidas urbanísticas, marcadas pela superficialidade e imediatismo, que atendem esteticamente à preparação de um futuro eminente, que enfim encontrou-se com o presente. Ainda que seja central a tais processos, a *maquiagem urbana* não é uma ação estrutural, por isso margeia, no máximo, aquilo que pode ser visto. Ao mesmo tempo, sua construção ocorre de maneira aligeirada. Nenhuma maquiagem é feita em um extenso período anterior ao evento. A maquiagem é para o espetáculo, por isso ela também é efêmera, *é aqui e agora*. Sua durabilidade é parte daquilo que a constitui, assim como tende a ser todo tipo de

excepcionalidade criada com e nos espaços de consumo das cidades nos contextos de megaeventos.

De fato, nesses instantes, pouco importa as grandes narrativas de infraestrutura e legados socioeconômicos locais. Para o momento do *espetáculo* em si, determinados ajustes são tomados como prioridades. Nada de estrutural, mas sim gramas implantadas um dia antes da abertura da Copa, anúncios trocados²⁰⁹ nas vésperas da estreia dos jogos na Arena Fonte Nova e tapumes bloqueavam as obras inacabadas na *Zona Litorânea*. A própria limpeza das vias públicas por onde deveriam se realizar os tráfegos do circuito da espetacularização constitui, nessa perspectiva, ação imprescindível da organização e realização do evento. A decoração que existe ainda é retocada, outros pontos são (na madrugada) preparados. O espetáculo vai começar.

²⁰⁹ Dias antes dos primeiros jogos na Arena Fonte Nova, o letreiro do estádio foi alterado. Do nome “Arena Fonte Nova Itaipava”, foi removida a marca “Itaipava”, em virtude de esta não ser uma das marcas de cervejas patrocinadoras da FIFA.

V. IMAGENS DE CONSUMOS E CONSUMO DAS IMAGENS DA CIDADE

A cidade é uma construção social, tal qual são seus atributos urbanísticos e representacionais. Isso quer dizer que a imagem da cidade diz respeito à construção abstrata e concreta da própria cidade. Ao deslocarmos a discussão para o âmbito da imagem, objetivamos apreender os mecanismos de sua enunciação e a lógica da promoção dos espaços citadinos na contemporaneidade. Esse processo, por assim dizer, é a outra face temática do nosso trabalho, que busca investigar a relação entre *política urbano/cultural* e as *imagens de consumo das cidades*.

Neste capítulo, dividiremos a tarefa em três tópicos. No primeiro, vislumbra-se demonstrar o contexto histórico sob o qual as cidades são projetadas, notadamente a partir das apropriações mercadológicas que se fazem da cultura, do patrimônio e das histórias locais. Nesse tópico também, precisaremos as noções primordiais da discussão, situando o fenômeno enquanto tema e categoria analítica. No tópico seguinte, adentraremos novamente ao objeto empiricamente investigado para argumentar que, no caso da cidade de Salvador, no contexto dos megaeventos, houve por parte dos agentes oficiais uma reinvenção da imagem de consumo local, já historicamente colocada sob os patamares da *vocação* para o consumo cultural ou turístico. Por fim, no último tópico deste capítulo pretende-se analisar, ao menos por duas grandes perspectivas, como as imagens da cidade de Salvador são reconstruídas. Por um lado, as narrativas dos representantes oficiais (poder público e poder privado). Por outro, considerando que a cidade não é constituída apenas pela imagem oficial que se produz sobre ela, serão identificadas, a partir dos “moradores”, outras referências imagéticas que se anunciam, afirmam e/ou negam a cidade em questão.

Como tema, as análises sobre as imagens da cidade se estendem em várias perspectivas que, em comum, emerge do esforço que visa dar conta do vasto leque de abordagens, que se debruça pelas características diferentes dessa relação da imagem e de sua construção urbana. O reconhecimento da multiplicidade de sentidos sobre a produção de *cidades em imagens* nos permitiu, em outros trabalhos (VIEIRA, 2011; 2013), observar a configuração de usos políticos específicos, sob os quais se forjam modelos de governança, referendados dissimuladamente na ideia de “gestão do social”. Aqui, no entanto, diante de tudo que já foi exposto ao longo deste texto de tese, asseveramos que a produção imagética

encontra na primazia do consumo sua maior incidência. Essa tendência é histórica e remete sobretudo às lógicas predominantes sob as quais as cidades têm sido planejadas e produzidas.

Enquanto categoria analítica, as imagens de consumo são precedidas elementarmente pela concepção bidimensional em que lemos as *imagens das cidades*. A dimensão concreta, física e delimitada geograficamente, tende a ser relacionada pela outra dimensão da imagem, que é composta abstratamente, compreendendo elementos imateriais, valores e certa representação compartilhada. Essa constituição é dinâmica e se *recompõe* de modo contínuo, através das intervenções urbanas e dos usos que a constroem. Assim, conforme sublinha Fortuna (1997, p. 233), trata-se de

[...] uma imagem compósita em que aos critérios geográficos e de localização ou ao seu perfil produtivo e funcional se juntam agora qualidades e valores abstratos, apreciações estéticas, recursos e capitais simbólicos, nem por isso menos eficazes na definição da sua condição.

As características do conceito de “imagem”, tal como analisado por Fortuna, encontram similitudes nas observações realizadas por Zukin (2000a; 2000b) a respeito da categoria de “paisagem”. Para a autora, a importância desta categoria se insere no exercício do seu mapeamento, comportando em sua constituição imagética um lado material e outro imaterial. Assim, “[...] o mapeamento da paisagem é um processo estrutural que tem ressonância tanto no ambiente construído como em sua representação coletiva” (ZUKIN, 2000a, p. 83). Neste contexto, Zukin aponta o “Enobrecimento” e o “Disney World” como as formas resultantes e arquetípicas das intervenções pós-modernas. As paisagens são, assim, tipos e meios de “apropriação cultural”. É válido esclarecer que se entende por esta última, de forma sintética, a maneira pelas quais a cultura, história, gostos, bens e serviços são manuseados e tomados para si, por determinados atores sociais (como construtores imobiliários, arquitetos, profissionais de design, políticos), implicando, em seguida, novas reconfigurações de identidade, lugar e práticas de consumo.

Conforme observam alguns autores (HARVEY, 1994; GONÇALVES, 1996; FORTUNA, 1997; LEITE, 2007; 2008; PEIXOTO, 2004; 2008), a referência ao passado, na tentativa de recuperar uma “cultura”, uma “história”, uma “tradição”, é também parte constitutiva dos processos de espetacularização da cidade. Enquanto fragmentos seletivamente agrupados, essa perspectiva, por vezes chamada de “pós-moderna”, tende a construir (sobre as cidades) determinadas imagens estilizadas entre um passado glorioso e um futuro promissor. Dessa maneira, no tempo presente, tudo parece inquestionavelmente validado. De fato, são pelas dissimulações do instante do agora que se caracterizam as

imagens urbanas edificadas para consumo e negócios financeiros. Essa lógica de *masking* é um dos principais fundamentos da apropriação cultural e histórica que se empreendem sobre as cidades:

Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificado) (HARVEY, 1994, p. 92).

Diferentemente da compreensão urbanística moderna²¹⁰, nas intervenções consideradas pós-modernas, os espaços urbanos são pensados como dimensões autônomas, suscetíveis de serem configurados sob a égide da mercantilização. Para tanto, é necessário que se realize uma compressão entre tempo e espaço, a fim de que a produção em massa possa ser também habilmente flexível às variedades de estilos e gostos (HARVEY, 1994). Esta nova forma de arquitetura e olhar sobre as cidades contribui decisivamente na produção de imagens ecléticas, fragmentadas e dissimuladamente específicas, para cada local:

A projeção de uma imagem definida de lugar abençoada por certas qualidades, a organização do espetáculo e a teatralidade foram conseguidas com uma mistura eclética de estilos, com a citação histórica, com a ornamentação e com a diversificação de superfícies (HARVEY, 1994, p. 92).

Evidentemente, não se trata aqui de uma generalização histórica, mas de uma caracterização sobre as condições que emergem para além do clássico arcabouço moderno. Segundo Jameson (2006), a transformação da realidade em imagens e a fragmentação do tempo em uma série de presentes perpétuos são elementos constitutivos à ideia de “pós-modernismo”. Para o autor, esse conceito refere-se a uma expressão histórica que atua como reação ao chamado *alto modernismo*. Em seu bojo, o que se estabelece é a queda da concepção fixa de fronteiras e a destituição das noções valorativas atribuídas a conceitos, como, por exemplo, “cultura erudita” e “cultura de massa”. Nas palavras do próprio autor, entende-se por pós-modernismo “[...] um conceito de periodização, cuja função é correlacionar o surgimento de novos aspectos formais na cultura com o surgimento de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica” (JAMESON, 2006, p. 20).

²¹⁰ Ainda que somente pela retórica política oficial, as características do clássico planejamento urbano moderno refletem cidades concebidas a partir de planos de larga escala, com propósitos sociais e generalistas.

Uma das grandes características do pós-modernismo é sua forma *pastiche*, que, diferente da *paródia*, não traz consigo conteúdo potencialmente subversivo ou satírico, mas seu esvaziamento. De fato, ambos, o *pastiche* e a *paródia*, constituem-se pela imitação, ou como Jameson se refere, por uma espécie de mímica de outros estilos. No entanto, enquanto a *paródia* tende a produzir uma imitação que ridiculariza o original, o *pastiche* destitui a autenticidade para não pôr nada no lugar. Assim, na ótica de Jameson (2006, p. 23),

O *pastiche*, assim como a *paródia*, é a imitação de um estilo peculiar e único, o uso de uma máscara estilística, o discurso em uma língua morta; no entanto, ele é uma prática neutra de tal mímica, desprovida do motivo oculto da *paródia*, sem o impulso satírico, sem o riso, sem aquele sentimento ainda latente de que existe algo normal, em comparação com o qual aquilo que é imitado é cômico. O *pastiche* é a *paródia* pálida, a *paródia* que perdeu o seu senso de humor; o *pastiche* está para a *paródia* assim como aquela coisa curiosa, a prática moderna de um tipo de ironia pálida, está para aquilo que Wayne Booth chamou de ironias estáveis e cômicas do século XVIII.

A outra expressiva característica do pós-modernismo é o que comumente se anuncia como “morte do sujeito”. Para Jameson, esse aspecto diz respeito à contundente afirmação que objetiva diagnosticar que a concepção soberana do sujeito, enquanto ser individual, capaz de atuar livremente no mundo, está em significativo declínio. De fato, conforme registra o autor, para alguns esse tipo de sujeito nunca existiu, enquanto para outros, sua insuficiência data a mudança do capitalismo competitivo para a lógica corporativa. Aqui, os arranjos institucionais entre empresas e Estado tendem a subsumir a figura do sujeito. Essa constatação, em grau mais ou menos radical, implica mais uma vez a emergência da forma *pastiche*. Nessa ótica, assinala Jameson (2006, p. 25): “em um mundo no qual a inovação estilística não é mais possível, tudo o que resta é imitar estilos mortos, falar através de máscaras e com as vozes dos estilos no museu imaginário”.

Essa perspectiva crítica, operada por Frederic Jameson, oferece-nos uma possibilidade interessante acerca da maneira pela qual as culturas e as imagens das cidades são apropriadas na contemporaneidade. A generalização teórica mais uma vez pressupõe referências empíricas particulares, ainda que, segundo Jameson, possamos ler o pós-modernismo como a lógica geral e cultural do desenvolvimento pleno do capitalismo tardio (JAMESON, 1997). A meu ver, mais importante do que as classificações conceituais prévias, é colocá-las em associação aos fenômenos observados, apreendendo assim sua maior ou menor potencialidade explicativa. Dessa forma, se é pertinente identificar (entre as diversas realidades sociais) características que extrapolam os postulados teóricos da modernidade, também é válido

reconhecemos que em muitos casos esses elementos não se excluem. Portanto, interessa-me mais absorver as possibilidades que as caracterizações pós-modernas oferecem, do que definir fixamente a sua existência soberana nos acontecimentos da vida social.

Contudo, se considerarmos que a *condição pós-moderna* tecida por Harvey, na década de 1990, é mais pertinente às áreas marcadas por processos de mercantilização, não parece tão longínquo de nós exemplos correlatos. Conforme já analisamos anteriormente, há uma tendência espalhada entre os mais diversos agentes públicos e privados, no que tange a planejar cidades imgeticamente atraentes ao capital financeiro. Apesar de a espetacularização da cidade apresentar processos empíricos mais particulares, a lógica de venda das cidades sob *imagens-síntese* (SÁNCHEZ, 2001) ocorre em diversos casos. Nesse sentido, não apenas Salvador, mas praticamente todas as outras cidades-sedes dos megaeventos no Brasil almejavam, predominantemente, esse fim. Não porque as Copas da FIFA ou os Jogos do COI criem isso, mas pela intensificação histórica que ocorre no processo de preparação e realização destes. Há, portanto, uma tendência na construção de imagens positivadas das cidades para atração de recursos financeiros e prestígio político, que precede o uso *estratégico* (CERTEAU, 1998) por capitulação de megaeventos.

Segundo Fernanda Sánchez (2001), a construção de *imagens-síntese* é própria da constituição de *idades-modelo*, forjadas a partir da conjugação entre governos locais com atores hegemônicos e agências multilaterais. Por “agências multilaterais”, podemos entender as organizações internacionais, como FIFA, COI, BID (Banco Internacional do Desenvolvimento), BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), Banco Mundial, ONU (Organização das Nações Unidas), financiadoras e detentoras de diversos projetos de políticas urbanas. Dessa maneira, embora as *idades-modelo* atendam aos novos arranjos institucionais da expansão capitalista pós-1970, de modo dissimulado, costuma-se atribuir aos governos locais o suposto mérito de um resultado concebido como exemplar:

[...] as imagens das “idades-modelo” parecem para o senso comum, apresentar dito estatuto de “modelos” como resultado apenas do desempenho dos governos das cidades que, através de “boas práticas”, conseguiram destacar-se na ação urbanística, ambiental ou nas práticas de gestão das cidades (SÁNCHEZ, 2001, p. 31).

De acordo com o que já analisamos em capítulos anteriores, as exigências pautadas nessas parcerias, entre governos e demais agentes externos, resultam em significativos impactos e danos para boa parte das populações locais. Mas, conforme nos lembra Zukin

(2000a; 2000b), mesmo quando se produz áreas *gentrificadas*²¹¹, a *apropriação cultural* estabelecida em áreas enobrecidas tendem a reconfigurar situações contraditórias. Enquanto as “paisagens de poder” são relacionadas aos usos e articulações práticas dos poderosos, as imagens “vernaculares” marcam a ausência de poder econômico e institucionalmente estabelecido, no conjunto de suas práticas.

Ao tipificar a incidência dessas imagens nas cidades, Zukin (2000a) observa que tanto no “Enobrecimento” (mais característico para urbes “mais antigas”), quanto no “Disney World” (que se aplicaria de maior forma àquelas cidades consideradas “mais novas”), uma espécie de consumo visual apresenta-se como central. Para a autora, a imagem de consumo da cidade se edifica através da articulação de três elementos básicos: “Cenário”, “Fantasia” e “Espaço Liminar”. O “cenário” seria o próprio espaço suscetível a sua reinvenção arquitetônica e de sentidos. A “fantasia” refere-se a uma apropriação individual e compartilhada, enquanto o “espaço liminar” diz respeito à mediação entre aspectos contrastantes, como “natureza” e “artifício”, “lugar” e “mercado”, “novo” e “velho”.

De qualquer sorte, é válido ressaltarmos que o consumo objetivado na construção imagética da cidade, seja visual ou deliberadamente pautado na produção de uma mercadoria, mediada pelas clássicas relações de valor de troca e de uso, toma a ideia de cultura como sua matéria-prima por excelência. A rigor, de acordo com uma genérica perspectiva antropológica²¹², todo consumo é cultural, na medida em que se constitui como produtor de sentido e de simbolizações. Mas que critérios permitem então caracterizar um consumo

²¹¹ É possível considerar, de maneira geral, que as políticas de Enobrecimento Urbano ou “Gentrification” são caracterizadas pelas trocas de usuários, higienização dos espaços, reconfigurações materiais e imateriais fundamentadas por uma perspectiva mercadológica. Sobre essa questão ver Leite (2007; 2008; 2010).

²¹² Conforme bem observa Terry Eagleton (2011), a primeira condição a se constatar ao discutir cultura é que ela é uma palavra ampla e restrita demais para a grande utilidade que é atribuída. Nesse sentido, ao menos do ponto de vista conceitual, o termo sempre esteve em crise. As ambiguidades e ambivalências conceituais que estão inscritas na categoria *cultura* giram em torno do universalismo e particularismo aplicados aos seus significados. Ora pela ampla atribuição, como é o caso da classificação entre alta cultura (entendida como saber erudito e sinônimo das grandes artes) e cultura de massa (concebida como saber popular, sinônimo de simplicidade e pouca robustez), ora como expressão particular e marginalmente reconhecida, a noção de “cultura” passou da conotação de consenso para o conflito. Essa mudança ocorre na medida em que o termo passou a expressar particularismos que se apresentavam como reivindicadores de si mesmos. Com efeito, a “cultura” torna-se um campo de debate de expressões em conflitos. Para Eagleton (2011, p. 53), “apesar do alcance aparentemente ilimitado da definição antropológica, algumas coisas são consideradas demasiado mundanas para serem culturais, ao passo que outras são demasiado inespecíficas”. Sob o viés pós-moderno, por exemplo, a cultura passa a ser analisada como conflito real e não como reconciliação imaginária. O caráter normatizador do projeto de liberdade e emancipação racional da era moderna dá então lugar a sua constatação real e existente do “aqui, agora”. Aliás, a expressão de certo imediatismo e superficialidade passa então a constituir a própria condição pós-moderna. Nesse sentido, a discussão poderia concentrar-se na disputa do pós-modernismo como estética e como política. De qualquer maneira, conforme sugere Eagleton, não parece ser uma grande novidade observar as relações de poder que perpassam os usos e sentidos do termo, uma vez que ele sempre foi utilizado como dimensão ideológica, no sentido de ser apropriado enquanto mecanismo de legitimação e/ou reivindicação de poder. No próximo capítulo, por fim, retomaremos essa discussão sobre cultura e poder.

cultural, diferentemente de outras formas de consumo? Embora não seja nosso foco compreender as formas de consumo e os tipos de público, mas sim analisar como oficialmente se produz uma imagem projetada para o consumo da cidade, parece-nos pertinente mapear como a noção do consumo cultural ou da cultura de consumo tem sido investigada por diferentes abordagens.

Para Ana Rosas Mantecón (2009), uma definição inicial e clássica que tentou dar conta dessa problematização foi a de Nestor Garcia Canclini. Para ele, “consumo cultural” diz respeito “ao conjunto de processos de apropriação e usos de produtos em que o valor simbólico prevalece sobre os valores de uso e de troca ou, pelo menos, onde estes últimos se configuram subordinados à dimensão simbólica” (CANCLINI, 1993, p. 34-35). No entanto, segundo Mantecón, essa definição apoia-se na compreensão de uma relativa autonomia dos campos sociais, artísticos e científicos. Nesse aspecto, a definição sofreu algumas críticas, pois sugere que há menos autonomia e mais entrelaçamento entre as distintas esferas sociais inscritas na modernidade caracterizada pelos novos processos globais.

Conforme demonstra a autora, o campo cultural foi conformado como resultado do processo moderno de separação e desmembramento do todo social. Nessa perspectiva, a Revolução Industrial contribuiu de maneira significativa na especificação das esferas sociais. Antes disso, a produção e o consumo centravam-se nos sacerdotes e nos príncipes. Com efeito, dava-se ao campo cultural uma caracterização ambivalente – total e específica –, tendo em vista que as artes produzidas, em seus níveis gerais, tinham nessas camadas produtoras seu estrato específico de consumidores:

Com o processo de autonomização do campo cultural, consumado parcialmente no decurso do século XVIII na Europa Ocidental e a partir do final do século XIX na América Latina, este constituiu-se num espaço especializado, valorizado em si mesmo, independentemente de qualquer outra função social (MANTECÓN, 2009, p. 301).

A autora entende campo cultural a partir da contribuição conceitual bourdiesiana sobre os campos sociais. Nesses, a autonomização e a constituição de espaços sociossimbólicos de forças em constantes disputas apresentam-se como os principais critérios caracterizadores. Através do entendimento do consumo cultural inscrito no campo cultural, Mantecón propõe repensarmos as dinâmicas internas e suas categorias de ação, isto é, de que forma é possível definir e dar inteligibilidade aplicativa às noções de *ofertas culturais*, *serviços culturais*, *públicos* e *agentes*?

Sobre as duas primeiras, ela elenca duas percepções existentes. Uma que pensa os serviços culturais como novos produtos da indústria cultural. A outra compreende esse objeto de maneira relacional ao contexto de expansão dos direitos humanos, na medida em que os serviços culturais podem se constituir em maiores acessos, sobretudo no contexto da alta globalização midiática, à informação e ao conhecimento.

De fato, como bem observa a autora, com a midiatização da cultura, torna-se urgente lermos as clássicas definições sob lentes ressignificadas. A oposição pautada por rigorosa distinção entre, por exemplo, produtores e consumidores, parece não ser mais sustentável. Nos tempos atuais, a visão dos sujeitos passivos se depara com novos atores sociais que produzem e consomem. Para Mantecón, os novos perfis se associam mais ao “*cibercidadão*” do que aos simples sujeitos receptores. A ideia é que o produtor é também consumidor e vice-versa. Como exemplo, pode-se pensar a multiplicação de *blogs* e vídeos autônomos produzidos e lançados em redes mundiais de acesso “livre”, como o *YouTube*. Ou ainda, identificarmos nos processos de apropriação cultural estabelecidos pelos diferentes agentes constituidores da imagem oficial da cidade, uma contrapartida. Nesse caso, o protagonismo recai sobre os próprios atores que, observados pelo ponto de vista anterior, nos suscitaria a equivocada impressão de serem apenas sujeitos passivos e alienados à mercantilização que os inscreve. Refiro-me especialmente aqui aos casos encontrados durante a pesquisa de campo na cidade de Salvador, onde as baianas de acarajé e os componentes de blocos afro, entre outros atores seletivamente objetivados como ícones humanos da cultura estilizada da capital baiana, reapropriavam-se da referência que era atribuída às suas práticas e costumes.

A maneira sob a qual a reapropriação cultural ocorre é diversa, e perpassa tanto a possibilidade de vislumbrar uma legitimação individual do que é ordinário, até as condições materiais concretas, identificadas pelo que temos chamado de *sobrevivência marginal*. Nesse aspecto, talvez o caso dos ambulantes seja mais oportuno. Com espaços normatizados para outros usuários, vinculados às exigências estipuladas por organizações paraestatais (FIFA e COI, por exemplo) ou com licenças de circulação laboral concedida pelo poder público local, boa parte desses trabalhadores encontravam outras ações *táticas* (CERTEAU, 1998) para continuar produzindo o seu sustento financeiro, mesmo que implicasse ir contra a norma estabelecida.

Nessa esteira interpretativa, Mantecón (2009) sugere-nos pensar algumas ressignificações conceituais, como a noção de “público”. Segundo a autora (MANTECÓN, 2009, p. 303-304),

O papel do *público*, ou seja, de destinatário dos bens e serviços culturais, gera-se no encontro com as ofertas culturais, não lhe preexiste. Trata-se de uma posição num contrato cultural; assume modalidades que variam historicamente, que são produto da negociação desigual de pactos de consumo e que se vão transformando na relação com processos que excedem o campo cultural. No seio deste, o papel que se torna um referente identitário e de adscrição dá resposta às inquietudes sobre quem somos nós e onde pertencemos, a partir do que os *públicos* se relacionam com o que se produz no campo, com outros agentes dos campos (artistas, críticos, outros públicos, etc.) e no exterior do campo, transcendendo a relação com as ofertas culturais e atingindo outras dimensões da vida social.

Na ótica proposta por Mantecón, ainda que insuficiente, uma forma de enfrentar o esvaziamento conceitual do termo “público” é considerá-lo sob uma perspectiva plural. Dessa forma, não se tem “público”, mas “públicos” que devem ser caracterizados e analisados em relação e sob a dinâmica própria do campo cultural em questão.

A meu ver, a potencialidade analítica e epistêmica que essa perspectiva lançada traz diz respeito ao sentido crítico e ativo do sujeito social. Por isso, segundo a autora (MANTECÓN, 2009, p.305), “O papel do público não é só produto de uma oferta cultural que convoca. Os sujeitos podem responder ou não a essa convocatória, dependendo da sua condição social (salário, escolaridade, ocupação), idade, gênero e zona onde vivem”. Todavia, isso não quer dizer o mesmo que argumentar em prol da autonomia absoluta do sujeito, mas de reconhecer o caráter relativo de sua recepção frente às dinâmicas do campo, não desconsiderando, portanto, as interferências sociais. O que subjaz esse entendimento é que o consumo cultural não é uma atividade privada e simplesmente isolada do contexto social do sujeito. Mas, ao contrário, apesar de incrivelmente contingencial, sua caracterização não ignora a inscrição desse sujeito nas regras, costumes e simbolização que classifica de maneira mais ampla a sua cultura vivenciada.

Assim como Appadurai (1991), Mantecón inscreve o gosto e as práticas de consumo cultural no seio complexo da vida social, com seus distintos e imbricados níveis de familiaridade e estranhamento. Além do mais, ao considerar a dinâmica do processo global, a autora destaca como a oligopolização interfere na produção e no consumo de bens culturais, logo, este é mais um elemento que contribui no enfrentamento das perspectivas analíticas que veem o sujeito como mero receptor ou absolutamente autônomo.

A proposta lançada por ela é pensar o consumo cultural a partir da noção de “pactos de consumo”, tal qual o entendimento dado à ideia de “contrato de leitura”, surgido ainda na década de 60 do século XX. Apesar do reconhecimento da desigual condição de pactuar, seja

entre os produtores e consumidores, seja entre eles sob sua própria categoria, Mantecón argumenta que é preciso pensar o consumo de maneira relacional. Trata-se de uma espécie de *negociação* dinamizada pelos diferentes atores e mediada através de seus distintos poderes. Essa noção de “negociação” enquanto atividade inscrita na trama das relações de poder foi igualmente bem discutida por Martín-Barbero (2006). A análise tecida por esses autores segue uma linha ponderada e crítica, na medida em que nega o caráter passivo do indivíduo, mas também resiste a sua autonomização liberal. Se é verdade que as posições são negociadas no campo cultural, é também inegável que elas o são de acordo com as desiguais posses de poder dos sujeitos envolvidos. Nas palavras da autora (MANTECÓN, 2009, p. 313):

Os públicos não veem num texto só o que querem ver nele: os mecanismos significantes que este coloca em jogo promovem certas significações e suprimem outras, já que toda a mensagem comporta elementos directivos em relação à clausura do sentido, impondo significações preferenciais das quais falou Stuart Hall.

Segundo Mike Featherstone (1995), é possível identificar a cultura de consumo sob três perspectivas fundamentais: a primeira diz respeito ao *consumo submetido à lógica do capitalismo e da sua (re)produção*. A segunda compreende o consumo como dimensão demarcadora de práticas distintivas e de *distinção social*. A terceira discute o consumo sob a ótica dos prazeres, sonhos e imaginação cultural construída e apresentada como forma de contemplação social.

Na primeira perspectiva, “as atividades de lazer, a arte e a cultura de modo geral são filtradas pela indústria cultural: a recepção é ditada pelo valor de troca à medida que os valores e propósitos mais elevados da cultura sucumbem à lógica do processo de produção do mercado” (FEATHERSTONE, 1995, p. 32). Sob essa compreensão, o consumo é visto como efeito de uma produção de controle, caracterizada pela capacidade de manipulação e reificação das mercadorias e relações sociais. Nessa lógica, a noção do triunfo do valor de troca na produção capitalista dos bens de consumo apresenta-se como supremo. Apesar de estar sobretudo ancorada nos estudos da Escola de Frankfurt, essa perspectiva não encontra homogeneidade interpretativa dentro da própria Teoria Crítica. Conforme o postulado adorniano, por exemplo, não é o valor de troca que fez inexistir o valor de uso. Trata-se, de fato, do estado no qual a mercadoria tornou-se “livre” e suscetível ao imaginário cultural construído para o consumo. Sob essa linha analítica, a sociedade de consumo seria menos social e mais cultural, no sentido da mercantilização que a circunscreve. Afirma Featherstone (1995, p. 34):

Assim a sociedade de consumo torna-se essencialmente cultural, na medida em que a vida social fica desregulada e as relações sociais tornam-se mais variáveis e menos estruturadas por normas estáveis. A superprodução de signos e a reprodução de imagens e simulação resultam numa perda do significado estável e numa estetização da realidade, na qual as massas ficam fascinadas pelo fluxo infinito de justaposição bizarras, que levam o espectador para além do sentido estável.

Essa interpretação permite que pensemos nas imagens (re)inventadas para o consumo *nas e das* cidades. De acordo com essa fundamentação, a imagem de consumo da cidade pode se deslocar da própria cidade, ou simplesmente reinventar-se de modo múltiplo, ainda que necessariamente apresente-se como singular. Apesar de ajudar a pensar, Featherstone destaca que as maiores críticas a essa perspectiva é que ela nem sempre leva em consideração as diferenciações das práticas e das experiências reais do consumo. O autor lembra que os sujeitos não são simplesmente tão passivos à ordem manipuladora da produção capitalista. Aqui, portanto, o panorama interpretativo qualificado encontra semelhança na perspectiva anteriormente apresentada, através da classificação operada por Mantecón (2009).

Da segunda grande perspectiva fundamental elencada por Featherstone (1995) sobre a cultura de consumo, vale destacar a possibilidade de analisar, mas não exatamente a lógica do capital, porém, a lógica do consumo e os modos sociais de diferenciação. Nesse sentido, o autor demonstra como a desmercantilização de um objeto de massa pode ser também apropriado como distinção social:

Em algumas sociedades, sistemas estáveis de status são protegidos e reproduzidos mediante a restrição das possibilidades da troca ou da oferta de novos bens. Em outras sociedades, há uma oferta de mercadorias em constante renovação, o que dá a ilusão da completa trocabilidade dos bens e do acesso irrestrito a eles; no entanto, o ‘gosto’ legítimo – conhecimento dos princípios de classificação, hierarquia e adequação – é restrito, como acontece nos sistemas de moda (FEATHERSTONE, 1995, p. 36).

A questão destacada aí é o uso. O consumo é percebido enquanto um tipo de uso e não simplesmente como efeito de uma ação previamente elaborada. A hierarquização é analisada a partir da classificação e demarcação de status delegada nas práticas de consumo. A derivação dessa análise é que o consumo passa a ser considerado como instância de diferenciação e demarcação de distinções sociais, ao tempo em que a produção passa a ser compreendida não apenas como um fenômeno hegemônico.

Na terceira perspectiva fundamental destacada por Featherstone (1995), a cultura de consumo, pautada a partir dos sonhos, imagens e prazeres é observada como conjunto prático que sacia a escassez do imaginário social. Dessa forma, o que ocorre é uma canalização do ato de consumir como símbolo de superação da falta, através da superação individual. Trata-se de vitórias pessoais na busca pelo saciamento dos sonhos de consumo. Os “mundos de sonhos”, conforme Walter Benjamin, promovem a estetização dos espaços e da cultura, a partir de alegorias que são compreendidas por esses autores não como a síntese de códigos ocultos, mas como expressão de fragmentos. Para Featherstone (1995, p. 46)

isso determina uma atitude pluralista perante a variabilidade de gostos, um processo de desclassificação cultural que corroeu a base das distinções entre alta-cultura e cultura de massa. É nesse contexto que chegamos não apenas ao ceticismo em relação à eficácia da publicidade, cuja capacidade de convencer as pessoas a comprar novos produtos - ou de doutriná-los - é questionada (Schudson, 1986), mas a celebração de seu *pedigree* estético.

A meu ver, de fato, as políticas culturais como intervenções capazes de construir imagens de consumo das cidades estabelecem uma relação ampla entre aquilo que apresentam ser e aquilo que são em sua recepção plural. Isso não ocorre, apenas, pela lógica da escolha individual, mas também pela restrição absoluta da determinação estrutural. Nesse sentido, corroboramos com a assertiva do autor (FEATHERSTONE, 1995, p. 48) quando considera que

A cultura de consumo da atualidade não representa nem um lapso do controle, nem a instituição de controles mais rígidos: mas, antes, a corroboração dos controles por uma estrutura gerativa subjacente flexível, capaz de lidar ao mesmo tempo com o controle formal e o descontrole, bem como facilitar uma troca de marchas confortável entre ambos.

O consumo cultural é, portanto, uma prática de produção de sentido, que, sob os processos de intervenção das cidades, apresentam-se de maneira ambígua entre sua arte criadora e sua força restritiva.

Nessa esteira, decorrem múltiplas possibilidades de investigação. Entre elas, destacamos a política de patrimonialização no âmbito correlativo da produção de imagens de consumo da cidade. Essa dimensão que atinge boa parte das políticas urbanas forjadas na perspectiva que temos analisado, parece-nos importante sobretudo quando consideramos que, assim como outras cidades, a capital baiana tem projetado sua imagem turística amparada nas noções de história e cultura, por vezes patrimonializada. Nesse aspecto, qualifica-se como

uma demanda política as ações de valorização, preservação e promoção do conjunto cultural da cidade.

O sentido dado ao patrimônio no Brasil tem historicamente demonstrado seguir a concepção mais geral sob a qual as cidades são geridas e promovidas no *hall* das concorrências interurbanas. Conforme demonstram as pesquisas nessa área²¹³, a atribuição de sentido do patrimônio modificou-se desde o momento em que a questão passou a ser institucionalmente refletida. A apropriação feita transitou de uma construção da representação nacional para a evidenciação de imagens de consumo de cada cidade em particular. Por outro lado, os critérios para classificação do que é ou não considerado patrimônio passou da universalidade à seletividade imaterial (ARANTES, A., 1997; 2009).

Em sua gênese, as políticas de patrimônio tinham como intenção, mesmo que não necessariamente declarada, a elevação de um espírito nacionalista do Brasil (GONÇALVES, 1996; ARANTES, 1997). De fato, segundo observou Gonçalves (1996), é possível apreender a construção da Nação a partir das próprias “narrativas nacionais”, inscritas nas políticas patrimoniais e suas articulações com a memória e a identidade nacional. Sob seletivos e discutíveis registros preservacionistas, a singularidade pretendida na configuração de cada nação também acaba contribuindo na expressão positivada da cultura patrimonializada. Nesse sentido, tanto quanto a nação, nas cidades, as intervenções urbano/culturais voltam-se para uma produção espetacular do autêntico, não necessariamente pelo apelo à salvaguarda, mas em virtude da apropriação mercadológica que estas ações potencializam.

Por essa via, interessa-nos entender como passamos a considerar todo esse processo de registro, reconhecimento e proteção da cultura imaterial sob o contexto de tensões que permeiam as relações de poder. Ao nosso ver, isso se reflete, por exemplo, na dinâmica operada pelos construtores das imagens oficiais das cidades contemporâneas, na medida em que requerem para si o estatuto imagético da cidade supostamente singular, detentora de determinadas autenticidades.

Uma vez apropriado pelos empreendedores urbanos, o patrimônio passa a compor o conjunto espetacularizado da produção e enunciação de uma imagem de consumo atraente das cidades. Nesse sentido, a dinâmica da cultura e suas conflituosas formações históricas são preteridas em virtude da harmônica composição cultural das histórias locais. Com efeito, no âmbito da produção imagética oficial, enquadram e ordenam o “real”, ignorando suas facetas caóticas e contingenciais. Assim, o que inicialmente serviu para forjar e fortalecer a ideia de

²¹³ Sobre uma análise mais específica do tema, ver Antônio Arantes (1997; 2009), Laraia (2004), Veloso (2004) e Lanna e Rubino (2013).

uma identidade nacional acaba por ser também utilizado como *estratégia* empreendedora para as cidades.

Não obstante, a intensificação das práticas de *city marketing* e os novos modelos de gestão urbana, mediado pelos planos *estratégicos*, tem percebido também o patrimônio como um “bom negócio”. Dessa maneira, a estética, entre outras dimensões, passa a ser funcionalizada a serviço da ótica econômica. No âmbito político, não são poucos os governos que inserem essa perspectiva nos seus planos de ações de políticas públicas, de cultura e renda.

Tanto na dimensão mais abstrata, quanto na mais concreta das intervenções urbanas, a imagem da cidade tende a ser construída por elementos postos numa linha coerente e contínua. Não por acaso, a visitação de uma cidade é constantemente ordenada, desde o mapa que toma como referenciais determinados espaços em detrimento de outros, até as práticas culturais que são selecionadas sob um conjunto de condicionantes, que tornem elas adaptáveis à promoção urbana por investimentos financeiros e consumo turístico.

Assim, seja em nome da preservação patrimonial de uma nação ou de uma história urbana, as intervenções nas cidades acabam se estabelecendo pelo pressuposto de que a cultura vai se “perder”, logo, faz-se necessária a preservação ou reestruturação do presente. Para Gonçalves (1996), essa é a caracterização do que ele chama de “retórica da perda”. A perda é funcionalizada como razão de legitimação dos processos de patrimonialização. A apropriação implica a preservação do bem patrimonial e a garantia de mantê-lo íntegro na história da nação, ou seja, observa-se uma série de elementos justapostos e mediados por narrativas que buscam oferecer sempre uma história coerente e salvacional da política patrimonial. Ainda que tudo pareça corresponder às necessidades internas, assim como na ideia de “nação” analisada por Gonçalves, a imagem pretendida da cidade passa a se sustentar por uma demanda que lhes é exógena.

Sendo assim, conforme argumentamos anteriormente, sob as condições dos negócios financeiros, as políticas urbanísticas dão lugar à *criatividade* suficientemente competente para atrair capital. A crise, ou a sensação desta, pode ser concebida em analogia à *retórica da perda*, de tal modo que como uma espécie de objeto de desejo, a soberania da cidade produzida acaba sendo pautada sob as referências do consumo capitalista.

No caso da cidade de Salvador, há décadas, já se observa como as ideias de *festa*, *alegria*, *negritude* e *baianidade* são articuladas como expressões qualificadoras de uma suposta identidade genuinamente baiana. A própria noção de “referente cultural” (ARANTES,

2009) volta à tona nessa perspectiva e mediante um conjunto multitextual, passa a forjar espetacularmente mais uma *ideia de Bahia* (PINHO, 1998a). Assim, instituída através da suposta identidade e territorialidade, ela é manuseada *estrategicamente* pelos diversos atores sociais existentes nas disputas pelo sentido imagético das cidades.

Nesse âmbito, por exemplo, é que para além do conjunto arquitetônico do Centro Histórico da cidade, ocorreu também a patrimonialização do ofício das baianas de acarajé²¹⁴. Apesar de algumas pesquisas (MARTINI, 2007; MARTINS 2011) sublinharem os conflitos entre as baianas, ou quem representaria a “verdadeira baiana²¹⁵”, o fato é que a lógica da espetacularização acaba por fragilizar os sentidos em litígio.

Nesse caso, pode-se considerar que a reivindicação pela preservação também ocorreu em virtude da implementação e coisificação estética do conjunto simbólico que envolve o ofício das baianas de acarajé. A imposição histórica de pertencimento a uma esfera maior da narrativa de origem e significação cultural do acarajé solapou o estranhamento dos sentidos atribuídos pelos diversos atores sociais que praticam, como produtores e/ou consumidores, o referido ofício.

Semelhante ao que ocorreu em outros casos de espetacularização cultural, as baianas aqui materializaram, em conformidade com a apropriação mercadológica do seu ofício, a personalização da cultura da “diferença”. Institucionalizadas mediante um ordenamento jurídico e simbólico da cultura e da memória de um povo, tornou-se, portanto, um dos elementos apropriados pelas políticas urbano/culturais, dentro do processo contemporâneo de produção da imagem de consumo da capital baiana. A *retórica da perda* (GONÇALVES, 1996) ocupou, nesses termos, o lugar da “oportunidade única”, narrada pelo discutível *legado* urbano das Copas da FIFA.

²¹⁴ O acarajé é uma comida típica da Bahia, amplamente conhecida em outras regiões do Brasil. Considerada uma culinária afro-brasileira, o famoso bolinho frito em azeite de dendê é feito de massa de feijão-fradinho. Seu consumo também pode ser associado a costumes e crenças religiosas de matriz afrodescendente. O objetivo anunciado oficialmente para a realização desse registro pautava a necessidade do reconhecimento não apenas do *saber fazer*, mas de todo um conjunto simbólico vinculado ao acarajé. Isso inclui as roupas, a etnicidade e a dimensão religiosa afro-brasileira (BITAR, 2010; MARTINS, 2011). A patrimonialização do referido ofício ocorreu em 2005, através da homologação do registro, que foi inscrito no Livro dos Saberes para a estruturação das ações de salvaguarda.

²¹⁵ Conforme essas investigações (MARTINI, 2007; MARTINS, 2011), a principal diferenciação ocorre entre as chamadas baianas dos “tabuleiros” e as de “eventos”. A rigor, essa diferenciação está estreitamente relacionada à atuação de alguns empreendedores urbanos, que através de agências como a Bahiatura fomentam eventos turísticos propostos para divulgação e venda daquilo que seria da cultura local. Nesse bojo, entram em cena as “baianas de acarajé”, mediante práticas de apropriação espetacular, que supõe a condição de que esse grupo cultural reúne um conjunto de características apto à imagem de consumo estandardizada da cidade, sobretudo diante do reconhecimento patrimonial do seu ofício pelo IPHAN.

V.1. A (re)invenção da Imagem de Consumo da cidade de Salvador

A relação entre políticas urbanas e a promoção de imagens de consumo na cidade de Salvador é um dado concretamente observável desde as últimas décadas do século XX. O recorte das intervenções focalizaram aspectos vinculados à geografia e cultura local, de modo a evidenciar particularidades convenientes ao mercado turístico. O protagonismo reivindicado por meio de retóricas oficiais, como a “*primeira capital do Brasil colônia*”, buscava posicionar a capital baiana no campo do turismo brasileiro. Naquilo que se denominou de território nacional brasileiro, depreendeu-se uma seletiva história, sob a qual a dominação e violência colonial foram dissimuladas pela romantizada ideia de *felicidade* entre povos distintos. Assim, a nativa população indígena teria se hibridizado com o enorme quantitativo de negros escravos trazidos sobretudo do continente africano. O perverso papel civilizador caberia, portanto, aos colonizadores portugueses. Para os empreendedores urbanos, o que deveria importar era a possibilidade de extrair (da história de uma das mais antigas cidades brasileiras) elementos suscetíveis à atratividade de um mercado de consumo e investimentos financeiros. Por essa razão, haveria de ser conveniente enfatizar a marca da *Bahia como berço da civilização brasileira*.

De “terra da felicidade” a “capital da alegria”, a *imagem recomposta* (FORTUNA, 1997) acabou construindo, mediante *masking urbanístico* (HARVEY, 1994) e aperfeiçoadas técnicas de *city marketing*, uma noção positivada da cidade. Com a emergência da competição interurbana, a predominância empreendedora dos planejamentos estratégicos sobre a cidade se estabeleceu em detrimento das clássicas perspectivas modernas de planejamento urbano (HARVEY, 2005; ARANTES, 2009; MARICATO, 2009; VAINER, 2009; BESSA; ÁLVARES, 2014).

Assim, entre o período de preparação e realização dos megaeventos esportivos no Brasil, notadamente das Copas de futebol da FIFA, a imagem de consumo da cidade de Salvador foi reinventada, mediante um conjunto de políticas urbano/culturais caracterizada pela *espetacularização urbana*. O imaginário construído a despeito da geografia e cultura local, sintetizados em marcas como “*Bahia, o Brasil Nasceu Aqui*”, “*Bahia, Terra da Felicidade*” e “*Bahia, Berço da Civilização Brasileira*”, foram novamente acionadas, de modo que a *baianidade* pudesse ser percebida pela *imagem-síntese* (SÁNCHEZ, 2001) da *diferença*. De fato, essas referências logotípicas vinculam-se às marcas impressas entre os distintos níveis de governos e suas respectivas gestões. No âmbito do

poder público estadual, a condição histórica sobre as primeiras invasões coloniais portuguesas são evidenciadas por uma espécie de maior representatividade do Brasil, através do Estado da Bahia, enquanto para o poder público municipal, os principais elementos configuradores advinham das qualificações vinculadas ao entretenimento e suposta inata alegria. Contudo, em ambos os casos, as positivadas imagens se relacionam, a fim de emergir uma recomposta *imagem-síntese* (SÁNCHEZ, 2001). Sendo assim, a imagem de consumo da diferença experimentada passou a ser a *síntese* que maior expressa a estratégia dos empreendedores urbanos locais na promoção da cidade.

Sob as características da espetacularização urbana, a capital baiana acabou tendo, com os referidos megaeventos, o esgarçamento da mercantilização cultural voltada para a cultura de consumo. Todavia, permeada pela lógica espetacular, a *diferença* positivamente evidenciada da cidade não passava por vezes de uma expressão vazia, sob a qual figuravam personagens estereotipados e selecionados espaços de consumo estetizados como cenários de uma história cultural harmonicamente trazida ao presente imediato.

Nessa perspectiva, em alguma medida, podemos argumentar que a suposta revalorização da cultura local (promovida sobre a cidade de Salvador, no contexto de preparação e realização dos megaeventos esportivos da FIFA), ocorreu também sob a forma *pastiche* (JAMESON, 2006). Nesse caso, parte da história recuperada em fragmentos não buscava revelar algo oculto, nem tampouco reproduzia seus conflitos e descontinuidades. A recuperação aqui se realiza em meio ao vazio. Um esvaziamento de seu teor político (RANCIÈRE, 1996), na medida invertida, pois é uma ação política que destitui a própria condição vital da participação pública dos “fazedores” culturais. O que se recupera é, portanto, fragmentos seletivamente ajustados para nada dizer de autêntico e ambivalente às expressões culturais que se enunciam imagetivamente como particularidades próprias da cidade.

Nesse processo, incluem-se a *objetivação cultural* (GONÇALVES, 1996) promovida sobre as baianas de acarajé e os blocos afro da cidade de Salvador. A forma *pastiche* enunciada é também uma espécie de *beleza do morto*, conforme conceitua Certeau (2011). A ambivalência que constitui o processo é que a destituição da dinâmica cultural é a “morte” e a vitalização prometida pela imitação esvaziada. O *pastiche* aqui traz um pouco do que Debord (1997) tentou caracterizar como a representação espetacular da realidade. Não se trata de valorar uma experiência em detrimento da outra, mas de observar criticamente suas

mediações, em formas imagetivamente humanas. Por isso que, segundo Jameson, a produção cultural é hoje a produção de imagens:

A produção cultural foi reconduzida ao interior da mente, dentro do sujeito monádico; ela não pode mais olhar diretamente com seus próprios olhos para o mundo real em busca de um referente, ao contrário, ela deve, como na caverna de Platão, traçar suas imagens mentais do mundo nas paredes que a confinam. Se ainda sobrou aqui qualquer realismo, é um “realismo” que brota do choque de se compreender esse confinamento e de se perceber que, sejam quais forem os motivos, parecemos condenados a buscar o passado histórico através de nossas próprias imagens *pop* e estereótipos sobre o passado, que permanece para sempre fora de alcance (JAMESON, 2006, p. 30).

Segundo o autor (JAMESON, 2006), ao observador, no âmbito das intervenções urbanísticas e arquitetônicas, essa produção cultural (considerada como pós-moderna) se expressaria na reorientação dada ao “passeio”, na medida em que os usos outrora livres são agora impedidos e/ou controlados. A noção de *passeio* que Jameson sugere é mediada e constitui parte da produção cultural que tende a fazer do espectador um sujeito passivo. O *passeio* não é sequer aqui o oposto da *deriva*²¹⁶, que Guy Debord construiu ainda na década de 1950. Ele não é a liberdade suscetível de novas normatizações geográficas, mas o espaço esvaziado, no qual o indivíduo a ser conduzido precisa apreciar. Tal qual as imagens de consumo, oficialmente enunciadas para as cidades, o que se vislumbra é um retrato estanque e hegemônico do que foi, é e deve ser a cidade.

O pós-modernismo é percebido por Jameson como uma apropriação cultural que banaliza, domestica e dociliza os traços historicamente conflituosos da vida social. Nada está por vir, o que produzido pressupõe a passividade da interação intencionada na construção da cultura local. Destitui-se conseqüentemente toda relação de poder, na qual harmoniza-se a opressão, os opressores e oprimidos. Agora tudo é também *pastiche*. Essa perspectiva nos parece parcialmente apropriada, ainda que, conforme argumentamos anteriormente, em alguma medida a forma *pastiche* pode ser também identificada na imagem de consumo oficialmente reinventada de Salvador. Mas, se para Jameson o que reside nesse processo é o desaparecimento completo do sentido de história, a nosso ver, trata-se mais perversamente de uma emergência histórica altamente funcionalizada da lógica do mercado. O que observamos nas cidades contemporâneas não é um desprezo do passado, mas sua apropriação

²¹⁶ De acordo com a teoria da deriva (DEBORD, 2010) construída pelos situacionistas na década de 1950, a cidade deveria ser apreendida de múltiplas formas, tal qual fosse a experiência psicogeográfica do sujeito andante. Essa discussão será melhor retomada no tópico seguinte deste presente capítulo.

mercadológica, na qual o que se deve lembrar e esquecer são produtos seletivamente fabricados.

Não obstante, sob a linha interpretativa que expomos acima, é pertinente lembrarmos como tem ocorrido a apropriação do patrimônio cultural na cidade de Salvador. As características que circunscrevem o uso empreendedor dos construtores oficiais da cidade sobre o ofício das baianas do acarajé e de outras diversas práticas, como a capoeira, o carnaval e os blocos afro, revelam que o que está em questão não é o esvaziamento conceitual dos sentidos históricos da cultura local, mas sua objetivação a um determinado fim especulativo. Canclini (1997) sublinha que, justamente por não ser considerado um elemento suspeito, o patrimônio cultural é um dos principais recursos narrativos utilizados para a construção da ideia de modernidade, especialmente no que diz respeito à formação da ideia de nação. O seu acionamento pauta-se por uma base histórica naturalizada. Isso faz crer que, diante da constatação daquilo que o bem patrimonial representa, cabe apenas refletir se o que deve ser feito é preservar, restaurar ou difundir-lo.

Quando essas narrativas constitutivas da nação aplicam-se ao nível de formação da *imagem-modelo* (SÁNCHEZ, 2001) de uma cidade, sendo ou não definidos como patrimônio, o bem arquitetônico ou prática cultural passam a compor a sua imagem de consumo. No caso de Salvador, a recomposição da *baianidade*, mediada pela exploração da *diferença sentida e experimentada*, tenta dessa forma aludir ao ordenamento produzido para ser espetacularmente enunciado sobre a cultura da cidade. Por isso, “*Salvador precisa ser sentida*”, conforme asseveram as campanhas publicitárias do Poder Público. Contudo, longe de representar a totalidade de um povo, a síntese apresentada, tal qual o patrimônio cultural, assume um papel dissimulador. Aqui entendemos que a ideia de “preservação”, constantemente legitimada nos processos de patrimonialização, é similar aos supostos intuitos de “revalorização” ocorridos na reinvenção da imagem de consumo da capital baiana.

A retomada de uma origem edificante (“*Bahia, berço da civilização brasileira*”) se hibridiza com a suposta *revelação* da vocação de festividade e diversidade cultural (“*Salvador, capital da alegria*” e “*Carnaval de Salvador, você sente que é diferente*”). Assim é que a noção de *diferença* ajuda a recompor a imagem de consumo local. Não se trata de afirmarmos que há um desprezo pela espontaneidade da dinâmica cultural, mas que o resultado é um produto harmonioso do que constitui a cidade, teatralizada por um começo, meio e fim especificados. Para Canclini (1997), é a teatralização ocorrida nas operações de ritualização cultural que dá força política ao patrimônio: “A teatralização do patrimônio é o

esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje” (CANCLINI, 1997, p. 162).

Essa dinâmica de “fantasmagorizar” o real, mediante uma suposta correspondência com um passado (re)inventado, pode ser apreendida nas narrativas que constroem a imagem de consumo de Salvador. A noção de “berço da civilização brasileira”, por exemplo, atribuído à Bahia como um todo, concede o pano de fundo para as imagens turísticas criadas e recriadas ao longo de mais de 3 décadas. A “baianidade” e toda relação à alegria inata do baiano, de alguma forma se amparam também na teatralização não somente do patrimônio, mas também da história cultural, narrada por determinados setores construtores e influentes nas políticas urbanas da cidade de Salvador.

A noção de patrimônio é significativa para analisarmos a construção dos pertencimentos identitários da nação, como também da síntese imagética atribuída oficialmente às cidades, conforme contextualização apresentada acima. A identidade construída é geralmente concebida como substância essencial, definida e representada no produto evidenciado do patrimônio cultural e da imagem de consumo da cidade. Assim como todo processo de identificação, a unidade busca representar a pluralidade do “povo”, embora seja de fato constituída por elementos altamente seletivos e excludentes.

Nessa perspectiva, as políticas urbano/culturais operam sob uma lógica que oculta outros interesses envolvidos nas políticas patrimoniais, sejam eles políticos ou econômicos. Segundo Peixoto (2004), são os processos de construção que estreitam laços entre o patrimônio e a identidade que interessa nesse fenômeno. O autor destaca tal relação ambígua na medida em que a identidade é utilizada como mecanismo efetivador da assimilação coletiva da transformação social que ocorre na patrimonialização dos bens culturais. Para ele, “a identidade fornece, metonimicamente, recursos aos processos de patrimonialização para que a mudança seja coletivamente aceita, apropriada e superada” (PEIXOTO, 2004, p. 185). Para Canclini (1997), essa dissimulação inscrita nos processos de patrimonialização é também possível em virtude da excessiva ritualização, pois

com um único paradigma, usado dogmaticamente – condiciona seus praticantes para que se comportem de maneira uniforme em contextos idênticos e incapacita para agir quando as perguntas são diferentes e os elementos da ação estão articulados de outra maneira (CANCLINI, 1997, p. 166).

A ritualização serve assim como uma espécie de controle dos corpos e um enquadramento do saber. As formas de fazer e todos os outros bens patrimonializáveis são

considerados na medida em que são transfigurados sob a ótica da *beleza do morto*, conforme Certeau (2011). Mais uma vez é significativamente pertinente identificar, nas características da patrimonialização, parte da lógica de intervenções urbanas construtoras de uma imagem de consumo da cidade. Não obstante, lembramos dessa ritualização quando observamos, em plena realização da Fan Fest Salvador, uma hibridização entre a padronização espacial exigida pela FIFA e a seletiva apresentação de práticas culturais da cidade, com alguns blocos afro (em trio elétrico). As rodas de capoeira, sincronizadas e preparadas para serem evidenciadas nos *flashes* das câmeras turísticas, assemelhavam-se ao desfile de duas mulheres estetizadas como “baianas”, logo à frente do trio elétrico (ver **Figura 49**).

Figura 49 – Baianas de acarajé na FAN FEST, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Sem tabuleiro ou amostra de bolinhos de acarajé, as baianas²¹⁷ evidenciadas pareciam mais preparadas a um tipo muito específico de consumo cultural. A cada passo dado, sorrisos largos e pequenas paradas para mais fotografias. De fato, o *saber fazer* registrado como

²¹⁷ Esse acontecimento, registrado na pesquisa de campo, será ainda retomado, tanto no próximo tópico deste capítulo, quanto no último capítulo desta tese. Pois, se é possível analisarmos a presença, ao menos caricatural, de práticas e “fazedores” culturais da cidade, sob a característica da *objetivação cultural* dos empreendedores urbanos, também é preciso reconhecer que há, no mesmo caso, a suscetibilidade de reapropriação cultural por parte desses atores que, em alguma medida, são tratados como meros dirigidos personagens do espetáculo urbano.

patrimônio cultural imaterial de Salvador é comunicado para nós observadores mediante um enquadramento espetacular, identificado nas indumentárias características do ofício.

Na ótica interpretativa de Canclini (1997), parte da legitimação construída sobre a patrimonialização ocorre no encontro da perspectiva tradicional com os princípios modernizadores, permeado por usos funcionais da ideia de história. Conforme nota o autor (CANCLINI, 1997), a “tradição” age enquanto força que salvaguarda os supostos princípios de “bom mundo” em detrimento do “caos moderno”. Entretanto, o que é paradoxal é que essa lógica tradicional pode ser operada a partir de um verdadeiro desconhecimento do passado. Nesse sentido, o passado articulado acaba sendo um *passado inventado*.

É válido ressaltarmos aqui, conforme sublinha Carina Gomes (2012), que não se trata de afirmarmos que as imagens referentes ao passado sejam agora descartáveis, mas que são acionadas mais apropriadamente ao convite turístico. Na era moderna, o turismo sempre foi considerado uma alternativa econômica importante para as cidades, sobretudo para aquelas que detinham potencial arquitetônico monumental. Soma-se à história todo o conjunto articulado da visibilidade estética própria das monumentalidades. Segundo afirma Gomes (2012), no âmbito das cidades de pequeno ou médio porte isso tem sido ainda mais latente, uma vez que a alternativa do mercado turístico pode ser capaz de dinamizar economias que não possuem fortes pilares industriais.

Nessa perspectiva, o passado tornou-se funcionalmente útil e rentável no presente dessas cidades. De fato, junto à história e à estética monumental-arquitetônica, todo o restante de elementos artísticos e culturais são também acionados sob a lógica do mercado (FORTUNA, 1999; GOMES, 2012). É a partir desse cenário que cresce, cada vez mais, uma variada gama de profissionais dedicados a atuar diretamente na mercantilização de tudo aquilo que pode ser atrativo para o turismo.

Nesse exercício, algumas dimensões abstratas da vida urbana passam a ser objetivadas enquanto produtos para a negociação que se forja entre aquilo que a cidade é e aquilo que é possível representar dela. *Do medo à segurança, do desejo à realização, da tristeza à alegria, da semelhança à diferença, do relato do outro à suposta particular experiência*, em comum, o que há é a transição consumível que ousa extrapolar o mundo dos imaginários abstratos para se alocar concretamente nas políticas urbano/culturais que caracterizam a espetacularização das cidades.

Conforme nota Gomes (2012), esse processo é permeado muitas vezes pela criação ou evidenciação de “lugares hospitaleiros” e “lúdicos”, numa espécie de economia da

visibilidade e da invisibilidade. Trata-se de selecionar aquilo que pode e deve ser visto em detrimento daquilo que por vezes é necessário ocultar. A noção de *ludificação*²¹⁸, trabalhada por L. Baptista (2005), alerta para essa tendência de transformação dos espaços e lugares em locais de entretenimento e consumo. Segundo Gomes (2012, p. 39), esse processo implica dois aspectos importantes: “[...] por um lado, a produção e a reordenação física do espaço urbano e das atividades que nele se concentram; por outro, a (re)criação de imaginários sobre a cidade e de imagens promocionais”. Trata-se, portanto, da própria (re)construção da *imagem da cidade* (FORTUNA, 1997; ZUKIN, 2000a; 2000b), enquanto artefato central para o aumento da atratividade de mercado e do esperado desenvolvimento econômico. Nessa esfera é que se encontra a série de profissionais dos poderes públicos e privados envolvidos, tais como políticos, arquitetos, planejadores e empresários urbanos.

Ao considerar que a cidade também é constituída por imaginários e representações, estamos reconhecendo uma pluralidade que (em si) não garante liberdade, mas certamente sinaliza para a lógica operante sob a qual se dão as construções das novas imagens turísticas. A meu ver, a questão emergente é que não só o conjunto representacional constitui mais um âmbito da cidade, como tem se tornado o foco central do modo como elas são enunciadas. Em tempo de deliberada *espetacularização urbana*, o mercado atende a uma espécie de “economia política da imaginabilidade”, conforme sugere Boyer (2000). Com efeito, intensifica-se a discrepância entre a *cidade figurada* e a *cidade desfigurada* (BOYER, 2000). Como bem interpreta Gomes (2012, p. 40), “trata-se de uma economia diferenciadora, hierarquizante e segregadora, na medida em que, na sua seletividade mercantilista e publicitária, as imagens, assim como as práticas de produção do espaço urbano, criam uma segmentação material e simbólica”.

O fosso se dá entre aquilo que é objetiva e imgeticamente evidenciado e aquilo que é obscurecido ou ignorado. A *figuração* (BOYER, 2000) se dá tanto nas intervenções urbanísticas de construção dos *espaços de consumo*, quanto nas representações objetivadas de todo conjunto abstrato possível, como cultura, arte e determinado modo de vida urbano. Por sua vez, a *desfiguração* (BOYER, 2000) refere-se aos espaços e sujeitos esquecidos e/ou ocultados. Estes personagens e territórios das cidades residem às margens não capilarizadas,

²¹⁸ Retomaremos as faces dessa noção para observar como se relacionam as múltiplas imagens percebidas e reivindicadas por alguns moradores da cidade, em face do oficial produto imagético de Salvador construído pelos empreendedores urbanos privados e poderes públicos locais.

como mercadorias do espetáculo, destinados a sobreviver na condição de criação de uma economia marginal ao modo de produção capitalista.

É nesse descompasso que se encontram hoje as políticas urbano/culturais voltadas para o desenvolvimento econômico, especialmente através do mercado turístico. Coexistem assim *idades dentro de uma cidade*, seja na face mais próxima do “real” ou do “turístico”, conforme categoriza Gomes²¹⁹ (2012). No primeiro caso, estaria a *cidade vivida, parcialmente invisível para os turistas*, enquanto a outra seria a *cidade visível para os turistas*, em detrimento das demandas locais dos seus habitantes. Na ótica exposta pela autora, a oposição se dá entre a *cidade turística* erguida na seleção e exclusão de lugares e atores sociais, mas apresentada como vendável (logo sustentável e apta para as intervenções de mercado), e a *cidade real*, pouco detentora e apta ao mercado, segundo as apreciações clássicas dos construtores oficiais da cidade (políticos, planejadores, arquitetos, marqueteiros e empresários urbanos). Afirma ela (GOMES, 2012, p. 40-41):

Qualquer imaginário turístico envolve aproximações e distâncias à cidade real. Nessas aproximações e distanciamentos surge, “deste lado da linha”, a cidade turística: com os seus altares, os seus lugares de destaque, a sua história oficial, as suas personagens heroicas, os seus valores tradicionais, arquitetônicos e monumentais. É a cidade apresentada como autêntica, aquela que tem valor turístico, que é mais vendável e apelativa para o mercado. “Do outro lado da linha”, pelo contrário, esconde-se a cidade que não é vista como suficientemente atrativa para ser mercantilizada. Escondem-se versões alternativas da história e da cultura da cidade, os elementos invisibilizados, afastados para a posição de interditos ou de esquecimentos.

Essas fronteiras entre o que deve ou não ser visto são flexíveis e não se dão apenas no plano discursivo de uma correta ou equivocada interpretação dos construtores oficiais da cidade, mas se constituem em níveis simbólicos, físicos e políticos. No primeiro, observa-se o resultado das representações e imagens propagadas sobre a cidade e aquelas que não são. No segundo, os espaços e lugares são selecionados e indicados como representativos da cidade em detrimento daqueles que a sugestão é não ir (ou que não valem a pena). No terceiro nível,

²¹⁹ A meu ver, há aqui relativa contemporização nessa distinção sugerida, que demonstra uma aposta da autora na reforma e possibilidade de melhoria econômica pelas quais as políticas de turismo são formadas, além de sublinhar uma crença em maior democratização dentro do escopo do mercado capitalista. Por essa última hipótese, que me parece se inscrever na argumentação de Gomes, é que proponho outra divisão, seguindo seus passos analíticos, mas diferindo radicalmente acerca da esperança de uma reforma por dentro do mercado, no *modus operandi* do Capital. Para mim, portanto, coexistem a “cidade real” (vivenciada pelos locais e distantes do turista) e a “cidade espetacularizada” (forjada para turistas e para as classes médias locais e segregadora para as camadas sociais que não são atraentes ao mercado).

a fronteira se dá pela própria área que pode gerar maior representatividade e prestígio aos políticos profissionais.

Contudo, em todos os casos suscitados, o que subjaz sob o espetacular paradigma da *criatividade urbana*, na construção de cidades turísticas, é a tendência transitiva das modernas técnicas de configuração do turismo para a efetiva emergência de *cidades criativas*. Isso quer dizer que o uso da política patrimonial e dos ícones arquitetônicos em prol da funcionalização do passado atraente tende a ser recomposto pelo domínio técnico de manipulação dos imaginários no e sob o tempo presente. A história sobre as urbes pode ser assim recontada de múltiplas maneiras, mas está no *domínio do hoje sobre o ontem* (e vice-versa) a *estratégia* constantemente acionada.

Nesse sentido, a noção de “geral” e “particular” são estreitamente reveladas, de tal modo que se torna possível analisarmos a semelhança potencialmente existente entre as distintas realidades das cidades. Para alguns autores (FORTUNA; BARREIRA *et al.*, 2013, p. 261), o argumento primordial é que “o efeito *proximidade intercidades* apenas estimula e amplia esta vontade de mudança de identidade e imagem²²⁰”.

De fato, diante das trocas e intercâmbios dos fluxos advindos das novas tecnologias e mobilidades de pessoas, há um relativo estreitamento que viabiliza assimilações, ao passo que potencializa as competitividades intercidades, a partir dos modelos de cidades, seus produtos imagéticos e suas formas de governança. Nessa ótica, dispara-se uma corrida concorrencial pela reinvenção de si, frente à semelhança e diferenciação do outro.

Para estes autores (FORTUNA; BARREIRA *et al.*, 2013), nesse bojo, a apropriação feita sobre o passado é fundamental, sobretudo quando levamos em conta as políticas de patrimonialização e suas revalorizações. Sob o pretexto da cultura local (re)valorizada, mediante evidenciação patrimonial e criação de novos ícones imagéticos do espaço, as cidades passam a angariar atribuições que classifiquem sinteticamente sua identificação particular. “Cidade verde”, “cidade da qualidade de vida”, “cidade histórica”, “cidade do conhecimento”, “cidade da alegria”, “cidade da diferença” são algumas das rotulações genéricas que, enunciadas pelas retóricas de *city marketing*, constroem singularidades do local projetado. Por sua vez, os *empreendedores urbanos* (HARVEY, 2005) e *decisores políticos*

²²⁰ O trabalho tecido por estes autores toma como referência empírica específica os casos das políticas de revalorizações patrimonialistas em Coimbra-Portugal e Fortaleza-CE. A proposta não é em si analisá-las mediante o desenvolvimento de uma metodologia comparativa, propriamente dita, mas pelo *efeito proximidade intercidades*, problematizar suas estratégias de revalorização, tomando como mecanismo primordial o uso do passado. Assim, a razão do esforço interpretativo está tanto naquilo que distanciam as realidades elencadas, quanto no que fazem elas se aproximarem.

(FORTUNA; BARREIRA *et al.*, 2013) esperam que, com estas classificações obtidas, as cidades possam posicionar-se entre os territórios privilegiados para investimentos financeiros, ainda que boa parte destes seja de caráter especulativo.

Nessa esteira, a produção da imagem da cidade não pode ser exclusivamente voltada para apreciação exógena. A *endogeneização da imagem construída* (FORTUNA; BARREIRA; *et al.*, 2013) já é apontada como condição crucial ao sucesso da diferenciação turística e formação de uma cidade apta para investimentos. Trata-se da percepção que paira entre alguns consultores, desde o caso de Barcelona, nos Jogos Olímpicos de 1992, a despeito da importância de formação de uma unidade pautada na legitimação da população local. Entretanto, essa espécie de *cidade pátria* (VAINER, 2009) forjada tende a conferir desdobramentos nas próprias características vitais do espaço público, enquanto instância plural não só da diversidade, mas do dissenso.

De acordo com essa perspectiva, analisamos que a história funcionalizada de Salvador se dá mediante uma espécie de *presente flexível das cidades* (FORTUNA; BARREIRA *et al.*, 2013). Não obstante, essa condição, sob a qual se inscreve a produção de sua imagem de consumo oficial, gera algumas ambiguidades, entre o reflexivo exercício de “conservar para ser moderno e modernizar para ser antigo”. Essa ambivalência acaba por dissolver a lógica linear de início-meio-fim, pois o que passa a ocorrer é um presente flexibilizado na apropriação do que supõe ter sido a cidade e do que se vislumbra que ela seja. Sobre isso, asseveram os autores (FORTUNA; BARREIRA *et al.*, 2013, p. 264):

Nessa interpretação de desígnios, as cidades conseguem apresentar-se como sendo centro e periferia de si mesmas, o que equivale a um desdobramento de sentidos do passado que autoriza que sejam capazes de preservar memórias locais como forma de se tornarem modernas e, concomitantemente, atualizem e tornem mais estilizadas as suas referências ao passado – tanto os mitos como os espaços antigos – como forma de poderem certificar um dado sentido de antiguidade.

Não se trata, portanto, de argumentar que a velocidade das mudanças urbanas e tecnológicas dissolvem a história e o passado das cidades, mas que ancoradas nesse uso ambíguo, o que se observa é um *déficit* de propostas concretas para o futuro.

A *tradicionalização* ou *destradicionalização*²²¹ que se forja sobre as imagens urbanas são percebidas de modo fluido e menos fixo do que as categorias modernizantes nos sugerem.

²²¹ No primeiro, sugere-se o processo sob o qual a caracterização imagética da ideia de passado e tradição é utilizada como mecanismo de potencialização da imagem de consumo. Já com o segundo processo, o mesmo fim

Em acordo com Fortuna; Barreira *et al.* (2013), seguimos a apropriação feita sobre a noção de “porosidade” de Walter Benjamin e Asja Lacis (1978), de modo que possamos elucidar as estratégias da produção imagética das cidades.

Quando a ação está mais fundada no esforço de modernizar a tradição, qualifica-se como *estratégia soft*. Já quando se trata do caso de se tradicionalizar a modernidade ou o momento contemporâneo, denomina-se *estratégia hard*. No primeiro caso, há um domínio do presente sobre o passado recuperado, que gera uma tendência plástica das narrativas mais abstratas sobre a memória recuperada. Assim, o passado é funcionalizado mediante imaginários adequados a uma lógica de consumo entre os residentes e visitantes da cidade:

Esta linha *soft* de relação com a história e o passado encontra-se, em regra, associada aos patrimônios culturais imateriais e intangíveis que, no ato do seu tombamento ou reconhecimento público, são declarados sujeitos aos usos mais ou menos criativos dos seus atuais fiéis depositários: as cidades (FORTUNA; BARREIRA *et al.*, 2013, p. 268).

No outro caso, volta-se predominantemente para as dimensões concretas do consumo contemplativo de um presente subordinado ao poder do passado. Essa soberania do passado sobre o presente produz atrofiamentos sobre a concretude de projetos futuros para as cidades, tal qual a lógica do consumo enfatizado pela intervenção *soft*. Assim,

A estratégia *hard* respeita, em regra, aos patrimônios materiais e edificados. A noção que temos de ruína, de monumento ou de museu configura, em larga escala, muitos destes vestígios preservados da cidade antiga. No entanto, à semelhança das possíveis ambiguidades do perfil *soft*, é possível, também aqui, pensar sobre alguns elementos da materialidade urbana edificada que, sendo modernos na sua natureza, acabam por ser revestidos de sinais *hard* em obediência à estratégia dominante de valorização do imaginário histórico da cidade que, em grande parte, se efetiva por meio da instituição de narrativas que integram o mercado turístico (Barreira, 2009) (FORTUNA; BARREIRA *et al.*, 2013, p. 269).

De fato, em ambos os casos, a imagem enunciada é própria ao consumo e à positivação da cidade entre os processos de competição interurbana. Em Salvador, no contexto delimitado desta pesquisa, a reinvenção da imagem de consumo se deu pelo *encontro com o passado* produzido espetacularmente, de modo *poroso*, em dimensões abstratas e concretas. Assim, por um lado, é possível considerarmos o uso da estratégia do tipo *hard* quando se retoma a reivindicação do protagonismo colonial de “primeira capital do

é pretendido mediante a caracterização imagética da ideia de presente e futuro, amparado em ideários tecnológicos e desenvolvimentistas.

Brasil”, além das famigeradas atribuições de “terra da felicidade” e “lugar da alegria”. Nesse caso, as materializações ficam concentradas nos diversos projetos de requalificação do Centro Histórico da cidade, notadamente no midiaticizado Pelourinho, considerado patrimônio material arquitetônico pelo IPHAN e patrimônio da humanidade pela UNESCO²²².

Por outro lado, também coexistiu a estratégia *soft* quando observamos as intervenções urbanas de criação da Barra e toda extensão litorânea da cidade alta, inclusive com a recente requalificação da Orla, que racionalizou e higienizou o uso do espaço, provocando a expulsão de dezenas de ambulantes que atuavam nas praias e proximidades. A instalação de câmeras e a implantação permanente de uma unidade móvel da Polícia Militar na área também pode ser configurada como uma medida modernizante que, em face da antiga imagem de “cidade com vocação turística”, enfim, agora apresenta medidas “objetivas” que se assemelham às supostas ações disciplinares dos corpos e dos usos, dissimuladas pelo pretexto sanitarista e polissêmico da “insegurança urbana” (ver **Figuras 50 e 51**).

Figura 50 – Unidade Móvel da Polícia Militar – Requalificação do Porto da Barra/Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

²²² É válido lembrar, conforme sublinham Lanna e Rubino (2013), que as linhas patrimoniais estabelecidas por esses órgãos estiveram centralmente imbricadas com o próprio processo político-histórico de formação da “identidade nacional” brasileira. Segundo argumentam as autoras, o esforço de Michel Parent (1916-209), perito enviado pela UNESCO ao Brasil, na ocasião da chamada Missão Francesa, foi justamente deslocar a lógica patrimonial que dava evidência a uma particularidade nacional local para projetá-la no âmbito internacional, enquanto mercadoria cultural de valor universal.

Figura 51 – Avenida Oceânica –Requalificação da Barra/Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

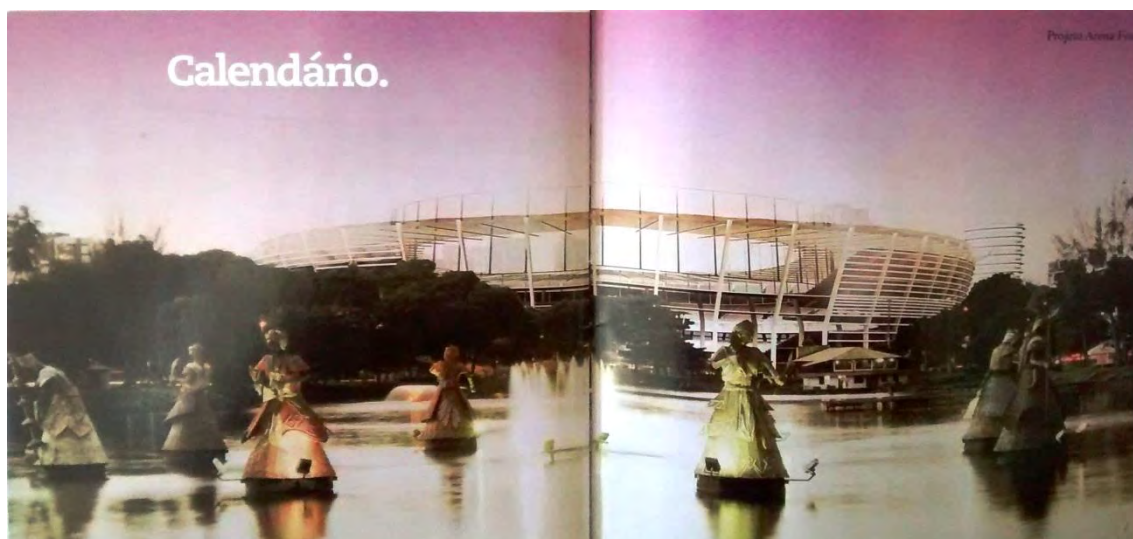
Para além da *Zona Litorânea*, na *Zona Arena Fonte Nova* o passado também faz com que o presente da cidade de Salvador se flexibilize. A construção do estádio como Arena, seguindo as exigências de inovações tecnológicas estabelecidas pela FIFA, mistura-se com o entorno do Dique de Tororó. Sobretudo no contexto dos megaeventos, os usos na Arena ficaram excepcionalmente estabelecidos pelo “Código de conduta do torcedor” das Copas, enquanto no Dique mantinha-se o tradicional espaço destinado ao passeio por residentes e visitantes, em face do pequeno lago e das imagens monumentais dos Orixás.

Na Arena Fonte Nova se refletiam as medidas mais modernas de controle e racionalidade, aplicadas sob a égide da segurança (supostamente) imprescindível para tempos de atentados terroristas iminentes. Esse mesmo conceito de “segurança”, entretanto, não se aplicou à inversão que se instituiu sobre o consumo de bebidas alcoólicas dentro do estádio. Com esta medida, o instituído Estatuto do Torcedor do Brasil foi solapado através da legislação de exceção, construída para atender aos interesses da FIFA e aos seus oficiais patrocinadores.

No Dique de Tororó, as imagens dos Orixás (que fazem evidente referência ao legado religioso de matriz africana que a cidade recebeu ao longo de sua formação de mais de cinco

séculos) não foram alteradas (ainda que tenha se especulado contra sua presença). As construções, com cerca de 5 metros de altura, acabaram sendo refuncionalizadas em virtude da recomposição imagética da cidade, tendo sua decoração estetizada, com a retomada das fontes luminosas ao seu redor (ver **Figura 52**).

Figura 52 – Projeto Arena Fonte Nova – Dique do Tororó/Salvador-BA.



FONTE: SETUR; BAHIA TURSA, 2012.

As paisagens, nesse caso, se hibridizam, enunciando *porosamente* as estreitas relações entre as estratégias *hard* e *soft*, que a cidade tem utilizado na promoção de sua imagem de consumo. A tradicionalização da modernidade e a modernização da tradição acabaram, por fim, sendo sintetizadas na aguçada técnica criativa utilizada pelo *city marketing* operacionalizado pelo poder público municipal, sob a marca da “diferença”. Não se trata apenas de enunciar-se como “diferente”, prática inclusive comumente objetivada pelos governos locais, mas de qualificar a “diferença” através da mascarada forma de valorização da experiência subjetivada, por isso, escreveram o *slogan* “*Salvador, você sente que é diferente*” (ver **Figura 53**).

Figura 53 – Outdoor Logomarca da cidade de Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Essa hibridização temporal vislumbra construir narrativas convenientes à retórica da preservação e revalorização cultural, como se tudo fosse desenvolvido numa trama coerente, com início, meio e fim. Por essa razão, a meu ver, o que pode ser percebido positivamente como possibilidade de formação de uma *cultura híbrida* (CANCLINI, 1997) – no que tange à produção cultural ofertada na cidade – potencializa a percepção mais crítica, a despeito da história retratada pela destituição de contradições e conflitos. É válido lembrarmos aqui, em contrapartida as apreciações passivas das misturas entre culturas diferentes, que o “híbrido” caracteriza o estilo eclético presente em algumas intervenções pós-modernas, enquanto forma que oculta as discrepâncias de poder entre os distintos saberes culturais (JAMESON, 1997; 2006).

Essa contrapartida é, por assim dizer, a minha maior ressalva à interpretação que pode depreender-se da noção de *cultura híbrida* de Nestor García Canclini. Contudo, essa percepção sobre o engendramento do poder nas relações culturais fica mais evidentemente aguçada quando este autor analisa especialmente as políticas de patrimonialização. Na articulação entre o novo e o velho, Canclini assinala que o real e o simulado são também algumas das características que o patrimônio representado busca elaborar. Ao tomar empiricamente o caso da cultura do México, Canclini assinala que a representação museógrafa retrata a formação de uma legitimação da identidade nacional mexicana. A *diferença*, apresentada no Museu Nacional de Antropologia, tem que ser capaz de identificar e estranhar, na medida em que atrai para consumir. Trata-se de rituais de “metabolização do outro”, conforme afirma ele, em alusão a Pietro Bellasi (1985). Nesse sentido, é possível pensar na evidenciação das diferenças da cidade de Salvador e suas caracterizações voltadas para o consumo.

Entre o familiar e o estranho, a ritualização funciona como uma espécie de dispositivo de neutralização dos conflitos inscritos nas diferenças sociais:

A história de todas as sociedades mostra os ritos como dispositivos para neutralizar a heterogeneidade, reproduzir autoritariamente a ordem e as diferenças sociais. O rito se distingue de outras práticas porque não é discutido, não pode ser mudado nem realizado pela metade. É realizado, e então ratificamos nossa participação em uma ordem, ou é transgredido e ficamos excluídos, de fora da comunidade e da comunhão (CANCLINI, 1997, p. 192).

O diferente ritualizado é, de certa forma, estetizado pela síntese imagética instituída na cultura reinventada do consumo das cidades. Tal como ocorre no funcionamento das narrativas de patrimonialização, a enunciação produzida sobre a cidade, *a priori*, não busca construir mero estranhamento, nem padronização. A marca “*Salvador, você sente que é diferente*” é assim representativa para entendermos como a lógica que pauta a reinvenção da imagem ocorre pela diferença reconhecida em cada potencial visitante-consumidor. Trata-se de uma metalinguagem dissimulada pela aferição subjetiva, como se as múltiplas experiências vivenciadas na cidade coubessem na terminologia *estratégica da diferença*.

V.2. “Empreendedores urbanos” e “moradores”: Imagem e Imagens da Cidade

A cidade contemporânea torna-se um labirinto de imagens. Ela se dá uma grafia própria, diurna e noturna, que dispõe um vocabulário de imagens sobre um novo espaço de escritura. Uma paisagem de cartazes organiza nossa realidade. É uma linguagem mural com o repertório das suas felicidades próximas. Esconde os edifícios onde o trabalho foi encerrado, cobre os universos fechados do cotidiano; instala artificios que seguem os trajetos da faina para lhes justapor os momentos sucessivos do prazer. Uma cidade que constitui um verdadeiro “museu imaginário” forma o contraponto da cidade ao trabalho (CERTEAU, 2011, p. 46).

De fato, não nos parece aqui tratar-se de uma especificidade da capital baiana. Antes, a *produção imagética de labirintos* que se assenta como lógica das gestões urbanas contemporâneas diz respeito muito mais a uma das características centrais das cidades, inscritas no processo de *concorrência intercidades* (FORTUNA, 1997) e *competição interurbana* (HARVEY, 1994). Mediante especulativos projetos urbanísticos e enfáticos apelos publicitários, forjam-se imaginários comuns anunciados com os atributos da diversidade condensada.

A singularidade construída não descarta simplesmente o vasto conjunto existente das práticas e costumes locais, mas seleciona-os à maneira conveniente de seu restrito conceito *criativo*, informando, pela presença domesticada, o que serve na promoção espetacularizada de uma cidade oficialmente engendrada para o consumo turístico e capitulação de investimentos financeiros. Nesse sentido, a marca empreendedora que objetiva situar a cidade de Salvador no *hall* da produção urbana capitalista corresponde mais adequadamente ao objeto prático das ações daqueles que denominamos aqui como *empreendedores urbanos*, “*construtores*” *oficiais da cidade*. Por um lado, as expressões são utilizadas como uma tentativa de conceder um termo que destaque a importância no ordenamento urbano do poder político profissional, dos agentes privados de mercado (como empresas e associações especialmente vinculadas ao turismo e mercado imobiliário), das organizações multilaterais de financiamento e de agentes paraestatais (como a FIFA e o COI). Por outro, ela é também capciosamente apropriada como forma crítica, que objetiva *revelar* que em face da produção consensual da imagem atrativa de uma cidade, existe uma vastidão de atores sociais não considerados, nos quais, por nossa própria limitação analítica, circunscrevemos aqui apenas como “moradores”.

O que resulta dessa equação não é um produto mais ou menos completo do que é ou deveria ser a cidade, mas a assertiva de que através da lógica de produção espetacular se edificam tanto imagens apropriadas por *construtores oficiais*, quanto pelas refratárias reapropriações dos demais *atores ordinários* da cidade. Ainda que reconheçamos que o que se narra no primeiro caso possa encontrar legitimidade em algumas camadas da população local, interessa-nos de fato analisar a lógica que engendra a recomposição imagética em face oposta e/ou complementar dos mecanismos que circunscrevem as outras configurações de imagem da cidade.

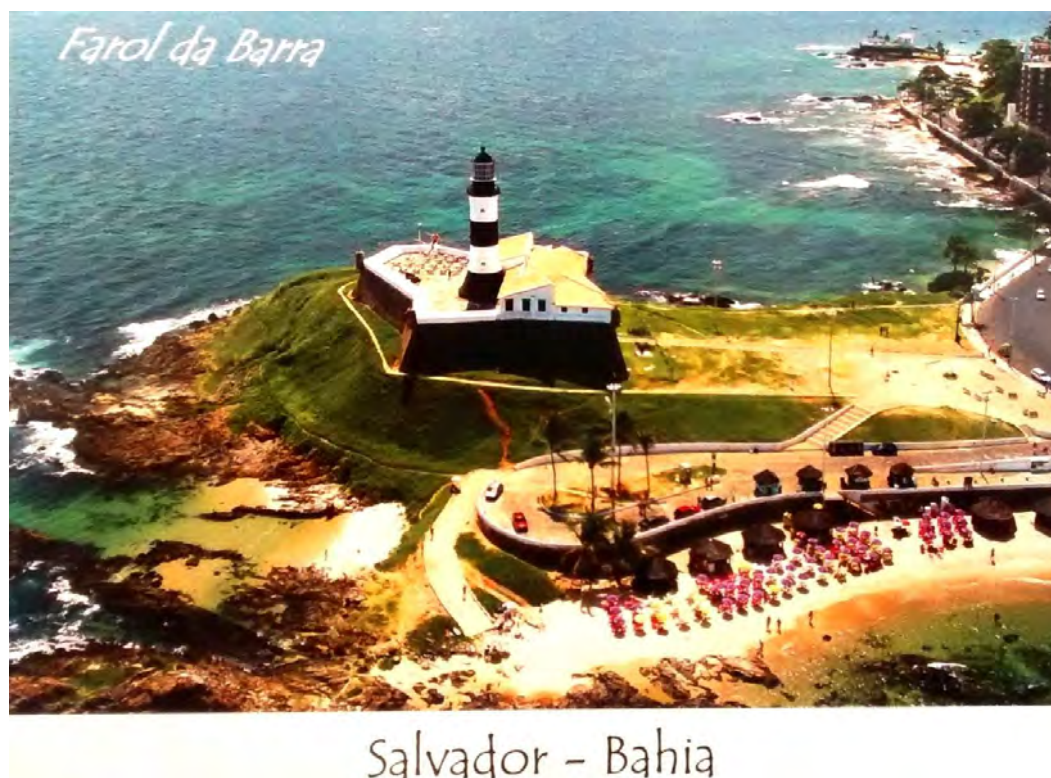
Portanto, retomamos aqui o princípio básico da investigação deste trabalho, que é pensar a dimensão da produção urbana através de uma *perspectiva plural*. O que, considerando tudo que até o momento afirmamos, não corresponde à interpretação complacente da condensação das desiguais apreensões e condições de vida urbana existentes em uma passiva afirmação de “multiplicidade”. Trata-se, muito pelo contrário, de problematizar suas lógicas, entre os empreendimentos capitalistas e as sobrevivências marginais. Partes no todo e vice-versa. Esta é a base sob a qual reafirmamos o olhar epistêmico e metodologicamente *plural* sobre as cidades. Asseveram assim Fortuna e Leite (2009, p. 8):

Plural de cidade são as cidades que existem dentro da cidade. Não é um conjunto diverso de cidades, nem uma questão de geografia. Plural de cidade são os territórios díspares que fazem a cidade, as políticas sócio-urbanas e a sua ausência, o atropelo aos direitos e às paisagens de privilégio, as formas de segregação e a ostentação, a cultura, a saúde, o emprego, o dinheiro, o futuro e, ao mesmo tempo, a falta de todos eles.

Nesse âmbito, não é difícil concordarmos que há mais do que *mais do mesmo* na capital *vocacionada* ao consumo turístico. A produção imagética de espaço privilegiado para visitação “praia e Sol” se relacionou historicamente com os atributos de lazer e entretenimento vinculados às festividades em Salvador. A partir dos anos 2000, apesar do fortalecimento do São João, a festa de Carnaval continuou a ser o principal ícone da “alegria” e “felicidade” baiana. Assim, especialmente no contexto de preparação e realização dos megaeventos esportivos, observamos que a imagem de consumo da cidade foi oficialmente reinventada pelos *empreendedores urbanos*. A articulação entre poder público municipal, estadual e federal se consolidou com a significativa participação de agentes privados, organismos multilaterais e agentes paraestatais.

Com efeito, ainda que as logomarcas anunciadas pudessem se distinguir em virtude do registro das diferentes gestões públicas e autoria privada, a lógica que engendrou a enunciação imagética da capital baiana foi igualmente marcada pela espetacularização urbana. Nesse processo, notadamente expresso na passagem do século XX para o XXI, as paisagens postais de praia, Sol e alguns ícones arquitetônicos, como Elevador Lacerda, Mercado Modelo, Pelourinho e Farol da Barra se misturaram a outros elementos da cultura local, como a capoeira, o ofício das baianas de acarajé, os blocos afro e toda a objetivação extraída das manifestações influenciadas pela cultura de matriz africana (ver **Figura 54**).

Figura 54 – Cartão-postal Farol da Barra/Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Roberto Costa Pinto (ADAPTADA).

O cartão-postal é utilizado aqui como dado de análise pertinente à pesquisa urbana. Conforme sugere Irllys Barreira (2013b), para além dos primeiros intuitos vinculados ao surgimento dos postais²²³, na contemporaneidade é possível discutirmos esses registros como forma alegórica de espaços urbanos e culturas mercantilizáveis. Nessa esteira, nos interessa as variações de estética e narrativa visual que são seletivamente destacadas em cada postal (ver **Figuras 55 a 62**).

²²³ A princípio, os postais foram utilizados como meio de correspondência e comunicação à distância. Os primeiros materiais portadores dessa função tradicional surgiram no século XIX, quando militares em combates tentavam estabelecer contato com seus parentes. Aos poucos, a prática dos postais passou a significar registros emblemáticos de identificação urbana. (BARREIRA, I., 2013b).

Figura 55 – Cartão-postal Praias de Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr (ADAPTADA).

Figura 56 – Cartão-postal Porto da Barra/Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr (ADAPTADA).

Figura 57 – Cartão-postal Carnaval de Salvador-BA.



Salvador – Bahia

FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr (ADAPTADA).

Figura 58 – Cartão-postal Imagens do Bonfim - Crenças religiosas/Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr (ADAPTADA).

Figura 59 – Cartão-postal Patrimônio Cultural e Histórico/Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr / (ADAPTADA).

Figura 60 – Cartão-postal Roda de Capoeira/Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr (ADAPTADA).

Figura 61– Cartão-postal Cultura, História e Patrimônio/Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr (ADAPTADA).

Figura 62 – Cartão-postal Cultura, História e Patrimônio II/Salvador-BA.



FONTE: PAU BRASILIS (s.d.), fotógrafo Christian Fehr (ADAPTADA).

O tempo passado e o presente acabam sendo objetivados de maneira sintética nas imagens dos postais. Neles, as cidades são aproximadas do imaginário destinado e idealizado para o consumo de visitantes, mas também de moradores locais, na medida em que os retratos representados possam aludir a alguma valorização da cultura local. Nessa perspectiva, a existência de cartões-postais, por si só, faz com que suponhamos que a cidade retratada tem relevância entre as demais, enunciando, analogamente às grandes metrópoles mundiais, traços representativos de seus espaços.

Segundo assinala I. Barreira (2013b), de modo imediato, os cartões-postais parecem convergir com a máxima proverbial de que “uma imagem vale mais que mil palavras”, pois funcionando como sínteses edificadas da totalidade urbana, eles remetem para imaginários pretensamente coletivos do que foi e é a cidade. Todavia, a constituição dessa narrativa não textualizada explicitamente se mostra na composição de seus recursos fotográficos e artísticos. A visualidade impressa é também por isso uma construção específica de significados, ainda que isso não fique claramente dito. Conforme assevera a autora (BARREIRA, I., 2013b), precisamos reconhecer que o postal é um texto-imagem a ser decifrado. Ele não está dado, assim como também não está meramente aberto para qualquer interpretação. A variação entre a representação panorâmica ou focal da imagem retratada, assim como aquilo que se retrata, presença ou não de colorido, pessoas e/ou objetos, são alguns dos elementos que ajudam a compreender sociologicamente a enunciação imagética da cidade através dos cartões-postais.

A seleção que fizemos pretende demonstrar como o retrato imagético exposto varia da representação geográfica, do relevo natural da cidade (turismo “praia e Sol”) até a valoração das práticas culturais, ofícios e expressões étnicas da negritude estetizada e “feliz”, própria ao produto “baianidade”. Assim, os postais tendem a expressar os usos e não os *contra-usos* (LEITE, 2007) pretendidos e/ou existentes na cidade. Eles demarcam o “clima”, o “lazer”, a “história”, o “patrimônio”, a “cultura” e a “alegria”, em um conjunto convenientemente articulado a fim de se positivar a *imagem-síntese* (SÁNCHEZ, 2001) da capital baiana. A positivação imagética se opõe às tensões e conflitos possivelmente existentes na cidade. Por isso também, a nosso ver, ela reflete soberanamente a imagem dos *empreendedores urbanos*, os *construtores oficiais*.

Trata-se de emblemas de uma configuração unitária da cidade idealizada por esses agentes, numa esfera de representação que sucumbe aos retratos das conflitividades urbanas. Nessa perspectiva, os postais exibem a imbricada relação entre o turismo moderno e o

consumo imagético produzidos simbolicamente na cidade. Isso não quer dizer que não exista outra possibilidade funcional atribuída aos postais, mas que, no que tange à produção, de fato, parece-nos que o papel de demarcação positiva da imagem de consumo da cidade é soberano. Nessa ótica, I. Barreira (2013b, p. 171) afirma que

Os postais traduzem as narrativas da cidade em imagens, apresentando versões sobre a vida urbana e os imaginários próprios de cada contexto histórico. Os registros visuais explicitam modos de apresentação da urbe para “outros”, caracterizando-se pela afirmação permanente de símbolos e lugares que supostamente exprimem a “identidade” do espaço urbano. Os postais podem, assim, ser considerados como afirmação de visões de mundo, valorizando ao mesmo tempo espaços urbanos e definindo marcas de atração para os visitantes. Constituem, portanto, uma espécie de alegorias remissivas à transição entre a cidade apresentada e a cidade vivida. Ao mesmo tempo que as imagens suscitam a curiosidade, necessitam informar e dar referências à imaginação. Nem por isso deixam de guardar a reminiscência do apelo ao fantástico, presente nos recortes luminosos, acentuados propositadamente em cenários coloridos. As narrativas baseadas na imagem são também fonte de orgulho para moradores das urbes, que se contentam em difundir representações positivas da “sua cidade”.

Dessa maneira, os postais que apresentamos podem ser interpretados como correspondentes à marca oficial do consumo da cidade de Salvador. Nessa perspectiva, própria aos “construtores oficiais”, os retratos configuram enunciações projetadas *para fora*, mas também apelam *para dentro*, na medida em que tecem a possibilidade da identificação, sobretudo personalizada na estética dos negros, historicamente excluídos de toda relação valorativa no mercado e na política local.

Todavia, ainda que se configure como um *estratégico* recurso convidativo à formação de uma identidade local, a imagem da *diferença* retratada pelas baianas e rodas de capoeira não deixam de imprimir um deslocamento da experiência ordinariamente vivenciada para aquela idealmente projetada. Nesse sentido, não está simplesmente dado quem são os “de fora” e os “de dentro”. Na esteira interpretativa sugerida por Antônio Arantes (2013), podemos entender a estratégia da configuração da imagem de consumo da capital baiana a partir da simulação que as narrativas oficiais forjam sobre os *lugares*.

De acordo com essa concepção, os sentidos e práticas dos sujeitos transitam da noção de “espaço” para a categoria de *lugar*. Isso quer dizer que interessa perceber não só como se constitui o “sentimento de pertença”, mas também como este se espacializa. O indivíduo é qualificado mediante seu pertencimento e sua situação sociossimbólica, isto é, “*Pertencer a e estar situado em*”. Trata-se, por um lado, de uma identificação que desemboca na legitimidade (reconhecimento) e compartilhamento. Por outro, suscita pensarmos nas

problemáticas contrastantes do que significaria estar “fora do lugar”, considerando os desdobramentos das estigmatizações e fronteiras simbólicas.

Quanto ao último aspecto, a noção de *diferença* como demarcação de poder (opressão e resistência), mas também de valor cultural objetivado na constituição das novas imagens de consumo das cidades contemporâneas, toma ainda mais relevância. No caso da cidade de Salvador, por exemplo, a expressividade da “diferença” é (re)apropriada não só por um questionável sentido de *mudança* (no que diz respeito à famigerada retórica da “revalorização da cultura local”), como também se torna contraditória quando repensada em analogia a algumas apreensões iniciais.

Sob essa perspectiva, a noção de “negritude” é bastante emblemática, pois transita de um conjunto de pautas reivindicada pelos movimentos negros até ser incorporada, a partir dos anos de 1980, pela Bahiatursa, sendo retomada no contexto dos megaeventos da FIFA, pelos agentes *construtores* da imagem de consumo *oficial* da cidade. Isso quer dizer que ela passa a ser reificada como marca espetacularizada de Salvador.

Aqui não estou a argumentar em defesa de uma autenticidade ou originalidade do termo, mas apenas evidenciando como o reconhecimento da *diferença*, não sendo em si um processo social estático ou fixo, torna-se suscetível de mudança e rejeição. Conforme afirma o próprio Arantes, A. (2013), o reconhecimento do *outro* implica a consideração sobre seu direito à mudança e reinvenção, inclusive das tradições. Todavia, há algo distinto entre conceber a prática e os atores culturais como dinâmicos e ter na “diferença” a cena objetivada da *espetacularização urbana* (DEBORD, 1997; LEITE, 2010). Por isso, o que propomos ser importante observar é como se dá a evidenciação, os usos e a dinâmica das relações de produção/consumo a respeito daquilo que se enuncia como *não igual*.

Nesse aspecto, a contribuição dada pelo antropólogo Osmundo Pinho (2010) é significativa. Para o autor, a reinvenção de identidades afrodescendentes em Salvador ocorre por duas vias, a saber: I- Representação da cidade e dos seus lugares levada a cabo por agentes determinados como os blocos afro; II- Ocupação dos espaços e sua resignificação através de práticas performáticas, tais como o Carnaval, a terça das bênçãos, entre outras. Poderíamos ainda acrescentar a atuação das baianas de acarajé e de certos grupos de capoeira, que passam a configurar determinada *representação da cidade* e dos seus lugares, mediante *usos performáticos* que acabam por, ainda que perversamente, consolidar a *imagem oficial de consumo* da capital baiana. Em ambas as vias, o que reside é uma imbricada relação entre os atores e os espaços, razão pela qual temos lido as intervenções urbano/culturais através das

duas dimensões correlatas da imagem da cidade. Isso quer dizer que as intervenções espetaculares nos espaços urbanos se vinculam com as construções de imaginários positivados sobre as urbes, como um fluxo de *mão dupla* que segue na mesma direção.

No âmbito das crenças religiosas ou nos costumes, antes exóticos e considerados “sujos” (ARAÚJO, 2006), hoje docilizados na forma consumível do mercado turístico e concorrencial interurbano, por investimentos financeiros, a imagem de Salvador foi engendrada oficialmente pela mediação da experiência convidativa do visitante em face daquilo que localmente faz-se crer estar sendo “revalorizado”.

O projeto de suposta “revalorização” nos permite entender que subjaz duas questões inerentes à ação oficialmente empreendida. A primeira é que tudo que se produz culturalmente na localidade tem seu valor. A segunda alude ao fato de que este valor próprio do *lugar* tem sido pouco reconhecido pelas autoridades públicas e empresariais da cidade. Nesse aspecto, parece se justificar todo e qualquer conjunto de excepcionalidades construídas para que o que há de “melhor” na capital baiana seja em si legitimado, isto é, “revalorizado”. O positivo esforço, extraordinariamente edificado, corresponde a uma espécie de resposta “eficiente” que os gestores locais apresentam para a população local, mas sobretudo para os organismos paraestatais e agentes de financiamento estrangeiro. Na medida em que a cidade foi escolhida para sediar as Copas da FIFA, a *sensação de crise*, comumente construída, foi substituída por um conjunto de políticas urbano/culturais voltadas para enunciação de uma imagem de cidade *atraente e criativa* (DELGADO, 2007; ARANTES, 2009; MARICATO, 2009; VAINER, 2009; FERREIRA, 2010; BESSA; ÁLVARES, 2014). A *criatividade* aqui consistiu justamente nos próprios termos sob os quais Salvador passou a ser gerida. Descartam-se os tradicionais *planos urbanos* em virtude dos famigerados *planejamentos estratégicos*, e assim sendo, ao menos sob a ótica oficial, a heterogeneidade e desigualdade baiana vão se tornando o produto unificado da nova *baianidade e diferença*.

Essa produção se dá desde a preparação enunciada nos primeiros programas *estratégicos*, onde o compromisso das autoridades públicas locais para com a realização do megaevento esportivo misturava-se com a enunciação de seu potencial empreendedor, destacado notadamente pelas narrativas que aludiam a uma romantização geográfica e naturalização positiva da cultura local (ver **Figuras 63 e 64**).

Figura 63 – Projeção da produção espetacular – “Natureza” em destaque, com o tema: “Bahia Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. A Bahia vai fazer bonito”.



FONTE: SECOPA, s.d..

Figura 64- Projeção da produção espetacular – “Cultura” em destaque, com o tema: “Bahia Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. A Bahia vai fazer bonito”.



FONTE: SECOPA, s.d.

A publicidade, nesse caso específico, tem autoria da SECOPA, que, como agente estatal, confere a representação do Estado da Bahia à imagem aérea da cidade de Salvador. Subjaz também a noção da natureza, potencialmente elaborada para o espetáculo, conforme explicita a narrativa prometida da produção positivada do território baiano: “*Bahia é bonita por natureza. Imagine como vai ficar com tanta produção*” (SECOPA, s.d.).

Em outro trecho do referido material publicitário, a construção se volta para a função de *cidade-pátria* (VAINER, 2009), enaltecendo um saber cultural e estilo de vida próprio do “baiano”. O texto, nesse caso, concilia-se com a síntese imagética projetada ao negro estetizado por adereços considerados de estilo “afro”, acompanhado da sutil standardização do tambor que leva o emblema do grupo Olodum. A suposta receptividade baiana, qualificada como “alegre”, reincide sobre a “cultura da felicidade” recomposta na *imagem de consumo reinventada* de Salvador. A figura do jogo de futebol, expressão cultural comum ao megaevento da FIFA, vincula-se àquilo que se sugere como próprio do local (ver **Figura 65**).

Figura 65- Projeção da produção espetacular – Narrando *cidade-pátria*, com o tema: “Bahia Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. A Bahia vai fazer bonito”.



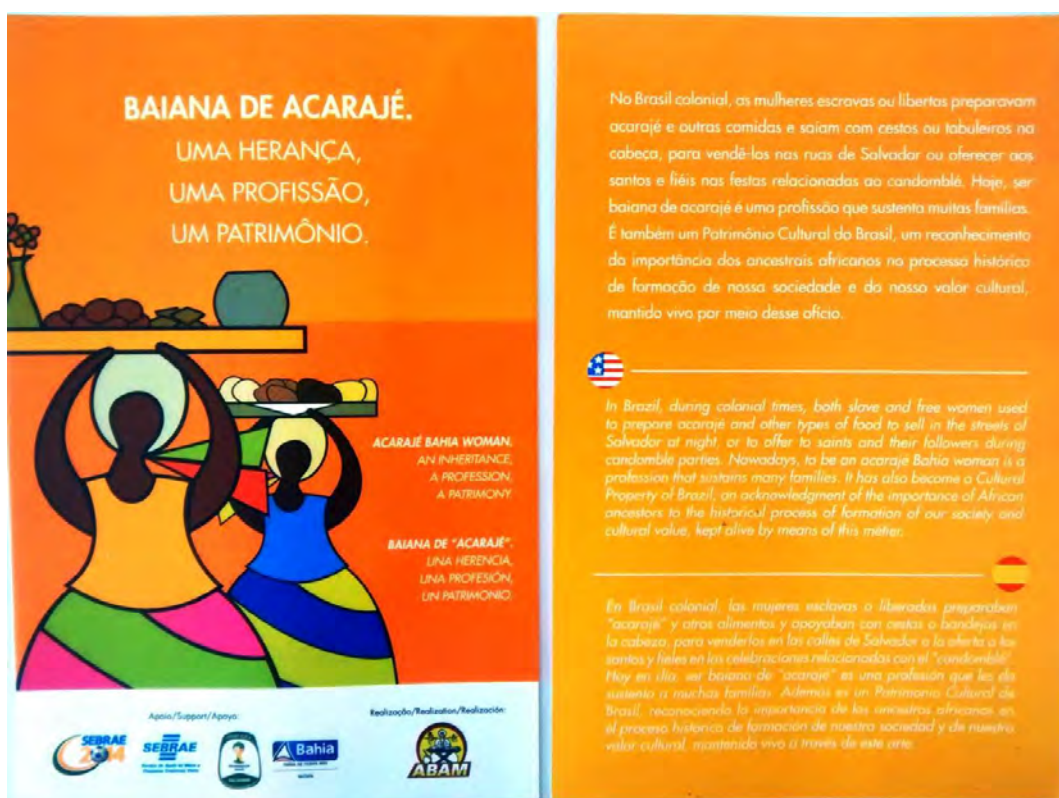
FONTE: SECOPA, s.d.

Nessa perspectiva, tanto a performance dos capoeiristas, quanto a da baiana, expressam como a suposta “revalorização” da cultura local corresponde ao empreendedor intuito turístico da cidade espetacularizada. Tanto o Ofício das Baianas de Acarajé, quanto a

Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira já eram reconhecidos como patrimônio cultural imaterial brasileiro, segundo registro do IPHAN. Vale destacar ainda que, no final de 2014, esta última prática cultural, difundida em várias localidades do Brasil, foi também reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, segundo registro da UNESCO²²⁴.

Conforme já discutimos, com a chancela patrimonial, potencializa-se a apropriação em favor da construção positiva das imagens de consumo das cidades. Portanto, não é fortuito que o Ofício das Baianas tenha sido utilizado nas ações e programas de promoção urbana durante o contexto das Copas (ver **Figura 66**).

Figura 66- Panfleto Baiana de Acarajé –Salvador-BA.



FONTE: ABAM, 2014.

Por vezes, a promoção pode ter autoria dos próprios praticantes culturais. No entanto, como já sublinhamos, interessa especialmente observar como os agentes *construtores* fomentam e se apropriam desses projetos de salvaguarda e valorização cultural. Para tanto,

²²⁴ O título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO) concedido à Roda de Capoeira e aos Ofícios dos Mestres de Capoeira ocorreu em 26/11/2014, após votação durante a 9ª sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticiasdestaques//asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1230742>. Acessado em 08/02/2015.

consideramos que essas expressões são projetadas em um fluxo dinâmico coexistente, entre as *estratégias* dos construtores e as *táticas* (CERTEAU, 1998) dos praticantes e moradores locais. Nessa coexistência pouco há de harmônico entre as ações dos diferentes atores que vivem e pensam a cidade. No caso das próprias baianas de acarajé, é bastante sintomática a forma como sua atividade de venda durante os jogos das Copas chegou a ser ameaçada, tendo em vista o amparo criado na Lei Geral da Copa. Ainda que, no final das contas, a exceção legislativa tenha sido negociada entre a FIFA, o poder público local e as baianas, através da ABAM, é válido lembrarmos que apenas um número limitado de baianas pôde trabalhar dentro da área destinada ao controle exclusivo de comercialização da FIFA.

Segundo assinala Leite (2008; 2010), a patrimonialização tende a constituir-se como componente das intervenções urbanas contemporâneas, seja pela *espetacularização da cultura*, *monumentalização urbana* ou *enobrecimento urbano*. Nesse sentido, com o intuito de recompor a cidade para a atração turística e competição interurbana, exercita-se uma perversa prática seletiva dos atores, performances e espaços a serem valorizados, em detrimento de todo o restante da vida urbana local. Para o autor (LEITE, 2008, p. 181), “transformadas em mercadoria, essas cidades ‘revitalizadas’ adentram o circuito do chamado *city marketing* e promovem um aguçado processo de exclusão sócio espacial que tem criado nichos urbanos com elevado grau de disputa simbólica pelos lugares”. Essas intervenções, complementa ele, “não lançam mão de recursos imagéticos: eles são a própria imagem pré-concebida de uma cidade idealmente imaginada como segura, ordenada e limpa” (LEITE, 2008, p. 186). Portanto, sob a ótica dos construtores oficiais, a cidade pode ser percebida como um produto narrativo e imagético, mediado pelas estratégias dos negócios definidos em gabinetes de consultorias e gestões políticas²²⁵.

Nessa esteira, o vasto conjunto cultural próprio de cada localidade é substancialmente evidenciado, transformando-se no que Leite (2010) denomina por “espetacularização da cultura”. Há uma “acentuação ou criação de traços culturais que objetivam caracterizar a singularidade de um espaço urbano por um forte apelo visual e práticas sociais momentâneas, com vistas à apreensão consumível da história e da cultura na forma de uma mercadoria” (LEITE, 2010, p. 78). A *espetacularização* está estreitamente associada à possibilidade de

²²⁵ Esse tipo de política, muito comumente definida como “enobrecimento urbano” ou *gentrification*, pode ser refletida por duas grandes perspectivas que tentam explicar o fenômeno. De um lado, um viés mais estruturalista, sob o qual entende-se enobrecimento como expressão do neoliberalismo urbano e do entrelaçamento dos processos de globalização; do outro, uma compreensão mais ancorada nos postulados pós-modernos, na qual o conceito é caracterizado a partir do forte apelo estético e funcional observado nos processos de intervenção (LEITE, 2010).

reinvenção histórica da imagem da cidade. Isso quer dizer que a potencialidade de um passado (re)inventável contribui na qualificação espetacular da cultura de determinada cidade. No caso de Salvador, como analisamos, a ideia de “berço da civilização brasileira” se funde seletivamente com as várias outras práticas de matriz africana que acompanharam a formação colonial do Brasil.

A associação de um passado significativo a um presente decadente, do ponto de vista físico e simbólico, contribui para que a monumentalização arquitetônica se articule a essa evidenciação simbólica de alguns traços culturais das cidades. Não por acaso, observamos como práticas vinculadas à história popular, resistente e crítica de camadas mais pobres da capital baiana, são agora apropriadas sob a imagem da revalorização cultural local. Como bem advertiu Leite (2010, p. 78),

[...] a monumentalidade arquitetônica e urbanística não é a única forma de espetacularização da cultura. No Brasil, o forte apelo da suposta e discutível autenticidade da cultura popular tem sido um dos mais poderosos recursos para a retraditionalização desses espaços enobrecidos, em uma perspectiva espetacular e mercadológica da cultura.

Para Featherstone (1995), essas intervenções nas cidades podem ser entendidas a partir de uma volta à cultura e ao estilo descontextualizado de raízes supostamente ancestrais, comuns em contextos pós-modernos. Diferentemente do cenário urbano moderno, no qual as cidades se caracterizavam mediante a sedimentação cultural e arquitetônica de uma tradição, criando com isso fortes laços identitários, a cidade pós-moderna toma como lugar o “não lugar”. A sua enunciação imagética e funcional é efêmera e constantemente ressignificada²²⁶:

A cidade pós-moderna, portanto, está muito mais consciente de sua própria dimensão imagética e cultural: ela é um centro de consumo cultural, tanto quanto de consumo geral, e este, como já se enfatizou, não pode ser desvinculado dos signos e imaginários culturais, de modo que os próprios estilos de vida urbanos, a vida cotidiana e as atividades de lazer são influenciados, em graus variados, pelas tendências simulacionais pós-modernas (FEATHERSTONE, 1995, p. 140).

Essa caracterização pós-moderna pode ser verificada na mudança do estilo arquitetônico e na estética das cidades. Além de se identificar, sem muita dificuldade, nas

²²⁶ Tomando como objeto empírico e analítico a cidade de Salvador, constata-se que, apesar de ela ser, sobretudo diante do contexto de megaeventos, constantemente reinventada em sua imagem de consumo, isso não seria suficiente para caracterizá-la como pós-moderna, tendo em vista o alto grau das referências ao passado e à história como formas enunciativas e convidativas a sua imagem de consumo.

enunciações dos estilos de vida e de suas diferenças socialmente legitimadas e individualmente requeridas.

Mais uma vez, para além da classificação conceitual, *moderna* ou *pós-moderna*, no caso da cidade de Salvador, é possível refletirmos como são presentes essas características do simulacro ou da ressignificação, amparada por enunciados imagéticos fortemente alicerçados numa tradição. Seja da história “mais” representativa do começo da civilização brasileira, seja da *singularidade* cultural do seu “povo”, a imagem de consumo da cidade é construída num tempo *presente* que não deixa de lembrar ou (re)inventar o *passado*.

Nesse caso, não se trata apenas de uma narrativa inscrita na imagem de um Centro Histórico, mas em praticamente toda a seletiva extensão dos espaços de consumo da cidade. O imaginário construído sobre o que é o “passado”, “presente” e “futuro” articula-se sob fortes características especulativas, ainda que os efeitos urbanísticos sejam mais amenos. Não obstante, torna-se ainda mais significativo observar como não foi fortuito ter sido lançada pelos agentes do poder público a ideia de que o maior *legado* e o mais representativo bem de Salvador, nas Copas da FIFA, seria o “povo”. Afinal, o que é o *povo*? Onde está e até onde vai? Ao que nos parece, trata-se da definição genérica, suscetível de elasticidade e funcionalização *estratégica* do poder público e de determinados setores da iniciativa privada, sobre a imagem de consumo (re)inventada da cidade de Salvador.

Na esteira das interpretações tecidas por Leite (2010), compreendemos que o grande dilema dessas políticas urbano/culturais é que elas segregam dizendo incluir, e depois sofrem com as próprias interfaces da exclusão promovida. Com as políticas de enobrecimento urbano ocorre algo semelhante. Na medida em que implantam demarcações socioespaciais, elas buscam, entre outras coisas, higienizar e ordenar o espaço e a cultura para determinado consumo e consumidores, criando perversamente a própria razão para sua subversão a partir das tensões dos *contra-usos* e das apropriações contingenciais dos espaços. Portanto, não é nenhum absurdo considerarmos que parte da razão que explica a relativa curta duração que existe no que essas políticas promovem está na intensidade e recorrência desses conflitos e tensões, isto é,

O problema é que o modelo, na forma como concebido, não escapa da armadilha que ele próprio criou: para criar nichos de consumo, precisa selecionar usuários; ao inibir certos usos que seriam contrários ao pretendido para esses espaços, fragiliza a pretendida harmonia urbana ao gerar reações diversas que muitas vezes ganham a conotação do que sugeri ser uma tática simbólica de contestação e afrontamento, na forma denominada *contra-usos* (Leite, 2010, p. 83).

Mesmo quando radicalizadas, as demarcações socioespaciais são tensionadas mediante as permeabilidades estabelecidas nos usos dos espaços. Isso faz lembrar que toda forma seletiva e pré-determinada de intervenção e controle do espaço urbano é contrária, por condição, à natureza contingencial da vida pública contemporânea.

No entanto, a lógica operada por essas intervenções segue um enquadramento dos usos e uma tentativa de determinação do consumo cultural dos usuários. Conforme Featherstone (1995), a cultura de consumo pode comportar diversas expressões e estilos de vida, uma vez que ela possui um foco duplo nas sociedades contemporâneas. Há uma esfera simbólica, onde se desenrolam todos os processos de simbolização e evidenciação das individualidades. Mas há também uma esfera econômica regida pelos princípios de mercado que, como nota o autor, operam dentro do espaço dos estilos de vida, bens culturais e mercadorias.

Embora não esteja de acordo com a suposta autonomia da esfera simbólica que sugere Featherstone (1995), entendo que, ainda que sob desiguais níveis hierárquicos, há capacidades reflexivas e práticas nos atores sociais apropriados pela lógica de mercado. Nesse sentido, as *apropriações culturais* empreendidas pelos *construtores* da cidade se relacionam, conflituam e/ou se complementam com as *reapropriações* dos *moradores* locais, que atuam (ou não) diretamente na cultura. Entretanto, ainda é válida a ponderação tecida por Featherstone (1995, p. 123): “As dimensões instrumental e expressiva não deveriam ser vistas como polaridades excludentes; antes, é possível imaginar que a cultura de consumo põe ambas em confronto numa balança”. O consumo aqui comporta a expressão de um estilo de vida, independente da condição socioeconômica do ator em questão. Se por um lado isso suscita pensarmos que, na esfera contemporânea da cultura de consumo, há uma operação da lógica de mercantilização da *diferença*, por outro, exige que reconheçamos que as práticas dessa enunciação e da individualidade são tomadas como projetos pessoais e conscientes de inúmeros atores sociais.

Nessa perspectiva, o processo que forja identificações culturais a partir da expressão da *diferença* não se dá apenas pela lógica impositiva de “cima para baixo”. A rigor, o modo como se organizam as particularidades locais que constituem a marca imagética de consumo de uma cidade pode levar-nos a reconhecer que parte da matéria especulada pelos agentes construtores é, em alguma medida, efetivamente existente na vida urbana do referido local.

Tanto no caso do Ofício das Baianas de Acarajé, quanto das rodas de capoeira e das danças afro, entre outros possíveis exemplos, a estetização que circunscreve os praticantes é, para além da midiaticização espetacular, bastante própria da dinâmica ordinária vivenciada por

esses atores sociais. Nesse sentido, determinados elementos acabam servindo como base mínima que configura a produção da imagem de consumo local. Entretanto, longe de promover mais uma, entre tantas outras formas possíveis de perceber e conferir significado à cidade, o que centralmente expressa o engendramento espetacular dos *construtores* é o *pensamento único* que busca gerar sobre o urbano. Assim, a idealização da cidade se distancia de elementos concretamente observáveis, apesar de se forjar mediante a retórica da revalorização cultural, expressa na diversidade dos sentidos possivelmente experimentados nos seus espaços de consumo.

No caso da Roda de Capoeira e do Ofício dos seus Mestres, que, de modo semelhante, também é comumente funcionalizado pelos empreendedores urbanos da capital baiana, a fama que tem a prática parece não condizer com os investimentos concretos que seus milhares de praticantes recebem. Segundo depoimentos de moradores locais, que trabalham diretamente com práticas culturais, o que tem ocorrido é que boa parte dos grupos que atuam com dança de rua, capoeira, teatro, etc., já não se contentam apenas em serem utilizados em apresentações turísticas, sem receber rendimento algum. Mas, mesmo com o grande reconhecimento que há para com as rodas de capoeira, por exemplo, o retorno financeiro que é destinado a estes grupos é insuficiente. Nessa ótica, sublinha o entrevistado:

Tem amigos que acham que a capoeira tem o auxílio aqui em Salvador. A capoeira não tem auxílio nenhum! (risos). A capoeira da Bahia é vista como a Capoeira. Então isso vai se mudando porque vai tendo várias rodas de capoeira no Brasil hoje. Mas todo mundo pensa que a capoeira tem isso, tem aquilo. As pessoas não sabem, não conhece e não tem essa visão. Então é isso que tá sendo mudado hoje. (...) Nós temos associações, temos vários grupos se profissionalizando pra poder conseguir exigir esses resultados. Então é isso que tá se mudando na política e na cultura. Não é só cultura por cultura. Cultura é política! Então tem a forma de você fazer e tudo. Então antigamente, era muito massa, você tinha época de eleição, aí você chamava os meninos da capoeira, do pagode, do axé pra poder se apresentar. Mas hoje não, por que é que eu vou? Eu tenho que saber o que é. Então hoje você tem várias pessoas pensando cultura, pensando cultura negra, cultura no bairro, cultura na sua associação. Então isso é que muda²²⁷!

“A capoeira” que não tem auxílio é aquela que efetivamente constitui a pluralidade dos grupos que tende a emergir diante da imagem harmônica e unitária engendrada pelos *empreendedores urbanos*. A assertiva do entrevistado não quer dizer que nenhum grupo seja efetivamente reconhecido e pago para se apresentar, mas que existem muitos outros à margem

²²⁷ Entrevista de “A. Break”, praticante de “dança de rua” e fundador do grupo “Independentes da Rua”, concedida ao autor em 14/06/2014. Ver perfil analítico do entrevistado no **Anexo III**.

dessa lógica. Conforme o depoimento de outro morador local, que também trabalha com cultura, mas no âmbito do teatro e da música, a suposta revalorização cultural da cidade no contexto das Copas é permeada de muito mascaramento e perversa seletividade:

Eu teria alguns trabalho pra fazer, mas que justamente foram um pouco impedidos de serem realizados por conta do evento. Porque tudo que tinha que se fazer esse mês teria que ser realizado, teria que ter relação com a Copa. Ao menos esse foi o parecer que eu tinha recebido. Então algumas coisas foram canceladas ou adiadas, né?! Aí eu meio que fiquei assim, no ar né. (...).

A dinâmica da cidade muda, aqui embaixo mesmo dá pra ver o caos que às vezes fica, quando tem jogo. Teve jogo hoje e ficou engarrafado por várias horas. É difícil! (...) pra quem mora aqui no centro, essa coisa é que nem o Carnaval, por exemplo. (...). O pessoal muda a rota, e não tem um serviço que preste informação pra população, ao menos avisar que o ônibus não vai passar. Os caras fecham, simplesmente tira os pontos de ônibus. Põe o povo pra o meio da rua pra ficar esperando o ônibus e massacram da mesma forma os moradores de rua e de repente a gente vê uma polícia que a gente não tem, sabe?! Trabalhando (pausa) é (pausa) são várias questões. E é tudo muito mascarado e contraditório ao mesmo tempo. Porque pretende investir em uma salvador turística, mas não existe plano para essa Salvador. Acho que pra eles a Salvador turística é isso aí. É o Pelourinho, a Barra...enfim. Enquanto outras coisas como o subúrbio ficam lá. Tem coisas incríveis lá, mas enfim²²⁸.

Nesse âmbito, quem não se “adequa” vê seus projetos e rendimentos despencarem. Toda a prioridade gira em torno de assuntos específicos à Copa, numa linguagem bastante vinculada ao mercado e sem criticidade alguma. A revalorização é na verdade a promoção da imagem da cidade, que para ele segue os mesmos caminhos, mais uma vez, para onde se edifica uma imagem do baiano e de uma cidade que não corresponde àquela vivida por muitos moradores. Os ícones são os mesmos, o Pelourinho, a Barra e os estetizados baianos e baianas felizes, na capoeira e na invariável receptividade cordial.

Essa convidativa “felicidade” *estrategicamente* explorada como própria da cultura local, produz, para alguns moradores, além de espaços de exclusão, um sentimento de estranhamento na identificação da cidade e do país. De acordo com o depoimento de um ambulante, também morador de Salvador, pudemos observar como o não pertencimento vincula-se à falta de oportunidades básicas de viver na cidade, como o direito ao trabalho:

²²⁸ Entrevista de “Eli” (soteropolitano, professor de teatro e músico) concedida ao autor em 15/06/2014. Ver perfil analítico do entrevistado no **Anexo IV**.

*Rapaz (pausa)... Eu não sou nem brasileiro nem baiano, eu apareci. A história para mim é essa, eu apareci! A minha mulher tava perguntando um tempo desses se eu era brasileiro. Que porra nenhuma rapaz! Eu apareci aí! (...) para conseguir minha licença, eu tô mais não sei quantos anos aqui. Eu sou mais velho que esses vendedor que tão tudo aí ô. **Eu consegui a licença lá no Pelourinho pra trabalhar andando, velho! Veja se numa cidade dessa eu vou aguentar trabalhar andando!** Eu comprei um carrinho de coco e desse pra colocar ali do lado. Ia colocar um pastel, dei para prefeitura (...).*

*Eles estão com o dinheiro só roubando rapaz, e agora a gente fica aqui numa dificuldade da porra. Os caras ficam mandando aqui, tudo bem que quem manda aqui é tudo que tem dinheiro. **Ali no Pelourinho, ali dentro do Pelourinho, naquelas lojas que você vê ali dentro, tudo ali é dos caras de fora, tudo ali que você vê ali dentro, a maioria, é tudo dos caras de fora. O pessoal mesmo que tava ali para conseguir ganhar a vida, ganha não. Os caras daqui mesmo da terra, para conseguir um espaço, pra tudo ficar de boa com o outro, se depender dele mesmo, é o cantor e jogador, só ficar aqui de boa, se depender dele mesmo. Ah! Se depender da terra pra eu poder crescer aqui***²²⁹ (grifos nossos).

O drama de vida relatado pelo Sr. José reflete as dificuldades enfrentadas por boa parte da população da capital soteropolitana, notadamente marcada pelo trabalho informal. Mas os conflitos que envolvem ambulantes e as normatizações dos usos na cidade não são, em si, exclusivos a Salvador. De fato, em locais onde incidem processos de espetacularização urbana, os espaços estratégicos a serem espetacularizados devem estar “imunes” e “limpos” de tudo aquilo que atrapalhe os negócios. Nesse âmbito, as remoções são práticas vigorosas.

Essa foi a lógica que ocorreu no caso dos ambulantes em Salvador-BA, sobretudo durante a preparação e realização das Copas da FIFA. Em um primeiro momento, eles foram normativamente proibidos de vender, pois a comercialização era exclusiva dos patrocinadores da FIFA. Num segundo instante, eles poderiam vender, desde que regulamentassem seu trabalho informal, o que implicava o pagamento para obtenção de uma licença da Prefeitura Municipal, além de uma série de medidas higienistas que aparentavam contrassenso a uma média identificável na estética e condições socioculturais dos vendedores ambulantes. Entre as exigências, por exemplo, existia a necessidade de cortar unhas, cabelos e barba para poder ser autorizado a vender.

Mas essa espécie de desamparo relatado por Sr. José também não encerra a forma como esses atores enfrentam a unidade forjada da cidade reinventada pela sua imagem de consumo. O que pudemos observar nos dias do evento em si, notadamente nos jogos da Copa

²²⁹ Entrevista de “Sr. José” (morador de Salvador e ambulante há mais de 35 anos na cidade), concedida ao autor em 12/06/2014. Ver perfil analítico do entrevistado no **Anexo V**.

do Mundo FIFA Brasil 2014, foi muitos ambulantes subvertendo²³⁰ os usos normatizados e vendendo diversos produtos dentro da área delimitada como exclusiva para os apoiadores da FIFA. “*Licença quem me dá é Deus e meus Orixás*”²³¹, afirmou outro ambulante que vendia no entorno do Dique do Tororó, na ocasião do primeiro jogo da Copa do Mundo de 2014, na Arena Fonte Nova.

Lemos essas práticas não como desvios ou ações criminosas, mas como uma espécie de *antinormatividade*. Elas expressam uma mobilidade dos atores no espaço, alterando posições fixas de exclusão e passividade, por ações *táticas* (CERTEAU, 1998) de luta contra a pobreza, conforme sugeriu Casimiro Balsa (2006), a respeito de uma interpretação mais ampla sobre os fenômenos de exclusão social. São, portanto, formas de *sobrevivência marginal* à lógica da espetacularização das cidades. Assim como Balsa considera que as causas da pobreza não se verificam em si nos espaços de exclusão, mas na ordem social geral que a produz, nós argumentamos que, sobre o caso pesquisado na capital baiana, não se trata de exaltar uma peculiaridade plástica da cultura brasileira com as normas, mas de entendê-la dentro de um contexto de disputas por *direitos à cidade*.

Pudemos apreender a cidade em imagens, registradas em um conjunto de pluralidades, que se apresentaram, em alguma medida, como insubordinadas à imagem consensual, edificada pelos *construtores oficiais*. Para tanto, tornou-se imprescindível experimentar a cidade sob outras formas de andar e percorrer seus espaços. Em face das localidades e das práticas que foram objetivadas e constituídas notadamente para a expressão oficial da atratividade turística e financeira, emergem, de dentro e de fora, maneiras de ver, agir e construir espaços públicos e práticas intercalares. As *negociações*, que constituem parte dessas imagens contrastantes aos esforços dos empreendedores urbanos, não se resumem, por isso, à projeção de um espaço público marcado pela harmonia comunicacional.

Conforme problematiza Lopes (2008), o *que resta da esfera pública* não pode se encerrar nas questionadas postulações da ação comunicacional habermasiana ou nos pacíficos pacotes de hibridismo cultural, nesse caso também apropriado como experiência consumível. O autor sugere assim pensarmos em algumas fundamentais oposições que se dão entre “espaços livres” e “espaços securitários”; “racionais/planificados” e aqueles “emotivos, imprevistos”; “virtuais” e “concretos”; “centrais” e “periféricos”.

²³⁰ Essas práticas serão retomadas no próximo capítulo, no tópico “Espetacularização urbana e reapropriações culturais: destituição do consenso espetacular?”.

²³¹ Depoimento coletado na pesquisa de campo durante a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Este relato não foi obtido mediante o uso de uma entrevista estruturada, mas a partir de conversas informais que pude estabelecer ao longo da observação direta nas Zonas delimitadas para investigação.

Na primeira oposição observa-se, de um lado, o livre acesso, físico e simbólico que media a potência multifuncional dos territórios em usos, demarcando e flexibilizando fronteiras cotidianas. Do outro, a restrição, os obstáculos forjados por uma experiência construída pelo panoptismo urbano. Uma ideia de medo que gera mecanismos políticos de sua criação e gestão de sua própria criatura. A cidade livre é suplantada pela vigiada, regulada nos usos e sobre determinados usuários. No segundo eixo o contraste se expressa entre a cidade normatizada, que projeta usos e usuários nos planos urbanísticos e estratégicos e a imprevisibilidade própria da vida cotidiana, potencialmente subversiva a ordenamentos prévios. O terceiro eixo coloca a questão entre as esferas virtual e real, destacando que a primeira experiência da vida urbana dá-se *sobre a* cidade e menos *na* cidade. Em contrapartida, na esfera real e concreta, ocorreriam sociabilidades da cidade, nos espaços, caminhos e alternativas traçadas pela cotidianidade vivenciada pelos diversos usuários.

O quarto eixo, por fim, remete a uma relação mais interligada entre os espaços públicos centrais e espaços públicos periféricos. Lopes fala de uma espécie de *continuum* que interliga, de alguma maneira, aquilo que é construído para ser destacadamente visto e aquilo que, por conseguinte, é ocultado. Enquanto que no primeiro caso se forja a *imagem oficial* da cidade, nos espaços públicos periféricos estariam os escapismos, as negociações, o entre-lugar, isto é, tudo aquilo que se oculta, mas que em alguma medida não se destitui completamente da esfera pública urbana.

Diante dessa sistematização, argumentamos, em acordo com o autor (LOPES, 2008), que está justamente nos *espaços livres, imprevistos, concretos e periféricos* a possibilidade de reencantamento da vida urbana. Ao considerar o “caminhar” como exercício de revelação de si e dos espaços, Lopes nos ajuda a entender por outro ângulo a relação entre tempo e espaço. A chamada “metodologia do andante” parece ser uma sistematização interessante nessa perspectiva, na medida em que busca operacionalizar como percurso investigativo o objetivo de revelar e revelar-se na cidade. O andar, nesse sentido, é por si só expansivo e restrito, pois se abre às possibilidades múltiplas de *idades na cidade*, ao mesmo tempo em que demarca impressões pessoais, e, por vezes, coletivas. O andar acaba sendo meio e fim, viagem e destino.

Todavia, é com o *caminhar na cidade* que se pode prospectar possibilidades de apreensões coletivas, através, por exemplo, de uma relação entre as subjetividades relatadas em suas experiências, como espécies de mapas cognitivos ou mentais (LOPES, 2008). Sendo assim, na análise sobre a construção da imagem de consumo de Salvador, observamos que,

para além das enunciações contrastantes entre *empreendedores urbanos* e *moradores*, foi válido registrarmos também a importância da cidade percebida em suas múltiplas possibilidades.

O potencial exercício da *deriva*, proposto por Debord (2010) e outros situacionistas, já na década de 1950, provocava-nos para além de uma nova experiência metodológica²³². Segundo Debord, a *deriva* funciona como uma espécie de renúncia às normatizações diárias, que permite ao indivíduo andar livre na cidade, suscetível e aberto aos encontros imprevistos, acaso e suas potenciais relações sociais. Reside aqui uma postura crítica frente às objetivações que mercantilizam a vida urbana.

A *deriva* se caracteriza pela mediação do acaso, mas não se determina fortuitamente por este, uma vez que há, de alguma maneira, uma limitação das variáveis dentro do campo imprevisto das possibilidades. As variações diferem conforme a especificidade das forças que atuam no espaço sobre o qual elas se realizam. O que Debord (2010) adverte aqui é que a *deriva* não deve ser confundida com o simples “passeio²³³”, pois portadora de um potencial intuito desnortizador, ela politiza a cidade, evocando outras possibilidades de vivenciá-la. Em face oposta ao mapeamento oficial dos espaços de consumo, revelam-se novos caminhos e percursos. Podemos registrar estas apreensões a partir das formas pelas quais alguns atores ordinários de Salvador se expressam e se relacionam com as imagens de consumo da capital baiana.

Nessa perspectiva, consideramos que a *teoria da deriva* de Debord contribui para pensarmos a cidade para além de sua imagem oficial, notadamente a partir do momento em que observamos os espaços em seus usos, contrários e subversivos àqueles previamente estabelecidos pelos mapas²³⁴ clássicos das cidades. Resta-nos ressaltar que não se trata de

²³² Embora a ideia de *deriva* não tenha condições de negar as normatizações da cidade em absoluto, ela consiste no exercício potencialmente revelador de outras possibilidades *da* e *sobre* a cidade. Para tanto, Debord sistematiza todo um conjunto metodológico de práticas e preparações que vão desde a orientação do tempo até a organização coletiva da *deriva*. Segundo ele, este exercício deveria ser feito a partir da troca de experiências entre pequenos grupos, devendo-se evitar as noites. Aqui, a meu ver, o autor nos oferece uma concepção datada ao seu contexto histórico da década de 1950, quando a vida se passava predominantemente pelo dia. Isso quer dizer que Debord está pensando numa forma de revelar outra vida e outra cidade, para além daquela do trabalho, notadamente expressa pela sociedade industrial.

²³³ Embora seja o caminho do “não trabalho”, portanto, aparentemente “livre”, o “passeio” encontra-se sempre mais suscetível de se transformar em novos ordenamentos estabelecidos para a experiência da cidade (DEBORD, 2010).

²³⁴ É válido ressaltar também que a *deriva* não significa a negação absoluta dos contributos dados pela geografia e ecologia social das cidades, mas propõe, a partir destas, extrapolar os limites próprios da vida moderna, circunscrita em caminhos previamente estabelecidos. Por isso, o acaso não é em si a liberdade garantida. Pelo contrário, por ele mesmo, o acaso constitui-se no risco apropriado do capital dado às perspectivas inicialmente alternativas da vida na cidade. Em contrapartida, mediante a *deriva*, vislumbra-se, sob o espaço normatizado, dar

apoiar-se numa imagem, a dos *moradores*, contra outra imagem, a dos *empreendedores*, mas de problematizar totalidades consensuais, uma vez que consideramos estar no exercício litigioso, na emergência *política* (RANCIÈRE, 1996) e pública de uma cidade mais justa.

VI. CULTURA E *ESPETACULARIZAÇÃO URBANA*: REIFICAÇÃO CULTURAL E A *BELEZA DO MORTO*

*O real imaginado,
face à face.
A cidade da Copa,
da alegria e de seu avesso.
Um avesso do avesso.
De um povo vivo e vendido,
sem receber parte daquilo que seu foi retirado,
reificado para o consumo, dos outros.
O imaginado real é parte do que vemos,
mas também do que não é possível capturar.
Romperam-se os limites
e quando potencializaram seu viver,
não mais alcançaram-no.
Só morta deram conta daquilo que lhe era.
Só viva não coisificaram
a cultura em questão
e as vidas aos seus lados²³⁵.*

O que frequentemente passou a ser identificado como processo de reestruturação urbana, sobretudo a partir da década de 1970, reflete também fenômenos acerca das transformações urbano/culturais das cidades e suas lógicas particulares de mercantilização. Debruçado sobre essas inquietações, investigamos à luz de algumas das características sistematizadas por Debord (1997), em *A sociedade do espetáculo*, como a representação pode ser entendida como necessidade material da experiência vivenciada por mediações imagéticas.

Segundo o autor (DEBORD, 1997), a vida social não é só a vida do capital e da sua forma mercadoria, mas é também o conjunto de *espetáculos*, que assumem a face necessária das mercadorias, soberanizadas nas relações sociais. Logo, as práticas culturais, *a priori*, carregadas de significados e sentimentos de pertença, tradição, história e modo de vida, acabam hoje sob o império das indústrias culturais, precisando servir para um fim específico. Na lógica capitalista, isso quer dizer que já assumiam, naquele contexto dos anos 1960, uma função de geração de renda, condição econômica de sobrevivência ou manutenção de consumo. Para uns, trata-se de uma *sobrevivência marginal* perversamente inserida na lógica da produção. Para outros, é a forma encontrada para a expansão da geração de mais valor.

²³⁵ Este poema (“*Versos na Cidade da Copa e das Vidas*”) foi inspirada e produzida durante a pesquisa de campo realizada na cidade de Salvador. De modo livre, registra-se esta percepção, versada e autoral, sobre a capital baiana no intuito de introduzir parte do nosso argumento a respeito da *espetacularização urbana* e a estética da *beleza do morto*.

O *espetáculo* (DEBORD, 1997), que opera sob a lógica da separação e da mediação da imagem, é a necessária maneira sob a qual a mercadoria aparenta ser, atraindo aqueles que não podem mais viver a experiência concreta de vida e somente vivem sua representação. Ele é, portanto, a representação da vida social na forma mercadoria. Nessa condição, a realidade não é negada em si, mas subordinada por experiências dissimuladamente invertidas. Por isso, o real ocorre em um tempo distinto, atrasado. Registrada logo em um dos primeiros aforismos²³⁶ da obra do autor, a reflexão sugere que a realidade é apresentada numa temporalidade dissimuladamente espontânea, por isso ela é o inverso do que aparenta ser. Todavia, vale ressaltar que a caracterização tecida a partir de Debord não se refere ao “espetáculo” enquanto manifestação genuína da humanidade. Não se trata aqui de se opor à necessidade de expansão da apropriação da vida por meio da arte, da cena e suas representações (CLAVEL, 2006; FORTUNA, 2013), mas de perceber que tudo isso convive sob o jugo das relações de mercado (DEBORD, 1997; JAMESON, 2006).

Dessa maneira, vale ressaltar que a leitura que baseia nossa apropriação da crítica tecida por Debord, a partir do conceito de *espetáculo*, não diz respeito ao exercício de falsificação da relação opositiva entre “aparência-essência”, “vida-representação”. Trata-se de observar como as atividades humanas (eu diria, especificamente, as práticas culturais) precisam, para existir (sobreviver), inserir-se na lógica de valorização do valor, ou seja, a lógica da mercadoria, que tem no atual estágio do capitalismo a expressão do *espetáculo*. Dessa forma, ainda que os atores (produtores culturais) se identifiquem nas suas práticas culturais, elas não mais se bastam em si, pois agora precisam atender a um ordenamento maior, ao qual Debord caracterizará como *espetáculo*. De maneira mais ampla, a crítica do autor baseia-se na constatação da subordinação das outras esferas sociais da vida à esfera econômica. Esta se autonomiza para subjugar por completo a vida humana. Interessa, portanto, em corroborar a essa argumentação do autor, menos qualificar moralmente a falsidade ou autenticidade do *espetáculo*, e mais identificar o funcionamento que esse processo tem assumido na vida urbana contemporânea.

Não obstante, a nosso ver, é justamente essa caracterização que perpassa os processos de *regeneração urbana* (FERREIRA, 2010) e faz dos espaços requalificados, monumentalizações que pela estética e performance transformam a dinâmica da vida urbana numa cultura espetacularizada (LEITE, 2010), ou seja, fetichizada para o consumo. A configuração dessa produção é especialmente mais intensa quando as cidades se inscrevem

²³⁶ “No mundo *realmente invertido*, a verdade é o momento do que é falso”. Ver Aforismo 9 de *A sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997).

nas lógicas da realização de megaeventos (DELGADO, 2007; LA BARRE, 2013). A cidade que se *figura* (BOYER, 1994) sob esse processo é, em algum grau, resultante da *fraude e miséria* (DELGADO, 2007), pois sua projeção idealizada ocorre em detrimento da realidade que se oculta, controla e em certa medida se extermina. A exceção das intervenções militares e alterações legislativas são alguns dos elementos que compõem o pleno estabelecimento da *cidade de exceção* (VAINER, 2011), tornada regra fundamental na gestão dos negócios e do seu avesso, a *barbárie*²³⁷ (MENEGAT, 2008).

Todo o conjunto articulado dessas ações, não fortuitamente ocultadas, culmina no processo que concebemos por *espetacularização urbana*. Um projeto normativo de mercantilização da vida urbana a partir da criação de determinados espaços voltados para o consumo. O consumo é, nesta perspectiva, fomentado por uma intencional produção de intervenções humanas e práticas culturais, ainda que apresentados sob a aparência da experiência e da imagem singular de si e sejam de fato avessas à atividade humana e *política* (RANCIÈRE, 1996), pois, antes de mais nada, são condicionadas pela geração de valor. Por essa razão, argumentamos que as políticas urbano/culturais, que (re)constroem imagens de consumo, tendem a se caracterizar por uma espécie de *política às avessas*, especuladas por uma estética subordinada à lógica do mercado e destituidora das dinâmicas espontâneas existentes nas relações e fazeres culturais locais.

Mas essa generalização teórica, baseada na produção espetacular do capitalismo, precisa ser devidamente relativizada, conforme se observe cada caso empírico. Segundo adverte Grant McCracken²³⁸ (2007; 1990), os significados que intercalam a cultura e o consumo são mediados por etapas e distintas mediações. Antes desse sistema mercantil, o consumo tinha outras conotações mais simbólicas. De acordo com o argumento do autor, o mais interessante é perceber que o sentido dado ao consumo não é fixo, mas altamente móvel, variando conforme seu percurso e apropriações.

Para McCracken (2007; 1990), *a priori*, o significado cultural se move do “mundo culturalmente construído” para a instância dos “bens de consumo”, e desta para o

²³⁷ No limite, conforme assinala Marildo Menegat (2008), a gestão da barbárie corresponderia aos últimos recursos políticos utilizados para equacionar problemas estruturais vinculados à lógica soberana da produção capitalista. Essa chave analítica nos parece pertinente para refletirmos, em conjunto, a ampliação do poder de consumo e o aumento das forças de repressão estatais. Empiricamente, é sintomático observarmos simultaneamente como funcionaram os programas sociais implementados pelo Partido dos Trabalhadores, no Brasil, através da intensificação da inserção nacional na lógica da financeirização e do aumento da população carcerária, durante os anos de 2000.

²³⁸ Esta pertinente ponderação sobre os significados culturais dos bens e atividades de consumo é resultante das proveitosas interlocuções que pude tecer com o professor e supervisor do meu estágio doutoral na Universidade de Coimbra, Dr. Claudino Ferreira (FEUC-CES/UC).

“consumidor individual”. Na primeira passagem, a “publicidade” e o “sistema de moda” são identificados como os agentes que induzem e apropriam-se do significado em questão (“instrumentos de transferência de significado cultural”). Na segunda passagem, que vai dos “bens de consumo” constituídos para o “consumidor individual”, o autor caracteriza quatro rituais específicos, que constituem os “instrumentos de transferência de significado cultural”, a saber: *ritual de posse*; *ritual de troca*; *ritual de cuidados pessoais*; *ritual de desapropriação*²³⁹.

Nessa perspectiva, a ideia de uma tendência de consumo que se impõe de “cima para baixo”, tal qual a clássica teoria *trickle-down*,²⁴⁰ é criticada. Isso quer dizer que, conforme McCracken (1990), o consumo pode ser induzido também a partir de uma lógica que advém das práticas mais populares para as mais abastadas. Essa premissa nos parece bastante pertinente e original, tendo em vista o contexto de sua formulação na década de 1990. Para nosso propósito, a relativização das relações de poder e significados entre a produção e o consumo fortalece nossa tese, na medida em que contribui para que consideremos como a apropriação espetacular pode potencializar, na ótica do mercado capitalista, práticas e bens culturais populares destinadas ao consumo. Nesse sentido, o que se pode consolidar não é a emancipação dos fazeres culturais produzidos pelos *de baixo*²⁴¹ na escala da promoção oficial da imagem da cidade, muito menos a emergência de sua possível história de repressão ou resistência política crítica, mas consolida-se a lógica de mercantilização do espetáculo que

²³⁹ Em linhas gerais, pode-se afirmar que a dinâmica de circulação dos significados culturais se dá seguinte forma: A primeira instância em que se localiza o significado cultural é na *esfera cultural do mundo construído*. Nesse âmbito, a cultura é percebida tanto como “lente” quanto como “planta baixa”. Isso quer dizer que ela é a maneira pela qual os indivíduos visualizam os acontecimentos e a forma como se configuram as práticas de ações humanas. Interessa perceber, segundo o autor, como através da *lente e da planta baixa*, *princípios e categorias culturais* são transformadas em *bens de consumo*, ou seja, como se materializam. Esse desenvolvimento teórico nos serve para refletir como as noções de “diferença” e “alegria”, por exemplo no caso da cidade de Salvador, transitam dos princípios e categorias culturais existentes e positivadas pelo mundo culturalmente construído para os bens de consumo. Uma vez materializadas, os *princípios e categorias culturais* são então transmitidos, através dos instrumentos da *publicidade* e *sistema de moda* para um novo significado, que é o dos *bens de consumo*. McCracken observa que embora atuem em complementariedade, a *publicidade* e o *sistema de moda* têm características e alguns fins de atuação distintos. Enquanto o primeiro consiste basicamente na construção da atratividade sobre o produto construído, o outro dedica-se fundamentalmente à projeção de um produto, configurando-o e materializando-se mediante a incorporação de determinados *princípios e categorias culturais*, quando os *bens de consumo* estão constituídos e o significado cultural move-se para a outra instância, que é a do *consumidor individual*. Os instrumentos de transmissão aqui são ritualísticos e vão da *troca*, *posse*, *cuidados pessoais*, até a *desapropriação*. Para o autor, através desses rituais é possível confirmar a mobilidade que detém o significado cultural de um *bem de consumo*, desde a dinâmica que envolve a doação, o presente, até a expressão do que se tem e a evocação das propriedades de um bem transferido para o seu proprietário, quando por fim se dá o processo de separação/ruptura/alienação, adequado aos rituais de desapropriação (MCCRAKEN, 2007).

²⁴⁰ O autor refere-se ao efeito de diferenciação social (entre ricos e pobres / cultos e incultos) desencadeado a partir de determinados bens de consumo apropriados por camadas sociais mais abastadas.

²⁴¹ Referimo-nos aqui aos atores sociais que se colocam em um patamar desigualmente distinto na relação com os construtores e empreendedores urbanos, dotados de poder econômico e político institucionalizado.

valoriza a cultura na justa medida da valoração mercadológica que lhe for conveniente. Sob esse estatuto, a espetacularização urbana referenda a retórica da *oportunidade única* e o discutível *legado de desenvolvimento socioeconômico local*, edificadas para uma projeção consensual da cidade, diante de um contexto de exceção correspondente ao consumo cultural. Conforme a apropriação realizada pelos empreendedores urbanos, os construtores de poder político e econômico existente em cada cidade, as práticas culturais são submetidas à forma mercadoria necessária ao processo espetacular em questão. Assim também são assimilados alguns atores, produtores locais, enquanto outros são marginalizados ou efetivamente descartados do processo.

A contribuição do autor sobre a relação entre cultura e consumo apresenta-se um tanto quanto distinta das perspectivas que veem o consumo como dispositivo estanque entre a alienação estruturante advinda da produção capitalista e dos princípios de diferenciação social, demarcados pelas práticas de consumo, conforme também explicitam alguns dos panoramas explicativos oferecidos por Featherstone (1995) e Mantecón (2009). Ainda assim, ao refletir sobre o chamado Efeito Diderot²⁴², McCracken (1990) recupera a importância de analisarmos o poder evocativo que as coisas, no caso as mercadorias, detêm. Nesse âmbito, o autor volta-se para a contemporaneidade, reconhecendo o significativo poder das indústrias culturais na lógica de produção e apropriação de práticas e bens, destinando-os e induzindo-os ao consumo.

Contudo, a meu ver, de acordo com o esquema analítico de McCracken, a primazia investigativa se encontra no consumo e seus variados significados. Assim, ainda que se reconheça que há distopias na forma como essa significação flui nas sociedades contemporâneas, baseadas na projeção pessoal a objetos, até a relação de realização de prazeres psíquicos nos bens de consumo, supõe-se que em “situações normais”, a fluidez do significado cultural produz a positiva possibilidade de múltiplos sentidos e diversidades culturais. Reside aqui, portanto, a crença em um postulado positivo que desloca e marginaliza as perspectivas mais críticas acerca do consumo capitalista contemporâneo e sua forma indutiva produzida pelas mercadorias.

Já para nós, interessou justamente analisar como ocorre o processo que confere às cidades uma imagem de consumo atrativa. Observamos que as características evocadas nos *espaços de consumo* construídos e nas práticas culturais locais foram eminentemente

²⁴² Por “Efeito Diderot” se entende a tendência desencadeada pelo consumo de um produto, estendendo uma suposta necessidade inicial para a possibilidade de aquisição de outros produtos não inicialmente requeridos pelo consumidor individual.

espetaculares (DEBORD, 1997). Dessa maneira é que a cultura foi apropriada como mercadoria, numa enunciação imagética da cidade, que expressava a imbricada relação entre a abstração de princípios e categorias de mundo, com a materialização em ícones arquitetônicos e práticas culturais reificadas.

Sob a forma espetacular, as imagens mediam a vida social, simulando *estrategicamente* (CERTEAU, 1998) que os fragmentos potencializados à condição enunciativa do consumo da cidade possam ser projetados positivamente como um todo idealizado de seu território. Mas conforme observa Jameson (1997), essa projeção se caracteriza efetivamente por uma apropriação cultural pautada no simulacro. Por isso, embora simbólico, o consumo cultural também apresenta-se alienante e não emancipador. A caracterização da *criatividade* (aqui dada aos espaços e toda possível significação abstrata da cidade) promove imaginações contemplativas na medida em que circunscreve os imaginários na lógica da mercadoria:

De forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debord, em uma frase memorável, “a imagem se tornou a forma final da reificação” (a *sociedade do espetáculo*) (JAMESON, 1997, p. 45) (grifo do autor).

Dessa maneira, seja pelo simulacro da imagem espetacular ou pelo *pastiche* característico da suposta revalorização cultural, a cidade espetacularizada é apresentada como uma espécie de miragem da realidade configurada. Nessa perspectiva, Jameson (1997) ajuda-nos a problematizar que parte da importância da investigação das políticas urbano/culturais contemporâneas diz respeito à análise da constituição e do papel atribuído à cultura, questionando seu caráter político ante sua existência pautada nos marcos capitalistas.

Segundo ele (JAMESON, 1997), nessa lógica de produção, a apropriação cultural é bastante regulada pelas forças do mercado, ainda que algumas intervenções possam aludir à valorização da dinâmica e liberdade popular. Dessa forma, a “ideologia de mercado” encortina o que sempre esteve em pauta, isto é, a necessidade de regulação, e não de liberação. Logo, para Jameson (1997, p. 280),

o mercado é Leviatã com pele de cordeiro: sua função não é encorajar e perpetuar a liberdade (e muito menos a liberdade em sua versão política), mas sim reprimi-la; e, quanto às tais visões, podemos muito bem ressuscitar os slogans dos anos existenciais – o medo da liberdade, a fuga da

liberdade. A ideologia do mercado assegura que todos os seres humanos se dão mal quando tentam controlar seus próprios destinos (“o socialismo é impossível”), e que temos sorte em poder contar com esse mecanismo impessoal – o mercado – que pode tomar o lugar da *húbris* e do planejamento humano, e substituir de vez a capacidade de decisão dos homens. Só precisamos manter esse mecanismo bem azeitado e limpo, e ele – como o monarca há tantos séculos – tomará conta de nós e manter-nos-á na linha.

Ao considerar o mercado como “Leviatã em pele de cordeiro”, Jameson reafirma que a “ideologia de mercado” alcançou sua lógica máxima pela dimensão cultural de sua produção. Trata-se, pois, de um modelo de produção travestido de um modelo pleno de múltiplo consumo. A instrumentalização das novas tecnologias de comunicação e todo aparato técnico da mídia acabam sendo efetivamente incorporadas no bojo das estratégias de *city marketing* utilizadas. Com efeito, aquilo que se visibiliza *da e sobre a* cidade corresponde intimamente ao que dela precisa se mercantilizar. A soberania do espetáculo sobre a vida social, para novamente voltarmos a Debord (1997), pode assim estar se expressando não pela totalização de uma unidade em detrimento de seus fragmentos, mas a partir das relações de poder e lógicas de subordinação nas quais o fantasmagórico mercado se estabelece. Nessa ótica, assinalou Jameson (1997, p. 282):

Hoje os produtos estão, digamos, difusos no tempo e no espaço dos segmentos de *entertainment* (ou mesmo nos do noticiário), como parte do conteúdo, de tal forma que em alguns casos bem conhecidos [...] às vezes não fica claro quando o segmento narrativo termina e começam os comerciais (uma vez que os mesmos atores também trabalham no segmento comercial).

De maneira invertida ao que postulou Debord, para Jameson a complexa relação entre mídia e mercado pode nos *revelar* que a imagem não é mais necessariamente a expressão final da mercadoria, mas a sua formulação reificada. No limite, a nova reconfiguração do mercado, sob a intensificação midiática e a lógica cultural do capitalismo tardio, pode gerar o que Jameson classificou como “consumo do consumo”. De modo análogo, a imagem de *baianidade*, recomposta pelos atributos da “diferente” cultura local e os positivados postulados de “alegria” e “felicidade” foram assim promovidos *espetacularmente* na cidade de Salvador. Diluída, a imagem de consumo reinventada da capital baiana é apresentada como produto de atratividade turística e financeira, ainda que essa apropriação mercadológica possa também estar parcialmente presente nas relações sociais das mais diversas localidades da referida cidade.

Conforme Debord (1997), a mediação imagética não é do ator em si, mas das relações sociais trazidas na forma espetacular²⁴³. No entanto, o que observamos é que em algumas situações, a mediação espetacular não ocorre pela reprodução de produtos (objetos) representativos da cultura local, mas pelas próprias apresentações de práticas locais e produtores culturais (atores que *a priori* poderíamos supor serem os protagonistas da ação espetacular). Apesar de os empreendedores urbanos vislumbrarem a promoção de uma imagem positiva de cidade a partir da objetificação da cultural local, o objeto dessa encenação são os próprios produtores em suas práticas culturais devidamente mediadas. Esses atores, portanto, atuam na representação do que estipulamos serem eles mesmos na forma genérica do espetáculo urbano.

Dessa maneira é que temos destacado a narrativa da *felicidade*, da *festa*, e da *tradição*, quando a abstração desses referentes culturais se materializa na apresentação e performance de blocos afro e baianas de acarajé (ver **Figuras 67 e 68**).

Figura 67 – Desfile de Bloco Afro / Fan Fest – FIFA, Salvador, 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

²⁴³ “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Ver Aforismo 4 de *A sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997).

Figura 68 – Desfile de Baianas de Acarajé / Fan Fest – FIFA, Salvador 2014.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Por isso, argumento que uma das características presentes no que temos denominado por espetacularização urbana é a mediação das relações humanas pela própria *prática humana simulada*. Isso quer dizer que não é necessariamente apenas pela imagem midiática que se representam as relações da vida social, pois não se trata literalmente de uma coisa que substitui o sujeito vivo, mas de sujeitos vivos subjugados à lógica cênica de sua prática ordinária e cultural. Nessa perspectiva, ele simula a si próprio, como expressão subordinada à lógica do mercado. Aqui, todavia, não se trata de conferirmos um estatuto avaliativo sobre a subjetividade desses atores, em sentir-se ou não realizados por estarem inscritos nesta perspectiva. Se subjaz algum tipo de refutação nesta nossa argumentação, ela se refere muito mais à constatação crítica a respeito da subjetividade existente no simulacro da valorização cultural, que circunscreve a dinâmica da espetacularização urbana e seus questionáveis benefícios socioeconômicos locais.

Não obstante, observamos na cidade de Salvador que, mesmo sob violentos marcos históricos de escravidão e recorrentes casos contemporâneos de discriminação, referentes às práticas religiosas e festivas com influência de matriz africanas, essas duas fortes expressões locais (blocos afro e baianas) estiveram dentro da programação cultural da Fan Fest Salvador. Se, sob certo ponto de vista, a participação desses atores, durante a Fan Fest, suscita a narrativa de (re)valorização da cultura local no contexto de realização de megaeventos na

cidade, por outra perspectiva de leitura, pode-se argumentar que estas são algumas das práticas e personagens que refletem iconograficamente a capital baiana no âmbito da sua autopromoção turística. Sob essa condição, afirmamos que o processo de espetacularização se dá mediante a reificação cultural, dissimuladamente estabelecida pela égide da valorização da cultura local. O que está em questão aqui não é o postulado da falsificação ou demérito da participação de blocos afro e de baianas, mas como essa apresentação reflete uma lógica de apropriação cultural, empreendida através de políticas urbano/culturais de cidades que se inscrevem nos processos de *competição interurbana* (HARVEY, 1994). Nesse âmbito, o *lugar* e “suas culturas” emergem como forças matrizes para o desenvolvimento capitalista, sempre discursivamente alicerçado na ideia de crescimento local para todos.

A *cidade empreendedora* (HARVEY, 2005) deve, portanto, gerar imagens de consumo atraentes, contribuindo com a acumulação flexível do Capital e atendendo dissimuladamente a determinadas camadas sociais vinculadas ao poder político governamental, aos investimentos financeiros e imobiliários. O problema dessa lógica, conforme já assinalamos, em acordo com Harvey (2005), é que se produz maior acirramento das desigualdades sociais e destituição de *direitos à cidade*, em nome do fomento ao consumo. Acrescentaria também que a objetivização mercantilizada das práticas culturais constitui outro fator resultante da *governança urbana empreendedora*, que definitivamente está mais comprometida com a espetacularização de determinados espaços, do que com o estabelecimento de direitos à população mais carente das cidades. O *espetáculo* funciona assim como evidência e ocultação da cultura local, sendo que, enquanto o que se evidencia é geralmente caracterizado por uma apropriação superficial da vida urbana, o que se oculta às vezes é visceral para boa parte da população local mais pobre que vivencia a cidade. Dessa maneira, o espetáculo urbano fetichiza a cidade realizando-se de modo invertido ao que pode se apreender em um primeiro plano ótico: como mercadoria ele não se mostra, não se revela. Oculta-se na festa e na alegria do consumo, enquanto está a reforçar desigualdades mediante o aprofundamento da negação de um conjunto de *direitos à cidade*. Por essa razão, em consonância com Harvey (2014), sublinhamos que é insuficiente postular o “direito à cidade” como síntese explicitamente emancipatória. Conforme assevera o autor (HARVEY, 2014b, p. 19-20),

Reivindicar o direito à cidade equivale, de fato, a reivindicar um direito a algo que não mais existe (se é que, de fato, alguma vez existiu). Além do mais, o direito à cidade é um significativo vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado. Os financistas e empreiteiros podem reivindicá-lo, e

têm todo o direito de fazê-lo. Mas os sem-teto e os *sans-papiers* também o podem.

Nessa perspectiva, podemos analisar a *narrativa oficial* de um “povo valorizado” a partir de pelo menos três centrais aspectos. No primeiro, destaca-se a característica seletiva/excludente pela qual os espaços urbanos e as práticas culturais locais são funcionalizadas. É o que ocorre quando apenas alguns grupos, práticas culturais e espaços da cidade são escolhidos para serem promovidos nas políticas de requalificação urbana, em detrimento das efetivas variedades de realidades existentes. No segundo aspecto, observa-se a característica especulativa e/ou superficial sob a qual se implementam as políticas urbano/culturais na cidade. Referimo-nos aqui ao que ocorre quando a cidade oficialmente promovida é sintetizada em determinados *espaços de consumo* e estereótipos culturais. Por essa condição especulativa, a primazia da aparência se traduz em processos de *maquiagens urbanas* – que compõem narrativas *fraudulentas* (DELGADO, 1997) – de grandes transformações urbanísticas. O terceiro aspecto diz respeito, por fim, a ausência de efetiva participação política oportunizada pelas políticas urbano/culturais. Isso não quer dizer que os atores sociais que vivem a cidade fiquem simplesmente apáticos diante dos acontecimentos que não lhes satisfaçam, mas que é através da *política às avessas* que ocorrem os empreendimentos de espetacularização urbana contemporâneos.

Certeau ajuda-nos nessa reflexão, quando observa a funcionalização da chamada *beleza do morto*. A partir dessa metáfora, o autor satiriza a forma pela qual a *cultura popular* é valorizada, numa espécie perversa de estética e condição social, sob a qual a existência de determinadas práticas é considerada na medida em que aquele que a anuncia destitui ela de vida e ordem própria. A *beleza do morto* consiste justamente na compreensão sobre a cultura popular que se nega pela afirmação, ou seja, só é discutida e trazida à tona na condição de usurpada de sua dinâmica e vivacidade. Ela é definida por um exterior que a destitui, tratando-a como coisa e objeto, tão flexível quanto necessário for para o discurso do saber estabelecido: “[...] a cultura popular apreende-se apenas segundo o modo de desaparecimento porque nosso saber se impõe, qualquer que seja o caso, não mais ouvir e não mais saber falar disso” (CERTEAU, 2011, p. 73).

Dessa forma, toda narrativa que diz acompanhar o conjunto dos saberes e significados da cultura popular dá-se também mediante o esquecimento de toda forma de violência. O “esquecimento” das revoltas e lutas populares caracteriza a memória narrada em coerência e coesão. O caos e os conflitos são jogados fora daquilo que se lembra. Aqui reside a crítica de

Certeau tanto aos estudos literários²⁴⁴, quanto científicos, que através dessas características se debruçaram sobre a ideia de “cultura popular”. Segundo o autor, esses esforços só foram e são possíveis quando se concebe a cultura mediante censura e interrupção do seu fluxo normal, ou seja, só é viável concebendo-a como “morta”. Por isso, “a ‘cultura popular’ supõe uma ação não confessada” (CERTEAU, 2011, p. 55).

No limite, conforme argumentação do autor, pode-se considerar metaforicamente que a cultura apresenta-se na égide da *beleza do morto*, quando é tornada inteligível cientificamente, ou reificada nas condições convenientes ao consumo. Nas palavras do autor (CERTEAU, 2011, p. 56):

Os estudos, desde então consagrados a essa literatura, tornaram-se possíveis pelo gesto que a retira do povo e a reserva aos letrados ou aos amadores. Do mesmo modo, não surpreende que a julguem “em via de extinção”, que se dediquem agora a preservar as ruínas, ou que vejam a tranquilidade de um aquém da história, o horizonte de uma natureza ou de um paraíso perdido. Ao buscar uma literatura ou uma cultura popular, a curiosidade científica não sabe mais que repete suas origens e que procura, assim, não reencontrar o povo.

Essa maneira de pensar a inteligibilidade anunciada e a coisa representada serve-nos para analisar o patrimônio na medida em que ele seleciona e afere necessidade de preservação, restauração ou difusão da cultura material e/ou imaterial de um povo. Talvez, conforme nos lembra Certeau (2011), estejamos falando do “povo” e da “cultura” no exato momento em que deixamos de tê-los. Por essa lógica decorrem as políticas de patrimonialização e de espetacularização urbana. As atividades selecionadas para serem salvaguardadas como patrimônio, como também aquelas apresentadas como valorizadas na Fan Fest de Salvador, por exemplo, refletem simultaneamente a face do que se lembra e do que se esquece.

Quando a cultura é reificada, tornada objeto e destituída de sua própria dinâmica, ela é também extraída de “vida”. O caráter da autoridade científica que identificou e supostamente nos fez ver a *cultura popular* é o mesmo que encarna os órgãos de patrimonialização e a gestão espetacularizada da cidade de Salvador no contexto dos megaeventos no Brasil. Isso

²⁴⁴ Ao analisar a literatura francesa que versava sobre a ideia de cultura popular, M. de Certeau nota que se em um primeiro momento o “povo” era um termo que não aparecia, a partir dos anos 70 ele passou a ser inscrito de forma genérica. Lembrado por narrativas, mas não pela sua própria altivez, o “povo” torna-se dispositivo elástico e de fácil domínio. Trata-se do “popular” definido pelo sujeito que classifica o outro, mas não dá voz a ele. “A idealização do ‘popular’ é tanto mais fácil quanto se efetua sob a forma do monólogo” (CERTEAU, 2011, p. 59). A classificação que se impõe e interfere a dinâmica ordinária das práticas culturais pode ser refletida por nós nas narrativas que os construtores oficiais tecem sobre a *cultura popular* das cidades.

quer dizer que a rica relação entre os indivíduos e suas infinitas formas de simbolizar, contínuas e (re)criadas, passam a ser empreendidas como objetos funcionalizados para o consumo e dissimulados pela limitada participação que circunscreve a forma acabada de mercadoria.

Nessa condição, geralmente o “povo” é narrativa de memória. É coisa que viveu, mas que não tem vida, sobretudo voz. Nesse sentido, de fato, parece não existir “saber” sem violência. Conforme Certeau, é a violência política que invisibiliza a violência histórica. A nosso ver, isso pode ser verificado na medida em que se enquadram saberes e promovem-se seletivamente algumas práticas culturais em detrimento de outras. Portanto, é nessa perspectiva que se caracteriza a metáfora da “morte”:

Sem dúvida, será sempre necessário um morto para que haja fala; mas ela falará da sua ausência ou da sua carência, e explicá-la não se limita a apontar aquilo que a tornou possível em tal ou tal momento. Apoiada no desaparecido, cujo vestígio ela carrega, visando ao inexistente que ela promete sem dar, ela permanece o enigma da Esfinge. Entre as ações que simboliza, ela mantém o espaço problemático de uma interrogação (CERTEAU, 2011, p. 82).

Certeau (2011) advoga não por uma reformulação simplesmente metodológica que passe a tratar o ator social como ser pensante e não como objeto, mas por uma ação política que revele e assim pratique o direito de vida aos indivíduos e suas culturas. Seja referente à ideia de “natural”, “verdadeiro”, “ingênuo”, “espontâneo” ou à noção lírica da “infância”, quando o “popular” é lembrado segundo atributos positivos, ele serve deliberadamente a um sentido político. O “povo” o é em meu ato de dizer sê-lo. Ele é plástico assim como o seu derivado, “popular”, uma vez que foi tornado coisa. Assim, esses vocábulos são nomeações exteriores a sua própria dinâmica, então usurpada pelo classificador cultural.

A expressão provocativa da *beleza do morto* nos fornece, além de tudo, uma contribuição para pensar. Com seu estilo metafórico, e por vezes até poético, o autor aborda a questão da cultura, tomando como pano de fundo a sua natureza plural. Tal pluralidade não diz respeito a uma forma substancial de coisificar em unidade o conjunto das coisas, mas à fugacidade implícita, própria da característica central da cultura.

De modo semelhante, podemos refletir, à luz de Debord (1997), que o uso da pluralidade pode expandir ou limitar as expressões culturais. Segundo o autor, o espetáculo funciona como expansão restritiva do imaginário local, na medida em que “ele contém em si sua privação” (DEBORD, 1997, p. 32). Em um movimento próximo à estética da *beleza do*

morto, metaforizada por Certeau, a *espetacularização urbana* alarga e supervaloriza a produção, os costumes e a vida ordinária de um território, sob condicionantes próprios à mercadoria. Assim, a relação produtiva e o consumo esperado, ou investimento especulado, delimitam a possibilidade da experiência enunciada como marca positivamente turística da cidade de Salvador.

Nessa esteira, os instrumentos utilizados na construção e enunciação da imagem da cidade são de suma importância. Conforme Certeau (2011), podemos considerar que a imagem urbana é parte *imaginário* e parte paisagem concreta, produzida ou recriada. Assim, “a linguagem do imaginário multiplica-se. Ela circula por todas as nossas cidades. Fala à multidão e ela a fala. É o nosso, o ar artificial que respiramos, o elemento urbano no qual temos de pensar” (CERTEAU, 2011, p. 41).

Na contemporaneidade, notadamente marcada pelas competições e *concorrências intercidades* (HARVEY, 1994; FORTUNA, 1997), o apelo publicitário configura-se como um dos principais instrumentos anunciadores de imaginários. Na ótica certeuniana, o *imaginário* é ficção do que poderá ser ante o que se viu. É uma espécie de convite, não explícito, da renúncia do caráter ativo do sujeito:

O imaginário está no “ver”. Ele desenvolve um exotismo, mas um exotismo ótico. Com efeito, em última análise, por toda parte se encontra uma lógica, até no *strip-tease*, em que o desnudar da atriz vai a par com a espoliação dos espectadores: o que se oferece à vista é arrancado à mão. Vê-se tanto mais quanto menos se torna. O tédio do trabalho ou a impossibilidade de fazer tem como compensação o acréscimo daquilo que se vê fazer. Tudo supõe o sonho. [...]. O desenvolvimento do imaginário é a recíproca de uma “civilização” em que se multiplicam os *voyeurs* e os contemplativos. Desse modo, a “atualidade”, esse resto visual da ação, mostra as fortunas e os males dos outros, segundo uma lei que combina o luxo da informação com a passividade das testemunhas. A inação parece ser o prêmio da imagem (CERTEAU, 2011, p. 43).

Essa inação, a que se refere Certeau, pode ser também compreendida como a face da *política* destituída (RANCIÈRE, 1996). Conforme já argumentamos, trata-se de uma espécie de “*política às avessas*”²⁴⁵, que corresponde ao imaginário construído da cidade, através, ao menos, das práticas dos construtores oficiais. No contexto dos megaeventos, o anúncio e a imputação da imagem da cidade de Salvador enquanto “Capital da Alegria” é resultante das

²⁴⁵ É válido mais uma vez aqui a ressalva de que o conjunto de ações que caracterizamos como “política às avessas” refere-se à forma empreendedora sob a qual se reconstituiu a imagem de consumo da capital baiana. Isso não quer dizer que esse propósito não tenha sido combatido e questionado. O que destacamos é que, no âmbito da análise que fizemos das práticas dos *construtores*, as ações podem ser caracterizadas como intervenções de poder que negam a participação popular e efetiva pluralidade cultural da cidade. Exercem, portanto, uma *contra-política* do que Rancière (1996) sublinhou ser constituinte ao conceito de *política*.

intervenções urbanas e culturais que asseveram uma ideia de “alegria” mediante a recriação de um sentimento que só se fez existente, em sua generalidade, pelo poder fictício do *imaginário*. Destituída dos conflitos inerentes à dinâmica da vida social, no “real” nada mais existiu, além de sua imagem.

A nosso ver, em si, essa é a lógica sob a qual é operacionalizado espetacularmente o *imaginário* da cidade. Tanto os atributos da “alegria”, quanto da “diferença” atraente, refletem, quando generalizados para o consumo espetacular, um conjunto de ausências não transmitidas pela mediação imagética da cidade que se apresenta. Conforme sublinhou Certeau (2011, p. 44), “[...] a figura presente do imaginário narra no positivo uma ausência”. As imagens e o imaginário criador se estreitam, e de maneira invertida, fazem da ausência um presente positivado. A projeção imagética do imaginário é invertida como a de um espelho:

As mitologias revelam aquilo em que não se ousa mais acreditar e que por isso se busca “em imagem”, e muitas vezes aquilo que somente a *ficção* oferece. Elas enganam simultaneamente a fome e a ação. Elas traem ao mesmo tempo uma recusa a perder e uma recusa a agir. Desse modo, muitas das palavras e imagens narram uma perda e uma impotência, isto é, exatamente o contrário daquilo que elas prodigalizam (CERTEAU, 2011, p. 44).

Nesse sentido, os mitos não só necessariamente desapareceram, como foram funcionalizados pela racionalização. Assim, o *imaginário* da cidade é a recriação racional caracterizada nos novos modos de gestão urbana que, entre outras ações, devem construir cidades com imagens atrativas, aptas a disputar os investimentos econômicos e o consumo cultural. A lógica desse consumo é eminentemente simbólica, embora, com isso, acabe não sendo menos servil à cultura financeira (JAMESON, 2006; CEVASCO, 2010). Para Certeau (2011, p. 45), “os objetos expõem uma utopia que, muito ao contrário de ser absorvida pelo consumo, metamorfoseia o vocabulário de troca, isto é, o comércio, em uma literatura imaginária”.

Assim como outros suscetíveis elementos, as ideias de *felicidade* e *alegria*, inscritas no *jeito de ser do baiano*, são produzidas na cidade mediante a construção do *imaginário* (CERTEAU, 2011). Mais complexo ainda do que podemos supor, é que, embora essas noções sejam em certa medida ficcionalizadas para a imagem de consumo, também é possível reconhecermos que, em algum grau, elas podem ser existentes. Considera-se que, como boa parte da população local tem nas centenas de festividades anuais uma oportunidade de complementação da renda, as práticas *táticas* (CERTEAU, 1998) de seu labor são por vezes percebidas como expressões inatas de uma alegria espetacularizada.

Conforme observou Debord (1997), a variação espetacular tende a produzir multiplicidades docilizadas da cultura humana²⁴⁶. Nesse sentido, parte da realidade existente pode ser convenientemente retratada numa coesão dissimulada e seletiva para o consumo. A rigor, essa é uma tênue distinção a ser capturada nas análises. Os riscos de abordarmos de maneira também reificada a experiência vivenciada pelos atores é iminente.

Nessa ótica mais ponderada, Bauman (1998) sugere pensar a “cultura” para além das classificações exógenas e excludentes. Dessa maneira, ela não é nem simplesmente objeto de mercado, nem tradição histórica espontaneamente valorizada no *hall* do consumo contemporâneo. O que subjaz essa perspectiva é que em face dos ordenamentos que se impõem sobre as práticas culturais, a percepção de que ela simplesmente é coisa aleatória, também parece insuficiente.

Por um lado, há toda uma tendência de esforços contemporâneos, no enquadramento e classificação que reflete um pleno desejo de ordenar as práticas concebidas como culturais. Nessa lógica, podemos analisar que o Ofício das Baianas de Acarajé, que se publicita na eminência da marca de *cidade da diferença e da alegria*, precisa apresentar um retrato lapidado, “civilizado²⁴⁷”. De maneira semelhante, ocorreu a concessão de participação de ambulantes nos territórios de exclusividade comercial da FIFA. Sobre as primeiras, as performances padronizadas, sobre os outros, a estética adequada.

As baianas que desfilaram à frente do trio elétrico da Fan Fest não deveriam vender acarajés, mas representar a diferença performática por toda sua caracterização iconográfica. Por essa razão, bastavam os sorrisos, abraços e as cordiais paradas para as fotos. Para os ambulantes, que através de alvará comprado e emitido pela PMS, poderiam vender no entorno da Arena Fonte Nova e da Fan Fest, exigiam a aparência excepcionalmente adequada. Segundo foi publicado no próprio edital da PMS, eles precisariam, além de usar o kit padrão e as bebidas patrocinadoras, apresentar-se com touca, luvas, barbas, cabelos e unhas cortadas.

Empreendida dessa forma, a cultura é o esforço “cívico” de manter a ordem contra o caos “selvagem” (BAUMAN, 1998). A apropriação que dela fazem os *construtores oficiais* para a promoção da imagem atrativa da cidade se inscreve numa aversão completa ao conflito, uma vez que ele passa a ser reconhecido como desordem e expressão do caos:

²⁴⁶ É válido ressaltar que essa caracterização diz respeito à lógica de mercantilização urbana promovida pelos mecanismos dissimuladores do espetáculo. Sob outras formas de experimentação da vida urbana, reconhecemos que a teatralização da vida, por exemplo através do *teatro do oprimido*, contribui para resultados contrários à forma mercadoria espetacular, na medida em que ajuda a desmascarar situações de opressão.

²⁴⁷ Em acordo com Bauman (1998), aqui nos referimos ao modo etnocêntrico sob o qual a cultura é objetivada na modernidade, mediante cisões valorativas entre “selvagens” e “civilizados”.

É assim que tendemos a pensar na cultura até hoje: como num dispositivo de antialeatoriedade, um esforço para estabelecer e manter uma ordem; como numa guerra contínua contra a aleatoriedade e esse caos que a aleatoriedade ocasiona. Na luta eterna entre ordem e caos, o lugar da cultura é inequivocadamente no lado da ordem (BAUMAN, 1998, p. 164).

Por outro lado, uma forma aparentemente mais adequada emerge quando se atribui à cultura uma espontaneidade eternizada. Aqui, o ordenamento impositivo apresenta características mais sutis, pois pressupõe sempre uma passividade plástica, sob a qual a cultura pode ser produzida, e sobretudo consumida. A saída sugerida pelo autor é considerar a cultura a partir da ideia de “cooperativa de consumidores²⁴⁸”, em que se expressaria uma nova forma classificatória, que nega o mero ato de normatizar, mas também não se coloca como simples espontaneísmo:

As coisas que ocorrem no interior da cooperativa de consumidores ideal não são administradas, nem fortuitas. Movimentos não-coordenados encontram-se e vinculam-se em diversas partes da armação total, apenas para se libertarem de novo de todos os nós previamente atados. A espontaneidade aí não exclui, mas, ao contrário, exige uma ação organizada e intencional, todavia essa ação não se destina a abrandar, mas a fortalecer a espontaneidade da iniciativa.

[...] O que ocorre, de fato, é uma interação de ambos os fatores, o estado de coisas que por si mesmo coloca um ponto de interrogação na própria ideia de “determinação”. Sob tais circunstâncias, é difícil decidir se a ação foi inevitável ou acidental. É melhor falar da *contingência* dos acontecimentos (BAUMAN, 1998, p. 169).

A nosso ver, de acordo com essa perspectiva, as reapropriações culturais operadas pelos atores sociais diante de espaços e práticas espetacularizadas emergem com maior inteligibilidade. Diante dos atributos objetivados, a despeito da festividade carnavalesca, por exemplo, é emblemático o funcionamento do grupo Tambores do Mundo que, coordenado por negros naturais da periferia de Salvador, capitalizou a imagem da *alegria* e da *baianidade* estetizada pelos blocos afro, no empreendimento dos seus negócios. Um dos coordenadores, inclusive, reside na França, de onde tanto divulga as atividades do grupo em Salvador, quanto realiza oficinas e cursos de percussão, por várias outras localidades da Europa. Nessa

²⁴⁸ A metáfora utilizada pelo autor diz respeito não à noção de cooperativa enquanto instituição burocrática e/ou hierárquica, semelhante a um outro tipo de instituição comercial, mas ao modelo ideal que inspirou a Sociedade de Pioneiros Equitativos, quando, em 1844, criaram a primeira loja em Toad Lane, Rochdale, na Inglaterra. O princípio fundamental era que os administradores sobrevivessem do próprio trabalho como produtores, mas também como consumidores, numa clara negação ao modelo do trabalho fabril existente na época e às práticas da loja de empresa que oferecia produtos de má qualidade e altamente inflacionados (BAUMAN, 1998)

empreitada, estrangeiros de várias nacionalidades adquirem anualmente o pacote, no qual se hospedam no Curuzu (bairro Liberdade), aprendem a tocar percussão e desfilam durante o Carnaval da capital baiana.

Contudo, apesar da sugestão de Bauman contribuir para alargarmos o horizonte de nossas reflexões, é preciso discernir que, diferentemente de outras possibilidades interpretativas tecidas a partir do autor, para nós, o foco analítico continua a estar no âmbito processual das lógicas de produção²⁴⁹ (e não do consumo). Nessa esteira, no limite, o “consumo do consumo” é também uma indutiva forma de produção contemporânea²⁵⁰ (JAMESON, 1997).

No caso investigado da espetacularização urbana de Salvador, observamos que ao se ressignificar a imagem de consumo local, produz-se, em correspondência, tipos de consumidores e investidores aptos a alimentar financeiramente o consumo da imagem da cidade. Por isso também é que a imagem reinventada é uma imagem parcial e inevitavelmente conflituosa, uma vez que se narra sobre o “todo”, mas se pautam objetivamente partes específicas e convenientes ao círculo capitalista de produção e consumo. Com efeito, geralmente, o que resulta das apropriações espetaculares nunca é exatamente aquilo que se projetou idealmente. As *apropriações* e *reapropriações* que se fazem sobre a cidade tende a fragilizar a unidade condensada para o consumo.

Apenas nesse sentido, serve-nos pensarmos em um processo de formação mediante o *hibridismo cultural*. Conforme sublinham alguns autores (CEVASCO, 2006; JAMESON, 2006), as divergências e os conflitos são inerentes à vida pública, por mais que ideologicamente a condensação constituinte à categoria de “hibridismo cultural” possa subsumir as desiguais relações de poder. Na esteira da crítica literária materialista de Jameson, Cevasco enfatiza que, para além de abordar a “cultura” dentro das trocas culturais intensificadas pela globalização tecnológica, interessa perceber que esse processo efetivamente pode significar a opressão, deturpação ou eliminação de práticas culturais minoritárias dentro da lógica de valorização capitalista.

Nessa perspectiva problematizadora, a autora sistematiza alguns pontos que precisariam ser levados em conta no debate: 1- A redução do debate entre aceitação ou

²⁴⁹ Nesse caso, interessam tanto as *estratégias* (CERTEAU, 1998) de *apropriação*, normalmente implementadas pelos *construtores da cidade*, quanto as *táticas* (*id.*, *ibid.*) tecidas pelos *moradores locais*.

²⁵⁰ Nessa mesma linha analítica, de maneira bastante pertinente, Bauman (1998) ainda alude que, no caso das “cooperativas de consumidores”, a produção vigente pode se dar justamente a partir da produção de consumidores: “A verdadeira linha de produção das cooperativas de consumidores é, em princípio, a produção de consumidores (cada vez mais numerosos, cada vez mais exigentes, experientes e perspicazes)” (BAUMAN, 1998, p. 171).

negação acaba contribuindo para o fortalecimento de que tudo está efetivamente disponível para escolha de todos os indivíduos; 2- Ao se concentrar nos efeitos, ou seja, nas manifestações culturais em si, o debate acaba por perder de vista a causa da centralidade que essas manifestações assumem na ordem mundial capitalista; 3- A forma como a agenda de discussão do tema está posta reduz a possibilidade de questionarmos alguns fundamentos básicos da chamada “cultura global”, que é sobretudo a mercantilização da cultura, pautada numa lógica de produção capitalista, na qual o consumo e a produção se dá para um grupo, acionando inevitavelmente mecanismos de inclusão e exclusão. Sendo assim, como pensar na globalização como processo de integração materialmente pautado também por uma face de exclusão social?

A meu ver, apesar das pertinentes provocações suscitadas pela autora, também não é possível encerrar a discussão no questionamento binário, que se contenta em saber se a globalização integra ou intensifica a exclusão. Assim como outros fenômenos, a globalização e os megaeventos promovem múltiplos efeitos, a depender dos espaços e atores em questão. Dessa maneira, considerando cada desenvolvimento processual de casos investigados, ela pode, ao mesmo tempo, integrar e excluir. Como muito bem apresentou a geógrafa Doreen Massey (2000), há uma *geometria do poder* sob a forma em que esses fenômenos globais chegam até os lugares e atores sociais. De alguma maneira, isso segue uma lógica soberana (mas certamente não única) de produção capitalista. Logo, o modo como selecionam e/ou excluem, valorizam e/ou degradam, fazem-se lembrar e/ou esquecer, flui relativamente em correspondência processual com os procedimentos da produção de valor que atinge o território em questão.

Ao menos, é a partir dessa perspectiva que temos observado os conflitos envolvendo a capitalização de práticas culturais e a requalificação de espaços urbanos. Como lógica racional, a *espetacularização da cidade* constrói determinados *espaços de consumo* que, sob a ótica oficial, integram retóricas gerais sobre o completo território. A rigor, as políticas urbano/culturais incidem, no máximo, sobre algumas *espacializações* (FORTUNA, 2013) da cidade. Mas, conforme assinalou o próprio Debord (1997), no *espetáculo*, um dos mais importantes elementos é a aparência. Diante das inúmeras rotulações estratégicas, “berço da civilização brasileira”, “capital da alegria”, a “diferença” explorada na cidade de Salvador, durante o contexto das Copas da FIFA, produziu simultaneamente uma sensação de mudança e permanência. Segundo depoimento de um morador local,

Salvador na Copa do Mundo continua a mesma. Mas dessa vez fizeram uma maquiagem. Pra ela parecer um pouco mais interessante, não pra quem tá aqui. É esse discurso que a gente já conhece, né? Mas principalmente pra quem tá do lado de fora, né? (pausa). Para as pessoas que vêm para cá. Toda essa imagem que já é manjada e que muitos baianos realmente não vivem. É bem muito mais que isso. Enfim, é a mesma Salvador, mas mascarada. (...). Sabe quando você tem um monte de sujeira aí você coloca o tapete por cima. É uma cidade que tem problemas como todas as outras, mas só que não tem uma, não houve, nunca houve uma preocupação em você querer resolver os problemas da cidade. (...). Todos os problemas que são postos em relação a segurança pública, a qualidade de vida da população. Não é nada diferente das outras cidades. Algumas questões mais graves, e outras menos graves. Mas basicamente tudo isso é mascarado pra mostrar uma Salvador que é bonita de ver, que é a mesma Salvador que a Bahiatursa inventou, que é a do cara do berimbau, tocando, o negão bonitão, sabe? As pessoas sempre muito receptivas, o Pelourinho, aquelas fotos ali da Casa Jorge Amado, sabe?! Aquelas coisas... Isso não é nenhuma novidade o que eu estou dizendo, mas se mascara muito, se inventa e isso me incomoda porque é sempre o mesmo caminho que as coisas levam, sabe?! E vai e vem, as grandes coisas, entre aspas chegam pra cá e deixa pra lá, que se dane o soteropolitano, o porquê que as coisas estão mais altas, porque não tem qualidade de vida, mas vamos fazer uma coisa padrão FIFA, vamos fazer uma coisa de qualidade, pra que as coisas aconteçam! Quando se quer, sabe, os grandes conseguem fazer. Quando é realmente interessante pra eles, né?! Mas infelizmente o interessante é essa coisa do prestígio, do lucro que se dá, enfim...é uma pena²⁵¹ (grifos nossos).

A partir do trecho relatado, é possível analisarmos como, já em uma situação final de entrevista, o desabafo reflexivo de um morador local expressa, com pesar, a dualidade entre um “novo/velho” jeito de pensar a cidade de Salvador. A mudança corresponde à aparência, objeto constituinte do que analiticamente denominamos por *maquiagem urbana*. No âmbito mais abstrato das práticas e costumes culturais, o que se repete (ou se reinventa) é o *pastiche* da *baianidade*, impresso na espetacularidade estética de um corpo erotizado para o consumo. Conforme destacou o morador, trata-se de um mascaramento que enuncia “*uma Salvador que é bonita de ver, que é a mesma Salvador que a Bahiatursa inventou, que é a do cara do berimbau, tocando, o negão bonitão, sabe?*”²⁵².

No que diz respeito à dimensão urbanística, a aparência espetacular corresponde ao que ocorre nas vésperas dos eventos, com um conjunto estético padrão que compreende a limpeza de ruas, iluminação e até colocação de grama em áreas de encostas. De modo menos incisivo, essa percepção da cidade maquiada também apareceu em outros depoimentos coletados. Segundo um assíduo usuário do passeio do Dique de Tororó,

²⁵¹ Entrevista de “Eli”, concedida ao autor em 15/06/2014.

²⁵² *Id.*, *ibid.*

O que eu percebi foi o seguinte, que de uma hora pra outra e principalmente quando falta um mês da Copa, aí começou a arrumar tudo né, principalmente aqui no entorno da Fonte Nova, e onde eu moro, a gente percebe assim alguma mudança, moradores de rua praticamente você não vê. Eu costumo dizer que até cachorro na rua eu não costumo ver mais. (risos). (...). Aí você me pergunta o que é que Salvador ganha (pausa). Oh, pelo menos aqui em princípio nada, porque no início se pensava que a Copa do Mundo ia resolver muitos problemas e da mobilidade urbana. Não é nada disso. Os problemas vão continuar, claro, mas aqui pelo entorno, pelo que eu vi foi troca de asfalto, sinalização, mas com relação ao trânsito, com a TRANSALVADOR mudou algum trânsito mas não por conta da Copa, por conta mesmo de necessidade da cidade. Mas eu não vejo assim tanto, se você for olhar assim em relação à Copa do Mundo, o que foi que trouxe? Eu creio que apenas a Fonte Nova, a Arena Fonte Nova. Um novo estádio. Mas o restante vai (pausa). Eu creio, tomara que não, que eu esteja errado, mas tá tudo do mesmo jeito²⁵³ (grifos nossos).

O relato de “Neto” parece-nos indicar um pouco da observação que alguns moradores da capital baiana tiveram a respeito do contexto de *espetacularização urbana*, sob o qual se inscreveu Salvador. Na prática vivenciada por esses atores sociais, o caráter especulativo corresponde à estrutura superficial que, de certa maneira, é percebido com frustração em relação à forma sobre a qual a cidade é anunciada. Nesse sentido, para além das medidas clássicas de retirada de moradores de rua e estética urbana, restou a construção do novo estádio de futebol.

A aparência do que é evidenciado diz respeito também à simulação daquilo que é supostamente (re)valorizado. A partir da noção de *atratividade especulativa* é possível compreendermos a artificialidade que caracteriza parte dos propósitos enunciados com a realização de megaeventos nas cidades. A espetacularização urbana, forjada a partir da imagem de cidade fomentada pelos *construtores*, dá-se em meio ao conjunto retórico de práticas políticas que tentam construir legitimidade sobre o êxito em capitular e realizar um megaevento. Dessa forma, o descompasso frustrante identificado na percepção de alguns moradores locais se contrapõe à ideia de “legado urbano”, constantemente acionado como um dos princípios autovalidadores da imersão da cidade no projeto de realização das Copas da FIFA.

Ao analisarmos as características da lógica que circunscrevem essas narrativas, observamos que não há nenhum *legado* efetivamente duradouro. De novo, o que se realiza é que o intervencionismo operado pelo Estado não tem caráter cidadão nenhum (tal qual

²⁵³ Entrevista de “Neto” (funcionário público e poeta), concedida ao autor em 13/06/2014. Ver perfil analítico do entrevistado no **Anexo VI**.

postulado pela Escola de Regulação, tomando como base sobretudo o modelo de bem-estar social). Ou seja, não almejaram, através dos megaeventos, construir *mais e melhores escolas, mais e melhores equipamentos e espaços públicos*, mas sim, mediante a privatização de recursos públicos, viabilizaram a inserção da cidade no campo especulativo da promoção turística e dos investimentos financeiros relacionados ao consumo. O mercado imobiliário e outros meios afins acabam, sob esse cenário criado, especulando e apostando junto à imagem positiva da cidade, a partir daquilo que determinados espaços espetacularizados tentam simbolizar sobre ela (como um todo) (HARVEY, 2005).

Não por acaso, os *espaços de consumo* e as sociabilidades tendenciosamente tecidas nessas localidades acabam tendo um caráter social mais efêmero e economicamente fictício. Isso não quer dizer que não existam direitos e deveres mediando as relações nesses espaços, mas que eles são excepcionais e sobretudo mediados pelas relações de mercado. O direito de ir e vir é suspenso e sobre ele se realoca um direito de circular sob condicionantes estreitamente vinculadas ao potencial de consumo apresentado por cada indivíduo. O próprio vendedor ambulante não deve, nessas circunstâncias, estar autorizado a vender o que quiser, pois o *espaço* está suspenso de sua regulação cotidiana. Agora ele é de alguém. A propriedade, legalizada sob um arcabouço de exceção jurídica, contribui para que a única estabilidade produzida pela intervenção estatal seja vinculada à criação de *atratividades especulativas*, suscetíveis ao consumo.

Tais dinâmicas produzidas não se restringem ao campo narrativo do Estado e dos agentes privados, organismos internacionais paraestatais, como a FIFA e o COI, nem às empresas nacionais e internacionais apoiadoras, mas também acaba sendo experimentada pelos próprios atores que vivenciam cotidianamente ou visitam (nessas circunstâncias) a cidade. Para os últimos, a cidade apresentada é uma cidade especulada como *espaço atrativo e encantador*, que, independente de seu reconhecimento, dá-se na mediação imagética promovida pelo consumo espetacular. Como foi o caso das baianas de acarajé, dos blocos afro e toda história contada (na justa medida) para ser mercantilizada como elemento singular da cultura local. Entretanto, conforme já assinalamos, apesar de toda reificação espetacularizada, ainda estamos a lidar com a dinâmica de atores, não de objetos. Resta-nos, portanto, analisar em que medida as *reapropriações culturais* foram capazes de instituir fraturas no consenso oficialmente forjado.

VI.1. *Espetacularização urbana e reapropriações culturais: destituição do consenso espetacular?*

Apesar de todas as dissimuladas características que constituem os fenômenos de *espetacularização urbana* e sua *espacialização* voltada para o consumo cultural, determinadas práticas podem tensionar o consenso empreendido pela forma reificada dos *construtores oficiais* da imagem da cidade. Conforme sublinha Maité Clavel (2006), na relação estabelecida entre cidade e culturas, devemos considerar que a cultura da cidade, apropriada singularmente, nem sempre corresponde àquilo que enunciam e vivenciam seus cidadãos.

Nessa perspectiva, não há em si nenhuma entidade substancializada, pois não se trata de contrapor, tomando como unidade fixa e coesa, a percepção dos *moradores* contra a dos *construtores*. Quando investigamos a cidade a partir de seus processos, observamos que é insuficiente a correspondência unilinear entre “projeto” e “resultado”. Dessa maneira, a cidade espetacularizada é também o produto imperfeito dos projetos, plenamente estabelecidos pelos desarranjos da dinâmica que se sucede à vida em suas diferenças e desigualdades:

não é somente a atividade básica da cidade que cria essa atmosfera, nem a importância numérica da aglomeração; é isso que faz com que uma cidade turística se distinga de uma cidade industrial ou de uma cidade de fronteira [...]. Mas cada cidade, grande ou pequena, com ou sem especialização, apresenta uma mistura singular de construções e de organização espacial, de elementos de cultura material e de modalidades de utilização desses espaços, de comportamentos cidadãos. [...]. A cidade é feita também de lutas e acordos locais inscritos nos lugares: tal casa, tal sala de reunião, tal rua, tal bairro, onde pronunciaram-se palavras, desenrolaram-se acontecimentos que impregnaram as memórias. A cultura da cidade é também feita desse passado, presente através dos lugares. As perguntas formuladas investigam a fabricação dessa cultura local, sua transmissão e adoção pelas gerações sucessivas, e por vezes o seu questionamento (CLAVEL, 2006, p. 70).

Sob esse prisma interpretativo, a(s) cidade(s) e sua(s) cultura(s) são compreendidas para além da estandardização fixa, comumente forjada na imagem de consumo oficial dos *empreendedores urbanos* (HARVEY, 2005). Não sendo uma, a suposta coesão da cidade é muito mais um exercício de poder, retórica de *city marketing* que busca gerar pela prática da

política às avessas um consenso espetacular. Essa construção, senão “mentirosa²⁵⁴”, tal qual criticamente assinalou Manuel Delgado (2007) sobre as transformações ocorridas em Barcelona, desde os Jogos Olímpicos de 1992, corresponde estrategicamente a uma projeção de “cidade ideal” que pretende se sobrepor à “cidade real”.

Segundo o argumento de Delgado, a “cidade ideal” seria aquela resultante da *maquiagem urbana*²⁵⁵. Ela é destituída de conflitos e contradições, pois é forjada por um padrão identitário falsamente coletivo. Nesse sentido, ela se opõe à “cidade real”. Através de uma monumentalização seletiva, operada por um modo arbitrário e conveniente daquilo que se deve lembrar e esquecer, a cidade-negócio Barcelona foi transformada (DELGADO, 2007).

Nessa ótica, para Delgado, foi graças a uma exitosa *maquiagem urbana* que a imagem da cidade internacionalmente promovida aparentava ser destituída de conflitos. Nesse sentido, utilizaram estratégias que pudessem simultaneamente promovê-la para o consumo, atração de capitais e especulação imobiliária, em virtude da indiferenciação e invisibilidade do conjunto das realidades concretas que expressassem miséria, pobreza, violência e desigualdades sociais.

Essa espécie de *fraude*, constatada pelo autor, no emblemático caso de Barcelona, ocorreu posteriormente com algumas características comuns em várias outras cidades submetidas à promoção turística e espetacular. A rigor, essa noção de *maquiagem urbana* se aproxima e se diferencia, quando analisamos empiricamente algumas cidades espetacularizadas, sedes de megaeventos no Brasil, como é o caso de Salvador. Para além do mascaramento empreendido numa realidade propagada sem conflitos e com suposta participação política local, por aqui, a noção de “maquiagem” diz respeito também ao caráter imediatista e transitório da intervenção.

Entre outras coisas, a referência que baliza a intervenção pressupõe a necessidade de uma estetização prévia para uma situação tempo-espacial de exceção, onde a festa deverá ocorrer. Dessa forma, a *maquiagem* não se relaciona com um processo longo e infraestrutural de preparação para o espetáculo, mas sim com um conjunto de ações pontuais que devem ser

²⁵⁴ Fazemos aqui referência direta ao título da obra do autor, denominada “*La ciudad mentirosa: Fraude y Miseria del ‘modelo Barcelona’*” (DELGADO, 2007).

²⁵⁵ Conforme já assinalamos anteriormente, por *maquiagem urbana* entende-se uma *estratégia* (CERTEAU, 1998) urbanística, adequada à *espetacularização da cidade* a partir de intervenções seletivas em determinados espaços, potencialmente aptos aos fins da produção capitalista, notadamente marcada pela indústria turística, capitalização estrangeira, financeirização e especulação imobiliária. Os espaços espetacularizados são reunidos numa retórica totalizante de coesão e homogeneidade suficientemente pertinente para que toda a cidade seja exibida como mercadoria de consumo, produto turístico e moeda de troca para os investimentos financeiros e todos os arranjos especulativos. De acordo com a análise de Delgado (2007), foi justamente isso que a cidade de Barcelona conseguiu empreender com êxito a partir da realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

úteis para outro momento, extraordinariamente também pontual. A *maquiagem* é feita pouco antes desse extraordinário momento e deve, no máximo, durar o tempo suficiente ao caráter excepcional do espetáculo. Essa caracterização, que nos ajuda a pensar sob a forma efêmera que constituiu algumas das intervenções urbanas para a realização dos megaeventos, permite que compreendamos o processo como passageiro e transitório em detrimento do argumento validador dos *legados* sociais e urbanos que teriam as cidades sedes.

Nessa perspectiva, por exemplo, é que observamos como muitas obras não ficaram prontas a tempo e foram até abandonadas posteriormente, assim como determinadas intervenções, notadamente vinculadas à estética dos espaços, acabaram sendo empreendidas no contexto imediato da realização dos eventos²⁵⁶. Em Salvador, durante os próprios dias dos jogos, no entorno da Arena Fonte Nova, foi possível constatarmos funcionários da Prefeitura Municipal implantando gramas nas encostas dos morros²⁵⁷, limpando as ruas e até decorando-as com bandeirolas. Estas práticas de ornamentação das ruas, inclusive, eram tradicionalmente realizadas pelas próprias comunidades locais. Outras obras inacabadas²⁵⁸, como calçamento e asfaltamento, eram protegidas a partir de isolamentos improvisados, tanto nas redondezas da Arena Fonte Nova, quanto na *Zona Litorânea* da Barra, onde ocorreu a Fan Fest.

Diante disso, se de fato a *fraude* expressa o triunfo do “ideal” *projetado* sobre o “real” *vivenciado* (DELGADO, 2007), é preciso reafirmarmos também que as marcas do *espetáculo* (DEBORD, 1997), coexistem à força da história. Aqui, diferentemente do publicitado saber, consensualmente enquadrado, reside a premissa situacionista, sob a qual tanto poderá se dar a superação, quanto a cooptação de movimentos opositivos à cidade espetacularizada. A meu ver, na prática, essas percepções conceituais que se formam sobre a cidade não são efetivamente opostas, pois elas que não se excluem, ao menos em absoluto. Nesse sentido, a

²⁵⁶ Em nível nacional, contabilizou-se oficialmente cerca de 23 obras inacabadas, sendo que 10 delas sequer tinham prazo de entrega estipulado, apesar de terem sido listadas na matriz de responsabilidades como realizações a serem estabelecidas no contexto desses megaeventos. Essas obras concentram-se nas áreas de mobilidade, aeroportos e portos (FOLHA NA COPA 2014, s.d.). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/07/1486053-copa-do-mundo-termina-com-23-obras-inacabadas.shtml>>. Acessado em 05/11/2014.

²⁵⁷ Cf. **Figura 48** - Intervenções urbanas e embelezamento estratégico. Zona Arena Fonte Nova. (FOTO DO AUTOR, 2014).

²⁵⁸ Em Salvador, além de intervenções de menor escala, como a Alameda da Avenida oceânica que interliga o trecho do Farol da Barra ao Porto da Barra, na *Zona Litorânea*, o paisagismo nas encostas, que compreende o entorno da Zona Fonte Nova, foi feito durante os dias de jogos. Outras significativas obras enunciadas sob o estatuto de estruturais também não foram realizadas plenamente na capital baiana. São os casos do metrô (que acabou por inaugurar apenas cerca de 4 km de trajeto, após décadas de discontinuidades entre projetos e promessas), do BRT, da reforma do Aeroporto e do novo Terminal Marítimo de Passageiros no bairro do Comércio, o *Puerto Madero* baiano (ZH COPA 2014, s.d.). Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/05/salvador-tera-poucas-obras-prometidas-para-a-copa-4507092.html>>. Acessado em 10/06/2014.

“cidade ideal”, ainda que seja enunciada pelos *construtores oficiais* da imagem da cidade, não consegue eliminar suas realidades ocultas. Em muitos casos, essas percepções coexistem mediante contextos conflituosos. Aliás, talvez sejam justamente esses cenários que compõem a dinâmica viva e contingencial da vida urbana, em toda sua complexidade e com todas as suas contradições.

Nessa perspectiva, podemos analisar como determinadas ações vinculadas aos projetos de espetacularização urbana acabam produzindo exclusões socioespaciais, que não obstante, revelam práticas contestativas por aqueles qualificados como excluídos. Para tanto, sugerimos o uso da categoria de “reapropriação cultural”, mediante sua aplicabilidade em quatro tipos de casos²⁵⁹ distintos e emblemáticos que pudemos observar durante a pesquisa de campo. As diferenças identificadas nesses casos permite-nos classificar as “reapropriações culturais” em: I- *Reapropriação cultural como contracena espetacular*; II- *Reapropriação cultural como empreendimento popular da cultura reificada*; III- *Reapropriação cultural como tática diferencial de comércio*; IV- *Reapropriação cultural mediante a ludicidade crítica do espetáculo*.

A rigor, essa classificação que propomos, tomando como referência determinadas situações empíricas, não se invalida, nem é necessariamente estanque. Eventualmente, os tipos se relacionam entre si em um mesmo caso, de modo a ter características reafirmadas ou até contestadas, a depender de cada processo em questão. Nesse sentido, o esforço de sistematização que fizemos propõe muito mais oferecer didaticamente um recurso analítico amparado em situações emblemáticas, que reflitam práticas que surgem dentro do processo de espetacularização urbana e que, em algum grau, incidem no (re)ordenamento ou destituição do consenso espetacular, sem contudo implicarem sua restrição produtiva. Conforme veremos, em alguns casos o reordenamento resultante das reapropriações culturais suscita outras estratégias políticas de gerenciamento do espetáculo, o que provoca, por vezes, a impressão de emancipação e liberdade urbana, através da perversa inclusão de atores que tiveram suas práticas e costumes reificados para o consumo.

Nesse âmbito, iniciamos com a análise da *reapropriação cultural como contracena espetacular*, a partir do caso das baianas de acarajé, na cidade de Salvador. Durante os anos

²⁵⁹ As quatro referências empíricas para a classificação analítica da noção de “reapropriação cultural” são: O caso das baianas de acarajé (I); do bloco afro Tambores do Mundo (II); dos vendedores informais e atores não consumidores nos *espaços de consumo* (III) e dos blocos Pipoca Indignada e Rodante (IV). Em seguida examinaremos nessa respectiva ordem como cada tipo de *reapropriação cultural* pode contribuir para melhor elucidar algumas particulares características que se relacionam diretamente ao processo da espetacularização urbana.

de 2012 e 2013, na emergência da preparação e realização da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, circulou na imprensa local uma denúncia que indicava a possível proibição da venda dos bolinhos de acarajé nas proximidades da Arena Fonte Nova. Em pouco tempo, a notícia se multiplicou por diversas fontes de comunicação do país, destacando-se em manchetes que aludiam à hipótese sobre a referida proibição, como: “*Regra da Fifa ameaça venda de acarajé em jogos da Copa 2014*”²⁶⁰; “*Big Mac terá prioridade sobre acarajé na Copa do Mundo em Salvador*”²⁶¹; “*Fifa quer proibir venda de acarajé para beneficiar McDonald’s na Bahia*”²⁶²; “*McDonald’s ameaça acarajé na Copa*”²⁶³.

De fato, essa proibição nunca foi oficialmente divulgada, mas considerando a existência da chamada “zona de exclusividade comercial da FIFA”, abriu-se a possibilidade, legalmente instituída na legislação brasileira²⁶⁴, de a entidade só autorizar a venda e circulação de produtos vinculados aos seus patrocinadores e apoiadores devidamente cadastrados.

A justificativa aparente era que seria preciso atender a requisitos de segurança sanitária. Na tentativa, talvez, de contemporizar a situação, tendo em vista as mobilizações que começavam a germinar, a FIFA divulgou uma nota oficial afirmando que a venda dos bolinhos de acarajé não estariam em si ameaçados, pois mediante uma concessionária brasileira, licitada, o produto poderia ser escolhido e comercializado dentro dos trâmites que o então “Padrão FIFA”²⁶⁵ exigia (ANCOP, 2014²⁶⁶). O problema é que dessa forma as baianas

²⁶⁰ A TARDE UOL BAHIA SALVADOR. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1457744-regra-da-fifa-ameaca-venda-de-acaraje-em-jogos-da-copa-2014>>. Acessado em 06/12/2012.

²⁶¹ BAHIA NOTÍCIAS. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/123845-big-mac-tera-prioridade-sobre-acaraje-na-copa-do-mundo-em-salvador.html>>. Acessado em 06/12/2012.

²⁶² SUL21. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fifa-quer-proibir-venda-de-acaraje-para-beneficiar-mcdonalds-na-bahia/>>. Acessado em 06/12/2012.

²⁶³ SINTHORESP. Disponível em: <<http://www.sinthoresp.com.br/site/acordo-mcdonalds/correio-do-brasil-mcdonalds-ameaca-acaraje-na-copa>>. Acessado em 06/12/2012.

²⁶⁴ Cf. Lei Geral da Copa, nº 12.663, de 5 de Junho de 2012.

²⁶⁵ A noção de “Padrão FIFA” foi uma expressão que tomou significativa e ambígua apropriação conotativa. Por um lado, dizia respeito a um nível mínimo de alta qualidade exigido pela Federação Internacional de Futebol em todos os serviços e infraestruturas necessárias nos locais-sede. Por outro, serviu como sátira à forma como a referida entidade passou a ser soberana no âmbito das decisões política, administrativa e econômica do Brasil, especialmente nas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo 2014. Nessa última perspectiva, o país aparece como “nação” subordinada aos ditames externos.

²⁶⁶ A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) é uma organização que reúne todos os Comitês Populares da Copa formados durante o período de candidatura, preparação e realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Os Comitês não surgiram ao mesmo tempo, tendo algumas cidades se organizado a

perderiam o direito de trabalhar de modo autônomo, como fizeram na maior parte de suas histórias. Não estando de acordo com as condições que lhes foram impostas, as baianas, organizadas legalmente através da ABAM (Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia) acionaram o Ministério Público, reivindicando autonomia para efetuar as vendas do bolinho de acarajé.

O caso tomou maiores proporções, até que, no dia 05 de abril de 2013, em plena cerimônia de inauguração da Arena Fonte Nova, que contava com a participação da presidente Dilma Rousseff, do governador da Bahia, Jacques Wagner, e do prefeito de Salvador, ACM Neto, cerca de 100 baianas fizeram um protesto contra a FIFA na porta do estádio. Com a curta e direta informação, “*A FIFA não quer acarajé na Copa*”, estampada nas faixas erguidas pelas manifestantes, elas distribuíram bolinhos nos semáforos e na avenida principal, localizada no entorno da Arena Fonte Nova (ver **Figura 69**).

partir dessa estrutura política em distintos momentos desde 2007, ano mais emblemático da candidatura do Brasil, quando tanto o país foi anunciado como sede do evento, quanto foi protocolada a candidatura e escolha das 12 cidades-sedes, entre 29 concorrentes de todo o território nacional. Um dos fatores que certamente é possível identificar, como comum na emergência dos Comitês e da consolidação posterior da ANCOP, é a postura crítica e investigativa dessa entidade em relação aos impactos sociais e econômicos dos megaeventos. Sobre isso, ver as edições 1 e 2 do *Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Brasil 2014*. Disponível em: https://www.kooperation-brasilien.org/de/kick-for-one-world/aktuelles/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf. Acessado em janeiro de 2015.

Figura 69 – Protesto das Baianas de Acarajé na cerimônia de abertura da Arena Fonte Nova, Salvador-BA.



FONTE: Fotografia MÍDIA NINJA, s.d.²⁶⁷.

No decorrer da cerimônia e da manifestação, algumas representantes das baianas foram convidadas para entrar e participar da então abertura oficial da Arena Fonte Nova. Na ocasião, foi entregue um abaixo-assinado, com 17.728 assinaturas, para um assessor do gabinete da Presidência da República. Segundo relataram as baianas, tudo se passou como se a FIFA de fato nunca tivesse impedido a livre venda dos bolinhos de acarajé²⁶⁸. Contudo, conforme alguns fazem questão de criticamente lembrar, “a autorização para vender em dias de jogos normais só veio cerca de três meses depois, quando um novo acordo foi firmado entre a ABAM e o consórcio controlado pelas empresas Odebrecht e OAS, que terá direito de exploração do estádio pelos próximos 35 anos” (ANCOP, 2014, p. 57).

Apesar da conquista das baianas, alguns impedimentos não foram flexibilizados, como a venda na areia das praias, notadamente no circuito da Barra (Farol e Porto da Barra), área configurada como *espaço de consumo* da cidade. Contudo, em um breve histórico sobre a

²⁶⁷ AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO PUBLICA. **Copa Pública. Legado para quem?**. Fotografia MÍDIA NINJA, s.d. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/02/legado-para-quem/>>. Acessado em 06/03/2014.

²⁶⁸ AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO PUBLICA. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/02/legado-para-quem/>>. Acessado em 06/03/2014.

objetivação e evidenciação desses atores da cidade, percebemos que a relação exclusão/inclusão é mais complexa do que por vezes possamos imaginar. A apropriação turística, fortalecida com a chancela patrimonial do seu ofício, produziu o fortalecimento do agenciamento turístico da cidade, sob a forma mercantil de uma história de base cultural e religiosa, como também efetivou formas de sobrevivência de centenas de pessoas que vendem os bolinhos de acarajé por toda a capital e Estado baiano.

No contexto dos megaeventos, além dos conflitos em torno da proibição, o fato é que após as reivindicações, as baianas figuraram como imagem de consumo oficial, empreendida através das narrativas do poder público e dos empresários urbanos ligados ao turismo e às redes comerciais afins. Se de certa maneira, a condição identitária, patrimonial e histórica desses atores foi apropriada pela lógica da espetacularização urbana, por outra forma, ela também revelou o exercício da *reapropriação cultural*. Nesse caso, observamos que a *reapropriação* ocorre como *contracena espetacular*. Isso quer dizer que, conforme observou Debord (1997)²⁶⁹, algumas práticas aparentam ser opositivas à lógica espetacular, mesmo sendo efetivamente assimiladas e conformadas ao modo cênico da mercantilização mediada.

Nesse tipo, os atos de protestos protagonizados pelas baianas de acarajé, organizadas através da ABAM, produzem uma destituição do consenso espetacular através de reivindicações que reclamam por inclusão e participação na Copa, notadamente no que se refere ao direito de venda dos bolinhos de acarajé nos espaços de exclusividade comercial da FIFA. O argumento que demanda por inclusão desses atores culturais e seus costumes revela também a concreta reivindicação comercial de indivíduos que têm na figuração das baianas de acarajé a geração laboral dos rendimentos mensais. Nesse sentido, mesmo quando o que esteve na órbita das narrativas questionadoras foi o argumento de *valorização da cultura* e do *patrimônio imaterial*, tratava-se de um protesto por direito ao trabalho. O que evidentemente não circunstancializa nenhum demérito para estes atores, mas também não implica uma subversão da lógica de produção da espetacularização urbana. Não obstante, foi sintomático observarmos, no decorrer desse processo, que os protestos protagonizados pelas baianas resultou na absorção parcial de suas demandas. A parcialidade corresponde aqui às próprias condicionantes da mercantilização desse contexto espetacular mais amplo. De fato, durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, apenas 12 baianas foram autorizadas a comercializar seus bolinhos dentro da zona de exclusividade comercial da FIFA. O comércio, que era bastante comum até então na região da areia da praia da Zona da Barra, foi proibido durante a Copa (e

²⁶⁹ Cf. Aforismo 2, de *A Sociedade do Espetáculo* (1997).

até o momento da redação final desse trabalho assim se manteve). Já durante a Fan Fest, realizada também na Orla da Barra, a programação oficial contou com a participação local de duas mulheres que desfilaram à frente de um trio elétrico. Sem tabuleiro, a identificação de “baiana” configurava-se pelas indumentárias e por uma apresentação estética conveniente à reificação cultural do espetáculo. As pausas para fotografias com visitantes e os largos e duradouros sorrisos expressavam, a nosso ver, o resultado perverso da *reapropriação cultural como contracena espetacular*²⁷⁰.

Sob outras características, a *reapropriação cultural* também pode ser observada no caso de atores como os coordenadores do Grupo Musical de Intercâmbio Tambores do Mundo²⁷¹. De alguma forma, eles expressaram dentro de um processo ambíguo de (re)apropriação da narrativa da diferença, outrora enunciada nos discursos dos organizadores e investidores dos megaeventos, um uso a seu favor. A reapropriação cultural ocorre como *empreendimento popular da cultura reificada* e diz respeito à forma como esses atores se relacionam com a seletiva imagem de negritude existente nas imagens espetaculares da capital baiana. Com uma produção musical que se assemelha ao estilo conhecido de “bloco afro”, o Grupo apresenta uma característica heurística, pois a bateria, comumente composta por negros que residem na própria cidade, é constituída na maioria das vezes por estrangeiros de variadas nacionalidades. O Grupo conta com dois coordenadores negros, que relatam ter sua origem no Curuzu, bairro Liberdade, em Salvador. Eles costumam promover eventos e oficinas de percussão em outros países. Um dos coordenadores, inclusive, reside em Paris (França). O evento carnavalesco é divulgado durante boa parte do ano e inclui o intercâmbio em Salvador e as aulas de percussão. Eles ensaiam para poder desfilarem e se apresentar especialmente durante o carnaval, mas não raramente as oficinas e o *tour* também são ofertados em outras ocasiões, desde que haja público suficiente (ver **Figuras 70 e 71**).

²⁷⁰ Cf. **Figuras 49 e 66**. Também a esse respeito, a reflexão de Debord (1997) ajuda-nos a pensar, quando assinala que: “O trabalhador não produz a si mesmo, produz uma força independente. O *sucesso* dessa produção, sua abundância, volta para o produtor como *abundância da despossessão*” (grifos do autor). Ver Aforismo 31 da obra citada.

²⁷¹ O Grupo de Intercâmbio Musical Tambores do Mundo se autodefine como uma “Associação que promove projetos de intercâmbio musical-percussivo entre grupos que executam a música afro-baiana pelo mundo” (FACEBOOK, s.d.). Disponível em: <https://www.facebook.com/tamboresdomundo2014/info?tab=page_info>. Acessado em 25/02/2014.

Figura 70 – Folder publicitário, Grupo Tambores do Mundo.



FONTE: FACEBOOK²⁷².

Figura 71 – Mestre Patinho Axé em ensaio com a bateria. Grupo Tambores do Mundo.



FONTE: FACEBOOK²⁷³.

²⁷² Disponível em: <<https://www.facebook.com/tamboresdomundo2014/>>. Acessado em 04/06/2015.

²⁷³ *Id.*, *ibid.*

A possibilidade de conhecer/visitar o país e sobretudo poder vivenciar a cidade de Salvador a partir da representatividade musical do Curuzu são elementos que compõem parte da reapropriação cultural operada pelos organizadores. Nessa perspectiva, a internacionalização empreendida pelo Grupo se realiza, em algum grau, mediante a própria espetacularização que se promove sobre o baiano etnicamente identificado e subjetivamente “feliz”, “festivo” e “receptivo”.

Assim, o Grupo Tambores do Mundo empreende uma alteração cênica da regulação mercantil, em que aqueles que poderíamos imaginar serem os consumidores se apresentam como produtores culturais, ao passo que os produtores tornam-se então empreendedores culturais. Face à apropriação cultural que ocorre no processo de espetacularização urbana, as noções de *terra da felicidade* e expressividade musical de *matriz africana* acabam também sendo reaproveitadas a partir dos coordenadores do Grupo. Aqui, junta-se ao rumo espetacular da cidade, promovida pela apropriação da cultural local, a *reapropriação* que se revela em um efetivo exercício de *empreendimento popular da cultura reificada*.

Com esses dois primeiros tipos de *reapropriações culturais* analisados, observamos que os casos relatados demonstram muito mais do que um “cenário” plenamente resultante do projeto espetacular. Eles sugerem, portanto, uma percepção, onde a confluência, os desencontros, descompassos e conflitos das mais diversas “experiências corporais” se realizam. Em cada exemplo, evidencia-se uma série de elementos reais e empíricos que só podem ser compreendidos se apreendermos a análise da espetacularização como um *processo* complexo, sob o qual se dinamiza o protagonismo de atores sociais, bem como sua reificação cultural.

Dessa maneira, a noção de *reapropriação cultural* que sugerimos é eminentemente política e está circunscrita à *espetacularização urbana*, mesmo quando se apresenta de modo opositivo ao funcionamento gerencial do espetáculo. Com efeito, sua incidência atinge, em menor ou maior grau, um dos atributos que constituem a espetacularização, que é a característica consensual forjada pelo exercício da *política às avessas*. Sob intensidades e formas distintas, as *reapropriações culturais* são capazes de destituir a configuração do consenso espetacular, ao enunciar outras imagens da cidade. O dissenso apresentado, seja na contestação mais incisiva ou no protagonismo cultural retomado, não destitui a lógica produtiva do espetáculo, mas reorienta-o, de modo a estabelecer determinadas concessões e *estratégicas* assimilações. Ao realizar-se por dentro da *espetacularização urbana*, no limite,

as *reapropriações culturais* funcionam em situações que tensionam seu ordenamento funcional, mas não impedem sua (re)produção.

Sob essa caracterização analítica, é possível apreender aspectos que se circunstantializam nas relações, eventualmente abordadas unilateralmente, entre as ações de poder *estratégico* (*construtores e empreendedores urbanos*) e aquelas advindas do *saber dos de baixo*, no sentido *tático* enunciado por Certeau (1998). Com essa abertura hipotética, sobre as relações de poder entre desiguais, não pretendemos essencializar as práticas populares, como se fossem em si dotadas de uma força emancipatória e crítica. Trata-se apenas de sublinhar a necessidade de relativizar e compreender os sentidos e práticas a partir dos recursos mobilizados pelos próprios atores que outrora são objetivados pela reificação cultural. O que está fundamentalmente em questão²⁷⁴, conforme sublinha Martins (2012), é identificar de modo relativista como os outros se anunciam no mundo, posicionam-se, resistem ou negociam de diferentes maneiras com as distintas forças de opressão, capitulação ou indiferença, que sobre suas vidas cotidianas se impõem.

A meu ver, a perspectiva retomada por Martins (2012) é bastante significativa, pois ainda que possa recair em fundamentos que outrora criticou, serve-nos, ao menos, como advertência de que há mais vozes e atores do que as concepções binárias nos permite enxergar. Para tanto, é preciso não esquecermos que as relações entre global e local, nas práticas culturais e políticas, têm relações predominantemente assimétricas, o que Doreen Massey (2000) muito bem chamou de *geometria do poder*, ao analisar os processos de globalização. Isso implica dizer que, ainda que precisemos reconhecer e compreender muito quem fala, a partir de quem fala, por outro lado, faz-se necessário ponderarmos, para que nem tudo se relativize harmoniosamente, como em um passe mágico no qual a alteridade se estabelece de maneira indelevelmente unilinear.

Por esse prisma é que consideramos ser plausível argumentarmos a partir da análise de toda dinâmica que envolveu as baianas de acarajé em Salvador, como elas demonstraram conseguir organização e identificação coletiva, para que, enquanto atores sociais, apresentassem politicamente suas demandas. Não somente através das manifestações, mas sob uma espécie de reapropriação do reconhecimento patrimonial, elas expressaram críticas e resistiram à forma sob a qual se desenhava a espetacularização de sua imagem. Isso não quer dizer que reivindicavam o fim da mercantilização espetacular, mas o direito de se inserirem, mediante a funcionalização *tática* do estatuto patrimonial. Assim, com uma pauta política que

²⁷⁴ Essa problemática, abordada pela autora Rosana Martins (2012), encontra maior referência nos chamados estudos pós-coloniais.

fazia referência à ausência de voz e participação direta daqueles atores que figuravam na projeção da imagem oficial da cidade²⁷⁵, suas práticas se caracterizaram como *contracena espetacular*. Por um lado, enunciaram diferentes imagens daquele consenso projetado, mas por outro, provocaram, no limite, uma reorientação do aspecto gerencial da governança espetacular, sendo assimiladas sob condicionantes mercadológicas.

Nesse âmbito, reafirmamos que o que reivindicavam não se contrapunha radicalmente aos fundamentos produtivos do capitalismo, enquanto lógica produtora de mercadorias e desigualdades. No entanto, caracterizava-se intencionalmente ao objetivo de reivindicar um alargamento do espaço que seleciona aspectos centrais da produção humana, excluindo outros, não menos localizados e identificáveis. Nas cidades, por exemplo, a ação desses atores localiza-se como interlocução que responde ao ordenamento que escolhe o que fica dentro e fora das intervenções urbano/culturais de valorização mercadológica.

Talvez seja preciso problematizar além da prática cultural e dos atores que devem ou não caber na espetacularização urbana, mas porque eles efetivamente precisam se inscrever nessa lógica. Sem efetivamente analisar a esfera produtiva do espetáculo, a dualidade inclusão/exclusão tenderá a coexistir. Assim, a mobilização pressuposta que residiu na contraposição da valorização dos bolinhos de acarajé em face dos sanduíches da McDonald's encena, em certa medida, uma *oposição espetacular* (DEBORD, 1997). O que subjaz nessa dinâmica é a *espetacularização urbana*, que se soberaniza na contemporaneidade capitalista, notadamente nas cidades, quando o passado e a história, repletos de cultura, podem ser acionados como mecanismos de atração para a mercantilização. Dessa maneira, os atores da “posse”, ou as protagonistas dos bolinhos de acarajé, acabam recaindo, ainda que não desejem, no processo perverso que dinamiza apropriações e reapropriações das práticas culturais e de suas faces espetacularizadas para o consumo capitalista.

Não obstante, sob as próprias condicionantes da *sobrevivência marginal* que se encontram os atores seletivamente apropriados pela lógica do espetáculo, a *reapropriação* acaba se constituindo também em uma prática coexistente a forma mercadoria. Seu caráter fundamentalmente político expressa possibilidades de reivindicações de acesso à lógica da mercantilização em curso, não porque sejam as baianas um nicho empresarial da cidade, mas porque, em menor ou maior grau, reclamam pelo direito básico à sobrevivência marginal. Portanto, as *reapropriações culturais*, diferentemente dos *contra-usos* (LEITE, 2007), consistem em um enfrentamento político *por dentro* da *espetacularização urbana*. Não

²⁷⁵ Conforme observamos na configuração da *espetacularização urbana* de Salvador, a imagem das “baianas” é apropriada mediante uma genérica estetização turística, projetada na imagem oficial da cidade.

estando *fora*, elas acabam sendo assimiladas pelo processo espetacular, ainda que possam obter algum nível de reorientação política na prática da governança do espetáculo. Sendo assim, a *reapropriação cultural como contracena espetacular*, identificada nas ações das baianas, não diz respeito a uma prática política que se contrapõe à produção capitalista, mas ao exercício de mobilizar mecanismos para sobreviver a ela.

Numa cidade como Salvador, visivelmente marcada pelo trabalho informal²⁷⁶, torna-se ainda mais problemático o dilema de ver que, ao ter se tornado sede dos megaeventos, boa parte dessa população que trabalha com vendas avulsas (nos ônibus ou nas ruas) foi *excluída* do processo de geração de renda. Nesse caso, o que do ponto de vista dos *construtores* foi chamado de *inclusão* desses atores foi bastante contestável, pois, em tese, para que os ambulantes pudessem atuar nas imediações da zona de exclusividade comercial da FIFA, precisavam pagar à Prefeitura por uma licença e atuar conforme um conjunto de normativas previamente estabelecidas. Com efeito, entre os que efetuaram o cadastro para obtenção da licença de venda, boa parte afirmou que não estava satisfeita com o que estavam presenciando. A alegação era de que os produtos obrigatórios a serem comercializados ficaram mais caros e muitos consumidores estavam preferindo pagar mais barato em outros pontos da cidade, onde inclusive poderiam escolher o que consumir, diante da oferta que extrapolava os produtos oficiais da FIFA.

Na prática, observamos a partir desse exemplo outro tipo de *reapropriação cultural*, que se realiza como *tática diferencial de comércio*. Mesmo com a norma de acesso estabelecida, muitos vendedores adentraram os espaços de exclusividade comercial sem terem adquirido a licença da PMS. Seja pela condição própria de *sobrevivência marginal*, em não ter como pagar pelo alvará de autorização ou por não julgarem justo, eles acabaram usando *antinormativamente* o espaço projetado pelas regras da espetacularização urbana. A noção de *antinorma* aqui não diz respeito a uma intencionalidade deliberada de afronta, mas refere-se a uma *conformação* dos espaços e suas regulações mediante usos *inadequados* ou destoantes da unidade consensual da imagem espetacularizada. Trata-se, portanto, de uma espécie de variação normativa da conduta que é assimilada e tolerada pela norma.

A venda não autorizada ocorria inicialmente de maneira bastante cautelosa. Durante os dias de jogos na Arena Fonte Nova, a quantidade de policiais era de fato impactante, o que

²⁷⁶ Durante boa parte da pesquisa de campo, praticamente em todos os pontos de ônibus, por exemplo, registramos vendedores de diversos produtos (balas, chocolates, doces em geral, bolsas, livros, canetas, chaveiros, etc.) que subiam e desciam, alternando-se a cada parada do ônibus. Além disso, é igualmente notável a quantidade de ambulantes que trabalham durante as principais festividades da cidade, além de circundarem os espaços de consumo.

gerava, nestes vendedores, receio em ter a mercadoria não autorizada apreendida. Para “José”, ambulante há mais de 30 anos, ser cobrado para trabalhar era um absurdo. Ele estava atuando como vendedor sem alvará²⁷⁷, mas relatou que estava apreensivo com a possibilidade de ter sua mercadoria apreendida pelos fiscais da Prefeitura. Por isso, diferente dos outros vendedores²⁷⁸ que tinham a licença da PMS, as bebidas que ele trazia eram colocadas em uma discreta sacola plástica branca, com um pouco de gelo. Dessa maneira, sua *tática* (CERTEAU, 1998) era caminhar aos poucos. Assim, ele ia se aproximando mais e mais da frente da Arena Fonte Nova, sempre abordando os turistas e torcedores que passavam andando em direção ao estádio (ver **Figuras 72, 73 e 74**).

Figura 72 – Cavalaria da Polícia Militar, em jogo da Copa, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

²⁷⁷ Licença municipal obrigatória para o exercício do comércio.

²⁷⁸ A diferença entre os ambulantes regularizados e os não regularizados poderia ser identificada pelo uniforme e material padronizado (como caixa térmica de isopor) que os primeiros utilizavam.

Figura 73 – Tropa de Choque da Polícia Militar, em jogo da Copa, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 74 – Ambulantes no entorno da Arena Fonte Nova, em jogo da Copa, em Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

As *táticas*²⁷⁹ operadas pelos ambulantes não licenciados pela PMS para realizar o trabalho não se encerravam apenas na forma de transportar a mercadoria, e de percorrer os espaços da Zona da Arena Fonte Nova, mas também vinculava-se aos preços cobrados pelos produtos. Assim ele afirmava: “*Quando é pra alguém de fora, eu cobro R\$ 3,00 na água. Pra os de dentro é R\$ 2,00. (...) Eu estou trabalhando, não estou roubando ninguém. Por isso que não pago e nunca vou pagar licença nenhuma, oxe! Minha licença quem me dá são meus Orixás e Deus, né prefeitura nenhuma não*”²⁸⁰!”.

O risco de perder tudo era enfrentado pela necessidade material de ter que angariar algum dinheiro, já que praticamente toda a cidade estava voltada para a realização dos jogos da Copa. Segundo ele, de alguma forma, naquele dia, as “*coisas ainda estavam tranquilas*”. Sussurrava, ao passo que andava calculadamente: “*Ainda bem que não tá tendo manifestação, porque aí dá pra vender, e a polícia implica menos com nós*”²⁸¹”.

Em frente ao calçadão do Dique do Tororó, moradores da encosta do bairro Vasco da Gama também tentavam aproveitar a relativa permissividade dos órgãos de fiscalização quanto à venda de produtos por ambulantes não licenciados. Com caixas térmicas de isopor, eles ofereciam bebidas e alguns petiscos, sem serem abordados, mesmo com a presença de policiais militares na área. No outro lado do Dique, crianças jogavam bola, utilizando-se das pistas e viadutos que tiveram o trânsito interditado em virtude dos jogos na Arena. Quanto mais próximo do estádio, maior era a presença de funcionários do poder público municipal, seja no âmbito da fiscalização, da limpeza das ruas e até mesmo no trabalho, realizado poucas horas antes dos jogos, de implantação de grama na encosta do entorno do Dique (ver **Figuras 75 e 76**).

²⁷⁹ Embora a prática de vender o mesmo produto com preços diferenciados possa provocar a impressão de uma extorsão em detrimento de uma contestação política, referimo-nos aqui mais precisamente à característica da astúcia de um uso *antinormativo*. Nesse sentido, a ação do ambulante se conforma à lógica de produção do espetáculo, ao mesmo tempo que reflete os desdobramentos das contradições e desiguais oportunidades ofertadas para a população baiana no contexto dos megaeventos.

²⁸⁰ Depoimento de “Sr. José”. Morador e vendedor ambulante na cidade de Salvador. Relato obtido em 16/06/2014.

²⁸¹ *Id.*, *ibid.*

Figura 75 – Moradores do Vasco da Gama, em dia de jogo da Copa na Arena Fonte Nova, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 76 – Meninos jogando bola no entorno da Arena Fonte Nova em dia de jogo da Copa, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Alguns mendigos também foram visualizados nas proximidades da Arena. Alguns portavam bebidas alcoólicas e até mesmo colchões velhos, utilizados para o repouso na sombra de algumas das árvores que margeavam o lago do Dique (ver **Figura 77**).

Figura 77 – Mendigos no entorno da Arena Fonte Nova em dia de jogo da Copa, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

A presença desses atores gradativamente ia sendo menor à medida que caminhávamos em direção a Arena. Em frente ao estádio, alguns desses *usos antinormativos* ao espaço idealmente projetado pela espetacularização urbana também ocorriam, apesar do policiamento e fiscalização continuarem sendo ostensivos. A rigor, a possibilidade de termos, a partir desses *usos antinormativos*, uma destituição do consenso espetacular não se dá pela ação política coletiva ou individualmente organizada, mas pela explicitação das próprias contradições que o *espetáculo* tende a ocultar. O usuário que dorme no banco (bem como aquele que escova os dentes, em pleno circuito aonde trafegam os torcedores que se dirigiam para a Arena Fonte Nova) expressa o impacto de uma *relação corpórea* (JEUDY; JACQUES, 2006) de *estar no espaço* “outra” imagem da cidade espetacular.

Contudo, talvez justamente por não oferecerem maiores *danos* nem *demandas reparadoras* (RANCIÈRE, 1996), têm *estrategicamente* pelos *construtores oficiais* da cidade e os agentes fiscalizadores dos usos, sua presença tolerada. Tanto a esses usuários/moradores que descansam à margem do lago do Dique de Tororó, quanto aos ambulantes que vendem

sem autorização legal nas imediações mais próximas da Arena, observamos, a partir da análise processual, uma espécie de “marginalidade tolerada”, ou seja, uma *antinormatividade espetacular*, por isso, *conformada ao espaço de consumo*.

Nessa região foi possível registrar a comercialização clandestina de ingressos²⁸², além de uma variedade de outros produtos, como camisas, bonés, buzinas, bandeiras nacionais, doces, salgados e dezenas de lembranças da Copa, além das bebidas (cervejas, água e refrigerantes) (ver **Figuras 78 e 79**).

Figura 78 – Venda não regularizada de camisas / Arena Fonte Nova, em dia de jogo da Copa, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

²⁸² Com os chamados “cambistas”, pudemos observar preços que chegavam até a 650 dólares. Não é possível, contudo, assegurar a validade dos mesmos. A prática de venda de ingressos falsificados não é tão rara. Durante a pesquisa de campo, acompanhamos algumas confusões, a partir de reclamações de torcedores a policiais militares. A FIFA proíbe a venda avulsa de ingressos.

Figura 79 – *Antinormatividades* no entorno da Arena Fonte Nova em dia de jogo da Copa, Salvador-BA.



FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Muitos moradores do entorno da Arena Fonte Nova, tanto do Vasco da Gama, quanto do Engenho Velho de Brotas, subiam e desciam regularmente as encostas dos morros para abastecer sacolas e caixas térmicas com bebidas. Adultos e crianças, mulheres e homens operavam suas vendas sem serem incomodados por nenhum fiscal da PMS, apesar da imensa atenção que havia contra os chamados “rapas²⁸³”.

Essa constatação produzida na pesquisa de campo nos leva a reafirmar que estão para além da relação *projeto-resultado* alguns dos mais relevantes fenômenos sociais acerca das políticas urbano/culturais da cidade em contextos de megaeventos. Dessa maneira, face às normatizações impostas pelos organizadores e construtores da espetacularização urbana empreendida, coexistiu uma gama de práticas de *reapropriações culturais* e *antinormatividades*. Permeadas por relativas permissividades daqueles responsáveis pela fiscalização, estas ações nos provocaram também para uma análise mais complexa de como se constituiu o processo de tornar *espetaculares* o urbano e sua cultura.

²⁸³ Diz respeito aos funcionários que trabalham como fiscais da prática comercial em espaço público, monitorando e coibindo a atuação de vendedores informais não regularizados pelos órgãos público.

Nesse sentido, sob a espetacularização da cidade, podem decorrer tanto práticas de *apropriação* quanto de *reapropriações culturais*. Dessa forma, durante o contexto dos megaeventos, é preciso registrar que a interação entre as distintas nacionalidades, situadas em culturas mundiais alocadas em instantes de encontro, fazia da dinâmica observada na cidade de Salvador algo mais do que pura mercantilização fetichizada. Os contatos entre povos distintos criavam enfim um ambiente de entretenimento que transformava parte da competição e do mundo dos negócios em um consumo particularmente atraente. De fato, isso nos ajuda a compreender toda a configuração “mágica” que gira em torno de um megaevento como a Copa do Mundo de Futebol. Entretanto, não há como esquecer que essas realizações não são possíveis para todos, visto que é a condição material de consumidor, de torcedor que habilita o indivíduo a algumas dessas experiências na cidade.

A referida *magia* do entretenimento espetacularizado pode estar parcialmente presente no que Luís Baptista (2005) denominou por *ludificação*. Trata-se de uma categoria analítica que visa compreender os processos de intervenções contemporâneas que se dedicam a criar espaços para o entretenimento e consumo. Desse modo, a *ludificação* remete a uma transformação do território em “espaços lúdicos”, o que enseja, conforme sublinha o autor (BAPTISTA, 2005, p. 90),

uma nova dinâmica nos usos do espaço humanizado, que amplia e diversifica a lógica de apropriação resultante dos históricos processos de urbanização. Do ponto de vista prático, designamos por territórios lúdicos os lugares/cenários edificadas de raiz para serem usados como espaços de entretenimento e de consumo programado.

A ideia de modo de vida lúdico tende a se generalizar²⁸⁴ através da ótica referencial que pauta contemporaneamente as políticas urbano/culturais das cidades. Nessa perspectiva, os indivíduos são concebidos mediante o pressuposto de serem consumidores, ainda que boa

²⁸⁴ De modo sucinto, Baptista (2005) elenca três condições fundamentais para o surgimento generalizado de territórios lúdicos nas sociedades contemporâneas: 1- Generalização do tempo livre e consequente fortalecimento do sistema produtivo; 2- Efeitos psicológicos e econômicos da generalização do tempo livre mediando a maior disposição de indivíduos para fazerem parte do consumo generalizado ofertado como usos cotidianos das relações sociais, face ao aumento de tempo disponível para essas referidas atividades; 3- Revolução tecnológica, especialmente no que diz respeito aos impactos da distribuição e mobilidade dos indivíduos e das mercadorias (basta lembrar aqui da “popularização do uso dos aviões comerciais”, da circulação transnacional de produtos e marcas, etc.).

parte seja rigorosamente composta apenas por indivíduos incapacitados de consumir, pela objetiva razão de comporem o conjunto de *atores monetários sem dinheiro*²⁸⁵.

Em nome da construção de *espaços lúdicos*, os indivíduos são tratados menos como cidadãos e mais como consumidores; o Estado menos como instituição central e reguladora de direitos e deveres e mais como estrutura responsável pela viabilização de segurança e condições fiscais viáveis para a construção de *espaços de consumo*. A relação de direitos entre “indivíduo-indivíduo” e “indivíduo-instituição” não é eliminada, mas pauta-se então soberanamente pelo direito de oferta e serviço pleno. Dessa maneira, o direito em questão é de sentir-se satisfeito enquanto cliente, quando evidentemente legitimado pela condição de consumidor capaz de consumir (BAPTISTA, 2005).

A *ludificação* que caracteriza então as políticas de espetacularização urbana, implementadas através das apropriações culturais dos *construtores*, contribui para a formação de territórios divididos e excludentes. Segundo Baptista (2005), há nesse bojo duas cidades. Uma da fantasia, ludicamente configurada para o consumo e para aqueles que detêm as condições de consumir e outra, regulada e evitada até que sejam devidamente adequadas ao ordenamento da produção e consumo próprios dos territórios lúdicos:

Teríamos assim duas dimensões da cidade e de espaço público: de um lado, a ideia de espaços lúdicos animados por grandes empresas lucrativas de entretenimento com todas as sucursais de animação e compras e, de outro, territórios a evitar, a entregar ao poder político, e a manter encerrados enquanto não forem reconvertidos para usufruto lúdico. Em síntese a cidade dos consumidores, privada e animada, e a cidade restante, no contexto da qual se fala dos direitos de cidadania, a controlar pelos mecanismos públicos de segurança e de reinserção social (BAPTISTA, 2005, p. 94).

Todavia, nessa generalização, assinalada pelo autor, escapam os usos que se estabelecem entre e para além das normatizações propostas pelos ordenamentos urbanos contemporâneos. Isso quer dizer que por um lado é altamente legítimo fazermos a crítica ao modo como esse processo tem se dado, não eventualmente na formulação de *espaços de consumo*. Contudo, por outro, apesar do consenso espetacular forjado, nas práticas observadas processualmente, a cidade apresenta-se também numa infinidade de *reapropriações culturais* operadas inclusive por atores ocultados ou pretensamente controlados nos planos de

²⁸⁵ Essa expressão é aqui tomada a partir da compreensão de que, sob a lógica capitalista, os indivíduos não são necessariamente atores de direitos e deveres sociais, mas sim atores contáveis, mensuráveis pela propriedade privada e pela condição de poder exercida por meio da posse do dinheiro. Entretanto, com essa mesma lógica, produzem-se, inevitavelmente, sociedades desiguais, de tal modo que temos cada vez mais, em face da mensuração privada do indivíduo, aqueles que são destituídos do dinheiro, isto é, desprovidos do equivalente universal que afere a vida humana, as básicas condições sociais de direitos e deveres.

intervenções urbanas. Recompõe-se, com efeito, os espaços e os usos, sem contudo destituir-se a lógica produtiva do espetáculo forjado.

Nessa perspectiva, é válido considerar que a forma sob a qual as normatizações são *reapropriadas* pode nos levar para algumas reflexões ainda pouco exploradas acerca das características dos processos de espetacularização urbana. Na literatura sobre o Brasil, parte desses aspectos já foi historicamente condensado numa tipificação ambígua do que se chamou ser próprio da “cultura brasileira”. Todavia, a meu ver, interessa não reificar os famigerados “jeitinho brasileiro” ou “cordialidade nacional”, mas perceber a lógica produtiva que comporta a dinâmica do conjunto de mecanismos e disposições mobilizados *antinormativamente* pelos atores que vivenciam a cidade.

Dessa maneira, as *reapropriações culturais* expressam aqui mais um tipo particular de enfrentamento, em face dos movimentos de regulamentação e exclusão que tende a cercear parte da população urbana formada por trabalhadores informais, moradores da periferia e outros cidadãos que têm reiteradamente negados seus *direitos à cidade*. Estas *antinormas*, operadas por atores excluídos ou coisificados em virtude da mercantilização cultural, situam-se no campo da experiência urbana marcada *corporeamente* (JEUDY; JACQUES, 2006) pela “*sobrevivência marginal*”.

De fato, a expressão subversiva da necessidade material própria à *sobrevivência marginal* contribuiu para uma cultura bastante politizada do famoso *jeitinho brasileiro*. Mas, a nosso ver, interessa muito mais analisar como a forma identificada nos casos relatados refletem uma *conformação reflexiva* do processo espetacular: *Tática* por parte dos atores da *reapropriação*, e *estratégica* (CERTEAU, 1998) por parte daqueles que empreenderam a *apropriação* e *geriram* então seus desdobramentos. Não obstante, constatamos que nem o impacto da presença policial, nem a normatização de medidas higienistas e perversa inclusão foram capazes de eliminar por completo as atividades *antinormativas* exercidas por alguns atores inicialmente excluídos da espetacularização urbana.

Contudo, tanto o comércio indevido realizado pela *antinorma* dos ambulantes nos espaços de exclusividade comercial da FIFA, quanto a presença dos usuários moradores em situação de rua na margem do lago do Dique de Tororó, não incidiram contra a produção do espetáculo. No entanto, em menor ou maior grau, essas situações implicaram a existência de outras experiências para a governança espetacular, ao precisar garantir as normatizações dos usos previstos ou adequá-las por formas de permissividades sutilmente constatadas. Por essa razão, também aqui a *reapropriação cultural* não demonstrou ser capaz de pôr em risco a

espetacularização urbana. Muito pelo contrário, a esse processo ela passa a ser assimilada, ainda que tudo ocorra por uma tolerância velada pelo rigor da normatização vigiada.

Por fim, outra forma pela qual podemos analisar a possibilidade de destituição do consenso espetacular se dá através da *antinormatividade* realizada por um senso prático de ações criticamente *lúdicas* (TRACHANA, 2014). Para esse último tipo de *reapropriação*, que se dá *mediante a ludicidade crítica do espetáculo*, analisamos os casos empíricos dos blocos de Carnaval Pipoca Indignada e Rodante. Nesse âmbito, a reapropriação cultural incorre também sobre a cidade projetada enquanto espaço espetacularmente festivo. Mas diferentemente do sentido atribuído por Baptista (2005), aqui o *lúdico* reflete a vida urbana e a configuração dos espaços de coletividade, participação e comunicação que existem face ao poder *estratégico* (CERTEAU, 1998) que se instaura pelo mercado de lazer e da cultura de massas, própria da *sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997).

Segundo Angelique Trachana (2014), essas manifestações coletivas não são necessariamente ocorrências novas nos territórios urbanos, pois historicamente, desde as antigas cidades gregas, foi possível registrar, diante dos espaços de lazer, muitas práticas coletivas que, em algum nível, reivindicavam a *ludicidade crítica* do espaço. Essas práticas consistem em ações que tomam o espaço público e suas imagens construídas a seu favor, seja a partir de um movimento deliberadamente coletivo ou por resistências e subversões individualizadas. Mas conforme assevera Trachana (2014), para constituir-se como *espaço lúdico*, é preciso ser coletivo. A autogestão coletiva e o uso das ruas demarcam expressões desse movimento. A autora sugere ainda que é fundamental percebermos nesse processo o importante papel das novas tecnologias de informação e comunicação para a prática política contemporânea. Assim, “un espacio lúdico nunca es el resultado de un proyecto que surge de la proyección del ego personal sino um espacio creado para el disfrute colectivo” (TRACHANA, 2014, p. 14).

Em Salvador, pudemos analisar esse processo a partir de algumas contestações políticas ocorridas durante o Carnaval, notadamente a partir do bloco Pipoca Indignada e do bloco Rodante. O “Pipoca Indignada” surgiu efetivamente no Carnaval de 2012, quando diversos segmentos da sociedade civil organizada, além de atores independentes, passaram a desfilar no circuito Barra-Ondina. As diversas pautas levantadas no desfile convergiam fundamentalmente na crítica da privatização da cidade, notadamente expressa pela realização do Carnaval e pela estrutura edificada dos camarotes. O chamado Camarote Salvador foi, entre os demais, o maior alvo das manifestações festivas. Instalado na Praça Ondina, situada

no final do trajeto do circuito Dodô, na *Zona Litorânea*, ele impossibilitava os usos públicos da população nessa localidade. Além do período festivo, após o Carnaval, passaram-se meses para desmontar toda a infraestrutura criada em plena praça.

A privatização do espaço público, *ludicamente* (TRACHANA, 2014) criticada no Carnaval, era também estendida para as outras intervenções urbano/culturais que circunscreviam a cidade. Conforme uma das militantes²⁸⁶ do Movimento Desocupa²⁸⁷, a contestação da *zona de uso exclusivo dos patrocinadores da Copa*, por exemplo, era uma questão comum a todos os movimentos que construía o “Pipoca Indignada”. Segundo alegou a militante, especificamente no Carnaval, com a exclusividade do comércio das cervejas patrocinadoras, a problemática tem sido ainda mais compreendida pelos vendedores ambulantes, por estarem sentindo os efeitos da privatização do espaço e da comercialização dos produtos²⁸⁸.

Essa primeira experiência do “Pipoca Indignada” contribuiu para a materialização mais explícita do Movimento Desocupa, que tem basicamente nesse marco sua origem enquanto movimento autoidentificado, apesar de boa parte dos seus membros já terem atuado em organizações políticas e ações realizadas antes do Carnaval, na praça pública de Ondina. O objetivo primordial do movimento era defender o direito de uso público nos espaços públicos. Nessa ótica, a denúncia da estruturação do Carnaval, subordinada à construção dos camarotes, representa uma dura crítica à privatização de uma festa, que em sua origem era mais popular e democrática.

O nome “Desocupa” refere-se justamente à reivindicação de desocupação da apropriação privada, especialmente realizada pelo Camarote Salvador. Mas de lá pra cá,

²⁸⁶ Depoimento de “Nanda”, militante do Movimento Desocupa, obtido durante o desfile do Bloco Pipoca Indignada, em 27/02/2014.

²⁸⁷ O Movimento Desocupa é formado por atores de ocupações variadas, vinculados ou não a partidos políticos. No entanto, no cerne de sua formação original estão ativistas acadêmicos, estudantes ou profissionais já graduados, de diversas áreas, desde arquitetos a cientistas sociais, advogados, poetas, etc. Segundo os relatos de alguns dos membros mais antigos do grupo, a forma de organização do movimento é bastante horizontal. A depender da disponibilidade dos envolvidos no processo, cada membro pode ir assumindo mais demandas e aos poucos o movimento vai tendo um ou outro nome que se torna maior referência para falar em nome do grupo. Eles se colocam como apartidários e não anti-partidários. Isso quer dizer que eles não são contrários a partidos políticos, mas apenas não permitem que as demandas elencadas por essas agremiações partidárias sejam soberanas às pautas organizadas e discutidas pelo movimento em si. Desde a sua fundação, coletivos vinculados a partidos políticos participaram do Pipoca Indignada, mas não levavam suas bandeiras. A bandeira ali era basicamente única, embora carregada e erguida por várias entidades organizadas.

²⁸⁸ A cervejaria Skol anunciou durante o período do carnaval cervejas ao preço de R\$ 1,00 cada, enquanto a marcas Schin e Itaipava (patrocinadoras oficiais do Carnaval de 2014) ofertaram o mesmo tipo de produto por R\$ 2,00 e com o combo de 3 por R\$ 5,00. Vale dizer que, salvo algumas exceções, de maneira geral a Skol era a marca de cerveja mais consumida nas versões anteriores da festa na cidade.

outras pautas²⁸⁹ foram sendo aderidas pelo movimento, sempre relacionadas à defesa dos espaços públicos e contrárias ao processo de urbanização em curso. Com o contexto dos megaeventos, o caráter privatista, excludente e segregador dessa urbanização foi ainda mais intensificado. Nesse cenário, o movimento passou a denunciar como as camadas populares tiveram escancaradamente o direito à moradia²⁹⁰ negado, além de passarem a ter vias públicas privatizadas, seja em virtude de alguma intervenção voltada a realização do Carnaval ou de obras vinculadas aos próprios megaeventos esportivos.

A dinâmica lúdica operada pelo bloco Pipoca Indignada é encenada por um desfile que ocorre em um dos circuitos mais midiáticos do Carnaval da cidade. Diferentemente dos blocos privados, como o próprio nome já indica, o “Pipoca Indignada” se organiza sem cordas, aludindo à destituição do caráter privado que demarca simbolicamente quem está “dentro” ou “fora” de um espaço exclusivo na festa. Essa é em si a característica que compõe as chamadas “pipocas”, que são multidões que seguem atrás dos trios elétricos de modo gratuito. Nessa pipoca, todavia, os manifestantes foliões²⁹¹ desfilam sem trio elétrico, mas são animados por uma tradicional banda de marchinha de carnaval, composta de instrumentos de sopro e percussão. Com fantasias, faixas e cartazes que comunicam alguma crítica ou denúncia sobre a cidade, eles iniciam o percurso (intencionalmente) antes do primeiro bloco oficial do circuito Barra-Ondina. Segundo os organizadores, semelhante à Mudança do Garcia²⁹², o propósito é também incomodar a programação oficial, que supostamente representaria os interesses dos corresponsáveis pelo processo de privatização urbana da cidade. Normalmente, depois de serem pressionados pela organização do Carnaval, amparada pela força da Polícia Militar, os desfiles desses blocos-protestos começam.

²⁸⁹ Entre as principais causas aderidas pelo Movimento “Desocupa” estão a defesa de manutenção e proteção do Quilombo Rio dos Macacos, situada em uma área militar e da Vila Coração de Maria, situada na região do Largo Dois de Julho. Todas essas comunidades têm repercutido um cenário de resistência a uma série de pressões violentas que visam retirá-las do local.

²⁹⁰ Vale destacar que algumas populações são realocadas em casas vinculadas ao Projeto do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, mas vão para áreas muito distantes da região, onde inexistem os serviços básicos da vida na cidade, escola, hospitais, trabalho, etc. Conforme apontaram alguns membros do Movimento Desocupa, existem lugares em que os indivíduos chegam a gastar mais de 30 minutos de caminhada, depois de percorrer mais de uma hora o trajeto de ônibus.

²⁹¹ O termo nativo “folião” refere-se ao indivíduo que se propõe a entrar na “folia”, isto é, disponibiliza-se a participar da festa carnavalesca.

²⁹² A Mudança do Garcia é um bloco que ocorre há mais de 80 anos na cidade. Ele é caracterizado pelas enunciações críticas que trazem sobre a cidade, notadamente referindo-se a uma concepção mais politizada sobre os diversos direitos, entre eles o da moradia. A ideia de “mudança”, existente em outras manifestações semelhantes, alude ao contexto histórico de intervenções urbanas, quando os contextos de festividades obrigavam a população de baixa renda a se deslocar de suas residências. Por essa lógica, surgiu a expressão “mudança”.

De acordo com o que pudemos observar durante o Carnaval de 2014, o bloco Pipoca Indignada foi angariando o apoio e simpatia de vários outros foliões, ao longo do percurso, que era dinamizado através de brincadeiras de pula cordas e muita animação. Como boa parte da crítica tentava representar o caso dos vendedores informais da cidade, a maioria dos ambulantes correspondia com muita simpatia e entusiasmo ao desfile do bloco. Em contrapartida, alguns dos usuários dos camarotes estendiam olhares com ar de estranheza às faixas e cartazes que os criticavam, especialmente a partir da perspectiva da privatização dos espaços durante o Carnaval e contexto de preparação e realização das Copas da FIFA.

A pauta da privatização era uma das mais recorrentes e demonstradas nas faixas e cartazes. As maiores delas enunciavam as principais pautas apoiadas pelos grupos constituintes ao bloco. Entre elas, destacavam-se: *“Linha Viva’ é Apartheid. Chega de Segregação!”*; *“Camarotes de Luxo, Educação de Lixo!”*; *“Mais Esporte com Educação, Menos Arena para Beberrão”*; *“Todo Camarote tem um Que de Casa Grande”*. Mas dezenas de outros cartazes e performances também refletiam críticas ao processo de mercantilização urbana de Salvador. Os acordos realizados entre o poder público e a FIFA, a requalificação da Barra, a regulação e exclusão dos ambulantes, e até o direito ao livre consumo das marcas de cerveja, em detrimento da exclusiva comercialização daquelas que patrocinaram o Carnaval, compunham o heterogêneo e dialogado conjunto de demandas *ludicamente* (TRACHANA, 2014) apresentadas (ver **Figuras 80 a 84**).

Figura 80- Desfile do Bloco Pipoca Indignada. Carnaval de Salvador, 2014.



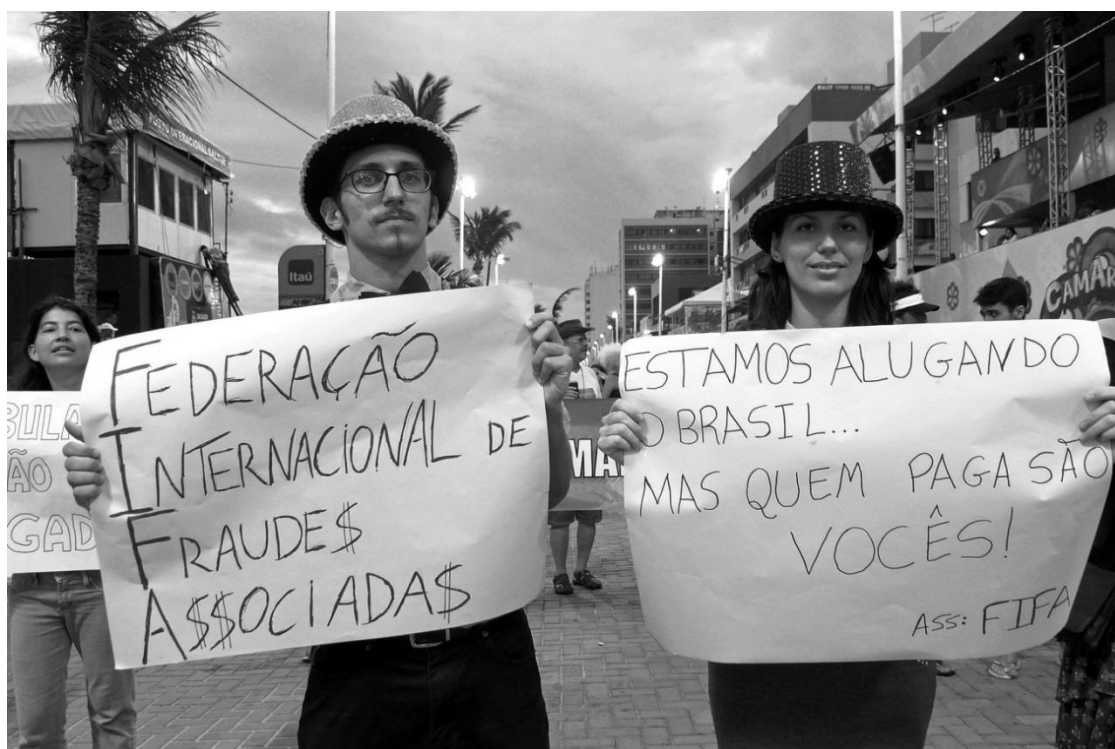
FONTE: FOTO DO AUTOR, 2014.

Figura 81- Bloco Pipoca Indignada – Saída Farol da Barra. Carnaval de Salvador, 2014.



FONTE: DELPHINE CONTI, 2014²⁹³.

Figura 82- Crítica a FIFA – Bloco Pipoca Indignada. Carnaval de Salvador, 2014.



FONTE: DELPHINE CONTI, 2014²⁹⁴.

²⁹³ Cedida de Arquivo pessoal.

Figura 83- Crítica à exclusividade da marca da cerveja patrocinadora. Carnaval de Salvador-2014.



FONTE: DELPHINE CONTI, 2014²⁹⁵.

Figura 84- Crítica à privatização do Carnaval. Pipoca Indignada contra o Camarote Salvador, 2014.



FONTE: DELPHINE CONTI, 2014²⁹⁶.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

No meio do percurso, o bloco chegou a interromper a caminhada para um momento muito peculiar, quando a brincadeira de pular cordas contou com a participação direta de ambulantes e catadores de latinhas, incluindo crianças. É muito comum observar crianças trabalhando como catadoras. Elas geralmente se deslocam junto com a família para trabalhar ininterruptamente durante os dias do Carnaval. Nesses períodos de eventos, essas famílias costumam ficar acampadas na areia da praia. Numa efetiva ruptura do tempo espetacular e resultado perverso labor destinado a estes atores sociais, eles puderam atuar como brincantes em uma das avenidas centrais do Carnaval da capital baiana. Assim, por algum instante, aqueles que tinham no cotidiano do Carnaval seus direitos negados, deixaram temporariamente sua atividade laboral para se inserirem na atividade de pula corda.

Conforme assinala Trachana (2014), o efetivo espaço público emerge quando o urbano é usado e apropriado coletivamente de maneira gratuita. Sob essas características, ele comporta potencialmente as manifestações lúdicas, o tempo livre, o tempo dos trânsitos e encontros, das relações e negociações que se estabelecem sem normatividade previamente implementada. Por isso, ele não é fixo, mas negociado, mutável e efêmero, a depender da *situação*. São nesses contextos situacionistas, tal qual o encontro entre manifestantes foliões e ambulantes e crianças catadoras de latinhas, que podem se construir os *espaços lúdicos*. De modo distinto ao *espaço espetacularizado*, o *lúdico* se forma de *baixo pra cima, para e pelas* redes sociais. Materializa, contudo, no espaço concreto, sentido, planejado e imprevisível. Ele é partilhado em um todo, mas não deixa por isso de ser individual, partido e fragmentado. Seu lugar é composto pelo sentimento comum e diferenciado do ator ordinário e de sua capacidade imaginativa diante dos espaços e dos jogos contingenciais com os quais se depara. Embora efêmero, não se faz/desfaz pelo prazer do consumo, mas da *criatividade*, embora não mediada ou representada pela imagem espetacular. Por isso, ele é resultado e constituinte da experiência corpórea não dirigida na vivência urbana (TRACHANA, 2014).

O espaço público poder ser espetacularizado, mas não é espetacular em si mesmo. Nesse caso, são os usos que definirão sua condição. Eles podem ser dissimuladamente canalizados, mas não exatamente em virtude do seu caráter público, tal qual caracterizamos, mas para um mercado de consumo forjado na pecha imagética de valores que, a princípio, seriam antinormativos, como a sustentabilidade, as práticas culturais tradicionais, etc. No entanto, não foi isso que, ao menos, ocorreu com o bloco Pipoca Indignada. Assim, apesar de seguirem um percurso previamente estabelecido, inclusive pela programação oficial do Carnaval, o desfile não apresentou nenhuma direção organizativa previamente formada. A

ausência de direção tradicionalmente estabelecida pelas organizações políticas partidárias possibilitou inclusive uma pluralidade de atores, pautas e formas de contestação, ainda que convergissem em determinadas demandas reivindicatórias. De igual modo, as atividades e os brincantes surgiam conforme as interações que se teciam no caminhar.

Nessa perspectiva, no Carnaval de 2014, semelhante aos dois anos anteriores, a realização do Pipoca Indignada contou com a colaboração de outras organizações e grupos distintos. Os participantes iam de lideranças de partidos políticos a grupo de surfistas, além de estudantes não autoidentificados com nenhum grupo específico. Entres estes diversos manifestantes foliões, identificamos a representação do Movimento Fundo de Folia (grupo de surfistas que tem se expressado em algumas ações públicas suas críticas à forma como o meio ambiente, especialmente o mar, tem sido agredido pelas ações urbanas do poder público), do Movimento Passe Livre (e a dissidência Resistência Passe Livre), de Cordelistas²⁹⁷ (de onde surgiu o “Cordel Indignado”, produzido naquele ano especialmente para o desfile do bloco “Pipoca Indignada”) e do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade, a partir da corrente da APS – Ação Popular Socialista e um vereador da Câmara Municipal de Salvador, representante do referido partido).

No grupo de surfistas, a construção da Alameda da Avenida Oceânica era um dos principais pontos criticados. Segundo eles, a requalificação do trecho representava uma tentativa de maquiagem operada pela PMS, para esconder o despejo de esgoto, não devidamente tratado, na praia da Barra. Mesmo sem se autoidentificarem com nenhuma organização política específica, eles promovem ações de conscientização ambiental na localidade, a partir da limpeza do lixo que comumente aparece na beira-mar. A Alameda atinge um pequeno trecho da extensão da Av. Oceânica, onde um calçamento diferenciado foi produzido e sob o qual há tanto uma parte exclusiva para pedestres e ciclistas, quanto outra compartilhada com automóveis (ver **Mapa 04** e **Figura 85**).

²⁹⁷ Segundo Gil Novaes, que também é cordelista, em Salvador o grupo passou a se organizar a partir da retirada da Barraca da Ordem Brasileira dos Cordelistas, localizada na Praça Cairu, no largo do Mercado Modelo. Mas uma boa parte dos representantes da Ordem acabou se retirando das manifestações depois de um compromisso oral da Prefeitura em resolver a situação em um curto tempo. Para Gil, isso é apenas retórica da gestão pública. Ele relatou ainda que uma boa parte dos cordelistas está indo para o interior, enquanto outros têm tentado enfrentar a dificuldade em levar o ofício sem o apoio comercial e simbólico da Barraca.

Mapa 04 –Alameda da Avenida Oceânica.



FONTE: GOOGLE MAPS EARTH, 2015.

Figura 85 – Avenida Oceânica – Antes e depois da construção da Alameda.



FONTE: CORREIO. O QUE A BAHIA QUER SABER²⁹⁸.

Para os militantes do Movimento Passe Livre e da dissidência Resistência Passe Livre, presentes no desfile do Pipoca Indignada, o bloco possibilita a reunião de várias entidades e representações críticas que reivindicam, de um modo “divertido”, um conjunto heterogêneo de direitos à cidade. Nesse âmbito, a pauta da tarifa zero no transporte público também estava sendo representada. Em Salvador, esse movimento também foi uma das organizações protagonistas das manifestações de junho de 2013. Como saldo positivo desse período de

²⁹⁸ Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/antes-e-depois-da-barra-veja-o-que-mudou-na-estrutura-do-bairro-com-reforma/?cHash=74a404ffad66ad51b2d339e664d18f5a>>. Acessado em 11/03/2015.

intensa mobilização, conseguiram garantir recentemente o direito da gratuidade da passagem de ônibus durante o intervalo de duas horas, contados a partir da primeira passagem paga. Mesmo assim, avaliam que isso ainda é muito insuficiente.

Com relação ao contexto de preparação e realização dos megaeventos, eles observam que algumas linhas de ônibus que faziam a ligação de alguns bairros periféricos com áreas mais nobres da cidade foram retiradas de circulação, como é o caso da que ligava o bairro Cajazeiras ao bairro da Barra. Dessa forma, afirmam haver uma relação direta entre os megaeventos e a forma como os usos da cidade têm sido planejados. Contudo, conforme o depoimento de um dos membros da Resistência Passe Livre, “o problema não é a Copa, mas a falta de legado dela para a população mais pobre²⁹⁹”.

De outro modo, a tendência APS (Ação Popular Socialista), do Partido Socialismo e Liberdade, enfatizou (durante o desfile do Pipoca Indignada) que a privatização do Carnaval está estreitamente vinculada à segregação racial simbolizada na oposição entre os trabalhadores (“cordeiros”, na maioria negros) que garantiam a delimitação entre o espaço de dentro e de fora dos blocos. Além dessa separação entre os foliões que usam diretamente a rua, há ainda a distinção entre estes e os que contemplam os desfiles dos blocos e trios dos diversos camarotes espalhados por todo o circuito. De fato, a privatização dos espaços públicos precede o evento carnavalesco, mas durante a realização dessa festa e na iminência da realização das Copas da FIFA³⁰⁰, isso foi ainda mais intensificado.

Um dos auges do desfile do bloco Pipoca Indignada ocorreu no trecho final, especificamente em frente ao Camarote Salvador, quando os manifestantes realizaram a simbolização de uma celebração fúnebre. A marcha tocada pela banda anuncia uma espécie de velório, e todas as faixas e cartazes são virados para a frente do camarote, como alusão direta a uma espécie de morte do espaço público, tendo em vista o lugar da Praça de Ondina onde o camarote é instalado. Nesse momento, pude observar certo incômodo por parte dos indivíduos que, localizados na sacada dos andares do Camarote Salvador, percebem onde estão, mesmo que por alguns instantes, tendo que ler as mensagens de protestos, ver a encenação do velório e ouvir o hino fúnebre (ver **Figura 86**).

²⁹⁹ Depoimento de “Caio”, morador de Salvador e militante do movimento Resistência Passe Livre, obtido durante o desfile do Bloco Pipoca Indignada, no Carnaval de Salvador, em 27/02/2014.

³⁰⁰ Parte das críticas que se sucederam contra o poder público local dizia respeito à entrega de terras públicas para servir aos interesses de obras vinculadas às Copas.

Figura 86 – Ato do Bloco Pipoca Indignada em frente ao Camarote Salvador, 2014.



FONTE: DELPHINE CONTI, 2014³⁰¹.

Não raramente, em contraponto a ação do Pipoca Indignada, os administradores do camarote aumentam ainda mais o seu som interno, sob demoradas vaias dos manifestantes presentes no bloco. Ademais, visto de baixo, a monumentalização do Camarote Salvador também parece se opor às contestações, a partir de narrativas textualizadas por duas principais colunas. Nelas, enormes *banners* atestam qual significado excepcionalmente espetacular se produz para os seus privilegiados usuários consumidores:

Acredite!
Aqui todos são *especiais*
Aqui é o lugar onde
os sonhos vêm até você

Onde fizemos de tudo
para ver *Você feliz!*

Um lugar, onde o sorriso, a pele,
a música, a *beleza* está onde quer
que você olhe.

³⁰¹ Cedida de arquivo pessoal.

*Amor, alegria, beijos apaixonados e
olhares sedutores, para você viver
o momento (grifos do autor).*

Nessa primeira coluna, situada ao lado esquerdo no sentido de quem de fora olha o camarote, observa-se o apelo deliberado por uma narrativa sedutora, que busca, na especificação do lugar, qualificar o usuário também como alguém singular e especial. A ideia de alegria permeia todo o texto, no intuito de conceder ao ambiente o ar da suposta festividade própria do camarote, que por sua vez parece inserir ainda mais o usuário, tratado retoricamente como único, no conjunto efetivo de experiências sensitivas. Sob essa perspectiva, identifica-se na segunda coluna, localizada ao lado direito, o seguinte texto:

Visão, tato, olfato, sabor.

Um lugar *tão especial* que quem faz o sonho é você.
Um Carnaval para não ter vontade de ir embora.
E que depois, o sonho permaneça dentro de você.
Para sempre.

E é aqui, em Salvador, no maior Carnaval do Brasil
que esse *sonho é real*.
E sonhar nunca é demais.
Vamos viver um sonho ainda maior.

Camarote Salvador 2014
Viva o sonho!

Evidencia-se aqui explicitamente uma narrativa que busca falar sobre todo o aparelho sensorial do ser humano. A exploração e possibilidade desse “experimental” de modo distinto a festa do Carnaval é, a um só instante, posto como algo próprio da cidade, como também inerente ao Camarote Salvador. Dessa forma, a monumentalidade da estrutura se expressa na caracterização de um *lugar* disponível para uma parcela privilegiada de consumidores que podem pagar para *ver, tocar, cheirar e saborear* a suposta realização do *sonho da alegria*.

Essa imagem privada, convergente com a promoção oficial da imagem da cidade configurada pelos *construtores*, não é a única projeção que se faz de Salvador. A partir da *ludificação crítica* (TRACHANA, 2014) do Pipoca Indignada, pudemos ler a possibilidade de destituição do consenso espetacular, na medida em que se enuncia uma imagem destoante e crítica à forma sob a qual oficialmente é edificada a capital baiana. Diferentemente da *reapropriação como contracena espetacular* (aplicada ao caso das baianas), aqui a crítica se anuncia publicamente como contrária à lógica do *pensamento único* forjado sobre a cidade, sem reivindicar, todavia, uma inserção no que é espetacularizado. O espaço público é

utilizado pela *ludificação crítica* como forma de visibilizar *queixas* relativas às características constitutivas da espetacularização, a exemplo da privatização de áreas públicas. Nessa perspectiva, o Carnaval, festividade espetacular que parece se realizar de maneira autônoma às próprias dificuldades da cidade, é *reapropriado culturalmente* como um momento espaço-temporal privilegiado para fazer ecoar vozes dissonantes à imagem oficial de *capital da alegria*. Contudo, apesar de essa reapropriação poder ser considerada um dos tipos de contestação mais próximos da não *conformação espetacular*, sua ocorrência situacional também não consegue impedir a lógica produtiva do espetáculo.

Mesmo assim, sob essas condicionantes, os foliões que desfilam no bloco Pipoca Indignada usaram o espaço não apenas como uma espécie de contrafestividade, como também aproveitam para efetivamente militar e levar aos demais usuários daquele espaço outra (in)formação a respeito da cidade. Nesse sentido, vem à tona o “Cordel Indignado”, especialmente produzido e distribuído durante o desfile do bloco. Nos versos, estendidos em um folheto de oito páginas, observam-se tanto alusões específicas ao Carnaval (através dos patrocínios privados, da exclusividade da comercialização da cerveja³⁰² e das exigências feitas aos vendedores ambulantes), do papel do “Pipoca Indignada”, quanto também se articula toda a ação do desfile com problemas mais gerais sobre a cidade, no que diz respeito às remoções e aos intensos conflitos envolvendo as ocupações urbanas e os poderes públicos (como o caso da comunidade do Favelinha, do Largo Dois de Julho, com a Vila Coração de Maria), e ao alto preço cobrado no IPTU:

Quero com estes versos
Mostrar a indignação
Com atitudes do prefeito
Nessa administração
De maldades sem limite
Governando para a elite
Do pobre tirando o pão

Sofreram os ambulantes
Perseguição inicial
Depois os barraqueiros
No seu fazer laboral
Impedidos de trabalhar

³⁰² Segundo divulgado nos meios jornalísticos, a Prefeitura Municipal de Salvador teria arrecadado um valor de R\$ 45 milhões com os patrocinadores da Itaipava, Schin, Net, Itaú e Governo do Estado de Bahia. Somente as duas cervejarias, Schin e Itaipava, teriam pago R\$ 10 milhões cada, obtendo a exclusividade do Circuito Osmar (Campo Grande) e bairros e Dodô (Barra-Ondina) respectivamente. Esse tipo de ação nunca tinha ocorrido nas festas de carnaval da cidade e causou bastante repercussão entre vendedores e consumidores. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2014/01/14/carnaval-de-salvador-tem-patrocinio-recorde-e-homenageia-blocos-afro-465199.php>>. Acessado em: 25/02/2014.

Sem terem a quem apelar
Nessa luta desigual

O arrogante prefeito
Não poupou nem os artistas
A cultura popular
Estava entre suas listas
Com a maior cara dura
Atingiu a literatura
Perseguindo os cordelistas
[...]

O carnaval é uma festa
Da cultura popular
O tema é liberdade
No agir e no expressar
Por isso eu quero beber
A cerveja que eu escolher
Sem ninguém pra controlar
[...]³⁰³.

Não fortuitamente, essa outra maneira de falar e sentir a cidade se interliga, pela centralidade das redes sociais, a outras práticas, criticamente enunciadas em Salvador. Como exemplo, observamos a retomada e valorização política dos desfiles dos blocos no Santo Antônio, conjunto habitacional que se localiza dentro do Centro Histórico, vizinhança imediata do Pelourinho. O Santo Antônio é uma área constituída soberanamente por negros, que residem em prédios históricos não mercantilizados pelas políticas de patrimonialização, destoante do seu vizinho mundialmente conhecido, o Pelourinho. Nele acontece o desfile do Bloco “Rodante³⁰⁴”. Sem trio elétrico e deliberadamente contra as cordas que, para os brincantes³⁰⁵, também simboliza a segregação e privatização do espaço na cidade, o bloco que sai em plena sexta-feira de carnaval (onde todos os circuitos oficiais já apresentam vastas programações), distribui, numa espécie de festa de bairro, simpatia e emoções, tanto para os que o acompanham no percurso, quanto para os moradores que saem à porta para ver o bloco passar.

³⁰³ Cf. “Cordel Indignado” (ZÉ CONQUÉM, 2014, p. 01-03). Ver cordel completo no **Anexo VII**.

³⁰⁴ O Bloco Rodante surgiu em 2008, justamente a partir de uma iniciativa de moradores, amigos e familiares da vizinhança, que buscavam brincar um Carnaval diferente da lógica pautada nos grandes circuitos oficiais.

³⁰⁵ Durante a observação direta, foi possível constatar muitos participantes comuns nas duas atividades lúdicas, do Pipoca Indignada e do bloco Rodante. Contudo, diferentemente do desfile ocorrido na *Zona Litorânea*, da Barra, o desfile do Rodante percorreu ruas eminentemente residenciais. Os moradores, nesse caso, constituídos também por uma população significativamente mais idosa, não tem o costume de alugar suas residências para turistas. Muitos, inclusive, acompanharam o bloco passar pelas portas e sacadas de janelas de suas próprias casas.

Só há uma entrada para a pequena praça. Ao seu redor localizam-se residências, de onde inclusive um som com caixas e alto-falantes antigos, desgastados com o tempo e esteticamente pendurados nas portas das casas, tocavam músicas da velha guarda do samba e das tradicionais marchinhas de carnaval. Outros moradores vendiam bebidas e petiscos na porta de suas moradias. Aos poucos, foliões caracterizados com diversas fantasias começavam a ocupar a Praça e a Rua dos Adobes, localizada transversalmente à pracinha. Algumas das fantasias simbolizavam críticas políticas e sociais. Entre os foliões, encontravam-se, além de jovens e adultos, idosos e muitas crianças. Mesmo em meio ao público predominante de adultos, elas praticamente não paravam de correr e brincar de “polícia e ladrão”, “pega-pega” e “esconde-esconde”.

A “alegria”, característica espetacularizada pelos construtores da capital baiana, corporifica-se no Santo Antônio, mesmo diante da experiência da cultura mercantilizada. O bloco de rua, intencionalmente produzido na contramão do projeto oficial do Carnaval de Salvador, não se encontra nos postais nem nos *outdoors* turísticos da imagem oficialmente promovida da cidade. Com a participação efetiva da comunidade da baixa do Santo Antônio, praça dos Quinze Mistérios, rua dos Adobes e beco da Gasosa, a concentração e o desfile do bloco Rodante torna-se ainda mais popular. A maioria dos participantes aparentavam se conhecer, mas, mesmo assim, quando percebiam a chegada de outros usuários, logo se aproximavam e tentavam recepcioná-los. Adultos com crianças e moradores com diversos outros foliões expressavam, em comum, o objetivo de tentar brincar um carnaval deliberadamente distinto do que estava a ocorrer nos circuitos oficiais da cidade. Das janelas, os que não percorriam as ruas, contemplavam sua ocupação pelo desfile do bloco. Com acenos, palmas e sorrisos, sinalizavam apoio e entusiasmo com o que estavam presenciando. Por várias vezes foi possível notar as feições emocionadas de uma série de idosos que acompanharam toda a festa da porta de suas residências. Vale ainda ressaltar que tudo isso foi feito sem canalização, ao menos explícita, de nenhum partido político ou movimento social organizado.

Dessa maneira, com o bloco Rodante, anuncia-se mais uma configuração crítica, a partir da reapropriação do *espaço público* enquanto *espaço lúdico* (TRACHANA, 2014). No caso do bairro Santo Antônio, observamos o registro de um *lugar* coletivo, criativo e imaginado. Ele se realizava como confraternização festiva entre semelhantes, dado o reconhecimento entre a maioria dos participantes e a dimensão percorrida pelo desfile do bloco. Mas, à diferença do bloco Pipoca Indignada, no Rodante, a *ludificação crítica* se

enunciou fora do circuito espacial delimitado pela organização oficial da cidade. Eles demarcavam uma recusa dos *espaços de consumo* configurados, assim como limitavam ainda mais o alcance de visibilidade da diferenciação contestativa que construíam em face da privada e conveniente ideia de “alegria”.

Em ambos os casos, o *riso* poderia ser interpretado como mecanismo questionador da indústria do entretenimento, também apropriada no processo de espetacularização urbana. Todavia, reside nessa chave explicativa uma tênue distinção entre uma espécie de *contracena espetacular* e uma efetiva problematização da produção festiva regular que ocorreu na cidade de Salvador durante o contexto de preparação e realização das Copas da FIFA. Não obstante, o exercício da *ludicidade crítica* está constantemente sob o risco iminente de ser também assimilada na regularidade da marca “diversidade” e assim sendo, acabar por compor mais um produto espetacular.

Conforme nota Certeau (2011), as relações corpóreas que se publicitam em aparente oposição à cidade espetacularizada, podem subsumir conflitos mediante a *conformação das diferenças* traduzidas numa harmoniosa esfera do consumo. Segundo o autor, o corpo inscrito nesse cenário exhibe e esconde metaforicamente a própria ideia de cidade já não mais facilmente visível, diante da própria construção da cidade imaginada. Assim, para Certeau, o corpo (no imaginário) teria três grandes caracterizações: *Transgressão*; *Comunicação* e *Capitulação* da realidade. Em ação, esses três traços do retorno do corpo no imaginário da cidade sintetizariam os conflitos, as imagens enunciadas e as formas fragmentadas da realidade:

A transgressão acaba por favorecer técnicas de consumo que a recuperam e exploram. A comunicação é filtrada pelas censuras sociais; transmite-se, ao se alienar, os espetáculos consagrados ao amor dos outros ou ao “exercício de piedade” em que se transforma o diálogo. A realidade nua jamais aparece sob a forma de “possessões”; ela se fragmenta e se oculta em uma troca de prazeres ou de bens (CERTEAU, 2011, p. 50).

Por outro lado, caso não apreendida nesses trâmites, esse tipo de *reapropriação cultural* revela-se, talvez, como um exercício crítico de politização, que, sob o uso de espaços públicos, publicita a emergência de uma cidade despida de suas *maquiagens espetaculares*. Isso não quer dizer que pretendemos afirmar que essas expressões se distinguem e se contrapõem à imagem espetacular de Salvador, além de significarem um movimento contracultural capaz de destituir a espetacularização que segue se realizando. De fato, a expressividade dos casos Pipoca Indignada e Rodante são altamente limitadas diante da

indústria que circunscreve a mercantilização urbano/cultural da cidade. Nessa perspectiva, assim como na *reapropriação cultural* realizada mediante *tática diferencial de comércio*, parece-nos que subjaz aqui também uma tolerância, haja vista o poder de impacto que manifestações e práticas como essas causam à lógica produtiva do espetáculo. No entanto, em face da imagem oficial da capital baiana, identificamos aqui um movimento dotado de uma perspectiva política bastante clara, na qual os participantes objetivavam não apenas se diferir dos espaços espetacularizados para o consumo turístico do *Pelô*, mas também enunciavam o direito à outra forma de vida urbana na cidade, forjando, por conseguinte, uma imagem opositiva àquela que é vendida pelos *construtores oficiais*.

Conforme observou Trachana (2014), essas práticas políticas não constituem em si uma singularidade da capital baiana:

Como en muchos sectores del arte hoy, los profesionales de la arquitectura más jóvenes y colectivos interdisciplinarios y emprendedores están diseñando proyectos con participación ciudadana. Con la asistencia de los nuevos medios tecnológicos se emprenden procesos creativos innovadores que las instituciones y administraciones públicas empiezan a apoyar y asumir (TRACHANA, 2014, p. 13).

Apesar de infelizmente não registrarmos essa sensibilização e abertura dos poderes públicos para essa forma coletiva e ativa de participar e propor a cidade, em Salvador, há de fato alguns movimentos atuando na perspectiva política de crítica propositiva à capital baiana. Conforme assinalado em Trachana (2014, p. 13), o entendimento gira em torno da setença de que

lo urbano hoy ya no se entiende como mera descripción morfológico-estructural de elementos permanentes sino también de elementos mutantes, sensibles, usos cotidianos, actividades, etcétera. Es lo urbano-humano lo que prevealeve por encima de las obras en sí, la incidencia en la transformación del ánimo y la conciencia de los ciudadanos.

Para Trachana (2014), a *ludicidade* é de fato um elemento quase que inerente aos espaços públicos. Desde que as localidades não sejam destituídas de sua caracterização pública, o *lúdico* tenderá sempre a emergir como contraprojeto da cidade oficialmente espetacularizada. O argumento central da autora nos remete para a possibilidade de entender o *espaço lúdico* em diálogo direto com as condutas “lúdico-construtivas” sugeridas por Debord (2010).

Através da experiência corpórea, o *lúdico* aqui se materializa mediante cada *situação* (DEBORD, 2010; MCDONOUGH, 2010), logo, não pode, sem se descaracterizar, ser

empreendido por um ordenamento antecipadamente previsto, muito menos guiado. Por essa razão também escapa, à apropriação espetacular, a conduta situacionista da deriva. Conforme assinala Trachana (2014), contrário à normatividade homogeneizada da cidade espetacularizada, o objetivo dos *situacionistas*, no que tange ao pensar urbano, era desnormalizar a cidade previamente estabelecida, em nome dos registros livres e psicogeográficos de cada indivíduo. Não se tratava de dar apenas vazão às subjetividades abstratas, oprimidas por uma narrativa hegemônica de cidade desenhada, mas de propiciar a liberdade da experiência urbana em base de uma situação concreta.

Nessa perspectiva, a apreensão unitária não se encerraria em si, forjando somente uma imagem individual da vida urbana, mas seria qualificada em prol de um projeto coletivo de cidade. Esse projeto não se ergueria mediante ordenamentos arbitrários, dirigidos previamente pelos construtores de poder oficial da cidade, mas pela investigação psicogeográfica, pautada na experiência urbana de situações concretas. Não obstante, conforme analisou Tom McDonough (2010), entre os exercícios da perspectiva situacionista, esteve a construção de uma cartografia não oficial da cidade. Essa construção não foi uma ação isolada de Debord, mas dizia respeito a um conjunto de atores e ativistas situacionistas que se dedicaram por realizar uma crítica que se gestava sobre o modo como as cidades capitalistas eram planejadas e experimentadas.

Resultante dessa efervescência das décadas de 1950, na França, Debord chegou a construir um mapa, chamado *The Naked City*. A ideia de *cidade nua* remetia inicialmente a um filme com esse mesmo nome e tomava como grande prática política o ato de, sobre um mapa instituído oficialmente, destituir uma prévia normatização da cidade, como se esta se despidesse de sua institucionalização, para, uma vez nua, representar as múltiplas possibilidades que a leitura psicogeográfica teria a dar, ou seja, a *cidade nua*, despida, era de fato a representação das outras cidades, reveladas para além daquela oficialmente enunciada (MCDONOUGH, 2010).

O mapa da cidade nua não era, portanto, uma nova institucionalização da cidade, mas uma gama de possibilidades que emergia *da* e *sobre* a cidade. Ele era constituído sem desprezar completamente os elementos do mapa anterior. Assim, o que Debord propunha era uma espécie de cartografia de novas possibilidades, constituída pelo exercício da deriva. Essa cartografia fala de uma cidade nua, insubmissa. De fato, conforme adverte Tom McDonough (2010), era preciso reconhecer que o mapa, seja qual fosse seu caráter, teria limitações. Uma delas era justamente a sua carência temporal. Por mais que através do exercício da deriva

podéssemos ter novas leituras, percursos e sentidos conotados, todo esse conjunto era construído em cima de um tempo geral, comum e vago, na medida em que não remeteria a influência dos distintos tempos na lógica de percebermos e vivermos a cidade.

Contudo, também é notável percebermos que sob essa limitação se erguia uma das grandes potencialidades da proposta situacionista. O objetivo não era substituir uma visão totalizante por outra, mas sob uma situação concreta demonstrar possibilidades escapadas da lógica hegemônica da cidade moderna enunciada. Sendo assim, a *cidade nua* aparecia na década de 1950 como uma proposta de cidade lida doutra maneira:

La ciudad desnuda estructura una modalidad de discurso muy distinto. Se basa en un modelo de desplazamiento, en “acciones espacializadoras” que los situacionistas denominan derivas (derivés); en lugar de presentar la ciudad desde un punto de vista totalizador, organiza los movimientos metafóricamente en torno a ejes psiogeográficos. Esos movimientos constituyen narraciones abiertamente diacrónicas, a diferencia de la falsa “intemporalidad” de la descripción. Con la fragmentación de la representación descriptiva convencional del espacio urbano. La ciudad desnuda deja claro que la ciudad sólo la experimenta en el tiempo un sujeto concreto y en una situación concreta, como un paso de una “unidad de ambiente” a otra, y no como el objeto de una percepción totalizada (MCDONOUGH, 2010, p. 103).

A *cidade nua* se constituía como uma *cidade despida*. Há claramente uma ação política que rejeita determinadas “roupas” que forjam uma cidade em detrimento de outras possibilidades. A nudez da cidade é resultante de um ato político de torna-la nua, para por conseguinte, apresentá-la sob outras indumentárias psicogeográficas. Assemelha-se, portanto, a uma das dimensões do que designamos como destituição do *consenso espetacular*.

A deriva emergia como a prática de renúncia do mapa como redução forjada dos enunciados totalizantes, mas seu contributo político não se restringe a uma recusa, visto que esta é acompanhada da proposição de um novo tipo de mapa. De fato, trata-se, de modo mais apropriado, de uma nova cartografia, sob a qual emergem novas experiências (não captadas pela ótica oficial). Contra a cidade totalizante não se constrói outra totalidade, pois o espaço retratado no mapa formado pela lógica das *placas giratórias psicogeográficas* é fundamentalmente constituído por uma prática processual. Sendo assim, mais interessam as relações entre as condutas experimentais que se desenvolvem em cada espaço do que uma nova generalização representativa dele.

O resultado das proposições de Debord forjam um tipo de mapa muito diferente daquele retrato clássico da geografia cartográfica. Conforme o primeiro, seria possível obter

uma imagem de cidade fragmentada, própria das múltiplas reestruturações da sociedade capitalista e sob a qual esta crítica opera (MCDONOUGH, 2010). A cidade observada refletiria sua fragmentação real, mas não menos politizada, pois sua espacialização compreendida ocorreria em virtude da prática processual dos sujeitos e não dos planos totalizantes construídos de “cima pra baixo”, ou ainda representados através da *espetacularização urbana* dos “de baixo”. Portanto, não se trata de isolar os atores, mas de relacionar suas subjetividades.

Nesse sentido, a *deriva* não pode deixar de ser entendida como uma *tática*, no termo proposto por Certeau (1998). Uma espécie de exercício crítico que não se anula, mesmo sob um alto nível de *espetacularização urbana*. A *deriva* comporta assim uma atitude “lúdico-construtiva” que, face aos espaços *estratégicos* (CERTEAU, 1998) da cidade capitalista, oficialmente promovida, tende a existir. Através dessa perspectiva, identificamos uma possibilidade reflexiva que enseja condições que extrapolam potencialmente a lógica da espetacularização. Em acordo com McDonough (2010), sublinhamos que mesmo sendo criada na década de 1950, reside nessa perspectiva um mecanismo analítico e político pertinente, se considerarmos o princípio da prática crítica que ela forja. No âmbito da conduta “lúdico-construtiva”, a *deriva* pode revelar enfim os processos de reapropriações dos espaços públicos e das imagens de consumo da cidade, normatizadas e operadas pela lógica da *espetacularização urbana*.

Assim, a cidade espetacularizada é contraposta pela *experiência corpórea* (JEUDY; JACQUES, 2006) vivenciada pelos atores ordinários da cidade, que lançam mão de uma conduta politicamente próxima à *deriva* sugerida por Debord. Semelhante à ideia de *tática* definida por Certeau (1998) e o *contra-uso* sublinhado por Leite (2007), através da lógica reflexiva da *deriva*, a vida urbana é potencializada como uma espécie de “rompimento” que se estabelece na “promessa” (FERNANDES, 2006) de cidade normatizada e regulada. Isso quer dizer que, em face das *apropriações espetaculares*, emergem, portanto, possibilidades de *reapropriações culturais* capazes de empreender efetivas destituições do *consenso espetacular*.

Todavia, reafirmamos que apesar de as reapropriações incidirem, em menor ou maior grau no consenso espetacularmente formado, está na radicalização da *cidade de hoje* a possibilidade de uma vida urbana não espetacularizada. Só a efetiva radicalização poderá ameaçar a ordem produtiva do Capital e sua forma espetacular. Aquém disso, observa-se, no limite, processos complexos de *reapropriações culturais* que, por mais que tenham caráter

contestativo, estão mais *dentro* do que *fora* da lógica mais ampla da espetacularização, conforme poderíamos afirmar, a partir de Harvey (2014, p. 21):

Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido.

Não obstante, isso implica dizer que é preciso ir além da destituição do consenso que forja o *pensamento único* das urbes fabricadas. A importância da incidência política e formação do dissenso deve ser capaz de articular a contestação profunda da lógica produtiva, caso não queira se constituir unicamente como *contra cenaespetacular*, assimilável ao espetáculo, portanto, mediante reorientações de caráter gerencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos os esforços em torno desta tese doutoral, provavelmente tínhamos pouco mais do que o emblemático contexto dos megaeventos esportivos no Brasil. A centralização desse momento nas cidades nos pareceu, todavia, algo mais receptivo, na medida em que nos interessavam os estudos relacionais das políticas urbanas e construção das imagens da cidade. Então, revelava-se uma perspectiva analítica inicialmente oportuna, formulada nesses termos: de que maneira esse *tempo de megaevento* se amalgama (alterando, reforçando) aos fenômenos de construção das imagens das cidades? A escolha da cidade dentre aquelas selecionadas, sequer nos parecia, a princípio, elemento de análise. Semelhante ao que estava em voga, o trabalho diria respeito aos megaeventos no Brasil. De fato, nem tudo necessariamente se transformou ao longo desta caminhada.

Como praxe procedimental acadêmica, a pesquisa exploratória sobre o que investigavam pesquisadores da área nos permitiu perceber que seria preciso identificar na amplitude temática dos “megaeventos” algo ainda não plenamente analisado. Dessa maneira, o primeiro recorte foi buscar entender como esse contexto poderia fomentar a (re)produção das imagens de consumo das cidades. Entre aquelas sedes da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, Salvador não era a única a ter essas potenciais características, mas certamente pela sua própria história constitutiva, vinculada ao turismo e consumo cultural era/é emblemática. Afinal, poucas cidades brasileiras se especializaram tanto quanto Salvador, nas últimas décadas, em construir e vender sua imagem no complexo mercado da turistificação nacional e internacional.

No entanto, no decorrer do percurso da pesquisa, o que se poderia confundir como objeto de estudo em si, revelou-se como contexto histórico excepcional para a análise de um processo social ainda mais amplo, o qual denominamos por *espetacularização da cidade*. Isso quer dizer que o *tempo de megaeventos*, que aqui envolve a preparação e realização das políticas urbanas nas cidades, implicava desdobramentos mais gerais acerca da forma como as cidades são produzidas, geridas e enunciadas na contemporaneidade capitalista.

Portanto, não se tratou de negligenciar a importância do recorte empírico específico em virtude de uma narrativa generalizante, mas de observar como a aplicabilidade desse processo, diante do que ocorreu na cidade de Salvador, não diz respeito em si a um fenômeno exclusivo da capital baiana, ainda que encontre nela características particulares elucidadas. A espetacularização da cidade não está restrita ao contexto das Copas da FIFA, nem aos Jogos

Olímpicos do COI. Em menor ou maior grau, e considerando as particularidades de cada processo verificado, ela pode ocorrer independentemente da existência de megaeventos. Todavia, na possibilidade de construção desse cenário, a construção da espetacularização da cidade é ainda mais intensificada, na medida em que os processos tendem a funcionar como mecanismos políticos excepcionais para o esgarçamento da lógica espetacular. Não se constituindo enquanto condicionantes estruturais, ele se apresenta como um conjunto de medidas adequadas à legitimação necessária para a implementação da mercantilização urbano/cultural, nas variadas esferas, administrativa, jurídica, econômica e social.

Sob esse prisma, e mediante a operacionalização da *política às avessas*, a *aparência espetacular* (DEBORD, 1997) consolidou oficialmente a retórica da *oportunidade única* e do *desenvolvimento socioeconômico local*. Na prática, o exercício político observado se realizou como o avesso do que poderíamos reclamar como *política*, nos termos de dano a ser reparado e de direitos de participação igualmente constituídos. (RANCIÈRE, 1996). Para tanto, conforme assinalamos, o Estado atuou não a fim de promover mediações de direitos e deveres, constituintes à ideia moderna de cidadania, pautada no contexto do bem-estar social, mas sim a serviço da lógica especulativa de uma economia cada vez mais financeirizada. A intervenção do Estado teve como vetor principal a defesa ampliada dos interesses do mercado e do capital, e não daquelas metas clássicas da política do Estado providência. Com efeito, está na órbita do mercado e das próprias características do consumo contemporâneo, a efetiva regulação ou a dinâmica econômica capitalista. Esse modo de regulação aqui existente corresponde, portanto, a uma *forma política* própria ao processo de espetacularização urbana, que atende fundamentalmente ao ordenamento da economia financeirizada sob a qual se inscrevem cada vez mais as cidades.

Em Salvador, a partir desse consenso forjado oficialmente, a espetacularização da cidade fundamentou-se na *apropriação* da cultura local e na configuração de *espaços de consumo*, nas Zonas Litorânea, Arena Fonte Nova e Centro Histórico. As principais políticas urbano/culturais implementadas e projetadas na capital baiana contribuíram na reinvenção da sua imagem de consumo, através de distintas marcas registradas e positivamente enunciadas. Para a narrativa do Poder Público Municipal, era “Salvador, você sente que é diferente”. Para o Poder Público Estadual, “berço da civilização brasileira”. Para o Governo Federal e as outras instâncias do poder público, reafirmava-se como *simulacro* e *pastiche* (JAMESON, 1997; 2006) a genérica imagem de país receptivo, alegre e festivo, materializado localmente na suposta diversidade cultural da docilizada e harmônica ideia de *baianidade*.

A imagem de consumo reinventada em parceria do poder público com agentes da iniciativa privada local, notadamente vinculados ao mercado turístico, objetivava atrair investimentos financeiros. A cidade que era especulada na estandardização do consumo cultural buscou por lógicas diferentes, da candidatura até a realização dos jogos, a legitimidade internacional. A partir da aprovação de organizações paraestatais, como a FIFA, e seus respectivos patrocinadores oficiais, seja na competição entre as outras cidades que se candidataram a sedes da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, ou na disputa por se posicionar privilegiadamente no mercado turístico e financeiro internacional, o intuito desses *construtores* e *empreendedores* oficiais da cidade não deixou de ser a promoção espetacular da capital baiana. Observamos que a espetacularização urbana se *espacializa* (FORTUNA, 2013), apesar de se caracterizar pela financeirização e desterritorialização.

Não por acaso, os *espaços de consumo* e as sociabilidades tendenciosamente tecidas nessas localidades acabam tendo um caráter social mais efêmero e economicamente fictício. Nesse contexto das Copas, uma espécie de *cidade de exceção* permanente (AGAMBEN, 2004; VAINER, 2011) se estabeleceu. Assim, mediante a suspensão e o reordenamento legislativo, os arranjos políticos acrescidos da mercantilização da vasta e potencial cultura baiana contribuíram na promoção de um ambiente excepcional e suscetível à exploração econômica capitalista. Isso não quer dizer que não existiam direitos e deveres regulando as relações nesses espaços, mas que eles eram excepcionais e sobretudo mediados pelas relações de mercado. De acordo com a configuração desse cenário, o direito de *ir* e *vir* é suspenso e sobre ele se realoca um direito de circular sob condicionantes estreitamente vinculadas ao potencial de consumo apresentado por cada indivíduo. O próprio vendedor ambulante não deve, nessas circunstâncias, estar autorizado a vender o que quiser, pois o espaço público está suspenso de sua regulação cotidiana. Agora ele é nomeadamente de alguém. A propriedade, legalizada sob um arcabouço de exceção jurídica, contribuiu para que a única estabilidade produzida pela intervenção estatal fosse vinculada à criação de *atratividades especulativas* suscetíveis ao consumo.

O perverso desse *empreendimento “criativo”* (HARVEY, 2005) é que todo o processo que se circunscreveu na espetacularização da cidade, intensificada na excepcionalidade construída da preparação e realização das Copas da FIFA, caracterizou-se não só pelo que sugeri chamar de *política às avessas*, como também pela *estética da beleza do morto* (CERTEAU, 2011). O desenvolvimento socioeconômico contestável, haja vista as desiguais oportunidades de participação e a própria lógica inerente à mercantilização capitalista,

refletiu-se também nas controvérsias políticas de “valorização do povo baiano”. A rigor, a *cultura da diferença* e a *diferença da cultura* soteropolitana foram definitivamente exploradas e dissimuladamente revalorizadas, ainda que alguns poucos grupos tenham sido efetivamente contratados para se apresentar na Fan Fest e nos palcos dos outros *espaços de consumo*, a exemplo do Pelourinho. Com efeito, o *legado* deixado para a cultura local foi altamente *especulativo* e no máximo publicitário. De estrutural, nada a mais foi feito. Para a cultura afro, por exemplo, sequer pode-se afirmar sobre o aumento da tolerância religiosa. Terreiros continuam sendo perseguidos e por vezes fechados. Pais e Mães de Santo são alvos de práticas altamente discriminatórias. Os negros nas periferias continuam a ser os principais alvos da violência policial, e a imagem que foi inserida no *hall* da valorização espetacular é altamente seletiva e diz respeito apenas à superficialidade do que é ser negro na cidade da informalidade, da falta de habitação regular e dos diversos outros *direitos à cidade* negados. Portanto, a valorização da cultura negra e das práticas consideradas pela marca oficial da PMS, “diferença”, deu-se fundamentalmente no campo do mercado capitalista, beneficiando, conforme a lógica desse modelo social, alguns poucos, em detrimento da grande maioria.

Todavia, isso não quer dizer que a cultura seja uma esfera proibida de gerar rentabilidade para seus produtores, mas a forma como isso ocorre nos processos de *espetacularização urbana*, soberanizados pelo Capital, é bastante criticável. Permeado por desigualdades, nessa lógica, quem menos acaba ganhando são de fato os autores da produção cultural. No lugar de planejamentos gerais sobre o urbano como um todo, os governos se dedicam predominantemente aos planos estratégicos, focalistas e espetaculares. Nessa esteira, as práticas culturais *apropriadas* no cenário do *espetáculo* (DEBORD, 1997) forjaram uma imagem de consumo consensuada na justa medida em que destituíam a dinâmica interna dos produtores culturais e os submetiam a excludentes processos de seleção. De modo reativo, observamos tipos de *reapropriações culturais* locais que, de diferentes formas e em diferentes níveis, tensionaram e destituíram o *consenso espetacular*, sem, contudo, implicar gravemente a lógica produtiva da espetacularização.

Não obstante, as características reveladas na análise desse processo dizem respeito a uma esfera mais ampla do que investigamos na cidade de Salvador. Se a preparação e realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 foi, em alguma medida, um recorte temporal da pesquisa, também se constituiu como um mecanismo político de regulação, aprofundamento e intensificação de uma lógica de produção e gestão urbana contemporânea já existente. No limite, as outras imagens constitutivas à cidade de Salvador continuam a

existir, ainda que o ordenamento que circunscreveu a construção *estratégica* da imagem oficial de consumo da capital baiana também tenha comportado as reações *táticas* (CERTEAU, 1998) engendradas pelos atores sociais no decorrer prático do processo observado.

Por fim, mais do que avaliar o alcance das *antinormatividades* identificadas nas *reapropriações culturais*, o que talvez seja efetivamente preciso, com base na capacidade *estratégica* (CERTEAU, 1998) de reorientação gerencial e política dos processos de espetacularização da cidade, é questionar e combater sua produção. Porém, ao rigor da construção do saber científico, essa consideração aqui pode ser empiricamente questionável, dada ao escape de sua verificação diante dos objetivos deste trabalho. Ainda assim, subjaz nesta crítica à sociedade capitalista uma hipótese de que resulta de uma tese, da qual certamente não se obtém a plena emancipação humana, mas ao menos mais um contributo crítico aos mecanismos e funcionamento de sua dominação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. “Os Letrados e a Modernidade que não veio”. In: _____. **Algazarra nas ruas**: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas/SP: Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p. 27-51.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda. Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. In: **Revista Economia e Sociedade**. v. 20, n. 2. Campinas, 2011. p. 243-272. [*Disponível em*: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n2/a02v20n2>>]. *Acessado em março de 2015*].

ALMEIDA, Paulo Henrique. “A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana”. In: CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 13-52.

ANCOP. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**. 2014. [*Disponível em*: <https://www.kooperation-brasilien.org/de/kick-for-one-world/aktuelles/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf>]. *Acessado em janeiro de 2015*].

ANDRADE, C.M.D.G. Investimentos em Turismo. In: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DA BAHIA (org.). **Tendências da Economia Baiana**. Salvador, 2000. p. 199-220.

ANDRADE, Nivaldo. A importância de se planejar as cidades – Entrevista realizada por Alecsandra Pinheiro. In: **Revista Bahia Delivery**, 40. ed. Salvador, 2013. p. 08.

APPADURAI, Arjun. **La vida social de las cosas. Perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo; Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1991.

ARANTES, Antonio A. Espaço e poder. A construção social do espaço público nas grandes cidades contemporâneas. In: FORTUNA, C. *et al.* (orgs.). **Cidade e espetáculo**: a cena teatral luso-brasileira contemporânea. São Paulo: EDUC, 2013. p. 23-42.

_____. A guerra dos lugares. In: FORTUNA, C. (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**: Ensaio de Sociologia. Oeiras/PT: Celta, 1997. p. 259-270.

_____. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. **Plural de Cidade**: Novos Léxicos Urbanos. Coimbra/PT: Almedina, 2009. p. 11-24.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. p.11-74.

ARAÚJO, Fábio José Reis de. Políticas de Gentrification e o processo de Permeabilidade socioespacial no Pelourinho. In: LEITE, R. P.; SOUZA, E. M. (orgs.). **Cidades e**

Patrimônios Culturais: Investigações para à iniciação à pesquisa. São Cristóvão: EdUFS, 2013. p. 305-328.

ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. **Bahia: Negra, mas limpinha.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade.** Maceió: EdUFAL; São Paulo: UNESP, 2010.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859).** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

BAHIATURSA; GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Guia São João na Bahia.** 2013.

BALSA, Casimiro. Espaço e exclusão, espaços de exclusão. In: _____. (org.). **Relações Sociais de Espaço.** Lisboa/PT: Colibri; CEOS, 2006. p. 13-34.

BAPTISTA, Luís Vicente. Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): Ensaio um ponto de partida. In: **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Cidades, Campos e Territórios.** n. 13/14, 2005. p. 47-58.

BARREIRA, Irllys. Cegueiras da proximidade e da distância: notas metodológicas sobre a observação de cidades. In: _____. **A Cidade como Narrativa.** Lisboa/PT: Imprensa de Ciências Sociais, 2013a. p. 15- 24.

_____. Narrativas e recriações de Fortaleza em cartões-postais. In: _____. **A Cidade como Narrativa.** Lisboa: ICS, 2013b. p. 155-172.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. (orgs.). **Até o Último Homem.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 129-168.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurício Lima. O Exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo Alemão.. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. (orgs.). **Até o Último Homem.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 115-128.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura como consumidor cooperativo. In: _____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade.** Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 160-176.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernidade reflexiva:** trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

BECKER, H. A escola de Chicago. In: **Mana.** v.2, n.2. Rio de Janeiro: 1996. p. 177-188.

_____. **Writing for Social Scientists**. 2007.

BELLASI, Pietro. Lilliput et Brobdingnag: Métaphores de l'imaginaire miniaturisant et mégalisant. In: **Communications**. n. 42. 1985.

BENJAMIN, Walter; LACIS, Asja. Naples. In: DEMETZ, Peter (org.). **BENJAMIN, Walter, Reflections: Essays, aphorisms, autobiographical writings**. Nova Iorque; Londres: Harcourt Brace Jovanovich, 1978. p. 163-173.

BESSA, Altamiro S. M.; ÁLVARES, Lúcia Capanema. **A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades**. Belo Horizonte: Arte, 2014.

BHABHA, Hommi K. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas/SP: Papirus, 2000. p. 10-29.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BITAR, Nina Pinheiro. **“Agora que somos patrimônio...”**: um estudo etnográfico sobre as baianas de acarajé do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2010.

BODY-GENDROT, Sophie. La gestion de l'insécurité. In: MATTEI, M.F.; PUMAIN, D. (orgs.). **Données urbaines, Economica**. Paris: 2007. p. 53-62.

BÓGUS, L. M. M; VÉRAS, M. P. B. A reorganização metropolitana de São Paulo: Espaços sociais no contexto da globalização. In: _____. (org.). **Cadernos Metrópole**. n. 3. São Paulo: Educ, 2000. p. 105-127.

BORGES, Fernando. O papel da FIFA FAN FEST™ na Copa do Mundo da África do Sul. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Ano 19, jul./dez, n. 40. Porto Alegre, 2013. p. 201-230.

BOYER, M. Christine. Cities for Sale: Merchandising History at South Street Seaport. In: SORKIN, Michael (ed.). **Variations on a Theme Park. The New American City and the End of Public Space**. New York: Hill and Wang, 2000. p. 181-204.

_____. **The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments**. Massachusetts/USA: Massachusetts Institute of Technology, 1994.

BRAGA, Ruy. **A Nostalgia do Fordismo**. São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei Geral da Copa nº 12.663**. 5 de junho de 2012.

BRENNER, Robert; GLICK, Mark. La Escuela de la Regulación: Teoría e Historia. In: **New Left Review 21. Capitalismo, Fordismo, Pós Fordismo**. Madrid: Akal. p. 5-90. [Disponível em: <<http://newleftreview.es/21>>. Acessado em abril de 2015].

CĂMARĂ, Gabriel. L'insécurité urbaine et les grands événements sportifs: la Coupe du Monde de Football, Brésil 2014. In: **Scientific Annals of "Alexandru Ioan Cuza"**. University of Iasi, 2012. p. 89-102.

CANCLINI, Néstor Garcia (org.). **El sonumo cultural em México**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1993.

_____. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Megaeventos Esportivos e Modernização Tecnológica: Planos e Discursos sobre o Legado em Segurança Pública. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Ano 19, n. 40, jul./dez. Porto Alegre, 2013. p. 119-148.

CARVALHO, Anselmo Ferreira Machado. **“A Bahia constrói o seu futuro sem destruir seu passado”: políticas culturais, turismo e baianidade na modernização da Bahia (1967-1983)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana/BA, 2013.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As ‘cidades’ de Salvador. In: _____. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 81-108.

CASELLAS, Antònia; JUTGLA, Esteve Dot; PALLARES-BARBERA, Montserrat. Creación de imagen, visibilidad y turismo como estrategias de crecimiento económico de la ciudad. In: **Finisterra**. 2010. p. 153-172.

CASTRO, Armando Alexandre Costa de. **A música baiana e o mercado: a gestão da obra como estratégia de negócio**. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. 7. ed. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas/SP: Papirus, 2011.

_____. **A Invenção do Cotidiano**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CEVASCO, Maria Elisa. A Cultura da Servidão Financeira: Uma Leitura às Aversas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibebe (orgs.). **A Hegemonia às Aversas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 137-148.

_____. Hibridismo cultural e globalização. In: Revista **ArtCultura**. v. 8, n. 12, jan./jun. Uberlândia/MG: 2006. p. 131-138.

CLAVEL, Maité. “Cidades e culturas”. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 67-74.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **A Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-46.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. O Brasil no Horizonte dos Megaeventos Esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Ano 19, n. 40, jul./dez. Porto Alegre: 2013. p. 19-63.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma**: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia, 1954-1974. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DEBORD, Guy. Introdução a uma crítica da geografia urbana. In: **Les lévres nues**. Setembro 1955. [Disponível em: <http://imagomundi.com.br/cultura/geografia_urbana.pdf>. Acessado em março de 2015].

_____. [1955]. Teoría de la deriva. In: **Revista Anthropos**, n. 229. Barcelona/ESP, 2010. p. 197- 200.

_____. [1967]. Tradução Estela dos Santos Abreu. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOUGLAS, M. Introdução. In: _____. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966a. p. 11-18.

_____. Poderes e Perigos. In: _____. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966b. p. 72-95.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMERSON, R.; FRETZ, R.; SHAW, L. **Writing ethnographic fieldnotes**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ESPINHEIRA, Gey; SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Realizado em Caxambú-MG–Brasil. 2006. [Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_266.pdf>. Acessado em 12/12/2015].

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. Tradução Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Ana. Cidades e Cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 51-66.

FERNANDES, Luis. Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In: JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 57-64.

FERREIRA, Claudino. Cultura e Regeneração Urbana: Novas e Velhas Agendas da Política Cultural para as Cidades. In: **Tomo. Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Dossiê Cidades. Ano XII, n. 16, jan./jun, São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Apresentação. Um teatro milionário. In: JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 07-16.

_____. Globalização, ideologia e planejamento urbano. In: FERREIRA, J. S.W.; MARICATO, E.; VILLAÇA, F. **O Mito da Cidade-Global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: UNESP, 2007. p. 91-127.

FIFA. COMITÊ LOCAL DE ORGANIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DA FIFA DE 2014 NO BRASIL. CIDADE SEDE SALVADOR. **Acordo de Cidade-Sede**, s.d.

FIX, Mariana. Alianças estratégicas na produção do espaço urbano. In: **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo. 2007. p. 113-138.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class. And How It's Transforming Work, Leisure and Everyday Life**. New York/USA: Basic Books, 2002.

FORTUNA, C. **Identidades, Percursos, Paisagens Culturais**: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana. Oeiras/PT: Celta, 1999.

_____. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Outubro, 2002. p. 123-148.

_____. Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora. In: _____. (org.). **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras/PT: Celta, 1997. p. 231-257.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. A cidade como palco. Precisamos mais teatro! In: FORTUNA, C. *et al.* (orgs.). **Cidade e espetáculo: a cena teatral luso-brasileira contemporânea**. São Paulo: EDUC, 2013. p. 17-22.

_____. Apresentação. In: _____. (orgs.). **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra/PT: Almedina, 2009. p. 07-09.

FORTUNA, Carlos; BARREIRA, Irllys Alencar *et al.* O passado das cidades: Revalorizações patrimonialistas em Fortaleza e Coimbra. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (orgs.). **Diálogos Urbanos. Territórios, Culturas, Patrimônios**. Coimbra/PT: Almedina, 2013. p. 261-290.

FORTUNA, Carlos; BARREIRA, Irllys Alencar; BEZERRA, Roselane; GOMES, Carina Sousa. O passado das cidades: Revalorizações patrimonialistas em Fortaleza e Coimbra. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (orgs.). **Diálogos Urbanos. Territórios, Culturas, Patrimônios**. Coimbra/PT: Almedina, 2013. p. 261-290.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Hucitec, 1996.

GAGLIARDI, Clarissa M.R. Turismo e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra/PT: Almedina, 2009. p. 245-264.

GALLACH, Helena Cruz. Conflictos territoriales y movilizaciones ciudadanas: algunas reflexiones sobre las formas de gobernanza territorial actuales. In: **Boletín de la A.G.E.** n. 48. 2008. p. 375-387. [*Disponível em: file:///C:/Users/Ewerthon/Downloads/Dialnet-ConflictosTerritorialesYMovilizacionesCiudadanas-3093774_1.pdf*]. *Acessado em novembro de 2014*].

GARCÍA, Beatriz. Urban Regeneration, Arts Programming and Major Events. Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004. In: **International Journal of Cultural Policy**, v. 10, n. 1. 2004. p. 103-118.

GARCÍA, Marisol; DEGEN, Mónica. El Camino Barcelona: espacios, culturas y sociedades. In: GARCÍA, Marisol; DEGEN, Mónica (coords.). **La Metaciudad: Barcelona Transformación de una metrópolis**. Barcelona: Anthropos, 2008. p. 9-27.

GARCÍA, Marisol. Barcelona: ciudadanos y visitantes. In: GARCÍA, Marisol; DEGEN, Mónica (coords.). **La Metaciudad: Barcelona Transformación de una metrópolis**. Barcelona: Anthropos, 2008. p. 97-114.

GIDDENS, Anthony. A vida numa sociedade pós-industrial. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GOMES, Carina Sousa. Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas. In: **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. v. XXIII. 2012. p. 37-49.

GONÇALVES, Jose Reginaldo S. Patrimônio Cultural e Narrativas Nacionais. In: _____. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996. p. 11-35.

GOODE, William J; HATT, Paul K. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo: Nacional, 1973.

GUATARRI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: **Revista Espaço e Debates**. v. 5, n. 16. São Paulo: 1985. p. 109-120.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas/SP: Papirus, 2000. p. 30-49.

GUSMÃO, Nelma de Oliveira. Jogo espetáculo, jogo negócio. In: JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 25-31.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**. v. 22, n. 2. Open University: 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução Carlos Slak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Diecisiete Contradicciones y el fin del Capitalismo**. Tradução Juan Mari Madariaga. Quito/ECU; Madrid/ESP: IAEN; Traficantes de Sueños, 2014a.

_____. **Cidades Rebeldes – Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo Demográfico de 1983**. Rio de Janeiro.

_____. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro.

IVO, Anete Brito Leal. Democracia, cidadania e pobreza: A produção de novas solidariedades. In: **Caderno CRH**. n. 26/27, jan/dez. Salvador: 1997. p. 09-17.

IVO, Anete Brito Leal. Recomposição Política, Comunidade Cívica e Modelos de Governança. In: **XXV Encontro Anual da Anpocs**, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 117-140.

_____. Apresentação. In: JACQUES, Paola Bernstein (org.). **Apologia da Deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 13-38.

_____. Espetacularização Urbana Contemporânea. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**. v. 3. Salvador: PPG-AU/UFBA, 2004. [*Edição especial Territórios Urbanos e Políticas Culturais*].

JAMESON, Frederic. Cultura e capital financeiro. Tradução Carolina Araújo. In: _____. **A virada cultural. Reflexões sobre o pós-moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 217-254.

_____. **Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. Tradução Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1997.

JESSOP, B. Regulation theory in retrospect and prospect. In: **Economy and Society. Abingdon/UK**. v. 19, n. 2. 1990. p. 153-216.

JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. Introdução. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 7-12.

JORNAL A TARDE. n. 1959, 11 de abril de 1916.

KIBON. **Roteiro da Felicidade Salvador**. s.d.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: 34, 2000.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LA BARRE, Jorge De. Choque de futuro: Rio dos megaeventos. In: **Revista O Social em Questão**. Ano XVI, n 29. 2013. p. 43-68.

LANDRY, Charles. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. UK;USA: Earthscan, 2000.

LANNA, Ana Lúcia Duarte; RUBINO, Silvana. “Lugares de desafio”: Cidades, patrimônio cultural, nação e turismo. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (orgs.). **Diálogos Urbanos. Territórios, Culturas, Patrimônios**. Coimbra/PT: Almedina, 2013. p. 341-358.

LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceitos e implicações. In: JOÃO G. *et al.* (orgs.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: UnB, 2004. p. 12-18.

LASSANCE, Antonio. A Copa, a imagem do Brasil e a batalha da comunicação. In: JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 79-84.

LEFEBVRE, H. **O Direito À Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008a.

_____. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.

LEITE, Rogerio Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. v. 25, n. 15. 2010. p. 73-88.

_____. *Image making*: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas. In: _____. (org.). **Cultura e Vida Urbana**: ensaios sobre a cidade. Aracaju: EdUFS, 2008. p 171-199.

_____. **Contra-usos da Cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Aracaju: EdUFS; Campinas/SP: Unicamp, 2007.

_____. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In: **RBCS**. n. 49. 2002. p. 115-134.

LOPES, João Teixeira. Políticas culturais urbanas. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (orgs.). **Plural de Cidade**: Novos Léxicos Urbanos. Coimbra/PT: Almedina, 2009. p. 171-186.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 33-40.

MANTECÓN, Ana Rosas. Consumo cultural na cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de Cidade**: Novos Léxicos Urbanos. Coimbra/PT: Almedina, 2009. p. 299-318.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. p. 121-192.

_____. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 17-24.

_____. Na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras. In: _____. **Brasil, cidades**: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. p. 15-46.

_____. O impasse da política urbana. In: **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. p. 15-88.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 51-79.

MARTINI, Gerlaine Torres. **Baianas do Acarajé: a uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MARTINS, Patrícia. Ofício de mulheres, Comida de Orixás: mediações e conflitos na patrimonialização da baiana de acarajé. In: **Anais XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011. [Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307628529_ARQUIVO_Texto.PatriciaMartins.Conlab.GT50.pdf>. Acessado em 10/02/2013].

MARTINS, Rosana. Construções de alteridade: políticas de pertença e cultura hip-hop. In: **Periferia. Educação, Cultura & Comunicação**. v. 4, n. 1, jan/jul, 2012. p. 41-57.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas/SP: Papirus, 2000. p. 176-185.

MATARASSO, François. A place in the city.recognising creative inclusion. In: **Paper to the Creative Communities Conference, Surfers Paradise**. Australia, 2009.

MCCRACKEN, Grant. “Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. In: **RAE Clássicos**. V. 47, n. 1, jan/mar. 2007. p. 99-115.

_____. **Culture and Consumption. New approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities**. EUA: Midland Book Edition, 1990.

MCDONOUGH, Tom. El espacio situacionista. In: **Revista Anthropos**. n. 229. Barcelona/ESP: 2010. p. 99- 113.

MENDES, Victor Marcelo Oliveira. **Salvador: Cultura, turismo e desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

MENEGAT, Marildo. Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?. In: **Revista Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social**. v. 18, n. 1. 2008.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

MIGUEZ DE OLIVEIRA, Paulo César. **A organização da cultura na “Cidade da Bahia”**. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002. 347p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CUNHA, E.M.P.; PEDREIRA, R. S. (orgs.). **Como anda Salvador**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008. p. 1-50.

MOURA, Milton Araújo. **Carnaval e baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador**. Tese de doutorado. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

MOYSÉS, Aristides; BERNARDES, Genilda D’arc. Segregação Urbana e Desigualdade Social em Goiânia: Estado, Mercado Imobiliário e Dinâmica Socioespacial. In: MOYSÉS, Aristides (org.). **Cidade Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: EdUCG, 2009. p. 173-204.

MOYSÉS, Aristides; BERNARDES, Genilda D’arc; AGUIAR, Maria do Amparo A. Políticas Urbanas no Brasil nos Últimos Trinta Anos. In: MOYSÉS, Aristides (org.). **Cidade Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: EdUCG, 2005. p. 247-286.

MULLER, Pierre. Les Politiques Publiques comme construction d’un rapport au monde. In: FAURE, d’Alain; POLLET, G.; WARIN, P. (org.). **La Construction du sens dans politiques publiques**. Paris: L’Harmattan, 1995. p.153-179.

MUXI, Zaida. Episódios da transformação urbana de Barcelona. In: **ARQUTEXTO 17**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 104-123.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C.S. (orgs.). **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28.

PAU BRASILIS, fotógrafo Christian Fehr. (s.d.).

PAU BRASILIS, fotógrafo Roberto Costa Pinto. (s.d.).

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEIXOTO, Paulo. Liftings, peelings e outras plásticas. As cidades antigas querem parecer novas?. In: VAZ, Domingos (org.). **Cidade e Território. Identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças**. Lisboa/PT: Celta, 2008. p. 73-86.

_____. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 12. 2004. p. 183-204.

PINHEIRO, Eloísa Petti. O caso da cidade do Salvador. In: _____. **Europa, França e Bahia. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 181-284.

PINHEIRO, L.I.F; GUIMARÃES, C.R.F.F; COSTA, R.M.S. Indicadores macroeconômicos do turismo, dos principais destinos litorâneos da Bahia, no período de 1998 a 2008. In: **Cultur, Revista de Cultura e Turismo**. Ano 05, n. 01, jan. 2011. [*Número especial*].

PINHO, Osmundo de Araújo. A Bahia no Fundamental: Notas para uma Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**. v. 13, n. 36, fev. 1998a. [*Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000100007&script=sci_arttext Acessado em 22/12/2015*].

_____. Espaço poder e relações raciais: o caso do Centro Histórico de Salvador. In: **Afro-Ásia**. n. 21-22. Salvador, 1998b. p. 257-274.

_____. **O mundo negro: hermenêutica crítica da reafricanização em Salvador**. Curitiba: Progressiva; Bahia: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Planejamento Estratégico Salvador. Construindo Um Novo Futuro (2013-2016)**. 2013. [*Disponível em: http://www.planejamentoestrategico.salvador.ba.gov.br/imagens/Planejamento_Completo.pdf Acessado em março de 2014*].

QUEIRÓS, Margarida. Barcelona(s): cidade dos projectos ou projectos da cidade? In: **Finisterra**. XLV, 90. 2010. p. 7-32.

RAMA, ÁNGEL. **A Cidade das Letras**. Tradução Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.

RANCIÈRE, J. **Momentos políticos**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010a.

_____. **El espectador emancipado**. Buenos Aires: Manantial, 2010b.

_____. **O Desentendimento. Política e Filosofia**. Tradução Angela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

RISÉRIO, Antônio. **Carnaval ijexá**. Salvador: Corrupio, 1981.

RITZER, George. **The McDonaldization of society**. Londres; Nova Deli: Pine Forge, 2004.

RIZEK, C.S; PAOLI, M. C. Apresentação – Depois do Desmanche. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C.S. (orgs.). **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p 07-11.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida**. Salvador: EDUFBA, 2003.

RODRIGUES, João Jorge. O Olodum e o Pelourinho. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). **Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade**. Salvador: EDUFBA, 1995. p. 82-87.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 11, n. 2, nov. 2009. p. 31- 50.

_____. Entrevista – Coisas nada civilizadas ocorrem quando um país prepara um megaevento. In: **Revista Adusp**. abril, n. 52. São Paulo, 2012. p. 06-13.

_____. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 65-70.

_____. Política Urbana no Brasil – Esperança em Meio ao Caos?. In: **Revista da ANTP**. São Paulo, 2003. [Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/artigos-e-publicacoes/>].

ROLNIK, Raquel; RIBEIRO, A. C. T. ; VAZ, L. F. ; SILVA, M. L. P. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, A.C.T; VAZ, L.F.; SILVA, M.L.P. (org.). **Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012. p. 87-104.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Cultura, política e mídia na Bahia contemporânea. In: **Comunicação & política**. n.1. 2003. p. 93-155.

RUBIO, Katia. A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos no País do Futebol. In: **Revista Adusp**. Abril, n. 52. São Paulo, 2012. p. 14-21.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: Agentes, estratégias e escalas de ação política. In: **Revista Sociologia e Política**. Jun, n. 16. Curitiba, 2001. p. 31-49.

SANTOS, Milton. Formação da cidade e evolução da região. In: **O Centro da cidade de Salvador**. 2. ed. São Paulo: Edusp; Salvador: EDUFBA, 2008. p. 35-66.

SARAMAGO, José. [1995]. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAVAGE, M.; WARDE, A. Políticas urbanas. In: **Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade**. Oeiras/PT: Celta, 2002. p. 151-194.

SECOA. **PLANO DIRETOR DA COPA 2014 NA BAHIA**. Salvador. 2011.

SETUR; BAHIA TURSA. **Programa Bahia Turismo Copa**. 2012.

SIMAS, Américo Furtado de. Sugestões para o plano director da Cidade do Salvador. In: **Comissão do plano da cidade do Salvador. Semana de Urbanismo**, de 20 a 27 de outubro de 1935. Conferência. Bahia: Graphica da Bahia, 1937. p. 117-126.

TRACHANA, Angelique. **Urbe ludens**. Espanha: TREA, 2014.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

_____. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. p.75-104.

VELOSO, Mariza. Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público. In: JOÃO, G. *et al.* (orgs.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: UnB, 2004. p. 31-36.

VIEIRA, E. C. J. Cidades em Imagens: A (re) invenção do bairro Santa Maria em Aracaju. In: LEITE, Rogerio Proença; SOUZA, Eder Claudio Malta. (org.). **Cidades e patrimônios culturais**: investigações para iniciação à pesquisa. São Cristóvão: EdUFS, 2013. p. 255-280.

_____. **Políticas urbanas e imagens da cidade: da “Terra Dura” ao bairro de “Santa Maria” em Aracaju-SE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2011.

WACQUANT, Loic. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

_____. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. In: **Revista Sociologia Política**. Curitiba: 2004. p. 155-164.

WATERMAN, Stanley. Carnivals for elites? The cultural politics of arts festivals. In: **Progress in Human Geography**. February, 1998. p. 54-74.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: Na história e na literatura. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Cambridge: Blackwell, 1995.

_____. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas/SP: Papirus, 2000a. p. 80-103.

_____. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas/SP: Papirus, 2000b. p. 104-115.

SITES CONSULTADOS

A CIDADE TAMBÉM É NOSSA. **Novas entidades aderem ao Fórum A Cidade Também é Nossa**. Disponível em: <<http://acidadetambemenossa.wordpress.com/>>. Acessado em abril de 2014.

A TARDE UOL BAHIA SALVADOR. **Regra da Fifa ameaça venda de acarajé em jogos da Copa 2014**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1457744-regra-da-fifa-ameaca-venda-de-acaraje-em-jogos-da-copa-2014>>. Acessado em 06/12/2012.

ADUSP. **Revista nº 52, Abril de 2012**. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/imprensa/revista/1430-revista-n-52-abril-de-2012>>. Acessado em março de 2014.

AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO. PUBLICA. **Copa Pública. Legado para quem?**. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/02/legado-para-quem/>>. Acessado em 06/03/2014.

ARANTES, Paulo. “Paulo Arantes: O legado da Copa e os mecanismos de repressão”. In: **BLOG DA BOITEMPO. Entrevista concedida ao Blog do IMS**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/30/paulo-arantes-o-legado-da-copa-e-os-mecanismos-de-repressao/>>. Acessado em 20/08/2014.

BAHIA NOTÍCIAS. **Big Mac terá prioridade sobre acarajé na Copa do Mundo em Salvador**. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/123845-big-mac-tera-prioridade-sobre-acaraje-na-copa-do-mundo-em-salvador.html>>. Acessado em 06/12/2012.

BAHIA. **Acarajé da Dinha**. Disponível em: <http://bahia.com.br/onde_comer/acaraje-da-dinha>. Acessado em abril de 2013.

BIBLIOTECA MUNDIAL DIGITAL. **A cidade de Salvador**. Disponível em: <<http://www.wdl.org/pt/item/219/#q=MAPA+SALVADOR+CIDADE+BAIXA>>. Acessado em 12/12/2015.

BLOG DA BOITEMPO. **Paulo Arantes: O legado da Copa e os mecanismos de repressão**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/30/paulo-arantes-o-legado-da-copa-e-os-mecanismos-de-repressao/>>. Acessado em 20/08/2014

BRASIL ACESSO À INFORMAÇÃO. **Roda de Capoeira recebe título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticiasdestaques//asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1230742>. Acessado em 08/02/2015.

CORREIO. O QUE A BAHIA QUER SABER. Antes e depois da Barra: **Veja o que mudou na estrutura do bairro com reforma**. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/antes-e-depois-da-barra-veja-o-que-mudou-na-estrutura-do-bairro-com-reforma/?cHash=74a404ffad66ad51b2d339e664d18f5a>>. Acessado em 11/03/2015.

CORREIO. O QUE A BAHIA QUER SABER. **Os Barões**. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/index.php?id=440>>. Acessado em 06/01/2016.

DELGADO, Manuel. [2007]. **La ciudad mentirosa. Fraude y Miséria del “modelo Barcelona”**. Disponível em: <https://www.kooperation-brasilien.org/de/kick-for-one-world/aktuelles/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf>. Acessado em janeiro de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **ATO OLÍMPICO. LEI Nº 12.035/2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12035.htm>. Acessado em março de 2012.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. LEI Nº 12.462/2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/L12462.htm>. Acessado em março de 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNÍCIPIO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **LEI Nº 8414/2013**. Disponível em: <<http://www.dom.salvador.ba.gov.br/diario-atual.php>>. Acessado em julho de 2013.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNÍCIPIO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Portaria Nº 60/2014**. Disponível em: <<http://www.dom.salvador.ba.gov.br/diario-atual.php>>. Acessado em junho de 2014.

ECOPA – Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA 2014. **Bem-vindo à Salvador**. Disponível em: <http://www.copa.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=557&catid=2&Itemid=101>. Acessado em fevereiro de 2014.

ECOPA – Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA 2014. **O Escritório da Copa**. Disponível em: <http://www.copa.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&catid=2&Itemid=101>. Acessado em dezembro de 2013.

EMPRESA SALVADOR TURISMO – SALTUR. **Empresa Salvador Turismo**. Disponível em: <<http://www.saltur.salvador.ba.gov.br/home.php>>. Acessado em fevereiro de 2014.

FACEBOOK. **Tambores do Mundo Entretenimento**. Disponível em: <https://www.facebook.com/tamboresdomundo2014/info?tab=page_info>. Acessado em 25/02/14.

FIFA – Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. **Ingressos**. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/confederationscup/organisation/ticketing/prices-matches/>>. Acessado em fevereiro de 2014.

FIFA – ORGANIZAÇÃO. **IFAB: A história da instituição**. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/ifab/history.html>>. Acessado em março de 2014.

FIFA. **DESTINATION: Salvador a Host City for the 2014.** Disponível em: <<http://www.fifa.com/worldcup/destination/cities/city=1169/index.html>>. Acessado em setembro de 2011.

FIFA. **Ingressos Copa das Confederações.** Disponível em: <<http://pt.fifa.com/confederationscup/organisation/ticketing/prices-matches/>>. Acessado em 22/02/2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Fonte Nova deixa Salvador órfã de ginásios e Piscina.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/12/1389251-fonte-nova-deixa-salvador-orfa-de-ginasios-e-piscina.shtml>>. Acessado em 20/02/2014.

FOLHA NA COPA 2014. **Copa do Mundo termina com 23 obras inacabadas.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/07/1486053-copa-do-mundo-termina-com-23-obras-inacabadas.shtml>>. Acessado em 05/11/2014.

FOLIA BAHIA. FOLIABAHIA: Camarotes Carnaval de Salvador 2014. Disponível em: <<http://www.foliabahia.com.br>>. Acessado em março de 2014.

G1 BAHIA. **Aos 100 anos, Avenida Sete preserva parte da história e cultura de Salvador.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/aos-100-anos-avenida-sete-preserva-parte-da-historia-e-cultura-de-salvador.html>>. Acessado em 28/11/2015.

G1 BAHIA. **Lous e PDDU são votados como inconstitucionais por 30 votos a 2.** Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/bahia/noticia/2013/10/lei-do-pddu-e-lous-e-votada-como-inconstitucional-por-30-votos-contra-2.html>>. Acessado em novembro de 2013.

G1 BAHIA. **Salvador não fará festa de final de ano no farol da Barra.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/09/salvador-nao-fara-festa-de-fim-de-ano-no-farol-da-barra-diz-secretario.html>>. Acessado em outubro de 2013.

GUIA GEOGRÁFICO HISTÓRIA DA BAHIA. **Mapas históricos da Bahia.** Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/luis-teixeira.htm>>. Acessado em 06/02/2014.

GUIA GEOGRÁFICO SALVADOR ANTIGA. **Salvador Antiga. Avenida Sete de Setembro no Porto da Barra.** Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/barra/avenida-porto.htm>>. Acessado em 07/02/2014.

GUIA GEOGRÁFICO SALVADOR ANTIGA. **Salvador Antiga. Elevador Lacerda.** Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/cidade-baixa/elevador-lacerda.htm>>. Acessado em 06/02/2014.

GUIA GEOGRÁFICO SALVADOR ANTIGA. **Salvador Antiga. Imagens antigas da avenida oceânica.** Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/barra/antigas-oceanica.htm>>. Acessado em 10/02/2014.

IBGE. **Vamos conhecer o Brasil.** Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>>. Acessado em 12/11/2013.

LEIS MUNICIPAIS. **Decreto determina revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e da Lei de Ordenamento e Uso do Solo Urbano**. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2376/23761/decreto-n-23761-2013-determina-a-revisao-do-plano-diretor-do-desenvolvimento-urbano-e-a-lei-de-ordenamento-e-uso-do-solo-urbano-2013-01-02.html>>. Acessado em novembro de 2013.

LEIS MUNICIPAIS. **Lei Ordinária Nº 8414/2013 de Salvador-BA**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2013/841/8414/lei-ordinaria-n-8414-2013-dispoe-sobre-medidas-relativas-a-copa-das-confederacoes-fifa-de-2013-e-a-copa-de-mundo-fifa-de-2014-e-da-outras-providencias>>. Acessado em 06/02/2014.

MAIS DE SALVADOR. **Plano Inclinado Gonçalves**. Disponível em: <<http://maisdesalvador.blogspot.com.br/2011/09/plano-inclinado-goncalves.html>>. Acessado em 15/02/2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Notícias em Destaque**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticiasdestaques//asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1230742>. Acessado em 08/02/2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Nota Pública**. Disponível em: <<http://www.mpba.mp.br/visualizar.asp?cont=4707>>. Acessado em novembro de 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Observatório das Metrópoles monitora os impactos dos mega-eventos esportivos**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1549&Itemid=162&lang=pt>. Acessado em julho de 2011.

ONUBR. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU: mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>>. Acessado em 12/11/13.

ONUBR. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU: mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>>. Acessado em 12/11/13.

PORTAL DA COPA – Economia. **Construção da Arena Fonte Nova gerou negócios para pequenos empresários baianos**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/construcao-da-arena-fonte-nova-gerou-negocios-para-empresarios-baianos>>. Acessado em maio de 2013.

PRONATEC – Programa Nacional ao Ensino Técnico e ao Emprego. **Objetivos e Iniciativas**. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>>. Acessado em março de 2014.

SALTUR EMPRESA SALVADOR TURISMO. **Salvador uma cidade-sede da Copa**. Disponível em: <<http://www.saltur.salvador.ba.gov.br/home.php>>. Acessado em 19/02/2014.

SECOM- Secretaria de Comunicação Social. **FACHADAS DE MAIS DE 50 CASARÕES SÃO REVITALIZADAS NO PELOURINHO**. Disponível em:

<<http://www2.secom.ba.gov.br/noticias/2010/01/28/fachadas-de-mais-de-50-casaro-es-sao-revitalizadas-no-pelourinho>>. Acessado em junho de 2012.

SECOPA – Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. **Projetos Prioritários: Mobilidade Urbana.** Disponível em: <<http://www.secopa.ba.gov.br/pt-br/projetos-prioritarios/mobilidade-urbana>>. Acessado em janeiro de 2013.

SEFAZ- Secretaria Municipal da Fazenda. **Prefeitura assina ordem para requalificação da Barra.** Disponível em: <<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias-home/193-noticias/823-prefeitura-assina-ordem-para-requalificacao-da-barra>>. Acessado em outubro de 2013.

SEMPRE BAHIA. **FIFA elogia Salvador e Fonte Nova, mas pede prioridade na comunicação.** Disponível em: <<http://www.semprebahia.com/fifa-elogia-salvador-e-fonte-nova-mas-pede-prioridade-na-comunicacao/>>. Acessado em maio de 2013.

SINDUSCON-BA. **TJ acolhe pedido do MP e modula efeitos da LOUOS e PDDU.** Disponível em: <http://www.sinduscon-ba.com.br/noticias/prg_not_exi.cfm/1CFD0BCB/tj-acolhe-pedido-do-mp-e-modula-efeitos-da-louos-e-pddu>. Acessado em março de 2014.

SINTHORESP. **Correio do Brasil – McDonald’s ameaça acarajé na Copa.** Disponível em: <<http://www.sinthoresp.com.br/site/acordo-mcdonalds/correio-do-brasil-mcdonalds-ameaca-acaraje-na-copa>>. Acessado em 06/12/2012.

SUA PESQUISA.COM. **História dos Jogos Pan-Americanos.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/olimpiadas/>>. Acessado em 27/03/2014.

SUA PESQUISA.COM. **Olimpíadas.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/olimpiadas/>>. Acessado em 27/03/2014.

SUL21. **Fifa quer proibir venda de acarajé para beneficiar McDonald’s na Bahia.** Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fifa-quer-proibir-venda-de-acaraje-para-beneficiar-mcdonalds-na-bahia/>>. Acessado em 06/12/2012.

TRAVINHA ESPORTES. **Origem e História da FIFA.** Disponível em: <<http://www.travinha.com.br/eventos-desportivos/149-copa-do-mundo-de-futebol/180-fifa-a-historia>>. Acessado em março de 2014.

TRIBUNA DA BAHIA. **FIFA proíbe São João em Salvador.** Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/04/25/fifa-proibe-sao-joao-em-salvador>>. Acessado em 30/04/2013.

TRIBUNA DA BAHIA. **Prefeitura de Salvador e o Ministério Público assinam acordo sobre o PDDU.** Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/05/02/prefeitura-de-salvador-o-ministerio-publico-assinam-acordo-sobre-pddu>>. Acessado em novembro de 2013.

UNFPA BRASIL. **Situação da população mundial.** Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/situacao-da-populacao-mundial>>. Acessado em 12/11/15.

UOL – PORTAL A TARDE – ECONOMIA. **Justiça declara inconstitucionais Louos e PDDU de Salvador.** Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/materias/1540877-justica-declara-inconstitucionais-louos-e-pddu-de-salvador>>. Acessado em novembro de 2013.

UOL ESPORTES – Blog do Vinícius Segalla. **Obras do legado da Copa na BA têm corte de 96% e ficam restritas a entorno da Fonte Nova.** Disponível em: <<http://viniciussegalla.blogosfera.uol.com.br/2013/08/09/obras-do-legado-da-copa-na-ba-tem-corte-de-96-e-ficam-restritas-a-entorno-da-fonte-nova/>>. Acessado em agosto de 2013.

UOL FOLHA DE SÃO PAULO- Esporte. **Fonte Nova deixa Salvador órfã de ginásios e piscina.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/12/1389251-fonte-nova-deixa-salvador-orfa-de-ginasios-e-piscina.shtml>>. Acessado em fevereiro de 2014.

YouTube BR. **Brasil 2014. Anúncio oficial.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IFxgh1vOv4E>>. Acessado em 30/03/2014.

YOUTUBE. **Salvador é uma festa para os sentidos. Sinta essa cidade!.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1uHqkddf6EY>>. Acessado em 10/03/2014.

YOUTUBE. **Salvador você sente que é diferente.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ARI7jmVugJs>>. Acessado em 10/03/2014.

ZH COPA 2014. **Às vésperas Salvador terá poucas obras prometidas para a Copa.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/05/salvador-tera-poucas-obras-prometidas-para-a-copa-4507092.html>>. Acessado em 10/06/2014.

ANEXOS

ANEXO ÚNICO

(Roteiro de Entrevista Semiestruturada / Marcadores dialógicos)

1. NOME
2. ENDEREÇO/NATURALIDADE
3. FORMAÇÃO (QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL) / OCUPAÇÃO
4. IDADE
5. PERCEPÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR / O QUE É A CIDADE / O QUE ELA REPRESENTA
 - Como você define a cidade de Salvador? Quais as características que listaria?
6. PERCEPÇÃO DA CIDADE, DOS *LUGARES* E *ESPAÇOS* EM RELAÇÃO AO CONTEXTO DOS MEGAEVENTOS
 - Como você avalia a cidade nesse contexto das Copas – Confederações 2013 e do Mundo 2014?
 - Você identifica uma integração da cidade aos megaeventos? De que forma? A partir de que? Quais os espaços que estabelecem essa integração?
7. DA COPA PARA A CIDADE / DA CIDADE PARA A COPA
 - O que a cidade ganha com as Copas? Caracterize *o que e quem* ganha
 - O que as Copas ganham sendo realizadas em Salvador? Caracterize *o que e quem* ganha.
8. CIDADE, CULTURA E CONSUMO NOS MEGAEVENTOS (sob a égide do desenvolvimento socioeconômico)
 - Até que ponto o atual contexto possibilita maiores investimentos nas cidades sedes? Quais investimentos e sob quais características?
 - O que da cidade foi destacado? O que deveria ter sido mais expressado?
 - Algo mudou ou precisaria mudar na cidade para a realização desses megaeventos?

ANEXO I: ACORDO DE CIDADE SEDE

ACORDO DE CIDADE-SEDE

celebrado entre

FEDERATION INTERNATIONALE
DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA)
FIFA-Strasse 20
8044 Zurique
Suíça

("FIFA")

e

COMITÊ LOCAL DE ORGANIZAÇÃO
DA COPA DO MUNDO DA FIFA DE 2014
BRASIL
[Inserir endereço]

("Comitê")

e

CIDADE DO SALVADOR, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL, JOÃO HENRIQUE DE BARRADAS
CARNEIRO,
COM SEDE NO PALÁCIO THOMÉ DE SOUZA
PRAÇA MUNICIPAL - SALVADOR/BA
CEP - 40.020.010
("Cidade-Sede")

tendo como objeto a participação no sedramento da

Competição Final da Copa do Mundo da FIFA de 2014



SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO E DEFINIÇÕES

- A A FIFA é o organismo mundial que rege o esporte denominado *Association Football*, ou simplesmente Futebol, que promove no mundo todo por meio de seus programas de desenvolvimento, bem como da organização, supervisão e promoção de competições internacionais de Futebol;
- B A FIFA é a criadora da Copa do Mundo da FIFA e da Copa das Confederações da FIFA e detém a autoridade máxima sobre a forma como todas as competições da FIFA são realizadas e organizadas;
- C A FIFA determinou que a 20ª edição da Copa do Mundo da FIFA seja realizada na América do Sul em 2014, precedida em 2013 pela Copa das Confederações da FIFA, e convidou as Associações-Membros Sul Americanas a apresentarem propostas candidatando-se a sediar e realizar ambas as Competições em seus respectivos territórios;
- D O Comitê Local de Organização ["Comitê"] deseja participar dos processos de licitação do direito de sediar e realizar as Competições;
- E A Cidade-Sede concorda em se candidatar à seleção pelo Comitê e pela FIFA como uma das cidades em que serão realizadas Partidas; e
- F Após a seleção da Cidade-Sede, a Cidade-Sede deverá assumir certas obrigações com respeito às Competições nos termos e condições constantes deste Acordo.

DORAVANTE, as partes concordam com o seguinte:

1. DEFINIÇÕES

- 1.1 Neste Acordo de Cidade-Sede ("Acordo"), os termos em letras maiúsculas terão os seguintes significados, a menos que o contexto especificamente determine diferente:

"Marketing de Emboscada" significa qualquer tentativa de entidade não-autorizada de explorar o *goodwill* nas Competições ou de associar seu nome ao da FIFA e/ou a cada uma das Competições ou a ambas, em detrimento ou não dos Afiliados Comerciais ou Transmissoras ou por meio das Marcas das Competições, ingressos para as Partidas ou por outro meio;

"Licenciado com Marca" significa qualquer entidade, que não seja Parceiro da FIFA, Patrocinador da Copa do Mundo da FIFA ou Apoiador Nacional, a quem a FIFA concede o direito de (i) colocar quaisquer das Marcas da Competição em produtos (e respectivas embalagens e materiais publicitários) ou, (ii) em relação à prestação dos serviços (e respectivos materiais publicitários), que ostentem ou apresentar a identidade corporativa ou marca registrada de tal entidade;

"Afilado Comercial" significa qualquer Parceiro da FIFA, Patrocinador da Copa do Mundo da FIFA, Apoiador Nacional ou Licenciado com Marca;

"Competição" significa a competição final da Copa do Mundo da FIFA de 2014;

"Logomarca da Competição" significa qualquer logomarca, emblema ou dispositivo desenvolvido e/ou selecionado pela FIFA como símbolo de identidade visual representando a Competição;

"Marca da Competição" significa, individualmente, ou coletivamente, conforme o caso, (i) ~~qualquer Logomarca de Competição~~, (ii) qualquer Mascote de Competição, (iii) representações bidimensionais de qualquer Troféu da Competição (expressamente excluindo cópias tridimensionais), e/ou (iv) qualquer nome oficial da Competição (em qualquer idioma);

"Mascote da Competição" significa a mascote oficial (se houver) da Competição;

"Zona de Exclusão" significa qualquer área definida pela FIFA nos arredores ou adjacências do Perímetro Externo do Estádio, em que são proibidas, em dias de Partida, certas atividades comerciais (que não as conduzidas por Afilados Comerciais, Transmissoras, Licenciados e outras entidades aprovadas pela FIFA);

"Marca Registrada da FIFA" significa a marca e seus derivativos aprovados ou quaisquer outras marcas usadas para indicar o programa "Marca Registrada FIFA", excluindo, entretanto, (i) qualquer certificação técnica de qualidade da FIFA, (ii) marcas corporativas da FIFA e (iii) indicadores de programa médico;

"Parceiro da FIFA" significa qualquer entidade a que a FIFA conceda o pacote mais abrangente de direitos de patrocínio global e o nível mais alto de associação comercial com relação à FIFA e à Competição;

"Patrocinador da Copa do Mundo da FIFA" significa qualquer entidade à qual a FIFA concede o segundo pacote mais abrangente de direitos de patrocínio global em relação à Competição;

"Sorteio Final" significa a cerimônia de sorteio em que os times que representam as associações-membros participantes da Competição são divididos em grupos de competição;

"Eventos da Cidade-Sede" significa quaisquer funções organizacionais, culturais e/ou sociais organizadas (conforme o caso) pelo Comitê, pela Cidade-Sede ou por terceiros em nome da Cidade-Sede, vinculados à Competição;

"Direitos de Marketing" significa, em toda e qualquer mídia, por todo o universo e em todos os idiomas, todos e quaisquer direitos de publicidade, direitos promocionais, direitos de endosso, direitos de associação, direitos de prêmios e brindes, direitos de marketing, direitos de merchandising e licenciamento, direito de hospitalidade, direitos de viagem e turismo, direitos de cobrança de ingresso, direitos de hospedagem, direitos de publicação, direitos de aposta/jogo, direitos de comercialização no varejo, direitos musicais, direitos filatélicos, direitos numismáticos, direitos de loteria, direitos de leiloar e quaisquer outros direitos e/ou oportunidades comerciais conexas (conhecidas atualmente ou inventadas a partir de agora) relativos às Competições e aos Eventos Subsidiários, desde que tais direitos não sejam Direitos de Mídia.

TO
O

"Partida" significa qualquer partida de futebol que, em sua íntegra (incluindo fases de replay, tempo de prorrogação e disputa de pênalti), aconteça como parte da Competição;

"Direitos de Mídia" significa o direito, por todo o universo, e em todos os idiomas, de noticiar, registrar, transmitir ou explorar comercialmente quaisquer imagens visuais apenas, paradas ou em movimento; quaisquer materiais de áudio apenas; quaisquer materiais audiovisuais; quaisquer textos e dados em quaisquer meios (conhecidos ou inventados a partir de agora); quaisquer aspectos ou elementos das Competições e Eventos Subsidiários ao vivo ou não, em qualquer suporte de mídia e por quaisquer meios de transmissão ou distribuição, sejam conhecidos atualmente (incluindo tecnologias sucessoras) ou inventados a partir de agora. Para evitar dúvidas, o direito de transmissão de material audiovisual básico (ou qualquer material suplementar) e o direito de transmitir comentários de rádio sobre qualquer Partida constituem Direitos de Mídia. Os Direitos de Mídia incluem o direito a gravar, criar e explorar comercialmente os filmes oficiais das Competições e/ou produtos e programações audiovisuais similares e deverão incluir os direitos de mídia fixa e direitos de exibição pública e direitos *in-flight*;

()

"Apoiador Nacional" significa qualquer entidade cujo local principal de atuação comercial e operações esteja situado no Brasil à qual foi concedido um pacote "de terceiro nível" de direitos de patrocínio em relação à Competição, sendo tais direitos exercitáveis apenas no Brasil. Os pacotes de direitos concedidos a Apoiadores Nacionais serão menos abrangentes do que os concedidos aos Parceiros da FIFA e aos Patrocinadores da Copa do Mundo da FIFA;

"Prêmio" significa qualquer artigo comercializável que (i) ostente o Composite Logo; (ii) seja distribuído gratuitamente em quantidades que devem ser aprovadas pela FIFA, com a finalidade direta de anunciar ou promover a Cidade-Sede e seu papel com relação à Competição; e (iii) seja aprovado por escrito pela FIFA antes de sua distribuição por parte da Cidade-Sede;

"Estádio" significa o(s) estádio(s) da Cidade-Sede em que uma Partida é disputada, incluindo todas as áreas ao redor do Estádio, delimitadas por pontos de entrada além dos quais não é permitida a passagem de pessoas sem credenciais apropriadas e/ou ingressos para as Partidas.

"Prazo de Vigência" significa o período começando após a assinatura deste Acordo pelas Partes e findo três meses depois da última Partida da Competição.

- 1.2 Referências a Cláusulas, a menos que especificado de outra forma, são referências às cláusulas deste Acordo.
- 1.3 Palavras no singular incluem o plural e vice-versa. Referências a entidades ou "pessoa" ou "parte" incluem indivíduos, organismos incorporados ou não incorporados e associações.
- 1.4 Referências a "incluindo" ou "em especial/ particular" (ou similar) devem ser interpretadas como sendo inclusivas e sem limitação.
- 1.5 Títulos são para conveniência apenas e não afetam a interpretação deste Acordo.
- 1.6 Referências a "dias" significam dias-calendário, a menos que especificado de outra forma. Referências a "dias comerciais" significam quaisquer dias em que os bancos estão abertos ao público em Zurique, Suíça, e no Rio de Janeiro, Brasil.

SEÇÃO 2

INDICAÇÃO DA CIDADE-SEDE

2. INDICAÇÃO

- 2.1 Processo de Seleção: Ao firmar este Acordo, a Cidade-Sede concorda que deverá fazer parte do processo em que a FIFA e o Comitê selecionarão as cidades-sede para a Competição e que, caso seja indicada pela FIFA e pelo Comitê como Cidade-Sede da Competição, a Cidade-Sede deverá aceitar tal indicação.
- 2.2 Oportunidades: Quando da indicação da Cidade-Sede como Cidade-Sede da Competição, a FIFA deverá conceder à Cidade-Sede, durante o Prazo de Vigência, segundo os termos e condições aqui estipulados, as oportunidades descritas na Seção 3 e em outras partes deste Acordo.
- 2.3 Reserva de Direitos: Todos os direitos e oportunidades não expressamente concedidos à Cidade-Sede neste Acordo são reservados à FIFA e/ou ao Comitê (conforme aplicável).
- 2.4 Copa das Confederações da FIFA de 2013: No caso de ser indicada como Cidade-Sede para a Copa das Confederações da FIFA de 2013, a Cidade-Sede concorda que deverá firmar um Acordo de Cidade-Sede em separado, com termos substancialmente semelhantes aos aqui contidos, a fim de ter direito a certas oportunidades e assumir certas obrigações com relação à Copa das Confederações da FIFA de 2013.

3. COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 3.1 Cooperação: A Cidade-Sede reconhece que as obrigações aqui previstas estão em concordância com as exigências da FIFA impostas ao Comitê. A Cidade-Sede compromete-se a cumprir todas estas obrigações e/ou cooperar e coordenar suas atividades com todas as outras partes (incluindo o Comitê, entre outras), que deverão assistir a Cidade-Sede no cumprimento de suas obrigações. Quando houver necessidade, a Cidade-Sede deverá celebrar outros acordos, para garantir o êxito do sediameto da Competição junto a terceiros, conforme mencionado anteriormente.
- 3.2 Comunicação com a FIFA: A Cidade-Sede deverá se comunicar diretamente com a FIFA com respeito a todas as questões relativas a este Acordo, a menos que a FIFA oriente de forma diferente.

4. EVOLUÇÃO DESTE ACORDO E DIRETRIZES

- 4.1 O Comitê e a Cidade-Sede reconhecem que, embora o conteúdo das diretrizes e outras instruções constantes deste Acordo representem a posição atual da FIFA em tais questões, as exigências da FIFA podem evoluir ou se alterar, inclusive por razões que estão além do controle das partes. O Comitê e a Cidade-Sede concordam que a FIFA tem, portanto, o direito de efetuar, a seu critério exclusivo, emendas, supressões ou acréscimos aos termos ou a qualquer diretriz e a outras instruções aqui contidas e acrescentar exigências, a qualquer tempo. O Comitê e a Cidade-Sede deverão se adaptar a tais emendas, supressões, suplementações e acréscimos e cumpri-los. Se, entretanto, alguma destas emendas, supressões, suplementações ou acréscimos resultarem em efeito adverso significativo sobre a situação financeira do Comitê e da Cidade-Sede, o Comitê e a Cidade-Sede deverão em 30 (trinta) dias a partir do recebimento das respectivas diretrizes da FIFA e outras instruções, notificar a FIFA por escrito, comprovando tal efeito

adverso significativo. A FIFA e o Comitê deverão, então, em conjunto, e de boa-fé, discutir tal efeito adverso significativo e soluções potenciais satisfatórias para as Partes.

SEÇÃO 3

OPORTUNIDADES PARA A CIDADE-SEDE

5. ÁREA DE EXIBIÇÃO DA CIDADE-SEDE

5.1 ÁREAS DE EXIBIÇÃO: A FIFA deverá conceder à Cidade-Sede a oportunidade de receber:

- (a) 1 (uma) área de 25m² a 50m² (o tamanho exato irá depender do espaço disponível), localizada dentro do Estádio ou dentro da Zona de Exclusão, se houver espaço suficiente dentro do Estádio); e
 - (b) uma área localizada no local de realização do Sorteio Final (o tamanho de tal área será determinado depois de escolhido o local do Sorteio Final);
- para fins de promoção da Cidade-Sede.

5.2 Diretrizes: A Cidade-Sede deverá obedecer às "Diretrizes de Exibição para a Cidade-Sede" a serem divulgadas pela FIFA.

6. EXPOSIÇÃO DE PLACAS

6.1 Sinalização: A cada Partida realizada na Cidade-Sede, a FIFA deverá providenciar a exposição de placas sinalizadoras contendo o nome da Cidade-Sede. A FIFA adotará um sistema de sinalização rotativo e/ou sinalização de segundo nível, com a incorporação da sinalização da Cidade-Sede de maneira a ser determinada pela FIFA.

6.2 Conteúdo e Aparência: A Cidade-Sede deverá informar à FIFA em que idioma/diáleo deseja que o nome da Cidade-Sede apareça nas placas. Esta preferência estará sujeita à aprovação da FIFA, só negada mediante justificativa razoável. Para desfazer dúvidas, a FIFA definirá, a seu critério exclusivo, a aparência da placa (incluindo, por exemplo, a fonte usada e o tamanho da placa), a fim de manter a consistência com outras placas ao redor do Estádio.

7. SITE OFICIAL DA FIFA

7.1 FIFA.com: O site FIFA.com ("Site") será o único site de Internet oficial da Competição, de propriedade da FIFA e por ela administrado, devendo conter a seção "Destination Brazil" disponível no endereço de Internet (URL) www.FIFA.com. A Cidade-Sede deverá cooperar com a FIFA na criação da seção "Destination Brazil" do site de Internet, por exemplo, fornecendo, gratuitamente, informações e material sem reserva de direitos autorais que promovam a estrutura da Cidade-Sede e suas atrações.

7.2 Site da Cidade-Sede: A Cidade-Sede tem o direito de promover sua associação com a Competição em seu próprio site de Cidade-Sede na Internet, criando uma seção dedicada à Competição, sujeita às condições a seguir definidas:

- (a) É vedado à Cidade-Sede fazer quaisquer identificações comerciais na seção sobre a Competição no site de Internet da Cidade-Sede;

- (b) A seção sobre a Competição no site da Cidade-Sede deverá estar disponível em um endereço de Internet (URL) selecionado em concordância com as Diretrizes para Sites de Internet da FIFA, a serem divulgadas pela FIFA;
- (c) Todas as referências ao site na seção sobre a Competição do site de Internet da Cidade-Sede deverão estar em concordância com as Diretrizes para Sites de Internet da FIFA;
- (d) A logomarca oficial do site de Internet deverá ser mostrada em todas as páginas da seção sobre a Competição no site da Cidade-Sede, em concordância com as Diretrizes para Sites de Internet da FIFA;
- (e) A Cidade-Sede deverá integrar à seção sobre a Competição constante de seu site de Cidade-Sede um link para a seção sobre a Competição no Site, em concordância com as Diretrizes para Sites de Internet da FIFA; e
- (f) É vedado à Cidade-Sede fornecer qualquer cobertura de futebol/da Competição na seção sobre a Competição em seu site de Internet (que não seja conteúdo cedido pelo Site).
- 7.3 Link: O Site deverá, em época a ser decidida pela FIFA, incluir um link para o site oficial de Internet da Cidade-Sede sobre páginas relevantes da seção "Destination Brazil", em concordância com as Diretrizes para Sites de Internet da FIFA.

8. PRÊMIOS

A Cidade-Sede terá a oportunidade de usar Prêmios, em concordância com as "Diretrizes para Prêmios" aplicáveis, a serem divulgadas pela FIFA.

9. PÔSTER DA CIDADE-SEDE

- 9.1 Criação de Pôster: A FIFA dará à Cidade-Sede a oportunidade de criar e usar seu próprio pôster oficial de Cidade-Sede relativo à Competição ("Pôster"), que deverá incorporar o Composite Logo em concordância com as Diretrizes da FIFA para o Pôster da Cidade-Sede (tais diretrizes incluem, por exemplo, a estrutura visual padrão a ser usada por todas as Cidades-Sedes da Competição). O conteúdo e aparência do Pôster estarão sujeitos à análise e aprovação prévia, por escrito, da FIFA.
- 9.2 Uso do Pôster: A Cidade-Sede terá direito a usar o Pôster para fins promocionais apenas. Para não haver dúvidas, é vedado à Cidade-Sede vender o Pôster ou exercer qualquer outro direito comercial em relação ao Pôster. Todos os direitos comerciais vinculados ao Pôster continuarão a ser de propriedade da FIFA.
- 9.3 Propriedade Intelectual: A Cidade-Sede concorda em ceder ou garantir que o artista indicado pela Cidade-Sede ceda à FIFA, com garantia de plena titularidade (inclusive, quando aplicável, por meio da presente cessão de direitos futuros), absolutamente todos os direitos de propriedade intelectual presentes e futuros incluindo, entre outros, direitos autorais e outros direitos proprietários pelo prazo integral, incluindo quaisquer renovações ou extensões de tais direitos no mundo todo, com respeito ao Pôster.
- 9.4 Acordo Adicional: Na medida em que este Acordo não serve como documento jurídico de cessão de direitos relativos ao Pôster citado na Cláusula 9.3 acima, a Cidade-Sede e a FIFA concordam em celebrar um acordo formal de direitos autorais o mais brevemente possível depois da produção do Pôster pela Cidade-Sede, que irá cedê-lo integralmente à FIFA, na forma contemplada por este Acordo. Quando a legislação de algum país não permitir ou restringir o escopo ou o cumprimento de tal cessão, então, este Acordo e o acordo de cessão de direitos autorais deverão servir para dar à FIFA todos estes direitos

exclusivos e direitos autorais, direitos sobre a concepção visual e outros direitos proprietários permitidos por tal legislação.

- 9.5 Direitos Morais: A Cidade-Sede, por meio deste Acordo, renuncia irrevogavelmente (e deverá garantir que qualquer artista indicado pela Cidade-Sede renuncie irrevogavelmente) em favor da FIFA, no máximo grau permitido por quaisquer leis aplicáveis, a todos os direitos morais e outros direitos de natureza similar que a Cidade-Sede (ou qualquer artista) possa ter a qualquer época sobre os Pôsteres ou com relação a eles.

10. FOLHETO DA CIDADE-SEDE

A Cidade-Sede terá direito a publicar e distribuir, gratuitamente, um folheto promocional da Cidade-Sede ("Folheto"), em conformidade com as Diretrizes para Publicações da FIFA, incluindo as seguintes condições:

- (a) O Folheto terá no máximo 4 (quatro) a 6 (seis) páginas.
- (b) O Folheto não conterá nenhum anúncio publicitário.
- (c) O Folheto constituirá Material Publicitário, conforme definido na Cláusula 12.5 a seguir.

11. TURNÊ DO TROFÉU COPA DO MUNDO DA FIFA

- 11.1 Finalidade da Turnê: A FIFA poderá conduzir, em nível global, uma Turnê do Troféu Copa do Mundo da FIFA, a ser realizada antes da Competição, com duração entre dois (2) a cinco (5) meses. Pretende-se que a Turnê do Troféu Copa do Mundo da FIFA visite todas as 6 (seis) confederações continentais da FIFA, terminando no Brasil, antes da Competição. A peça central da Turnê do Troféu Copa do Mundo da FIFA será a Taça da FIFA. Pretende-se que a Turnê do Troféu Copa do Mundo da FIFA seja uma plataforma para intensificar a atenção do público para a FIFA e a Competição.
- 11.2 Participação no Trajeto da Turnê: A Cidade-Sede pode ter a oportunidade (que será obrigada a aceitar) de fazer parte do trajeto da Turnê da Taça FIFA. As Diretrizes para a Turnê do Troféu Copa do Mundo da FIFA serão divulgadas pela FIFA em data posterior.

12. USO DAS MARCAS DA COMPETIÇÃO

- 12.1 Criação do "Composite Logo": A Cidade-Sede terá a oportunidade de criar seu próprio "Composite Logo", cuja forma estará sujeita a diretrizes gráficas específicas, a serem fornecidas pela FIFA em data posterior, e à aprovação da FIFA. A Cidade-Sede terá direito a usar o "Composite Logo" para promover seu papel de Cidade-Sede da Competição.
- 12.2 Uso do "Composite Logo": A Cidade-Sede terá direito de usar o "Composite Logo" em Prêmios e Material Publicitário (conforme definido na Cláusula 12.5 abaixo). A Cidade-Sede reconhece que todo e qualquer uso do Composite Logo requer aprovação prévia por escrito da FIFA.
- 12.3 Uso das Marcas da Competição: A Cidade-Sede terá direito a usar as Marcas da Competição no Plano de Decoração da Cidade-Sede (conforme definido na Cláusula 15). A Cidade-Sede reconhece que todo e qualquer uso das Marcas da Competição requer aprovação prévia por escrito da FIFA. Para que não restem dúvidas, é vedado à Cidade-Sede usar as Marcas da Competição para qualquer outro fim.
- 12.4 Aprovações: A Cidade-Sede concorda em submeter à FIFA, para aprovação, amostras representativas de cada uso proposto do "Composite Logo", seja em Prêmios, seja em

Material Publicitário, e das Marcas da Competição relacionadas com o Plano de Decoração da Cidade-Sede (conforme definido na Cláusula 15), pelo menos 40 (quarenta) dias antes da produção. A FIFA concorda que não negará sem justificativa razoável, nem atrasará sua aprovação e, na ausência de rejeição no prazo de 10 (dez) dias do recebimento de tais amostras, a Cidade-Sede poderá emitir um lembrete por escrito à FIFA sobre seu pedido. Na ausência de aprovação do pedido pela FIFA, após mais cinco (5) dias do recebimento pela FIFA de tal lembrete escrito, o uso proposto para as Marcas da Competição ou para o "Composite Logo" deve ser considerado rejeitado pela FIFA.

- 12.5 Material Publicitário: A Cidade-Sede concorda em submeter à FIFA, para aprovação prévia por escrito, amostras representativas de materiais publicitários, promocionais ou outros materiais de exibição a serem usados pela Cidade-Sede em associação com o "Composite Logo" para promover seu papel em relação à Competição ("Material Publicitário") pelo menos 40 (quarenta) dias antes da produção. A FIFA não negará sem justificativa razoável, nem atrasará sua aprovação e, na ausência de rejeição no prazo de 10 (dez) dias do recebimento de tais amostras, a Cidade-Sede poderá emitir um lembrete por escrito à FIFA sobre seu pedido. Na ausência de aprovação do pedido pela FIFA, após mais cinco (5) dias do recebimento pela FIFA de tal lembrete escrito, o Material Publicitário deve ser considerado rejeitado pela FIFA.
- 12.6 Propriedade das Marcas: A Cidade-Sede concorda que a FIFA é a proprietária das Marcas da Competição e que todos os direitos e *goodwill* das Marcas da Competição e a elas relacionados permanecerão de posse da FIFA durante e depois do Prazo de Vigência deste Acordo. A Cidade-Sede concorda em não questionar a propriedade da FIFA sobre as Marcas da Competição. Todo e *goodwill* derivado do uso por uma Cidade-Sede das Marcas da Competição reverter-se-á em benefício da FIFA.
- 12.7 Renúncia a Pretensão: A Cidade-Sede reconhece que, em virtude do presente Acordo, não obtém nem tem pretensão a obter direito, titularidade ou participação nas Marcas da Competição, nem em relação a elas, com exceção do direito de uso especificamente concedido sob os termos deste Acordo. A Cidade-Sede não concederá, nem pretende conceder nenhum direito ou licença de uso das Marcas da Competição ou do "Composite Logo" a terceiros.
- 12.8 Avisos: Qualquer uso das Marcas da Competição ou do "Composite Logo" por uma Cidade-Sede deverá incluir os avisos apropriados e/ou legenda(s) de marca registrada, conforme instruções da FIFA fornecidas por escrito.
- 12.9 Vedação a Marcas Concorrentes: Exceto quando expressamente definido no presente Acordo, é vedado à Cidade-Sede adotar, criar ou começar a usar:
- (a) quaisquer marcas registradas ou não de propriedade da FIFA ou por ela usadas, (em qualquer idioma); ou
 - (b) qualquer termo que seja semelhante a ponto de ser confundido com tais marcas registradas, que seja imitação ou derivação de tais marcas registradas ou que com elas concorra injustamente. Em particular, a Cidade-Sede compromete-se a não desenvolver, usar nem registrar nenhum nome, logomarca, termo, nome de marca, símbolo, marca de serviço ou outra marca (registrada ou não) ou designação que o público possa interpretar como identificadora com a FIFA, com qualquer Competição da FIFA ou com o Comitê, incluindo as palavras "World Cup", "Copa do Mundo", "Mundial", "FIFA", "Coupe du Monde", "Copa del Mundo", "WM" ou "Weltmeisterschaft" (ou qualquer outro termo usado em qualquer idioma para identificar a Copa do Mundo da FIFA ou qualquer Competição da FIFA), e a não desenvolver, usar nem registrar nenhuma data associada ao nome do país-sede, local de evento ou Cidade-Sede, de nenhuma Competição da FIFA, nem termos como "Cidade-Sede 2014", nem qualquer expressão similar ou derivação de tais termos ou datas em nenhum idioma.

- 12.10 Vedação à Oposição: A Cidade-Sede, por este instrumento, compromete-se a não se opor a nenhum pedido de registro de marca ou direito autoral encaminhado pela FIFA ou seus afiliados, indicados ou licenciados, com respeito às Marcas da Competição ou Marcas Registradas da FIFA. A Cidade-Sede não questionará de maneira alguma, nem registrará direito autoral, proteção à marca registrada ou patente ou nome de domínio (no que respeita ou se relacione às Marcas da Competição ou às Marcas Registradas da FIFA, ou outro aspecto) que afete adversamente os interesses proprietários cabíveis de seus donos nas Marcas da Competição ou nas Marcas Registradas da FIFA, nem ajudará nenhum terceiro a fazê-lo.
- 12.11 Vedação à Associação com Terceiros: A Cidade-Sede não terá nenhum nome comercial, logomarca, nem nenhuma outra marca que denote ou identifique produto ou serviço de terceiros apostos a nenhum Material Publicitário ou Prêmio (exceto se exigido pelas regulamentações aplicáveis, caso em que o tamanho de tal identificação não deverá exceder o estritamente necessário para o cumprimento de tais regulamentações).
- 12.12 Educação: A Cidade-Sede compromete-se e concorda em garantir que todos e quaisquer membros de sua equipe de profissionais que estejam envolvidos no uso ou proposta de uso de qualquer "Composite Logo" em Material Publicitário e/ou Prêmios ou de Marcas de Competição em relação ao Plano de Decoração da Cidade-Sede (conforme definido na Cláusula 15) estão cientes do fato de que é imperativo que a Cidade-Sede obtenha aprovação prévia por escrito da FIFA para o uso de qualquer "Composite Logo" em Material Publicitário e/ou Prêmios ou de Marcas de Competição com relação ao Plano de Decoração da Cidade-Sede (conforme definido na Cláusula 15).
- 12.13 Assistência Adicional: A Cidade-Sede deverá fornecer à FIFA, que arcará com o custo, qualquer assistência que a FIFA possa solicitar, de forma razoável (incluindo elaboração de documentos) com a finalidade de proteger as Marcas da Competição e qualquer "Composite Logo".
- 12.14 Diretrizes: A Cidade-Sede concorda em obedecer às diretrizes da FIFA com respeito ao uso pela Cidade-Sede das Marcas da Competição e o "Composite Logo" em quaisquer sites de Internet ou serviço móvel de informações, ou relativamente a eles.
- 12.15 Vedação ao Uso de Marcas de Propostas: A Cidade-Sede concorda em não usar nenhuma marca ou logomarca usada pelo Comitê em sua campanha de licitação.

13. MÚSICA

A Cidade-Sede terá direito a usar, com fins não-comerciais aprovados pela FIFA, um trecho musical simples ou jingle, caso algum seja desenvolvido para a Competição ("Trecho Musical"). A FIFA não cobrará da Cidade-Sede nenhuma taxa de licenciamento com respeito ao uso do Trecho Musical, mas a Cidade-Sede reconhece que pode ser necessário pagar taxas normalmente cobradas por terceiros, relativas a tal uso, incluindo, entre outras, quaisquer taxas de sincronização, interpretação ou taxas cobradas por agências de recolhimento de direitos autorais.

14. EVENTOS PÚBLICOS COM TELÕES

No caso de a FIFA desejar que sejam realizados eventos públicos com telões (que são eventos autorizados pela FIFA em que coberturas com imagens em movimento das Partidas podem ser vistas pelo público em telas gigantes) na Cidade-Sede com relação à Competição (outros que não os Fan Parks oficiais da Copa do Mundo da FIFA descritos na Cláusula 26), a Cidade-Sede poderá organizar tais eventos públicos, sujeitos às Diretrizes para Eventos da Cidade-Sede descritas na Cláusula 16.2. A Cidade-Sede arcará com os custos relativos à infra-estrutura, administração e operação dos eventos públicos com

telões. A Cidade-Sede deverá ainda garantir a adoção das medidas de segurança necessárias a qualquer evento público com telões.


15. PLANO DE DECORAÇÃO DA CIDADE-SEDE

- 15.1 Desenvolvimento do Plano: A Cidade-Sede deverá desenvolver, em conjunto com a FIFA e o Comitê, um plano abrangente em que locais-chaves por toda a Cidade-Sede ostentem decoração que incorpore as Marcas da Competição ("Plano de Decoração da Cidade-Sede"), celebrando a vinculação da Cidade-Sede com a Competição. A Cidade-Sede deverá colocar à disposição (ou garantir sua disponibilidade), gratuitamente, os espaços necessários dentro da Cidade-Sede (tais como postes de iluminação, outdoors, fachadas de edifícios, pontes e meios de transporte públicos) para a implementação de um Plano de Decoração da Cidade-Sede.
- 15.2 Cronograma: O Plano de Decoração da Cidade-Sede deverá ser implementado em conformidade com um cronograma a ser determinado pela FIFA.
- 15.3 Plano de Espaços: A Cidade-Sede apresentará, em época a ser determinada pela FIFA, um plano formal definindo os espaços que deverão estar disponíveis para o Plano de Decoração da Cidade-Sede, para apreciação e aprovação da FIFA.
- 15.4 Design e Produção: A FIFA e o Comitê serão os únicos responsáveis pelo design e produção do material de implementação do Plano de Decoração da Cidade-Sede, que deve conter as Marcas da Competição, o "Composite Logo" e/ou a identificação dos Afiliados Comerciais.
- 15.5 Instalação, Manutenção e Remoção: A Cidade-Sede será a única responsável pela instalação, manutenção e remoção do material de implementação do Plano de Decoração da Cidade-Sede, bem como por todas as permissões necessárias a tal implementação.
- 15.6 Sinalização nas Entradas e Saídas da Cidade: Doze meses a partir de sua indicação como Cidade-Sede, a Cidade-Sede deverá, conforme orientações da FIFA, colocar sinalização em pontos-chaves de entrada e saída da cidade (como aeroportos, trens e estações de ônibus e prefeitura) identificando a Cidade-Sede como Cidade-Sede da Competição.

16. EVENTOS DA CIDADE-SEDE

- 16.1 Programação: A Cidade-Sede deverá desenvolver uma programação de Eventos da Cidade-Sede para o período que antecede a Competição e durante a mesma. A pedido do Comitê, a Cidade-Sede deverá fornecer assistência ao Comitê na organização e execução de quaisquer eventos a serem realizados pelo Comitê na cidade. Ao dar assistência ou organizar uma programação de eventos, a Cidade-Sede deverá garantir que nenhum direito comercial seja concedido a terceiros que não os Afiliados Comerciais da FIFA.
- 16.2 Diretrizes para Eventos da Cidade-Sede: A FIFA deverá fornecer ao Comitê e à Cidade-Sede as "Diretrizes da FIFA para Eventos da Cidade-Sede", que conteria normas de organização, patrocínio, fornecimento de alimentação e marketing para a realização de Eventos da Cidade-Sede.
- 16.3 Aprovação Prévia: A menos que especificado de forma diferente no presente Acordo, todos os Eventos da Cidade-Sede requerem aprovação prévia da FIFA.

17. RELAÇÕES PÚBLICAS

- 17.1 Promoção da Competição: A Cidade-Sede tem a oportunidade e a obrigação de promover a Competição em conformidade com a estratégia e o plano de relações públicas da FIFA para a Competição.
- 17.2 Plano de RP: No máximo um ano a partir de sua indicação, a Cidade-Sede deverá apresentar ao Comitê e à FIFA para aprovação um plano de relações públicas para a Competição.
- 17.3 Vedação a Envolvimento de Terceiros: É vedado o envolvimento de terceiros que não os Afiliados Comerciais em tais atividades promocionais.
- 17.4 Aprovação Prévia: A Cidade-Sede deverá garantir a obtenção da aprovação prévia por escrito da FIFA, antes de fazer qualquer anúncio público com relação à FIFA e/ou à Competição. A Cidade-Sede irá consultar a FIFA e o Comitê antes de divulgar quaisquer notas à imprensa ou fazer quaisquer anúncios públicos com relação à celebração e à execução do Acordo e não deverá divulgar nenhuma nota à imprensa, nem fazer nenhum anúncio público sem a aprovação prévia por escrito da FIFA e do Comitê.
- 17.5 Crédito a Afiliado Comercial: A Cidade-Sede deverá assegurar que todos os Afiliados Comerciais recebam o devido crédito em eventos relacionados à Competição e em toda a documentação relativa à Competição produzida pela Cidade-Sede, incluindo o uso em suas comunicações da faixa com a logomarca do Afiliado Comercial aprovada pela FIFA.
- 

SEÇÃO 4

OBRIGAÇÕES DA CIDADE-SEDE

18. INSTALAÇÕES DO ESCRITÓRIO DO COMITÊ

- 18.1 Instalações do Comitê: A Cidade-Sede deverá fornecer ao Comitê, gratuitamente, espaço para montagem de escritório, juntamente com equipamentos de escritório, segundo solicitação, (incluindo, entre outros, linhas telefônicas, conexões de Internet e equipamentos de comunicações), necessários para o desempenho e exercício de seus direitos e deveres com relação à Competição na Cidade-Sede. O Comitê deverá notificar a Cidade-Sede sobre suas necessidades de espaço, localização e prazos antes da seleção do espaço para o escritório em questão.
- 18.2 Uso dos Produtos de Afiliados Comerciais: Quando os equipamentos de escritório (inclusive equipamentos de fornecimento de alimentos e bebidas) a serem fornecidos pela Cidade-Sede ao Comitê, por solicitação da FIFA, enquadrarem-se na categoria de produtos de algum dos Afiliados Comerciais, a Cidade-Sede deverá empreender todos os esforços possíveis para adquirir todos estes produtos do Afiliado Comercial em questão.
- 18.3 Serviços Públicos: O Comitê será responsável pelos custos relativos ao consumo de eletricidade e ligações telefônicas e comunicações.

19. ESTÁDIOS E LOCAIS DE TREINO

- 19.1 Assistência: A Cidade-Sede deverá cooperar integralmente com a FIFA e o Comitê e lhes dar assistência na seleção (i) dos Estádios a serem usados na Cidade-Sede para a Competição, e (ii) dos locais oficiais de treino localizados na Cidade-Sede, a serem usados para o treino da seleção nacional durante o período de duração da Competição. A Cidade-Sede deverá respeitar a escolha e a contratação dos Estádios e locais de treino na Cidade-Sede. A Cidade-Sede compromete-se ainda a cooperar integralmente com o Comitê e assisti-lo no cumprimento de todas as exigências de infra-estrutura necessárias para os Estádios e para a Cidade-Sede, a fim de facilitar o uso e operação dos Estádios e locais de treino para a Competição.
- 19.2 Nomes dos Estádios: A Cidade-Sede concorda em não se referir, durante o Prazo de Vigência deste Acordo, a nenhum Estádio selecionado para realização de qualquer Partida ou a qualquer local de treino selecionado por nenhum nome que inclua o nome e/ou a logomarca de terceiros, a menos que haja aprovação da FIFA. Todas as comunicações relativas à Competição divulgadas pela Cidade-Sede deverão se referir ao Estádio ou ao local de treino por sua designação específica oficial na Competição, conforme notificado pela FIFA.

20. RELATÓRIOS

Em 1 de março e 1 de setembro de cada ano-calendário, durante o Prazo de Vigência (ou com mais frequência, caso solicitado), a Cidade-Sede apresentará, por escrito, à FIFA e ao Comitê, relatórios de progresso descrevendo o status completo de seus planos e atividades relativas a este Acordo. Além disso, a Cidade-Sede deverá informar imediatamente o Comitê e a FIFA sobre quaisquer dificuldades relativas ao cumprimento de suas obrigações constantes deste Acordo.

21. SEGURANÇA E PROTEÇÃO

A Cidade-Sede compromete-se a adotar todas as medidas, incluindo a aprovação de normas e regulamentos municipais, para implementar integralmente medidas de segurança e proteção relativas à Competição e para fornecer qualquer assistência a ela solicitada pelas autoridades brasileiras.

22. TRANSPORTE E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE AEROPORTOS

22.1 Gerenciamento de Transporte: A Cidade-Sede deverá cooperar integralmente com as autoridades cabíveis para desenvolver e implementar um plano de gerenciamento de transportes durante a Competição. A Cidade-Sede compromete-se a adotar todas as medidas, inclusive a aprovação de normas e regulamentos municipais, para implementar tal plano de gerenciamento de transporte e para fornecer toda a assistência a ela solicitada pela FIFA, pelo Comitê e/ou pelas autoridades brasileiras. Isto pode incluir a disponibilização de pistas de acesso de tráfego especial para os principais representantes do Comitê e da FIFA e para os times e delegações participantes.

22.2 Fechamento de Vias: A Cidade-Sede deverá, quando razoavelmente solicitado pela FIFA e/ou pelo Comitê, a qualquer tempo durante o período da Competição, fechar o acesso público a quaisquer vias dentro da Cidade-Sede.

22.3 Ônibus e Trens: A Cidade-Sede deverá fazer o máximo ao seu alcance para garantir que linhas de ônibus e trens da malha nacional que façam conexão com a Cidade-Sede e/ou operem dentro da própria Cidade-Sede:

- (a) estejam funcionando integralmente em todos os dias de Partida na Cidade-Sede; e
- (b) continuem a funcionar por um período de pelo menos 4 (quatro) horas depois do final de cada Partida realizada na Cidade-Sede.

22.4 Aeroportos: A Cidade-Sede deverá assegurar que:

- (a) o(s) aeroporto(s) da Cidade-Sede esteja(m) aberto(s) para a chegada e partida de vôos durante a madrugada e de manhã cedo para atender aos horários de início e fim de Partidas na Cidade-Sede e possibilitar que os espectadores cheguem e saiam da Cidade-Sede com o máximo de flexibilidade; e
- (b) as operadoras de linhas aéreas não sejam obrigadas a pagar nenhuma taxa aeroportuária extra, tarifa ou multa para entrar ou sair do(s) aeroporto(s) da Cidade-Sede antes ou depois dos horários normais de funcionamento, enquanto durar a Competição.

23. PROTEÇÃO AMBIENTAL

A Cidade-Sede compromete-se a cumprir suas obrigações e executar suas atividades definidas no presente Acordo, adotando o conceito de desenvolvimento sustentável, obedecendo a legislação ambiental aplicável e promovendo a proteção do meio ambiente. Em particular, o conceito de desenvolvimento sustentável deve incluir cuidados com o uso, após a Competição, dos Estádios e de outras instalações e infra-estruturas.

24. EXIBIÇÃO COMERCIAL

Quando não houver espaço suficiente dentro do Estádio para a área de propaganda dos Afiliados Comerciais ("Área de Exibição de Propaganda Comercial"), a Cidade-Sede

deverá fornecer gratuitamente uma área de 2.500 m² dentro da Zona de Exclusão, o mais próximo possível do perímetro externo do Estádio para servir de Área de Exibição Comercial.

25. ZONA DE EXCLUSÃO

25.1 Vedação a Atividades em Dias de Partida: A Cidade-Sede deverá assegurar que qualquer entidade que exerça atividades comerciais ou não-comerciais dentro da Zona de Exclusão não funcione nas instalações nos dias de Partida, a menos que autorizada previamente pela FIFA, por escrito, e que nenhuma permissão ou licença para atividades comerciais ou não-comerciais de nenhum tipo sejam concedidas pela Cidade-Sede para uso dentro da Zona de Exclusão em dias de Partida, a menos que autorizadas previamente pela FIFA, por escrito.

25.2 Encobrimento de Publicidade: A FIFA e o Comitê, no que for permitido pela legislação e normas aplicáveis, estarão autorizados pela Cidade-Sede a encobrir toda e qualquer sinalização e publicidade comercial na Zona de Exclusão.

25.3 Diretrizes: A Cidade-Sede obedecerá as "Diretrizes da FIFA para a Zona de Exclusão dos Estádios", a serem divulgadas pela FIFA.

26. FAN PARK OFICIAL DA COPA DO MUNDO DA FIFA

26.1 Local: A Cidade-Sede deverá fornecer à FIFA, gratuitamente e em conformidade com as exigências da FIFA, um local adequado no centro da Cidade-Sede ou próximo a ele, que seja de fácil acesso via transporte público, para o estabelecimento e operação pela FIFA, ou de terceiros indicados pela FIFA, de um fan park oficial da Copa do Mundo da FIFA, durante o período que começa no mínimo 6 (seis) dias antes da primeira partida da Competição e que termina 3 (três) dias após a última partida da Competição.

26.2 Exigências Adicionais: A Cidade-Sede deverá assegurar ainda que:

- (a) seja providenciada a segurança necessária (incluindo pessoal de segurança) para o fan park oficial da Copa do Mundo da FIFA, sem ônus para o Comitê ou a FIFA;
- (b) a área do fan park oficial da Copa do Mundo da FIFA seja bem cercada, com portões para controle de entrada;
- (c) a área do fan park oficial da Copa do Mundo da FIFA esteja livre de material publicitário de terceiros a um nível aceitável pela FIFA;
- (d) seja fornecida à FIFA de toda a assistência necessária para (i) obter as permissões, licenças e/ou alvarás necessários para administrar o(s) fan parks da FIFA, e (ii) negociar com os órgãos administrativos cabíveis questões específicas relativas à administração bem-sucedida do(s) fan park(s) da FIFA (incluindo, por exemplo, questões relacionadas com normas sobre ruídos e pagamento de royalties musicais); e
- (e) o local do fan park oficial da Copa do Mundo da FIFA esteja em conformidade com as Diretrizes para Fan Parks Oficiais da FIFA, a serem divulgadas on-line pela FIFA.

27. CLUBE DOS PARCEIROS DA FIFA

A Cidade-Sede deverá colocar à disposição da FIFA, em conformidade com as exigências da FIFA, um local adequado na Cidade-Sede, a preço justo de mercado, para o "Clube dos Parceiros" da FIFA, que servirá de local de recepção VIP para até 200 convidados. O local

deverá estar convenientemente situado em uma região adequada central/de entretenimento na Cidade-Sede.

28. APOIO AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE DIREITOS

28.1 Objetivo do Programa: A FIFA pretende desenvolver, em colaboração com o Comitê e as autoridades governamentais federais e regionais competentes, um plano estratégico de proteção de direitos para combater práticas de Marketing de Emboscada ("Programa de Proteção de Direitos").

28.2 Assistência: A Cidade-Sede deverá:

- (a) fornecer à FIFA e ao Comitê toda a assistência solicitada para a proteção dos Direitos de Marketing, Direitos de Mídia e todos os outros direitos de propriedade intelectual relativos à Competição (incluindo os relativos à falsificação de mercadoria);
- (b) constituir equipe competente de tempo integral para auxiliar a FIFA e o Comitê na implementação do Programa de Proteção de Direitos e responder pela coordenação de todas as comunicações com a FIFA e o Comitê. Imediatamente após a constituição de tal equipe, a Cidade-Sede deverá comunicar à FIFA e ao Comitê quem são seus componentes, suas respectivas funções e responsabilidades, com uma descrição de sua organização hierárquica interna. A equipe supramencionada deverá, inter alia, fiscalizar regularmente rotas-chaves para os Locais e sinalizações na Cidade-Sede no período que começa 6 (seis) meses antes da Competição até a última Partida, e comunicar mensalmente as ocorrências à FIFA e ao Comitê;
- (c) fornecer à FIFA e ao Comitê um resumo escrito detalhado das legislações, regulamentos e normas da Cidade-Sede relativos a publicidade e comércio nas ruas no mínimo 6 (seis) meses depois de sua indicação como Cidade-Sede;
- (d) aprovar, em conformidade com orientações da FIFA e em integral cooperação com a FIFA e o Comitê, estatutos e/ou normas e/ou regulamentos municipais que possam ser necessários, inter alia, para apoiar a legislação federal, proibindo qualquer prática de Marketing de Emboscada e/ou qualquer uso não-autorizado das Marcas da Competição, incluindo, entre outros, estatutos e/ou normas e/ou regulamentos municipais que permitam que representantes autorizados da FIFA apreendam imediatamente quaisquer materiais e/ou embarguem quaisquer atividades que constituam prática de Marketing de Emboscada ou que infrinjam os direitos das Marcas da Competição. Tais estatutos e/ou normas e/ou regulamentos municipais deverão entrar em vigor no mínimo 9 (nove) meses depois da seleção da Cidade-Sede pela FIFA;
- (e) garantir que um número apropriado de agentes policiais e alfandegários, funcionários de órgãos de fiscalização do comércio e de fiscalização de publicidade da Cidade-Sede estejam à disposição da FIFA e/ou do Comitê para treinamento adequado, durante um período substancial antes da Competição, para possibilitar-lhes conhecer os objetivos do Programa de Proteção de Direitos e seu papel na implementação do referido programa;
- (f) após a conclusão do treinamento supra-referido, a Cidade-Sede deverá colocar todos esses funcionários à disposição da FIFA e do Comitê para atender ao Programa de Proteção de Direitos durante o período que começa 2 (duas) semanas antes da Competição até a última Partida; e
- (g) instalar um número telefônico de ligação gratuita para que o público denuncie o uso ilegal das Marcas da Competição, inclusive mercadorias falsificadas.

28.3 Vedação à Associação com a Competição: A Cidade-Sede não deverá conceder nem pretender conceder nenhum direito que implique, direta ou indiretamente, associação com a Competição ou que entre em conflito ou infrinja qualquer dos Direitos de Marketing ou Direitos de Mídia ou os direitos dos times participantes da Competição. Em particular, a Cidade-Sede concorda que deverá vedar contratualmente que todo prestador de serviço para a Cidade-Sede faça declarações públicas, com relação à prestação de tais serviços, factuais ou não, destinadas ou não a criar associação com a Competição. Todas as partes que prestam serviços sob contrato à Cidade-Sede relativamente à Competição devem concordar com as seguintes provisões contratuais:

"A parte contratada concorda que ela, seus afiliados, agentes, representantes, empregados, consultores externos, fornecedores ou subempreiteiros não deverão revelar publicamente nem divulgar de forma alguma a natureza de sua transação com a Cidade-Sede ou dos serviços a ela prestados, sendo vedado ainda, entre outras coisas:

- (i) referir-se à transação ou aos serviços, à Cidade-Sede, ao Comitê, à Fédération Internationale de Football Association ("FIFA") ou à Competição, em nenhuma literatura de venda, anúncio, carta, lista de cliente, nota à imprensa, catálogo ou outros materiais escritos, de áudio ou visuais ou sites de Internet;
- (ii) usar ou permitir o uso, em conexão com qualquer serviço ou produto, da marca registrada "Copa do Mundo da FIFA 2014"™ ou qualquer outra marca de serviço, marca registrada, direito autoral ou nome comercial, atualmente ou de agora em diante, associados com a Cidade-Sede, o Comitê, a Competição ou a FIFA, ou de propriedade deles ou por eles licenciados; ou
- (iii) revelar de qualquer outra forma sua afiliação com a Cidade-Sede ou a Competição, a menos que um representante da Cidade-Sede, depois de obter a aprovação prévia por escrito da FIFA e do Comitê, concorde por escrito, especificamente, com tal revelação ou publicação previamente à revelação ou publicação."

No caso de algum prestador de serviço à Cidade-Sede fazer qualquer declaração pública não-autorizada, a Cidade-Sede deverá adotar imediatamente todas as medidas a ela solicitadas pela FIFA para garantir que tais declarações sejam retiradas e não mais disseminadas.

28.4 Vedação a Atividade Comercial Relativa à Competição: É vedado à Cidade-Sede se envolver em qualquer atividade de marketing, promocional ou outra atividade comercial (que não as expressamente permitidas neste Acordo), devendo, portanto, garantir que nenhum de seus parceiros comerciais se envolva em nenhuma atividade de marketing, promocional ou outra atividade comercial relativa à Competição (ou que possa ser vista como associada à Competição).

28.5 Espaço Aéreo: A Cidade-Sede deverá assegurar que seu espaço aéreo durante a Competição esteja livre de toda sinalização comercial e/ou publicidade. Em particular, a Cidade-Sede deverá cooperar com a Autoridade de Aviação Civil para garantir a implementação dos regulamentos e normas cabíveis que proíbam toda e qualquer forma aérea de publicidade ou sinalização.

28.6 Vedação a Marketing de Emboscada: É vedada à Cidade-Sede a concessão de permissões ou licenças a qualquer entidade ou pessoa que deseje fazer qualquer tipo de publicidade que constitua atividade de Marketing de Emboscada.

28.7. **Orientação:** A Cidade-Sede deverá indicar e colocar à disposição da FIFA um funcionário do setor de alvarás que dê apoio em tempo integral por um período iniciando-se um mês antes da Competição até seu encerramento. Tal funcionário deverá fornecer à FIFA todas as orientações e instruções necessárias com relação à emissão de alvarás para atividades comerciais na Cidade-Sede.

29. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO

A Cidade-Sede deverá garantir que (a) todos os bares, restaurantes e lojas nela situados (excluindo, para evitar dúvidas, aqueles dentro do Estádio e da Zona de Exclusão) recebam licenças para abrir tarde da noite nos dias de Partida; e (b) se uma Partida for realizada em dia de restrição de comércio, tais bares, restaurantes ou lojas recebam licença para comercializar ou funcionar em tal dia.

30. REGULAMENTAÇÃO DE ENTRETENIMENTO

A Cidade-Sede deverá garantir que:

- (a) não se realize na cidade nenhum outro evento esportivo de porte que não seja a Competição durante o período que começa sete (7) dias antes da abertura da Competição e termina sete (7) dias depois do seu encerramento;
- (b) não dedicará à promoção de outro evento esportivo de porte realizado na cidade próximo à época da Competição nenhum volume de recursos maior do que o dedicado à promoção da Competição; e
- (c) não seja organizado nenhum outro evento cultural de porte (como concertos de música) que reúna grande número de pessoas, a não ser aqueles eventos culturais aprovados pela FIFA e organizados em conexão com a Competição, nos períodos começando 1 (um) dia antes da realização de uma Partida na cidade e terminando 1 (um) dia depois.

31. SERVIÇOS MUNICIPAIS

A Cidade-Sede deverá garantir que haja sistemas geradores de reserva suficientes para fornecimento de energia em caso de queda de energia no Estádio e em outras partes da Cidade-Sede, que possam ocorrer durante uma Partida; que estejam instalados sistemas de gerenciamento de energia adequados; e que (i) serviços de emergência de manutenção de vias e semáforos e (ii) serviços de limpeza estejam funcionando o tempo todo durante o período que se inicia 1 (um) dia antes de cada Partida na Cidade-Sede e termina 1 (um) dia depois. A Cidade-Sede deverá fornecer gratuitamente tais serviços quando solicitados pela FIFA.

32. EMBELEZAMENTO DA CIDADE

A Cidade-Sede deverá envidar seus melhores esforços para tornar a cidade o mais atraente possível para o público em geral e os visitantes fãs do futebol, providenciando, por exemplo, entre outras coisas, a obstrução da visão de grandes canteiros de obras que sejam visíveis ao público e estejam próximos a grandes pólos de transporte da Cidade-Sede, a áreas de entretenimento e ao(s) Estádio(s). É vedado à Cidade-Sede autorizar ou conceder permissão a qualquer obra pública ou particular a ser realizada na Cidade-Sede durante todo o período de duração da Competição. Para evitar dúvidas, qualquer obra que esteja em andamento no início da Competição deverá ser suspensa temporariamente durante o período da Competição.

ASPECTOS GERAIS

33 DECLARAÇÕES E GARANTIAS

- 33.1 Acordos da Cidade-Sede: A Cidade-Sede declara e garante que não celebrou nenhum acordo com nenhuma entidade que restrinja ou proíba o Comitê, a FIFA e/ou os Afiliados Comerciais, prestadores de serviço da FIFA e/ou outros detentores de direitos comerciais de exercer seus direitos em relação à Competição.
- 33.2 Autoridade: A Cidade-Sede declara e garante que tomou todas as providências administrativas e/ou outras providências necessárias e que tem todo o direito, poder e autoridade para celebrar e executar este Acordo e para cumprir suas obrigações nele estipuladas.
- 33.3 Ausência de Conflito: A Cidade-Sede declara e garante que a celebração, execução e cumprimento deste Acordo não entrarão em conflito com nenhum compromisso, acordo ou instrumento de que é parte a Cidade-Sede e aos quais está obrigada, nem constituirá quebra de contrato ou inadimplemento com relação a nenhum dos instrumentos anteriormente mencionados.
- 33.4 Declarações e Garantias Gerais: A Cidade-Sede declara e garante que:
- (i) não tem conhecimento de nenhum impedimento ou limitação que restrinja ou possa vir a restringir o cumprimento de suas obrigações estipuladas neste Acordo;
 - (ii) cumprirá todas as suas obrigações aqui estipuladas em conformidade integral com os termos deste Acordo, com o maior grau de atenção possível;
 - (iii) a celebração e execução do presente Acordo foram devidamente autorizados por meio de todos os processos administrativos e legislativos necessários da Cidade-Sede, e não contrariam a Lei Orgânica do município nem outras legislações municipais da Cidade-Sede;

(iv) não há contra a Cidade-Sede ações, processos judiciais ou procedimentos pendentes ou ameaça de havê-los dos quais a Cidade-Sede tenha conhecimento, em nenhuma vara, tribunal ou órgão de governo, agência ou autoridade ou repartição que possa afetar substancial e adversamente a situação financeira da Cidade-Sede ou sua capacidade de cumprir suas obrigações estipuladas no presente Acordo; e

(v) o presente Acordo é válido e judicialmente executável contra a Cidade-Sede conforme seus termos.

33.5 Vigência: Este ACORDO começa a vigorar na data de sua celebração pelo Comitê e a FIFA e termina em 31 de dezembro de 2014, a menos que seja rescindido antes, segundo as provisões da Cláusula 33.6 a seguir.

33.6 Rescisão: O presente Acordo será automaticamente rescindido com efeitos imediatos se (i) a Cidade-Sede não for selecionada como Cidade-Sede para a Competição, ou (ii) a Cidade-Sede tornar-se insolvente ou (iii) na ocorrência ou abertura de qualquer procedimento formal com expressa finalidade de liquidação, extinção, dissolução e/ou remoção do cadastro de pessoas jurídicas de qualquer das Partes deste Acordo.

A FIFA tem o direito de rescindir imediatamente o presente Acordo e retirar as Partidas do Estádio:

- (i) se a Cidade-Sede violar qualquer termo essencial deste Acordo;
- (ii) na ocorrência de força maior, cancelamento, adiamento/antecipação ou boicote;
- (iii) se a Cidade-Sede declarar insolvência, entrar em concordata ou deixar de executar suas operações comerciais.

Com respeito ao item (i) anterior, a FIFA dará à Cidade-Sede um aviso prévio de 30 (trinta) dias por escrito e a oportunidade de sanar a violação, caso ela tenha ocorrido mais 3 (três) meses antes da primeira Partida, ou um aviso prévio de 10 dias e a oportunidade de sanar a situação se a violação tiver ocorrido mais próximo da primeira Partida. Se a situação não for sanada de forma satisfatória para a FIFA no período aprazado, a FIFA terá o direito de rescindir imediatamente o presente Acordo.



No caso de (a) a Cidade-Sede não cumprir integralmente certas obrigações estipuladas neste Acordo que são consideradas pela FIFA como não-essenciais e (b) a Cidade-Sede não sanar a situação dentro de um período razoável, a FIFA e o Comitê podem decidir, a seu critério exclusivo, sem prejuízo de seus direitos e pretensões junto à Cidade-Sede no escopo deste Acordo e sem eximir a Cidade-Sede de cumprir tais obrigações, executar ou mandar executar certas obrigações da Cidade-Sede estipuladas no presente Acordo com ônus para a Cidade-Sede.

No caso de rescisão (por qualquer que seja a razão) do presente Acordo pela FIFA ou de rescisão automática (por qualquer que seja a razão), a Cidade-Sede:

- (i) não terá nenhuma pretensão ou direito a indenização por danos contra a FIFA ou o Comitê, e a Cidade-Sede renuncia expressamente a tais direitos;
- (ii) indenizará a FIFA, o Comitê e outras partes envolvidas conforme definido a seguir;
- (ii) compensará a FIFA por qualquer dano adicional que ela possa sofrer em consequência de uma rescisão do presente Acordo.

Em caso de (por qualquer que seja a razão) ou vencimento do presente Acordo, os direitos concedidos à Cidade-Sede cessarão imediatamente e reverterão integralmente à FIFA sem nenhum ônus para a FIFA.

33.7 Força Maior/Cancelamento/Adiamento: Em caso de força maior, cancelamento, adiamento ou boicote, aplica-se o seguinte:

A falha ou incapacidade de alguma das partes em cumprir os termos e condições aqui estipuladas em virtude de força maior (incluindo fenômeno da natureza, greve, disputa trabalhista, guerra ou ato de guerra, incêndio, motim, terremoto, ato terrorista ou de outros inimigos públicos, ato de autoridade governamental ou qualquer outra razão similar que não esteja razoavelmente sob o controle de nenhuma das partes), não será considerada descumprimento deste Acordo.

No caso de cancelamento da Competição pela FIFA (cancelamento da Competição sem nenhuma substituição), a FIFA tem o direito de rescindir este contrato.

No caso de adiamento ou antecipação da Competição ou de qualquer Evento Subsidiário, as obrigações das partes não se extinguem, desde que a FIFA não exercite seu direito de rescisão conforme definido acima. A Cidade-Sede não receberá nenhuma compensação e

não terá nenhuma outra pretensão ou direito a indenização por danos junto à FIFA ou o Comitê.

33.8 Vedação a Parcerias: Nem o presente Acordo, nem a ocorrência de negociações entre as partes criarão uma joint-venture, parceria ou relação semelhante entre a FIFA, o Comitê e a Cidade-Sede. A Cidade-Sede não deverá atuar nem pretender atuar como parceiro ou agência da FIFA ou do Comitê. O presente Acordo não confere à Cidade-Sede autoridade ou poder geral para agir em nome da FIFA ou do Comitê, exceto no que for expressamente previsto neste Acordo. As partes são, em todos os aspectos, partes contratantes independentes e possuem interesses financeiros distintos sob o presente Acordo.

33.9 Avisos e notificações: Todos os avisos e notificações previstos no presente Acordo deverão ser feitos por escrito e remetidos para os seguintes endereços, a menos que haja notificação por escrito de mudança de endereço. Quaisquer avisos ou notificações serão enviados por meio de facsímile e confirmados por correspondência registrada ou certificada via correio e terão efeito a partir do recebimento.

FIFA:

FIFA-Strasse 20
Switzerland
Fax: +41 43 222 7878
Attention: Director of Competitions
Copy: Legal Director

Comitê:

[]
Fax:
À Atenção de:
Com Cópia para:

CIDADE-SEDE:

CIDADE DO SALVADOR, Praça Municipal, s/n, Salvador-BA
Fax: (71) 2201-6221
À Atenção de: PREFEITO MUNICIPAL (JOÃO HENRIQUE CARNEIRO)
Com Cópia para:

33.10 Transferência e Cessão: A menos que definido de outra forma, expressamente, no presente Acordo, a Cidade-Sede não poderá transferir e/ou ceder nenhum de seus direitos ou obrigações estipulados no presente Acordo sem o consentimento prévio por escrito da FIFA e do Comitê. A FIFA e o Comitê têm, cada um, direito a transferir e/ou

ceder seus direitos ou obrigações estipulados no presente Acordo, e de delegar a terceiros o cumprimento de suas obrigações aqui estipuladas;

33.11 Exigência de Cumprimento: Qualquer renúncia de qualquer das partes a direito estipulado no presente Acordo ou à exigência de cumprimento rigoroso de alguma cláusula deste Acordo não servirá, nem será interpretada como renúncia à exigência de cumprimento rigoroso de qualquer outra cláusula ou como renúncia a qualquer outro direito estipulado no presente Acordo. Qualquer renúncia deve ser feita por escrito. O fato de alguma das partes não insistir no cumprimento rigoroso de qualquer provisão deste Acordo, em uma ou mais ocasiões, não será considerado renúncia à exigência de cumprimento, nem destituirá tal parte do direito a insistir subsequentemente no cumprimento de tal provisão ou de qualquer outra provisão constante do presente Acordo.

33.12 Confidencialidade: As partes reconhecem que o conteúdo do presente Acordo e, em particular, os detalhes financeiros e qualquer informação revelada relativa ao presente Acordo são confidenciais, e concordam em fazer o que for necessário para manter sua confidencialidade, exceto nos casos em que:

- (i) a revelação for exigência legal ou necessária devido a ordem judicial;
- (ii) o conteúdo ou a informação seja de domínio público (desde que não por motivo de violação da Cláusula 33.12);
- (iii) a revelação for necessária dentro de grupo da Cidade-Sede, do Comitê ou da FIFA como parte das comunicações ordinárias de grupo ou de procedimentos de revisão; ou
- (iv) a revelação for feita a consultores ou auditores profissionais da Cidade-Sede, do Comitê ou da FIFA, que têm necessidade legítima de tomar conhecimento de tal conteúdo e informações e que concordam em ficarem obrigados a respeitar as provisões desta Cláusula 33.12.

As partes deverão concordar ainda com a escolha da ocasião de divulgação, forma e conteúdo de qualquer anúncio público relativo ao presente Acordo.

33.13 Integralidade do Acordo: O presente Acordo se destina à estipulação integral e exclusiva das obrigações das partes quanto a seu objeto e substitui todas as declarações,

entendimentos, negociações, arranjos, propostas e acordos anteriores, verbais e escritos, relativos a seu objeto. Qualquer emenda ao presente Acordo deve ser feita por escrito e assinada por ambas as partes.

33.14 Interpretação Legal: O presente Acordo é regido e interpretado pelas leis do Brasil, excluindo-se o princípio da liberdade de escolha da lei aplicável.

33.15 Arbitragem: Todas as divergências relativas a este Acordo, incluindo divergências quanto a sua execução, efeito vinculante, emendas e rescisão, deverão ser prontamente dirimidas entre as partes por meio de negociação. Se não houver solução, com exclusão de qualquer instância judicial ou outro foro, qualquer divergência será resolvida exclusivamente por tribunal arbitral, consistindo de 3 (três) árbitros sob os auspícios das Normas Suíças de Arbitragem Internacional da Câmara de Comércio Suíça e em conformidade com elas. A sede da arbitragem deverá ser Zurique, na Suíça, e o idioma dos procedimentos será o Inglês.

33.16 Vias: O presente Acordo será assinado em mais de uma via, cada uma considerada como original, porém, todas juntas constituindo um único Acordo.

33.17 Emendas: Quaisquer emendas ou alterações deste Acordo, exceto as regulamentações, diretivas e qualquer outro documento emitido pela FIFA em conformidade com os termos deste Acordo, serão válidas somente se feitas por escrito e assinadas pela Cidade-Sede, pela FIFA e pelo Comitê.

33.18 Indenização: A Cidade-Sede renuncia a todos e quaisquer direitos de ação de responsabilidade civil contra o Comitê, a FIFA e outros representantes, diretores, membros, agentes ou empregados, por qualquer perda ou dano à cidade, indiferentemente de tal perda ou dano ter sido ou não causado pelo Comitê, pela FIFA, seus representantes, diretores, membros, agentes ou empregados ou resultante de negligência por parte deles, caso tal perda ou dano esteja dentro da classificação dos riscos cobertos pelo tipo de seguro de propriedade que a Cidade-Sede é obrigada a manter, segundo este Acordo. A Cidade-Sede eximirá de culpa e indenizará a FIFA, o Comitê e os Afiliados Comerciais, as Transmissoras, a Transmissora Anfitriã e seus respectivos representantes, diretores, membros, agentes ou empregados, consultores externos e agentes, com relação a toda e qualquer obrigação ou responsabilidade, incluindo, entre outras, todas e quaisquer reclamações, perdas, danos, lesões, responsabilidades, objeções, demandas, reparações, deficiências, custas e despesas em que venham a incorrer, originadas deste Acordo ou a ele relacionadas, ou de quaisquer

atos ou omissões da Cidade-Sede nele estipulados. As obrigações da Cidade-Sede estipuladas nesta cláusula perdurarão após a extinção deste Acordo.

- 33.19 Limitação de Responsabilidade: O Comitê e a FIFA, seus representantes, diretores, membros, agentes ou empregados, licenciados ou subempreiteiros não serão responsáveis perante a Cidade-Sede por mortes, lesões corporais ou danos relacionados com a Competição, exceto se tais mortes, lesões corporais ou danos forem causados por ato doloso ou de flagrante negligência ou omissão por parte do Comitê ou da FIFA (o que for cabível). Nem o Comitê, nem a FIFA, nem nenhum de seus representantes, diretores, membros, agentes ou empregados, licenciados ou parceiros contratados serão responsáveis perante a Cidade-Sede por nenhum dano, caso uma Partida programada para realização no Estádio não acontecer no local programado ou não se realizar conforme programado.

EM BOA-FÉ, os abaixo-assinados celebram este Acordo por intermédio de seus representantes devidamente autorizados:

FEDERATION INTERNATIONALE DE
FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA)

Por:

Nome:

Cargo:

Por:

Nome:

Cargo:

COMITÊ LOCAL DE ORGANIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DA FIFA DE 2014 NO BRASIL

Por:

Nome:

Cargo:

Por:

Nome:

Cargo:

[CIDADE-SEDE]

X Por: Cidade do Salvador

✓ Nome: João Henrique de B. Carneiro

✓ Cargo: Prefeito Municipal

Por:

Nome:

Cargo:

Host City Agreement

**ANEXO II: TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE ESTADO E
MUNICÍPIO**

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO
DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE
SALVADOR, COM O OBJETIVO
DE VIABILIZAR A EXECUÇÃO
DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS
NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO
DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES
FIFA 2013 E DA COPA DO
MUNDO FIFA 2014.**

O **ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.937.032/0001-60, doravante denominado **ESTADO**, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Ala Sul, 3º andar, Prédio da Governadoria, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - Bahia, neste ato representado por seu Governador, Sr. **JAQUES WAGNER**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 264.716.207-72 e no RG sob o nº 02286181-9, SSP/RJ, e o **MUNICÍPIO DE SALVADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 44.959.021/0001-04, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com sede na Praça Thomé de Souza, s/n, Palácio Thomé de Souza, Centro, Salvador - Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOÃO HENRIQUE DE BARRADAS CARNEIRO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 140.349.485-15 e no RG sob o nº 1.177.924, SSP/BA,

CONSIDERANDO:

- que a Copa do Mundo, um dos maiores eventos esportivos do mundo e que conta com a participação de atletas e técnicos representando 32 países, será realizada no período de junho a julho de 2014, em datas a serem fixadas pela FIFA;
- que o Brasil, em 30 de outubro de 2007, foi escolhido pela FIFA como país sede da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, eventos que, juntos, são denominados Competições;
- que a cidade de Salvador, em 30 de maio de 2009, foi selecionada como uma das Cidades-Sede para a realização das Competições;
- que foi assinado o *Host City Agreement* (Acordo de Cidade-Sede) entre a *Fédération Internationale de Football Association* e o Município de Salvador, com o objetivo de estabelecer todas as obrigações e prazos inerentes à preparação e organização das Competições;
- que foi assinado o *Stadium Agreement* (Acordo de Estádio), entre a *Fédération Internationale de Football Association* e o Estado da Bahia, com o objetivo de estabelecer todas as obrigações e prazos referentes à implementação da infraestrutura necessária à realização dos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo no Estado;
- que foi celebrada, no dia 13 de janeiro de 2010, a Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização das Competições;
- a necessidade da conjugação de esforços por parte de todas as instâncias governamentais, setor privado e sociedade civil organizada para assegurar o sucesso e a realização das Competições;

- a criação da Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 - SECOPA, com a finalidade de coordenar, articular, promover, acompanhar e integrar as ações e projetos prioritários do evento esportivo mundial, no âmbito do Governo do Estado;
- a designação do Coordenador Municipal para a Copa do Mundo de 2014, publicado no Diário Oficial do Município de 29 de março de 2010, com o objetivo de coordenar e promover as ações necessárias ao cumprimento do calendário para as Competições definido pela FIFA e pelo Comitê Organizador;
- a importância de se promover o fortalecimento da cidade de Salvador nos cenários nacional e internacional, no intuito de obter os melhores resultados possíveis do seu status de Sede das Competições;

RESOLVEM

celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, com vistas à definição das obrigações e responsabilidades de cada Signatário referentes às ações e projetos vinculados à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, na forma das seguintes cláusulas e condições :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto a definição das atribuições dos seus Signatários, Estado da Bahia e Município de Salvador, para a implementação de medidas conjuntas e execução de projetos imprescindíveis à concretização das Competições, conforme compromissos já pactuados na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no *Stadium Agreement* e no *Host City Agreement*.

Parágrafo Único - A implementação deste Termo de Cooperação contemplará as seguintes ações primárias de caráter estratégico:

I - instituição do Comitê Organizador Unificado da Copa 2014, neste Termo denominado COMITÊ;

II - instituição do Fórum Permanente da Copa 2014, neste Termo denominado Fórum.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS SIGNATÁRIOS

Cabe aos Signatários definir e viabilizar os meios necessários para atingir os objetos do presente Termo de Cooperação, bem como implementar as ações previstas e referenciadas nos compromissos citados na Cláusula Primeira deste Termo, observadas as competências institucionais e o quanto disposto na Cláusula Terceira deste Instrumento.

I - **Compete ao Estado da Bahia**, sem prejuízo da repartição de atribuições prevista nos citados compromissos, executar e custear as intervenções associadas às Competições expressas neste Termo de Cooperação referentes a:

- a) O estádio onde serão realizadas as Competições e o seu entorno, de acordo com o *Stadium Agreement*;

b) Segurança pública necessária à realização das Competições;

c) Outras obrigações assumidas no âmbito do *Stadium Agreement* e demais requisitos constantes do caderno de encargos da FIFA que lhe sejam pertinentes.

II - Compete ao Município de Salvador, sem prejuízo da repartição de atribuições prevista nos citados compromissos, executar e custear as intervenções associadas às Competições expressas neste Termo de Cooperação referentes a:

a) Acessibilidade à portos e aeroportos;

b) Iluminação pública;

c) Coleta de resíduos sólidos;

d) Outras obrigações assumidas no âmbito do *Host City Agreement* e demais requisitos constantes do caderno de encargos da FIFA que lhe sejam pertinentes.

III - Compete a ambos os Signatários, concorrentemente, executar e custear as intervenções associadas às Competições expressas neste Termo de Cooperação referentes a:

a) Qualificação profissional;

b) Estruturas temporárias;

c) Centros Oficiais de Treinamento;

d) Centros de Treinamento de Seleções;

e) Saúde e Meio Ambiente;

f) Turismo e Promoção Comercial;

g) Cultura e Esporte

h) Mobilidade Urbana e Acessibilidade.

Parágrafo Primeiro - A Matriz de Responsabilidades relativa a cada uma das atribuições expressas no item III desta Cláusula será definida em Instrumento próprio, a ser celebrado pelos respectivos órgãos técnicos de cada um dos Signatários.

Parágrafo Segundo - Os projetos destacados nos compromissos realizados e citados neste Termo são compatíveis com o calendário das Competições, sendo sua conclusão em tempo hábil responsabilidade exclusiva dos respectivos executores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS SIGNATÁRIOS

Para a realização dos objetivos previstos neste Termo de Cooperação, terão os Signatários, conjuntamente, as seguintes obrigações:

I - Monitorar os projetos e ações imprescindíveis à realização das Competições no Município de Salvador e entorno;

II - Definir, conjuntamente, estratégia de implementação do Plano Diretor da Copa 2014 de cada um dos Signatários;

III - Viabilizar os meios necessários para atingir o objeto do presente Termo de Cooperação, observadas as competências institucionais constantes do Pacto Federativo Brasileiro;

IV - Manter intercâmbio permanente de informações sobre as ações desenvolvidas no âmbito deste Termo;

V - Definir e implementar um modelo de governança e sistema de monitoramento e avaliação das ações relativas às Competições, apoiado em sistemas gerenciais e tecnologia da informação e comunicação, capazes de assegurar transparência, integração, alinhamento e efetividade das referidas ações;

VI - Prestar contas e dar ampla publicidade aos investimentos referentes à organização e realização das Competições, colaborando com os órgãos de controle interno e externo, em nível federal, estadual e municipal;

VII - Comunicar eventuais atrasos no cronograma, assim como as medidas a serem tomadas para a conclusão dos projetos. Caso os atrasos previstos tragam prejuízos às Competições, o executor deve indicar as medidas mitigadoras, bem como se responsabilizar por sua implementação, inclusive financeiramente, de modo a minimizar o impacto causado pelo não cumprimento do prazo;

VIII - Promover o fortalecimento da imagem da cidade de Salvador como Sede das Competições por meio do uso da Logomarca Oficial em toda ação de promoção das Competições, nos termos do item 12 do *Host City Agreement*, bem como deliberar pela conveniência e oportunidade de criar e divulgar marca própria da sede, conforme procedimentos estipulados pelo Comitê Organizador Local - Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (COL) e FIFA.

Parágrafo Único - As responsabilidades dos Signatários não se limitam às previstas neste Instrumento, estendendo-se àquelas decorrentes de compromissos assumidos perante a FIFA e/ou o Comitê Organizador ou a União.

CLÁUSULA QUARTA - DO COMITÊ ORGANIZADOR UNIFICADO DA COPA 2014 E DO FÓRUM PERMANENTE DA COPA 2014

O Comitê Organizador Unificado da Copa 2014, doravante denominado Comitê, será responsável pela coordenação, acompanhamento, avaliação e consolidação das ações previstas neste Termo, sendo composto por 16 (dezesesseis) membros, 8 (oito) indicados por cada um dos Signatários, e coordenado, conjuntamente, pelo Secretário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e pelo Coordenador Executivo do Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Parágrafo Primeiro - Poderão participar do Comitê Organizador Unificado da Copa 2014 entes privados e de outras esferas de Governo, em reuniões temáticas, quando convidados, para fins de monitoramento e definição, por parte dos Signatários, das ações necessárias ao cumprimento dos requisitos indispensáveis ao pleno êxito das competições.

Parágrafo Segundo - O funcionamento interno do Comitê Organizador Unificado da Copa 2014 será estabelecido em regimento próprio a ser instituído conjuntamente pelos membros.

Parágrafo Terceiro - O Fórum Permanente da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 será composto por entes públicos e privados, indicados pelo Comitê, objetivando a ampliação da interlocução com a sociedade civil organizada, cujo funcionamento e responsabilidades serão estabelecidos em regimento próprio, no âmbito do Comitê, sob a coordenação conjunta do Secretário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e do Coordenador Executivo do Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES

Na persecução do objeto do presente Termo de Cooperação, os Signatários observarão as seguintes condições:

I - As alterações e complementos necessários ao presente Instrumento serão consolidados mediante assinatura pelos Signatários de Termos Aditivos;

II - É obrigatória a publicação deste Termo de Cooperação pelos seus Signatários nos Diários Oficiais do Estado e do Município, respectivamente;

III - Os prazos estipulados no âmbito deste Termo de Cooperação pressupõem a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão das obras e serviços;

IV - Os documentos que se fizerem necessários à execução das ações previstas no presente Termo de Cooperação serão considerados partes integrantes do presente Instrumento;

V - Deverão os Signatários indicar as fontes orçamentárias utilizadas no custeio de todas as ações relacionadas neste Termo de Cooperação e seus Termos Aditivos;

VI - As demais ações voltadas à realização das Competições, não previstas no presente Termo de Cooperação e seus Aditivos, poderão ser executadas pelos Signatários, desde que custeadas por receitas provenientes exclusivamente de seus orçamentos próprios, parcerias ou patrocínios;

VII - Deverão ser discriminados os meios eficazes para o gerenciamento e a fiscalização dos projetos de empreendimentos e dos investimentos realizados, inclusive por meio de terceiros especialmente contratados para este fim, permitindo-se o monitoramento do cumprimento dos prazos de execução e do atendimento aos requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica a transferência de recursos financeiros entre os Signatários, determinando-se que os ônus e desembolsos financeiros decorrentes de ações específicas, desenvolvidas e oriundas da assinatura deste Instrumento, serão da respectiva responsabilidade dos Signatários à época da definição e assinatura dos Termos Aditivos, Acordos, Convênios ou Contratos específicos.

Parágrafo Primeiro - Quando, eventualmente, as ações resultantes deste Termo de Cooperação implicarem a necessidade de transferência de recursos financeiros entre os Signatários, as transferências deverão ser oficializadas através de Convênio específico ou outro instrumento adequado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 e da Lei Municipal nº 4484, de 08 de janeiro de 1992.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação entrará em vigor na data da sua assinatura, com validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado mediante acordo entre os Signatários, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

As cláusulas do presente Instrumento poderão ser alteradas, aditadas, modificadas ou suprimidas, no todo ou em parte, através de Termos Aditivos, mediante mútuo consentimento das partes, preservando-se, no entanto, o objeto expresso na Cláusula Primeira do presente Termo.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação escrita de qualquer dos Signatários, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo às ações, iniciativas, atividades, programas e projetos em desenvolvimento, por descumprimento das obrigações pactuadas ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne unilateralmente inexecutável, especialmente nos casos de perda da condição de cidade-sede, por Salvador, ou de país-sede das Competições, pelo Brasil.

Parágrafo Único - O presente Instrumento poderá ser resilido, havendo declaração de vontade de qualquer das partes pela sua não continuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre os Signatários havidas no âmbito deste Termo de Cooperação poderão ser realizadas por quaisquer meios eletrônicos e/ou telegráficos, tais como mensagem eletrônica, fac-símile, videoconferência, entre outros.

Parágrafo Único - Especificamente quanto às notificações para cumprimento de eventuais obrigações não concluídas no prazo assinalado no presente Termo de Cooperação, a comunicação deverá ser realizada por Cartório de Títulos e Documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OMISSÕES E CONTRADIÇÕES

As situações não previstas e/ou contraditórias constantes deste Termo de Cooperação serão resolvidas através de comum acordo entre os Signatários, com prévia comunicação por escrito, consignando-se prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 30 (trinta) dias para resposta.

Parágrafo Único - As questões não resolvidas na forma prevista na presente Cláusula serão dirimidas pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da comarca de Salvador, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para efeito de dirimir eventuais questões que surjam no decorrer da execução do presente instrumento.


E assim, por estarem justas e acordadas as cláusulas e condições, firmam o presente Termo de Cooperação, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas, para que produza seus efeitos legais.


Salvador - BA, 26 de maio de 2011.


JAQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia


JOÃO HENRIQUE DE BARRADAS CARNEIRO
Prefeito Municipal de Salvador

TESTEMUNHAS:


NEY JORGE CAMPELLO
Secretário Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
CPF nº: 144.618.035-20


LEONEL LEAL NETO
Coordenador do Escritório da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
CPF nº: 378.877.775-34

ANEXO III

ENTREVISTA

Nome: “A. Break”

Endereço: Bairro Periperi (Subúrbio Ferroviário), Salvador-BA.

Naturalidade: Salvador-BA.

Escolaridade: Ensino Fundamental.

Ocupação: Dançarino de rua e Hip Hop; Ativista cultural e militante do Movimento Negro (apresentado assim como uma ocupação laboral).

Idade: 37 anos.

PERFIL ANALÍTICO

A. Break concedeu a entrevista após uma apresentação artística, na ocasião de um pré-lançamento da candidatura política de um deputado local. O evento ocorreu no bairro Pituba e contou com a participação de outros artistas locais, na música e dança, além de uma pequena roda de capoeira. A sua percepção sobre a cidade de Salvador demonstrou ser bastante associada a sua “conscientização política”, definida por ele a partir da compreensão de como o “jogo funciona”, no sentido das relações de poder e das oportunidades de trabalho. Segundo A. Break, a capital baiana promove apenas pequenos grupos culturais em detrimento da grande maioria, que fica marginalizada dos grandes rendimentos financeiros. No entanto, quando se aprende a “fazer política” e se “constrói uma estrada” é possível sobreviver bem. Nessa perspectiva, A. Break informou que pouca coisa na sua atividade mudou com a realização dos megaeventos, mas reconheceu que para artistas iniciantes ou aqueles que não têm uma articulação política estabelecida, o contexto de suposto desenvolvimento socioeconômico local foi de fato muito complicado. Mesmo quando se tratava de práticas mundialmente prestigiadas, como a capoeira, internamente, para a maioria dos grupos, sobretudo aqueles da periferia de Salvador, não houve apoio institucional e econômico.

ANEXO IV

ENTREVISTA

Nome: “Eli”

Endereço: Bairro Garcia (há cinco anos), mas já morou na periferia “Fazenda Grande do Retiro”. Salvador-BA.

Naturalidade: Salvador-BA.

Escolaridade: Superior completo (licenciatura em Teatro).

Ocupação: Ator, dramaturgo e músico.

Idade: 33 anos.

PERFIL ANALÍTICO

O depoimento de “Eli” revelou a voz de mais um morador que vive da cultura, mas que, justamente quando se fala em época de “revalorização da cultura local”, o que se quer dizer é mercantilização e especulação da produção e costumes da cidade. Nesse âmbito, quem não se “adequa” vê seus projetos e rendimentos despencarem. Toda a prioridade gira em torno de assuntos específicos à Copa, numa linguagem bastante vinculada ao mercado e sem criticidade. A revalorização é, na verdade, a promoção da imagem da cidade, que para ele segue os mesmos caminhos padronizados. Trata-se da produção de uma imagem de *baiano* e de uma *cidade* que não correspondem àquelas vividas por muitos moradores. Os ícones espetacularizados são os mesmos, o Pelourinho, a Barra e os estetizados baianos e baianas felizes, na capoeira e na invariável receptividade cordial. Para Eli, tudo é mais uma vez mascarado. O mascaramento é o que mudou com a Copa, pois a cidade é a mesma, só que ficou novamente maquiada. A situação de sua entrevista ocorreu em sua própria residência, onde ele me apresentou seu material de trabalho, como instrumentos e projetos de trabalho. De maneira geral, a maior parte de suas atividades programadas foram suspensas ou adiadas em virtude de não se enquadrarem na ótica promocional da cidade construída para os megaeventos.

ANEXO V

ENTREVISTA

Nome: “Sr. José”

Endereço: Bairro Paripe (Subúrbio Ferroviário), Salvador-BA.

Naturalidade: Salvador-BA.

Escolaridade: Ensino Fundamental.

Ocupação: Ambulante.

Idade: 58 anos.

PERFIL ANALÍTICO

“Sr. José” apresentou um depoimento marcado por frases cétricas em relação às mudanças prometidas com a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, na cidade de Salvador. A situação de sua entrevista ocorreu pouco tempo depois de ele estabelecer o seu “carro de mão”, utilizado no trabalho, na praça Castro Alves. Ele vendia água de coco, água mineral, além de cerveja e refrigerante. Na ocasião, na praça se organizava um ato político contra a Copa na cidade. A princípio, em relação à movimentação política ocorrida no local, Sr. José demonstrou indiferença. Mas em seguida relatou um profundo descontentamento com a realização dos megaeventos na cidade. No entanto, ainda que aparentasse concordar com as críticas feitas pelos manifestantes locais, sua narrativa expressava pouca esperança em relação aos efeitos que as manifestações poderiam causar. Sob um forte sentido prático, Sr. José afirmou que, para trabalhadores como ele, tanto a realização dos megaeventos, quanto sua contestação, em nada mudava o quadro de falta de oportunidades de trabalho e crescimento socioeconômico na cidade. Dessa maneira, ele relatava não compartilhar com nenhuma identificação local. “*Eu não sou nem brasileiro nem baiano, eu apareci. A história para mim é essa, eu apareci!*”. Esse não pertencimento enunciado, de fato, indicava menos um descentramento identitário e mais uma constatação crítica com relação à construção dos sentimentos patrióticos *estrategicamente* provocados no contexto dos megaeventos.

ANEXO VI

ENTREVISTA

Nome: “Neto”

Endereço: Engenho Velho de Brotas / Próximo ao Dique do Tororó e Vasco da Gama.

Naturalidade: Interior da Bahia / Reside em Salvador desde 1978.

Escolaridade: Superior completo (químico).

Ocupação: Funcionário Público Municipal; Poeta e Escritor.

Idade: 41 anos.

PERFIL ANALÍTICO

Neto apresentou características de um ator politicamente mais moderado. A sua crítica pareceu singela, mas ao mesmo tempo bastante emblemática. Para ele, a vida se completa em suas ocupações ordinárias, que vão desde o funcionalismo público, passando pela literatura e pelos passeios no Dique de Tororó. Advindo do interior do Estado, ele relatou gostar de viver na cidade de Salvador em virtude da oportunidade de ter conhecido pessoas avaliadas como amáveis e receptivas. Contudo, afirma que, do ponto de vista dos serviços urbanísticos, a cidade é muito precária. A limpeza das ruas e o trânsito são os principais problemas identificados. Ele qualificou a cidade como turística, condição fundamental para a estruturação das festas que tentam atrair visitas e possibilitam trabalhos para boa parte dos baianos. Por essa razão, Neto criticou a noção preconceituosa que se forjou historicamente (e identifica o “baiano” como um indivíduo “preguiçoso”). Ademais, destaca-se da entrevista a percepção que o ator fez sobre as mudanças sofridas na cidade. A princípio, seu depoimento sinalizava para uma permanência na organização e estrutura da capital, ainda que se anunciasse um extenso conjunto de intervenções urbano/culturais, no contexto de preparação para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Nessa perspectiva, avaliou que boa parte das intervenções se constituíram como promessas não realizadas. “*O legado tornou-se um negado*”, ponderou ele. Entretanto, faltando pouco tempo para o início dos jogos, ocorreram algumas aligeiradas modificações, como a retirada de moradores em situação de rua. De repente, assinalou Neto: “*Você não vê nem mais cachorro...*”.

ANEXO VII- Cordel Indignado

Quero com estes versos
Mostrar a indignação
Com atitudes do prefeito
Nessa administração
De maldades sem limite
Governando para a elite
Do pobre tirando o pão

Sofreram os ambulantes
Perseguição inicial
Depois os barraqueiros
No seu fazer laboral
Impedidos de trabalhar
Sem terem a quem apelar
Nessa luta desigual

O arrogante prefeito
Não poupou nem os artistas
A cultura popular
Estava entre suas listas
Com a maior cara dura
Atingiu a literatura
Perseguindo os cordelistas

O povo da favelinha
Foi vítima de um terremoto
Estava ali trabalhando
Há um tempo bem remoto
O prefeito mandou derrubar
Seu espaço de trabalhar
E depois vai pedir voto

Não sei o que aconteceu
Com o povo de Salvador
Pra eleger esse homem
Herdeiro de ditador
Quer mandar até na cerveja
Que eu vou beber ora veja
O pigmeu traidor

O carnaval é uma festa
Da cultura popular
O tema é liberdade
No agir e no expressar
Por isso eu quero beber
A cerveja que eu escolher
Sem ninguém pra controlar

Lá se vão cinquenta anos
Da ditadura militar
Vivemos democracia
É a hora de lutar
Para que os militares
Daqui e de outros lugares
Possam desmilitarizar

Eu quero ver a polícia
Vestida de colombina
Ou então de Pierrot
Armada com serpentina
Cuidando da anarquia
Pulando com alegria
E tomando vitamina

O projeto Linha Viva
Imposto pelo prefeito
Trás vantagens para os ricos
Aos pobres desrespeito
Desocupação forçada
População retirada
Ceifada e sem direito

Isso me faz lembrar
O Minha Casa Minha Vida
Onde a população
Mais carente e combalida
Descobre que vai morar
Tão longe é o lugar
Que fica desiludida

No Largo Dois de Julho
Lá já se vão muitos anos
Famílias vivem na Vila
Criaram filhos e planos
No imóvel conferido
Pelo tempo percorrido
E por direitos humanos

A igreja ocupou
Terras em todo lugar
Por isso tem com o mundo
Um déficit milenar
Vila Coração de Maria
Em Salvador da Bahia
É uma dívida a saudar

Quero votar em governante
Com um pensamento novo
Que na forma de administrar
Priorize os direitos do povo
Trabalho saúde educação
Transporte e habitação
Sem isso não me comovo

Carnaval festa de Momo
Baco rei da alegria
Dança flerte liberdade
No comando da folia
Vamos curtir na cadência
A festa sem violência
E tudo vira magia

Grampinho eu tô retado
Com o valor do IPTU
Em Cassange não tem água
Saneamento ou buzu
Esse golpe eu não mereço
Se for pagar esse preço
Vou acabar ficando nu

Parabéns pessoas lindas
Do Pipoca Indignada
Que abre os olhos do povo
Numa ação organizada
Crítica e combativa
E nunca fica calada.

(ZÉ CONQUÉM, 2014)